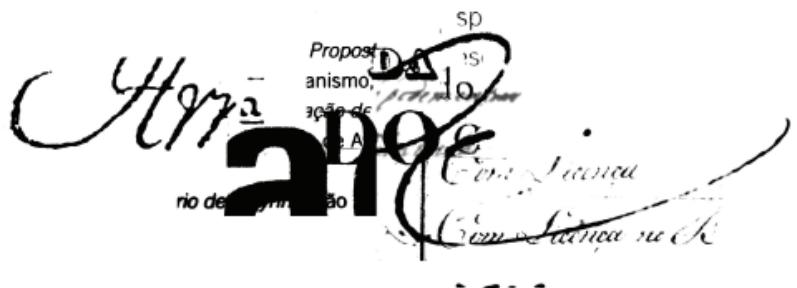


pós-



revista do
programa de
pós-graduação
em arquitetura e
urbanismo
da fauusp

junho – 2009
ISSN: 1518-9554



PÓS V. 16, N. 25
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

JUNHO 2009

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
Comissão de Pós-Graduação – São Paulo: FAUUSP, v.1 (1990-)

Semestral

v. 16, n. 25, jun. 2009

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura – Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS v.16, n. 25

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
(Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

e-mail: rvposfau@usp.br

Home page: www.usp.br/fau/revistapos

Indexação:

Índice de Arquitetura Brasileira

Qualis A Nacional Capes

Apoio:

Capes: Apoio ao Programa de Pós-Graduação
SIBIUSP



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

PÓS v. 16, n. 25

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

junho 2009

ISSN: 1518-9554

Universidade de São Paulo

Reitora Profa. Dra. Suely Vilela

Vice-Reitor Prof. Dr. Franco Maria Lajolo

Pró-Reitor de Pós-Graduação Prof. Dr. Armando Corbani Ferraz

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

Vice-Diretor Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro

Comissão de Pós-Graduação

Presidente Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins

Vice-presidente Profa. Dra. Maria Angela Faggin P. Leite

Profa. Dra. Clice de Toledo Sanjar Mazzilli

Prof. Dr. Eduardo Alberto Cusce Nobre

Profa. Dra. Helena Aparecida Ayoub Silva

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme

Profa. Dra. Marta Dora Grostein

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Prof. Dr. Vladimir Bartalini

Suplentes

Profa. Dra. Cibelle Haddad Taralli

Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior

Prof. Dr. Francisco Spadoni

Profa. Dra. Joana Carla Soares Gonçalves

Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira

Prof. Dr. Luís Antonio Jorge

Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo

Prof. Dr. Nabil Bonduki

Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo

Representantes Discentes na CPG

Roseli Maria Martins D'Elboux

Angela Seixa Pilotto

Suplente

Sabrina Studart Fontenelle Castro

Comissão Editorial

Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo – Editora-chefe

Ex-editoras-chefes Profa. Dra. Denise Duarte e Profa. Dra.

Vera Pallamin

Profa. Dra. Clice de Toledo Sanjar Mazzilli

Prof. Dr. Eduardo Alberto Cusce Nobre

Profa. Dra. Helena Aparecida Ayoub Silva

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme

Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins

Profa. Dra. Marta Dora Grostein

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Prof. Dr. Vladimir Bartalini

Conselho Editorial

ÁREA DE HISTÓRIA

Prof. Dr. Dario Gamboni

Departamento de História da Arte – Universidade de Genebra

Prof. Dr. Luis Marques

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

ÁREA DE TECNOLOGIA

Prof. Dr. João Gualberto de Azevedo Baring

Escola Politécnica da Universidade São Paulo – Poli-USP

Prof. Dr. António Baptista Coelho

Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC – Lisboa-Portugal

ÁREA DE PAISAGEM E AMBIENTE

Profa. Dra. Manuela Raposo Magalhães

Instituto Superior de Agronomia – ISA-Portugal

Prof. Dr. Henrique Pessoa

Politécnico de Milão – Itália

ÁREA DE PROJETO

Prof. Dr. Roberto Zancan

University of Québec in Montréal – UQÀM

ÁREA DE PROJETO, ESPAÇO E CULTURA

Prof. Dr. Adrián Gorelik

Universidade Nacional de Quilmes – Argentina

Prof. Dr. Miguel Buzzar

Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC-USP

Jornalista Responsável

Izolina Rosa (MTb 16199)

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Cândida Maria Vuolo

SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO

006 Mônica Junqueira de Camargo

2 DEPOIMENTOS

010 DEPOIMENTO GUEDES
Maria Cristina da Silva Leme

027 O MAGO DOS LADRILHOS HIDRÁULICOS
Angela Weingärtner Becker, Cândida Maria Vuolo

3 ARTIGOS

- 034 "VOCÉ SEMPRE ENTRA POR UMA PORTA E SAI POR OUTRA" – VERSÃO PARA O PORTUGUÊS DO TEXTO DE ANNETTE SPIRO
VERSION PARA EL PORTUGUÊS DEL TEXTO "ONE ENTERS THROUGH ONE DOOR AND LEAVES THEN THROUGH ANOTHER" DE ANNETTE SPIRO
PORTUGUESE VERSION FOR THE TEXT "ONE ENTERS THROUGH ONE DOOR AND LEAVES THEN THROUGH ANOTHER" WRITTEN BY ANNETTE SPIRO
Catherine Otondo
- 056 EXPERIÊNCIAS EM CONCRETO ARMADO NA ÁFRICA PORTUGUESA: INFLUÊNCIAS DO BRASIL
EXPERIENCIAS EN HORMIGÓN ARMADO EN EL ÁFRICA PORTUGUESA: INFLUENCIAS DE BRASIL
EXPERIENCES WITH REINFORCED CONCRETE IN PORTUGUESE AFRICA: THE BRAZILIAN INFLUENCE
Ana Vaz Milheiro
- 080 A PRESENÇA NORTE-AMERICANA NA REVISTA POLITÉCNICA, 1905-1930
LA PRESENCIA NORTEAMERICANA EN LA REVISTA POLITÉCNICA, 1905-1930
THE PRESENCE OF THE UNITED STATES IN REVISTA POLITÉCNICA, 1905-1930
Luiz Augusto Maia Costa
- 100 TIPOLOGIA EDIFICATÓRIA EM SOBRADOS E MUCAMBOS, DE GILBERTO FREYRE
TIPOLOGÍA EDIFICATORIA EN SOBRADOS E MUCAMBOS, DE GILBERTO FREYRE
BUILDING TYPOLOGY IN THE MANSIONS AND THE SHANTIES BY GILBERTO FREYRE
Solange de Aragão
- 118 A DIMENSÃO AFETIVA DO ESPAÇO CONSTRUÍDO: VENDO A CASA PELOS OLHOS DA POESIA
LA DIMENSIÓN AFECTIVA DE LA ARQUITECTURA: MIRANDO EL ESPACIO DE LA CASA CON LOS OJOS DE LA POESÍA
THE AFFECTIVE DIMENSION OF ARCHITECTURE: LOOKING AT THE DOMESTIC SPACE THROUGH THE EYES OF POETRY
Rafael Alves Pinto Junior
- 134 ARQUITETURA E AMBIENTE: A NOÇÃO DE ADAPTABILIDADE AO MEIO NO DISCURSO MODERNISTA
ARQUITECTURA Y MEDIO AMBIENTE: LA NOCIÓN DE ADAPTABILIDAD AL MEDIO AMBIENTE EN EL DISCURSO MODERNISTA
ARCHITECTURE AND THE ENVIRONMENT: THE IDEA OF ADAPTABILITY TO THE ENVIRONMENT IN MODERNISTIC SPEECH
Telma de Barros Correia
- 152 ESTRADA PARQUE, UMA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL
ESTRADA PARQUE, UNA ESTRATEGIA SOSTENIBLE
THE PARKWAY: A SUSTAINABLE STRATEGY
Carlos Alberto dos Reis Conde
- 166 SIGNIFICADOS DO URBANISMO
SIGNIFICADOS DEL URBANISMO
THE MEANING OF URBANISM
Clóvis Ultramari
- 186 NOVOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA E REGIONAL: SANTO ANDRÉ E O CASO DO PROJETO EIXO TAMANDUATEÍ
NUEVOS INSTRUMENTOS DE GESTIÓN URBANA Y REGIONAL: SANTO ANDRÉ Y EL CASO DEL PROYECTO EJE TAMANDUATEÍ
NEW URBAN AND REGIONAL MANAGEMENT INSTRUMENTS: SANTO ANDRÉ AND THE TAMANDUATEÍ AXIS PROJECT CASE
Margarida Nobue Sakata
- 200 DIREITO DE SUPERFÍCIE
DERECHO DE SUPERFICIE
SURFACE RIGHTS
Regina Célia Corrêa Landim

- 214 POLÍTICAS URBANAS PARA O CENTRO DE SÃO PAULO: RENOVAÇÃO OU REABILITAÇÃO? AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE 1970 A 2004
POLÍTICAS URBANAS PARA EL CENTRO DE SÃO PAULO: ¿RENOVACIÓN O REHABILITACIÓN? AVALUACIÓN DE LAS PROPUESTAS DE LA PREFECTURA DEL MUNICIPIO DE SÃO PAULO, DE 1970 A 2004
URBAN POLICIES FOR DOWNTOWN SÃO PAULO: RENEWAL OR REHABILITATION? AN ASSESSMENT OF SÃO PAULO CITY'S PROPOSALS FROM 1970 TO 2004
Eduardo Alberto Cusce Nobre
- 232 O "CAMELÓDROMO", A CIDADE E OS FLUXOS GLOBAIS SUBALTERNOS
EL "AMBULANTÓDROMO", LA CIUDAD Y LOS FLUIDOS GLOBALES SUBALTERNOS
THE STREET VENDORS' LOCATION, THE CITY AND THE SUBALTERN GLOBAL FLUXES
Ludmila Brandão
- 252 REPRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA: UMA BREVE REVISÃO CRÍTICA
REPRESENTACIÓN DEL PROYECTO DE ARQUITECTURA: UNA BREVE REVISIÓN CRÍTICA
REPRESENTATION OF THE ARCHITECTURAL DESIGN: A SHORT CRITICAL REVIEW
Artur Rozestrateen
- 272 PROJETO DE FACHADAS LEVES: ESPECIFICAÇÕES DE DESEMPENHOS
PROYECTO DE FACHADAS LIGERAS: ESPECIFICACIONES DE DESEMPEÑO
LIGHTWEIGHT FAÇADE DESIGN: PERFORMANCE DEFINITIONS
Luciana Alves de Oliveira, Silvio Burrattino Melhado
- 292 ACESSIBILIDADE ESPACIAL ESCOLAR EM PÁTIOS PARA ALUNOS COM RESTRIÇÕES VISUAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO
ACCESIBILIDAD ESPACIAL ESCOLAR EN PATIOS PARA ALUMNOS CON RESTRICCIONES VISUALES: LA CONSTRUCCIÓN DE UN INSTRUMENTO DE EVALUACIÓN
SPATIAL ACCESSIBILITY IN SCHOOLYARDS FOR STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENT: THE CONSTRUCTION OF AN ASSESSMENT TOOL
Andrea de Aguiar Kasper, Vera Lúcia Duarte do Valle Pereira, Márcia do Valle Pereira Loch

4 CONFERÉNCIAS NA FAUUSP

- 310 UMA TRAJETÓRIA NO CAMPO DO DESENHO INDUSTRIAL
AULA INAUGURAL DO CURSO DE DESIGN DA FAUUSP
Alessandro Ventura

5 IN MEMORIAM

- 334 JORGE HAJIME OSEKI
Grupo de estudos, João Marcos Lopes, Wagner Germano, Pedro Arantes, Grupo de estudos do Lefebvre, Yvonne Mautner, Paulo César Xavier Pereira, Ermínia Maricato, Vladimir Bartalini, Khaled Ghoubar e João Sette Whitaker Ferreira

6 RESENHAS

- 350 A FAU PESQUISA NOS SEUS 60 ANOS
Eduardo A. C. Nobre
- 352 ESPAÇOS COLATERAIS / COLLATERAL SPACES
Roberto Andrés
- 355 EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO À DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Rosaria Ono
- 357 PLANETA FAZELA
Tom Angotti

7 COMUNICADOS

- 368 TESES E DISSERTAÇÕES
- 370 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
NORMAS PARA PRESENTACIÓN DE TRABAJOS
RULES FOR SUBMITTING PAPERS

APRESENTAÇÃO

Este número traz relatos interessantes de personagens fundamentais da história da FAUUSP: o polêmico professor Joaquim Guedes e o mestre dos ladrilhos, Carvalhinho. O inédito depoimento de Guedes realizado em 2001 à Cristina Leme é um importante registro de algumas de suas experiências com o urbanismo até então pouco divulgadas: o estágio com Padre Lebret, o projeto para Brasília e a organização do seminário sobre reforma urbana, pelas quais é possível recuperar suas idéias diante do contexto da época e seu jeito de expressá-las, muito característico. O relato de Angela Weingärtner Becker e de Cândida Maria Vuolo sobre Antônio Carlos Alves de Carvalho – ACAC ou Carvalhinho, o histórico personagem da Vila Penteado que conseguiu cultivar a sabedoria do processo de manufatura dos ladrilhos hidráulicos e recolher um precioso acervo que inclui peças de várias partes do Brasil, registrando também a história de uma técnica pouco conhecida pelos mais jovens.

Os 15 artigos que integram este exemplar apresentam questões levantadas por pesquisas que contemplam as distintas áreas de concentração da pós-graduação da FAUUSP. A versão para o português “*Você sempre entra por uma porta e sai por outra*” por Catherine Otundo, do texto de Anette Spiro, originalmente em alemão e com versão também em inglês, permitirá sua maior divulgação no meio brasileiro. Com base nas teorias de Collin Rowe, Spiro analisa a obra de Paulo Mendes da Rocha a partir de seus componentes constitutivos: terreno, cobertura, balanços, pilotis e suas relações no espaço, identificando princípios que constituem uma ordem próxima do classicismo, até então nunca associada à sua arquitetura. Com destaque às casas do Butantã, ao Jockey Clube de Goiânia, ao Pavilhão de Osaka, ao Mube e à loja Form, a autora expõe sua interpretação. O texto de Ana Vaz Milheiro, *Experiências em concreto armado na África portuguesa: Influências do Brasil*, revela sua investigação sobre a relação entre a arquitetura produzida nos anos de 1950 e 1960 em Angola e Moçambique, que teve o concreto aparente como prática dominante, e a arquitetura brasileira do mesmo período. Perscrutando a obra de três arquitetos: Francisco Castro Rodrigues, Fernão Lopes Simões de Carvalho e Amâncio d’Alpoim Miranda Guedes a autora identifica a particular interpretação, de cada um deles, da arquitetura brasileira.

A presença norte-americana na Revista Politécnica, 1905-1930 é resultado da pesquisa de Luiz Augusto Maia Costa, que constatou uma destacada presença das idéias norte-americanas sobre urbanismo nessa Revista, ampliando o leque de referências da cultura paulistana, normalmente atribuída aos países europeus, em especial França e Inglaterra. O autor confirma um quadro bem mais complexo, em que se verifica um intenso fluxo de exemplos e práticas de cidades americanas, como Nova York, Chicago, Filadélfia e Kansas City, que foram assimiladas e adaptadas pelos profissionais brasileiros às necessidades locais. *Tipologia edificatória em Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freire, é o texto no qual Solange Aragão destaca as diferentes formas urbanas sugeridas pelos tipos de moradias predominantes na região Nordeste do país na primeira metade do século 19: o sobrado, o mucambo, a casa térrea, o sobrado de esquina, o *chalet*, o cortiço e a casa de chácara. Enquanto para Freire as diversas tipologias permitiram o estudo da sociedade brasileira, Aragão as perscruta do ponto de vista da história da arquitetura, apontando a importância da moradia como elemento fundamental na conformação do espaço e da paisagem urbana. *Em A dimensão afetiva do espaço construído: Vendo a casa pelos olhos da poesia*, Rafael Alves Pinto Junior resgata a dimensão emotiva e sensível da arquitetura que, segundo o autor, é tão indelével quanto a concretude e a materialidade do espaço, e tão perceptível quanto suas qualidades mensuráveis e físicas. Do parnasianismo de Luís Guimarães Junior ao modernismo de Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e à contemporaneidade de Adélia Prado, Ferreira Gullar e Manoel de

Barros, o texto analisa as imagens do espaço de morar por meio da poesia no Brasil. Essa investigação pelas poesias brasileiras em busca de referências à moradia abre um caminho pouco explorado a um tema recorrente da historiografia arquitetônica.

Arquitetura e ambiente: A noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista, de Telma de Barros Correia, introduz uma leitura diferenciada sobre a adaptação da arquitetura brasileira ao meio ambiente, freqüentemente atrelada às conquistas do movimento moderno, desfazendo, assim, um equívoco que vem sendo reforçado historicamente. A autora, por meio de textos de diversas áreas do conhecimento, demonstra que essa já era uma preocupação dos profissionais do século 19 e, desde os tempos coloniais, a adaptação da arquitetura ao clima tropical era assinalada como qualidade de algumas construções, não sendo, portanto, a exploração desse aspecto um ineditismo do movimento moderno. Pelo contrário, essa preocupação já estava presente nas construções jesuíticas, conforme textos de Gilberto Freire, e foi fundamental na organização do ensino de arquitetura da Academia Real de Belas Artes do Rio Janeiro, segundo seu diretor e professor Manuel Araújo Porto Alegre.

Estrada parque, uma estratégia sustentável, de Carlos Alberto dos Reis Conde, é um estudo para o entorno de uma estrada que cruza a serra da Cantareira, uma área de especial interesse paisagístico e ambiental por se tratar da maior floresta natural urbana do mundo dentro de uma área metropolitana. Fruto de uma pesquisa mais ampla desenvolvida para o Grupo Água no Meio Urbano, esse trabalho recupera as relações entre a urbanização e a preservação dos recursos hídricos dessa região, com o objetivo de estabelecer uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a mesma. *Significados do urbanismo*, de Clóvis Ultramari, traz uma reflexão sobre uma pesquisa em andamento a respeito do campo do conhecimento do urbanismo e suas relações com o planejamento e o desenho urbanos, do ponto de vista epistemológico. Com base na bibliografia existente, o autor levantou as questões conceituais que envolvem a definição desse campo do conhecimento e preocupam os profissionais que planejam, administraram ou pesquisam a cidade, buscando esclarecer as possíveis sobreposições entre os significados de urbanismo e suas sobreposições com as outras denominações. *Novos instrumentos de gestão urbana e regional: Santo André e o caso do Projeto Eixo Tamanduateí*, de Margarida Nobue Sakata, analisa as transformações do município de Santo André diante da nova estrutura político-econômica imposta pela globalização. Esse importante pólo industrial da área metropolitana de São Paulo, a partir da década de 1970, passou por um processo de reversão, que levou a uma articulação com os municípios vizinhos para a retomada do crescimento econômico da região, por meio do projeto conhecido como Eixo Tamanduateí, o qual introduziu uma nova forma de gestão urbana, cujo teor é analisado pela autora. Em *Direito de superfície*, Regina Célia Corrêa Landim investiga, no âmbito da legislação, as possibilidades desse instrumento urbanístico para a construção de um espaço urbano mais igualitário que possa contemplar todas as camadas da sociedade. *Políticas urbanas para o centro de São Paulo: Renovação ou reabilitação? Avaliação das propostas da Prefeitura do Município de São Paulo de 1970 a 2004*, de Eduardo Alberto Cusce Nobre, recupera oportunamente as intervenções propostas para a área central da cidade de São Paulo no âmbito do poder público e analisa as mesmas sob as tendências da erradicação e da reabilitação, temas dominantes do debate internacional que geram, quase sempre, grandes polêmicas. Após um breve comentário sobre o panorama histórico da área central e as principais intervenções das administrações municipais a partir de meados da década de 1970, o autor se detém no Programa Ação Centro, implantado em 2002 pela prefeita Marta Suplicy, tendo em vista seu abandono e sua subutilização. Com base na diversidade funcional e social da região, o programa se estruturou em oito frentes de ação, de modo a estimular as atividades de moradia, emprego, cultura, lazer, educação e representação, cuja implantação foi investigada por Nobre, o qual constatou, tal como todos os outros planos anteriores, ter sido apenas parcialmente atendido, tendo conseguido diminuir minimamente sua decadência física e a vacância imobiliária. Assim, ao longo de 30 anos

de planos e projetos não foi possível alterar as características da região. O “*Camelódromo*”, *a cidade e os fluxos globais subalternos*, de Ludmila Brandão, analisa essa nova tipologia comercial presente na maioria das grandes cidades brasileiras. Trata-se de um edifício destinado a reunir os comerciantes informais, até então espalhados pelas ruas e praças das cidades, que constitui o local não só da compra e venda de mercadoria, mas, tal como os *shopping centers* legais, os camelódromos abrigam uma multiplicidade de fluxos econômicos e, sobretudo, culturais, a partir dos quais a autora reflete sobre a questão da informalidade no espaço urbano.

Em *Representação do projeto de arquitetura: Uma breve revisão crítica*, Artur Rozestraten enfrenta um tema crucial da criação arquitetônica – a representação. A partir das idéias de Paul Valéry, Henri Focillon, Luigi Pareyson e Susan Sontag, o autor percorre questões importantes para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, concluindo que a apreensão do processo de projeto é impossível em sua totalidade, pois é sempre realizada por partes, fragmentos, trechos e recortes. Para o autor, os arquitetos são privilegiados, pois são os únicos envolvidos que podem viver esse processo enquanto projetam.

O texto *Projeto de fachadas leves: Especificações de desempenho*, de Luciana Alves de Oliveira e Silvio Burrattino Melhado, é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento que apresenta os indicadores de desempenho necessários ao desenvolvimento das fachadas leves visando à melhor qualidade da obra com o menor custo de execução e manutenção. Segundo os autores, a fachada é um dos subsistemas mais relevantes do edifício, determinante para suas condições de habitabilidade e sustentabilidade, levando-os a estabelecer requisitos e critérios a serem priorizados e especificados nos projetos de fachadas leves para edifícios comerciais de múltiplos pavimentos, os quais são discutidos ao longo do artigo. *Acessibilidade espacial escolar em pátios para alunos com restrições visuais: A construção de um instrumento de avaliação*, de Andrea de Aguiar Kasper, Vera Lúcia Duarte do Valle Pereira e Márcia do Valle Pereira Loch, mostra-nos um conjunto de planilhas desenvolvidas como instrumento de avaliação das barreiras físicas que dificultam o uso dos pátios escolares pelos alunos com restrições visuais. Tendo como objeto de análise as escolas públicas de ensino fundamental de Florianópolis, SC, as autoras discorrem sobre as várias etapas de elaboração das planilhas, desde a identificação das características que deveriam ser verificadas nos ambientes para favorecer a acessibilidade espacial nas escolas, seu desenvolvimento e sua aplicação. A partir das análises de algumas escolas, as autoras puderam aferir a validade do instrumento proposto.

A conferência *Uma trajetória no campo do desenho industrial*, proferida pelo professor Alessandro Ventura como aula inaugural aos alunos do curso de Design da FAUUSP, resgata, por sua própria trajetória, parte da história do design brasileiro.

A revista Pós se solidariza à emocionada homenagem dos colegas, estudantes e amigos ao querido professor Jorge Oseki, também uma personalidade ímpar na história da FAUUSP, cuja inteligência, irrevênciencia e gentileza serão sempre lembradas por aqueles que tiveram o prazer de com ele conviver. Tive poucas oportunidades de desfrutar de seu convívio, mas me lembro de todos os nossos encontros, os quais, por mais casuais que tenham sido, marcaram-me profundamente.

Integram ainda esta edição quatro resenhas de publicações que abordam trajetórias e problemas de grande relevância para o futuro da arquitetura: *A FAU pesquisa nos seus 60 anos*, por Eduardo A. C. Nobre; *Espaços colaterais / Colateral spaces*, por Roberto Andrés; *Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*, por Rosária Ono; e *Planeta favela*, por Tom Angotti.

Boa leitura.

Mônica Junqueira de Camargo
Editora-chefe

2 | DEPÓIMENTOS

DEPOIMENTO GUEDES

Maria Cristina da Silva Leme



A entrevista com o arquiteto Joaquim Manuel Guedes Sobrinho foi realizada no dia 3 de abril de 2001, como parte da pesquisa que venho desenvolvendo sobre a formação do urbanismo em São Paulo.

Participaram da entrevista os arquitetos Paula Pollini e Rodrigo Guedes de Azevedo como bolsistas de iniciação científica. Paula realizou a pesquisa sobre a trajetória profissional que serviu de base para organizar a entrevista. Além de transcrevê-la e auxiliar-me na edição, foi responsável pelo desenho das informações sobre o plano para Brasília.

Em São Paulo, a separação do ensino de arquitetura da engenharia foi resultado de um processo de autonomização, ocorrida no decorrer da década de 1940. Possibilitou a formação mais autônoma de um corpo de professores, recrutados entre aqueles que compunham os quadros do IAB, sintonizados com as idéias da arquitetura moderna.

O professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, nomeado primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, apóia a formação do ensino de arquitetura mais vinculado ao movimento moderno, ao mesmo tempo em que concebe, junto do ensino de urbanismo, a organização do Centro de Estudos e Pesquisas de Urbanismo, o CPEU, para o desenvolvimento de planos urbanos.

Em outra vertente, o Movimento Economia e Humanismo, com a vinda do padre dominicano francês Louis Joseph Lebret ao Brasil, encontra um terreno fértil para a formação, em urbanismo, de jovens militantes católicos, em que se combinava um pensamento reformador, formulado a partir do conceito de solidariedade, e o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa empírica vinculada à ação¹.

Com importante atuação tanto em urbanismo como em arquitetura, a entrevista realizada com Joaquim Guedes abriu a possibilidade de entender o novo perfil profissional, na passagem de uma formação do curso de engenheiro arquiteto da Escola Politécnica para o de arquiteto urbanista, nas primeiras turmas da nova Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O contato com o método de pesquisa do Movimento Economia e Humanismo insere Guedes nas questões da sociologia urbana e marca as propostas de projetos de novas cidades e planos urbanos.

As questões propostas, preparando a entrevista, abordaram temas, do primeiro período de formação na FAUUSP até o final dos anos 60. Havia a intenção, infelizmente não-realizada, de entrevistá-lo

(1) Ver sobre a formação do movimento em São Paulo in: AMPARELLI, Celso. Joseph Louis Lebret e a pesquisa urbano regional no Brasil – Crônicas tardias ou história prematura, *Espaço & Debates*, n. 37, 1994.

sobre o período mais recente. Sua morte violenta e prematura, 27 de julho de 2008, pegou-nos de surpresa e não permitiu que esse projeto se realizasse. Nesta entrevista ele expõe suas idéias e fica evidente seu compromisso com a formação do arquiteto urbanista. Polêmico muitas vezes, ele procurava afirmar, de forma contundente, seu ponto de vista sobre o que considerava ser a arquitetura e o urbanismo. Discutimos e discordamos várias vezes. Nesta entrevista, seu ponto de vista parece-me exposto com clareza e paixão, marca de todas as suas ações, que espero ter resguardado da forma o mais fiel possível. É a homenagem de uma colega de ofício.

Joaquim Guedes: Deixe-me falar um pouco o que penso. Acredito que há uma gama muito grande de olhares sobre a cidade, os quais dão especializações, aprofundamentos, que têm a cidade como o centro, mas, no fundo, refletem preocupações, sensibilidades e possuem objetivo e capacidade operacional inteiramente distintos. Às vezes percebo-me discutindo muito isso, mais para demarcar campos e defender a necessidade de um aprofundamento de nosso campo, com cada vez menos gente. Por exemplo, em uma faculdade de arquitetura, considero hoje uma coisa, digamos assim, negativa, qualquer ênfase no conhecimento da numerologia das carências: falta esgoto, porque sempre falta, e esta exige um tão grande número de fatores, que não tem nada a ver com a arquitetura, e são preliminares, por exemplo: dinheiro, políticas, concepções de ação... muitas vezes envolvendo situações muito particulares, lutas locais que dão ênfase a uma coisa e não à outra... Isso vai da segurança, à falta de asfalto, à falta de escola, à densidade, ao congestionamento de tráfego... Tão amplo tudo isso, que qualquer ângulo que você pegue acaba estudando muito e sem necessidade. Aí, se a faculdade de arquitetura vai se preocupar com tudo isso, ela não faz nada. É isso que tenho sentido.

Você sabe que trabalhei muito com cidade e tive muitas oportunidades, às vezes, de pensar a cidade a partir do zero. O sítio era muito mais do que zero em Caraíba², por exemplo. O chão era tão horizontal, você não podia imaginar jamais de qual lado as águas corriam se chovesse, porque era uma mesa, caía para cá, vai para o lado contrário... Uma coisa terrível. Não tinha relevo, não era nada. Não só não tinha isso, como era uma coisa devastada, o calor, as rochas totalmente explodidas rolando em ambiente desolador. Recebi apenas os pontos em que havia as minas a serem exploradas, as minas de cobre, e uma relação de 1.181 empregos. A partir desses empregos e das características das atividades de cada emprego eu inferia, com alguma segurança, a origem dos empregados: Finlândia, Bahia, São Paulo, Chile, Canadá... e fui construindo a sociedade local de 20 mil pessoas. Tentando estabelecer algumas marcas de comportamento desses imigrantes no local, o impacto daquelas construções e como eles poderiam desenvolver atividades as quais demandassem espaço, relacionando uns com os outros.

Passei um ano pensando a cidadezinha. Esse trabalho foi da maior importância para eu pensar a cidade. Então, por um lado, não tenho coragem de dizer que isso não valia nada, mas, por outro, não recomendaria aos meus alunos que se metessem nessas coisas. Porque creio que você precisa trabalhar com o conhecimento coletivo o qual lhe dá uma série de insumos... e depois, o que pensei ter aprendido, no último momento fracassou.

Eu queria fazer uma cidade aberta. Conhecia a cidade da serra do Navio, que eu considerava um total fracasso, fracasso existencial e operacional. Por melhor que fosse o projeto de nosso amigo Bratke³, considerava a cidade errada. A cidade não é boa quando é feita de arquiteturas naquele padrão americano de cidade no campo. Ela é boa quando corresponde à população.

Mas acontece que a cidade a qual eu tinha feito a partir de uma leitura de sociedade, aspirando à democracia, à convivência e à pluralidade, na última hora, a direção da empresa, que tinha aprovado todo o meu projeto, passo a passo, por mais

(2) Durante o período de 1976 a 1982, por encomenda do BNDES, desenvolve o projeto para a implantação da nova cidade de Caraíba. Distante cerca de 500 km de Salvador e 100 km de Jaguarari, sede do município, na caatinga baiana, em uma região de jazidas de cobre. A experiência foi analisada em sua tese de livre docência pela FAUUSP, *Um projeto e seus caminhos*.

(3) Oswaldo Arthur Bratke.

(4) Lourival Gomes Machado.

de dois anos, decretou que não iria permitir a entrada de pessoas de fora, não-empregados da companhia. Então, cercou a cidade e mandou colocar infra-estrutura em uma cidade chamada Abóboras, a cinco km dali. A empresa mandava, sob ação de polícia, todos os eventuais imigrantes de Caraíba, que viriam para ali naturalmente, para uma cidade com possibilidade de emprego, emprego secundário, como as empregadas domésticas e os ambulantes.

O que propus fracassou com a simples batida de martelo de um diretor, jovem de 28 anos. Todo o jogo de áreas que eu tinha preparado para esses imigrantes terem lugar, acabou em uma cidade sem gente, uma cidade vazia, de densidade muito mais baixa. Aquela vida que eu imaginava poder liberar com os arranjos os quais permitiriam a cidade ser aberta...

Penso que todos esses conhecimentos, sociais e políticos, são muito mais importantes enquanto ação objetiva, concreta, política. Em certo momento é mais importante que um tratado de sociologia sobre os movimentos de uma sociedade, em uma cidade, para a ação... Então fui cada vez mais deixando-me ir para o *corner*, um canto, um ponto de vista em que o interessante é ensinar e experimentar, preparar os alunos para fazerem formas ao homem, formas para atender às necessidades humanas, necessidades sociais e, nesse desafio, o arquiteto aguça, inclusive, sua capacidade de conhecimento do social, sua maneira e segundo as urgências de seu desenho, porque é uma forma preciosa de conhecimento que o sociólogo não vai ter.

Eu te contei que fiz o curso de Sociologia Política de tanto considerar importante por minha experiência com o Lebret. Quando me separei dele, fui fazer o curso na Escola de Sociologia e Política. Antes, fui conversar com o Lourival⁴, que tentou me desaconselhar: “Guedes isso não existe, sociologia urbana não existe, um dos únicos estudos que se conhece são sobre cidades médias americanas, fora isso não há nada, ninguém estuda metrópole, algumas estatísticas esparsas...” Então fui fazer sociologia geral e aprendi muito, era uma delícia o curso, economia social e política, economia urbana.

Mas, acredito que nossa maneira de tratar cidade tem de ser tentada com muita sensibilidade, muita paciência, muita abertura e deve estar ligada à urgência de inventar formas para a vida humana, isso te dirige, orienta, porque você vai ser obrigado a olhar a sociedade e ver o homem, tentar ler como eles usam o espaço. Isso é direto, não é a sociologia geral, não é a criminalidade... é uma coisa muito específica e isso ninguém ensina, só em uma escola de arquitetura, e que não faz, faz pouco, faz mal. Um dos problemas a resolver em nossas escolas, para dar uma oportunidade e verificar o que é a profissão do arquiteto hoje, deveria se concentrar no preparo do jovem para fazer formas e, aí, qualquer forma que você faça é um objeto urbano, obrigatoriamente. A exceção é a casa rural, Palladio, mas qualquer coisa que você faça é urbano, é gregário, e isso, para mim, é inevitável.

Não permito mais que os jornalistas me chamem de urbanista, porque quero ser arquiteto. Na Alemanha acabei de quebrar o pau. Sou arquiteto e tenho sobre nossa escola uma idéia, que você me ouviu falar no Rio. A expressão arquitetura e urbanismo e a faculdade nascida no Brasil é resultado da briga do Anhaia com o Prestes Maia. O Anhaia, naquela época, fazia um discurso do urbanismo social, urbanismo como uma coisa social, meio demagógica, inclusive, mas, na verdade, ele nunca tinha feito urbanismo, creio nunca ter aberto um plano para desenhar uma avenida, enquanto o outro fazia avenidas e o diabo. Por outro lado, os estudos sociais se ampliam muito no mundo, e mesmo nas escolas de arquitetura da Europa, chamados só de arquitetura, o grupo dos sociólogos está ganhando força. Lá, porém, o sociólogo não sai de seu chinelo, não enche o saco, não dá palpites e tem muita raiva de arquiteto, porque os arquitetos passeiam pela escola como príncipes, falam alto, falam grosso. Mas a verdade é que os estudos sociais têm tido um incremento muito grande. Então, eu diria que a realidade urbana, cada vez mais complexa, com cada vez mais estudos, atinge e mobiliza vários campos do saber,

(5) Roberto Cerqueira
Cesar.

especializadíssimos, como legislação urbana. Nós precisávamos desenvolver nosso campo específico de conhecimento, de estudo, que teria como alvo sempre, como referência permanente, a invenção dos objetos urbanos, dos espaços habitáveis, e sempre, ao serem internos, são também externos e é por isso que não vejo nenhuma diferença ou limitação entre arquitetura e o resto, é tudo arquitetura para mim.

Maria Cristina: Nessa época, na FAU, existiam grandes e pequenas composições?

JG: Existiam, mas não eram relevantes, era sempre arquitetura.

MC: Você já começa a ter o urbanismo como cadeira?

JG: Era a cadeira do Anhaia, com ele fazendo discursos inflamados, ele era um demagogo infernal. Eram discursos de uma extrema capacidade de entusiasmar e sensibilizou-me demais. Fui formado a partir daquelas verdades, porém, em meu primeiro trabalho, Brasília, percebi que não dava pé, a cidade ter de ser limitada, ter o *green belt*, as zonas de sítios e chácaras, campos e verduras e isso era muito sistemático nele, eu fiz muitos projetinhos urbanos na base dessas regras de desenho. Mesmo assim, com todos esses erros de conceito, limitações de enfoques e esse primitivismo do pensamento do urbanismo paulista e brasileiro, foi altamente motivador. Saí da escola certo de ter uma missão em relação à cidade, que o negócio não era fazer arquitetura, a arquitetura seria produzida pela indústria de construção, pré-fabricados, e restava ao arquiteto pensar a cidade onde essas arquiteturas seriam expostas naturalmente e encontrariam seu lugar facilmente, de maneira harmônica, porque o urbanismo é harmonia e tal.

No quinto ano fui reprovado pelo Rino Levi e pelo Robertão⁵. Eles foram admitidos em maio e davam aula no segundo semestre. Eu me considerava formado, e era de uma auto-suficiência, de uma arrogância sem tamanho. O Rino dava aula solene, de professor italiano e o Roberto era o assistente. Então, o resultado: não fiz nenhum trabalho “imagine fazer esta droga de projeto de apartamentos, estou fora”. Acreditava que ele não me reprovaria. Primeiro, porque era visível eu já ser uma pessoa formada, arquiteto e competentíssimo; segundo porque eu sabia mais do que ele, pois convivia com o Lebret e ele não sabia nada. Mas fui reprovado.

Procurei o Rino... que não me recebeu. O Robertão me recebeu e, muito simpático, explicou o problema: não podiam me dar uma nota sem um trabalho. Eles marcaram, para mim e mais quatro colegas reprovados, todos piores do que eu ainda, um dia, às 8 horas, para fazer um projeto. Chegamos às 8 e saímos de lá às 6 horas da tarde com um projeto e todos nós tiramos nove, dez, porque o projeto era formalmente fácil de fazer... E nessa ocasião tive a cara de pau de dizer: “– Professor, minha concepção é essa, o que acabei de declarar para você – o mundo não é mais para arquitetos, a arquitetura acabou, o negócio hoje é assim...” e contei para ele como eu via... Mas o interessante foi: de lá para cá, cada vez mais fui me convencendo do contrário.

Não existe plano, grande plano, plano geral, não existe planejamento de grande geometria. Você tem linhas gerais, certamente erradas e o dia-a-dia vai dizer, não é bem por aqui, é do outro lado. A briga, os conflitos e as conciliações são de uma grandeza extraordinária, muito maiores do que aquilo que a gente pode ter na própria cabeça. Pouco a pouco, fui me convencendo do contrário e acreditando muito nas ações das pessoas e em seus projetos. Não por acreditar no individualismo, no liberalismo, mas por crer que a vida humana leva cada um a cuidar, antes de mais nada, da própria respiração, da própria existência, da própria comida e, depois essa exigência fundamental, primária e individual, acaba levando à sobrevivência, obriga à agregação, à convivência, obriga às boas maneiras, ao bom comportamento ou até a criminalidade para se ter o que não tem. Foi essa a passagem do macro para micro.

Quando entrei, a escola começou com arquitetos modernos dando aulas, o Artigas, Abelardo de Souza, Ícaro de Castro Mello, Zenon Lotuffo. O próprio Anhaia tinha uma

visão moderna e ele dava amparo a isso. Havia, também, um grupo de professores mais antigos, mais velhos – davam aula de história da arquitetura, como o Luís Simões Magro, que fez a Nossa Senhora do Brasil⁶. Ele dava uma aula formal e eu adorava, porque era uma das poucas aulas que te colocava em contato com a arquitetura mundial, com a cultura mundial. Os novos jovens arquitetos, também de uma pretensão sem tamanho, acreditavam que estavam ensinando para o mundo e era um saco o discurso, era de uma pobreza total. Assim foi a escola que eu conheci. Os livros eram poucos; logo depois da guerra, quais livros você tinha? Os americanos, saindo do esforço de guerra, a Europa devastada. As apostilas de matemática que a gente recebia, os livros eram apostilas escritas a mão por grandes matemáticos italianos e você recebia em papel jornal e comprava na livraria italiana. Eram tempos de muita precariedade, mas, ao mesmo tempo, uma grande ênfase na reconstrução do mundo que só poderia ser feita por arquitetos. Parti com ambições muito grandes e aprendi no erro, como estou dizendo, aprendi errando, eu fazia maus projetos; naquela angústia de tentar, errava mais ainda e houve momentos em que eu dizia: “Santo erro, porque se não fosse, como eu estaria perdido!”

MC: E o trabalho com Lebret?

JG: Eu conheci os Katinsky⁷ e fiquei muito amigo deles. A Liliana era muito amiga da Teresa, eram as únicas mulheres da escola; a Teresa no primeiro ano, a Liliana na segunda turma e eu na terceira, um ano mais atrasado que a Liliana. E começamos a ter muita convivência. A Teresa e o Julinho eram muito ligados aos dominicanos, eu não era, mas fui trabalhar com o Lebret. Não sei por que eles não foram, creio que não se interessaram. Fomos, o Domingos, a Clementina, a Liliana e eu. O Lebret foi fantástico. Eu desenhava, todos eram desenhistas também, mas éramos obrigados a ler o material para fazer a representação gráfica. Depois começamos a ler para corrigir o português e rever a datilografia e aí entendi o que o Lebret fazia. Mais tarde, comecei a trabalhar ativamente nas coisas dele. Separei-me no ano em que me formei. Trabalhei com ele enquanto era estudante na escola.

Foi o que ficou dessa convivência. Primeiro, uma fase curta mais religiosa que acabou em impasse católico de esquerda, porque o Lebret não dava um passo além do limite católico e isso levava, às vezes, a algumas incoerências. Em nenhum trabalho do Lebret você vai encontrar qualquer referência ao petróleo e, no Brasil, naquela época, era central, e também à reforma agrária, central. Todos os planos dele passavam longe disso. E para nós não podia ser dessa forma, tinha de ser analisado no conjunto; as políticas deveriam atender a essa necessidade de superação dos atrasos nacionais. Não que ele fosse vendido, mas ele era muito sabido, era também um grande comerciante e sabia, que, ao fazer um plano para o Lucas Nogueira Garcez, não podia falar nessas coisas. Ele se submetia acreditando que o ganho, até onde ele falasse, era sempre um ganho de grande significação.

Mas entendi o seguinte e foi uma luz em minha vida. O Lebret era especialista em análises de níveis de vida, inclusive o famoso *“niveaux de vie de la population”* e fazia análises no mundo inteiro pago pela ONU, ele era um especialista da ONU, e, com isso, ele desenvolveu alguns instrumentos de análise. Esses gráficos eram, basicamente, do seguinte tipo: não só uma sistemática de transformar em gráfico os fenômenos sociais – isso naquele tempo era uma ciência, uma coisa nova, era o começo da numerologia complexa das grandes máquinas de calcular velozes, ainda não da informática, não era computação. Ele começou a transformar números em gráficos, nos quais ele procurava expressar a realidade em quantidades e comparações.

Um dos gráficos mais impressionantes eram discos, com raios que passavam pelo centro, produziam setores opostos. Ele passava um traço nesses discos e embaixo colocava os fatores econômicos decodificados por ele em diversos tipos, padrões significativos, e, em cima, valores que chamo de sociológicos e éticos, a expressão não

(6) Igreja Nossa Senhora do Brasil.

(7) Júlio Katinsky, professor do Departamento de História da FAUUSP.

é muito correta, estou traduzindo mal. Por exemplo, uma sequência embaixo que seria: tem automóvel, tem rádio, como é que comem, tem fogão, a rua é asfaltada, tem escola e coisas assim... e, em cima, começavam: a cultura, valores associativos, níveis de formação, categoria de emprego, coisas assim... Era muito sofisticado, era de uma sofisticada precisão e de uma extrema simplicidade e eloquência. Você via claramente. Ele examinava, por exemplo, cidades brasileiras, cidades européias, americanas e estabelecia padrões de medida compatíveis e você via – se não tem fogão também não tem universalidade, se não tem não sei que diminui a proporção de isto com aquilo e aí vai... O tamanho das casas, o número de pessoas por quarto, uma série de coisas que revelavam padrões de vida. Muito cedo aprendi que havia uma correspondência direta entre o econômico e o social e depois, o que já era meu, entre o social e as formas de organização do espaço. Ele fazia na escala macro dos planos regionais e eu comecei a viver aquilo na minha arquitetura e no pensar a cidade. Acredito ter explicado quase tudo que você queria saber.

MC: O plano de Ourinhos.

JG: Foi com o Baltar⁸. Ele era o engenheiro que assinava, porque o Lebret precisava ter pelo CREA alguém para assinar os planos e o Baltar era o menino de ouro dele. Ele era catedrático no Recife. A ligação do Lebret com o Baltar não conheço em detalhes, mas os dominicanos tinham um grande número de padres, do Rio para cima, descendentes de famílias muito importantes do Nordeste, usineiros e tal, e esse pessoal era ligado ao Baltar. O Baltar também era um homem de esquerda, fundador do partido socialista, um pouco católico e tal, mas era de esquerda, não era do PDC. O partido socialista, tinha uma posição muito peculiar, pois conseguia não ser comunista, mas ser superinteressado no social, desde que ninguém comesse crianças, enquanto o PDC era uma confusão geral, de ir à missa e amar o próximo e o resto não é tão grave.

O Baltar era um primor de inteligência, um brilho pernambucano, tipo Gilberto Freyre, um cara cheio de verbos e tal. Muito ligado, muito falante, boa pinta, cheio de filhos, enfim, um primor de pessoa. Amicíssimo do Prestes Maia, com quem ele viajou para os Estados Unidos. Não sei se ele contava por ouvir dizer ou se ele teria estado mesmo nessa viagem com o Prestes Maia, seria uma coisa para vocês, historiadores, investigarem. Mas ele contava que o Prestes Maia, na viagem para os EUA, fazia assim: alguém pegava um texto e lia e ele repetia as palavras de trás para diante, a frase inteira, uma memória de elefante.

O Baltar convivia com os planejadores, que eram muito atrasados. Todos eles faziam um urbanismo de fora para dentro e não de dentro para fora, como eu imaginava que se devia fazer. No máximo, era aquela questão das avenidas, um pouco por mimetismo, um pouco por intuição de que um dia a gente precisaria de ruas largas e avenidas, como o Haussmann em Paris.

Havia muitas razões para fazer, sem serem muito racionais, com o perdão da explicação meio burra. O Baltar era um engenheiro que gostava de ler por ter uma cultura, como o Joaquim Cardoso, um engenheiro culto, que, de repente, aplicou-se nisso. Lembro ter achado muita graça, porque ele era especialista em fazer gráficos também, não era à toa a convivência com Lebret, então toda aquela parte ele fazia uma curva que expressava todas as relações de densidade daquele bairro, ou dos outros bairros, e com isso ele era um racionalista, matemático e tinha um amor pela sociedade, pelo humano e tentava, certamente, intuitivamente, trabalhar pelo social articulado à engenharia. Nunca diria que o Baltar foi um planejador urbano ou que fez planejamento urbano.

MC: Baltar, no plano para São Paulo, era o encarregado da parte urbanística.

JG: Ele sempre assinou os trabalhos, ele era o CREA, quem assinava tudo – índices urbanísticos, densidades. A questão das densidades era mais o Mário Laranjeira,

(8) Antonio Bezerra Baltar.

(9) Celso Lamparelli.

também, engenheiro, independente do Baltar. Eu era muito amigo do Mário, ele vinha a minha casa, quando namorava a Zezé, e pediu-me para conseguir um emprego com o Lebret. Ele não queria trabalhar na construção civil porque se preocupava muito, na linha do católico, em trabalhar para o bem da sociedade. Tudo isso brincando muito, os anos me deram esse direito de brincar. Ele era muito sério. Ele vai para Harvard para estudar urbanismo, planejamento, e volta para trabalhar com o Lebret. Acredito que ele falou comigo antes de ir e, como não havia o que fazer, não havia trabalho, era muito pequeno o trabalho, ele foi embora, até um pouco chateado. E escreveu-me várias vezes, várias cartas, contando como era, cartas longas, a gente tinha uma relação interessante. Tudo muito intenso, mas muito raro, nada íntimo, vamos dizer assim. Porque ele era um tipo muito sério, muito fechado, mas, mesmo ele sendo tão difícil e eu tão fácil, nossa relação era muito discreta, cerimoniais e tal. Aí quando eu saí, ele entrou e fez São Paulo; pois saí um pouco antes de começar o Plano de São Paulo, entraram: Mastrobuono, Lamparelli⁹, Mário Laranjeira e uma porção de jovens, um pouco mais jovens do que eu.

MC: E Brasília?

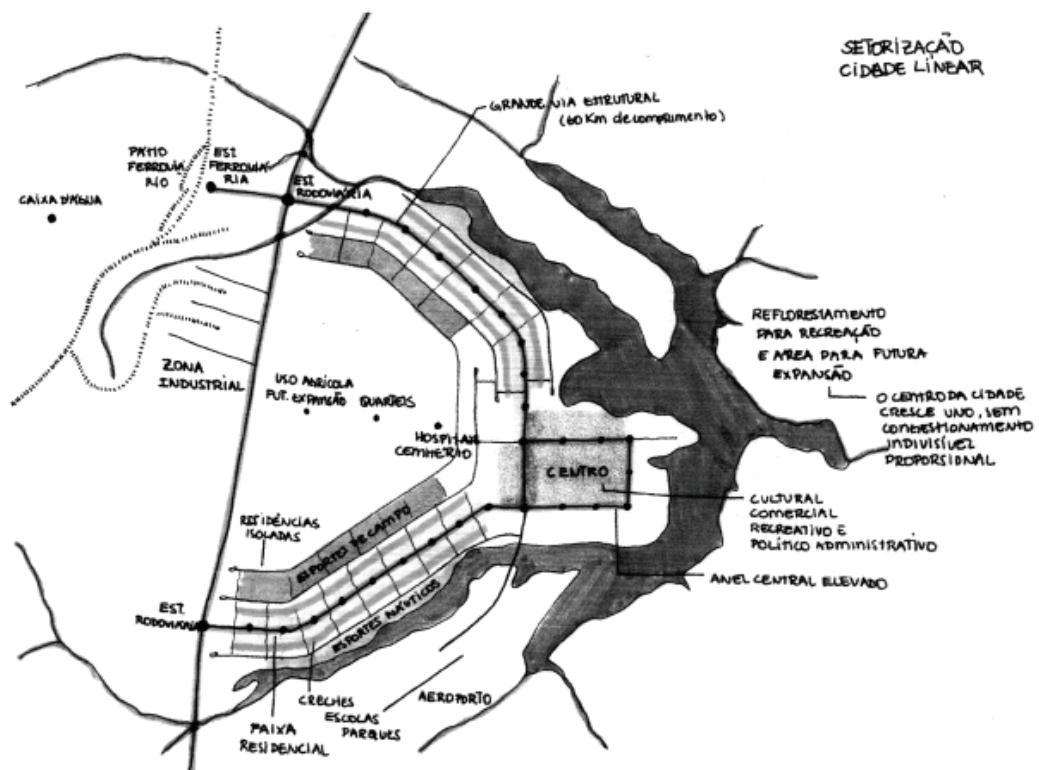
JG: Olha, quando acabei Brasília e vi a natureza das pranchas que os outros colegas tinham feito, pranchas e maquetes, fiquei muito envergonhado, enfim, com muito receio de ter feito um trabalho ruim e tal. Porque os nossos desenhos, você viu alguma coisa, eram apenas uma colocação no papel de linhas, de diretrizes de áreas, e conceitos de utilização do solo à margem dessas linhas. Na verdade, era uma forma de ancoragem, de desenvolvimento urbano que a gente não queria definir, nós não quisemos fazer arquiteturas, não quisemos definir muito as coisas. É um trabalho ainda muito voltado à idéia de destinação do solo a certas atividades, mas não como na *Carta de Atenas*, isso porque nós queríamos saber a maneira de organizar a família, as comunidades, as frações sociais na cidade. Qual seria a forma com que essas famílias se aglutinariam, como viveriam pais e filhos e escolas, domingo, em dia de semana? E o que seria esta cidade? A partir daí, sabendo que ela se destinava a funcionários públicos e aos serviços de apoio, mas, os funcionários, como sendo dominantes e dominadores na cidade, porque seriam os reis e até hoje são, começamos a trabalhar isso, tentando trabalhar também com a variável – a mulher no trabalho, porque a gente sabia também que o funcionalismo público tinha a maior população trabalhadora feminina no Brasil, fora a agrária, que era desconhecida. Se isso era verdade, daí decorria alguma coisa em relação aos filhos: como organizá-los, como organizar os espaços para esse tipo de vida. Havia também essa ambição de os adultos precisarem ter uma vida adulta plena, política, social; portanto, que as crianças dessem folga; como dar folga? Imaginar que cada família teria uma empregada nordestina chegada aqui não era moderno, não era razoável. Como oferecer alguma condição? Então não fizemos isso, mas escrevemos tudo isso como uma oportunidade experimental, de investigação, já que era uma cidade que, antes de mais nada, tinha de ser uma experiência modelar.

Estudamos muito, nessa ocasião, os kibutz, naquela época muito pouco conhecidos. Rose Delprat, uma socióloga, cujo marido era um estatístico que trabalhava com o Lebret, Raimundo. Isso é uma coisa importante, também aprendi com esses caras, que um estatístico era um cara maravilhoso e fundamental, daí vem minha mania de trabalhar com números, porque me ajudam a pensar; encontrei outra maneira de usar números e isso dava prazer.

Rose Delprat vinha maravilhada com os kibutz. Apesar de ser uma pequena população em Israel, era a população, que, digamos assim, tinha fantasias nacionais. Os mais antigos, Ben Gurion, Golda Meyer, eram personalidades fantásticas, os grandes vultos de Israel saíam dos kibutz. Embora a massa comerciante deitasse e rolasse em Telavive, não tinha nada com os kibutz, os grandes políticos de Israel vinham dali, as grandes mentalidades e tal.

Comecei a pensar nesse perfil de formação humana que o Brasil precisava. Por que não aproveitar o tipo de relação pai e filho, o tipo de relação inerente à estrutura dos kibutz e a seus propósitos? Então, comecei a acreditar nisso e recomendar, não porque eu fizesse no plano, a recomendar uma procura por parte do Estado, ao fazer Brasília, para toda a cidade ou para parte dela, uma investigação de relações familiares, de organização da vida cotidiana familiar totalmente diferente. Aprendi coisas fantásticas. No kibutz, as crianças tinham suas casas, seus dormitórios, seus refeitórios e os pais, como não tinham dinheiro, tinham, às vezes, um pequeno quarto. No começo, não tinham direito sequer a ter fogão no quarto, tinham um chaleira. Também comiam em restaurantes. Era uma vida muito econômica e, de fato, eles organizavam todos os recursos para dar prioridade às crianças, então as crianças tinham biblioteca, esportes, adultos que se dedicavam aos diversos jogos infantis, jogos de saber, jogos de divertir, jogos, de tudo. Porém, todos os dias os pais saíam do trabalho às 4 horas, iam para casa, onde sempre havia jardins, lugares de lazer e, também, espaços comuns sociais, salas. Nessas horas os pais ficavam com os filhos, das 4 às 7 horas. Segundo Rose Delprat, isso propiciava relações familiares extraordinárias e de uma consistência que a gente não conhecia em nosso capitalismo bárbaro, tupiniquim e predatório no qual as mães tinham três jornadas de trabalho, o pai nunca chegava em casa, acabava fugindo, porque estava envergonhado, enfim, aquela bagunça total. Lá, a falta de dinheiro e alguma organização prenunciavam uma nova sociedade.

A partir daí, comecei a imaginar: fazer as cidades seria pensar sobre arquitetura; você vê como eu destoava, sem querer, do modelo. Os edifícios não seriam formais, não haveria razão de fazer o edifício convencional porque não se vive, não se deveria viver convencionalmente, ou, pelo menos, deveria se investigar outras formas de vida. Daí a



Esquema do Plano Piloto
Elaboração: Paula Pollini

(10) Domingos
Theodoro de Azevedo.

(11) Rino Levi.

pensar em raios de ação por idade: a criança, até uma certa idade, moraria na base dos prédios, onde os pais tivessem suas unidades e elas teriam sua escolinha, seu dormitório também para que, embora separados, houvesse uma grande relação e o necessário controle familiar das coisas. Se eu começar a falar de memória, primeiro, vou errar muito, vou inventar muito, vai ser pouco produtivo...

Mas o que eu queria dizer é que nesse processo de pensar, de repente, eu me via a braços com uma formação urbana, muito maior do que jamais tinha ouvido falar. Também comecei a pensar que ninguém poderia imaginar o tamanho que iria ter, porque era um organismo vivo. Se, por acaso, tivessem energias e economias capazes de sustentar o desenvolvimento, ninguém seguraria e, se não tivessem, jamais chegaria aonde se tinha pensado.

Foi uma coisa interessantíssima: convidei algumas pessoas para trabalharem comigo, sociólogos, um padre, porque a igreja, naquele instante, era muito interessante – as organizações paroquiais, que, em francês, tinha um sentido muito especial de bairros.

Não me lembro de todos: estavam o Cândido Mendes de Almeida, que mencionei a você. Nessa altura, já estava longe em minha loucura. O Cândido vinha a São Paulo para fazer conferências e fui conversar com ele, fomos comer qualquer coisa fora. Depois, ele foi até a minha casa. O Cândido tinha 30 e poucos anos de idade, eu tinha 24, então havia aí seis a oito anos de diferença – não é grande coisa, hoje a gente sabe que é zero, mas a diferença entre nós era total, porque ele já era, a essa altura, membro do ISEB. Este era um lugar de iluminados que orientavam Getúlio Vargas, e depois o Juscelino. O Getúlio se matou e eles continuaram em cima, era como se ninguém os tirasse dali. Comecei a falar dessa organização e também sobre a importância da concentração para reduzir as distâncias, para facilitar a comunicação. Era preciso otimizar o sistema de transporte. Não existia metrô no Brasil e, em 1954, eu nunca tinha visto um metrô, ninguém viajava naquele tempo, nove anos depois da guerra. Mas eu tinha aquela brutal urgência de encontrar uma solução tecnológica. Eu dizia: é preciso tirar partido das virtudes da aglomeração, porque se ela é inevitável e indica um caminho de economia urbana, é preciso aproveitar as energias e as potencialidades da aglomeração, e toque aglomeração nisso – quanto mais aglomerado, mais eficiente.

Tive a felicidade de ter um amigo, o Domingos¹⁰. Ele é uma maravilha, porque ele leu tudo antes de você e quando ele fareja que você está com alguma preocupação, ele traz um livro para você. Então também cresci vagabundo, nunca pesquisei leitura, nunca fui pesquisador porque ele me punha no colo tudo o que precisava, na página certa, infernal! Ele destruiu o possível grande pesquisador que eu seria. Ele lia de leituras gregas a urbanismo contemporâneo, a sociologia do dia, e tal. Desde os que desenhavam as praças ao estudo do significado das praças e sua mecânica, tudo! Era um cara realmente muito interessante, hoje ele está aí, ele é mais velho do que eu um pouquinho, uns dois anos, e está na Sempla, é uma pessoa muito discreta, realmente... Devo muito a ele, e muito a Liliana, que era outra pessoa incrível, tinha uma formação cultural fantástica. Mas, voltando aqui ao Domingos e essa equipe, ele foi o primeiro a trazer-me o Ortega y Gasset, o primeiro que me pôs nas mãos o *Eupalinos*, e com a frase “*il n'a pas de detail d'execution*”, como também meu primeiro Walt Whitman, meu primeiro Fernando Pessoa. Sabe, eu podia descansar, não me preocupava com pesquisa bibliográfica. Acredito que na FAU deveria sempre se contar com um aluno como o Domingos para fazer a pesquisa para a classe.

Ele trabalhava com o Lebret, éramos colegas de escola. Ele era colega de classe de Liliana, que logo percebeu ser ele um fulano culto e, ele, reciprocamente. Aí, quando fui com o Lebret, convidei-o e fizemos um núcleo. Ele foi meu padrinho de casamento depois e éramos muito integrados; ele sempre foi um amigo muito leal, coisa rara na vida da gente.

O interessante é o seguinte: a cidade compacta, portanto vertical, embora no cerrado, distante de tudo, tinha uma densidade altíssima, mas também não havia limite. Não era como o Rino¹¹, porque eu achava que não precisava, também não sabia o que eles quereriam fazer, qual economia faria isso lá no planalto sem tecnologia. Eu era muito pé na terra, jamais faria aquelas torres do Rino. Aquilo era uma fantasia irresponsável, quer dizer, não fiz aquilo para construir um desenvolvimento, fiz para investigar – quem quer pensar uma capital do Brasil não pode ter essa atitude. Em vez disso acreditava que iriam ser prédios de seis, oito ou dez andares, enfiando-se no Planalto, era um terreno ascendente, um platô, mas com uma ligeira declividade de 10%, e, de repente, os andares iam acabando no solo, porque a declividade ia comendo as lajes. Os prédios, nisso, constituíram-se nossa única insistente sugestão; acreditava que o prédio deveria ser contínuo e você, de andar em andar, ia subindo e andando nesses andares como se fossem ruas. Minha preocupação era a seguinte: uma tal organização física exclui a rua convencional? Estamos diante de uma grande virada, o homem não andará apenas nas ruas, ele terá outras formas de locomoção mais confortáveis, mais agradáveis. Mas não cheguei a esboçar isso, sugeriu que se investigasse algumas saídas as quais estavam sendo propostas por Alison¹², ou então pelo próprio Corbusier, como as ruas internas. Alguma coisa teria de mudar.

Então, para nós, pensarmos isso já foi um tal desgaste e um tal cansaço, que a gente não queria entrar em arquitetura, além de eu estar convencido que ela surgiria de algum jeito. Esse foi o meu primeiro confronto com a contradição; lembra quando dizia que a indústria daria conta disso, não era preciso mais arquitetos e tal?

Mas a verdade é que se passou um mês e, na véspera de entregar o projeto, o Cândido me telefona. Ele estava em Ouro Preto, e diz: “Guedes, desde que falei com você não consigo mais sossegar, escrevi um texto e quero te entregar. Estou indo para São Paulo, vou passar por aí, chego à noite, você me pega no aeroporto...” Ou vinha de carro, não sei. Sei que fui e ele ficou em minha casa. Estava com um terno branco, era verão, a entrega foi em janeiro e fevereiro. Ele estava com camisa marrom, o terno de linho marrom, sujo completamente, de estrada, de pó, de tudo. Começou a falar e deu-me um rascunho do texto. O título era *A cidade vertical de Brasília ou o espaço acicatado do ocidental*, nada mais nada menos – aí o que eu faço: “– Domingos, dá uma lida nisto aqui, pois com este título não sei o que a gente vai fazer.” E o Domingos e a Liliana leram o texto. Horas depois: “Guedes, isso é maravilhoso, é exatamente o que você pensava, estávamos querendo, precisando.” Aí fui ler e, de fato, era um texto muito interessante, texto histórico, eu diria, porque ele discutia a cidade vertical e sobre espaço – qual sentido tem isso? E no espaço acicatado ele procurava. Acicatado é como se um alicate pegasse; por exemplo, você pode dizer que é acicatada a cintura de uma formiga, que sai para cima e para baixo, o tórax e a bunda, enfim. Mas a verdade é que o texto era muito interessante. Coloquei-o como introdução, na frente.

Você sabe como se fazia isso, como todo o projeto era realizado em papel canson, folha de 1m por 2,5 m, feito à mão, o Costinha desenhando, o Abrahão desenhando. Todo mundo. Enfim, várias pessoas, e ninguém dava um palpite; esses meninos tinham dois anos a menos que a gente, eles faziam aquilo com respeito religioso, como se fôssemos uns inspirados, eles não imaginavam o que fosse aquilo.

Aí fizemos essa cidade vertical, tinha uma alta densidade pontual, 1.000 habitantes por uma área próxima do terreno delimitado, mas esparsos no ambiente verde. Havia esportes de água próximos do lago, esportes de montanha para dentro e era uma linha só, começava com 500 mil habitantes na ponta, basicamente, e, se crescesse, continuaria até mais ou menos 1.200 milhão de habitantes. Esse número inventei na munheca, com minha mania numerológica. Como? Tomei a população federal que, supostamente, ia para Brasília, porque ninguém dizia quantos, mas com certeza vai mudar, e essa população federal de origem também exigiria, em cidade distante dos centros urbanizados, uma população de apoio própria, para ter um mínimo de

(12) Alison e Peter Smithson, arquitetos ingleses, integraram o Team X.

autonomia, indústria primária, agricultura local. Nós produzimos todo o Distrito Federal em torno disso. Você vai encontrar, em nossos projetos, estradas rurais, centros de máquinas de agricultura, zonas e vales com proteção de árvores plantadas, árvores de espécies moles e outras duras, para fazer uma economia vegetal modelar, para fazer daquilo uma pequena experiência importante. Na parte central coloquei todas as atividades metropolitanas.

MC: Era um centro muito mais interessante do que um centro só administrativo?

JG: É, eu tinha. Nesse eixo, todos os ministérios, o Palácio Alvorada já estava por aqui, depois coloquei aqui do lado a administração do DF, esporte, aqui a Universidade, ali o grande comércio metropolitano e hotéis e atividades de banco e tal. E, para cá, a população com atividades mais ou menos locais, inclusive trabalho local. Esses pontos eram paradas de metrô de tal maneira, que em cada um deles haveria mais ou menos... sei lá quantos mil habitantes, o total era 1.200.000. Isso, segundo estimativas nossas, população capaz de tornar essa via econômica. Claro que esses ângulos eram abstratos, eu não sabia se o metrô faria essa curva ou não, e no centro ele era elevado, então a vegetação iria passar por baixo sem ser cortado por esse trânsito rápido e, aqui, ele era semi-enterrado.

Um grande eixo viário e, se não me engano, um grande eixo ferroviário em cima ligando os pontos que interessavam no platô lá no alto, havendo a possibilidade de um desenvolvimento especial residencial, se fosse necessário, uma coisa muito aberta.

Além disso, enfim, era muito emocionante; o mais interessante é que calculei: em 1990 a população deveria ser de mais ou menos 1.200 milhão de habitantes, porque eu dizia assim: se, hoje, perto de 60 milhões, tenho 500 mil, quando a população chegar a 200 milhões ou 150, não sei, vai ser duas vezes e meia isso. Então os números foram balizados dessa forma, e não era fechada. Não sendo fechada, eu não podia fazer bairros de funcionários, tinha de fazer estruturas que fossem assumidas pela população. Era uma estrutura capaz de crescer, como chamava, de tão organismo vivo que é a cidade; eu fazia comparações ingênuas, assim como: você não pode obrigar ou determinar o tamanho de uma criança, sua estatura, porque vai depender da alimentação, das condições de vida e da genética, e isso a gente nunca sabe o que é. Daí fiz uma coisa interessantíssima. Eu dizia: daqui a 30 anos, com novas tecnologias, a cidade poderá atravessar o lago de qualquer ponto, com muita eficiência e muita rapidez e quanto maior a velocidade e o conforto do transporte, mais longe você poderá ir, desde o centro para cá, e aqui você complementa o centro que vai estar ligado com aquele; portanto, é um centro só, e aqui você terá mais gente, e depois mais gente e com isso a cidade terá um desenvolvimento helicoidal. Isso é meramente teórico, mas era uma idéia muito interessante, muito gostosa de contar. Então, esse centro ia se desenvolvendo além do lago e a cidade também, seja compactamente, seja esparsamente. Mas minha preocupação é que, historicamente, toda cidade, todo centro urbano era rapidamente afogado pela periferia que o envolve, ou não se desenvolve, nada afoga nada, mas sempre que há um impulso para crescer, o centro é destruído pelo crescimento e aí há o que se sabe. Eu queria, assim, fazer um desenho que não condenasse o centro à sua autodestruição e nisso consistiu a experiência.

MC: Essa helicoidal parte do centro.

JG: Você transpõe o lago, portanto quanto mais você vai longe, maior é essa área central para cá. Você acaba tendo um centrão, o qual vai crescendo como a organização urbana que também cresceria, segundo fosse necessário. Se não fosse assim, seria de outro jeito, mas não seria jamais cidade-satélite aquilo que aconteceu.

Você percebeu como essa conta era fácil. O interessante foi estimar a população da cidade, a partir da população do governo federal e estimar, sumariamente, os outros usos e os outros empregos via IBGE, pegando cidades equivalentes. Se ela começa

com 500 mil hoje, no ano de 1990, dali a 30 anos, ela terá 1.200 milhão. Isso explodia e, quando coloquei esse estudo em meu relatório ocorreu aquela famosa briga do Oscar com o Paulo Antunes Ribeiro. O Oscar dizia ser aquilo um absurdo, pois queríamos uma cidade limitada, ela não pode ter metrô, isso é besteira, metrô é para cidade que não presta, sem solução. Brasília é uma outra coisa, é uma cidade humana.

O Milan ficou muito impressionado. Ele participou pouco do projeto, mas fez uma planta que sempre publico, pois foi a mais bem desenhada. Porém, em minha opinião, ela tem um defeito: é totalmente contrária do que eu imaginava estabelecer como diretrizes, mas, de qualquer maneira, é um gráfico. É a prancha que mostra só o centro com os prédios não-simétricos.

Procurei o Artigas, muito amigo meu, tínhamos uma bela relação, o Artigas já tinha sido preso, enfim, era uma situação política bastante brava naquele tempo, embora, com o Juscelino, fosse ainda um momento de certa liberdade. Ele me disse o seguinte: “– Guedes, eu não quero falar, não quero conversar, eu quero esquecer este assunto, eu estou muito chateado – ou qualquer coisa semelhante que me ficou na lembrança... eu acho que nós fizemos o melhor projeto, o projeto da Universidade de São Paulo.” Lembro dessa expressão. Cristina! É perigoso falar comigo porque tem certas coisas que não esqueço: “o meu projeto é o projeto da USP” – fiquei chocado: porque seu projeto e não o meu? E ele não quis saber de conversar.

Começaram os artigos no jornal contra o Lúcio e o concurso. Um belo dia o Milan me mostra o projeto do Lúcio e diz: “– Guedes é incrível, eu acho que é muito parecido com o nosso.” De qualquer maneira, ele tem também aquela rua horizontal com as curvas de nível, e o incrível é que poucos deles fizeram isso. Que eu saiba, só o Lúcio, e nós... que tem essa grande curva, o centro aqui naquela parte.

Uma das coisas importantes que o Domingos traz é o Ortega y Gasset. Ele era odiado pelos comunistas; para os barcelonenses e os comunistas da Catalunha, ele era um traidor. Comecei a ler e acreditava impossível esse tipo de posição. Porque ele não era antifranquista, depois ele se exilou em Portugal. Comecei a ler Ortega y Gasset. Andei procurando, porque nunca mais li esse livro. Era o *Ensimismamiento y alteración. Meditación de la técnica*, no qual ele mostra a relação do homem com a necessidade. O que é importante para o homem é o supérfluo, se bem que ele não vive também sem o ar e a comida. As necessidades objetivas são rigorosamente supérfluas – ele começa com esse jogo de palavras provocativo, e agrada muito, como você pode imaginar. Se bem que, de minha formação francesa, “jeux du mot, jeux du sot”. Mas ele não é nada tolo. Vocês falam francês? Jogo de palavras, jogo de bobo.

Ele afirma o seguinte: o que difere o homem dos outros animais não é a inteligência nem a capacidade de construir. Construir, muitos animais constroem e todos eles revelam algum grau de inteligência, o que distingue é a capacidade de planejar.

MC: Queria chegar até o seminário de reforma urbana.

JG: Para terminar essa fase. O homem é o ser que planeja, o planejar é inherente ao homem – acredito ter sido ele dos primeiros a usar essa palavra; o verbo *inerir*, que é latim, há quem diz não se usar mais, gosto de provocar, então eu uso. O ambiente humano é antinatural e artificial, é artificial e cultural. Com essa base comecei a pensar minha cidade, onde as árvores, a natureza entravam segundo outro esquema, o planejamento do Distrito Federal, do plantio de madeiras moles e duras, da exploração econômica dessas madeiras e não da natureza com um fetiche. Quando faço minha prancha chamada “Paisagem”, chamei assim a prancha de uso do solo futuro. Creio ser a primeira vez em que a palavra paisagem é usada como sinônimo de uso do solo. Não era minha, vinha um pouco do *Land draft* alemão. Começou a ter esse significado para mim, e o paisagismo também começou a ser uma outra coisa. Acabei com dificuldade de continuar usando o mesmo vocabulário e

pensando as mesmas coisas dominantes em meu ambiente de trabalho FAU e não tinha espaço para fazer outra coisa, para conversar, não tinha espaço na FAU.

Interessante é essa idéia da cidade, o papo de áreas verdes da ONU, não ter sentido. Quando saiu o livro da Janes Jacobs, seis anos depois, e encontro lá que a cidade é um ser vivo e esse negócio de área verde é besteira, cidade é cidade, campo é campo. A mim me agradava essa radicalidade, pois isso era condição de cidade compacta, de fácil comunicação – quanto mais árvore você põe, maior a distância entre as coisas; aí quem quer é a Shell. Não sei se você lembra – chegou um tempo em que a Shell começou a distribuir, na cidade de São Paulo, mudas de árvores para as pessoas plantarem; então você ia no posto e ganhava uma muda. Eu relacionava isso às cidades americanas, a cidades que já vi, e, no fundo, isso interessava à Shell, interessa ao petróleo, ao consumo do petróleo.

Enquanto minha cidade pretendia diminuir distâncias, reduzir o consumo de energia, e essa coisa toda. Assim essa maneira de pensar a cidade não passava pela *Carta de Atenas*. Mesmo assim caí duro quando, naquele dicionário que mencionei a você, no verbete do Lúcio, ele diz o seguinte: o mundo ficou perplexo quando, lá pela altura de 1956, alguém no mundo ainda fazia o plano de uma cidade com a *Carta de Atenas*, quer dizer, não tinha condição. Se você olhar o prestígio de Brasília, no mundo, é zero, como planta urbana, ninguém leva a sério.

MC: Mas o prestígio do Corbusier aqui era muito grande.

JG: Que aqui era, sim. De fato, o Lúcio e o Oscar fizeram estágio com ele – hoje observo isso de maneira muito curiosa porque vejo gente passar por meu escritório, ficam lá seis meses, um ano e depois vão embora. Foi isso que o Oscar e o Lúcio fizeram no escritório do Corbusier e vieram para cá implantar a novidade.

MC: Sobre o seminário de reforma urbana.

JG: Nunca falo sobre isso, nem sei se faz sentido, você vai fazer o favor depois de consultar para saber se permito que seja registrado ou não. Eu tinha assim essa atividade muito grande, sempre fui frágil e saudável, isso é terrível porque você não consome tanta energia porque não é tão grande, preserva energia e não pára. Sei que eu trabalhava muito, tinha feito Brasília, essa experiência de Brasília deu-me muito, entre aspas, muito destaque, porque, de repente, eu sabia uma coisa, tinha inventado uma coisa que ninguém sabia, nem o que era, mas, de qualquer maneira, tinha lá sua presença. E com a grande vantagem de ninguém ter visto o projeto, tinha sido perdido, se tivesse sido visto... talvez meu prestígio fosse menor. Brinco muito, inclusive comigo mesmo, felizmente.

Continuai no IAB e tinha entrado na discussão do social e, portanto, da cidade, feita de casas, de habitações. Eu escrevia também. Sempre escrevi muito mau, mas escrevia com grande dificuldade e, vira e mexe, estava metido em alguma comissão de redação qualquer. Fazia muitos manifestos, escrevia com o Saia e também sozinho. Escrevia com muita gente.

Quando, um belo dia, o Jango cria a Comissão Nacional de Habitação, o Montoro, como ministro do Trabalho, era o responsável, porque era a habitação para a classe operária, para a classe trabalhadora. Eu tinha uma participação política muito intensa naquele tempo, isso foi em 1960. Embora um grande setor de esquerda me considerasse um líder católico, o que eu não era, nunca participei de JUC, de nenhum movimento católico organizado, eu só tinha minha convivência com o Lebret, era ungido por ele. Quando foi trabalhar em Recife, fiquei aqui, com mulher e filho, não pude ir. Na primeira passagem ele veio para cá saber como era meu projeto para Brasília e passamos uma tarde inteira conversando (Depois quero voltar um pouco na questão dos cariocas e dos paulistas em Brasília).

Aí fiz parte dessa comissão. Estavam o Paulo Novaes, o sociólogo dos irmãos Roberto para o Plano de Brasília, o Mário Henrique Simonsen, o Hélio Modesto, um urbanista

inglês no Rio, muito famoso e muito teórico, digamos assim, de quem eu gostava muito, eu, mais uma pessoa do Ministério e uma do Itamarati. Isso é uma *entourage* técnica para nos dar apoio. Assim comecei a trabalhar oficialmente em políticas de habitação.

Logo depois, o Icaro¹³ me colocou em uma comissão da UIA. Eu dobrava o trabalho, aprendi muito, porque, ao trabalhar, confrontava-me com pessoas que trabalhavam. Fiz, assim, um aprendizado exponencial. Em três anos de trabalho, aprendi por dez. No final do governo, Jango tirou o Montoro do Ministério, colocou o Almino¹⁴ e criou o Conselho Federal de Habitação para o qual fui, já sem o Montoro. Pensa-se em criar um Ministério da Habitação ou da Cidade e eu sou convidado para assumir esse ministério. Isso não chegou a ser criado, o Montoro preferia Ministério da Habitação e eu preferia o Ministério da Cidade. O Montoro queria ser ministro, e, como ele era politicamente mais forte, ele acabaria por ser ministro e, possivelmente, não seria nada. De qualquer maneira, para mim foi interessante o fim desse período de trabalho resultar em um convite desses. Eu estava em Santos passando um fim de semana com a minha família, em um apartamentinho na praia, e recebi um telefonema de manhã, de Brasília: "Guedes, você aceitaria ser ministro"? Eu dizia: isso é trote. Naquele tempo isso era comum, porque o Almino tinha 32 anos, em 1962; eu tinha 30, o João Pinheiro 33. Depois todo mundo foi para a cadeia. Eu não fui.

Mas o interessante é que saí dali e o Almino saiu, dizendo que iria fazer reforma agrária. Eu não sabia bem qual o interesse da reforma agrária, mas, para mim, o país estava se urbanizando, então era reforma urbana. Um é urbano; outro, agrário, e tudo é reforma.

Eu estava muito inquieto com tudo que tinha acumulado nessa comissão – era diretor do IAB e membro do Conselho Nacional do IAB, e propus fazer-se um seminário para se recolher essa experiência, e sugeri dois diretores de São Paulo e dois do Rio. Como nesse mesmo tempo o Jorge Wilheim passou a ser representante do Brasil na Comissão de Urbanismo, propus, ele do Urbanismo e eu do Hábitat, fôssemos os dois representantes de São Paulo. Aliás, nem propus isso, mas acabou sendo. No Rio, o Hélio Modesto e o Maurício Nogueira Batista. Aí nos reunimos e fomos tocando uma coisa muito maior que a gente. Aconteceu de maneira absolutamente monumental. Foram 1.400 inscrições do Brasil inteiro. Conseguimos alugar o hotel Quitandinha e ficamos uma semana discutindo. Depois viemos para São Paulo e acabamos aqui. Foi interessante porque o presidente dessa comissão de redação era o Clóvis Garcia, um bom escritor, o Jorge também ajudou. Agora é tudo muito fantasioso, porque a gente não sabia bem quais seriam as balizas políticas, contávamos com algumas referências relativas à desapropriação, para fins habitacionais. Então eram arquitetos tentando diretrizes políticas para o país no sentido da cidade. Hoje não creio serem os arquitetos que fazem desse jeito, mas é a sociedade com seus recursos, suas conciliações, as suas exigências, brigas, que é partidária política, etc. Mas foi muito interessante e aprendi para burro, até o que eu não devia fazer.

Houve uma coisa interessante, nesse momento: uma reunião em minha casa, do Almino com o Arraes¹⁵, o Paulo de Tarso Santos, prefeito de Brasília e ministro da Educação, eu não sei, o Arraes, governador de Pernambuco, o Plínio de Arruda Sampaio, o dono do assunto de reforma agrária no Congresso Federal, o diretor do *Le Monde* e mais o adido cultural da França aqui em São Paulo – a filha dele se casou com um filho meu depois, e foi quem me levou à França dar aula. Aí esse sujeito organizou a reunião e começamos a falar com os brasileiros, sob véspera de golpe, ninguém sabia nada; então o Bernerri dizia assim: "Mas como é que vocês vão fazer a reforma em um país desse tamanho? E a tecnologia, e os recursos financeiros?" A resposta continha a seguinte tônica: "Primeiro fazemos a revolução, depois vamos ver como vai continuar", isso, naquela arrogância de jovens de 30

(13) Ícaro de Castro Mello.

(14) Almino Afonso.

(15) Miguel Arraes, governador de Pernambuco de 1962, deposto pelo golpe militar de 1964.

anos, era uma maravilha: “primeiro vencer o inimigo, depois implantar a vida”, mais ou menos assim.

A questão dos cariocas foi a seguinte: todo mundo estava querendo comer o Oscar, se possível sem assar e vivo, cru, e começaram a xingar também o mestre Lúcio e havia essa nossa simpatia pelo velho, embora ele fosse muito mais jovem do que sou hoje.

MC: Depois de ele já ter vencido o concurso?

JG: É, já com as primeiras publicações, *Correio da Manhã*, a carta do Paulo Antunes se desligando e mencionando nosso projeto e de mais um outro que não tinham querido ver... Porque foi ridículo. Como o Paulo Antunes não se dava com eles, ele era um arquiteto do Rio com formação francesa, e, portanto, pensava um urbanismo mais sofisticado, mais intelectual e tal, não chega nem a ser sociológico, mas intelectual. Aí o Paulo vai lá para a abertura da exposição, olha, apanha algumas coisas, os relatórios e vai embora. E o pessoal fica ali bebericando, whisky e tal.

No dia seguinte de manhã, conforme marcado, o Paulinho, você não chegou a conhecer. Ele era pequenininho, 1m e 45 de altura, educadíssimo, uma maravilha de pessoa, eu gostava muito dele, e isso não seja uma visão diminutiva – era muito delicado e agradável como pessoa. A irmã era secretária dele, naqueles escritórios cariocas, eram ele, a irmã e dois velhos desenhando, possivelmente isso. Uma maravilhosa pessoa, com boa arquitetura pelo Brasil, ele era baiano.

Bom, o Paulo Antunes veio no dia seguinte, com as leituras concluídas e começa a querer discutir os projetos, e o pessoal diz: “Nós já escolhemos”; “Como, vocês não viram isto aqui?...”; “Não interessa...” E daí vem, nesse momento, a famosa frase: “Qualquer homem experiente vai para um concurso de beleza, coloca as misses em linha e já sabe qual é a mais bonita.” O Paulo ficou chateado, ninguém quis discutir nada. Ele pediu demissão e foi embora. Aí ele quis falar de nosso projeto: “Isso aí tem mais de 500 mil habitantes, corta, desclassifica”. E acabamos sendo desclassificados, tudo na base do whisky, segundo me passaram, e terminou assim a história.

Vimos aquele movimento todo e eu, de fato, fiquei chateado porque, conquanto o trabalho do Lúcio fosse aparentemente descuidado, era um trabalho feito com muita atenção e muita intensidade reflexiva, digamos assim, o que não nos parecia ter os desenhos dos outros. O que parecia ser meio ocasional, arbitrário, no do Lúcio não era arbitrário, ele estava tentando entender o que queria na cidade. O Milan, o Domingos e eu resolvemos ir para o Rio visitar o Lúcio. Fomos e levamos nosso projeto para conversar com ele, que nos recebeu por muitas horas, conversamos muito. Eu dizia: “Doutor Lúcio, o senhor fez uma geometria capaz de crescer, não ocorreu ao senhor que isso poderia dar outra dimensão ao seu projeto?” Eu não sei com que palavras eu disse isso, e ele me disse algo inesquecível: “Mas Guedes, veja Berna – tem 185 mil habitantes e é capital do mundo, uma grande capital não precisa ter muita gente, talvez seja até melhor não ter tanta gente assim.” Isso nunca mais me abandonou porque eu acreditava não se tratar... para mim ela tem de ter o tamanho que quiser, e não conseguimos conversar muito. Em certa altura, o Lúcio era muito chorão, também sou um pouco, mas o Lúcio deixou rolar lágrimas na cara, dizendo: “Vocês mereciam ter ganho o prêmio, o concurso, e não eu”. Essas coisas não têm o menor valor objetivo, ele estava emocionado com qualquer coisa, estava tomando muita porrada e fomos lá para cumprimentá-lo e prestar solidariedade, dizer que o projeto dele era o melhor, e gente estava contente por ter alguma semelhança com o dele porque isso também nos premiava. E assim foi muito solidário, agradável.

O Artigas ficou fulo, ele só veio a reconciliar-se com os comunistas do Rio muitos anos depois, já na ditadura, quando a união das forças era necessária, porque antes disso havia uma certa pretensão, penso eu, de hegemonia na esquerda comunista brasileira mais séria.

MC: Aí uma diferença entre São Paulo e Rio de Janeiro.

JG: Havia uma diferença curiosa, uma grande indiscrição, não tenho por que não ser indiscreto, pois essas coisas são importantes. Quando o Anhaia se aposentou, eu era muito ativo, como comentei com você, então quis discutir o que se vai fazer com a cadeira de urbanismo na FAU. Fui falar com o Artigas e conversamos muito sobre a FAU. Eu sempre fui muito tolo porque sempre falei muito aberto, pensava uma coisa e ia falar com quem acreditava dominar o assunto, mas não tive ressonância nenhuma. Ainda convidei o Artigas para irmos ao Rio trazer o Reidy¹⁶, o praticante de urbanismo no Rio, Morro de Santo Antônio, tem tudo a ver com tudo, o Flamengo, vamos trazer ele para cá. O Artigas teve a seguinte expressão: "Guedes, o Reidy e os cariocas são cultura do vermelhinho, filosofia de botequim, sai dessa, cara." – aí ele ficou entre o Badra¹⁷ e o Lauro¹⁸, e ficou o Lauro.

MC: Entre os projetos de cidades e os planos que você já fez, quais seriam os momentos mais importantes, os momentos de inflexão?

JG: Muito difícil porque cada trabalho foi um passo à frente. Sou muito grato ao céu, à luz do céu por ter feito Brasília. Quando, recentemente, reencontrei a Jane Jacobs, cujo livro eu deveria fazer o prefácio, precisei relê-lo. Na época não quis ler a Jane Jacobs. Assim que folheei, disse: “– Este negócio é romântico, eu não estou nessa...” e, realmente, é de um romantismo atroz, só mulher mesmo para chegar a esse ponto... Porque tudo que ela fala eu também queria ter falado e escrito. Alguma coisa eu escrevi, antes, se era a primeira publicação, eu publiquei também. Mas jamais teria aquela crença romântica na rua que ela tinha, de a rua ser anticrime, tudo aquilo torna o livro muito desatualizado até, mas foi muito importante para mim. Ela mudou o urbanismo, acabou com a *Carta de Atenas*.

Então isso foi muito importante, a minha ruptura com o Lebret, a utilização de todo o pensamento dele produzindo espaço. Está certo que eu não produzi coisa nenhuma, mas enfim, aproximando-me, observando caminhos de invenção de um tipo novo, livre e, ao mesmo tempo, rigoroso como reflexão. Depois vivi algumas experiências em planejamento urbano, dez anos depois, mas o grande momento foi o PUB¹⁹. Fui convidado para fazer os modelos de uso do solo. Era a primeira vez que se ia trabalhar o uso do solo com modelos matemáticos, falei de meu interesse pelos números; então, inventamos, o Domingos e eu, uma metodologia de trabalho que decompunha a cidade em setores e subsetores, que conhecia as disponibilidades de áreas para os diversos usos, reconhecia a “vocação”, palavra muito mal empregada, de certas áreas onde havia mais indústrias, e fomos alocando população centímetro por centímetro para viver e população para trabalhar, espaço de trabalho, industriais, de serviço, e acabamos tendo setores carregados com essas várias hipóteses de trabalho, mais concentração, menos concentração, aprendendo a trabalhar com hipóteses de desenvolvimento, mais ditadura; menos ditadura o que acontece? mais liberdade locacional, menos; o que seria uma coisa, o que seria outra.

Ao mesmo tempo, a Fundação Getúlio Vargas nos mandando recados: não se podia imaginar uma população com mais de 14 milhões de habitantes, porque o governo não queria isso, e quem financiava era o BID. Até queria saber como o Domingos veria isso tudo hoje. Eu queria 24 milhões, então ficou em 18. Havia um americano que nos mostrava que não poderia ser, por isso e por aquilo, então fizemos modelos intermediários. Esses estudos de modelo foram muito importantes. No modelo final existe uma coisa muito minha, não sei se é verdade, eu tenho como se fosse. É um plano que, apesar da rigidez gráfica, é extremamente aleatório. Você tem as concentrações de uso do solo não no gráfico da rede, mas nos pontos de chegada no chão, onde a vida se manifesta. Chegou aqui o sistema que andava lá por cima ou lá por baixo e vai ter a influência do uso do solo. Enquanto em minha experiência precedente pensava que o desenho da rua, aquilo que se risca no chão como rua, marca o uso do solo, em nosso plano não é, há uma intermediação entre

(16) Afonso Eduardo Reidy.

(17) Miguel Badra Jr.

(18) Lauro Bastos Birkholz, professor titular da FAUUSP.

(19) Consultor em planejamento urbano no Plano Urbanístico Básico para a Prefeitura de São Paulo, 1968.



o uso e o gráfico. É mais abstrata a relação entre a circulação mecânica que pára de pontos em pontos e o acontecido embaixo. Então você vê um sistema ortogonal de alta eficiência, mas ele devolve à cidade a liberdade organizacional, inclusive a independência da utilização aleatória dos equipamentos sociais. Você chega em um ponto, como no metrô, por exemplo, ou por sistema viário expresso e, na chegada, você conta com várias alternativas de escolas, de comércio. Não fica aquela relação biunívoca entre comunidade e seu equipamento – o caso da unidade de vizinhança. Em Brasília rompi com as unidades de vizinhança.

MC: Essa é sua crítica às unidades de vizinhança.

JG: É, em Brasília rompi com aquilo, sem querer, quando me vi fazendo a minha cidade, era aleatória, tirando a criancinha da creche, a 300 m de seu apartamento, e o jovem do curso médio, do ginásio, já podia ir para qualquer ponto da cidade estudar, ir a centros de metrô e de lá procurar sua escola, e o adulto viria para o

centro. Você teria a criança na base da cidade, o médio saindo de sua casa, seguindo os sistemas médios de transporte, depois iriam no metrô e estavam na rede e os adultos caíam no centro. Eu não falava em praça e espaço público, porque tudo é espaço público para mim, os locais de reunião, os locais de comer, os locais de esporte, a universidade, tinham a ver com toda a atividade central. Não era um gueto, então é esse o conceito de universidade no centro da cidade, no centro da metrópole. Quando digo que minha cidade não tinha nada, tinha vergonha do que tinha feito, mas, na verdade, havia uma fortíssima intenção organizacional, mas, ao mesmo tempo, acreditava que organização não era nosso direito – quer dizer, eu mal esboçava onde colocar as coisas para que elas pudessem se instalar com toda a liberdade, não sei se consigo dizer isso.

E no PUB também foi o que fiz. participei desse plano, tentando não fazer um modelo de uso do solo fechado, mas um sistema viário que proporcionasse a máxima liberdade. Acreditava que a cidade grande tinha de ter um viário de máxima eficiência, não necessariamente o que os americanos faziam de plano viário, mas, sobretudo, porque transporte é uma condição de democracia, você não pode pensar em democracia se você não dá acessibilidade. Então, essas pequenas coisas que passaram a ser a minha religião.

Maria Cristina da Silva Leme

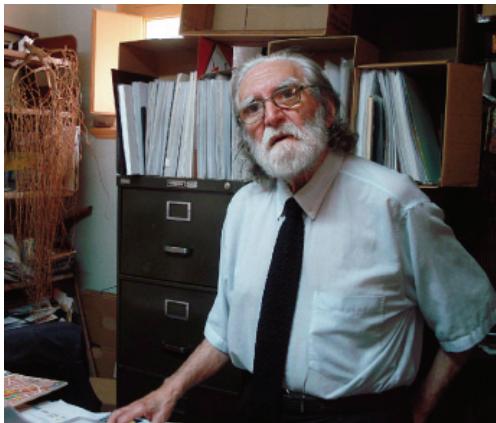
Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, bolsista Produtividade CNPq, coordenadora da área de Arquitetura e Urbanismo Fapesp, membro do Conselho do IPHS International Planning History Society e do Conselho Editorial da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, da Comissão Editorial da Revista Pós e coordenadora da rede interinstitucional de pesquisa sobre a formação do urbanismo no Brasil, a relação com os processos de urbanização e o impacto na estrutura urbana das cidades brasileiras.

Universidade de São Paulo
Rua do Lago, 876. Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo, SP
(011) 3091-4548
crisleme@usp.br

O MAGO DOS LADRILHOS HIDRÁULICOS

Angela Weingärtner Becker
Cândida Maria Vuolo

Angela Weingärtner Becker



Cândida Maria Vuolo



No prédio da FAU, onde funciona o curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, circulava, até há bem pouco tempo, um simpático senhor que parecia ser contemporâneo do nascimento da Vila Penteado. Mais ainda: ele parecia ter surgido com o próprio tempo. Assim como transitava pelos aposentos do velho casarão, transitava também entre professores, alunos, funcionários e vizinhos da rua Maranhão. Falo de Antônio Carlos Alves de Carvalho, o ACAC. Essa era sua grife pessoal com a qual marcava absolutamente tudo o que fazia. De cartões a coleções.

Por causa dele, fiz da FAU uma querida vizinha. A megacidade se tornava amiga e provinciana, com esse velho senhor de universais cabelos brancos. Todos os dias eu o visitava e assistia à procissão de alunos que com ele se aconselhavam, conversavam, confidenciavam. Professores iam ao porão onde se instalara, para sentar e beber de sua humanidade. Ele fazia um amálgama entre plantas, animais e gente, não importando hierarquias. Lá ele tinha um gato, algumas pombas, uma enorme samambaia, um coqueiro e caixas e caixas de ladrilhos hidráulicos. Alguns deles em perene mostra, no porão, que, por democracia pessoal, era dele. *"Basta alguém nascer, para imediatamente ter todos os direitos de um ser humano"*, dizia.

Mas é de ladrilhos hidráulicos, sua paixão, que aqui devo tratar. *"Este piso possui matizes humanos. O mundo precisa de delicadeza e arte"*, dizia Carvalho, ou Carvalhinho, como muitos o chamavam. *"Sua manufatura lembra os ofícios culinários: fazer a massa, untar uma superfície, montar, desenformar, deixar reposar, imergir em água, dispor numa prateleira para curtir."* Resumia assim, em uma frase, toda uma técnica do fazer. Ele possuía raras fotografias, realizou quatro exposições, amealhou ladrilhos de entidades históricas de São Paulo, cidade que amava tanto como a FAU, ou como a si mesmo.

Em sua cabeça quixotesca, salvava a cidade, salvava o mundo, mas, acima de tudo, salvava aquele artesanato ameaçado de extinção como planta ou bicho raro. Um artefato ligado ao afeto, sobrevivente de um tempo em que os objetos eram feitos com outros gestos, outros significados, outros amores.

Carvalho era um apaixonado. Tanto pela natureza como pelas coisas que o homem faz. Falava, com desenvoltura, da culinária finlandesa, do acampamento árabe, da montagem de um circo, da técnica do faquirismo. De tudo ele participara. Mesmo que isso fosse produto de sua imaginação, era belo ouvi-lo falar. Suas palavras ressoavam como sinos. Ouvíamos sobre a vez em que andou descalço com João Cabral de Mello Neto, em Sevilha. Da travessia feita na Praça Vermelha, em Moscou, em mangas de camisa, em pleno inverno. Da última viagem no Concorde. Dos dois acidentes aéreos aos quais sobreviveu. Das quatro vezes em que foi preso político. Dos banhos que tomava com terno e gravata, “*um ritual para lavar-se das intrigas da civilização*”. Da pedra que buscou no Japão e que está no Ibirapuera, ou da bisavó que surrou um padre adúltero.

Ele se fazia gostar sem questionamentos. Facilmente se podia compará-lo com a personagem de Gabriel García Marques, o velho José Arcádio Buendía, que foi morar debaixo de uma amendoeira. Seu nome, Carvalho, nome de árvore, e sua admiração pelos verdes musgos das árvores da FAU, lembrava aquele velho patriarca.

Foi homenageado em dezenas de monografias que os alunos testemunhavam em dedicatórias, em livros. Eu mesma o fiz em *No chão da cidade de São Paulo, a memória e o afeto do ladrilho hidráulico*, obra a qual ele carregava debaixo do braço, mostrando, a todos, o orgulhoso filho dele. E era mesmo ele, a gênese de tudo.

Sua coleção de ladrilhos hidráulicos florescia. De longe vinham peças. Do Rio Grande do Sul, do Maranhão, do Tocantins, de Santa Catarina, de Pernambuco. De longe vinham as manifestações de afeto. A mim caberia respondê-las, por e-mail. Sobre sua saúde, sobre sua coleção. Das fábricas pediam notícias, dos outros estados, notícias. E, de perto, os funcionários lhe faziam agrados. Um cafezinho, um chá para suas dores, uma fruta, uma flor para sua garrafa-vaso, no porão.

Com ele se ria e chorava-se também. Havia essa permissão tão rara. Conversava-se sobre tudo. Mas o tema, sempre e novamente eleito, era o ladrilho hidráulico.

Um dia passei o e-mail lacônico e último. Carvalho voara para o infinito que tanto prescretara. Sem nenhuma morbidez.

Um piso ligado ao afeto

“*Lembra os ofícios culinários. Fazer a massa, untar uma superfície, montar, desenformar, deixar reposar, imergir em água, dispor numa prateleira para curtir*”. Essa era a metáfora preferida de Antônio Carlos Álvares de Carvalho sobre o processo de manufatura do ladrilho hidráulico.

De fato, esse artesanato se dá em torno de uma mesa, onde está a prensa. Os artesãos se agrupam, dividindo o mesmo espaço, as mesmas ferramentas, em uma velha ordem familiar, aprendiz e mestre juntos. O molde é passado de mão em mão, enquanto as etapas de manufatura vão se alternando.

O ladrilho hidráulico resulta da mistura de areia, água, cimento portland, pó de mármore e granito e mais os óxidos de ferro que expõem as cores. Usam-se secantes à base de pó de pedra e cimento seco. Cada peça possui duas camadas de argamassa e outra mais superficial (entre 5 e 7 mm) que vai receber os pigmentos, em combinação dos tons básicos dos corantes. A palavra *hidráulico* surge da cura que é feita com água e não com fogo, como acontece com o azulejo.

Todo o processo começa com o molde. Ele forma a composição, o desenho. Há moldes simples e outros complexos que exigem a motricidade fina do artesão.

O molde é fixado em esquadro de ferro, limpo e untado com uma mistura de óleo e querosene. O artesão preenche com cores as canaletas do molde. Este, quando

mais sofisticado, pode ter um conezinho onde o pigmento é derramado, facilitando a escoagem até o final das canaletas.

Em seguida, a forma é retirada e a umidade em excesso é absorvida pelo pó secante. Depois, acrescentará a argamassa, que é a base do ladrilho. O artesão nivela a argamassa e então vai à prensa. O ladrilho é prensado com um ou dois movimentos. A observação e a prática dão a medida de força desse impulso que deve ser perfeito e igual. Essa intensidade e tempo corretos são empíricos, equivalem ao “ponto” nas artes culinárias. Um tampão de ferro comprime, na prensa, as três camadas que ficarão amalgamadas, proporcionando enorme resistência à peça.

Quando o ladrilho está pronto, fica uma noite na prateleira para criar alguma solidez, podendo depois ser manipulado. Aí é colocado em imersão na água. O artesão olha o aspecto do ladrilho e sabe quando absorveu a água necessária. Isso se dá em duas horas, mais ou menos, conforme informa André Cunha, da fábrica Brasil Imperial. Segue-se o escoamento da água e a secagem em prateleiras ventiladas.

Sua durabilidade é excepcional. Por possuírem desenho e cores estruturadas em boa espessura e não apenas em película fina, garantem as condições ideais de resistência. Exemplos de sua durabilidade são: o Museu Paulista, as Igrejas Santa Cecília, Nossa Senhora da Consolação, Imaculada Conceição, Santa Casa de Misericórdia, Colégio Sion e outras entidades que ainda possuem seu piso íntegro, prestando serviço, às vezes, por mais de um século.

Por terem um rejunte mínimo, adquirem o aspecto de tapete. “*O artesão deixa um vestígio seu na peça, uma espécie de cicatriz*”, dizia Carvalho. Esse vestígio será reconhecido e lembrado. Todos temos uma lembrança ligada à imagem do ladrilho hidráulico: casa dos avós, colégio, hospital, igreja. O objeto de repente ascende à nossa consciência com a força sensível do afeto. “*O ladrilho hidráulico possui uma ‘presença’*”, ensinava Carvalho. Antropomorfiza-se, configurando-se, simbolicamente, como um parentesco sanguíneo, “*esses deuses domésticos, que são os objetos, se fazem, encarnando no espaço os laços afetivos da permanência do grupo, docemente imortais, até que uma geração moderna os afaste...*”, segundo Jean Baudrillard em seu livro *O sistema dos objetos*.

“*O ladrilho hidráulico, como tal, nasce com o cimento portland*”, afirma o professor Katinsky, da FAU. Mas antes do advento desse, sabe-se que existiam pisos com materiais locais, terra amalgamada com materiais orgânicos, que são os antecessores do ladrilho. Uma quantidade imensa de bases culturais se entretece em grande rede histórica, impossível de resgatar essa ancestralidade. Constatamos isso em seu *design* que remete aos mais variados contextos culturais: ora apresenta um desenho egípcio, ora africano, ora bizantino, germânico e assim por diante. A linguagem, a arte, o mito, a religião estão ali estampados. “*O artesanato não tem história*”, diz Octávio Paz, “*se concebemos história como uma sucessão ininterrupta de mudanças. Tradicional, mas não histórico, preso ao passado, mas livre de datas, o objeto artesanal nos ensina a desconfiar das miragens da história e das ilusões do futuro. O artesão não busca vencer o tempo, mas juntar-se aos seus fluxos*”.

Carvalho era cativo de sua beleza e da beleza dos processos de produção artesanais. Encantava-se com o *fazer* do artesão. Com seu ofício, sua beleza poética, dos sentimentos os quais suscita, da alma que mora em cada peça.

A grande diferença entre o artesão e o trabalhador industrial é que o primeiro usa o corpo todo, atento, simbólico, significativo. O segundo usa seus sentidos de modo a priorizar um. Na fábrica ele aperta um botão, observa a máquina, ouve um som que lhe diz do bom andamento da máquina. O processo é muito mais virtual do que real. “*Ele exclui o viver do vivenciar*”, afirma Fayga Ostrower, “*pois*

1) Os pigmentos de óxidos de ferro diluídas para o uso



2) A forma ou molde



3) A forma encaixada no enquadramento de ferro



4) Artesão preenchendo as canaletas com uma cor



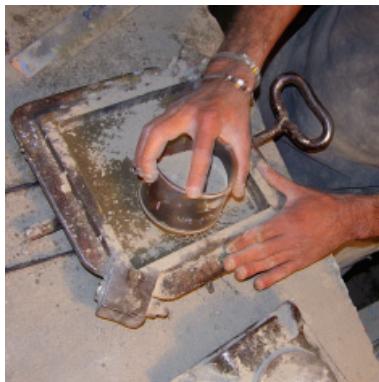
5) Artesão preenchendo as canaletas com outra cor



6) Retirada do molde. Depois será espalhado pó seccante e as cores ficarão definidas



7) Preenchimento com argamassa



8) Fecha-se a forma para ser prensada



9) O ladrilho vai para a prensa. Com um ou dois impulsos de força, estará pronto



11) Por um dia ficará exposto ao ar para ganhar solidez e ser manuseado



13) Escorre-se a água e os ladrilhos vão para a prateleira, onde ficam secando. Carvalho em uma de suas visitas à oficina



10) O artesão mostra a peça que saiu da prensa



12) É submerso na água para o processo de cura



Fotos: Cândida Maria Vuolo

que este operário nada vai indagar da matéria e nada a ela o vai ligar afetivamente já que não há materialidade”.

“O ladrilho hidráulico é um piso quente. Possui matizes humanos. O mundo precisa de delicadeza e arte”, repetia Carvalho. Ele é feito um por um e isso lhe concede uma irregularidade que o olho humano gosta. Nesse sentido é ecológico, é orgânico. Dura 100 anos ou mais. Ele não vive a meteórica trajetória dos produtos industrializados. Por isso, ao contrário do que sucede com esses, não é dispensado sem dor: *“É como jogar fora um amigo”*, fala a professora Caru Duprat, da FAAP, em sua dissertação que discute arte e artesanato. Sucedem-se as gerações e o ladrilho hidráulico está aí. A tendência não é destrutiva, é de preservação. Assim, quem escapou da industrialização de forma quase inacreditável começa agora a ter um novo *status*: o do produto, no qual o cliente pode escolher as cores, personalizar. Nota-se, na decoração das casas, uma vontade de voltar a sentir a mão do homem nos objetos e nas formas que nos rodeiam. Cansados do impessoal e da frieza da produção em série, busca-se o valor do sensível.

A ciência da cultura material considera *monumento* também os objetos e seu modo de produção. São dignos de valor, tais quais espécies animal e vegetal, como dizia Carvalho. Acreditamos, também, que o ladrilho hidráulico e seus processos de produção devem ser preservados como um patrimônio. Registrar o fecundo e simbólico universo que carrega consigo *“é preservar um pensamento alternativo ao industrializado, é preservar uma fonte de organização mental diversa”*, disse-me Marcos Oliveira Costa, professor da FAAP, quando inquirido sobre a relevância de trabalhar esse tema, em uma monografia. E assim, imersa que estava em longas conversas diárias com Carvalho, o tema do ladrilho hidráulico, mais uma vez, nasceu, lírico, colorido e multiplicado, como nasce um ladrilho, das mãos do artesão.

Obs.:

O título *O mago dos ladrilhos hidráulicos* foi extraído do DVD organizado pela Profa. Dra. Élide Monzeglio e um grupo de alunos da pós-graduação da FAUUSP.

Agradecimentos

Brasil Imperial, Ornatos Nossa Senhora da Penha, Dalle Piagge, Ladrilar, Casa Franceza – Rochbeton, pela gentileza com que nos receberam para fotos e entrevistas. E à Profa. Dra. Denise Duarte, ex-editora da *PÓS*, por seu empenho para publicar esta matéria, um sonho que o Carvalho não viu realizado.

Angela Weingärtner Becker

Pós-graduada em História da Arte pela Fundação Armando Álvares Penteado, onde apresentou a monografia *No chão da cidade de São Paulo, o afeto e a memória do ladrilho hidráulico*.

Rua Maranhão, 107/601
01240-001 – São Paulo, SP
(11) 3214-5573
angelwb@uol.com.br

Cândida Maria Vuolo

Arquiteta formada pela FAUUSP e, atualmente, chefe do Laboratório de Fotografia (FotoFAU) da mesma Escola.
Rua do Lago, 876. Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo, SP
(11) 30912-4525
fotofau@usp.br

3 | ARTIGOS

Catherine Otundo

Orientadora:
Profa. Dra. Ana Maria Moraes
Belluzzo

“V”

OCÊ SEMPRE ENTRA POR UMA
PORTA E SAI POR OUTRA” –
VERSÃO PARA O PORTUGUÊS DO
TEXTO DE ANNETTE SPIRO

034

pós-

RESUMO

No ano de 2002 a arquiteta suíça Annette Spiro lança, pela Editora Niggli, um livro primoroso sobre a obra de Paulo Mendes, com 37 projetos publicados, fotos novas criadas pela autora e um ensaio crítico de sua autoria sobre o conjunto de projetos publicados, além de uma entrevista com o arquiteto e um simpático prefácio escrito pelo arquiteto Luigi Snozzi.

O texto de Annette surpreende pela maneira inédita pela qual analisa as obras do arquiteto, por sua compreensão da cultura brasileira, o que acaba por ampliar o alcance dessa abordagem. O caminho escolhido para efetuar sua análise é a partir dos componentes constitutivos da obra arquitetônica: terreno, cobertura, balanços, pilotis, e constrói um raciocínio sobre a articulação desses elementos no espaço. E assim – apoiada, sobretudo, nos textos do autor inglês Colin Rowe – analisa os projetos sob a ótica da tradição clássica e sua ordenação espacial.

Contudo, a autora não se restringe aos aspectos formais ou materiais dos edifícios: concreto aparente, rigor estrutural, apreço pela técnica, características que levariam a uma associação imediata, e talvez superficial, com estilos tais como brutalista, minimalista ou abstracionista. E, sim, explora a relação entre componentes fundamentais de cada projeto: planos horizontais e verticais, a relação com o terreno, a oposição entre cheios e vazios e a luz como elemento constitutivo do espaço.

PALAVRAS-CHAVE

Annette Spiro, Paulo Mendes da Rocha, arquitetura moderna, tradução.

VERSIÓN PARA EL PORTUGUÉS DEL
TEXTO “ONE ENTERS THROUGH ONE
DOOR AND LEAVES THEN THROUGH
ANOTHER” DE ANNETTE SPIRO

RESUMEN

En el año 2002, la arquitecta suiza Annette Spiro lanzó por la Editorial Niggli un libro muy completo sobre la obra de Paulo Mendes, incluyendo 37 proyectos, una larga presentación suya del trabajo de Mendes da Rocha, además de una entrevista, y un simpático prefacio escrito por el arquitecto (también suizo) Luigi Snozzi.

El texto de Annette sorprende por la manera inaudita en que analiza las obras del arquitecto y por la extensa comprensión que demuestra de la cultura brasileña, con lo cual el alcance de su abordaje llega mucho más lejos. El camino elegido por la autora para hacer su análisis parte de los componentes constitutivos de la obra arquitectónica – terreno, cobertura, voladizos, pilotes – y el razonamiento se construye a partir de la ordenación de esos elementos en el espacio. De esa forma – apoyada sobre todo en los textos del autor inglés Colin Rowe – analiza los proyectos bajo la óptica de la tradición clásica y su ordenamiento espacial.

Además, la autora no se ciñe a los aspectos formales o materiales de los edificios – hormigón a vista, rigor estructural, aprecio por la técnica – características conducentes a una asociación inmediata (y quizá superficial) con los estilos mencionados arriba, ya sea el brutalista, minimalista, o abstraccionista. Al contrario, explora la relación entre componentes fundamentales de la obra: planos horizontales y verticales, la relación con el terreno, la oposición entre espacios llenos y vacíos y la luz como elemento constitutivo del espacio.

PALABRAS CLAVE

Annette Spiro, Paulo Mendes da Rocha, arquitectura moderna, traducción.

PORtUGUESE VERSION FOR THE TEXT
"ONE ENTERS THROUGH ONE DOOR AND LEAVES THEN THROUGH ANOTHER"
WRITTEN BY ANNette SPIRO

ABSTRACT

In 2002, swiss architect Annette Spiro published (Niggli Editors) a very complete book on the work of Paulo Mendes, which included 37 of his published projects, her own extensive presentation of his work, an interview with him and a kind preface written by (also swiss) architect Luigi Snozzi.

Annette Spiro's text is surprising on account of her new approach to Mendes' work and of her deep understanding of brazilian culture, which adds to her perspective and takes it way beyond. She chose to start her analysis with the constituting components of architectural work – the land, coverage, cantilevers, pillars – and the under laying reasoning is led by the arrangement of these elements in space. Delving into the texts of British author Colin Rowe, she analyses the projects through the optics of classical tradition and its space arrangement.

Furthermore, the author does not limit herself to the formal or material aspects of buildings – concrete surfaces, structural exactness, an appreciation of technique – which would only lead to an immediate and probably shallow connection to the above mentioned styles, whether brutalism, minimalist or abstractionist. Rather, she explores the relationship among the fundamental components of architectural work: horizontal and vertical planes, relationship with the land, opposition between void and filled spaces, and light as space constituting element.

KEY WORDS

Annette Spiro, Paulo Mendes da Rocha, modern architecture, translation.

INTRODUÇÃO

“Brutalism is back!” Assim começa a resenha do livro *Paulo Mendes da Rocha*, escrita por Nicolai Ouroussoff, publicada no jornal americano *The New York Times*. O livro, lançado pela Editora Rizzolli, é a versão em inglês dos dois volumes editados pela Editora Cozac & Naify sobre Paulo Mendes, respectivamente em 2000 e 2007. A resenha ainda explica que o estilo brutalista voltou com *alma* nova, longe das construções pesadas e sem vida do pós-guerra europeu, e, pelas mãos de um grande mestre, é capaz de inspirar novas gerações contaminadas pela arquitetura artificial e temática de hoje.



Figura 1: Capa do livro de Annette Spiro
Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

Para nós, dizer que o brutalismo está de volta soa como dizer que voltou o uso da saia balonê, ou seja, não quer dizer muito; parece capricho da moda, que vai e vem ao bel prazer de seus estilistas. Por outro lado, podemos identificar que a análise feita por alguns autores europeus, em relação à obra de Paulo Mendes, vem, comumente, impregnada, marcada, por tais “ismos”, sobretudo brutalismo, minimalismo e abstracionismo.

O livro, elaborado pela arquiteta suíça Annette Spiro, escapa a tais classificações. A publicação conta com 37 projetos ilustrados com desenhos técnicos, croquis, fotos de maquete e obras (algumas da autora). O arquiteto Luigi Snozzi escreve um simpático prefácio, intitulado “Vida longa à resistência”, no qual descreve como conheceu Paulo Mendes, a proximidade intelectual entre ambos. A arquiteta brasileira Maria Isabel Villac completa a introdução do livro com um texto sobre o Ginásio Paulistano, e, finalmente, Annette apresenta a obra de Paulo Mendes, no ensaio que traduzimos aqui. Ao final do livro ainda há uma longa entrevista da autora com o arquiteto¹.

O caminho que a autora escolhe para tecer sua análise é a partir dos componentes constitutivos da obra arquitetônica: terreno, cobertura, balanços, pilotis, e constrói um raciocínio sobre a articulação desses elementos no espaço. E assim – apoiada, sobretudo, nos textos do autor inglês Colin Rowe – analisa os projetos sob a ótica da tradição clássica e sua ordenação espacial.

Interpretar obras de arquitetos modernos valendo-se de preceitos clássicos: ordem, proporção, equilíbrio, foi uma saída encontrada, particularmente, por autores ingleses após o segundo pós-guerra como instrumento de análise crítica dos edifícios modernos. Segundo Rowe, a relação íntima entre arquitetura moderna e cultura impedia que ela fosse criticada por seus resultados estéticos dentro de sua disciplina, e favorecia que ela fosse explicada como fruto das condicionantes políticas, sociais e culturais de seu tempo. Assim, Rowe estabelece

uma nova possibilidade de olhar-se, criticamente, as construções produzidas dentro do movimento moderno; uma visada estética que se espalha pela Europa e Estados Unidos no início da década de 1960, cujos princípios gerais chegam ao Brasil somente no início da década de 1980 com o trabalho de Carlos Eduardo Comas, Edson Mahfuz e Roberto Conduru, por exemplo.

De certo, esse caminho escolhido por Annette não é muito próximo da forma como nossos críticos e historiadores descrevem a obra de Paulo Mendes da Rocha. Para nós, arquitetos paulistas, a discussão do clássico na arquitetura não foi muito explorada, talvez porque vemos a construção arquitetônica como *obra* e não como *objeto*.

O objeto pode ser decomposto – ou desconstruído, para usar um procedimento mais atual – em partes, e o que importa é a maneira como essas partes se articulam em relação ao todo. A obra, por outro lado, só pode ser compreendida em seu contexto, ela se realiza não a partir do real, mas *no real*.

Para concluir, gostaríamos de dizer que fizemos a tradução a partir do texto em inglês, mas vimos, de cara, que haviam algumas imprecisões em alguns termos; por isso, contamos também com a colaboração do arquiteto José Paulo Gouveia, que proferiu a conferência diretamente da versão em alemão. Ao terminarmos, enviamos uma cópia para a autora a qual aprovou nosso trabalho e mostrou-se satisfeita com a oportunidade de ampliar o alcance de seu texto.

“Você sempre entra por uma porta e sai pela outra.”

“Man geht durch eine Tür hinen und durch eine andere wieder hinaus.”²

“A poem arises not out of feelings, but of words.” Stephane Mallarmé

Em São Paulo existe uma rua com o nome curioso de Haddock Lobo. Ela começa no alto, na avenida Paulista e desce ladeira abaixo até os quarteirões de um bairro-jardim da cidade. Sempre quando andava por essa rua, para cima ou para baixo notava o mesmo edifício, estreito e imponente sobre o lote. Com seu concreto bruto, áspero e encantador ao mesmo tempo, chamava a atenção por si só. Até mesmo andando a pé começa-se a notá-lo pelo piso de mosaico que sai do *hall* do prédio e termina no meio fio da calçada. Anos depois, encontrei, por acaso, o livro *Residências em São Paulo 1947-1975*. Constam dessa coletânea lindas construções – a maioria delas tendo sido influenciadas pelo espírito específico do “brutalismo paulista” – entre as quais quatro casas que chamaram a atenção por sua notável clareza e precisão; ficou claro que o arquiteto daquelas só poderia ser o mesmo do edifício de concreto da rua Haddock Lobo: Paulo Mendes da Rocha, que era, até então, desconhecido por mim.

Ele é um arquiteto cujo trabalho se reconhece imediatamente. Definido por uma incomparável clareza, que pode ser encontrada em todo o seu trabalho. Por mais novo e singular que seja cada edifício, existe uma marca invisível a unir esses trabalhos individuais, como capítulos de uma longa história.

Logo após ter concluído seus estudos na Universidade Mackenzie de São Paulo, Paulo Mendes abre seu escritório e ganha um primeiro concurso. Na competição para o projeto do Ginásio do Clube Paulistano, o arquiteto supera

seus ilustres competidores, com um projeto que receberia, anos mais tarde, o Prêmio Internacional da IV Bienal de São Paulo.

O trabalho de Oscar Niemeyer é uma fonte de inspiração para Paulo Mendes, bem como o de João Vilanova Artigas. Artigas não é apenas um professor para Paulo Mendes da Rocha no sentido metafórico, mas aquele que o convida para ser também professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Em 1969 ambos são afastados da escola e têm seus direitos civis cassados pelo regime militar, o que acaba por interferir também em sua vida profissional. Somente em 1986, com a chegada da anistia, Paulo Mendes da Rocha volta à escola e assim retoma a vida profissional, bem como a de professor.

O primeiro projeto construído surpreende o meio arquitetônico da época, e alude, por meio de uma linguagem singular, qual será o papel que esse arquiteto exerceirá no âmbito na Escola Paulista. Mas o Ginásio do Paulistano é somente o começo de uma “longa história”, a qual, apesar de seus 50 anos, ainda desperta curiosidade sobre o próximo capítulo que virá; os trabalhos mais recentes são de uma radicalidade indivisível, parecendo correr à frente de nosso tempo.

CLASSICISMO E MODERNIDADE

Dificilmente um arquiteto tentará realizar a construção de um “clássico”. A qualidade de clássico surge depois, pela percepção contemporânea que se molda sobre o trabalho. Na verdade, no momento de sua criação esses trabalhos são os antagonistas insubordináveis, rebeldes a oporem-se aos acordos e costumes preestabelecidos.

Paulo Mendes da Rocha não tem uma arquitetura “clássica” em mente. O uso clássico de cânones formais é estranho a ele. Todavia, a noção de “clássico” aqui é inevitável. Ela surge, porém, menos como uma reflexão analítica e mais como exorbitante sensação, uma rara harmonia entre geometria e proporção.

Nesse sentido, basta revertermos o olhar para um grupo de obras do começo de sua carreira: casas no Butantã, residências Millan, Masetti e James King (Figuras 2 a 5), construídas entre os anos de 1957 e 1970 em São Paulo. As quatro construções são compostas por volumes geométricos simples e parecem ser variações sobre um mesmo tema. Apesar de terem um traço comum, elas não são iguais, evocando a idéia de uma tipologia.

As plantas lembram o inverso do princípio clássico de uma *villa*. Aqui o vazio central (core) foi deslocado do meio da edificação para as laterais. Não é mais o centro da casa; em seu lugar estão os quartos, os quais, por serem espaços pequenos e íntimos, devem estar

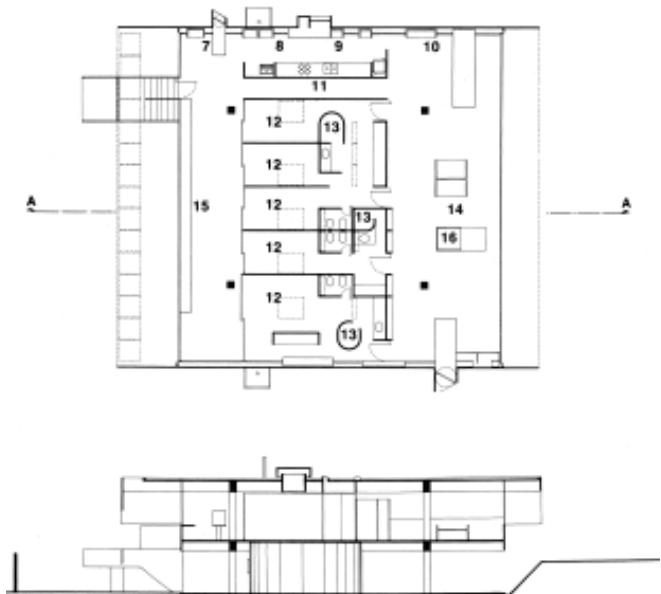


Figura 2: Residência Butantã – Planta e corte
Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

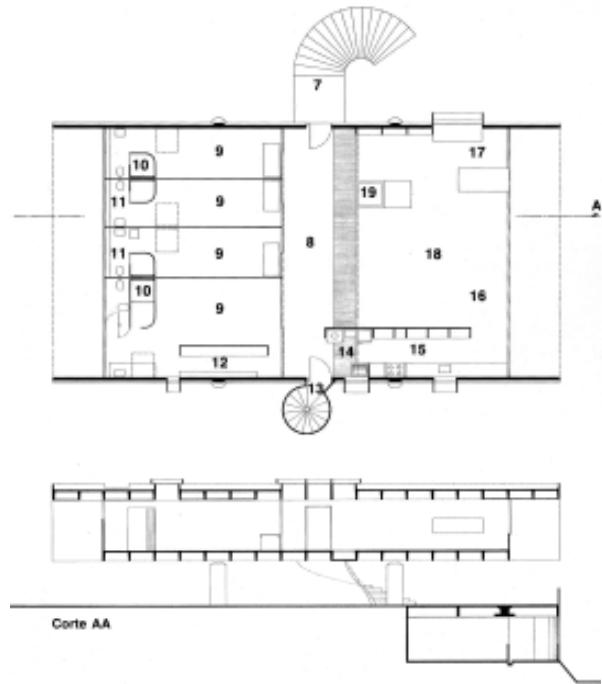


Figura 3: Residência Mário Masetti – Planta do pavimento superior e corte

Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

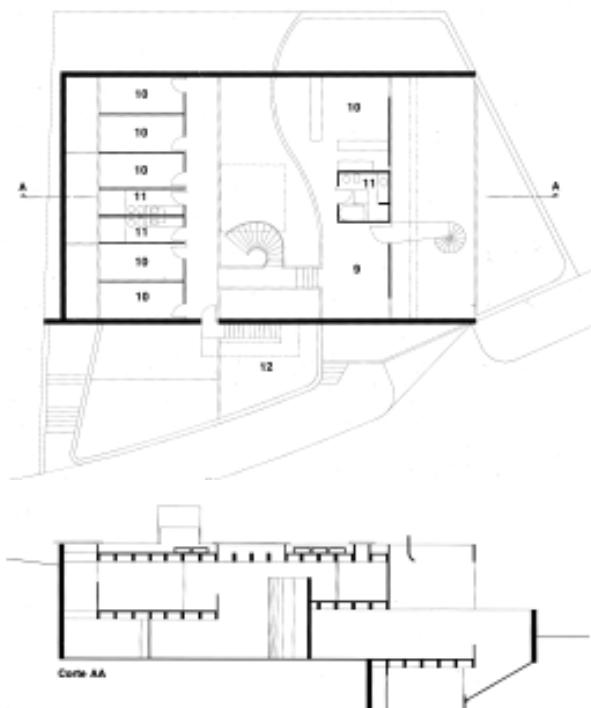


Figura 4: Residência Milan – Planta do pavimento superior e corte

Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

dentro desse núcleo protegido; e a transição com o espaço externo não se dá por intermédio da fachada, mas sim por uma zona entre dentro e fora, que, por estar vazia, acaba por assumir um caráter espacial ousado.

Ali, elementos arquitetônicos básicos também foram reinterpretados. Os espaços de transição são particularmente interessantes – *as fronteiras*³, as quais de novo e sempre instigaram “invenções” especiais na história da arquitetura. O elemento clássico da entrada é transformado em objeto espacial: a escada. A entrada passa a ser uma escultura tridimensional, e, assim, transfere a noção de entrar da planta para o corte.

A fronteira entre dentro e fora é deslocada e quase eliminada. O autor Colin Rowe escreve a esse respeito: “Se os pisos são paredes horizontais, então presumidamente as paredes são pisos verticais; enquanto as elevações passam a ser plantas, e o volume se transforma num cubo...”⁴ Dessa forma, o teto se transforma em fachada principal, cujo feito se valoriza ainda mais pela escolha de uma cota baixa para esse plano. O espaço livre do térreo se transforma no lugar da entrada e o volume da escada na ante-sala. Essas observações vão ao encontro do que é singular na obra de Paulo Mendes da Rocha: a criação de espaços de difícil apreensão, com papel fundamental em sua obra, podendo ser chamados de “invenções”; espaços “não-construídos”, mas não por isso abandonados; ao contrário, são lugares que ficam entre o terreno e a construção, podem ser simplesmente vistos ou atravessados. Esses espaços intersticiais não são, de fato, construídos, mas surgem unicamente quando o volume da casa encontra o terreno. Dependendo do ponto de vista, você sente que faz parte da casa ou do terreno, é um lugar extremamente comunicativo, capaz de conectar as esferas pública e privada. Assim, o limite entre interior e exterior se dissolve, e acabamos por perder a certeza por onde se entra no edifício. No lugar de uma estreita passagem de entrada, existe um espaço que conecta o terreno com o artefato⁵. A tarefa das plantas⁶, separar e ordenar, e a função das

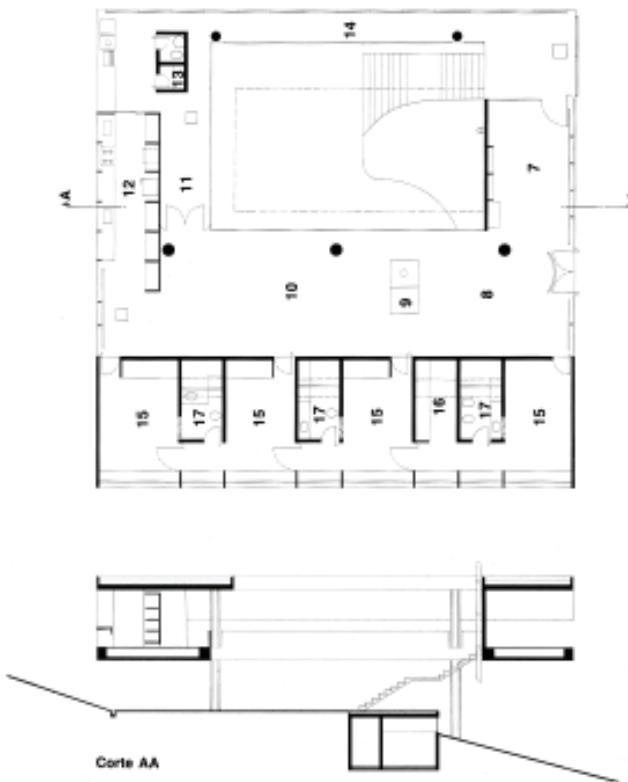


Figura 5: Residência King – Planta pavimento superior e corte

Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

paredes se resolvem aqui em corte. Nesse sentido o princípio de concertar os ambientes contidos com uma espacialidade contínua se realiza com sucesso. Aqui, portanto, Paulo Mendes da Rocha é tudo menos “clássico”.

Nos projetos de Paulo Mendes da Rocha, uma particular contradição pode ser observada, um tipo de complementaridade entre o corte e a planta. Não é fácil deduzir um a partir do outro. O diálogo entre esses dois planos de representação pode ser traçado ao longo de todos os tempos históricos. Na Idade Média, por exemplo, o desenho dos limites é menos nítido do que em um edifício da Antiguidade ou em edificações renascentistas. Curiosamente, o movimento moderno não pode claramente se relacionar com esse ponto de vista. Em seu ensaio *Mannerism and modernity*⁷, Colin Rowe aponta essa relação na modernidade cuja clareza conceitual também é ambígua; na Villa Stein, de Le Corbusier, por exemplo, não existe um espaço central a partir do qual podemos entender o edifício. “*Com esta idéia de distúrbio, ao invés de prover um prazer imediato ao olhar, o elemento de prazer na arquitetura moderna aparenta sobretudo uma postura.*”⁸ A percepção visual se dá nas seções individuais, nas quais o todo só pode ser reconstruído em nossa mente.

Uma das mais decisivas transformações espaciais na arquitetura moderna foi a mudança de uma construção maciça para uma construção a partir da ossatura.⁹ A “natureza paralisada” da implantação de uma casa da era pré-moderna, ou o “plan paralisé”, como as define Le Corbusier, de certa maneira deslocou-se, na arquitetura moderna, para o corte. A possibilidade de modelar-se o espaço com uma seqüência de cortes deixa de existir em um certo sentido, em função da adoção da planta livre e da estrutura independente. O espaço modelado das *villas palladianas* e dos palácios barrocos também não podem ser reproduzidos hoje dessa maneira. As continuidades espaciais e suas novas formulações acontecem agora, primeiramente, na dimensão horizontal.

Quando se analisa os edifícios de Paulo Mendes da Rocha sob essa ótica, podemos ver em seus primeiros croquis que a concepção espacial pode ser explicada, acima de tudo, pelo corte: uma seqüência de camadas horizontais que cobrem a planta livre. Apesar de empregar elementos tais como: pilotis, balanços, janelas contínuas e tetos-jardins – elementos da arquitetura moderna, ele os utiliza de maneira incomum, heterodoxa. Pode, então, essa concepção espacial ser somente deduzida a partir da arquitetura moderna? O espaço modular que contradiz o conceito de laje plana é um atributo a caracterizar seus edifícios e projetos, além de colocar uma inequívoca referência a essa questão.

O Pavilhão Brasileiro criado para a Exposição Internacional em Osaka, em 1970, é um trabalho exemplar nesse sentido. O edifício foi feito com uma redução mínima de elementos: sem abóbadas ou domos. Se contarmos apenas os elementos arquitetônicos “construídos”, o edifício é constituído apenas de uma cobertura plana e um pilar. A fim de descobrirmos, portanto, qual o conceito de modelar-se o espaço, basta dirigir o olhar para o chão. Ali estão as abóbadas e os domos, em uma construção sólida, que talvez tenhamos perdido, não encontram mais eco na arquitetura estrutural do mundo moderno. Aqui também podemos testemunhar o reverso das circunstâncias comuns. O espaço abobadado, nesse caso, literalmente foi virado de ponta-cabeça. O elemento horizontal que estabelece a ordem é a cobertura. Ela flutua ou mostra sua massa – dependendo do ponto de vista do observador – sobre o chão modular. A conformação do espaço, bem como a plasticidade da cobertura abobadada, não reside no elemento arquitetônico da cobertura em si, mas, nesse caso, foi transferida para o chão. A qualidade plástica do lugar não é apenas percebida pelo olhar. Ao atravessar a pequena colina no terreno, sente-se o espaço diretamente com o corpo, enquanto o olhar apenas acompanha seu movimento. Essas duas condições despertam o sentido de movimento por uma paisagem aberta, cuja única constante é o céu, ou, ainda, a cobertura, que orienta o espectador no plano horizontal. O horizonte se transforma em uma constante, como uma “réguia de nível” do espaço. Como um navio em alto mar, onde o único elemento que não se move é a linha do horizonte.

Embora os edifícios de Paulo Mendes da Rocha sejam claramente enraizados na modernidade, eles se constroem em uma ordem mais próxima ao classicismo do que sua linguagem arquitetônica levaria-nos a acreditar. É uma ordem de princípios, a qual não só se apodera imediatamente de nossa atenção, mas, como diz Colin Rowe, “*proporciona ao olhar uma fonte de satisfação*”¹⁰.

A CASA DO BUTANTÃ

O elemento mais surpreendente nas casas do Butantã é a luz, mais precisamente as sombras! Nessas casas existem três diferentes fontes de luz: vindas de cima, pelos lados e por baixo (Figuras 6 a 9). A cobertura é empurrada para baixo como um grande chapéu sobre o edifício, sem tocá-lo diretamente, em uma combinação única entre dureza e agilidade. Os sólidos beirais nas pontas da casa permitem somente a entrada de luz indireta no espaço, pelas laterais, ainda filtrada pela opulenta vegetação. A sensação de penumbra desfaz-se inesperadamente pela luz precisa e vibrante que chega pela profundidade das clarabóias. Esse jogo de luz e sombra nos remete à imagem das manchas de luz na clareira de uma floresta, gerando uma profundidade espacial, muito maior daquela que existe realmente. E, finalmente, a terceira fonte de luz, incrivelmente inusitada – é a luz que entra no espaço por baixo, na intersecção da cobertura com o chão, ou seja, através do estreito que se forma entre vazio da extensão da cobertura em direção ao chão e a elevação desse chão a uma cota mais alta, formando um plano de luz, simultaneamente um parapeito e uma janela. Essa luz verde, que vem da terra e entra no espaço, faz a cobertura parecer flutuar, e, ao mesmo tempo, estabelece uma relação inusitada com o chão, para um edifício feito sob pilostis.

*"A ramagem toda do agrião – o senhor conhece – às horas dá de si uma luz, nessas escuridões: a folha a folha, um fosforém – agrião acende de si, feito eletricidade"*¹¹, escreve João Guimarães Rosa em seu romance o *Grande Sertão – Veredas*. A penumbra verde predominante na casa é assim. Preenche o espaço com uma massa tangível e os materiais contribuem para criar profundidade – o concreto aparente das paredes, das vigas do teto, móveis de concreto moldados *in loco* e os espaços escuros entre as vigas, são elementos cuja geometria rígida e aguda suaviza-se com a presença dessa penumbra vivaz que flutua por entre eles.

O *"jeu magnifique des volumes sous la lumière"*, segundo Le Corbusier, também um jogo de superfícies, aqui se dá entre a luz e a sombra. Então, assim como a plasticidade do corpo só existe quando sua sombra está presente, a profundidade espacial é gerada de maneira invertida, pelas manchas de luz na sombra do entardecer.

Apesar de a casa estar implantada sobre uma fundação racional, constituída por uma clareza estrutural, dentro dela o edifício se oculta e pode ser percebido somente pelos sentidos, afastando qualquer forma de percepção racional do espaço. O que Colin Rowe afirma sobre Le Corbusier aqui se aplica a Paulo Mendes da Rocha também: *"Ele é um dos poucos arquitetos que não ignora as necessidades sensoriais nem as da mente. Mantendo um balanço consistente entre a razão e a percepção..."*¹²

Uma nova noção sobre as relações sociais do espaço também está no coração dessa casa. *"Ali é que se pode distinguir o que chamaremos de 'espaço pessoal', de 'espaço impessoal'. O espaço como projeto social, este sim, já ali vai se precisando melhor por um relacionamento do viver meio 'favela racionalizada', onde cada um aceita o convívio com os demais, sem muradas sólidas, mas dentro de novas e procuradas condições de respeito humano."*¹³ O filósofo e historiador Flávio Motta descreve um modelo de sociabilidade que pouco se relaciona com os modelos da casa burguesa. A casa, assim, demanda



Figura 6: Residência Butantã
Foto: Daniel Bosshard



Figura 7: Residência Butantã
Foto: Daniel Bosshard



Figura 8: Residência Butantã
Foto: Daniel Bosshard

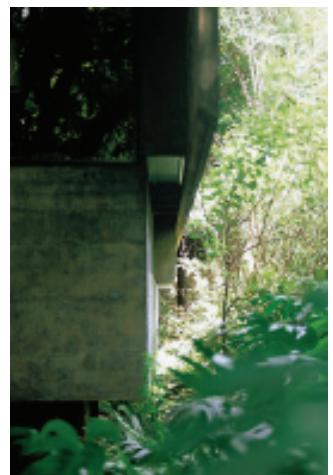


Figura 9: Residência Butantã
Foto: Daniel Bosshard

comportamentos pouco usuais aos seus habitantes, pela disposição da planta e pelo fato de as paredes não tocarem o teto.

Comparações com a arquitetura vernacular do Brasil são inevitáveis. A casa colonial bandeirista¹⁴ é um tipo de residência que reflete a tradição construtiva da época e acomoda famílias formadas por diversas gerações. Esse modelo de residência agrária lembra as casas do Butantã. O uso tradicional da varanda está presente, mas, nesse caso, ela é interna à casa. E também na disposição serial dos dormitórios na planta do primeiro, aludindo à simplicidade espacial da casa bandeirista.

Quando olhamos a casa pelo lado de fora, sobretudo se considerarmos a cobertura, um outro exemplar “clássico” aparece: a “oca”¹⁵, um tipo de *brazilian urhütte*, casa da população indígena brasileira. Essa casa é constituída, primariamente, por dois elementos: uma plataforma e uma enorme cobertura posta por cima. É o chão com colunas, é a tenda de cobertura, ao mesmo tempo abrigo e envoltória. Com somente esses dois elementos a casa do arquiteto foi construída. Apesar de querer-se referenciar a casa sob pilotis ou essa imagem arcaica da memória, pode-se dizer que o trabalho de Paulo Mendes da Rocha está ancorado na singularidade com a qual opera a história e a memória coletiva, através dos tempos, interpretando o mesmo de uma nova maneira. Mostra, assim, algo característico desse arquiteto que “fala” uma linguagem pessoal, extraordinária, na qual criação individual e a subjetiva estão dispostas em uma correlação geral. Nesse sentido podemos chamar novamente a arquitetura de Paulo Mendes da Rocha de clássica.

Muito distante da monótona repetição de elementos arcaicos da história, ele cria uma ordem por meio da geografia e de seus limites temporais a unirem o novo com a história inacabada da arquitetura, por intermédio de sua linguagem única e pessoal.

TERRITÓRIO E PAISAGEM¹⁶

Os três edifícios na cidade de Goiânia no interior do Brasil: respectivamente Jóquei Clube, Estádio Serra Dourada (Figuras 10 e 11), e, também, Terminal Rodoviário não são uma exceção no conjunto da obra do arquiteto. Ao contrário, eles têm muito em comum com os edifícios de São Paulo. Mais: existe uma afinidade que pode ser percebida entre eles, além da relação com o entorno e das especificidades da linguagem do arquiteto. Além da mão e do desejo do arquiteto, é mais que sabido existirem outras forças as quais, secretamente, contribuem na forma de uma edificação. A geografia e a morfologia da paisagem do país ou ainda do continente inteiro produzem um efeito sobre a forma na arquitetura. Não é somente do lugar ou da paisagem que estamos falando. Tampouco da topografia do local, seja este em um declive, em uma floresta ou à beira-mar. O que se quer dizer aqui é maior, é a geografia espacial de um país e as composições imaginárias de uma paisagem. Uma paisagem diferente, criada a partir da literatura ou de lendas, que se debruça como uma segunda camada sobre a primeira. Ambas paisagens, a física e a imaginária, são, na essência, uma só. A tentativa de separá-las é um caminho ao fracasso. Não se pode imaginar a paisagem de *La Mancha* sem a forma triste de seu cavaleiro.

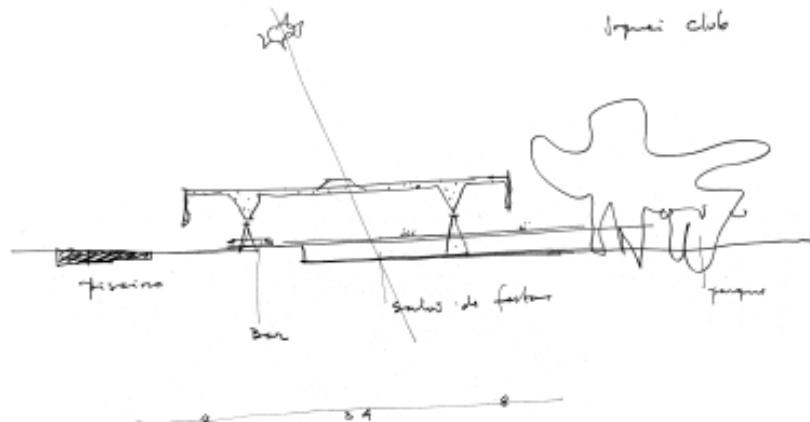


Figura 10: Jóquei Clube de Goiás
Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

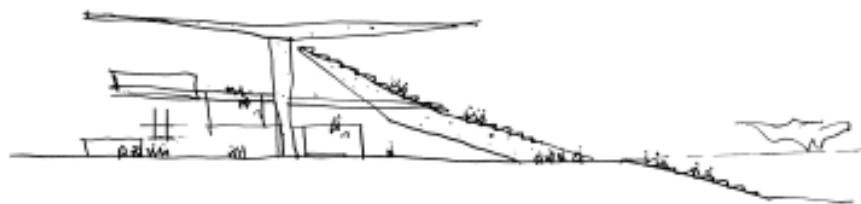


Figura 11: Estádio Serra Dourada
Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

O interior do Brasil, o sertão, é uma paisagem que se conforma dessa maneira. O nome designa, ao mesmo tempo, um lugar geográfico e uma paisagem imaginária. Essa designação extrapola seus aspectos geográficos e da pequena tira de terra desenhada no mapa do país. Mas é o lugar, a casa, de lendas e de histórias que não se perderam no tempo. Como ninguém, João Guimarães Rosa fez dessa paisagem uma obra de literatura. Em seus romances e histórias, o sertão é mais que um cenário, é um modelo para aquele universo.

Pode ser a imagem da imensidão do planalto que vem à cabeça ao olhar esses três projetos construídos em Goiânia – aqui onde tudo começa em uma ponta do horizonte e termina na outra. É a paisagem do movimento eterno sem começo nem fim cuja influência se estende aos edifícios a esticarem-se e ancorarem-se no horizonte ao mesmo tempo. *“Construir el territorio no es ocuparlo sino inventarlo.”*¹⁷ Essa afirmação de Isabel Villac se encaixa perfeitamente com a maneira específica com a qual o arquiteto se relaciona com o terreno e a topografia. Território e edifício se “inventam” mutuamente, ainda que ambas as partes possam ser distinguidas uma da outra. Não se trata, porém, do contraste entre natureza e edificação como conhecemos no modernismo e que ainda pode ser percebido nos edifícios de Niemeyer no Brasil, apoiados no solo como se flutuassem levemente. É esse paradoxo que lhe confere uma elegância mágica. Seria inútil procurar esse tipo de contraste entre natureza e artefato na obra de Paulo Mendes da Rocha. Podemos nos lembrar da Villa Savoie, de Le Corbusier, e retirá-la de seu entorno, e com um pequeno esforço de imaginação veremos o terreno natural como era antes de a casa existir. Nesse exercício intelectual, tanto o edifício como o terreno continuam relativamente ilesos. Esse não é o caso com a obra de Paulo Mendes da Rocha. Ao tentar remover o edifício do terreno, não só se deixa uma cicatriz, como o edifício se desmancha em fragmentos, porque a relação entre edifício e terreno é, sobretudo, uma relação espacial. Uma saliência na terra e uma cobertura sobre ela; o estádio desportivo; o clube de esportes; o

terminal rodoviário; e os três projetos de Goiânia, podem ser descritos dessa maneira. Obviamente essa é uma simplificação crua, que não faz justiça à arquitetura dos três edifícios citados, uma “arquitetura” a qual se desdobra precisamente entre essas duas constantes.

Outra constante em seus projetos é a referência à dualidade entre o horizonte e o homem. Na maioria das vezes os primeiros croquis são concepções por meio corte, com a escala humana sempre presente: o homem contemplando o horizonte.

Existem croquis de arquitetura os quais procuram reproduzir a materialidade e a expressão da obra, outros buscam capturar concisamente um conceito geral. Os croquis de Paulo Mendes da Rocha, claramente, pertencem à última categoria. A forma esparsa, com poucas linhas, lembra desenhos à tinta japonês. Como esses, representam a redução do essencial. Mas o conceito está capturado, ao invés de uma atmosfera particular. Se Paulo Mendes da Rocha é um arquiteto cujas construções dialogam com a mente e os sentidos, em seus croquis ele fala, primariamente, sobre o raciocínio inerente ao projeto.

O tema horizonte é também uma das grandes questões da arquitetura do século 20: o deslocamento exaltado em direção ao horizontal, como se uma ponta nova do compasso tivesse sido descoberta. Em cada época tentou-se criar paralelismos entre mudanças formais e as transformações sociais e intelectuais. A comparação entre o conceito de verticalidade e hierarquia é um exemplo dessa atitude. Precisamente nas américa do Sul e Central, contudo, encontramos culturas com hierarquias sociais rígidas, somadas à religião, e geraram uma arquitetura na qual o horizontal é o dominante.

Ao invés de tentar descobrir paralelismos, que podem nos levar a conclusões um tanto quanto míticas, pragmáticas, e, acima de tudo, “mais arquitetônicas”, temos de tentar direcionar nossas atenções para os meios arquitetônicos, meios como instrumentos e não como conteúdos ou simbolismos. Nesse sentido temos, aqui, um meio que se sobressai aos outros: a plataforma, tão antigo quanto a história da arquitetura é, ao mesmo tempo, arcaica e incrivelmente eficiente. Jorn Utzon apresentou essa forma como ilustração de seu ensaio¹⁸, exemplo de um templo mesoamericano.

O Monte Alban, uma montanha tipo pão de açúcar natural teve sua superfície aplanaada. Esse lugar sobrelevado é um distrito especial, um lugar com um “outro” significado: o da plataforma. Nesse caso específico a área interna do cone foi afundada. Agora o olhar só pode perceber o distante topo da montanha sobre o horizonte. O céu é seu único contraponto. Esse é o real propósito da plataforma! Com um simples, porém inteligente instrumento, foi possível liberar as pessoas de seus contextos diários e estabelecer, ao contrário, relações de “outro tipo”, uma intenção óbvia quando se trata de um templo. Por esse intermédio ocorrem mediações entre o artefato e paisagem, e entre o homem e a natureza. Essencialmente, é a mesma coisa que Le Corbusier reproduz na cobertura da Unidade de Habitação de Marselha, onde a paisagem artificial da laje-jardim dissolve-se no horizonte distante. Ou ainda no pequeno terraço da casa Bestegui em Paris, onde acontece algo parecido com a questão do Monte Alban. A “velha” plataforma une, vitoriosamente, dois espaços fundamentalmente diferentes: o jardim clássico confinado – *hortus conclusus* – com o espaço aberto e fluído da modernidade.

A função da parede se renova diante das possibilidades dadas pelo relevo, tema também explorado nos últimos trabalhos de Le Corbusier. Sobretudo, em Chandigarh e no projeto não-construído do jardim do Palácio do Governador. O relevo como parte da relação entre o homem, o edifício e a paisagem sintetizando, de maneira brilhante, uma nova transcendência. Para Sigfried Gideon, esse elemento renovado é a contribuição brasileira decisiva para a arquitetura internacional.¹⁹ Mas Giedion se refere somente à superfície dos edifícios e fachadas em forma de relevo. Sua observação é válida e apropriada para a maioria dos edifícios “antigos” da América Latina. Para uma análise contemporânea, esse argumento, porém, perde a força, pois a questão do relevo não está somente na superfície das fachadas, mas faz parte da concepção espacial do edifício e ainda da relação de escala com a paisagem. Mais uma vez, o questionamento surge pelo olhar da geografia e da história, no sentido de *genius loci* em uma escala continental.

O pensamento de Utzon sobre o relevo e plataformas concede uma nova luz sobre a análise dos edifícios de Paulo Mendes da Rocha. Precisamente porque o relevo ganha uma nova dimensão em seus trabalhos. Vai além da relação direta entre o desenvolvimento contínuo do movimento moderno clássico, e tende mais a uma comparação com a idéia arcaica de plataforma.

Dois projetos são exemplares dessa afirmação: o Pavilhão de Osaka, construído em 1970 (Figura 12), e o Museu da Escultura em São Paulo. O projeto do Pavilhão, fruto de um concurso de arquitetura, foi construído durante o período da ditadura militar e destruído ao fim do evento da Feira Internacional, apesar do pedido de compra feito pelo governo japonês, emprestando uma dimensão política ao Pavilhão, além da arquitetônica.²⁰ Sobraram apenas algumas fotos da fase da construção, mas que podem ainda transmitir o efeito extraordinário desse edifício ainda hoje. Não existem paredes, o espaço se faz somente pela topografia do chão e pela cobertura; uma cobertura de luz apoiada em quatro pontos irregulares no chão. Três pequenos morros servem de apoio; o quarto é formado por uma coluna composta por dois arcos, um espaço dentro do outro, uma “casa”.

Uma coluna incomum, nova e arcaica ao mesmo tempo, ordena aquele espaço. Uma cruz no chão, que denomina a ocupação do território, também se refere aos quatro pontos cardeais e à divisão quadrangular do globo. Um espaço sobrecarregado de significados, que serve ainda como ponto de encontro do pavilhão: o café! O visitante se move sem caminhos determinados, como pelos



Figura 12: Pavilhão de Osaka
Fonte: Arquivo do escritório Paulo Mendes da Rocha

morros da cidade. A luz penetra pela cobertura e distorce na superfície ondulada do chão. É, de novo, um jogo de luz e sombra, como um dossel de folhas na floresta. A terra de Osaka, um chão de asfalto, uma cobertura e uma coluna que conforma o espaço – esses são os poucos componentes do pavilhão. É um abrigo aberto, uma casa, um terreno, uma cidade e uma paisagem ao mesmo tempo. É um manifesto arquitetônico, uma síntese dos elementos fundamentais da relação entre natureza, homem e artefato.

A situação do Museu da Escultura já é bastante diferente da anterior: trata-se de um bairro jardim tradicional da cidade. O relevo é utilizado como um instrumento urbanístico. O edifício ocupa o terreno inteiro e, ao mesmo tempo, refaz o mesmo. A plataforma está presente também, mas aqui as coisas se relacionam por opostos, onde o molde e o modelado se complementam. A plataforma constituída pelo negativo tem o mesmo efeito daquela feita pelo “positivo”, criando um lugar na cidade.

Nesse projeto, a questão também é separar-nos da vida cotidiana. Porém, o “outro” não é o céu, a paisagem distante, e sim a paisagem interior, do mundo da arte. Paulo Mendes estica o limite entre dentro e fora com um enorme espelho d’água. O céu e as nuvens se refletem na superfície calma da água, enquanto aquele outro mundo se evapora. A superfície da água não faz parte do jardim, por exemplo, mas sim é a quinta, e, ao mesmo tempo, única fachada do edifício: a “cobertura” do museu.

Estamos acostumados a perceber a profundidade espacial por meio de perspectivas, ou do arranjo dos volumes no espaço. Paulo Mendes da Rocha não usa nenhum desses dois artifícios, e ainda assim consegue gerar espaços com imensa profundidade por mais confinados a estarem em um lote urbano. Ele desloca a linha do horizonte para dentro do edifício com uma seqüência de planos, e assim “inventa” – em contraste com a planta livre – o corte livre. O térreo se torna único e fluido, e o que é errático não é o terreno, e sim a viga flutuante da “cobertura”, causando grande surpresa. Por meio dela o edifício se ancora no chão e na paisagem urbana; faz a mediação de escala entre a escultura e o visitante. No ensaio mencionado anteriormente, Utzon faz um comentário acerca da arquitetura chinesa: “Existe magia no jogo entre cobertura e plataforma.” Existe magia também nesse museu de escultura de Paulo Mendes da Rocha em São Paulo.

TÉCNICA

Não é por acaso que a consideração sobre a importância da tecnologia no trabalho de Paulo Mendes da Rocha vem da leitura de seus projetos urbanísticos. Eles mostram, claramente, uma visão específica sobre a tecnologia. Quando ele traça uma nova geometria para a baía de Montevidéu ou concebe os edifícios do Reservatório de Urânia como figura em uma paisagem, existe, de um lado, uma medida urbana, e, de outro, uma ação tecnológica. Como afirma o próprio arquiteto: *“Um exemplo interessante para mim é Veneza, não aquela cantada nos seus belos palácios, mas sim o olhar sobre uma nova geografia. A laguna veneziana era o lugar menos apropriado para se fundar uma cidade e seu porto. Novos desenhos tiveram que ser desenvolvidos para planejar os canais as*

pequenas porções de terra das pequenas ilhas. É a aplicação da tecnologia e da experimentação que nunca havia sido aplicada em tais dimensões. Os palácios foram construídos posteriormente a fim de dar expressão ao lugar. Mas a arquitetura sublime de Veneza é a construção de seu território. Os canais são a fundação desta arquitetura; são uma nova espacialidade criada para consolidar o comércio marítimo no coração da Europa.”²¹ Para o arquiteto essa cidade é um ato de engenhosidade, uma “invenção”, e a tecnologia é mais que um meio de resolver os problemas colocados.

O seu mais recente projeto urbano, proposta para a baía de Montevidéu, mostra esse conceito de maneira clara e expressiva. Nesse desenho – fruto de um seminário na cidade – a “invenção do território” é vista de forma direta e tangível. Nesse caso é a forma da paisagem que se propõe modificar, sem nenhum edifício ter sido planejado; é, portanto, uma proposta eminentemente urbana. Ao modificar a geometria da baía, ela se torna um elemento urbano e, consequentemente, incorpora-se à cidade. A superfície da água se transforma em “praça” urbana e, assim, desloca o foco da cidade. De repente uma nova visão sobre a conformação urbana aparece e nosso olhar, atormentado por diagramas e esquemas funcionais, encontra prazer naquele lugar.

Não é por acaso que o arquiteto tenha se familiarizado com o mundo da engenharia desde pequeno. A profissão de engenheiro é uma tradição na família. Seu pai era engenheiro de portos e canais, e visitas aos canteiros de obras eram comuns – e acabaram por influenciá-lo consideravelmente. A cidade de Vitória – um centro produtor de cacau, cidade portuária e ponto de ligação entre a costa e o interior do país – as grandes fazendas, as serrarias do sertão, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo não são apenas episódios de sua biografia. O olhar curioso de criança, a admiração sobre o poder do homem em transformar a natureza em seu benefício, pode ser percebido ainda hoje. Esse desejo em transformar a natureza não contém nenhum cinismo e não tem relação com a ignorância contra a natureza. Ao contrário, é como se nossa inteligência desejasse colocar algo diante da “inteligência” da natureza. A biografia do arquiteto também se relaciona com o desenvolvimento de um país e de uma época. É a história da descoberta e da conquista, que não teve somente glórias. De um lado, o terror dos crimes da colonização, e, de outro, a aventura de pisar-se em uma terra nova, e a “inauguração” de um novo continente.

Por isso não é de estranhar que o desenho de embarcações aparece constantemente em seus croquis. Vemos, nesses desenhos, nossos sonhos, a aspiração dos habitantes do interior e o barco como um “arsenal da imaginação”²². Para Paulo Mendes da Rocha não são apenas reminiscências da história e das velhas cidades portuárias. São protagonistas, proporcionam figuras de escala, como a escala humana, para os prédios e as montanhas da cidade. O navio é ainda arquitetura e a metáfora para a técnica, a qual, simultaneamente, contém o horizonte e sua conquista.

O termo em português “engenho” significa: máquina, destino, gênio, argúcia, artefato, inventividade. Quando o arquiteto observa projetos de engenharia civil, tais como: portos, barragens, estruturas hidráulicas, vê aí essa idéia de invenção. É uma percepção que lança uma visão e transforma-a simultaneamente. “... a natureza é vista enquanto é reproduzida e fabricada por nós mesmos. Nós só conseguimos contemplar, compreender, o que fabricamos”²³,

diz Paulo Mendes da Rocha. Trata-se de um tipo de “inventividade” ou de um olhar que age. No trecho da música *Corcovado*, de Tom Jobim: “*Da janela vê-se o Corcovado, o Redentor, que lindo!*” – “Nessa frase ele já construiu a cidade inteira!”²⁴, diz o arquiteto sobre o músico. Quando ele “vê” o lugar, ele já o transformou. A tecnologia, portanto, não é apenas um instrumento de metamorfose, mas uma visão dessa transformação. Seus edifícios não são objetos em uma paisagem. Em sua mente são instrumentos pelos quais compreendemos e questionamos o mundo.

Por que a citação de Mallarmé no começo do texto, afirmando que um poema não é feito de sentimentos, e sim de palavras? Não é por acaso que o arquiteto, espontaneamente, cita este trecho em suas conversas: “*O medo da racionalidade, a tanto criticada frieza racional é uma grande insensatez. Como se expressa o poeta? Claro que o poema se constitui de sentimentos, mas é construído por palavras. No mesmo sentido a cidade é puramente emocional, mas é construída pela tecnologia.*”²⁵ “*No fundo você está organizando emoções*”. Elas são a fonte da força poética de seus trabalhos. O ponto de partida para tais emoções está não só na forma e nos materiais empregados, mas em uma radical confiança na técnica. Não é por acaso que nos lembramos da famosa frase “*machines à emouvoir*”²⁶. Essa talvez seja uma aproximação mais profunda com a obra de Le Corbusier do que referências formais ou programáticas. Para Paulo Mendes da Rocha o projeto começa com a “invenção” do problema, e sua essência está não na resposta, mas na questão propriamente dita.

Assim, seus edifícios são respostas válidas, porém jamais conclusivas. Quando se comprehende essa como sendo a característica fundamental de sua criatividade, atribui-se aí o caráter universal contido em seus trabalhos, apesar de esse possuir uma linguagem altamente pessoal e singular.

O termo grego *techné* reflete, precisamente, esse aspecto único de sua obra. Como prova disso, o outro, lado aplicativo da tecnologia, raramente pode ser observado em seu trabalho. Detalhes técnicos, como o trinco da janela, podem ser dispostos de forma negligente, ou então elevados a uma obra de arte.

Esses dois extremos são satisfatórios, e, nos trabalhos do arquiteto, ganham ares surpreendentes. Esses detalhes que podem passar despercebidos ao nosso olhar são tanto engenhosos quanto evidentes. São pequenos prazeres inventivos que acabam por representar todo um conjunto de elementos. Sob esse aspecto, Paulo Mendes da Rocha é um arquiteto brasileiro, porém de forma sublime. Ao contrário da Europa, o artesanato não tem uma longa tradição no Brasil, o qual, como inúmeras outras coisas, foi importando seus produtos e, portanto, lida com esses de maneira inventiva e sem preconceitos. Enquanto na Europa a indústria ainda copia trabalhos manuais, no Brasil, quando isso acontece, o produto ganha nova função e formatação. Isso nos parece “mais moderno” e apropriado perante a produção em série.

Outro aspecto de sua obra é o uso util da tecnologia. Ele o faz associando “alta porcentagem” técnica ao edifício de forma tão evidente, que o expectador comum não perde tempo se questionando sobre ela. Aquilo que o Pavilhão de Osaka antecipou, a loja de móveis Forma realizou de maneira ainda mais radical. Nesse edifício franco, fácil de compreender, a técnica sublimada acompanha uma linguagem formal reduzida ao seu máximo. Os poucos elementos constitutivos presentes no edifício estão tão evidentes e claros, que não se percebe sua

“multifuncionalidade”. Tudo é eficiente – desde a concepção espacial até cada pequeno detalhe. De novo, a escada é o lugar da entrada, mas dessa vez literalmente – a entrada é a escada. Quando o edifício se fecha, ela desaparece, como uma escada retrátil embutida no forro. À noite, a imagem da loja ocorre pela única abertura, a vitrine dos móveis, uma luz vista de longe. Esse edifício está localizado em uma avenida expressa da cidade, e a vitrine, pela virtude de estar elevada do chão e ser comprida, fornece ao motorista o tempo necessário para escolher o sofá que mais lhe agrada.

Esse prazer pela invenção tecnológica nos é familiar também na obra do arquiteto espanhol Alejandro de la Sota ou Mies van der Rohe. A precisão miesiana e certo minimalismo acabam por aproximar, por diversas vezes, os trabalhos de Paulo Mendes ao de Mies. Ao olharmos para a clareza estrutural e a geometria, facilmente nota-se essa aproximação. Não por acaso, no verão do ano 2000 foi concedido ao arquiteto o “Premio Mies van der Rohe” em Barcelona.

Alguns dizem que os edifícios de Paulo Mendes da Rocha são altamente abstratos²⁷. Porém, eles criam imagens como aquelas que vemos na natureza e em nossos sonhos: uma pedra, uma montanha, uma sombra, uma nuvem. Não porque essas imagens representem algo concreto, ao contrário! Somente quando a abstração está presente a liberdade associativa e evocativa pode surgir. A arquiteta Lina Bo Bardi descreve esse fenômeno da seguinte forma: “É a liberdade rigorosamente controlada e calculada da natureza, obediência absoluta às ‘leis que mandam’, nada de ‘arbitrário’, mas, como na natureza, o máximo de ‘fantasia’.”²⁸ Fantasia e princípios rígidos teóricos não são opostos para ela. Esse também é um aspecto presente no trabalho de Mendes da Rocha. Dessa forma, parece totalmente inapropriado designar sua obra como abstrata, quando por abstração se entende falta de materialidade e massa concreta. Os edifícios comunicam, sim, um sentido de peso e massa, e também o senso tático. Pode-se sentir a força da gravidade em uma parede de três centímetros de espessura, e ainda quando se vê o espaço espremido entre o horizonte e uma imensa viga protendida. Não é esse o esforço que aparece no edifício, e sim a energia física usada para fazê-lo. É nada mais do que a “energia latente” descrita por Max Plank.²⁹

O ESPAÇO URBANO

Poupatempo é o nome de um edifício projetado pelo arquiteto e inaugurado no outono de 2000. O programa é relacionado ao serviço público e à expedição de documentos oficiais para todos os habitantes de São Paulo. O que poderia ser facilmente um labirinto burocrático é exatamente o oposto: uma ponte, com um hall arejado, e um prolongamento de uma praça. Não existem gabinetes, portas, nem avisos de “favor entrar”, sinais a fazerem o usuário compreender rapidamente que está em um beco sem saída. Pela virtude de um grande gesto, as questões urbanas, funcionais e intenções espaciais foram convincentemente satisfeitas. O espaço público urbano foi deslocado para o interior do prédio. O edifício é formado por uma única e imensa viga. O corte revela a “ponte” que conecta, verticalmente, a entrada elevada do metrô com o térreo e o terminal de ônibus. Novamente o conceito vem do corte!

Estamos habituados a contemplar as questões de desenho urbano a partir da planta. Paulo Mendes da Rocha, porém, contempla por meio do corte. A cidade alcança aí uma componente geográfica. Dois edifícios importantes da arquitetura brasileira ilustram também essa situação. O primeiro, um dos mais surpreendentes espaços urbanos do século 20: a base do edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro³⁰, onde tanto pedestres como visitantes passam por dentro do edifício sem ao menos notar. Um passeio incomparável pelos pórticos, a formarem, de fato, a “cidade”. O espaço, normalmente solucionado em planta, toma vida por sua expansão vertical. No segundo, Lucio Costa segue a estratégia oposta quando faz a praça cívica em Brasília. Enquanto os carros se “cruzam” em níveis sobrepostos, a praça é também a intersecção do eixo central da cidade. Aqui, a secção vertical se expande no domínio horizontal. No Poupatempo, o arquiteto conecta esses dois conceitos.

Ao olharmos atentamente para esses edifícios, o que aparece como preferência do arquiteto pela espacialidade horizontal é também uma característica da arquitetura brasileira. Como ele mesmo diz, “... mas o que aquilo revela é uma distração, um descaso por qualquer idéia de proteção. As construções brasileiras não foram feitas pra defender ninguém de nada. Você sempre entra por uma porta e sai pela outra”³¹. Dessa forma, os edifícios brasileiros proporcionam um sentido de conexão mais forte com o espaço aberto do que o enraizamento com o chão. Movimento e ruptura são possíveis a qualquer instante. O espaço sem limites não se apresenta como uma ameaça, mas como uma demanda. Na obra de Paulo Mendes temos essa noção, ao entrarmos por uma porta que não será a mesma da saída. No Poupatempo a entrada quase não se percebe, é como se estivéssemos chegando em uma rua. Em suas residências temos essa liberdade também. A casa nunca é um forte, mas um pavilhão que oferece proteção, como uma tenda ou uma árvore.

Decididamente uma concepção arquitetônica contrária ao modelo nômade como um envoltório entreaberto: o ancoramento espacial no terreno acontece pela reforma do chão. Ambos, espaço e chão, encontram-se precisamente na linha do horizonte, onde o céu e a terra se tocam. A corpulência e a firmeza do relevo no terreno e o senso transitivo das casas abertas se juntam, formando um todo.

A vista do horizonte na arquitetura de Paulo Mendes da Rocha é programática. Apesar de ter uma postura crítica, sua arquitetura comunica um sentido de esperança. Esperança não aquela que se sente ao fim de uma conquista, mas aquela que espera um futuro melhor. É um começo, um despertar, como se a história tivesse apenas começado. Talvez, para concluir com um título para essa história: a terceira margem do rio de João Guimarães Rosa.³²

NOTAS

(1) SPIRO, Annette, *Paulo Mendes da Rocha. Bauten und projekte*. Zurique: Editora Niggli, AG, 2002.

(2) Texto escrito originalmente em alemão pela arquiteta Annette Spiro e publicado em seu livro: *Paulo Mendes da Rocha – Bauten und projekte*. Zurique: Editora Niggli, 2002. Essa tradução foi feita a partir da versão inglesa do texto que continha algumas imprecisões e, portanto, contei com a leitura atenta do original em alemão, empreendida, gentilmente, pelo arquiteto José Paulo Gouvêa, o qual ajudou na correção de alguns termos. Contamos, também, com uma leitura final da própria autora, Annette Spiro. (Nota da tradutora)

(3) Grifo meu. (Nota da tradutora)

(4) ROWE, Colin, La Tourette. *The mathematics of the ideal villa and other essays*. Cambridge-Londres, 1985, p. 197.

(5) Tanto no texto original em alemão quanto na versão em inglês, a palavra que aparece é *artefato*; porém, para nós, ela tem mais o significado de um objeto produzido industrialmente, o que não se aplica ao texto. Normalmente, referimo-nos à produção arquitetônica como *obras* de arquitetura; mesmo a palavra *objeto*, muito utilizada por autores estrangeiros, não é muito utilizada por nós, pois entendemos que o significado de uma obra de arquitetura depende de sua relação com o universo que a cerca. Lucio Costa, no livro *Sobre uma arquitetura*, no texto “Projeto para a Universidade do Brasil em 1936”, diz: “*É esta a linguagem da arquitetura – aquela figura não está ali apenas para enfeitar, como um simples objeto, mas porque não se pode dela prescindir.*” (p. 82). Ainda sobre esse tema, a professora Sophia Telles, em um seminário na FAUUSP, no ano de 2006, alude à questão dizendo que um edifício não pode ser visto como um objeto porque ele precisa do todo para ser compreendido. Para a compreensão do texto, essa discussão não importa, mas considerei instigante sublinhar essa diferenciação semântica. (Nota da tradutora)

(6) Na versão em inglês está escrito *ground floor*: planta do térreo; porém, em alemão está *grundrisses*: planta; adotei a versão da língua original para todos os casos em que essa distinção ocorre, porque a autora se refere, nesses casos, à representação em planta de forma geral, e não do pavimento térreo especificamente. (Nota da tradutora)

(7) *The mathematics of the ideal villa and other essays*. Cambridge-Londres, 1980.

(8) “*In this idea of disturbing, rather than providing immediate pleasure for the eye, the element of delight in modern architecture appears chiefly to lie.*” *The mathematics of the ideal villa and other essays*. Cambridge-Londres, 1980, p. 29.

(9) Na versão em inglês está *skeletal*, cuja tradução literal seria esquelética, vertebrosa, mas acreditei melhor, nesse caso, usar *ossatura*, como Lucio Costa: “*As técnicas construtivas contemporâneas – caracterizadas pela independência das ossaturas em relação às paredes...*” O arquiteto e a sociedade contemporânea. *Sobre uma arquitetura*. XAVIER, Alberto (Org.). Porto Alegre: Editora UniRitter, 1ª reimpressão em fac-símile, 2007, p. 246. (Nota da tradutora)

(10) Em inglês: “*... provide the eye with a source of enjoyment*”. (Nota da tradutora)

(11) ROSA, João Guimarães, *Grande Sertão – Veredas*. Rio de Janeiro, 1956, p. 32. Na edição da Nova Fronteira de 1988, veja p. 21. (Nota da tradutora)

(12) “*He is one of the few architects who have suppressed the demands of neither sensation nor thought. Between thought and sensation he always maintained a balance.*” Rowe, *La Tourette*, p. 202.

(13) MOTTA, Flávio. Paulo Mendes da Rocha. Revista *Acrópole*, São Paulo, n. 343, p. 17, 1967.

(14) “Casa bandeirista” é um tipo de casa construída nos séculos 17 e 18 durante a formação do estado de São Paulo.

(15) Nome para habitação indígena na língua tupi.

(16) A tradução direta da palavra *landscape* é paisagem. No inglês, porém, a definição da palavra é: uma vista sobre um panorama; e ainda, *land* significa: *the solid ground of the earth* – a parte sólida do chão, mas também: território, região, país, nação... Com isso, parece-nos que *landscape* tem um significado mais amplo que *paisagem*. Essa amplidão ganha importância, sobretudo na obra Paulo Mendes, pois ele se refere à paisagem como algo além da superfície do chão, algo que pode ser modelado e transformado fisicamente, a possuir dimensões históricas e sociais. Assim, a noção de paisagem parece insuficiente, como se fosse o arranjo das coisas sobre o plano da superfície, não atendendo a uma noção mais ampla. Mas, como não encontrei uma palavra melhor, traduzi como se faz usualmente; fica aqui, porém, a observação. (Nota da tradutora)

(17) Em espanhol no original. VILLAC, Isabel. *La construcción de la mirada – Naturaleza, ciudad y discurso en la arquitectura de Paulo Archias Mendes da Rocha* (Tese de doutorado, Barcelona, 2002, p. 226).

- (18) UTZON, Jorn, Platforms and Plateaus: Ideas of a Danish Architect, *Zodiac*, Milan, n. 10, 1962.
- (19) Sigfried Gideon, na introdução do livro de Henrique E. Mindlin: *Neues Bauen in Brasilien*, Munique, 1956.
- (20) Durante o desenvolvimento desse projeto os direitos civis do arquiteto foram cassados pelo governo militar. Porém, a construção do edifício não poderia ser interrompida. A exposição projetada por Flávio Motta foi cancelada e, o edifício, demolido logo após o encerramento do evento.
- (21) Em entrevista a Jupira e Sophia Telles (não-publicada, São Paulo, 1996, p. 4). Tradução da autora. Não encontramos a fonte dessa entrevista. (Nota da tradutora)

(22) “Os bordéis e as colônias são dois tipos extremos de heterotopias. Mas, atenção. Um navio é um pedaço flutuante de espaço, um lugar sem lugar, que existe por si só, que é fechado sobre si mesmo e que ao mesmo tempo é dado à infinitude do mar. E, de porto em porto, de bordo em bordo, de bordel em bordel, um navio vai tão longe como uma colônia em busca dos mais preciosos tesouros que se escondem nos jardins. Percebemos também que o navio tem sido, na nossa civilização, desde o século dezesseis até aos nossos dias, o maior instrumento de desenvolvimento econômico (ao qual não me referi), e simultaneamente o grande escape da imaginação. O navio é heterotopia por exceléncia. Em civilizações sem barcos, esgotam-se os sonhos, e a aventura é substituída pela espionagem, os piratas pelas policiais.” Michel Foucault, Paris: Andere Räume (1967).

Trecho retirado do texto: “Des espaces autres”, apresentado por Michel Foucault em uma conferência no Centro de Estudos de Arquitetura na Tunísia, em 1967, cuja publicação só foi autorizada por ele em 1984 na revista *Architecture, Mouvement, Continuité*, n. 5. Tradução para o português de Pedro Moura. (Nota da tradutora)

- (23) Villac, Maria Isabel. *La construcción de la mirada*, p. 427.
- (24) ibid, p. 431.
- (25) SPIRO, Annette, *Paulo Mendes da Rocha – Bauten und projekte*, 2002, p. 254.
- (26) No original francês. (Nota da tradutora)
- (27) A noção de abstrato não se aplica comumente à arquitetura, apesar da freqüência com que ela aparece para descrever obras como as de Mies van der Rohe e de Paulo Mendes. Como faz, por exemplo, Josep Maria Montaner quando diz que os projetos de Paulo Mendes baseiam-se “no domínio do saber técnico, na intensidade conceitual, no mecanismo da abstração”, em: *Mendes da Rocha*, p. 6. Se existe uma arquitetura abstrata, então existe uma figurativa? Claro que não. No livro *Arte moderna* de Giulio Carlo Argan, ele aproxima a obra de Mies do grupo Der Stijl, sobretudo de Paul Klee e Mondrian, mas o faz justamente descrevendo a materialidade de seu edifícios: “... como Klee, Mies opera com infinita delicadeza, estuda com extremo cuidado as maneiras de dar à imagem espacial uma substância visual que não tenha o peso físico da matéria”, em: *Arte moderna*, Companhia das Letras, p. 397. Para Argan, os edifícios prismáticos de Mies possuem uma massa que aprisiona e reflete a luz, daí sua leveza. Esse tipo de paralelismo entre arquitetura e pintura parece-nos mais justo, pois aproxima as obras por sua constituição, raciocínio e lógica, e não por um adjetivo genérico. (Nota da tradutora)
- (28) Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, Lina Bo Bardi (São Paulo, 1993), p. 252.
- (29) “Aconteceu que a primeira lei que assimilei foi o princípio da conservação de energia, que possui uma absoluta validade, independentemente do homem, como uma mensagem vinda do paraíso para o mundo. A descrição que Muller (professor de matemática) nos disse ficou pra sempre em minha lembrança de um pedreiro se esforça em levar o tijolo até o telhado da casa. O trabalho que ele faz ali não é perdido; fica armazenado de forma intacta, talvez por anos, até que o tijolo fica fraco e cai do telhado sobre a cabeça de alguém”, Max Planck, *Wissenschaftliche Selbsbiographie*, Leipzig, 1948, p. 7. Texto retirado do livro *Autobiografia científica e outros ensaios*. Tradução da autora. (Nota da tradutora)

(30) Ministério da Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1937-1943. Arquitetos: Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Azevedo Leão, Jorge Moreira, Affonso Eduardo Reidy e Ernani Vasconcelos (arquiteto consultor: Le Corbusier).

(31) VILLAC, Maria Isabel, *La construcción de la mirada*, p. 440-441. A continuação da frase destacada contém uma visão positiva acerca do futuro, e talvez explique o fato de ela ter sido eleita como título do texto: “Eu acho isso um reflexo belíssimo de uma condição distraída e legítima. Tomara que todo o mundo pudesse ser assim, quanto a uma invasão, a uma agressão que possa vir do outro.” (Nota da tradutora)

(32) Este trabalho é parte de minha pesquisa de pós-graduação que está em andamento no Departamento de História e Fundamentos da FAUUSP, sob orientação da Prof. Dra. Ana Maria M. Belluzzo, a quem agradeço a leitura atentíssima deste texto. (Nota da tradutora)

BIBLIOGRAFIA

- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ARTIGAS, Rosa (Org.). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: CosacNaify, 2007.
- BARDI, Lina Bo. *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993.
- COSTA, Lucio. *Sobre uma arquitetura*. Porto Alegre: Uniritter, 2007.
- FOUCAULT, Michael. Des espaces autres. *Architecture, Mouvement, Continuité*. Tradução de Pedro Moura, Paris, n. 5, 1984.
- GIEDION, Sigfried. In: MINDLIN, Henrique E. *Neues Bauen in Brasilien*. Munique: Spring Verlag, 1956.
- MONTANER, Josep Maria; VILLAC, Maria Isabel. *Mendes da Rocha*. Barcelona / Lisboa: Gustavo Gili/Blau, 1996.
- MOTTA Flávio. Paulo Mendes da Rocha. *Acrópole*, São Paulo, n. 343, 1967.
- . Arquitetura brasileira para Expo-70. *Acrópole*, São Paulo, n. 372, 1970.
- ROCHA, Paulo Mendes. *Maquetes de papel*. São Paulo: CosacNaify, 2007.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão – Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ROWE, Colin Rowe. *The mathematics of the ideal Villa and other essays*. Londres/Cambridge: The MIT Press, 1985.
- SPIRO, Annette (Org.). *Paulo Mendes da Rocha Bauten und Projekte*. Zurique: Verlag Niggli AG, 2002.
- UTZON, Jorn. *Platforms and plateaus: Ideas of a danish architect*. Zodiak, Milão, n. 10, 1962.
- VILLAC, Maria Isabel. *La constucción de La mirada. naturaleza, discurso y ciudad en La arquitectura de Paulo Archias Mendes da Rocha*. 2000. Tese (Doutorado) – Universitat Politècnica de Catalunya – UPC, Barcelona, 2000.

Nota do Editor

Data de submissão: junho 2008
Aprovação: março 2009

Catherine Otundo

Arquiteta formada pela FAUUSP, em 1993, e aluna de pós-graduação pela mesma universidade.
Rua Hilário Magro Júnior, 204. Butantã
05505-020 – São Paulo, SP
(11) 8289-7761
catheotondo@yahoo.com



XPERIÊNCIAS EM CONCRETO

ARMADO NA ÁFRICA PORTUGUESA:
INFLUÊNCIAS DO BRASIL

RESUMO

Existe uma proximidade entre a cultura moderna brasileira e Portugal, que pode ser identificada pelas influências sentidas na produção arquitectónica portuguesa. Genericamente, estas relações iniciaram-se com *Brazil builds – Architecture new and old 1652-1942*, que os portugueses conhecem desde meados da década de 1940, progredindo até à inauguração de Brasília que marca o declínio do interesse português na arquitectura do Brasil.

As qualidades plásticas da arquitectura brasileira – consequência do uso e exploração das potencialidades do concreto armado – podem ser detectadas em alguns exemplos construídos em Portugal durante os anos cinquenta. A influência determinante de Oscar Niemeyer é a mais documentada. Um fenómeno semelhante estendeu-se aos antigos territórios coloniais africanos, onde Portugal manteve soberania até 1975. Aqui, todavia, o interesse na produção brasileira persistiu mais tempo se comparado com a metrópole. Tanto em Angola como em Moçambique assistiu-se a uma forte actividade construtiva durante as décadas de 1950-1960, prolongando-se até ao inicio dos anos setenta onde o recurso ao concreto armado se intensificou como prática dominante. Em alguns casos o seu uso traduziu-se em explorações plásticas originais. O exercício da arquitectura nos antigos territórios da África portuguesa beneficiava de alguma liberdade conceptual e, na generalidade, a qualidade do operariado não se diferenciava daquele que trabalhava no Portugal Ibérico.

Dentro do contexto descrito serão aqui apresentados três casos de arquitectos com obra relevante em Angola e Moçambique, que construíram em concreto e, simultaneamente, tiveram ou manifestaram afinidades com a arquitectura brasileira do mesmo período. Em Angola, recorda-se o percurso de Francisco Castro Rodrigues, no Lobito entre 1953 e 1987, e de Fernão Lopes Simões de Carvalho, que permaneceu em Luanda de 1960 a 1967. Em Lourenço Marques (actual Maputo), encontrava-se Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes, conhecido por Pancho Guedes, que manteve uma actividade profissional entre 1951 e a data da independência da antiga colónia portuguesa, fixando-se em seguida na África do Sul. Tratando-se de uma área de investigação ainda pouco aprofundada, esta primeira aproximação apoia-se preferencialmente nos testemunhos destes três arquitectos, os primeiros, actualmente a viverem em Portugal e o último entre Lisboa e a África do Sul.

PALAVRAS-CHAVE

Concreto armado, arquitectura moderna na África portuguesa, arquitectura moderna no Brasil.

EXPERIENCIAS EN HORMIGÓN ARMADO EN EL ÁFRICA PORTUGUESA: INFLUENCIAS DE BRASIL

RESUMEN

Existe una proximidad entre la cultura moderna brasileña y Portugal, que se puede identificar a través de las influencias que se ven en la producción arquitectónica portuguesa. Genéricamente, estas relaciones se han iniciado con *Brazil builds – Architecture new and old 1652-1942*, que los portugueses conocen desde mediados de la década de los cuarenta, progresando hasta la inauguración de Brasilia, que marca la disminución del interés portugués en la arquitectura de Brasil.

Las cualidades plásticas de la arquitectura brasileña – consecuencia del uso y exploración de las potencialidades del hormigón armado – pueden ser detectadas en algunos ejemplos de construcción en Portugal durante los años cincuenta. La influencia determinante de Oscar Niemeyer es la más documentada. Un fenómeno semejante se extendió a los antiguos territorios coloniales africanos, sobre los que Portugal mantuvo la soberanía hasta 1975. Aquí, sin embargo, el interés en la producción brasileña ha persistido por más tiempo si comparamos con la metrópoli. Tanto en Angola como en Mozambique, se ha visto una fuerte actividad constructiva durante las décadas de 1950 y 1960, que se ha extendido hasta el inicio de los años setenta, en la que el recurso al hormigón armado se ha intensificado como práctica dominante. En algunos casos su uso se tradujo en exploraciones plásticas originales. El ejercicio de la arquitectura en los antiguos territorios del África portuguesa gozaba de alguna libertad conceptual y, en general, la calidad del obrero no se diferenciaba del que trabajaba en el Portugal Ibérico. En el marco descrito serán aquí presentados tres casos de arquitectos con obra relevante en Angola y Mozambique, que han construido en hormigón y, simultáneamente, tuvieron o manifestaron afinidades con la arquitectura brasileña del mismo período. En Angola, se recuerda el recorrido de Francisco Castro Rodrigues, en Lobito entre 1953 y 1987, y de Fernão Lopes Simões de Carvalho, que ha permanecido en Luanda de 1960 a 1967. En Lourenço Marques (actual Maputo), se encontraba Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes, conocido como Pancho Guedes, que mantuvo una actividad profesional entre 1951 y la fecha de independencia de la antigua colonia portuguesa, y se estableció en seguida en Sudáfrica. Por tratarse de un área de investigación todavía poco profundizada, este primer acercamiento se apoya de preferencia en los testimonios de estos tres arquitectos, que viven actualmente, los primeros en Portugal y el último entre Lisboa y Sudáfrica.

PALABRAS CLAVE

Hormigón armado, arquitectura moderna en el África portuguesa, arquitectura moderna en Brasil.

EXPERIENCES WITH REINFORCED CONCRETE IN PORTUGUESE AFRICA: THE BRAZILIAN INFLUENCE

ABSTRACT

There is a similarity between modern Brazilian culture and Portugal that is identifiable in regards to the influences of the former on Portuguese architectural output. Generally speaking, the relationship began with *Brazil builds – Architecture new and old 1652-1942*, a book the Portuguese became acquainted with from the 1940s onwards. This relationship progressed until the inauguration of the new Brazilian capital of Brasília, which marked the beginning of a decline in Portuguese interest in the architecture of Brazil.

The sculptural qualities of Brazilian architecture – a result of the experimentation and use of the potentials of reinforced concrete – can be identified in some examples built in Portugal in the 1950s. The decisive influence of Oscar Niemeyer is the most documented. A similar phenomenon in terms of Brazilian influences extended to the former colonies in Africa, which remained under Portuguese control until 1975. Here, however, the interest in Brazilian output persisted longer than it did in Portugal. Both Angola and Mozambique experienced something of a construction boom during the 1950s and 1960s, extending into the 1970s, where the use of reinforced concrete gradually established itself as the dominant practice. In some cases, the use of this material produced some highly original sculptural creations. The practice of architecture in the former Portuguese colonies in Africa benefited from a certain degree of conceptual freedom and, in general terms, the quality of workmanship was no different from that in Portugal itself.

In the aforementioned context, the current author will present three architects with a relevant body of work in Angola and Mozambique who built in concrete and, at the same time, had or showed affinities with the Brazilian architecture of the same period. In Angola, this article highlights the career of Francisco Castro Rodrigues, who lived in Lobito from 1953 to 1987, and Fernão Lopes Simões de Carvalho, who lived in Luanda from 1960 to 1967. In Lourenço Marques (present Maputo), Mozambique, this article looks at the work of Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes, who was known as Pancho Guedes and worked in the city from 1951 to the year of independence from Portugal, when he moved to South Africa. Given that this is an area in which little research has been conducted, this first approach is based primarily on accounts by the three architects. The first two are currently living in Portugal and the last resides in Lisbon and South Africa.

KEY WORDS

Reinforced concrete, modern architecture in Portuguese Africa, modern architecture in Brazil.

I. ÁFRICA PORTUGUESA

*"Art. 3º. Os domínios ultramarinos denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português.
Acto Colonial, 1930."*

O Acto Colonial de 1930 dá início à época moderna nas relações entre Portugal e os territórios coloniais que formam o Império ainda durante o século 20. É também o momento de arranque do ciclo político da ditadura de inspiração fascista associada ao governo de António Oliveira Salazar (1889-1970). Da relação que Portugal tem com África, a arquitectura moderna, principalmente a realizada após a II Guerra, quando se dá a implementação do “estilo internacional” na metrópole, é um elemento material fundamental na construção do período contemporâneo. A presença portuguesa no continente remonta ao final do século 15, estendendo-se até 1975, um ano após a revolução de abril que termina com o regime salazarista.

Ao longo da sua história, Portugal manteve diversas estratégias coloniais. Em Angola e Moçambique só a partir do século 19 se assiste a um fortalecimento generalizado da “ocupação” territorial, ainda que insuficientemente concertado (DÁSKALOS, 2008, p. 63). Este dependeu, muitas vezes, de acontecimentos vividos noutras regiões. A desagregação do comércio no Índico ou a emancipação do Brasil, por exemplo, criaram oportunidades ao investimento em África (DÁSKALOS, 2008, p. 58). A historiografia recente tem evoluído no sentido de atribuir à I República – que cria o Ministério das Colónias (1911) – a aplicação de “um modelo de colonialismo moderno em África” (Idem, p. 35). Alguns esforços, como os do General Norton de Matos (1867-1955) – duas vezes governador de Angola antes do Estado Novo – serão retomados por Adriano Moreira na sua breve passagem pelo Ministério do Ultramar (MU), já entre 1961-1962. Tratando-se aqui de analisar arquitectura moderna, o contexto do salazarismo e o seu posicionamento face às colónias é fundamental por se encontrarem os fenómenos dessa presença arquitectónica moderna nas colónias africanas associados aos planos de desenvolvimento traçados pelas políticas estado-novistas.

O salazarismo é consequência do processo político iniciado com o golpe militar de 28 de maio de 1926, sendo consagrado na nova Constituição de 1932, aprovada no ano seguinte. Salazar surge ligado à pasta das colónias, que acumula com o Ministério das Finanças durante a ditadura militar que antecede a sua nomeação pelo general Carmona para presidente do Conselho Político Nacional. A crise angolana de 1930 “dá oportunidade... para assegurar a adopção... do famoso Acto Colonial” (LÉONARD, 1996, p. 47). Como explica Yves Léonard em *Salazarismo e fascismo*, “o [seu] tom fortemente nacionalista... acentua, sem qualquer tipo de ambiguidade, as intenções colonialistas do regime, ao mesmo tempo que lhe assegura um aumento de popularidade junto dos organismos que apoiam a ditadura” (Idem). Como ideias-chave ocorrem “por um lado, o direito histórico de possuir e colonizar, por outro, ‘o de civilizar’” (SOUSA, 2008, p. 33). A II Guerra trará alterações internas motivadas, em parte, pelo aumento da importância da economia colonial gerando “ímpetos autonomistas” que tomam a emancipação do Brasil como modelo, na “esperança de construir nas próximas décadas, em terras de além-mar” novos “Brasis” (ARAÚJO CORREIA,

1945 apud ROSAS, 1995, p. 444). A referência ao Brasil não servirá somente objectivos autonomistas. Também o regime recorrerá a partir dos anos cinquenta ao luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (1900-1987) de modo a defender a imagem de um país multirracial em diferentes territórios continentais e assim legitimar a continuidade da administração portuguesa (CASTELO, 1998).

Externamente, a vitória aliada dificulta a inalienação das possessões africanas, obrigando a um investimento infra-estrutural conduzido através do poder central. Este panorama enquadraria a criação em Lisboa do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC, 1944) depois Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), sob alcada do MU onde se traçam “*as grandes linhas orientadoras do planeamento e da obra pública*” (SALVADOR; RODRIGUES, 2006) que, após 1957, estarão a cargo da Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, também do MU).

“*A cidade portuguesa deixou, desde então, de poder crescer... ao sabor dos seus impulsos naturais e dentro dos cânones unicamente da tradição*”, como se reconhece em 1956 (SILVEIRA, Luís apud FONTE, 2007, p. 120). Assiste-se à aplicação da aprendizagem racionalista que o pós guerra trouxe. Em casos concretos como os das cidades angolanas do Lobito e de Luanda, por exemplo, esta é apreendida entre a *Carta de Atenas* recepcionada em Lisboa a partir de 1945 e os princípios urbanísticos leccionados no Institut d’Urbanisme da Universidade de Paris, como comprovam os seus Planos directores da autoria de Francisco Castro Rodrigues (n. 1.920) e de Fernão Lopes Simões de Carvalho (n. 1.929), respectivamente. Concluídos durante os anos sessenta, são já desenhados localmente, provando que a tendência centralizadora do regime começa a ser contestada pela exigência de um maior realismo na execução dos projectos quer urbanos quer de edifícios públicos.

De modo a contrariar os movimentos de autonomia são igualmente tomadas decisões políticas, como a alteração do Acto Colonial, em 1951, “num sentido de claro reforço do integralismo ultramarino”, modificando somente aspectos superficiais nas relações metrópole/colónias (ROSAS, idem). Uma nova revisão constitucional, já de 1971, desencadeada pelo governo de Marcelo Caetano (1906-1980) abre a possibilidade de uma “autonomia progressiva”, “apesar da oposição dos meios mais conservadores” (CASTELO, 1998, p. 66). Sente-se a pressão dos conflitos militares desencadeados na década anterior em Angola,

Figura 1: Castro Rodrigues apresentando o plano director do Lobito
Foto: Francisco Castro Rodrigues



Moçambique e Guiné-Bissau. Mas só em 1972 se notarão os seus reflexos no abrandamento da construção civil, inicialmente acelerada com a guerra colonial que, como pragmaticamente explica o arquitecto Simões de Carvalho então sediado em Angola, “foi um grande empurrão” (23/06/2008). Tomam-se medidas de incentivo como a descida das taxas de juro ao crédito imobiliário em 1964 (ALBUQUERQUE, 1998, p. 117). Em Moçambique segundo testemunha Amâncio d’Alpoim Miranda Guedes (n. 1.925) “em 1971 havia ainda imensa actividade” (18/06/2008). Empresas privadas, como o Gabinete de Arquitectura, Urbanismo e Decoração (GAUD) na Beira (Moçambique) dos arquitectos Bernardino Ramalhete e Eduardo Escudeiro da Naya Marques, empregam oito arquitectos, quatro engenheiros civis e cerca de 30 técnicos (ALBUQUERQUE, 1998, p. 129). A sua dimensão revela uma demanda elevada de projectos no arranque de 1970.

Não significa contudo que a sociedade colonial não sentisse os efeitos da guerra. No relatório da Câmara Municipal do Lobito, para o ano de 1961 pode ler-se: “*Não se realizaram as ‘Festas da Cidade’... devido à eclosão do terrorismo no Norte de Angola.*” (CML, s/d, p. 68) A situação normaliza no ano seguinte. Alguns arquitectos deixam os territórios coloniais. Mas esta movimentação é compensada com a vinda de novos profissionais. Nesta dinâmica migratória, há os movidos por expectativas que a metrópole não oferece e os que são já nascidos nas colónias.

O intervalo entre o pós-guerra e o arranque dos anos setenta baliza assim a produção moderna na África portuguesa, apesar da existência de práticas progressistas e de espírito higienista desde os anos trinta (FONTE, 2007). A implantação de uma linguística moderna acarreta naturalmente a vulgarização de sistemas construtivos inovadores e tecnicamente mais exigentes – caso do concreto armado. Todas estas dinâmicas dependem igualmente da renovação estilística e arquitectónica que a metrópole inicia com a proximidade dos anos cinquenta. Discussões sobre a nova arquitectura e sistemas construtivos dela decorrente, assim como sobre a especificidade do trabalho do arquitecto colonial são desencadeadas durante as sessões do I Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, conforme é transcrito nas actas: “*Foram feitas sugestões no sentido de facilitar o tirocínio de arquitectos nas Colónias, contribuindo para fixar alguns deles no Ultramar, com manifesta vantagem para a arquitectura colonial e para o País.*” (SNA, 1948, p. 39). Significativamente o facto mais marcante do Congresso é o reconhecimento da inexistência de uma cultura moderna em Portugal situação que afecta o próprio progresso arquitectónico colonial.

2. ARQUITECTURA MODERNA

“Não puderam criar ainda os Arquitectos portugueses uma Arquitectura Funcional, bem resolvida, a que fosse possível chamar a nossa Arquitectura colonial, variada consoante os locais, una quanto às preocupações de melhor defesa das condições de vida humana, quer a do indígena, quer a do colono.” João Simões, 1948

O regime salazarista é essencialmente “antiparlamentar, antidemocrático, antiliberal e anticomunista, nacionalista, corporativo e repressor, dotado de um partido único” (LÉONARD, 1996, p. 187). Essas características remetem para uma

valorização do passado e principalmente, para um esforço de “portugalidade” que se comunica aos vários níveis da sociedade portuguesa e, por extensão, da colonial. Muito embora, historiadores de arquitectura como Pedro Vieira de Almeida argumentem contra a existência de uma arquitectura de regime (ALMEIDA, 2002, p. 29), os testemunhos dos arquitectos contemporâneos ao Estado Novo tendem a identificar essa presença como extremamente forte (PEREIRA, 1996). O Congresso de 1948 permite expressar pública e concertadamente a frustração de muitos profissionais perante a “psicose” criada pelo governo “de retorno às formas do passado” (SOARES, Ernâni, SNA, 1948, p. 20). Como questão fulcral está a opção por uma “arquitectura tradicional ou de feição nacionalista”, cujos principais argumentos são expostos no relatório final que agrupa as teses discutidas durante o primeiro tema intitulado “A arquitectura no plano nacional” (SNA, 1948, p. 183) por Inácio Peres Fernandes (1911-1989). As opiniões distanciam-se por, ora recusarem qualquer exteriorização de portuguesismo, ora rejeitarem o facilitismo do novo funcionalismo.

No centro destas posições contrárias, estão obviamente os sistemas construtivos coevos. Se os “modernos” reclamam uma arquitectura que não continue a impor-se “através da imitação dos elementos do passado, sobretudo quando os processos de construção não sejam os tradicionais”; os “conservadores” exigem uma “Arquitectura Nacional, relacionada com os materiais de que se dispõe”, reforçando que não se poderá “descriminar por elementos construtivos a época em que vivemos” (idem). Esse debate permite situar o modo como os sistemas de construção modernos são abordados num país onde a maioria pratica ainda “métodos anacrónicos de trabalho”. Nesse contexto, Paulo Cunha exigirá “meios para aumentar os... conhecimentos técnicos” que permitam ao arquitecto português familiarizar-se “com os progressos ultimamente obtidos no campo da construção” (SNA, 1948, p. 9).

“A criação de organismos para investigação de tais problemas é, desde já, da maior oportunidade, para centralização dos conhecimentos técnicos que importa aplicar em presença de uma orientação particular, resultante das exigências económicas ou dos meios social ou climático, na tradução das obras de Arquitectura. E, se o exemplo dos estudos de edifícios ou de planos de urbanização destinados às nossas Colónias, cuja orientação se impõe, tem dificuldades, os problemas que igualmente demandam investigação na nossa Metrópole são, por vezes, mais difíceis de conciliar pela influência de anacrónicos processos de construção, cuja pesada rotina, algum dia será necessário alijar.” (CUNHA, idem, p. 12)

Paulo Cunha formado na Escola de Belas Artes de Lisboa (EBAL) em 1936 tinha sido próximo do engenheiro Duarte Pacheco (1899-1943) que lhe confiara projectos urbanísticos importantes para a margem sul do Tejo, caso dos planos do Montijo, Alcochete ou Amora (RODRIGUES, 2008). Esteve igualmente ligado à reforma dos quartéis – no âmbito da qual terá trabalhado para a Guiné – e foi autor de equipamentos portuários como o edifício da administração do porto de Setúbal (1940) e em Luanda. Acredita então que a “arquitectura é o primeiro promotor da construção”, daí o teor da sua comunicação ao Congresso (RODRIGUES, idem). Conforme reconhece, as colónias constituem um território disponível à experimentação construtiva. Deve provavelmente ter-se dado conta

que se tratam de regiões menos pressionadas com a presença de sistemas construtivos tradicionais – uma vez que os métodos indígenas não chegam a ser considerados suficientemente consistentes para se tornarem concorrentes. Observações destas contribuem para consolidar a ideia de que há uma maior liberdade na prática colonial que se reproduz conceptual e construtivamente. Este facto é continuamente recordado por arquitectos que nunca se fixaram nas colónias, ainda que tenham beneficiado de encomendas para esses locais, caso de Nuno Teotónio Pereira (n. 1.922).

Do lado “moderno” há portanto uma adesão aos sistemas mais progressistas. Representantes da ala internacionalista interpretam a pré-fabricação como uma resposta *“ao apelo da originalidade: combinação múltipla dos elementos estandardizados. Matemàticamente dir-se-ia combinação de n objectos...”* (BONITO, Mário, SNA, 1948, p. 49). Reconhece-se, igualmente, a exploração plástica potenciada pelos novos materiais que proporcionam *“vastos e insuspeitados horizontes... ao técnico moderno, dando-lhe possibilidades de criação de formas”* que representam *“a expressão conveniente para os edifícios necessários às hodiernas actividades”* (ROSA, Miguel Jacobetty, SNA, 1948, p. 71-72). A associação de formas novas ao concreto armado é uma declaração por uma linguagem moderna onde o imaginário ligado à máquina é soberano. Esta assegura a evolução e as “constantes ofertas de novos materiais devidas às pesquisas”. Em contrapartida, e apesar dos *“inúmeros recursos postos hoje à disposição dos construtores... o País continua mal preparado, mal apetrechado em tudo o que diz respeito à construção”* (LOSA, Arménio, SNA, 1948, p. 263).

“Aberrações construtivas” é, por seu lado, o termo utilizado por João Simões (1908-1994) para categorizar alguns exemplos de arquitectura realizada nas colónias que reflectem *“simples transplantações de tradicionalismos metropolitanos”* (SNA, 1948, p. 147). Da mesma geração de Paulo Cunha, muitas vezes praticante de uma linguagem mais “conservadora” e dentro da linha “oficial”, assina a única comunicação que se ocupa directamente do arquitecto nas colónias. Não é tema novo entre os círculos profissionais. A historiadora Ana Isabel Ribeiro, por exemplo, dá notícia de que a “protecção do trabalho dos arquitectos portugueses, em Lisboa e Angola” e a “situação dos arquitectos em exercício nos Quadros de Obras Públicas nas então colónias ultramarinas portuguesas” são assuntos que prendem o Sindicato Nacional do Arquitectos às vésperas da II Guerra, antes mesmo de ser ocupado por uma gerência mais “progressista”, e “apesar” da direcção de Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) (RIBEIRO, 2002, p. 203).

Em *“A profissão de arquitecto nas colónias”* Simões classifica de colonial a arquitectura que praticam *“os Franceses no Norte de África, os Belgas no Congo e os Holandeses na Ásia”* (idem). Enquanto destaca que o modelo está do lado de outros povos colonizadores – suprimindo, por exemplo, o caso sul-africano, possuidor de uma cultura corbusiana enraizada desde os anos trinta – também aponta o insucesso das realizações portuguesas. Como genro do construtor civil Amadeu Gaudêncio tem acesso a importantes encomendas do Estado. É igualmente membro do Partido Comunista Português (PCP), militância que o une a Castro Rodrigues e a José Huertas Lobo (1914-1987) com quem fará sociedade entre 1946 e 1953. Nesse âmbito farão projectos para a África portuguesa. Castro Rodrigues enumera alguns: roça de café em São Tomé e Príncipe (edifícios fabris,

residências para trabalhadores e um pequeno hospital, para a família Sousa Lara?); bloco de habitação para a família Poças na Praia (Cabo Verde); centro de saúde ampliável a hospital de 50 camas para a Guiné (repetido e construído em Cabinda, Angola) e a “Casa Sol”, também edifício de habitação colectiva, para a família Seixas no Lobito, 1952. O último, sendo desenhado por Castro Rodrigues, é assinado por todos de acordo com a prática corrente do escritório (RODRIGUES, 10/07/2008). Segundo Rodrigues, João Simões foi ainda chamado para dirigir o GUC, o que recusaria mas para onde faz transitar os seus projectos coloniais como comprova o espólio existente no Arquivo Nacional Ultramarino, em Lisboa.

Em 1948, Simões não chega a enunciar os princípios de uma arquitectura “tropicalista” ainda que alusões ao clima ou à geografia perpassem o seu discurso. O essencial das suas propostas, que são de índole corporativa, é adoptado nas conclusões finais do Congresso. Entre estas sobressai a exigência “*de que sejam criados vários gabinetes de urbanização em todas as colónias sob a superior orientação dos Arquitectos*” (SNA, 1948, p. 184). A figura do “arquitecto nas colónias” ganha autonomia no quadro profissional da metrópole, sendo-lhe reconhecida uma especificidade. Por isso e “*para que os resultados sejam rápidos e profícios, urge adaptar o próprio ensino da Arquitectura, facilitando a aprendizagem nesta especialidade*” (SIMÕES, SNA, 1948, p. 149).

3. ARQUITECTO NAS COLÔNIAS

“Não fui, pois, descobrir a pólvora.

Mas estava, finalmente, longe e livre dos Raulis Linos e Regaleiros, os Césares que chumbavam tudo o que fosse arquitectura moderna, porque «marxista» segundo credos e ideologias.” Francisco Castro Rodrigues, Faculdade de Arquitectura da UTL, 27/03/2001

A arquitectura moderna irá funcionar como um escape à obrigatoriedade que os arquitectos portugueses sentem na metrópole em cumprir esquemas historicistas: “*Le Corbusier era o nosso mentor clandestino*”, afirma Francisco Castro Rodrigues (17/06/2008), o primeiro caso de estudo aqui tratado. Ex-colaborador de Paulo Cunha (com quem aprende a desenhar beirais “à portuguesa”) e ex-parceiro de atelier de João Simões. É contratado pela Delegação Comercial do MU após passagem pelo GUC onde esteve encarregado com João Aguiar do Plano de Urbanização do Lobito. Em novembro de 1953, depois de onze meses de espera, e já contratado como avençado da prefeitura do Lobito é finalmente autorizado a partir. O seu contacto com a realidade colonial, como aliás acontece com a maioria da sociedade portuguesa metropolitana, mesmo nos meios intelectuais, revela-se deficiente (SOUSA, 2008): “*À sua chegada, confrontado com o sítio... e, acima de tudo, com o desajuste do plano ao sítio... percebeu que a nova realidade com que se deparava exigia novas reflexões*” (FONTE, 2007, p. 203). Este sentimento era corrente entre os arquitectos que, trabalhando em projectos para as colónias na metrópole, acabavam por se fixar nos territórios ultramarinos.

Toma-se aqui como exemplo o percurso de Castro Rodrigues por reunir alguns dos traços que caracterizam um profissional da sua geração: uma formaç

académica conservadora combatida por uma fixação nos movimentos modernos internacionais. Acresce ainda uma expressiva militância política enquanto membro do MUD Juvenil que se dispersa na década de cinquenta (organismo decorrente do Movimento de Unidade Democrática criado a outubro de 1945 e proibido em março de 1948), do PCP (do qual se afasta em 1949) ou como delegado em Angola de Humberto Delgado (1906-1965) às eleições presidenciais de 1958 (incumbência que “herda” por ser o único “inscrito nos cadernos eleitorais” da entretanto extinta Comissão de apoio ao comunista Arlindo Vicente – 26/06/2008). A acção política, não sendo unânime entre os arquitectos portugueses que atravessam a II Guerra, é elemento valorizado pela historiografia portuguesa contemporânea por representar duas frentes caras ao período pós 1974: o anti-historicismo e o anti-salazarismo.

Embora as colónias africanas tenham também sido uma oportunidade de fuga ao regime – o que irá acontecer com Castro Rodrigues, preso no Aljube em 1947 e que vê no convite para se fixar no Lobito pelo presidente da prefeitura comandante Pina Cabral uma oportunidade para escapar à falta de trabalho na metrópole – existia equilíbrio político e nem sempre um arquitecto progressista significava um oponente ao regime. O próprio Castro Rodrigues explica que ser do “contra” não era necessariamente “*do salazarismo em si, mas das dificuldades que [o regime] colocava ao [desenvolvimento] de Angola; à sua expansão, à transferência de verbas...*” (idem).

A impossibilidade de praticar o ideário moderno começa na EBAL. Castro Rodrigues frequenta-a durante o período da II Guerra. Insiste repetidamente na diferença com a congénere portuense, onde o “progressista” Carlos Ramos (1897-1969) é admitido professor nos anos quarenta. Defende tese em 1950 com um conjunto de edifícios da Fábrica Amoníaco Português, Estarreja, 1ª fase, 1945-1947, contrariando as disposições do mestre Cristino da Silva (1896-1976) que preferia projectos não construídos. Até à saída para o Lobito revela-se um activista na defesa da nova arquitectura. Ainda como tirocinante participa no Congresso com teses partilhadas com João Simões e Huertas Lobo, onde surgem duas das raras menções à arquitectura brasileira então proferidas (MILHEIRO, 2005, p. 288). Pertence ao grupo que reforma a *Arquitectura* em 1947 (“comprámos a revista... ao desenhador Francisco Pereira da Costa”), propriedade do grupo ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica). O papel reformista das ICAT é amiúde recusado por Rodrigues que mantém tratar-se “apenas [da] cobertura da revista”, “um carimbo”, que permitia a sua edição (17, 26/06/2008).

Em setembro de 1953, às vésperas da sua partida para o Lobito, realiza-se em Lisboa o congresso da União Internacional de Arquitectos. Empenhado num processo de aceitação externa do regime, “Salazar abriu as portas” (26/06/2008). Rodrigues, à época membro da Comissão de Exposições do Sindicato com Francisco Keil do Amaral (1910-1975) e Frederico George, à qual se junta o jovem Rafael Botelho, entretanto contratado, integra a equipa de montagem das diversas exposições internacionais. Entre estas, será apresentada uma mostra da moderna arquitectura brasileira que alarga claramente o espectro das obras expostas em 1948/49 no Instituto Superior Técnico e que contribuirá para a sua divulgação inicial na metrópole. Na comitiva oficial chegam a Lisboa Wladimir Alves de Souza e Lúcio Costa: “Fui para Angola cheio de Brasil e de Arquitectura” (17/06/2008).

Figura 2: O embaixador Negrão Lima, na exposição *Arquitectura moderna brasileira*, Lobito, 02/06/1961
Foto: Francisco Castro Rodrigues



Esse interesse prolonga-se no Lobito, com o Núcleo de Estudos Angolanobrasileiros, com ligações à Universidade da Bahia, partilhando a direcção com o casal de “oposicionistas” Sérgio Príncipe e Maria da Conceição Nobre. “Fizemos várias exposições no Lobito: pintura, desenho, poesia e arquitectura” (26/06/2008). Das iniciativas realizadas durante o início dos anos sessenta, e integradas na Comissão Municipal de Turismo, destaca-se a exposição de Arquitectura Moderna Brasileira constituída por material recolhido em publicações, principalmente recortes de revistas. Trata-se de um “método” que adquire com Huertas Lobo “antes de 45 e já como doutrina cultural da Juventude Comunista” (idem). Inaugurada a 5 de Junho de 1961, recebe a visita do embaixador do Brasil, Negrão de Lima. Rodrigues encerra o evento com a palestra “A arquitectura moderna brasileira” no salão Nobre da Associação Comercial a 13 de Junho (NOBRE em: RODRIGUES, 1961). A exposição segue depois em itinerância por Angola. Convidado a deslocar-se ao Brasil, é impedido pela PIDE (polícia política) e nunca visitará o país, “o primeiro a tomar Le Corbusier a sério” (idem).

Na bagagem para o Lobito, Rodrigues traz um profundo conhecimento do arquitecto franco-suíço, que a tradução da *Carta de Atenas* – realizada com a sua mulher Maria de Lourdes para a *Arquitectura*, entre 1948 e 1949 – consolidara. Este cruza-se com a inclinação pela arquitectura brasileira e exprime-se no trabalho desenvolvido na prefeitura, assim como nos projectos particulares que concretiza paralelamente. A dada altura, apercebe-se do “grande fosso entre Angola e Portugal” (17/06/2008). Até as publicações de orientação moderna que a metrópole edita – a *Arquitectura* e a *Binário* – se tornam raras na colónia.

Mas o sentido progressista da sua obra encontra o lugar ideal “numa Cidade ... aberta às inovações, ao moderno que é, afinal, a sua própria definição” (1964, p. 6). Três encomendas iniciais aí o esperam: ampliação dos Paços de Concelho (onde aplicará pela primeira vez materiais locais), a Missão Católica e instalações sanitárias colectivas para as sanzalas – os bairros indígenas. Dedica-se também a planos urbanísticos para o Lobito, Vila da Catumbela e Sumbe (ex-Novo Redondo), sendo autor dos planos parciais de Cabinda e Silva Porto ou das cidades para a Companhia Mineira do Lobito, Jamba e Tchamutete. Depois da independência fará ainda o plano para a Cidade do Pioneiro no sul de Angola, uma homenagem à resistência aos ataques sul-africanos no rescaldo da guerra colonial. A actividade privada assimila a maioria da produção habitacional



Figura 3: Catedral do Sumbe, Castro Rodrigues, anos 60
Foto: Francisco Castro Rodrigues



Figura 4: Liceu Nacional do Lobito, Castro Rodrigues,
cerca 1967
Foto: Francisco Castro Rodrigues

(Edifícios “Lusolanda”, Marvão & Martins, Casa Americana, Bloco na praça Gil Vicente....).

O Cine-Esplanada Flamingo de 1964 promovido pelo empresário Ribeiro Belga (SALVADOR; RODRIGUES, 2006), a Catedral do Sumbe de 1966 e o Liceu Nacional do Lobito, inaugurado em 1967, constituem as referências mais habituais no seu percurso. Esta obra fixada nos anos sessenta recorre ao concreto aparente – o “betão nú” como intitula um dos artigos que publica na revista *Divulgação* nesses anos (1964, p. 3-9). Sobre a Aerogare da cidade, então em estaleiro, escreve: “A estrutura desta pequena e simples construção (*cálculos do eng. Mário de Aguilar Antunes*) deixá-la-emos aí livre e aparente, pura e esbelta sem fingidos nem postiços.” (idem, p. 9). Nesta descrição, que pode ser tomada como uma aproximação conceptual à arquitectura “tropical” moderna, inclui a referência ao calculista, prática que aliás é corrente noutras situações, e que abrange desde clientes, desenhadores ou operários. Tem como objectivo reforçar o sentido “heróico”, colectivo e urgente da obra que está a ser edificada nas colónias. Regressa em 1987 após 34 anos em Angola somente interrompidos cinco meses, entre 1975 e 76, novamente em fuga (agora da UNITA), quando ingressa nos Gabinetes Técnicos de Moura e de Beja.

4. ARQUITECTURA COLONIAL

“Architecture in the Portuguese possessions is almost exclusively in a Portuguese colonial style... At the same time, they show affinities with Brazilian architecture, which has also been influenced by the Portuguese.” Udo Kultermann, 1963

Durante os anos sessenta toma-se consciência de que existe uma arquitectura moderna em África. A sua presença decorre dos esforços europeus de modernização colonial no século 20, prolongando-se em algumas nações africanas após a independência. Udo Kultermann (n. 1.927) é um dos divulgadores desse surto publicando livros sobre a nova arquitectura africana, dando tanto notícia do trabalho de alguns pioneiros modernos, como Ernest May

Figura 5: Pancho Guedes e Dori na cobertura da Casa Leite Martins, mostrada na VI Bienal de São Paulo
Foto: Pancho Guedes



(1886-1970) ou de “ex-corbusianos” como Georges Candilis (1913-1995), membro do Team X, e das suas experiências habitacionais em Marrocos, por exemplo. Trata-se obviamente de um trabalho desenvolvido por arquitectos não autóctones, que recebem encomendas pontuais ou que se fixam temporariamente em África. May é disso exemplo com estadias na Tanganyika, no Quénia e na África do Sul, entre 1934 e 52 (OGURA, 2005, p. 82). As suas realizações confirmam a adaptabilidade da arquitectura moderna a climas tropicais. A referência à arquitectura brasileira, uma das culturas arquitectónicas emergentes a partir dos anos quarenta, prova exactamente essa qualidade de aclimatação.

Quando os livros de Kultermann são publicados, na África portuguesa vive-se já uma situação semelhante. As menções, todavia, escasseiam. Na edição de 1963 de *New Architecture in Africa*, o capítulo sobre os territórios do Império Português resume-se a uma breve coluna, sem incluir qualquer ilustração. Nela omite-se a existência de uma arquitectura moderna que apesar de pouco numerosa é já visível nos lugares emblemáticos das colónias. O mercado do Kinaxixe, na capital angolana, inaugurado em 1958 (demolido em agosto de 2008), por exemplo, projecto de um ex-colaborador de Le Corbusier, Vasco Vieira da Costa (1911-1982), é “frequentemente apontado como um dos exemplos mais interessantes da arquitectura modernista em África” (SALVADOR; RODRIGUES, 2006). Por seu lado, Castro Rodrigues vai acumulando uma produção moderna, como foi referido, edifícios em concreto, com palas na cobertura, fachadas reticuladas, varandas profundas, grelhagens e quebra-sóis, em territórios mais recônditos. Como o Bloco Marques Seixas no Sumbe de 1956 publicitado na imprensa local (*O intransigente*, Benguela, 04/07/1957). Ao chegar, encontrara já em Angola obra significativa: “Impressionou-me a alta qualidade dos seus arquitectos”. No Lobito deparara com projectos de arquitectos “metropolitanos” como Cassiano Branco (1897-1970), Francisco Conceição Silva (1922-1982) ou Arménio Losa (1908-1988). O último “à despedida oferece[ra-lhe] o ‘aparelho’ por ele ‘inventado’ para medir... a projecção de sombras... precisamente para aquela cidade”, acusando esforço de adaptabilidade às condições do território (2001, p. 15-16). Os arquitectos “locais” impressionam-no ainda mais, Nuno Craveiro Lopes, em Moçambique, ou José Pinto da Cunha apontado como experimentalista no artigo de 1964, pelo uso escultórico que faz do concreto.

“O arquitecto Pinto da Cunha (tinha que ser ele...) está estudando a utilização numa parede cega de betão nú, modelado e organizando com a impressão directa após a moldagem... o moldado da cofragem imprimirá no betão armado, superfícies, planos mais ou menos valorizados, em formas deliberadas, válidas como escultura.” (1964, p. 9)

Esta realidade, contudo, está afastada dos círculos internacionais. A excepção portuguesa para Kultermann é Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes (n. 1.925) fixado desde

jovem em Lourenço Marques, actual Maputo, Moçambique, segundo caso aqui abordado. Com uma clientela recrutada entre a élite branca, muitas vezes investidores coloniais não portugueses, beneficia de uma educação anglo-saxónica na África do Sul. Não é caso único, como prova Carlos Ivo, natural da Beira, que tendo também estudado na África do Sul é autorizado a exercer na sua cidade (ALBUQUERQUE, 1998, p. 39; SANTIAGO, 2007, p. 33). Pancho forma-se na University of Witwatersrand, Joanesburgo, logo imediatamente à guerra, o que lhe permite contactar com a fase purista de Le Corbusier, filtrada para os trópicos por profissionais autóctones onde se destaca o círculo de Rex Martienssen, do Traansval Group, falecido em 1942. Com Portugal só contacta em 1953, já adulto, quando, por obrigações legais, se apresenta na Escola de Belas Artes do Porto para obter equivalência. Data desse período a sua primeira *tour europeia*.

Kultermann conhece Pancho em Salisbury, na antiga Rodésia, durante o Congresso Internacional de Cultura Africana de 1962: “*The work of this young architect represents a considerable contribution to the task of modernizing African architecture, but at the same time it must be regarded as a ridiculously exaggerated form of the European ‘Judenstill’*” (Idem, p. 20). Desconfia ainda de uma obra que dificilmente pode ser conotada com o modernismo que caracteriza outros trabalhos de arquitectos europeus em África e que na verdade se aproxima mais dos percursos angolanos de Castro Rodrigues e de Fernão Lopes Simões de Carvalho, de que se falará mais detalhadamente a seguir. A sua relação com Pancho irá todavia evoluir positivamente como se percebe em *New Directions in African Architecture* de 1969.

Pancho nasceu em Lisboa, mas o seu alinhamento notoriamente sul-africano, coloca-o num quadro de interpretação distinto de outros arquitectos nacionais. Autor de uma obra idiossincrática, composta por pelo menos “25 estilos pessoais + 2” é profundamente multicultural, numa dimensão que supera a aplicação de dispositivos “tropicais” à arquitectura moderna. Pancho anuncia qualquer coisa nesse Portugal colonial que não terá eco e permanecerá único. *Dragão* (1951), *Prometheus* (1951), *Padaria Saipal* (1952), *O leão que ri* (1956), *Yeshouse* (1962), *Igreja da Machava* (1962) são a ponta do iceberg de uma produção que apanha já os debates pós CIAM e se estende com a aproximação



Figura 6: Builders mural, Pancho Guedes, 1948
Foto: Pancho Guedes



Figura 7: Prometheus, Pancho Guedes, Maputo, 1951
Foto: Dorothy

“estruturalista” da Escola Clandestina no Caniço de 1969, que Peter Smithson (1923-2003) visita, por exemplo.

“Guedes’ buildings, for example his Swazie Zimbabwe or his Habitable Woman, link up with both the African and European traditions and attempt a synthesis which fits the physical and psychological climate of Mozambique.” (KULTERMANN, 1969, p. 103)

A sua heterodoxia leva-o a experimentar técnicas construtivas indígenas, com a mesma naturalidade com que constrói em concreto. É uma ousadia que não tem seguidores. Também aqui há marca da sua educação “estrangeira”. Em Wits dedicavam-se ao ensino das técnicas tradicionais, mesmo que de origem europeia, muito antes dos portugueses atravessarem o país à procura da sua arquitectura popular e respectivos sistemas construtivos.

Em Salisbury, ainda, Pancho trava amizade com Tristan Tzara (1896-1963), que também visitará as suas obras em Lourenço Marques. Conhece igualmente Frank McEwen, (Rhodesian National Gallery), Roland Penrose (Institute of Contemporary Art, Londres) ou Alfred Bahr (Museum of Modern Art, Nova York) (SANTIAGO, 2007, p. 181). André Bloc inclui-o no número dedicado à Architecture fantastique da *L'architecture d'aujourd'hui* desse mesmo ano. Alguns dos seus edifícios tinham sido entretanto publicados em revistas como a *Architectural Review*, em 1961, onde fora apresentado por Julian Beinart.

Está já no centro de uma cultura internacional principalmente anglófona que passa pelas regiões sul-africanas ao contrário dos seus colegas que se isolam simultaneamente do cenário internacional e da vida profissional da metrópole. Pancho distingue-se ainda por optar pela profissão liberal. É um “artista” entre “técnicos” e por isso dele desconfiam, como testemunha o próprio Castro Rodrigues que de passagem por Moçambique a convite do director do Gabinete de Urbanização de Lourenço Marques, evita confrontar-se com os seus edifícios: “*Sei da sua importância e qualidade... O seu êxito reside muito nos aspectos formais. Andou, quanto a mim, muito a tentar aproximar-se da auréola do Oscar Niemeyer que também era um formalista excelente...*” (26/06/2008). Não por acaso a imprensa brasileira irá chamar-lhe o “Niemeyer do Índico” (SANTIAGO, 2007, p. 182, ref. artigo não datado), provavelmente na sequência da sua presença na VI Bienal de São Paulo de 1961.

5. BRASIL E ÁFRICA PORTUGUESA

“As coisas não são o que parecem ser”. Pancho Guedes, Título da conferência em São Paulo, 1961

“O Brasil parece-me ser de entre os países do mundo”, o mais digno de ser amado. Stefan Zweig, citado por Castro Rodrigues, Lobito, 13/06/1961

A independência de Pancho perante as instituições corporativas culmina no episódio da sua participação na Bienal paulista: “Já era conhecido internacionalmente, já tinham publicado o meu trabalho, já estava no Team X; portanto escrevi-lhes [à direcção da VI Bienal] a dizer que queria expor.” (07/12/2007). A selecção oficial, a cargo do Secretariado Nacional de Informação, Cultura



Figura 8: Obras de Pancho Guedes na VI Bienal de São Paulo, 1961
Foto: Pancho Guedes

Popular e Turismo, aposta essencialmente na pintura enviando peças de Fernando Lanhas, Nadir Afonso, Júlio Resende, Artur Bual, D'Assumpção e Nuno Siqueira (SANTIAGO, 2007, p. 181). Pancho recorre ao ex-cônsul de Portugal em Pretoria, que então dirige o Centro de Informações e Turismo de Moçambique, e que lhe assinará a autorização. Apresenta então três edifícios de habitação em Lourenço Marques que integram a secção Arquitectura: Casa Leite Martins (1951-1953), um conjunto de doze residências (1954-1956) e um bloco de habitação colectiva. Chama-lhes *Casa avião*, *Comboio de moradias* ou *arranha-chãos*, *O leão que ri*.

Descobre o Brasil através de *Brazil builds* por via sul-africana. Trata-se de um livro seminal também entre os portugueses da metrópole. Chega até a corresponder-se com Óscar Niemeyer que lhe envia a revista *Módulo*. Há, provavelmente, uma ligação visceral entre Pancho e o Brasil que Cedrin Green procura explicar no seu ensaio biográfico por via de um “temperamento latino” sensível “às formas escultóricas expressivas” de um Reidy ou de um Niemeyer (PANCHO, Jacinto, 2006, p. 82). Mas talvez seja o modo como “devolve o ‘primitivismo’ que a vanguarda moderna devorou e expôs como sua” (FIGUEIRA, Idem, p. 102), o melhor enquadramento desta primeira fase criativa mostrada na capital paulista – aquela que corresponde mais abundantemente, em obras, ao “stiloguedes” – e aquilo que o liga ao Brasil.

A visita de 1961 tem um duplo propósito. Pancho e a sua mulher Dorothy consideram também a possibilidade de se mudarem para o país face a iminência de guerra nas colónias. A situação política brasileira com a recente eleição de Jânio Quadros parece-lhes prometedora. Durante essa estadia de cerca de um mês, Pancho visita ainda o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Olinda. Aproveitará para mostrar a sua obra, em palestras organizadas pelas escolas de arquitectura de São Paulo e na Bahia e intituladas “As coisas não são o que parecem ser”. De fora fica Ouro Preto e o hotel de Niemeyer que desejava conhecer.

Alguns edifícios visitados deixam-lhe uma forte memória. É o caso do Ministério da Educação e Saúde – em especial a sua situação urbana –, do Conjunto Habitacional da Gávea, das obras da Pampulha ou do teatro de Brasília. À catedral, preferiu-a sempre em estaleiro, condição por si captada em imagens sugestivas da sua relação com imaginário “oscariano”. Sensível à qualidade construtiva elogia a Associação Brasileira de Imprensa dos irmãos Roberto “apesar de um prédio a fingir que é moderno” (idem).



Figura 9: A catedral de Brasília fotografada por Pancho em 1961
Foto: Pancho Guedes

Figura 10: Capa do catálogo *Arquitectura moderna brasileira*, Lobito, junho de 1961
Foto: Francisco Castro Rodrigues



Não recusa a influência de Niemeyer na moderna arquitectura africana, sugerida aliás por Kultermann de modo genérico nas formas escultóricas de alguns arquitectos africanos (1969, p. 69). Mas segundo diz, a proposta moderna de acento “tropical”, virá mais “das grelhas, dos ripados, das cerâmicas” que o arquitecto carioca “*tinha ido buscar... a Lúcio*” (idem). Um teatro não construído de Niemeyer, para um terreno adjacente ao Ministério é tratado como uma peça “expressionista”: “*Tinha uma série de pórticos... muito bonitos, bastante extraordinários e anti-estruturais.*” (18/06/2008) Idêntica solução parece-lhe testada na Fábrica Duchen-Peixe, Guarulhos, que viu no livro de Stamo Papadakis, adquirido em Jonesburgo. Reproduz a sua “estrutura um pouco aldrabófia” num projecto para o empresário António Champalimaud (1918-2004) – a Fábrica de Cimentos Portland, na Matola, 1952-1953, não edificada. Interessa-o o aspecto “mais artesanal” que o desempenho estrutural “puro”. Pancho e Dorothy regressam desiludidos. O Brasil desse início dos anos sessenta surge-lhes como um país “deprimido”, parecendo “até Portugal” (idem).

Mas a atenção desencadeada pela arquitectura brasileira nos arquitectos portugueses, coloniais ou metropolitanos, explica-se primeiro pela sua proximidade a Le Corbusier. Para Pancho, por exemplo, a “maneira livre” de Niemeyer leva-o a propor “alternativas corbusianas”. É o que aponta ao Yatch Clube, “uma versão corbusiana que o Le Corbusier nunca se atreveu a fazer” (07/12/2007). Esta ligação é focada por outros arquitectos. Os portugueses, que também a vêem, acrescentam-lhe a herança lusitana.

A visita de Pancho dá-se no mesmo ano da já citada exposição *Arquitectura moderna brasileira* no Lobito. Na palestra então realizada diz Castro Rodrigues: “*O autor do Bloco de Marselha e da capital do Punjab veio despertar nos Arquitectos Brasileiros o legado português.*” (1961) O arquitecto do Lobito segue alguns dos argumentos da conferência de Alves de Souza de 1953, em Lisboa, evocando a miscigenação como traço português. Ao contrário do professor carioca, Castro Rodrigues não tem pretensões académicas, antes divulgadoras. Fala à elite colonial, maioritariamente branca, numa cidade onde os arquitectos não excedem a meia dúzia de profissionais. O catálogo constituído por uma listagem das obras representadas, no total de 112 referências, mostra uma diversidade de arquitectos brasileiros, desde Warchavchik, passando por Rino Levi, Libeskind, Francisco Bolonha ou Sérgio Bernardes. A capa é ilustrada com as cores do Brasil e um edifício em construção, talvez numa alusão à recém inaugurada Brasília. Já a comunicação, nunca publicada, concentra-se nos nomes mais sonantes, destacando um certo “brasileirismo” que se manifesta como “pura criação indígena, produto restrito da personalidade brasileira”.

A exemplo do que os portugueses aprendem com *Brazil builds* (MILHEIRO, 2007), Castro Rodrigues inicia a conversa com um bloco de imagens de edifícios históricos, destacando-se o Aleijadinho. Há sequências dedicadas a edifícios-chave do “estilo internacional”, como a Bauhaus, a Niemeyer, Costa, Levi, irmãos Roberto, Reidy, mas também imagens do Minho, Trás-os-Montes ou Évora. Termina recordando o contributo angolano na construção desse novo país. Como arquitecto nas colónias está empenhado na consolidação de uma sociedade colonial miscigenada e aberta, coincidindo talvez com o espírito reformista brevemente imprimido por Adriano Moreira ao MU. A citação final que faz do exilado judeu Stefan Zweig (1881-1942) insiste numa ideia de civilização apoiada na coabitação da diferença racial, religiosa, política e social. Entre a elite branca existiam dois modelos autonomistas: um civilizador, mas segregador (África do Sul) e outro multirracial (Brasil) (ALBUQUERQUE, 1998, p. 121). Se para Pancho a arquitectura brasileira é invenção plástica, para Castro Rodrigues é utopia social, fazedora de “homens felizes”. Aprendeu a gostar de Niemeyer com Huertas Lobo que argumentava perante as acusações de “formalista” apontadas ao arquiteto brasileiro: “*Estudem a obra e vejam onde estão os pontos estruturais e o aspecto funcional. E eu habituei-me a ver isso.*” (26/06/2008)

Os exemplos extremados de Pancho e de Castro Rodrigues ilustram tipos de relacionamentos que os arquitectos coloniais mantêm com o Brasil num período em que esta afinidade começa a decair na metrópole, principalmente com a nova tendência “organicista”, pós 1957, da revista *Arquitectura*. O não acompanhamento dos debates metropolitanos pode ser interpretado como isolamento, por um lado e, por outro, consequência de uma dinâmica inibidora de análise crítica (ALBUQUERQUE, 1998, p. 120). Mas a verdade é que se mantém uma forte conexão entre “moderno” e “tropical” como se depreende das palavras de Castro Rodrigues: “*Tanto esses pilares à vista da estrutura agora independentes... como os quebra luzes, foram bases da arquitectura tropical espalhando-se e generalizando-se como necessidade imperiosa...*”

6. CONCRETO ARMADO

“*O betão nú, em suma, veio ter audiência entre nós.*” Francisco Castro Rodrigues, 1964

Fernão Lopes Simões de Carvalho – o terceiro caso de estudo – mantém a mesma convicção. O autor do Plano Director de Luanda (1962) confirma que a arquitectura de raiz moderna praticada nas colónias molda os ideais corbusianos num processo de “tropicalização” do “estilo internacional”. É também dentro deste quadro que a arquitectura brasileira, que conhece das publicações estrangeiras, lhe interessa. Contratado inicialmente para fazer o Plano da Baixa de Luanda, Simões de Carvalho vê-se essencialmente como um “técnico”, posição que lhe permite guardar distância quer artística quer ideológica face ao moderno. Enquanto esteve na prefeitura de Luanda, entre 1961 e 1967 nunca trabalhou como liberal, defendendo um regime de exclusividade para os funcionários públicos. A sua aprendizagem no escritório de André Wogenscky, onde estagia de 1956 a 1959 após terminar o curso na EBAL, insere-se numa estratégia de auto-formação – o

francês era responsável pelos projectos executivos de Le Corbusier. Simões de Carvalho pretende “apreender”, não uma linguagem, mas “como se constrói”. Há na sua actuação à frente do Gabinete de Urbanização de Luanda, que fundou, um forte sentido pragmático imprimindo uma nova dinâmica construtiva à cidade e desobstruindo problemas técnicos vários.

Genericamente, e como testemunha, a qualidade construtiva era idêntica à da metrópole: “Os construtores eram... engenheiros [metropolitano] que fizeram empresas de construção; o operariado era indígena mas era muito bom.” (23/06/2008) Segundo diz, entre as grandes empresas que mantêm actividade em Angola contam-se a Precol, dos irmãos Andrade, responsável pela construção e comercialização do Bairro Prenda, projecto seu com Pinto da Cunha e Fernando Alfredo Pereira (1963-1965); a Mota & Companhia activa desde 1946, cuja primeira grande obra em Luanda será o aeroporto, adjudicado em 1952; ou a J. Pimenta, fundada em 1956. Permanecem até 1974 (idem).

Por seu turno, Pancho recorda a construção “primorosa” de um dos seus últimos edifícios concretizados na capital moçambicana – o Parque Polana de 1971, “arranha-céus” destinado à habitação –, pelo engenheiro Moreno Ferreira que refaz os cálculos para que o edifício não tenha juntas de dilatação e pelo encarregado Ramos. Cita outros engenheiros: Luís Reis Costa do Edifício Jossub (1950-1951), Nuno Prata Dias do Dragão e do Prometheus ou o italiano Vitale Moffa da Saipal, uma “grande estrutura” com “duas paráboas... elemento que distribui as cargas [de forma] completamente natural” (18/06/2008). Destaca o reputado engenheiro militar Silva Carvalho, free-lancer e calculista de vários projectos. E ainda os operários: o Gonçalves – “um bom pedreiro de rebocos” (idem) – responsável pelos murais do Leão que Ri e do Zambi, ou o serralleiro Feliciano também do Leão, por exemplo.

Castro Rodrigues menciona essencialmente calculistas, os engenheiros Bernardino Barros Machado do Cine-Esplanada Flamingo, Fernando Falcão do Bloco Universal, Mário de Aguiar Antunes do Obelisco e da já citada Aerogare (1964). Lembra igualmente alguns operários, como Mestre Bexiga, “pioneiro de pedras de Angola” colaborador na ampliação dos Paços de Concelho do Lobito, nas obras da Missão Evangélica e num “grande templo para o Liro, onde toda a construção seria em betão nú, configurando um grande barco”, não construído (2001, p. 47), ou o pedreiro e estucador municipal, de nome Valadares, responsável pela marmorite no Jardim Infantil João de Deus (idem, p. 57). Os técnicos superiores e os encarregados são genericamente originários da metrópole. Muitos operários, entre carpinteiros, electricistas ou pedreiros eram autóctones, formados nas escolas coloniais. Simões de Carvalho aponta as escolas industriais, já Pancho fala de ensino religioso: “Em Lourenço Marques os carpinteiros eram da Escola de Artes e Ofícios de Inhambane.” (18/06/2008)

Em França, Simões de Carvalho é *architecte de chantier* numa obra corbusiana de que Lúcio Costa é co-autor – a Casa do Brasil no campus universitário de Paris. Aí acompanha o modo como Le Corbusier age em estaleiro. No gabinete de Wogenscky colabora na fase *betón brut*. Traz esta aprendizagem para Luanda, de onde é natural e onde tinha cumprido parte da sua formação liceal, partindo com 14 anos para Lisboa. Quando retorna a Angola já formado arquitecto – no que descreve como uma “operação de repatriamento” – ocupa-se principalmente de urbanismo. Também desenha edifícios públicos de grande porte urbano, como o

Figura 11: Centro de Radiodifusão, Luanda, 1963-1967
Foto: Fernão Lopes Simões de Carvalho



Centro de Radiodifusão (1963-1967), “obra pioneira, sustentada na grande pesquisa feita em vários países e em edifícios de programa similar, foi construído com grande rigor técnico, especialmente a nível acústico” (FONTE, 2007, p. 506).

O concreto aparente, que uniformiza o edifício, prova ser tecnologia adequada a um desenho que tenha em atenção as condições mesológicas africanas, que compreendem soluções climatéricas ajustadas aos trópicos, como ventilação, exposição solar, pluviosidade. É uma opção que vem desde a Capela (1962-1964) ou do Conjunto Assistencial da Cazenga (centro social, centro elementar de saúde, creche e jardim escola, 1963-1965) que se prolonga por demais projectos. Independentemente do programa, Simões de Carvalho utiliza-o no Aldeamento da Quilunda – nas abóbadas das moradias rurais em banda (1961), no Mercado do Caputo (1962-1965), nos blocos de habitação para os funcionários dos CTT (1968-1969) ou na sua própria residência, no Bairro Prenda (1966).

Uma obra de grande escala que fica por construir é o aeródromo de Luanda, com o engenheiro Travassos Vale Dias (1966-1967). Depois de novo regresso a Lisboa, permanece no gabinete de urbanização da prefeitura entre 1967 e 1975, com a condição de retornar a Angola a cada seis meses. Na capital continua a trabalhar para a colónia, sozinho (plano municipal do parque, Cabinda, 1967-1968 ou quatro moradias contíguas para funcionários dos CTT, Sumbe, 1970) ou com Joaquim António Lopo de Carvalho (edifícios dos CTT de Cabinda e de Silva Porto, ambos de 1969-1970, ou a Faculdade de Medicina de Luanda, 1969).

Embarca para o Brasil com a Revolução de 1974 porque “não havia trabalho e os clientes eram de Angola”. A opção pelo Brasil é comum a outros arquitectos

Figura 12: Casa do Arquitecto, Luanda, 1966
Foto: Fernão Lopes Simões de Carvalho



coloniais neste período, como Pinto da Cunha (FERNANDES, 2002, p. 41), que encontram apoio na comunidade portuguesa aí instalada. Carvalho trabalha no escritório de Horácio Camargo, Tijuca, RJ, apresentando-se no concurso para a Escola Naval dos Fuzileiros da Armada, RJ, logo em 1976. Antes de retornar em outubro de 1979, faz ainda projectos para a Bahia, Vitória, Pelotas ou Maricá. Ocupado preferencialmente com planos urbanos, também faz arquitectura, destacando-se estruturas em concreto: remodelação do Quartel-General do Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha das Cobras, (1976), edifício do Comando da Divisão Anfíbia e Batalhão de Comando para o Corpo de Fuzileiros Navais, Ilha do Governador (1976), pavilhão de exposições caninas para o Keenel Club (Campos) ou casa de rendimento para o doutor António Gomes da Costa, no bairro carioca da Tijuca (1976-1968).

No que diz respeito ao uso de concreto aparente, a referência a Le Corbusier é habitual. Não só está presente na formação de Simões de Carvalho (La Tourette, por exemplo, tinha sido um dos projectos que ocupara Carvalho no *atelier* de Wogenscky), como surge no artigo já aqui citado de Castro Rodrigues “O Betão nú e o Lobito”. Na pequena história que faz do concreto, Rodrigues menciona obras pioneiras como Notre-Dame-du-Raincy de Perret ou Goetheanum de Steiner, edifícios de grande expressividade plástica e audacidade estrutural. É natural que lhe sirvam de enquadramento para alguns dos seus edifícios, sobressaindo as razões subjacentes ao Cine-Esplanada Flamingo, “intencionalmente e como técnica deliberada, definitiva em processo de expressão e de verdade construtiva” (1964, p. 8). O concreto “nu” é portanto expressão de modernidade o que leva Rodrigues a evitar “revestir belos e fortes ornamentos com argamassas pobres e pinturas mais débeis ainda” (idem, p. 7). É mais uma opção ética, na verdade, do que estética: “Porquê abafar o canto vibrante de uma imponente estrutura?” (idem)

Na posição oposta está a obra de Pancho: “Usei betão à vista lambuzado com argamassa em obras muito baratas” (18/06/2008). O seu gosto artesanal, combinado com a interpretação que faz da cultura africana leva-o a transformar uma “técnica sofisticada” numa “prática manual”. Os edifícios “stiloguedes”



Figura 13: Proposta para o Centro de Feiras e Convenções, São Salvador, 1976. O escritório do Maurício Roberto venceu o concurso

Foto: Fernão Lopes Simões de Carvalho



Figura 14: Simões de Carvalho no gabinete de Horácio Camargo, RJ, anos 70

Foto: Fernão Lopes Simões de Carvalho

assentam exactamente neste processo como prova a execução dos “dentes” que são a sua marca exterior mais característica: “Os dentes do ‘stiloguedes’ foram feitos variadíssimas vezes com o Gonçalves... Cofrava-se uma parte e depois punha-se massa à volta para ver o efeito... tinha que dar um ar de coisa feita à mão.” (idem) Atingem a performance ideal no *Leão que ri*, correspondendo a um apuramento “técnico”: “Primeiro edifício com dentes tem uns dentes horripilantes; é o *Prometheus*... são dentes bem cofrados mas são extremamente rígidos e desagradáveis.” Há naturalmente um “desenho prévio”, de prancheta, que é moldado na obra. Pancho manipula assiduamente a expressão do concreto. No Dragão, os pilotis duplos são “revestidos no seixo das fornalhas de fazer o cimento que não ardeu quando o resto é queimado”, um material de desperdício que aproveita plasticamente. Também recorre à pré-fabricação, técnica que aplica independentemente da escala, à escultura da portaria da Fábrica de Cimentos da Matola, como nas varandas do edifício do Fundo dos Órfãos e Viúvas do Corpo de Polícia (habitação, fábrica e lojas) dos anos 60: “O empreiteiro tinha os moldes que eram fundidos pelos andares acima”. Conforme explica, esta técnica era mais corrente em construções de baixo custo, como as instalações que faz para a Missão Presbiteriana Suíça a partir de 1962, uma “arquitectura despojada ao mínimo” caso da escola primária de Antioka. Nela utiliza moldes de origem italiana tipo Rosa Cometa para executar os pavimentos, “*blocos abobadados que se fundiam e eram mantidos por outros elementos de reforço*” (idem). Comparando com o que aprendeu na África do Sul, detecta diferenças nos sistemas construtivos que na verdade se devem ao cunho “português” da colónia moçambicana: “A construção era diferente mas não era inferior – a tradição construtiva África do Sul era inglesa; já a de Lourenço Marques era deturpada da francesa e da italiana.” (idem)

Castro Rodrigues, Pancho e Simões de Carvalho funcionam como uma pequena amostra dos processos de trabalho na África Portuguesa, onde se seguem essencialmente sistemas construtivos comuns à metrópole. Testemunham que na generalidade a qualidade dos técnicos e por consequência a qualidade das obras era idêntica à praticada em Portugal. A sua opção pela arquitectura moderna dos



Figura 15: A estrutura “limpa” do Cine Esplanada Flamingo, Lobito, 1964
Foto: Cristina Salvador, 2005



Figura 16: Os dentes do *Leão que ri*, Maputo, 1956
Foto: Pancho Guedes

anos cinquenta/sessenta nas suas diferentes faces – heróica, expressionista ou brutalista – revela uma produção esteticamente apurada e construtivamente exigente. Estes três modos interpelam a arquitectura brasileira distintamente: Castro Rodrigues fixa-se no sentido utópico da cultura moderna do Brasil, o que é naturalmente facilitado por nunca ter tido um contacto directo com o país: é fruto de uma cultura “livresca”, como diz de si próprio; Pancho interessa-se pelo aspecto subversivo das estruturas, facto devidamente comprovado no local; Simões de Carvalho procura exemplos de rigor técnico e principalmente soluções tropicais de inspiração corbusiana.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Souza. *Arquitectura moderna em Moçambique, inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português 1949-1974*. Coimbra: Departamento de Arquitectura – FCTUC, 1998. Prova final.
- CÂMARA MUNICIPAL DO LOBITO. *Relatório da actividade municipal no triénio de 1961 – 1962 – 1963*. Lobito: Câmara Municipal do Lobito.
- CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”, o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- DÁSKALOS, Maria Alexandre. *A política de Norton de Matos para Angola 1912-1915*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2008.
- EXPOSIÇÃO DA ARQUITECTURA MODERNA BRASILEIRA. Angola: Sociedade Cultural de Angola, 1960.
- FERNANDES, José Manuel. *Geração africana – Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- FONTE, Maria Manuela Afonso de. *Urbanismo e arquitectura em Angola – De Norton de Matos à revolução*. 2007. Dissertação (Doutorado em Planeamento Urbanístico) – Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007.
- GOODWIN, Philip L.; SMITH, G. E. Kidder. *Brazil builds – Architecture new and old 1652-1942*. Nova York: The Museum of Modern Art, 1943.
- GUEDES, Amâncio (Pancho); JACINTO, Ricardo. Lisboscópio – Representação Oficial Portuguesa. In: 10ª EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA – BIENAL DE VENEZA, 2006, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Instituto das Artes, 2006, Lisboa.
- GUEDES, Pancho. *Manifestos ensaios falas publicações*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.
- KULTERMANN, Udo. *New architecture in Africa*. Londres: Thames and Hudson, 1963.
- _____. *New directions in african architecture*. Nova York: George Braziller, 1969.
- LÉONARD, Yves. *Salazarismo e fascismo*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998-1996.
- MILHEIRO, Ana Vaz. *A construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa*. Porto: Publicações, 2005.
- _____. O Brasil moderno e a sua influência na arquitectura portuguesa: A tradição em *Brazil builds* (1943) e o seu reflexo no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal (1955-1961). In: MOREIRA, Fernando Diniz. *Arquitectura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: Universalidade e diversidade*. Recife: DOCOMOMO, 2007.
- MORAIS, João Sousa. *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- NOBREGA, José Manuel da. Ora se me dão licença... *Notícia*, Luanda/Lisboa, n. 483, p. 14-19, 1969.
- OGURA, Nobuyuki. Ernest May and modern architecture in East Africa. In: ARCHIAFRICA CONFERENCE, 2005, Dar es Salaam, Tanzânia. *Proceedings: Modern architecture in East Africa around independence*, Dar es Salaam, Tanzânia, 2005. Disponível em: <http://www.archnet.org/library/documents/one-document.jsp?document_id=9952>.
- PEREIRA, Nuno Teotónio. *Escritos*. Porto: FAUP Publicações, 1996.
- PIMENTA, João. De servente a industrial da construção civil. Entrevista a João Pimenta. *O mirante*, 29 nov. 2006. Disponível em: <http://www.dossiers.omirante.pt/noticia_dos.asp?idgrupo=93&idEdicao=263&idSeccao=3659&id=30294&Action=noticia>.

- RIBEIRO, Ana Isabel de Melo. *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUP Publicações, 2002.
- RODRIGUES, Francisco Castro. A arquitectura moderna brasileira. In: JORNADA LUSO – BRASILEIRA, 1961, Lobito. *Palestra*. Lobito: Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros, 1961.
- _____. O Betão nú e o Lobito. *Divulgação – Boletim da Câmara Municipal do Lobito*. Lobito: Câmara Municipal de Lobito, 1964.
- RODRIGUES, Francisco Castro. Planificação para um museu no Lobito. *Divulgação – Boletim da Câmara Municipal do Lobito*. Lobito: Câmara Municipal de Lobito, 1966.
- RODRIGUES, Francisco Castro. Recortes e manuscritos. CV. Azenhas do Mar, 2001, texto policopiado.
- ROSAS, Fernando. *Portugal entre a paz e a guerra 1939-1945*. Lisboa: Editorial estampa, 1995.
- SALVADOR, Cristina; RODRIGUES, Cristina Udelsmann. Utilizações coloniais e pós-coloniais das cidades: Arquitectura em Angola (Luanda, Benguela e Lobito). In: IX CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, DINÂMICAS, MUDANÇAS E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, Luanda, 2006, Luanda. *Actas...* Luanda, 2006.
- SANTIAGO, Miguel. *Pancho Guedes, metamorfoses espaciais*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007.
- SIMÕES, João. A profissão de arquitecto nas colónias. In: I CONGRESSO DE ARQUITECTURA, 1948, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948.
- SOUSA, Pedro Miguel. *O colonialismo de Salazar*. Lisboa: Occidental, 2008.
- TOSTÓES, Ana. *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997.
- Obs.: Recolheram-se os testemunhos dos três arquitectos citados: Pancho Guedes (07/12/2007 e 18/06/2008), Fernão Lopes Simões de Carvalho (08/06/2008 e 23/06/2008) e Francisco Castro Rodrigues (17/06/2008, 26/06/2008 e 10/07/2008).

Obs.:

Este artigo resulta da comunicação apresentada ao congresso “Docomomo Sul Brasil, 2008”, realizado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nota do Editor

Data de submissão: janeiro de 2009
Aprovação: abril 2009

Ana Vaz Milheiro

Arquitecta e mestre pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Doutorou-se na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Ensina História e Teoria da Arquitectura Contemporânea no Departamento de Arquitectura e Urbanismo do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e na Universidade Autónoma de Lisboa. Está a preparar pós-doutoramento. É autora dos livros *A construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa* (Porto: FAUP Publicações, 2005) e *A minha casa é um avião* (Lisboa: Relógio d'Água, 2007). É também directora-adjunta da revista JA-Jornal Arquitectos (Ordem dos Arquitectos, Portugal) e crítica de arquitectura no jornal *Público*.
Rua dos Douradores, 29, 2º andar
1100-206 – Lisboa
00351 966208523
avmilheiro@gmail.com

Luiz Augusto Maia Costa

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Lucia Caira
Gitahy



PRESENÇA NORTE-AMERICANA
NA REVISTA POLITÉCNICA,

1905-1930¹

RESUMO

Leme (1999), em *Urbanismo no Brasil – 1895/1965*, assinala a existência de quatro publicações técnicas em São Paulo, no período entre 1905-1930: *Revista de Engenharia* (1879-1884 – 1911-1913); *Revista Politécnica* (1904-1954); *Revista de Engenharia Mackenzie* (1915 – atualmente) e *Boletim do Instituto de Engenharia* (1917-1941). No âmbito deste artigo concentrar-nos-emos nos números da *Revista Politécnica* saídos no período que vai de 1905 a 1930, com a finalidade de investigar a presença norte-americana na mesma, dando ênfase no que se refere ao processo de urbanização e às questões urbanas e urbanísticas.

Para tal, consultamos todos os volumes existentes do periódico na época citado, objetivando detectar as menções à produção técnica egressa daquele país, bem como as menções a projetos e planos realizados para cidades nos EUA, constantes no mesmo. Isso nos permitiu perceber, por um lado, como os atores sociais daquela época viam as experiências norte-americanas e, por outro lado, como essa produção foi incorporada e animou o debate sobre a urbanização e o urbano paulista de então. Aproximaremos esse debate da constituição do urbanismo em São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

São Paulo, *Revista Politécnica*, EUA, urbanismo, planejamento urbano.

LA PRESENCIA NORTEAMERICANA EN LA
REVISTA POLITÉCNICA, 1905-1930

RESUMEN

Leme (1999), en *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*, indica la existencia de cuatro publicaciones técnicas en São Paulo entre 1905-1930: *Revista de Engenharia* (1879-1884 – 1911-1913), *Revista Politécnica* (1904-1954), *Revista de Engenharia Mackenzie* (1915 – en este momento) y *Boletim do Instituto de Engenharia* (1917-1941). En el presente trabajo nos vamos a concentrar en los números de la *Revista Politécnica* publicados entre 1905 y 1930, con el objetivo de buscar en ellos la presencia norteamericana, con énfasis en el proceso de urbanización y en las cuestiones urbanas y urbanísticas.

Para eso, hemos consultado a todos los volúmenes existentes de la revista del periodo citado, tratando de detectar las referencias a la producción técnica de ese país, bien como las menciones a proyectos y planes para ciudades de los Estados Unidos.

Eso nos ha permitido verificar, por un lado, como los actores sociales de la época veían las experiencias norteamericanas y, por otro lado, cómo esta producción se ha incorporado y estimulado el debate sobre la urbanización y lo urbano paulista en ese momento. Trataremos de acercar ese debate a la constitución del urbanismo en São Paulo.

PALABRAS CLAVE

São Paulo, *Revista Politécnica*, Estados Unidos, urbanismo, planificación urbana.

ABSTRACT

In his book *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*, Leme (1999) points out the existence of four technical publications in São Paulo between 1905 and 1930: *Revista de Engenharia* (1879-1884 and 1911-1913); *Revista Politécnica* (1904-1954); *Revista de Engenharia Mackenzie* (1915 to the present); and *Boletim do Instituto de Engenharia* (1917-1941). The current article focuses on the issues of *Revista Politécnica* between 1905 and 1930 in order to investigate the presence of the United States in the publication, particularly regarding the urbanization process and urban and urbanistic matters. To do so, all existing volumes of this periodical within the period in question were consulted in order to find references to technical production from the United States and references to projects and plans for cities in that nation. This caused the current author to realize, on the one hand, how social actors during that period viewed American experiences and, on the other hand, how this output was absorbed and stoked the discussion on urbanization and the urban situation of São Paulo during that time.

KEY WORDS

São Paulo, *Revista Politécnica*, USA, urbanism, city planning.

INTRODUÇÃO

LEME (1999) em *Urbanismo no Brasil – 1895-1965* – assinala a existência de quatro publicações técnicas em São Paulo no período entre 1905-1930: *Revista de Engenharia* (1879-1884 – 1911-1913)², *Revista Politécnica* (1904-1954); *Revista de Engenharia Mackenzie* (1915 – atualmente); e *Boletim do Instituto de Engenharia* (1917-1941)³. No âmbito deste artigo concentrar-nos-emos nos números da *Revista Politécnica* saídos no período que vai de 1905 a 1930 com a finalidade de investigar a presença norte-americana na mesma, dando ênfase no que se refere ao processo de urbanização e às questões urbanas e urbanísticas.

A *Revista Politécnica*, seja por sua regularidade, seja por estar vinculada à Escola Politécnica ou, ainda, por ter como colaboradores professores, alunos e ex-alunos que, diretamente, atuavam no poder público paulistano (SIMÕES, 1990), sem mencionar que é a mais antiga publicação técnica paulistana na área, durante o período republicano, constitui-se como o órgão mais importante de divulgação de idéias sobre a urbanização, o território e o urbano no estado, sendo suas contribuições as de maior acesso e penetração no meio culto, técnico e ilustrado da época, em relação às demais revistas então circulantes em São Paulo.

Nem mesmo o fato de a *Revista de Engenharia Mackenzie* ser uma publicação da outra escola de engenharia na cidade, na época, rivalizou ou sobrepujou-se à hegemonia da *Revista Politécnica*, muito provavelmente pelas dificuldades de legitimar-se enquanto instituição de ensino superior pelas quais a Escola de Engenharia do Mackenzie passava⁴.

O primeiro número da *Revista Politécnica*, órgão do Grêmio Politécnico, saiu em novembro de 1904 pela Tipografia do *Diário Oficial*. A organização, assim como a composição da comissão redatoria, ficava a cargo dos alunos que compunham o grêmio da Escola, os quais também tiveram a iniciativa de criar a revista. Pela presidência da redação da revista passaram muitos nomes importantes do meio técnico paulista da época, como, por exemplo, H. Pujol Júnior e Alexandre Albuquerque, entre outros.

A despeito do rigor de sua periodicidade, percebe-se que, ao longo dos anos consultados, o perfil da revista sofreu alteração. É assim, por exemplo, que na *Revista Politécnica*, n. 50-51, ano de 1915, nas notas lê-se que a referida revista, “*a exemplo das revistas técnicas européias e norte-americanas*”, intentava publicar projetos, experiências, adaptações e “*tudo que diretamente interessa ao engenheiro*”, objetivando “*a organização e realizações de trabalhos que, quer sob o ponto de vista da construção como do seu custo, estejam de acordo com o nosso meio*”. Essa nota é interessante por dois motivos: primeiro, por indicar que, desde antes dessa data⁵, havia o contato dos editores, assim como dos membros e, por extensão, freqüentadores do Grêmio Politécnico, com publicações internacionais e, muito particularmente, com publicações norte-americanas vinculadas aos temas relacionados com o ofício da engenharia e da arquitetura; segundo, por marcar uma inflexão no foco temático da revista.

(2) Entre parênteses estão os anos em que a publicação saiu.

(3) Em 1941, o *Boletim do Instituto de Engenharia* é extinto. No ano seguinte volta a ser publicado como *Revista de Engenharia*, dando continuidade àquela publicação até o presente momento. Existe, no Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, a coleção da *Revista Politécnica* de 1971 até hoje.

(4) Sobretudo nos anos 30. Nesse sentido ver Mendes (1999).

(5) Por exemplo: “O que dizem as revistas” (n. 23, 1908, p. 284-292).

OS 50 PRIMEIROS NÚMEROS DA REVISTA POLITÉCNICA

Nos primeiros números da revista, isto é, os 50 números iniciais, ela continha um escopo mais generalista. É dessa forma, por exemplo, que se poderia encontrar artigos os quais versavam, exclusivamente, sobre aspectos técnicos: Perspectiva linear (n. 1, 1904, p. 37); projetos: Abastecimento de água da capital (n. 7, 1905, p. 28-44) ou Ponte do Aterrado do Carmo (n. 16, p. 207- 255); discursos vários: Colação de grau aos engenheiros de 1904-1905 (n. 5, 1905, p. 360-376); obras de infra-estrutura: As forças hidráulicas do estado de São Paulo (n. 15, 1907, p. 140-146), Duas novas linhas férreas (n. 27, 1909, p. 179-183), As obras da Light em Santo Amaro (n. 21, 1908, p. 135-142); sobre variedades: O engenheiro mais velho do mundo (n. 13, 1906, p. 48), A maior chaminé do mundo (n. 28; 1909, p. 285-286); ou, ainda, sobre urbanização: O pavilhão de São Paulo na exposição nacional de 1908 (n. 1920, 1907, p. 39-44), Processo para o levantamento do mapa geográfico do Brasil (n. 34, 1911, p. 179-191), Escolas de agronomia (n. 9, 1905, p. 117-128), entre outros temas. Em sua quase totalidade, com poucas exceções, os artigos aqui citados mencionam ou comporam os temas debatidos com o que se estava fazendo nos EUA.

Nesses 50 números iniciais identificamos três conjuntos de temas recorrentes, relacionados aos nossos interesses. O primeiro tema versa sobre a resistência dos materiais. É dessa forma que na *Revista Politécnica*, n. 9, de 1905, é travado todo um debate em torno do concreto e da publicação de *Manual da Resistência dos Materiais*⁶ recém-lançado. Envolvem-se, nesse debate, o ainda aluno H. Pujol Jr. e Antônio Francisco de Paula Souza, entre outros. Comparações são traçadas com o livro dos engenheiros José e André Rebouças – *Ensaios de índice geral das madeiras do Brasil* (1877), e com os livros de Adolpho José Del Vecchio – *Estudos sobre materiais de construção* (1884) e *Dados para orçamento de obras hidráulicas* (1887). No meio desse debate não faltam menções a publicações similares realizadas nos EUA. Como salientam Costa e Gitahy (2003), os mencionados livros de Del Vecchio representam um elo entre duas gerações de engenheiros e fazem parte de um processo de constituição de um saber científico e próprio no desenvolvimento da resistência dos materiais no Brasil. Como demonstra Gitahy (1994 e 2001), esse é um ponto nevrálgico para a engenharia brasileira da época, vistos os esforços empreendidos no campo da infra-estrutura territorial e urbana que visavam à inserção do Brasil na dinâmica da assim chamada segunda revolução industrial. Outro dado que pode ilustrar o quanto importante era esse tema é a polêmica em torno do emprego do concreto armado no saneamento da cidade de Santos (COSTA, 2001).

Exemplos sintomáticos do grau de importância dessas obras encontram-se no artigo “Ponte do aterrado do Carmo – Tabuleiro de cimento armado” (n. 16, 1907, p. 207-255), no qual são discutidos os altos valores de 1896 para a construção da ponte destinada a transpor o canal do Aterrado do Carmo, realizada em 1896, pela Comissão do Saneamento do Estado para a Retificação do Rio Tamanduateí, assim como uma série de detalhes sobre cálculos estruturais envolvendo o concreto e sua resistência. Aqui, as referências são, sobretudo, francesas.

É também do n. 16 da referida revista, de 1907, a publicação do artigo “Madeiras e seus ensaios”⁷ (p. 245, 266) que, ao versar sobre a utilização desse

(6) O artigo se intitula “Manual de resistência dos materiais – Parecer do Clube de Engenharia”, p. 128. A repercussão do mesmo no meio técnico da época encontra-se em “Manual de resistência”, *Revista Politécnica*, n. 5, 1905, p. 377.

(7) O artigo tem como subtítulo: “Conferência feita perante o Grêmio Politécnico a 23 de abril pelo dr. Victor da Silva Freire”.

material para a construção, afirma que o Brasil é rico do mesmo, mencionando o quanto é exportado. Faz, então, um panorama mundial da produção e exportação de madeira para construção, afirmando que o “tio Sam” estava, diariamente, aumentando as encomendas ao Canadá, tornando-se, assim, importante consumidor do produto de suas florestas. Chama-nos a atenção, neste artigo, os materiais de construção, comércio internacional/exportação, recursos hídricos-naturais e produção de papel, os quais não só aparecem interligados, mas, sobretudo, tendo como exemplo “o tio Sam”.

Ora, a esse conjunto de fatores podemos associar uma expressão: processo de urbanização em seu sentido mais dilatado. Para além dos dados “meramente técnicos” e urbanos, o meio científico acadêmico da época também vinha observando/estudando os processos mais gerais da urbanização e crescimento pelos quais os EUA vinham passando. Note-se que não é um dado a esmo, e sim um comentário do que vinha acontecendo lá, bem como de suas implicações.

Mais adiante, no mesmo artigo, são abordadas as implicações desse aumento da exportação de madeira, que conduziam à devastação de florestas, mencionando-se uma preocupação mundial com a “reconstrução das florestas destruídas”. Menciona como exemplar a ação do “governo dos Estados Unidos em prol dos interesses da silvicultura”, resguardando “vastas superfícies virgens do corte”, tendo sido criado, para tal, um “corpo” de 400 superintendentes da área, cuja finalidade era “tratá-las, estudá-las e beneficiar os particulares dos resultados destas”. Sabido é que, pelo menos nesse período, o processo de ocupação de seu território foi empreendido com grande destruição de sua fauna e flora (KARNAL, 2001; JUNQUEIRA, 2001); portanto, é muito provável que os interesses estivessem mais voltados para o “benefício dos particulares”. De qualquer sorte, a menção e discussão desses temas ratificam, a nosso ver, as considerações anteriores.

Avançando mais no referido texto, percebemos que o autor, nada menos que Victor da Silva Freire⁸, passa a comparar a situação do comércio de madeira nos EUA com a nossa, alarmando-se com o fato de o Brasil ser o mais rico no produto para a construção e, no entanto, *“a nossa exportação total nunca conseguiu atingir até hoje a cifra que o comércio de madeira (...) registra nos Estados Unidos, há 40 anos”* (p. 248). É clara a comparação entre os dois países, assim como a intenção (velada) de igualar um ao outro. Se ainda há dúvidas de tal exposição estar relacionada com o processo de urbanização, basta mencionar a afirmação: *“Entretanto a natureza não foi madrasta com o Brasil. O nosso país é coberto de florestas (...) os Estados Unidos auferem um proveito de dois milhões e meio de contos por ano”* (REVISTA POLITÉCNICA, n. 16, 1907, p. 250). Enquanto, no Brasil, os proprietários das áreas em tela lucram 288.000 contos.

Entretanto, os interesses desse texto não cessam aí. A explanação prossegue com a qualidade das madeiras brasileiras, local de produção, aplicação, chegando ao campo do conhecimento que visa a dois aspectos – “ambos industriais: são comerciais e técnicos há um tempo”. Para essa empreitada, conclama os alunos da Escola Politécnica. Ao exemplificar o que vem sendo feito nesse sentido no mundo, cita a França e, no tocante à “recomposição”, destaca a Universidade de Cornell no ensino florestal. Também vêm dos EUA (Repartição Florestal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e Instituto Tecnológico de Massachussets) os exemplos para a determinação científica em laboratórios, das características botânicas e físicas das madeiras, bem como seu emprego⁹. Daí, fala

(8) Victor da Silva Freire foi lente da Escola Politécnica e diretor da referida instituição. Foi ainda, por 27 anos, o diretor da Diretoria da Obras da Prefeitura de São Paulo. Para uma breve bibliografia de Freire, ver Costa, 2005.

(9) Menciona a utilização de substâncias químicas para o aumento do desempenho das madeiras.

do “estado da arte” da pesquisa em tela, na América do Sul na época, mencionando, entre outros, os aludidos trabalhos dos Rebouças e de Del Vecchio, afirmando, contudo, ainda existir o que fazer e que os alunos daquela escola não poderiam se furtar a desempenhar o papel que deles é esperado.

Chega a ser impressionante como, a título de discorrer sobre “Madeiras e seus ensaios”, o autor do texto esboça um discurso o qual busca aproximar o processo de urbanização brasileiro do norte-americano, na medida em que não se restringe aos dados técnicos propriamente ditos sobre o objeto em pauta, mas passeia por temas como: economia, ensino acadêmico, criação de instituições, inserção econômica e científica internacional, tendo como principal balizador os Estados Unidos da América.

Mudando um pouco a matéria, mas continuando no mesmo tema, na *Revista Politécnica* n. 13, de 1906, é publicado o artigo “Coeficientes de trabalho admissíveis para pontes metálicas” (p. 3-17), no qual “as condições de trabalho” dos materiais é o foco, sendo priorizado o ferro (metal em geral). Ao se preocupar com as resistências desses materiais, o autor, o engenheiro C. Stevenson, afirma serem notáveis as diferenças encontradas nas especificações europeias e norte-americanas. Segundo ele, esse tema é crucial para a construção, não só de pontes como também de estradas de ferro. Discorre sobre as implicações no trabalho do engenheiro e passa a observar como o tema vem sendo tratado mundialmente. Cita exemplos europeus, como, por exemplo, o do Instituto Politécnico de Viena. Ao comparar os dados europeus com os norte-americanos, afirma: “*Estados Unidos da América do Norte: não há nesse país um regulamento geral e oficial, e sim especificações organizadas por autoridades técnicas reconhecidas, aceitas nos contratos, gerais*”. (p. 7)

Cita ainda o exemplo da França, Alemanha, Itália, entre outros, apresentando as fórmulas e cálculos por cada um desses empregados, inclusive nos EUA. Daí o autor passa a comparar os vários índices apresentados e propõe uma solução prática a ser empregada na solução da determinação do coeficiente de trabalho admissível. Para chegar à sua conclusão, utiliza os dados práticos extraídos da linha-tronco da Companhia Mogiana.

O autor não explicita, porém, o que aqui está em jogo – é como determinar o coeficiente para a realidade brasileira, visto – e isso ele também não diz, mas se subentende – aqui não haver um estudo consolidado sobre o tema e, mundialmente, não há consenso. Note-se que, mais uma vez, o que está em pauta é o desenvolvimento técnico científico da resistência dos materiais, visando balizar a atuação dos engenheiros brasileiros nas obras de infra-estrutura territorial e urbana que estavam em andamento. Nota-se que todo um debate sobre as possibilidades existentes ocorria, no qual não havia hegemonia – nem do exemplo europeu, nem do norte-americano. Percebemos todo um esforço dos intelectuais da época em desenvolver, por si próprios, um conjunto de conhecimentos que subsidiasse as obras de urbanização por que o país passava. Nesse sentido, a produção do espaço construído abrangia também a produção de conhecimentos, de “modelos” brasileiros que não passavam às margens do que nos EUA vinha sendo feito.

O mesmo C. Stevenson publica, nas revistas n. 19-20 de 1907, um outro artigo intitulado “Resistência dos trilhos” (1907, p. 7-38) que versa sobre “os desastres ocasionados pela ruptura de trilhos nas estradas de ferro” e as

conseqüências disso à sociedade. Daí afirma: “*para julgar-se da gravidade dos fatos, basta notar que em uma das mais importantes linhas americanas (...) chegou-se a encontrar 449 fraturas.*” O texto que discute a resistência do ferro discorre sobre vários exemplos de estradas de ferro norte-americanas. Ao longo de sua argumentação, cita engenheiros franceses, ingleses e alemães. Contudo, o que mais nos interessa é a citação de um certo Webster, presidente da American Railway Engineering and Maintenance of Way Association, assim como os resultados obtidos para a resistência do ferro pela Engineering and Maintenance of Way Association, aqueles comparados com os usados pela Mogiana. Cita, ainda, os resultados apresentados pela American Society of Civil Engineers, portanto explicitando de onde partia o fluxo de idéias norte-americanas sobre o tema: as citadas instituições.

É com esse mesmo intuito que citamos a nota “Cimento de ferro” (n. 28, 1909, p. 290-293) na qual se remete à publicação *Engineering News*, a qual traria um comunicado do cônsul norte-americano radicado em Berlim, relatando ao seu governo “*sobre o fabrico de um cimento no qual o alumínio do Cimento Portland é substituído pelo óxido de ferro*”, o que aumentaria, em muito, a resistência do material à ação do mar (p. 290). Mais que indicar outra fonte das influências norte-americanas ou a possibilidade de atrelar tal informação às obras de reforma dos portos tão em voga no período no Brasil, podemos perceber, por meio dela, também nos EUA ter havido um fluxo de idéias oriundas da Alemanha e que, muito provavelmente, amimavam o debate científico naquele país¹⁰.

O segundo grupo de temas recorrentes versa sobre o abastecimento de água da capital: Abastecimento de água da capital (n. 7, 1905, p. 28-44) e (n. 10, 1906, p. 181-196), Teoria das coagulações no tratamento das águas (n. 8, 1905, p. 75-76); O novo abastecimento de água da capital (n. 11, 1906, p. 275-283); O problema dos três reservatórios no abastecimento de São Paulo e O reservatório da Mooca (n. 18, 1907, p. 340-346); A purificação das águas (n. 22, 1908, p. 193-207) e O problema do abastecimento de água de São Paulo (n. 45, 1913, p. 69-151).

Mais que indicar o grau de discussão e de “estrangulamento” desse importante serviço ligado à infra-estrutura e à questão da saúde pública, à industrialização e à própria estruturação do urbano, esse grupo de artigos mostra a penetração de idéias oriundas do meio técnico dos EUA. É dessa forma que, no artigo de 1905, “Abastecimento de água da capital”, a *Revista Politécnica*, ao identificar esse como um problema a ser resolvido, reproduz, em suas páginas, “... a parte oficial que a respeito desse assunto, se encontra no relatório do Sr. Dr. Secretário da Agricultura” (n. 7, 1905, p. 28). Portanto, o presente artigo é um extrato de um documento expedido pelo poder público. No mesmo, ao abordar a questão do abastecimento pela ótica do adensamento populacional, e depois de apresentar a estatística para a cidade de São Paulo, afirma:

Temos, pois, 22.026 prédios de um só pavimento e 1923 de dois ou mais.

Ora, não é lícito pretender, por maior que seja a aglomeração nas casas em São Paulo, que a densidade aqui exceda a das cidades da Europa ou americanas. Manchester, por exemplo, não tem mais de 6 habitantes por casa. Nos Estados Unidos: New York tem 16.37; Providence, 7.42; New Orleans, 5.95; Kansas City 6.48; Nashville 6.13 (...) Sacramento, 5.07; Springfield 5.60.” (n. 7, p. 34)

(10) Gostaríamos de ressaltar o papel que a engenharia e o engenheiro gozavam nos EUA, nesse momento. Ver, nesse sentido, Tichi, 1987.

(11) Aqui buscamos aproximar nossa discussão da proposta por Gitahy (2001).

(12) No decorrer do texto, mais uma vez, são apontadas as referências a dados técnicos oriundos tanto da França como dos EUA, acentuando-se, assim, ainda mais, a impressão de haver um debate entre os “modelos” passíveis de serem adotados. Essas posições nem sempre conflitavam, dialogando às vezes.

(13) O presente texto é assinado por um certo Mario Freire.

Ora, daqui se depreendem várias observações importantes. Por se tratar de um documento do secretário de Agricultura do estado de São Paulo, vemos que, no seio do poder público, seus técnicos buscavam balizar suas empreitadas, não se limitando a exemplos tirados da Europa, em particular da tríade Inglaterra, França e Alemanha, mas buscavam também exemplos nas cidades norte-americanas. Pelo rigor e variedade dos exemplos expostos, indica que o estudo, a pesquisa e o conhecimento da realidade daquelas cidades eram sólidos. Isso implica que, no meio técnico de então, mais do que uma única corrente ou “modelo” a ser seguido e/ou “copiado”, havia um debate em torno das possibilidades técnicas disponíveis e passíveis de serem adaptadas e transformadas¹¹. Logo, a aparente hegemonia européia, tão difundida, fica, no mínimo, questionada. Isso denota a recorrente visão de São Paulo como uma “cidade européia”, uma “cidade francesa” (COSTA, 2005).

É ainda nesse sentido que citamos o outro artigo, “O abastecimento de água da capital”, de 1906. O mesmo trata de uma descrição geral do “novo plano de abastecimento de água da capital”, realizado pelo engenheiro Luiz Betim Paes Leme, chefe da Comissão de Obras Novas. Logo, trata-se de um texto técnico destinado a técnicos, escrito por um engenheiro atuante no poder público, estando as obras a serem descritas já em execução; portanto, não é um projeto, mas sim uma ação concreta. Nesse, ao discorrer sobre a questão da captação das águas em condições higiênicas satisfatórias, e após expor como é tratado o problema na Europa, escreve:

“O exemplo dos Estados Unidos é o melhor que possamos citar. Esse país, embora rico, embora conhecedor do seu sub-solo, melhor que as nações européias (tal tem sido o desenvolvimento que nele se tem dado ao estudo científico de todas as fontes de riquezas) embora, em fim capaz das mais arrojadas e aleatórias empresas, tem recorrido às captações superficiais, compelido pelo aumento rápido da população.

A cidade de São Paulo, cujo desenvolvimento pode ser comparado ao da grande nação Americana, está forçada a seguir a mesma trilha.” (n. 10, 1906, p. 183) (grifos nossos)

Ora, em parte, esse texto ratifica nossas observações anteriores¹²; entretanto, vai além. Note-se que aqui, sutilmente, os EUA aparecem como um “modelo” a ser seguido, preferido ao “modelo” europeu, e isso muito devido – e “essa informação aparece de forma velada” – ao *Survey*, uma vez ser ele o “responsável” por mapear, de forma científica, as riquezas do território americano (FIGUERÔA, 1987; COSTA, 2003). Enfatize-se que aqui se vincula *Survey* a planejamento, como nos EUA também vinha sendo feito (ADAMS, 1936). Contudo, o que mais nos desperta a atenção é a consciência do engenheiro em relação à similaridade dos processos verificados em São Paulo com que os EUA vinham vivenciando, a ponto de indicar (e, em certa medida, defender) que se “copiasse” aquele país.

Em “O novo abastecimento d’água de São Paulo”¹³ (n. 11, 1906, p. 275-283), mais uma vez, aparecem menções, a exemplo tanto de cidades americanas (Nova York e Filadélfia) como inglesas (Liverpool e Manchester) e francesas (Marselha, Viviers e Saint Etienne), ao discutir a pertinência em utilizar o expediente das barragens no sistema de abastecimento d’água da capital. Aqui, pelo menos uma vez, o exemplo de Nova York aparece como um exemplo negativo, ainda que seja

ressaltado: não é porque lá não deu certo que aqui não deveria ser usado tal dispositivo. No mais, de novo, São Paulo é comparada com as cidades americanas.

Já em “Teoria dos coagulantes no tratamento das águas” (n. 8, 1905, p. 75-76), os aspectos relevantes são dois: trata-se de um texto “mais técnico” e, aqui, aparece, explicitamente, mencionada uma referência bibliográfica:

O Tratamento das águas destinadas à alimentação ou a usos industriais, pelo sistema americano vai sendo cada vez mais empregado, como provam as muitas instalações feitas não só nos Estados Unidos como em outros países. O Sr. M. J. W. Ellms estuda em uma memória apresentada à ‘American Chemical Society’ o papel dos coagulantes no Tratamento dessas águas.” (n. 8, 1905, p. 75).

Sem dúvida, aqui vemos desenhar-se, claramente, que a despeito da existência das referências a exemplos europeus, os técnicos da época, tanto os já formados e no mercado de trabalho como aqueles em formação tinham acesso, discutiam e inspiravam-se nas experiências e expedientes egressos dos EUA. Não havia uma hegemonia nem era um bloco único e europeu de idéias que ia conduzindo a formatação do espaço construído na época, em São Paulo. Se, por um lado, o “modelo” “divulgado” era o europeu, a existência desse debate em torno de um tema tão caro ao urbano, como a estruturação da rede de abastecimento d’água, a qual incorporava exemplos e ações norte-americanas, indica, a nosso ver, que nem tudo era europeu. Por fim, ressalta-se que todo esse debate ocorre por volta da primeira década do século 20, período no qual a cidade e seus profissionais buscavam ver-se e representar-se como franceses. Note-se o descompasso entre discurso e ação, revelando o conteúdo ideológico e “europeizante” de seus atores.

O terceiro grupo de artigos é um conjunto de textos assinados por Victor da Silva Freire. Mapeamos, nessa fase da *Revista Politécnica*, quatro artigos¹⁴: o já comentado, de 1907, “Madeiras e seus ensaios”, “Melhoramentos de S. Paulo (conferência do lente, doutor Victor da Silva Freire, no Grêmio Politécnico, a 15 de fevereiro)” (n. 33, 1911, p. 91-145), “A cidade salubre (conferência realizada a 13 de março, no Grêmio Politécnico, pelo lente, doutor Victor da Silva Freire)” (n. 48, 1914, p. 319-354) e “A planta de Belo Horizonte (a propósito da “cidade salubre”)” (n. 52, 1916, p. 159-174). Esse último, posterior ao “marco” anteriormente mencionado. Não nos deteremos longamente nesses artigos, pois nos exigiria uma análise mais profunda que, no momento, não cabe. Sendo assim, limitar-nos-emos a fazer comentários mais genéricos visando aos intuios deste ensaio.

Para Leme (1999, p. 457) o artigo de 1911, “Melhoramentos de São Paulo”, constitui-se em “uma reflexão pioneira sobre urbanismo e uma proposta de intervenção para São Paulo”. De fato, nesse artigo, além de apresentar o “conceito” de urbanismo, sem que seja dado esse nome, Freire, logo no início, coloca: “não é uma questão ‘atual’, no estrito sentido da palavra, a dos ‘melhoramentos de São Paulo’”. “É a ‘fase atual’ de uma questão ‘permanente’, a de acudir às necessidades do crescimento da cidade.” (p. 92) Sendo assim, fala de “dois momentos” desse processo. O primeiro, na época da fundação da Escola Politécnica, “quando a questão achava-se na fase do saneamento”. Afirma que o governo do Estado “enfrente a gravidade do assunto e da falta de recursos da municipalidade, recursos que então lhe não escasseavam lhe, chamou a si o

(14) Mais adiante veremos que Freire publica ainda mais um artigo no n. 60 da revista.

(15) Freire, na página 113, afirma: “*o problema do arranjo das cidades e da sua extensão, que tomou grande e universal importância desde o fim do século XVIII, subdividiu-se em 3 partes: problema higiênico (...), problema técnico: garantir a circulação fácil e rápida dos homens e das coisas, problema estético.*”

(16) Em termos da América do Sul, reiteradamente, Freire cita a Argentina-Buenos Aires.

aumento do abastecimento de água, o estabelecimento da rede de esgoto, as obras de enxugo” (p. 92).

Bem, o que nos chama a atenção aqui é o fato de, indiretamente, Freire estar associando a fundação da Escola às obras de infra-estrutura por que a cidade passava e, em outro plano, aquelas ao processo de formatação da questão em tela como naquele momento se apresentava. Isto é, como hoje já é consenso, atrelando sanitarismo ao urbanismo. Outro ponto interessante é que aqui já introduz o papel fundamental que o poder público desempenha nesse campo do saber e da ação. Aspecto que mais adiante aprofundará e, como é sabido, está inserido no debate da produção do espaço urbano, e, de forma idiossincrática, no que aqui chamamos de “urbanismo americano” (COSTA, 2005).

O segundo momento, de acordo com Freire, é “*a fase de metodização do desenvolvimento desordenado do período das ‘vacas gordas’*”. Nessa fase coube à municipalidade executar tais obras com recursos próprios, “*resolvendo apenas as questões de momento porque os meios não davam para mais*” (p. 92). Conclui-se que essa fase, para ele, já contava com ações baseadas em método; logo, ações mais racionais – científicas. Reafirma o papel do poder público nessas ações, as quais, como se vê, eram, sobretudo, no campo do embelezamento, higienização e circulação¹⁵, justificando o porquê dos historiadores mais recentes afirmarem serem essas as questões fundamentais nos primórdios do urbanismo no Brasil e no mundo (LEME, 1999). Para Freire, nesse momento, ainda não há previsão do futuro, visto as obras realizadas serem fruto do que era possível fazer, tratava-se de “*ação de consolidação, como convinha ao momento...*”

Daí surge, ainda segundo Freire, a “fase atual”, delineada a partir de 1906, justificada pelo crescimento da cidade nos cinco anos que separam aquela data da presente conferência. Para ele, “*O nosso caso não se acha isolado. Por aí passaram Buenos Aires, Rosário, outras cidades da América do Sul. São por demais conhecidos os exemplos da América do Norte, desde que o emprego das máquinas permitiu dispensar os braços que exigia o serviço da lavoura. Esses braços refluíram às cidades e estas entraram em rápida progressão.*

Mas, os casos mais extraordinários são ainda os da Europa.” (p. 93)

Não é o conhecimento comparativo da realidade das Américas¹⁶ com o da Europa que nos chama a atenção, nem mesmo a visão preferencial à última, mas o fato de associar as questões do urbano ao processo de urbanização; nesse ponto, particularmente, ao crescimento das indústrias (“a era do ‘industrialismo’ criou esse estado de coisas, e nós somos dos últimos a sentir-lhes as consequências”). De fato, passa a comentar, de forma positiva, as consequências da industrialização na Grã-Bretanha, Alemanha e França, para, então, passar a questionar a si mesmo, se “*será (...) possível, como estamos dizendo, preparar com antecipação as disposição de uma cidade, tendo em vista a fácil circulação, a boa distribuição de ar e luz?*” (p. 94) E, em seguida:

“Não só é possível, como conveniente e até necessário. É o que nos responde a experiência dos outros.

Nos Estados Unidos, onde se não cuidou do assunto, têm as cidades pago caro, muito caro, as consequências da sua imprevidência; registre-se uma exceção: Washington. (...).

As cidades alemãs, essas, apresentam exemplo tão notável da sábia previsão dos seus dirigentes que os ingleses, seus primos mas não

amigos, se preparam para imitá-las à risca. Nas próprias cidades inglesas são desconhecidas as “crises” que em Paris se apresentam permanentes... ”. (p. 94)

Ora, o que está falando e passará a descrever, ao longo do artigo, para São Paulo, é um dos pilares do urbanismo moderno: a possibilidade e capacidade de prever o crescimento ordenado em bases científicas das cidades. E, o mais importante para nossos intuiitos, cita os EUA e a França como “modelos” a não serem seguidos, enquanto as cidades inglesas e alemãs são citadas como “modelos” a serem seguidos. Claramente, é feita uma opção entre as experiências e ações existentes; quais dentre essas deviam ser “copiadas” e quais não. Em um momento, a partir deste artigo que, como vimos, inicia uma nova forma de conceber e agir sobre o urbano em São Paulo, essa postura indica quais os caminhos que levaram ao delineamento do urbanismo paulista. E mais: mesmo tendo no “modelo” norte-americano um exemplo negativo, que não deveria ser “copiado”, implica que esse “modelo” participou do debate da constituição do pensamento paulista sobre o tema desde sua “gênese”.

Os exemplos sobre o papel da municipalidade nos desafios postos vêm da Grã-Bretanha e de Berlim, ambos como exemplos positivos; enquanto, mais uma vez, Paris e Nova York como negativos. É nesse contexto que afirma:

“No meio desse imenso deserto de capacidade e probidade, representa a cidade de Washington o papel de verdadeiro oásis. A sua administração está a cargo do governo da União que a delega por sua vez a uma comissão técnica, quase sempre composta de três oficiais superiores do ‘War Department’ que dispõe, como se sabe, de engenheiros habilíssimos. Porque não nos lembramos nós de copiar para o Rio essa salutar disposição?!”...

“Não será, pois, de admirar que nos vamos inspirar nos precedentes e na prática das cidades anglo-saxônicas para o assunto que nos ocupa.” (p. 97) (grifos nossos)

Mesmo afirmando que os exemplos egressos das cidades norte-americanas são “espetáculo (...) ainda mais contristador”, é Washington, capital norte-americana, que ele quer ver copiado pelo Rio, a então capital do Brasil! O modelo a ser “copiado”, o anglo-saxônico, é justificado desta forma: “tanto mais que a formação dessas cidades fornece a São Paulo uma analogia que a nossa capital não tem com a maior das aglomerações norte e mesmo sul-americanas.”

Do presente artigo gostaríamos, ainda, de mencionar as referências citadas por Freire: Sitte, Hénard, a “garden city”, o arquiteto Th. Fischer – professor da Politécnica de Stuttgart –, o arquiteto Henrici – professor da Politécnica de Aachen. Quando comenta os bem-sucedidos planos de extensão de cidades, cita Londres, em 1866, e

“também não ignoro que, quando se tratou outrora da extensão da cidade de Nova York, apesar de fazer parte da comissão nomeada para tratar do assunto um De Witt Clinton que mostrou competente aos seus colegas o exemplo de Washington, estes preferiram o bárbaro “grid-iron” às artérias bem estudadas de um artístico traçado. Mas, hoje já se não procede da mesma forma. São prova disso o alargamento de Elm Street e os projetos das entradas das novas pontes”. (p. 111)

(17) Freire cita o jornal
Der Staedtbau (p. 124).

Freire, como se percebe, apesar de ver nas cidades francesas e norte-americanas “modelos” do que não deve ser feito, cita, recorrentemente, a “francesa” cidade norte-americana de Washington. Esse aparente descompasso, a nosso ver, indica que Freire, ao apresentar suas idéias, está interagindo com o debate que então se travava, não só em São Paulo, mas no meio técnico internacional, e “escolhendo, adotando, transferindo, transformando e adaptando” as idéias que lhe convinham, criando, assim, um “modelo” explicativo e propositivo que convinha à sociedade da qual fazia parte. Nesse sentido, está desenvolvendo um conhecimento próprio o qual, no entanto, dialogava com o que estava sendo feito ao redor do mundo. Tanto é que cita a criação, em 1909, na Universidade de Londres, da cadeira “Town Planning” e as “*instituições de curso especiais nas escolas alemãs, onde só se ensina a arte de construir cidades*”¹⁷ (p. 112).

Contudo, Freire encontra bons exemplos também nos EUA: o movimento *city beauty*, a construção, não só por Boston, mas por “todas” as cidades norte-americanas, dos “sistemas de parques”. Estabelecem, também, comparações entre as ações empreendidas em Boston (p. 134), Nova York (p. 135) e Chicago (p. 137), acentuando o anteriormente argumentado. Nesse tópico, é relevante a seguinte passagem: após ter, nos três parágrafos anteriores, descrito o “sistema viário” de São Paulo na época, afirma:

“Por forma que o problema da extensão da cidade, sob o ponto de vista elevado que tem de assumir quem olha para o futuro – ponto de vista, como mostramos, obrigatório – comprehende três divisões distintas que corresponde, cada uma, aos três parágrafos anteriores, e que esquematicamente, a comissão americana que estudou o sistema de Nova York comparou às três partes correspondentes de uma roda de carro. Nessa roda, o cubo corresponde ao centro da cidade, os raios representam as grandes vias de penetração no centro; as cambotas, ou elementos do aro da roda, não são outra coisa senão a expressão ideológica das ruas de acesso dos diferentes bairros às vias de penetração.

Esse esquema que pela mesma comissão foi julgado o mais perfeito, representa, pode dizer-se, a planta da nossa capital.” (p. 100)

Bem, se Freire considerava que as cidades norte-americanas apresentavam configurações, administrações e planos lastimáveis, fica claro aqui que, por outro lado, pelo menos no plano teórico, o modelo analítico gestado e gerado a partir dessas cidades se prestava amplamente para efetuar seus estudos sobre a cidade de São Paulo. Se a forma, desenho que a cidade de São Paulo deveria adquirir, não deveria se assemelhar às norte-americanas, o conhecimento que, então, gestava-se aqui, baseava-se nessas, sim!

No artigo “A cidade salubre”, Freire elabora um texto “mais técnico”, por assim dizer, ao tratar dos aspectos higiênicos, tanto das casas como da cidade. Limitar-nos-emos a breves comentários. Mais uma vez, entre outros exemplos franceses, alemães, ingleses e norte-americanos se fazem presentes. Observemos o que diz sobre esses últimos. Ao discutir as relações existentes e possíveis entre “rua” e “casa”, a título de conclusão, afirma:

“por outras palavras, seria obrigado a dar-vos em uma conferência aquilo que quem se destina hoje ao serviço municipal ou por ele se

interessa, ouve, nas grandes Universidades norte americanas, em cadeiras especiais.

A cidade moderna tornou-se um organismo tão complexo; garantir-lhe a salubridade, a segurança, a circulação passou a ser de tal modo delicado; a diversidade de interesses a servir emaranhou-se tão intimamente que a iniciativa da grande Universidade de Harvard foi prontamente seguida por todas as outras. Ficou mais uma vez acentuada a tendência desses estabelecimentos, que é a de oferecer ao homem que comece a vida elementos para resolver os problemas mais prementes da nação, de preferência ao exclusivo culto científico desinteressado e geral, que caracteriza o clássico molde europeu. Dois fatores determinaram esse movimento: os erros acumulados pela administração mais ou menos de ocasião, “a olho”, das cidades da União; o exemplo do progresso rápido, metódico e extremamente econômico das cidades alemãs.” (n. 48, 1914, p. 349)

Mais que o exemplo norte-americano a ser seguido, e isso, nas entrelinhas, Freire defende, e o que nos desperta a atenção são dois aspectos: os EUA, segundo o que ele sugere, estavam a espelhar-se nas cidades alemãs, reforçando nossas observações já feitas nesse sentido; e o mais importante, e aqui também é dito nas entrelinhas, é a necessidade de contar-se nos estabelecimentos de ensino superior, leia-se na Escola Politécnica, cadeiras que se dediquem a ensinar, debater e expor, de forma científica, visando ao desenvolvimento da nação, os temas referentes à cidade moderna. Freire está apontando para a necessidade de criar uma cadeira específica de urbanismo, isto é, está defendendo a institucionalização de um campo do saber específico sobre a produção do espaço construído em bases científicas e “modernas”. Ao que pudemos apurar, isso só ocorrerá com a reforma da grade curricular da Escola Politécnica operada em 1926 (LEME, 1999). Note-se que, entre o primeiro artigo e este, passaram-se três anos. Nesse período, percebemos uma significativa mudança de posição de Freire em relação aos exemplos norte-americanos.

“A planta de Belo Horizonte” (n. 52, 1916, p. 159-174) contém três focos de interesse para nós. O primeiro, por tratar-se de um texto no qual Freire aplica, analiticamente, um conjunto de conceitos e conhecimentos, muitos dos quais ele havia desenvolvido em seu “A cidade salubre”, para discutir um caso prático: o projeto para a cidade de Belo Horizonte, avaliando-o negativamente. O segundo, é: ao longo deste, Freire que, nos três artigos anteriormente analisados, não emprega um termo em português para nomear o conceito exposto, pela primeira vez o faz. Emprega os termos “urbanismo” e “urbanista”, explicando sua origem em nota de pé de página: “Town-planning em inglês, stadtbau em alemão, urbanisme em francês”, como parte integrante de seu repertório, indicando uma outra forma de institucionalização do conhecimento, e, fechando assim, a nosso ver, um ciclo. Victor da Silva Freire ainda publica mais um artigo na *Revista Politécnica* no período em estudo: “O futuro regime das concessões municipais na cidade de São Paulo” (n. 60, 1919, p. 259-334), este já em outra fase da revista.

A REVISTA POLITÉCNICA DO NÚMERO 52 AO 98

Como dito anteriormente, o número 50 da *Revista Politécnica* aponta uma inflexão em seu perfil editorial. De fato, além do que já foi dito a esse respeito, entre os números 52 e 97-98, março-abril de 1930, último número por nós consultado, há uma significativa diminuição de artigos cujos temas estejam relacionados com urbanização, obras/projetos de infra-estrutura ou sobre urbanismo, e mais, nos quais sejam mencionados exemplos norte-americanos para ilustrar as idéias então debatidas. Singular é o período que vai de 1917 (ano em que só sai o número 54) ao ano de 1926 (número 80), no qual não encontramos nenhum artigo que, de algum modo, apontasse para nossos interesses.

Desse período, destacamos os artigos “Ponte sobre o rio Parapanema em Piraju. Relatório da verificação da estabilidade e resistência das vigas dos vãos de 87'11”, 64'3”e 51'3” ” (n. 53, 1916, p. 224-235), no qual o engenheiro civil A. Martins Barboza, após apresentar dados, tabelas e cálculos, conclui que o projeto da ponte “*não satisfaz as exigências estatuídas pelos Regulamentos americanos e francês, em tudo que diz respeito aos princípios gerais de estabilidade e resistência*”. Indicando o prosseguimento daquele debate anteriormente discutido, do mesmo número, o artigo “Esgotos de São Paulo”, de autoria do engenheiro João Ferraz, aponta para as questões de infra-estruturação da cidade, assim como para questões higiênicas. O mais importante artigo desse período, para nós, é o já citado “O futuro regime das concessões municipais na cidade de São Paulo” (n. 60, 1919, p. 259-334), de autoria de Victor da Silva Freire.

Desse longo e importante texto de Freire, faremos, aqui, apenas os comentários necessários aos nossos intuiitos. Ao discutir a questão das “futuras” renovações das concessões de serviços a empresas pela municipalidade de São Paulo na época, Freire cita, unicamente, exemplos norte-americanos para expressar suas idéias. É assim que, ao discutir o item “Da liberdade de concorrência à intervenção” e, após mencionar uma sentença proferida pela “U. S. Supreme Court”, a versar sobre o tema em tela, afirma: “*Não nos achamos nos Estados Unidos, nem somos feitoria norte-americana. Por isso mesmo é que não devemos olhar para a sentença em si, mas voltarmo-nos agora para os seus fundamentos.*” (p. 265) O interessante e relevante dessa passagem é que aqui fica claro como Freire está se apropriando das experiências norte-americanas. Ele não pretende “copiar” a forma, mas sim a essência do que lá foi feito. Não importa tanto o resultado final, mas a lógica interna da solução encontrada a fim de, partindo dessa, elaborar uma solução própria. É nítida a intenção de adaptar, transformar o que lá foi feito para aqui aplicar. Nesse sentido, com esse texto e cotejando-o com os demais textos de Freire, temos o entendimento das experiências realizadas nos EUA, apresentado no pensamento de nosso engenheiro, como “modelo”, de uma forma ou outra, a ser adaptado! Portanto, constitui-se, a nosso ver, uma mudança de postura e de entendimento do autor diante da produção do espaço construído nos EUA. Ratifica essa afirmação na seguinte passagem:

“Ainda outro exemplo vai-nos permitir chegar lá. Exemplo encontrado a calhar, pois nele toparemos com particularidades

que interessam, de preferência, uma concessão ora a ser entre nós regulamentada. Exemplo que, a bem dizer, vai igualmente servir de complemento ao que acaba de ser percorrido. Se Kansas City oferece, de fato, modelo de cidade comparável a São Paulo, mas de população menor, Saint Louis, no mesmo Estado do Missouri e sob a mesma forma de legislação, presta-se a apreciar o passado em metrópole também aproximada, mas de maior número de habitantes – cerca de setecentos mil.” (p. 279) (grifos nossos)

Bem, aqui está explicitado o que antes deduzimos.

Em 1926, no número 81, é publicado o artigo “Introdução ao estudo da estética”, de autoria de Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello¹⁸, versando sobre filosofia, arte e arquitetura. As citações encontradas são, sobretudo, francesas e italianas. Seu conteúdo não se aproxima de nossas preocupações. Entretanto, são os três artigos publicados nos números 83, 85-86 e 91, entre 1927 e 1929, todos de sua autoria, os que mais nos interessam.

“Problemas de urbanismo – Mais uma contribuição para o calçamento” (n. 83, 1927, p. 343-366) inicia a série de artigos mencionada, todos versando sobre urbanismo. Logo na abertura do texto é apresentada a definição dada por Scive-Loyer para urbanismo. De forma geral, ao discutir o tema proposto, as referências e exemplos expostos vêm sempre da França e dos EUA, sobretudo deste último. É assim que, ao longo do artigo, tratará de aspectos como: “recursos financeiros”, “exemplos da legislação urbanística francesa”, “dos métodos de custear melhoramentos”, “alguns exemplos de aplicação” (os exemplos são Nova York, Kansas e Memphis) e “histórico da questão em São Paulo”. No entanto, os itens os quais mais nos interessam são “Um exemplo americano”, “Zoning” e “Benefit assessment method”.

Em “Um exemplo americano” (p. 347), Anhaia Mello escreve:

“E exemplo edificante. Edificante e contristador para São Paulo, terceira cidade da América do Sul (...)

Não se trata de New York City, Chicago ou Philadelphia cujos planos de haussmanização de suas cidades em xadrez assombram pela audácia e pelos milhões dos respectivos custos.

É Memphis (Tennessee), à margem do Mississippi (...).

Em março de 1920 foi criada a City Planning Commission.

Em novembro deste mesmo ano a Comissão contratou com Harland Bartholomew, o mais acatado dos urbanistas norte-americanos, o estudo de um plano geral suficiente para 50 anos de desenvolvimento da cidade.”

Bem, se, por um lado, esse texto de Anhaia Mello se aproxima dos escritos por Freire no que toca ao conhecimento do estado da arte das questões urbanísticas na época, e, por meio desse, percebemos que ambos os engenheiros estavam travando um debate com os exemplos egressos tanto da Europa como dos EUA, a fim de desenvolver um conhecimento próprio para a realidade paulista, por outro lado distancia-se de Freire na medida em que, em seu argumento, os exemplos norte-americanos aparecem como “modelos” positivos, admiráveis e passíveis de serem “copiados”, adaptados, transformados. Em “Zoning” essa observação se acentua, uma vez que toda a explanação e a discussão do tema baseiam-se, exclusivamente, na experiência norte-americana;

(18) Anhaia Mello foi professor da Escola Politécnica e fundador e primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Para maiores detalhes sobre o engenheiro em tela, ver Campos Neto, 1999.

“não se pode admitir uma garagem ou oficina ao lado de uma escola ou hospital (...) O ‘zoning’ está hoje adotado em mais de 200 cidades norte-americanas e até mesmo em lugarejos...”. A implementação da lei do zoning nos EUA é louvada: “grande foi a oposição. Porém a Corte Suprema dos Estados Unidos, confirmando aliás de forma inapelável a decisão anterior da Corte da Califórnia, aprovou a ‘Zoning Ordinance...’” Em “Benefit assessment method” aborda a “taxa de melhoria”, afirmando estar o assunto “fora de controvérsia em toda a América do Norte, leader do movimento urbanístico moderno, e também em França, na Inglaterra e na Alemanha” (p. 350).

Gostaríamos de reter do anteriormente exposto que a relevância para nós, deste artigo, está menos no fato de Anhaia Mello citar exemplos e ações norte-americanos ao discutir e expor suas idéias sobre o urbanismo em São Paulo, e mais no fato de ele, ao fazê-lo, apontar, de forma positiva, clara e precisa, o caminho a ser seguido, isto é, Anhaia Mello está nitidamente apontando o modelo norte-americano como sendo o que deve ser escolhido, adotado, transferido, copiado. De certa forma, aqui não há lugar para um debate mais amplo das possibilidades passíveis de inspirar a criação de uma solução própria. Aqui não há mais dúvida ou incertezas quanto à existência de um modelo norte-americano urbanístico, e que este seja positivo. De fato, Anhaia Mello, conforme indicado por autores como Leme (1990), Toledo (1996), Somekh (1997), Campis Neto (1999), entre outros, compõe, com Victor da Silva Freire e Prestes Maia, a tríade americanista do urbanismo paulista, sendo ele, dos três, muito provavelmente, o que maior “influência” norte-americana sofreu (COSTA, 2001).

Em “Um grande urbanista francês – Donat-Alfred Agache”, Anhaia Mello, ao fazer uma biografia do arquiteto francês, extrapola a trajetória do biografado e de seus feitos, tanto em termos das obras como no campo da institucionalização do ensino do “urbanismo” na França, na medida em que traça relações entre o urbanismo gestado na França e o gestado nos EUA. Ao estabelecer a gênese desse conhecimento, “O urbanismo moderno teve seu berço na França”(p. 72), nota-se que Anhaia Mello estabelece um fluxo-refluxo entre a França e os EUA. Por inferência nossa, liga essa dinâmica ao processo de constituição desse saber em São Paulo. Denota-se, mais uma vez, a existência de um debate em torno das possibilidades existentes na época.

O último texto de Anhaia Mello, aqui exposto, “Methodos de avaliação dos terrenos urbanos” (n. 91, 1929, p. 46-56), versa, como o título diz, sobre “o processo de avaliação dos terrenos urbanos...”. Após colocar o problema, no que ele se constitui e suas implicações, o autor vai buscar, no *Plano regional de Nova York e arredores*, o “modelo” para expor – expressar suas idéias (p. 48-49). Mais adiante, é apresentada a Tabela de Boiton, empregada nos Estados Unidos, para a avaliação das estruturas; e, no fim do artigo, é apresentada uma bibliografia sobre a matéria, toda ela em inglês; uma parte, pelo menos, norte-americana. Note-se serem os exemplos apresentados todos norte-americanos; só de passagem é mencionada a Europa (“... correntemente na Europa e Estados Unidos.”).

Com esses três artigos de Anhaia Mello, gostaríamos de sublinhar: entre o artigo de Freire de 1919 e esse conjunto de artigos há uma mudança, por parte dos profissionais influentes no debate e constituição do urbanismo e do urbano em São Paulo na época (e, aqui, limitamo-nos ao âmbito das publicações da *Revista Politécnica*), diante da forma de compreender e operar com as

experiências egressas dos EUA. A partir dos textos de Anhaia Mello, as experiências, ações e planos elaborados e empreendidos nos EUA passam a ser vistos como um “modelo” a ser “copiado”, adaptado e transformado segundo as necessidades da sociedade paulista de então.

Por fim, cabe mencionar, ainda, a publicação, entre 1926 e 1930, dos seguintes textos: “O abastecimento d’água da cidade de São Paulo” (n. 89-90, 1928, p. 371-461), pelo doutor Theodoro Augusto Ramos; “L’oeuvre du sanitary district de Chicago” (n. 89-90, 1928, p. 489-500), pelo engenheiro doutor Édouard Imbeaux; “Arquitetura” (n. 91, 1929, p. 29-35), pelo doutor Amador Cintra do Prado; e “A questão universitária” (n. 94, 1929, p. 270-274), por F. E. da Fonseca Telles. Em todos os textos listados há menções e citações aos EUA. De todos, só comentaremos, brevemente, “L’oeuvre du ‘sanitary district’ de Chicago”. Este artigo nos chama a atenção pelo fato de ser uma transcrição de um texto francês o qual discute uma experiência norte-americana (a experiência de Chicago!). Com isso, queremos reforçar a observação anterior sobre o fluxo-refluxo de idéias urbanísticas entre os EUA e a França, estando, essa dinâmica, inserida no debate paulista de delineamento e consolidação do “urbanismo” aqui gestado.

CONCLUSÃO

Ao longo deste ensaio, defendemos: mais que “cópia” de modelos, os atores sociais paulistas da época realizaram um esforço para construir um repertório próprio, com experiências e práticas criativas e inovadoras, as quais refletissem e solucionassem os problemas socialmente postos por eles e para eles. Nesse esforço, inspiravam-se e apropriavam-se de referências, utopias, práticas e experiências egressas não só da Europa como também dos EUA, demonstrando que o processo de constituição do pensamento urbanístico em São Paulo, no início do século 20, foi muito mais complexo e nuançado do que as menções recorrentes à França e à Inglaterra deixam transparecer.

Concluímos, então, que “nem tudo era europeu”, pois já nesse período havia um forte e sólido fluxo de exemplos e práticas egressas de cidades norte-americanas. Essas referências eram extraídas de cidades como Nova York, Kansas City, Filadélfia, Chicago, entre outras; de instituições como Universidade de Cornell, American Society of Civil Engineers, U. S. Supreme Court, entre outras, explicitando, assim, as fontes e referências utilizadas neste debate.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Thomas. *Outline of town and city planning. A review of past efforts and modern aims.* Nova York: Russell Sage Foundation, 1936.
- CAMPOS NETO, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo.* 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- COSTA, Luiz Augusto Maia Costa. *O moderno planejamento territorial e urbano em São Paulo. A presença norte-americana no debate de formação do pensamento urbanístico paulista. 1886-1919.* 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005.

- COSTA, Luiz Augusto Maia Costa. *O ideário urbano paulista na virada do século: O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas em São Paulo (1886-1903)*. São Carlos: RIMA, 2003.
- COSTA, Luiz Augusto Maia; GITAHY, Maria Lucia Caira. *Estudos sobre materiais de construção de Adolfo José Del Vecchio – Texto de apresentação do referido livro para a exposição de obras raras da Casa dos Contos de Ouro Preto – Minas Gerais*. São Paulo: FAUUSP, 2003.
- DEL VECCHIO, Adolfo José. *Dados para orçamentos das obras hidráulicas*. Rio de Janeiro: Typ. G. Lenzinger & Filhos, 1887.
- _____. *Estudos sobre os materiais de construção*. Rio de Janeiro: Typografia da Alfândega da Corte, 1883.
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernandes de Mendonça. *A ciência na busca do Eldorado: Institucionalização das ciências geológicas no Brasil (1808-1907)*. 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- GITAHY, Maria Lucia Caira. Adaptando e inovando: O Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica e Tecnologia do Concreto em São Paulo, 1926-1934. *História, ciência, saúde. Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, v. VII, 2001.
- _____. O papel do Gabinete de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica na transferência da tecnologia do concreto para São Paulo, 1899-1925: Um relato preliminar de pesquisa. *Cadernos IG/UNICAMP*, Campinas, v. 4, n. 2, 1994.
- JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: A consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: A formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/Fupam, 1999.
- MENDES, Marcel. *A Escola de Engenharia "Mackenzie College" e a questão do reconhecimento (1932 – 1938)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1999.
- REVISTA POLITÉCNICA. São Paulo: POLI-USP, n. 1 a 98, 1094 a 1930.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. O setor de obras públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. F. (Orgs.) *Cidade & história – Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, 1990.
- SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador. São Paulo 1920 – 1939*. São Paulo: Edusp/Fapesp/Studio Nobel, 1997.
- TCHI, Cecelia. *Shifting gears. Technology, literature, and culture in modernist America*. Londres: University of North Carolina Press, 1987.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *Preste Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

Nota do Editor

Data de submissão: março 2008

Aprovação: janeiro 2009

Luiz Augusto Maia Costa

Licenciado em Filosofia pela UCSAL; arquiteto e urbanista pela FAU-UFBA; especialista em Planejamento Urbano pelo IPPUR-UFRJ; mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Atualmente é pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP.
Rua Oscar Freire, 1.758, ap. 101 A. Pinheiros
05409-011 – São Paulo, SP
(11) 3081-9059
laugustomc@ig.com.br.

crição das

*e S. São em suam di fündendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bue 35 & braus 57 mea de des palmoz por braça. Temessa
mui poca gente. Di*

M V X D X V C

migo de São sebastião

na Montanha, E

canalino de dentro

at coponto N. 2.

estonia, Sub pell de.

Tinco libras em meia a

o final de rocha viva

& for apraya.

Solange de Aragão

Orientadora:
Profa. Dra. Raquel Glezer



IPOLOGIA EDIFICATÓRIA EM
SOBRADOS E MUCAMBOS, DE
GILBERTO FREYRE

RESUMO

Este artigo tem como ponto de partida a obra *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre. Pode-se dizer que se trata de uma releitura da obra do sociólogo no que diz respeito à arquitetura brasileira e à elaboração de uma tipologia edificatória. Interessam, aqui, as construções que corresponderam a diferentes formas urbanas e semi-urbanas de morar: o sobrado, o mucambo, a casa térrea, a casa de sítio ou de chácara, o sobrado de esquina, o *chalet*, o cortiço. No texto de Freyre, esses tipos habitacionais são analisados com o objetivo de revelar traços e aspectos da sociedade brasileira. Neste trabalho, tornam-se o objeto de estudo primordial, sendo analisados do ponto de vista da história da arquitetura no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Sobrados e mucambos, arquitetura brasileira, século 19, tipologia.

TIPOLOGÍA EDIFICATORIA EN
SOBRADOS E MUCAMBOS, DE
GILBERTO FREYRE

RESUMEN

Este artículo tiene como punto de partida la obra *Sobrados e mucambos* de Gilberto Freyre. Puede decirse que se trata de una relectura de la obra del sociólogo con referencia a la arquitectura brasileña y la elaboración de una tipología del edificio. Interesan aquí las construcciones que han correspondido a diferentes formas urbanas y semiurbanas de morar: el “sobrado”, el “mucambo”, la vivienda baja, la quinta, el “sobrado” de esquina, el chalé, el “cortijo”. En el texto de Freyre, esos tipos de habitación son analizados con el objetivo de revelar rasgos y aspectos de la sociedad brasileña. En este artículo, ellos son el objeto principal de estudio, y son analizados del punto de vista de la historia de la arquitectura brasileña.

PALABRAS CLAVE

Sobrados e mucambos, arquitectura brasileña, siglo 19, tipología.

BUILDING TYPOLOGY IN THE
MANSIONS AND THE SHANTIES BY
GILBERTO FREYRE

ABSTRACT

The current article is based on *The mansions and the shanties*, a book by Gilberto Freyre. To a certain extent, it is a reading of this sociologist's work regarding Brazilian architecture and the creation of a building typology. The current article investigates the buildings representing different urban and semi-urban dwellings in the 19th century: houses of two or more stories (the *sobrados*), shanties (the *mocambos*), one-story homes, country houses, street-corner houses, chalets, and slum tenements. In Freyre's book, these types of buildings are examined with the intention of revealing some aspects and characteristics of brazilian society. In the current article, they become the object of study and are analyzed from the point of view of the history of brazilian architecture.

KEY WORDS

The mansions and the shanties, brazilian architecture, 19th century, typology.

INTRODUÇÃO

Na época das publicações das primeiras edições de *Sobrados e mucambos*, uma das críticas levantadas em relação à obra freyriana dizia respeito a uma eventual simplificação dos tipos de habitação existentes no período em estudo ou à ausência de referências a outras formas de moradia, como, por exemplo, a tejupaba – espécie de cabana coletiva de influência indígena (FREYRE, 2006, p. 53).

Gilberto Freyre contra-argumentou que havia uma diferença de ponto de vista entre sua análise, sociológica, e os estudos de história da arquitetura civil no Brasil. O critério de estudo era outro. Para Freyre interessava reconstituir e interpretar a sociedade brasileira patriarcal a partir dos contrastes entre tipos de habitação e formas de habitar, entre tipos de residência e modos de vida (Idem, ibid., p. 54-5).

“Do ponto de vista sociológico, pouco importa que variem não só designações como dimensões de casas nobres; ou o material, quase sempre precário, de construção das casas dos servos. Pouco importa que estes – os servos – fossem africanos ou indígenas, escravos ou ‘agregados’ reduzidos à condição de servos.” (Idem, ibid., p. 65)

Outra crítica auferida foi a que apenas a um pequeno trecho do Brasil (ao “Nordeste” ou à “área Recife-Olinda”) seriam aplicáveis as generalizações do sociólogo (Idem, ibid., p. 68). Para Freyre, entretanto, os binômios “casa-grande-senzala” e “sobrado-mucambo” foram complexos transregionais no Brasil – “no sentido da superação da região natural ou da área geográfica por considerações de espaço social” (Idem, ibid., p. 70). Salientou, ainda, que seu estudo não era de cunho etnográfico, etnológico, étnico, econômico ou geográfico, mas sociológico (Idem, ibid., p. 70).

“Que existem no Brasil consideráveis diferenças de região para região e até de sub-região para sub-região ou de província para província, nenhum estudioso de ciência social familiarizado com a situação do nosso país é capaz de negar. Somos, há anos, dos que vêm procurando pôr em destaque não só tais diferenças com a conveniência de as conservarmos, em vez de nos submetermos a qualquer espécie de nacionalismo anti-regional que tenda a esmagá-las ou anulá-las. Mas o estudo das diferenças não nos deve fazer abandonar, em estudos sociais, o do espaço social, dentro do qual podem estender-se complexos sociais, ou de cultura, de configuração própria e até caprichosa.” (Idem, ibid., p. 73)

De fato, a leitura de *Sobrados e mucambos* indica uma predominância de informações e exemplos referentes antes às regiões Nordeste e Sudeste que às regiões Norte, Sul e Centro-Oeste do país, especialmente quando se leva em consideração o espaço físico, em vez do espaço social – de maior interesse ao sociólogo. Gilberto Freyre descreve e analisa, também, com maior nível de

detalhamento, duas formas de habitação: o sobrado e o mucambo, sendo este último característico da região Nordeste do Brasil. Mas apresenta outros tipos de moradia urbana e semi-urbana, principalmente aquelas de alguma forma relacionadas ao sobrado, ao mucambo ou mesmo à casa-grande e à senzala (analisadas em trabalho anterior). Trata, assim, da casa-grande de sítio, da chácara, das casas térreas, dos sobrados de esquina e mesmo do cortiço, estabelecendo relações entre um tipo de habitação e outro, entre os tipos de habitação e o entorno, entre os tipos de habitação e os tipos sociais a que davam abrigo. Desse modo, ainda que predominem as informações referentes a esta ou aquela região, a este ou aquele tipo de moradia (urbana, semi-urbana ou rural), não se pode negar a importância da obra freyriana para a historiografia da arquitetura brasileira, não apenas por ter sido precursora da tipologia edificatória entre nós, como também por se tratar de um dos primeiros trabalhos a analisar a casa brasileira, servindo de fundamento para teóricos e estudiosos da arquitetura.

Gilberto Freyre considera a casa de importância decisiva para a formação brasileira em diversos textos (além de *Sobrados e mucambos*), entre eles, *Casa-grande & senzala, Mucambos do Nordeste e Oh de casa!* (v. FREYRE, 1979, p. 42)

Em *Casa-grande & senzala*, Freyre faz observações relevantes sobre a criação de um tipo habitacional no Brasil: a casa-grande de engenho, com paredes de taipa ou de pedra, cobertura de telha-vâ, alpendre na frente e nas laterais e telhados caídos, “*num máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais*”. (FREYRE, 1936, p. 48) A casa-grande completada pela senzala, não obstante os antagonismos sociais existentes.

Em *Mucambos do Nordeste*, o sociólogo analisa a diversidade de técnicas construtivas e do material empregado, de acordo com a região onde foram implantados os mucambos, ressaltando que o tipo de mucambo varia não apenas segundo a predominância das influências culturais (indígenas ou africanas), mas em função da vegetação existente no entorno (FREYRE, s. d., p. 23-24). Trata-se de um texto específico sobre esse tipo de habitação que desenvolve determinados aspectos abordados em *Sobrados e mucambos*.

Oh de casa! reúne vários escritos de Freyre sobre a casa, alguns desses inéditos, outros publicados anteriormente como parte integrante de outras obras. Apesar de não apresentar as características de uma tipologia edificatória, o texto evidencia questões importantes como o singular interesse do sociólogo pela casa.

Segundo Freyre, seus trabalhos configuraram uma “sociologia da casa brasileira” (FREYRE, 1979, p. 42). Para o sociólogo, a casa representa uma das mais significativas expressões da cultura brasileira, marcando a existência histórica do Brasil – menos como criação de arquitetos eruditos do que como expressão coletiva e anônima (Idem, ibid., p. 43). A casa brasileira é o ponto de encontro do social com o pessoal, constituindo um “*conjunto de valores, mitos, tradições, símbolos, social e regionalmente dispersos*” (Idem, ibid., p. 68). Por isso a casa, em toda a sua complexidade, tornou-se centro de interesse de diversos estudos freyrianos.

Gilberto Freyre seria, assim, o sociólogo da casa brasileira, por excelência. Teve seus textos lidos e apreciados tanto por arquitetos, que reconheceram a importância de sua obra, como por historiadores da arquitetura da categoria intelectual de Nestor Goulart Reis Filho e de Carlos Lemos, os quais, de certa forma, deram continuidade ao estudo da casa proposto por Freyre em *Casa-*

grande & senzala e em *Sobrados e mucambos*, do ponto de vista arquitetônico. Esta última é, aliás, uma das obras de Freyre de maior relevância para o estudo da arquitetura brasileira e, em particular, para o estudo da casa; traz, como elemento diferencial, o estabelecimento de uma tipologia edificatória, com a comparação e contraposição de tipos habitacionais e suas relações com o meio, o período histórico e a sociedade brasileira.

CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE HABITAÇÃO DA OBRA SOBRADOS E MUCAMBOS

Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre apresenta sete tipos de habitação comuns à paisagem brasileira do século 19: o sobrado, o mucambo, a casa térrea, o sobrado de esquina, o chalé, o cortiço, a casa de sítio ou de chácara.

O sobrado e o sobrado de esquina, a casa térrea, o chalé e o cortiço implantados no espaço urbano; o mucambo, nas áreas menos valorizadas da cidade ou em seus arredores; a casa de sítio ou de chácara a meio caminho entre a cidade e o campo. O sobrado e o sobrado de esquina, a casa térrea, o mucambo e as casas de sítio ou de chácara, comuns desde as primeiras décadas do século 19; o chalé e o cortiço se difundindo em fins do oitocentismo.

Ao analisar esses tipos de habitação, Gilberto Freyre dá lugar a uma tipologia edificatória, comparando uma casa com a outra, estabelecendo hierarquias, distinções e semelhanças entre os tipos habitacionais, e considerando, ainda, o meio em que estão implantados. Desse modo, avalia a “*a casa maior em relação com a menor, as duas em relação com a rua, com a praça, com a terra, com o solo, com o mato, com o próprio mar*” (FREYRE, 2006, p. 30).

O sobrado

O sobrado da paisagem recifense era diferente do sobrado de Salvador, que, por sua vez, diferia dos sobrados implantados no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Mas era sempre o sobrado – em oposição à casa térrea, ao mucambo, ao cortiço – a casa-grande patriarcal urbanizada.

Antes de tudo, é preciso salientar que o termo, como enfatizou Carlos Lemos, não designava apenas a construção de dois ou mais pavimentos. Inicialmente, indicava o “espaço sobrado” ou o espaço que se adquiria em virtude de um “soalho suspenso”, podendo estar acima ou abaixo desse piso – como nas construções implantadas em terrenos inclinados, que possibilitam a criação de um pavimento inferior, atualmente denominado “porão”, mas, segundo o significado mais antigo, também constituía um “sobrado” (LEMOS, 1996, p. 32-33).

O sobrado aparece nos anúncios de jornal desde os primeiros anos de consolidação da imprensa no Brasil, após a chegada da Corte, especialmente nas cidades litorâneas com maior número de habitantes, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

“Quem quizer comprar huma morada de caças de sobrado com frente para Santa Rita falle com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas caças, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender.” Gazeta do Rio de Janeiro, 17 set. 1808.

Nas primeiras décadas do século 19, era comum o aluguel de um dos pavimentos do sobrado para famílias inteiras, como se observa em vários anúncios de jornal do período:

"Aluga-se o primeiro andar do sobrado nº 92 defrente do Convento d'Ajuda, acabado de novo, com huma boa salla forrada de papel, pintura de bom gosto, e com muito bons commodos: quem o quizer dirija-se a mesma." Diário do Rio de Janeiro, 26 jan. 1822.

"Aluga-se o primeiro sobrado de huma casa, no beco dos Ferreiros na praia de D. Manoel n. 7, quem a quizer alugar falle com a dona das mesmas, que mora no segundo andar." Diário do Rio de Janeiro, 18 mar. 1822.

Desde os primeiros séculos de colonização, os sobradinhos sempre variaram, em relação à natureza do material, dependendo dos recursos de seus habitantes, do maior ou menor contato com a civilização européia e das características do solo onde se estabeleceram (FREYRE, 2006, p. 301).

Em São Paulo, predominaram os sobradinhos de taipa, com telhados de duas águas e largos beirais a proteger as paredes contra as águas da chuva; no Rio de Janeiro, em Salvador e Recife, os sobradinhos eram construídos de tijolo ou de pedra e cal. Na construção dos sobradinhos mais antigos, muitas vezes foram utilizadas as pedras de Lisboa – as quais vinham nos navios como lastro de carga. No Rio de Janeiro, empregou-se o granito das colinas mais próximas da cidade, “fazendo-se argamassa de cal de mariscos com areia do mar e barro”. Nas construções urbanas do interior, o barro predominou na argamassa; no litoral, predominavam o marisco e a areia (Idem, ibid., p. 303-7).

Com o tempo, o material construtivo passou a ser elemento de diferenciação social, estando a nobreza da casa caracterizada pelo emprego de materiais mais duradouros em sua composição: “pedra e cal, adobe, telha, madeira de lei, grade de ferro.” (Idem, ibid., p. 299)

"Quem quiser comprar huma propriedade de casas de pedra e cal de tres andares, ás portas da Ribeira; e hum grande sobrado de pedra e cal á quintada da Ilha de Itaparica; e huma boa casa de campo de pedra e cal com seu quintal grande; venhão fallar com Francisco Salustiano Cordeiro de Araújo Frio." Idade d'ouro do Brazil, 14 jun. 1811.

A própria madeira utilizada na construção era elemento de distinção social, sendo comuns nos sobradinhos brasileiros (como nas casas-grandes) as madeiras de lei, o pau-ferro, o pau d'arco, o pau-amarelo e o cedro indígena (FREYRE, 2006, p. 332).

"Quem quiser comprar huma morada de cazas de sobrado, de duas braças de frente, acabadas a 3 mezes, bem construídas de boas madeiras, bem repartidas, com quintal e bom poço com muito boa agoa, e com muitos bons commodos, as quaes são na rua nova da Princeza; fale com seu dono que mora na Cidade nova, rua do Sabão, passando a caza de Manoel Joaquim do Carmo para a banda do mangue a segunda caza (...)." Diário do Rio de Janeiro, 19 jan. 1822.

Ainda em relação ao material empregado na construção dos sobradinhos, é importante ressaltar o uso do azulejo, muito comum em Recife e em São Luís do Maranhão. Segundo Freyre, foi no Recife que o sobrado de azulejo alcançou

maior esplendor – influência dos mouros, a qual chegou ao Brasil por intermédio dos portugueses (FREYRE, 2006, p. 312).

Outra influência dos sobrados do Recife, especialmente os mais antigos, que permaneceram na paisagem urbana do século 19, foi a holandesa: as empenas laterais dos edifícios, os telhados extremamente inclinados, a construção mais estreita (Idem, ibid., p. 272-273). Essa influência, no entanto, foi contestada por alguns historiadores da arquitetura brasileira, como Carlos Lemos, para quem esses sobrados são de origem portuguesa, estando ligados à cidade do Porto, onde existem construções muito semelhantes (LEMOS, 1996, p. 34). Aderbal Jurema, em seu texto *O sobrado na paisagem recifense*, defende a tese apresentada por Freyre, de a prioridade do sobrado magro do Recife caber ao holandês – o primeiro a erguer edificações desse tipo –, sem deixar de observar, no entanto, que em Lisboa já havia, de fato, sobrados magros de dois e três andares (JUREMA, 1952, p. 46).

No Recife, essas habitações possuíam três ou quatro andares, algumas chegando a cinco e até seis pavimentos (FREYRE, 2006, p. 306). De acordo com uma descrição de James Fletcher e Daniel Kidder, o armazém e a senzala ficavam no andar térreo e, o escritório, no pavimento superior; o terceiro e quarto andares eram destinados à sala de visitas e aos quartos de dormir; o quinto andar, às salas de jantar; e o sexto, à cozinha. Acima do sexto andar, às vezes existia um mirante, de onde se observava a cidade (FLETCHER; KIDDER, 1941, p. 247-249). Esse tipo de estruturação arquitetônica naquele período só foi possível porque se tratava de uma sociedade escravocrata – era o escravo que transportava a água, a carne e tudo mais que fosse necessário para o preparo dos alimentos até o sexto andar, onde se situava a cozinha (FREYRE, 2006, p. 311).

Na capital da Bahia, os sobrados também atingiram quatro ou cinco pavimentos, sendo mais comuns, no entanto, as construções de um ou dois andares. Spix e Martius viram, em Salvador, sobrados de três e até cinco pavimentos, em sua maioria construídos de pedra (SPIX; MARTIUS, s. d., p. 157).

Os sobrados de Salvador eram casas que se fechavam contra a rua, com seus quintais de palmeiras e tamareiras; eram casas com vistas para o mar (FREYRE, 2006, p. 272). Sobrados altos, de telhado chato; (Idem, ibid., p. 422); ou casarões quadrados com varanda na frente (Idem, ibid., p. 315). Junto das construções havia áreas ajardinadas nas quais sobressaíam as árvores de fruto.

No Rio de Janeiro, os sobrados possuíam de dois a três andares – segundo a descrição dos viajantes; alguns chegavam a quatro pavimentos. Seu programa de necessidades era normalmente constituído por sala de visitas, varanda (ou sala de jantar), alcovas, cozinha e estábulo (Idem, ibid., p. 319).

As críticas dos europeus em relação às construções do Rio de Janeiro não eram poucas. Sublinhava-se o fato de serem malventiladas, de não possuírem a leveza necessária às residências implantadas nos países quentes, a falta de proporção entre a altura e a largura – considerada muito exígua, a ausência de alinhamento. Aos olhos do estrangeiro, as casas apareciam “espremidas entre a colina e o mar” (FREYRE, 2006, p. 325).

Em São Paulo, os sobrados de taipa possuíam, em média, dois pavimentos – como é possível verificar em parte considerável das fotografias tiradas por Militão Augusto de Azevedo, ainda em meados e em fins do século 19. Nas sacadas e nas venezianas predominava o tom esverdeado, e, já no século 19, os sobrados exibiam

vidraças. Os beirais dessas construções tinham largura suficiente apenas para proteger os transeuntes (e as paredes de taipa) da chuva (Idem, ibid., p. 309-310).

De acordo com Carlos Lemos, as casas urbanas paulistanas dos primeiros séculos, de um modo geral, não possuíam o corredor interno que ligava a rua ou a sala da frente às dependências posteriores. A casa era composta por cômodos em sucessão, de passagem obrigatória. Outra característica dessas construções era o “armazém” – *“nome que davam ao sótão, espaço sob as telhas-vãs, provido de pequenos vãos de iluminação rasgados entre o assoalho e o frechal, tendo como altura cerca de 1,20 m”*. Lemos lembra também dos sobrados decorrentes da declividade do lote (LEMOS, 1996, p. 41-2). Esta última observação foi acentuada, do mesmo modo, por Gilberto Freyre, o qual afirmou que, por vezes, as casas eram híbridas: *“meio lance de sobrado e meio lance térreo”*; outras vezes apresentavam assobradada apenas uma camarinha (FREYRE, 2006, p. 310). Existe uma discordância, entretanto, com relação à existência do corredor, pois o sociólogo afirma que *“todas tinham seu corredor, seus compartimentos de taipa de mão, suas câmaras e camarotes”*. (Idem, ibid., p. 310)

Em São Paulo, como no Recife, no Rio de Janeiro e em Salvador, os sobrados eram habitados pelas pessoas mais ricas da sociedade (antigos aristocratas ou novos burgueses), passando a simbolizar o tipo de habitação mais civilizada nos trópicos:

“Não eram poucos os brasileiros da primeira metade do século XIX para quem a gente boa, o casal de bem, a família bem constituída segundo a ortodoxia patriarcal, devia residir, nas cidades, em sobrado ou casa assobradada, deixando para os indivíduos socialmente menos sólidos as casas terreas de qualquer espécie. Alguns apologistas do sobrado como residência da gente de bem partiam de considerações higiênicas, a que não eram estranhas preocupações de classe, de raça e de status patriarcal; outras partiam francamente de preocupações sociais impregnadas de patriarcalismo. (...)

“Essa concepção – a de que o sobrado ainda patriarcal e já burguês é que representava a melhor ou mais alta civilização brasileira, ao findar o século XVIII e começar o XIX – parece ter sido geral entre os homens esclarecidos da época. Não só brasileiros como europeus do norte da Europa – estes, quase todos, impregnados até à alma de noções burguesas e urbanas de civilização.” (Idem, ibid., p. 420-421)

A “casa-nobre de cidade” ou o sobrado, “antes senhoril que burguês”, foi, aos poucos, diminuindo de volume e de complexidade social, com as senzalas se transformando em quartos para criados ou dependências – enquanto “engrossavam as aldeias de mucambos e de palhoças” nas proximidades dessas construções (Idem, ibid., p. 270).

O mucambo

“(...) built of stakes of bamboo, & C., interwoven with pliant twigs. These net-like walls are built double, and the intertices are filled up with mud and clay. The roof is thatched with palm leaves, and this is frequently finished previous to the walls being commenced, so as to preserve the earthen walls from destruction by rain during the process of building (...).” (WETHERELL, James apud Freyre, 2006, p. 423)

Os mucambos eram as construções mais simples, normalmente situadas em áreas alagadiças ou em terrenos pouco valorizados. Internamente, possuíam uma sala junto da entrada, um ou dois quartos, às vezes um corredor e, ao fundo, a sala de jantar. O termo é de origem africana (mu + kambo) e significa “esconderijo” (FREYRE, s. d., p. 20).

No século 19, havia mucambos de influência indígena e mucambos de influência africana. Os primeiros eram cobertos por duas ou três camadas de sapé – uma boa proteção contra a chuva e o calor, segundo Gilberto Freyre. Já os mucambos de influência africana eram cobertos com palha de coqueiro – material que seria tão utilizado quanto as palmas de carnaúba em palhoças rurais, de praia ou mesmo de cidade (FREYRE, 2006, p. 298).

Além da diferenciação de acordo com a influência (indígena ou africana), o sociólogo ressalta a variação de natureza regional, “*conforme o material empregado na sua construção – folha de buriti, palha de coqueiro, palha de cana, capim, sapé, lata velha, pedaços de flandres ou de madeira, cipó ou prego*”, sendo essa variação ainda mais notável que a própria diferenciação pelo tipo – mais africano ou mais indígena de mucambo (Idem, ibid., p. 347).

Para Gilberto Freyre, quando o mucambo estava implantado em terreno seco e enxuto, com a cobertura dupla resguardando-o da chuva, era mais higiênico, por exemplo, que o sobrado ou a casa térrea, em virtude da iluminação e ventilação que proporcionava aos cômodos internos (Idem, ibid., p. 301).

Sem querer fazer a apologia do mucambo e reconhecendo seus problemas, Gilberto Freyre afirma que, pela qualidade do material ou mesmo pelo plano de sua construção, o mucambo corresponde melhor ao clima tropical que muitos sobrados, sendo, melhor, inclusive, que a maior parte das casas térreas, de porta e janela, habitadas pelo pequeno burguês. Aventa, ainda, a hipótese que, se fosse higienizado, se tivesse saneamento e piso, seria uma solução inteligente, ecológica e econômica para o problema habitacional do Nordeste; uma solução em consonância com o ambiente, o clima e a paisagem (Idem, ibid., p. 348-349).

Mas enquanto os habitantes do sobrado eram burgueses e aristocratas, o habitante do mucambo era o negro, o caboclo, o pardo livre, o “*próprio branco integrado na situação social de caboclo*” (Idem, ibid., p. 350).

Para o olhar estrangeiro, como o de Andrew Grant, as “classes inferiores” habitavam as casas térreas, cabanas e mucambos (Idem, ibid., p. 422). Mesmo o brasileiro desdenhava o mucambo:

“*Grande parte do desdém do brasileiro ‘progressista’ pela casa de palha ou pelo mucambo – sob vários aspectos, habitação boa para o meio tropical – parece vir do fato de ser o mucambo ou a palhoça um tipo de habitação associado durante séculos a classe, raça e região consideradas inferiores e das quais, muitas vezes, provém o ‘progressista’ ou ‘reformador’ ansioso de desembaraçar-se das marcas dessas origens.*” (Idem, ibid., p. 504)

Os mucambos persistiram de modo bastante expressivo em algumas localidades, como Recife, chamando a atenção de fotógrafos, pintores, escritores e outros profissionais e artistas nas primeiras décadas do século 20, como demonstrou José Tavares Correia de Lira (LIRA, 1998). A permanência desse tipo de habitação na paisagem explica-se não apenas pelo agravamento do problema

habitacional nas cidades ou pelos antagonismos sociais existentes, mas também pelo tipo de material empregado e pela técnica construtiva elementar.

O sobrado e o mucambo

Do sobrado, Gilberto Freyre afirma que, de início, foi um pouco mucambo:

"(...) As coberturas de capim ou sapé parecem ter sido gerais, nos primeiros tempos; de sapé teriam sido cobertas as próprias casas dos colonos mais ricos dos primeiros tempos; em São Paulo, as casas das câmaras, as igrejas, os edifícios mais nobres. As primeiras casas-grandes, os primeiros sobrados, foram um pouco mucambos, na sua primeira fase: cobertos de sapé." (FREYRE, 2006, p. 298)

E dos mucambos, afirma que alguns foram um pouco sobrados:

"Também se ergueram mucambos-sobrados, isto é, com sótão ou primeiro andar; imitação ainda mais ousada de arquitetura patriarcal e européia, por parte de negros e pardos livres, que os numerosos mucambos com alpendre à frente ou ao lado. Mas foi talvez o alpendre patriarcal (...) o elemento mais ostensivo de enobrecimento de mucambos em habitações patriarcais (...)." (Idem, ibid., p. 414)

Na comparação entre o sobrado e o mucambo, uma das maiores críticas de Gilberto Freyre em relação ao primeiro diz respeito às alcovas – ou quartos sem janelas, desprovidos, portanto, de luz natural e ventilação adequada –, as quais tinham a finalidade de resguardar a mulher, a menina, a moça, do exterior, da rua. Todavia, em uma situação na qual as casas eram implantadas no alinhamento de lotes estreitos e sem recuo lateral (com as paredes das construções vizinhas colocadas lado a lado), não havia a possibilidade de abrir janelas nos dormitórios. A sala dava para a rua, e, a cozinha, para o quintal (como é comum ainda hoje nas residências horizontais urbanas). Dessa forma, sem o isolamento da casa no terreno, os quartos não poderiam apresentar aberturas em uma época em que as técnicas construtivas ainda eram rudimentares no Brasil. É possível que essa solução arquitetônica fosse antes de cunho construtivo do que social – embora seja necessário considerar também as influências culturais na produção desse tipo de habitação.

Isolado das construções vizinhas estava o mucambo, implantado nas áreas alagadiças e menos valorizadas. Mas não era apenas a existência do alpendre ou de um sótão ou primeiro andar que indicavam uma semelhança entre o mucambo e o sobrado ou as casas térreas. A própria forma de distribuição interna dos cômodos era semelhante à das casas térreas e sobrados, com a sala na frente, dormitórios (nesse caso, com aberturas laterais) e corredor na parte central da habitação e varanda (ou sala de jantar) nos fundos, junto da cozinha. Em termos de disposição dos cômodos internos, os mucambos se assemelhavam às construções urbanas erguidas com material construtivo de melhor qualidade.

Ao olhar arguto do sociólogo, não passaram despercebidas as diferenças de localização do sobrado e do mucambo no espaço urbano. Aos antagonismos sociais corresponderam um antagonismo de qualidade de material – as pessoas mais ricas habitando as construções com elementos mais duradouros em sua composição – um tipo menos “vegetal de casa”, em comparação à habitação dos mais pobres (Idem, ibid., p. 299), e um antagonismo de situação ou de localização da casa – o mucambo sendo implantado na “zona-lama, mangue,

beira de riacho"; o sobrado, nas melhores áreas urbanas (Idem, ibid., p. 349-350). Gilberto Freyre relaciona o tipo de habitação ao local em que está implantado. Compara o sobrado ao mucambo, anota semelhanças e diferenças, justifica uma hierarquia, considera o entorno, os habitantes, a sociedade, o período histórico.

Casas térreas

"(...) a casa térrea: meio-termo entre o sobrado e o mucambo; entre o palácio de rico e a palhoça de pobre ou miservável." (FREYRE, 2006, p. 555)

Na hierarquia dos tipos de habitação, a casa térrea ficava no entremeio – entre o sobrado e o mucambo –, correspondendo a um tipo intermediário de habitação characteristicamente brasileiro, que aparecia nos anúncios de jornal “*sob a forma de ‘casas térreas para pequenas famílias’, de ‘casas de porta e janela’, de ‘sobrados pequenos’.* Sinal de que não foram de todo insignificantes” (FREYRE, 2006, p. 53).

“Quem quizer comprar huma morada de caças térreas na rua de Santa Luzia nº 4, de 3 portas, com bastantes commodos para huma familia; dirija-se a rua da Quitanda, entre a rua do Ouvidor e a do Rozario no loja de Sirigueiro de Manoel Carneiro de Souza.” Diário do Rio de Janeiro, 07 jan. 1822.

“Vende-se humas casas térreas, em chão próprio, sitas no principio da ladeira da Soledade; quem as quizer comprar, dirija-se a fallar na Loja da Gazeta, que se lhe dirá quem as vende.” Idade d'ouro do Brazil, 14 ago. 1818.

“Quem quizer comprar duas moradas de caças terrias no lugar dos Martírios, dirija-se a rua Direita casa nº 187 (...) que lá achará com quem tratar.” Diário de Pernambuco, 08 jun. 1827.

As casas térreas eram habitadas pela pequena burguesia, composta por “*artífices ou pequenos negociantes europeus recém-chegados ao Brasil, por brancos de casa-grande empobrecidos e por gente de cor, bem-sucedida nas artes e nos ofícios manuais*”. Eram construções de baixas dimensões, erguidas ao nível do solo, cobertas com telha, possuindo um número pequeno de janelas (de rótulas em vez de vidraças) e, em sua maioria, destituídas de assolo (FREYRE, 2006, p. 297-298). Internamente, o mesmo sistema de distribuição dos cômodos: sala na frente, alcova e corredores na área central e cozinha nos fundos. A sala, arejada, e “*o resto da casa, úmido, escuro*” (Idem, ibid., p. 327).

Esse casario médio, como denominou o sociólogo, influía na “*beleza do ‘prospecto’ ou do conjunto urbano*” (Idem, ibid., p. 555). Compunha a paisagem ao lado dos sobradinhos e quase em contraste com o mucambo – construção horizontal ainda mais simples e estigmatizada como habitação das classes inferiores.

O sobrado de esquina

São poucas as anotações de Gilberto Freyre referentes ao sobrado de esquina. Assinala apenas que representava “*o máximo de aproximação entre o patriarcalismo em declínio e a rua já triunfal*”, o “*fim da fase de grande distância*” entre a rua e o sobrado (Idem, ibid., p. 36).

Nestor Goulart Reis Filho acrescenta pouco a essas observações:

"As variações mais importantes apareciam nas casas de esquina. Tendo a possibilidade de aproveitar duas fachadas sobre a rua, alteravam em parte o esquema de planta e telhado, menos para inovar, do que para conseguir o enquadramento de ambas nos modelos tradicionais." (REIS FILHO, 1970, p. 26)

Havia aberturas nas duas faces voltadas para a rua – como se observa em diversas fotografias de meados e fins do século 19. Os quartos eram, então, iluminados e ventilados? O sobrado de esquina apresentava essa vantagem em relação aos outros sobrados? Qual era a diferença no que diz respeito à forma de distribuição interna dos cômodos? Se representavam "*o máximo de aproximação entre o patriarcalismo em declínio e a rua*", quem eram os habitantes dos sobrados de esquina? Eram essas construções preferidas ou preteridas em relação aos sobrados com apenas uma fachada voltada para a rua?

Os sobrados de esquina, pode-se dizer, não representavam uma ruptura ou uma exceção em relação ao sobrado tradicional; eram, antes, uma variação desse tipo habitacional, em função de sua disposição ou situação na quadra urbana.

O chalé

"Só no século XIX viriam certas modas europeias de casa quebrar a uniformidade portuguesa – a moda do florentino, do gótico e principalmente do chalet. O chalet, este incorporou-se de tal modo à paisagem regional que em alguns trechos venceu a casa acachapada de quatro águas." (FREYRE, s. d., p. 19)

Gilberto Freyre associa o aparecimento dos chalés na época em que se instalaram, nas cidades brasileiras, aos europeus os quais trabalhavam como operários e artífices, ainda nas primeiras décadas do século 19. Segundo Freyre, os chalés foram substituindo as casas do antigo estilo colonial, já acomodado à paisagem – casas quadradas, com telhados de quatro águas e beiral com as pontas arrebitadas à maneira do Oriente (FREYRE, 2006, p. 455).

As próprias casas de engenho foram influenciadas pela europeização da arquitetura (do plano e da técnica), com muito sobrado largo substituído por chalé esguio (Idem, ibid., p. 455).

De acordo com Nestor Goulart, o chalé era um modelo arquitetônico que resultava da intenção de adotar-se as características de residências rurais construídas em madeira, típicas de algumas regiões europeias, particularmente a Suíça, sendo uma solução de "sentido romântico" (REIS FILHO, 1970, p. 157-158).

Segundo a caracterização do historiador, era uma casa implantada no centro do lote, com telhados de duas águas, cujas empenas se voltavam para os lados menores (frente e fundos) e, as águas, para os lados maiores (as laterais) – em sentido contrário ao da tradição luso-brasileira. Tal disposição da cobertura exigia um afastamento da construção em relação aos limites laterais do terreno, uma vez que os beirais (característicos desse tipo de habitação) avançavam cerca de 50 cm sobre as paredes, impossibilitando o contato direto com as construções vizinhas – como era comum nas casas urbanas do período colonial. As águas dos telhados eram bastante inclinadas (como nos países onde neva), e o emprego da madeira era vasto – nos pisos, forros, portas e janelas, no arremate dos telhados, com peças decoradas (Idem, ibid., p. 158).

"Por chalé passou-se portanto a entender, no Brasil, um esquema de residência com acabamento romântico, sugerindo habitação rural montanhesa da Europa, mas com variações que incluíam um uso mais freqüente de madeira, paredes de tijolos aparentes, equipamentos de ferro fundido, como colunas, grades e alpendres e até mesmo revestimento com elementos decorativos de inspiração greco-romana."

(Idem, ibid., p. 159)

Enfim, o chalé era tipo de construção de influência nitidamente européia em contraposição ao sobrado tradicional da primeira metade do século 19, difundido, inicialmente, nas capitais e, em seguida, pelo interior.

O cortiço

Além de analisar o mucambo, Gilberto Freyre talvez seja um dos primeiros estudiosos a dar atenção aos cortiços do ponto de vista do tipo de habitação. Uma de suas observações mais importantes diz respeito à preferência do proletariado europeu ao cortiço, em detrimento do mucambo:

"Com a maior urbanização do país, viriam os cortiços, preferidos aos mucambos pelo proletariado de estilos de vida mais europeus."

(FREYRE, 2006, p. 299)

O mucambo era habitado por descendentes de índios e africanos, pessoas que aceitavam morar em construções cobertas por folhas de palmeiras ou sapé – pode-se pensar até em herança cultural, de modo de vida. Por piores que fossem os cortiços, eram, no entanto, preferidos aos mucambos pelos estrangeiros.

A origem do cortiço, para Gilberto Freyre, poderia estar no Recife holandês, onde as condições topográficas comprimiram a população e verticalizaram a arquitetura. Nessa cidade, entretanto, as consequências anti-higiênicas dos cortiços teriam sido atenuadas pela existência de dois grandes rios que banhavam e serviam a cidade – toda ela praticamente plana e sem morros a criarem as bases naturais para altos e baixos sociais (Idem, ibid., p. 299).

Já a origem do esquema de implantação do cortiço horizontal (não o vertical, de sobrado), de acordo com Nestor Goulart, pode estar nas estalagens ou hospedarias, como aquela descrita por Saint-Hilaire em seus relatos de viagem:

"Indicaram-me a hospedaria de um indivíduo conhecido por Bexiga, que tinha mesmo em São Paulo, vastas pastagens. Para essa hospedaria me dirigi. (...) Fizeram entrar meus animais num terreno lamacento, cercado de um lado por um fosso e dos outros dois lados por pequenas construções, cujas numerosas portas davam para o referido terreiro. Essas construções eram os quartos ou aposentos destinados aos viajantes." (SAINT-HILAIRE apud REIS FILHO, 1970, p. 60; v. SAINT-HILAIRE, 1976, p. 121)

O fato é que, no ano de 1869, só a cidade do Rio de Janeiro possuía 642 cortiços, com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas (FREYRE, 2006, p. 301). Cortiços horizontais e sobrados transformados em cortiços. Depois de 1888, esse tipo de habitação aumentou ainda mais de densidade:

"Assenhoreou-se de muito sobrado velho. De muito morro. O destino dos sobrados maiores tem sido este: transformarem-se, os mais felizes em armazéns, hotéis, colégios, pensões (...). Os outros, em cortiços (...)." (Idem, ibid., p. 301)

Em 1893, a Comissão de Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no distrito de Santa Ephigênia, apresentou um relatório em que eram definidos os vários tipos de cortiço da cidade de São Paulo: os sobrados convertidos em cortiços; o “hotel-cortiço”, segundo a comissão, espécie de restaurante no qual a população operária se aglomerava à noite para dormir em aposentos reservados ou em dormitórios comuns; a “casinha”, com prédio independente e frente para a via pública, apenas considerada cortiço por seu “destino e espécie de construção”; e o cortiço propriamente dito, ocupando uma área no interior do quarteirão, muitas vezes no quintal de uma venda (v. LEMOS, 1998, p. 24-26). Nesse caso, um portão lateral marcava a entrada de um corredor estreito e comprido que conduzia a um pátio com três ou quatro metros de largura. Para esse pátio, abriam-se *“as portas e janelas de pequenas casas enfileiradas, com o mesmo aspecto, com a mesma construção, as mesmas divisões internas e a mesma capacidade”*. Essas casas não possuíam mais de três metros de largura e seis metros de fundo; eram, geralmente, assoalhadas e forradas na sala e nos quartos. A cozinha, entretanto, não possuía assoalho, nem forro, nem mesmo ladrilhos, segundo a Comissão de Inspeção (v. LEMOS, 1998, p. 24-25).

Essa estrutura espacial assemelhava-se à de alguns cortiços das grandes cidades europeias, com espaços livres exígues – onde se lavava roupa e criavam-se animais – e uma única latrina para mais de uma dezena de pessoas (FREYRE, 2006, p. 351).

“Enquanto isso, havia na área urbana gente morando em casas assobradadas, com cafezais e matas, águas e gado dentro dos sítios.”
(Idem, ibid., p. 351)

Casas de sítio e casas de chácara

O termo “sítio” pode designar tanto o “estabelecimento agrícola de pequena lavoura” como a “moradia rural ou chácara nas imediações da cidade”. A chácara é definida como uma “pequena propriedade campestre, em geral perto da cidade, com casa de habitação”, a “casa de campo” ou o “terreno urbano de grandes dimensões, com casas de moradia, jardim, horta, pomar, etc.” (FERREIRA, 1999, p. 450, 1.867) O próprio sociólogo passa de uma denominação a outra, alterando apenas a localização geográfica:

“Essas casas de sítio, com capela, baixa de capim, muita árvore de fruta, olho-d’água ou cacimba de onde se vendia água à gente mais pobre da vizinhança, existiam também nas imediações do Rio de Janeiro e do Recife. Os anúncios de jornal estão cheios delas. No Recife, dos últimos anos da era colonial e dos primeiros da Independência, as casas-grandes de sítio floresceram menos como residências do ano inteiro do que como casas de verão, onde os moradores mais ricos, sem se afastarem muito dos seus sobrados da cidade, iam passar a festa e fazer suas estações de água, tomando banho de rio e chupando caju para limpar o sangue. Modificado, o costume prolongou-se até o fim do século XIX.

Eram em geral casas de um pavimento só, como as chácaras paulistas. Edifícios de quatro águas, como as casas de engenho. Protegiam-nos terraços acachapados ou copiares. As árvores mais comuns nessas casas do Norte eram as goiabeiras, os araçazeiros, os

cajueiros, as laranjeiras, os coqueiros; depois se generalizaram as mangueiras, as jaqueiras, as árvores de fruta-pão." (FREYRE, 2006, p. 308)

Não obstante as variações de significação, na hierarquia dos tipos de moradia, tanto a casa de sítio como a casa de chácara estariam entre a casa-grande de engenho e o sobrado urbano.

Na cidade de São Paulo, as chácaras tiveram prestígio social acima dos sobrados de residência. Eram o tipo de habitação preferido pelos paulistas mais ricos, pois preservavam, nessa vida semi-urbana, o sabor da vida rural (FREYRE, 2006, p. 307).

"Alluga-se ou vende-se uma chácara perto da cidade, com grande casa de morada, rancho e pasto para animaes e quintaes plantados de arvoredos &c. &c. Quem a pretender, dirija-se á esta typographia."
Correio Paulistano, 25 ago. 1854.

"Vende-se uma chácara no lugar denominado Pary com muito boa casa de taipas bem repartida com grande plantaçāo, (...) com dois grandes potreiros para animaes passando-lhe por dentro o rio Tamanduatehy (...)." *Correio Paulistano*, 22 nov. 1854.

As casas de sítio ou de chácara conservaram, nas proximidades das áreas urbanas, alguns benefícios das casas de engenho ou de fazenda. Eram cercadas por vastos jardins, com árvores de fruto e parreirais. Segundo Gilberto Freyre, o sítio foi o ponto de confluência do sobrado e da casa de engenho – as duas especializações de habitação patriarcal e arquitetura paisagística no Brasil. Na arquitetura, a casa de sítio ou de chácara foi antes casa de fazenda que de cidade, antes horizontal que vertical, antes casa assobradada que sobrado, sendo sua massa quase um cubo, de acordo com o sociólogo (FREYRE, 2006, p. 322-323).

Característica bastante comum a essas construções, tanto no Nordeste como no Sul do país, foi o alpendre, a varanda em frente da casa, sustentada por pilares (Idem, ibid., p. 323).

"Os estudiosos da arquitetura sempre encontram nas regiões meridionais, como as do Levante, o uso de um abrigo colocado do lado externo das habitações: a galeria mouresca, a 'logia' italiana e a varanda brasileira aqui representada. É muito natural que com uma temperatura que atinge às vezes 45º de calor, sob um sol insuportável durante seis a oito meses no ano, o brasileiro tenha adotado a varanda nas suas construções (...)." (DEBRET, 1978, p. 200-201)

As casas de sítio ou de chácara eram construções mais amplas que o sobrado implantado nas cidades; casas de paredes grossas, às vezes com dois, três palmos de largura, mais arejadas que o sobrado urbano patriarcal (FREYRE, 2006, p. 324).

Levando-se em consideração a qualidade de vida dos moradores e a salubridade da habitação, a casa de sítio ou de chácara era moradia melhor que o sobrado na hierarquia dos tipos – uma residência mais ampla, com jardins, situada em terreno de maiores dimensões. Em relação à casa-grande de engenho, tinha a vantagem de estar localizada nas proximidades da cidade. Nas áreas semi-urbanas, correspondia ao extremo oposto do mucambo e do cortiço – os tipos de habitação mais precários do oitocentismo.

CONCLUSÃO

Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre contrapõe o sobrado ao mucambo, o cortiço ao mucambo, a casa térrea, o chalé e a casa de sítio ou de chácara ao sobrado urbano patriarcal – o sobrado de esquina aparece apenas como uma variação daquele último. É importante ressaltar que o período de investigação do sociólogo abrange a primeira metade do século 19 – embora diversas observações e considerações sejam tecidas em relação à segunda metade desse século.

Na cidade, o sobrado era, segundo a sociedade da época, o melhor tipo de habitação, em oposição ao mucambo – moradia das “classes inferiores”; a casa térrea ficava no entremeio, entre o sobrado e o mucambo. O chalé, no entanto, outro tipo de construção horizontal, quando aparece no cenário urbano, não é tão desprezado como a casa térrea, devido a seu aspecto europeizado.

Ampliando-se o recorte espacial, quase nos limites da área urbana, ou ultrapassando-os, encontrava-se a casa de chácara ou de sítio, esta sim apresentando muitas vantagens em relação ao sobrado urbano, não obstante sua horizontalidade. Mas não era apenas a construção em si que a tornava mais apreciada, tanto pelos brasileiros mais ricos como pelo olhar estrangeiro. O terreno mais amplo, a existência de jardins, hortas e pomares, a proximidade dos cursos d’água, a paisagem do entorno faziam com que fosse o tipo de habitação (semi-urbana) de maior prestígio.

Com a obra *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre introduziu entre nós a necessidade de estudar-se não apenas os grandes edifícios – projetados por arquitetos de renome –, mas a casa – elemento fundamental na composição do espaço e da paisagem urbana; não apenas a casa mais requintada, mas a construção mais humilde: o mucambo, o cortiço, a favela. Ensinou a importância da análise da casa para a compreensão da sociedade brasileira. Ao contrapor uma casa com a outra, a maior com a menor, ambas com o entorno, com o local onde foram implantadas, deu lições da tipologia edificatória mais genuína, que está além da análise formal do edifício, e considera o entorno, os jardins, os espaços livres (a rua, a beira-mar), a hierarquia dos tipos, o período histórico, a sociedade.

A leitura do texto de Gilberto Freyre é, sob muitos aspectos, uma leitura densa. Mas, independentemente das críticas em relação à sua obra, é inegável o fato de proporcionar um conhecimento mais aprofundado (e imprescindível) da sociedade brasileira e de suas formas urbanas (semi-urbanas e até mesmo rurais, se pensarmos em *Casa-grande e senzala*) de morar.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIO PAULISTANO. São Paulo: Arquivo do Estado, 1854.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. São Paulo: FFLCH-USP, 1822.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco/Acervo IEB-USP, 1927.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- FLETCHER, James C.; KIDDER, Daniel. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.
- _____. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, s. d.
- _____. *Oh de casa!* Recife: Artenova/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- _____. *Casa grande & senzala*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936.
- GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1808.
- JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Nordeste, 1952.
- LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. Os primeiros cortiços paulistanos. *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP/Fapesp, 1998.
- IDADE D'OURO DO BRAZIL. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1911 e 1818.
- LIRA, José Tavares Correia de. A cidade em preto-e-branco e a cor local. *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP/Fapesp, 1998.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1976.
- SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s. d.

pós-
17

Obs.:

Este trabalho resulta de pesquisa desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Nota do Editor

Data de submissão: julho 2008

Aprovação: fevereiro 2009

Solange de Aragão

Arquiteta, urbanista, mestre e doutora pela FAUUSP e pós-doutoranda pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de História.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Departamento de História

Avenida professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária

05508-900 – São Paulo, SP

(11) 3091-8594

solangedearagao@hotmail.com



DIMENSÃO AFETIVA DO
ESPAÇO CONSTRUÍDO:
VENDO A CASA PELOS OLHOS
DA POESIA

RESUMO

O objetivo deste trabalho é seguir as imagens do espaço de morar por meio da poesia no Brasil, propondo um recorte temporal diferenciado: do parnasianismo de Luis Guimarães Junior ao modernismo em Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira, Cecília Meireles e à contemporaneidade de Adélia Prado, Ferreira Gullar e Manoel de Barros. O ver a arquitetura pela visão da poesia reabre a possibilidade de, pela experiência estética e a ferramenta do imaginário, ser possível articular saberes, construir identidades e (re)configurar a relação de distância entre o observador e o objeto da arte. Por intermédio da poesia nos deparamos com uma dimensão que é, antes de tudo, emotiva e sensível. Plena de afeto, a arquitetura, é sim, terreno poético. Tão indelével quanto a concretude e a materialidade do espaço físico e suas qualidades mensuráveis e físicas. O universo da poesia está disponível à leitura tanto quanto o da arquitetura. E essa releitura se reveste de importância quando consideramos a necessidade de, na contemporaneidade, colocarmo-nos como sujeitos na história, diante de uma produção artística em um mundo globalizado, mas não universal.

PALAVRAS-CHAVE

Imaginário, casa, poesia no Brasil.

LA DIMENSIÓN AFECTIVA DE LA ARQUITECTURA: MIRANDO EL ESPACIO DE LA CASA CON LOS OJOS DE LA POESÍA

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es seguir las imágenes del espacio de vivir a través de la poesía en Brasil, con una propuesta de recorte temporal diferenciado: desde el parnasianismo de Luís Guimarães Júnior, hacia el modernismo de Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira y Cecília Meireles, hasta la contemporaneidad de Adélia Prado, Ferreira Gullar y Manoel de Barros. El ver la arquitectura bajo la mirada de la poesía reabre la posibilidad de que, por medio de la experiencia estética y de la herramienta del imaginario, sea posible articular saberes, construir identidades y (re)configurar la relación de distancia entre el observador y el objeto del arte. A través de la poesía nos deparamos con una dimensión que es, antes de todo, emotiva y sensible. Llena de afecto, la arquitectura sí es también terreno poético, tan imborrable cuanto la concretud y la materialidad del espacio físico y sus calidades mensurables y físicas. El universo de la poesía está disponible a la lectura tanto como el de la arquitectura. Y esta relectura se reviste de importancia si consideramos la necesidad que tenemos hoy de nos poner como sujetos en la historia, ante una producción artística en un mundo globalizado, pero no universal.

PALABRAS CLAVE

Imaginario, casa, poesía en Brasil.

THE AFFECTIVE DIMENSION OF
ARCHITECTURE: LOOKING AT
THE DOMESTIC SPACE THROUGH
THE EYES OF POETRY

ABSTRACT

This paper looks at images of the dwelling space through the poetry in Brazil, suggesting a unique time period: from Luis Guimarães Junior's *parnasianismo* to Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira, and Cecília Meireles's modernism, to the contemporaneity found in the Adélia Prado, Ferreira Gullar, and Manoel de Barros. The possibility of analyzing architecture through the eyes of poetry reopens the possibility of using aesthetics and imagination to discuss wisdom, build identities, and (re)configure the distance relation between the observer and the art object. Through poetry it is possible to find a dimension that is full of emotion and sensibility. Full of affection, architecture is a poetic ground. It is as permanent as the concrete and material nature of the physical space and its measurable and physical characteristics. The universes of poetry and architecture are available to the readers just as easily. This reading is extremely important if we consider today's need to situate ourselves as subjects in history before an artistic output in a globalized, yet not universal, world.

KEY WORDS

Imaginary, house, poetry in Brazil.

Tal como a cidade, o espaço de morar permite uma multiplicidade de olhares que se cruzam e não se excluem. De maneira transdisciplinar, focam a realidade do espaço construído permitindo (re)significações. Seja qual for a casa, ela é mais que sua construção: ela aparece como matéria-prima à *praxis* de diversos autores e artistas. Dessa maneira, a literatura – e dentro dela a poesia – não seria apenas “mais” uma fonte capaz de revelar a arquitetura. A poesia pode fornecer a constatação de uma dimensão que escapa à materialidade da edificação: a memória afetiva. Como obra literária, a poesia trabalha também com matrizes e materiais originados do mundo social, que desloca e transfere para outro regime de práticas, imagens e representações. Pelo filtro da subjetividade do autor convergem os dados de um espaço vivido que é, muitas vezes, projetado sobre um passado (re)inventado.

A dimensão afetiva expressa pela poesia concede nova existência à matéria arquitetônica. Se, por um lado, é o olhar que qualifica o mundo, por outro é o fazer poético a atribuir-lhe um valor de sentimento, memória e vivência. É precisamente nesse caminho que nos colocamos como ponto de partida metodológico, abordando o imaginário arquitetônico e procurando ler, na poesia, os vestígios deixados pela arquitetura. Desse ponto, podemos identificar os “espaços comunicantes” a que se refere Ferrara (2007) ou os conceitos de espaço e sua dimensão comunicativa que, no caso, faz-se representar pela espacialidade (re)criada pela poesia. Produto da experiência arquitetônica, o texto poético aparece articulando signos, estabelecendo linguagens e criando modos distintos de ver o espaço de morar por meio da visão de diferentes autores em distintos períodos de nossa literatura.

Importa apresentar que o espaço arquitetônico vivenciado se articula, nos textos poéticos selecionados, por meio de uma complexa equação entre espaço e memória afetiva: expressão de representações imaginárias. A riqueza da abordagem pela poesia se mostra justamente na capacidade de aproximar-se da dimensão universal do afeto que nos liga, universalmente, de uma maneira ou de outra, ao espaço no qual se vive.

Importa reconhecer, também, que não se “explica” uma poesia, muito menos uma “imagem” desse texto, mas, sim, explicamos determinadas observações sobre um texto, seja ele pictórico, seja literário. “A respeito de” seria uma maneira mais precisa de abordar-se o tema. Na poesia, como na imagem, estamos diante de um resultado acabado e produto de uma atividade em que pesam enormemente as variáveis subjetivas do autor, de cujo processo muito raramente possuímos dados os quais permitem uma análise factual. Como fato, temos a materialidade da obra, que, em determinado momento, o poeta concluiu como acabada, decidindo que o texto correspondia às necessidades as quais lhe deram origem. Diante do texto poético colocamo-nos como diante de uma imagem, produto de uma temporalidade distinta da nossa. Como leitores, essa posição não poderá ser absolutamente superada. Trata-se, então, de confrontar fontes, interpretações, pontos de vista. Operação de “leitura”, a que se refere Baxandall (2006): resta-nos a leitura do texto e a interpretação do ver/ler, em nosso caso, dirigido à poesia brasileira e à dimensão afetiva, resultado do contato de seus autores com a experiência arquitetônica e o viver no espaço.

(1) ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 97.

(2) GUIMARÃES, JUNIOR, Luís. *Sonetos e rimas*. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/biografias/autores/guimaraes_junior>. Acesso em: 15 abr. 2009.

Nosso objetivo é, pois, seguir as imagens do espaço de morar por meio da poesia no Brasil, propondo um recorte temporal diferenciado: do parnasianismo, de Luis Guimarães Junior, ao modernismo, em Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira, Cecília Meireles, e à contemporaneidade de Adélia Prado, Ferreira Gullar e Manoel de Barros.

A arquitetura não é tema central ou eixo estruturante na obra de nenhum desses poetas. Cada um deles possui um universo poético próprio e característico em que o espaço de morar pode ser identificado como um elemento – dentre vários outros – principalmente da memória que subsiste por meio de sua representação. A memória é uma fonte ao mesmo tempo irracional e racional para a ação poética. É a represadora e o filtro dos sentidos, das emoções, afetos, das imagens e dos valores, dos vestígios e do imaginário.

Propor esse recorte não significa des-historicizar a produção da poesia, e, muito menos, referenciá-la com qualquer produção arquitetônica. As casas, matéria desses poetas, exprimem, cada uma, uma temporalidade própria, identitária, poética e não-arquitetônica. Temporalidade que permite atribuir um sentido, um revelar, produto de uma operação entre os dados objetivos da obra e o subjetivo da representação, conforme Benjamim (1985).

Esse “olhar” para a casa, não é, obviamente, novo. Importantes pensadores e escritores se debruçaram sobre o tema. Para Gilberto Freyre (1985), o espaço de morar seria, dentre muitas outras, uma das influências sociais que atuam mais poderosamente sobre o homem. Antes dele, Machado de Assis dizia, pelo personagem Brás Cubas, que a casa resgatava tudo: “*O mundo vulgar terminaria à porta – e dali para dentro era o infinito, um mundo eterno, superior, excepcional, sem leis, sem instituições, uma só afeição [...] – a unidade moral de todas as coisas pela exclusão das que me eram contrárias.*”¹

Contemporâneo de Machado de Assis, Luis Guimarães Junior (1845-1898) publicou, em 1880, o livro *Sonetos e rimas*. Ao prefácio da primeira edição, o renomado escritor português Fialho de Almeida (1857-1911) escreveu que o poeta havia trocado a “poesia do coração pelo culto da perfeição plástica”. O livro foi um marco à implantação do parnasianismo no Brasil. Muitos sonetos fizeram enorme sucesso, como, por exemplo, “A borralheira” e, principalmente “Visita à casa paterna”:

*Como a ave que volta ao ninho antigo
Depois de um longo e tenebroso inverno,
Eu quis também rever o lar paterno,
O meu primeiro e virginal abrigo.*

*Entrei. Um gênio carinhoso e amigo,
O fantasma talvez do amor materno,
Tomou-me as mãos, olhou-me grave terno,
E, passo a passo, caminhou comigo.*

*Era esta a sala... (Oh! se me lembro! e quanto!)
Em que da luz noturna à claridade
Minhas irmãs e minha mãe... O pranto
jorrou-me em ondas... Resistir quem há-de?
Uma ilusão gemia em cada canto,
Chorava em cada canto uma saudade.”²*

De inspiração autobiográfica, o soneto sugere um ambiente de volta às origens, representadas pela figura da mãe. O espaço de morar aparece como o seio materno: a urna da saudade, o sacrário da memória: o espaço da casa recebe o filho ausente. O lugar da

família como um ponto de partida e para aonde sempre se pode voltar, o espaço de morar como retorno. Sendo refúgio do mundo e em oposição a ele, a casa o recebe pela mão materna que caminha passo a passo com ele. A não ser por “Lar paterno” e pelo título, a figura do pai não se faz presente em nenhum momento no soneto. O pai é o proprietário da casa – o *pater familias* e toda a carga simbólica do patrimônio colonial da família e da formação social brasileira que representa – mas seu espaço é reservado às mulheres, à mãe e às irmãs. E, ao reino do feminino e do infantil, o poeta responde com o pranto.

A casa, como tema da poesia utilizada por Guimarães Junior, aparece como uma obra de exceção no contexto da produção parnasiana. Principalmente interessados no rigor formal,³ no retorno ao classicismo, na objetividade e na descrição em oposição ao sentimentalismo e o subjetivismo românticos, os principais nomes da poesia nacional na época – Olavo Bilac (1865-1918), Raimundo Correia (1859-1911) e Alberto de Oliveira (1859-1937) – pouco se interessaram pelo espaço da habitação. Ou melhor, a casa não era um tema correspondente aos ideais da poesia parnasiana.

Em relação ao tema da casa, podemos identificar o mesmo desinteresse na produção simbolista. De acordo com Bilac, os poetas simbolistas seriam “nefelibatas” (quem vive nas nuvens), referindo-se ao seu conceitual distanciamento do mundo real. Interessados, principalmente, em valorizar as manifestações metafísicas e espirituais, em purificar o espírito atingindo regiões etéreas em integração com o espaço cósmico, na consciência da degradação da vida e na musicalidade dos versos, tanto Alphonsus de Guimaraens (1870-1921) quanto Cruz e Sousa (1861-1898) e Pedro Kilkerry (1855-1917) não encontraram, na materialidade do espaço de morar, uma fonte válida de poesia, o que somente aconteceria com o modernismo. Analisar o sentido do modernismo na arte, na arquitetura e na literatura produzida no Brasil, referenciar sua produção poética, categorizar suas etapas e contrapor a produção de seus diversos artistas e autores ultrapassa muitíssimo os limites deste trabalho. Temas dessa envergadura não cabem em um parágrafo. Soa despropositado, também, resumir a ampla bibliografia sobre o assunto, como os estudos de Bosi (1996), Brito (1997), Bueno (2007) e Peixoto (1999), dentre outros. Em nossa análise, relembrar que o modernismo na literatura estabeleceu um corte com a produção precedente. Ao incorporar o cotidiano, ao se aproximar da oralidade, ao instituir novas técnicas (verso livre, o rompimento do nexo sintático, o fluxo da consciência, a colagem e ampliação das vozes narrativas), o modernismo trouxe para a poesia uma abertura temática sem precedentes. E é nessa abertura temática que se situa o universo da casa a qual recortamos. Adentrar no cotidiano levou os modernistas a romper com os padrões acadêmicos. O poeta (bem como diversos outros artistas) descobre e apropria-se do popular, do folclórico. Acima de tudo consciente de todos os objetos poderem ser vistos pela literatura, incorporados pela *praxis* da arte.

O modernismo passaria a irradiar-se além de São Paulo e Rio de Janeiro, onde, em grande parte, estava confinado e, processando-se basicamente, de duas maneiras: em um plano conceitual mais amplo diz respeito a como os artistas se defrontam com as teorias internacionais advindas das vanguardas europeias; em uma outra esfera, refere-se a como a subjetividade de cada artista brasileiro vai lidar e produzir a partir desse enfrentamento, nas condições de produção específicas da sociedade brasileira da época. Historicamente, essas duas maneiras correspondem, principalmente, a dois momentos: um, a partir da Semana de 1922 e objetiva o estabelecimento de uma linguagem ao mesmo tempo moderna e brasileira, enraizando meios para a continuação de seus valores; e outro, a partir de 1930, quando o movimento modernista vai em direção a uma temática de preocupação social, de acordo com Bosi (1997).

(3) “Quero que a estrofe cristalina,/Dobrado ao jeito/Do ourives, saia da oficina,/Sem um defeito.” (BILAC, Olavo. *Profissão de fé*. Disponível em: <http://www.biblio.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

(4) ANDRADE, Carlos D. *Impurezas do branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 20-22.

(5) ANDRADE, Carlos D. *Reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

O Brasil presenciou, de 1930 à Segunda Guerra Mundial, um período de afirmação do modernismo no meio artístico, com um número crescente de adeptos da arte moderna. Das artes plásticas à musica, da literatura à arquitetura, as novas variáveis assumidas pelas linguagens plásticas se afirmaram por intermédio de diversos autores de formações e classes sociais bastante diversas: imersos na primeira fase do modernismo no Brasil (metodologicamente datado entre 1922-1930), a obra de artistas como Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade, Menotti del Picchia (1892-1961) e Cassiano Ricardo (1895-1974), preocupava-se em definir e marcar posições, rompendo com as estruturas do passado, como lembra Peixoto (1999). É a época do moderno, do original e do nacionalismo em suas várias facetas. Importa o urbano, a rua, o carro, os mecanicismos, a eletricidade, em produção ao mesmo tempo importante e desigual. Importante por espelhar o momento histórico em que viviam e muito desigual, visto que a qualidade estética oscila e varia, enormemente, de um texto a outro, ao longo da produção poética dos diversos autores.

Nesse contexto destaca-se a poesia de Mário de Andrade: Do primeiro livro, *Há uma gota de sangue em cada poema* (1917), em que observamos um estilo conservador ao denunciar os horrores da Primeira Guerra Mundial, aos livros *Paulicéia desvairada* (1922) e *Losango cáqui* (1926), identificamos o modernismo latente: versos livres, linguagem solta e lírica, nacionalismo exaltado, principalmente em sua paixão declarada em cantar e decantar a cidade de São Paulo com sua agitação, seu barulho e as imagens do concreto armado e a fumaça. Vemos uma poética na qual aparece a vida cotidiana por meio de ironia, do poema-piada, da poesia-telegrama, da montagem e da colagem de imagens, características próprias da estética das vanguardas. *Paulicéia desvairada*, primeira obra poética modernista, mostra o famoso “Prefácio interessantíssimo” e lança as bases estéticas do modernismo, pano de fundo e substrato de onde emergiria o nome de Carlos Drummond de Andrade.

Estrela destacada da literatura brasileira, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) dividiu sua própria obra (*Antologia poética* – 1962) em linhas temáticas que iam do poeta em direção a uma “visão, ou tentativa, da existência”, passando pela terra natal, a família, os amigos, o social, o amor e o próprio fazer poético. Dez anos depois, em *Impurezas do branco*, escrevia: “as matérias deste livro são *Comunicação Persona Viver Amar Problematizar Morrer Divindade Quixotes Artistas Brasil Uma Casa*. ”⁴ Sem os intervalos da pontuação, o poeta sugeria que todos esses elementos convergiam, concomitantemente, à sua constituição como artista. Referindo-se à prática poética na introdução de *Reunião* (1971), Antonio Houaiss explica:

“A realidade é que a prática poética de Carlos Drummond de Andrade é mais modesta e mais ambiciosa: todos os caminhos do saber, todos os caminhos do conhecer, todos os caminhos do sentir, todos os caminhos do comover, todos os caminhos do apreender, todos os caminhos do fantasiar, todos os caminhos do imaginar, todos os caminhos do comungar, todos os caminhos do organizar, todos os caminhos do crer, todos os caminhos do filosofar (e todos os caminhos dos antônimos de todos esses caminhos), juntos ou separados, somados ou somatizados, não esgotam – nem nada autoriza supor que esgotarão – o universo mentável em poesia, a qual, com essa só razão, se justificaria sempre.”⁵

A um primeiro olhar, o espaço de morar, para Drummond, parece não fazer parte do domínio poético. A materialidade da casa e suas impressões sobre o sujeito não

produzem, aparentemente, poesia. A própria palavra *casa* pode ser vista como um signo não porque designa um lugar específico, e sim por designar, em uma primeira análise, um lugar de algo ou de alguém. Em Drummond, a poesia já é, aqui, díplice. Por um lado, o espaço doméstico aparece como o espaço familiar, absolutamente pessoal, inseparável da memória de Itabira (“Viagem na família”, José, 1942), da figura do pai, da mãe e do lugar subjetivo da infância. Presentificam-se as imagens dos álbuns de retrato, as imagens da família⁶, o cotidiano, a cozinheira preta, o papagaio, o gato, o cachorro, a cama, a gangorra, a goiabada na sobremesa de domingo, a mulher que trata de tudo⁷. Nessa casa o poeta vive e ama (“na curva desta escada nos amamos”⁸). É dentro dessa casa íntima que o poeta sente a falta da mãe, dizendo: “Deus te abençoe”, e a noite se abre em sonho. É nessa casa que acorda e revê a “noite acumulada de meus dias”, sente que está vivo e não sonha (“Carta”⁹). Por outro lado, a casa aparece como um cenário e um palco onde se desenrola o teatro da existência, criados pelo poeta: os acontecimentos pessoais, a vida social e a natural, os nascimentos, separações e a morte. É a casa dos personagens criados pelo poeta e que, estando ligada a ele pela gênese da poesia, não se referem a ele diretamente. É nessa casa – a ultrapassar a intimidade do autor – que vemos o menino chorando na noite, atrás da parede, as luzes acesas detrás das vidraças, na sombra dos passos abafados (“Menino chorando na noite”¹⁰). É nessa casa onde acontece o caso do vestido (“Caso do Vestido”¹¹) – o pai abandona a família, enamorado por uma dona de longe e à casa retorna, e sempre o mesmo homem. Dessa casa, rua Santos Óleos, 48, Luisa Porto, 37 anos, alta, magra, morena, rosto penugento, dentes alvos, sinal de nascença no olho esquerdo, levemente estrábica, óculos, volitizou-se (“Desaparecimento de Luisa Porto”¹²). Residência de sua solitária mãe enferma, entrevada a longos anos, erma de seus cuidados. Nessa casa assistimos à volta do filho pródigo (“Remate”¹³), à enxurrada e ao desmoronamento que leva as velhas casas honradas de Ouro Preto e seus personagens (“Morte das casas de Ouro Preto”¹⁴), contando ao poeta “por que mistério o amor se banha na morte.” Em transparência intercambiável, o poeta modula, dessa maneira, as diversas instâncias do morar, o espaço do poeta e o espaço do outro, o aqui da memória e o ali do ver. O poeta não pretende dominar esses elementos ou suas antinomias, mas transitá-los por eles mediante uma experiência sensível e imagética. Cria, mediante a imagem da casa, uma experiência de estar-se no mundo. O espaço e o tempo da arquitetura comparecem como sujeitos de uma metáfora e de uma experiência poética. Na poesia de Drummond, a figura da casa, do espaço construído, arquitetônico, desempenha a função de estar-se diante de uma obra de arte. Quer como experiência pessoal quer como desvelamento de dramas alheios, produção do sentido, experiência do mundo da obra que se intromete e faz vacilar o mundo daquele que se envolve com ela, como entende Brandão: para ele, a existência da obra de arte se afirma na ação de produzir-se um sentido:

“Já na sua Poética, Aristóteles estabelece a verossimilhança e não o
vero como o objetivo do poeta trágico. Propondo a este retratar não ‘os
homens como eles são’ mas ‘tais como devem ser’, afora inúmeras
outras considerações derivadas acerca da eticidade original e da
função da obra de arte, o Estagirita coloca a necessidade da obra ater-
se aos princípios de unidade tempo, ação e lugar que a capacita a
condensar as ações e concentrar a vida de modo a que ela, afastando-
se da dispersão do contingente, revele um sentido e promova a catarsis
e o auto-reconhecimento do espectador. E, assim fazendo, ela sevê
conferida de sentido e oferece um conhecimento da verdade que antes

(6) “A casa tem muitas gavetas
E papéis, escadas
compridas.
Quem sabe a malícia das coisas,
Quando a matéria se aborrece?” In: ANDRADE, Carlos D. “Retrato de família”. *Reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 177.

(7) “Família”. Idem, p. 20.

(8) “Escada”. Ibidem, p. 210.

(9) “Carta”. Ibidem, p. 270.

(10) Ibidem, p. 48.

(11) Ibidem, p. 103.

(12) Ibidem, p. 154.

(13) Ibidem, p. 258.

(14) Ibidem, p. 184.

(15) BRANDÃO.
Hermenêutica e verdade na obra de arquitetura.
 Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/fil/depto/kriterion/kriterion101.html>>.
 Acesso em: 15 abr. 2009.

(16) SANCHES NETO.
 Cecília Meireles e o tempo interno. *Poesia completa*.
 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

(17) SANCHES NETO.
 Idem.

(18) "Canções". Ibidem,
 p. 1.099.

(19) Em sua obra em prosa, dentre outros elementos relacionados à arquitetura, Cecília voltaria ao tema da casa ("Casas...", "Uma casa morre" e "Reino da solidão"), em crônicas publicadas na *Folha da Manhã*, em julho e novembro de 1950, em São Paulo, e, em 1947, no Rio de Janeiro, "Letras e artes", respectivamente.

(20) "A Casa". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 211.

(21) "Vaga música".
Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 375.

(22) Idem, p. 257.

se ocultava. Tal experiência da verdade é o que muda o espectador e, portanto, é um outro tipo de verdade que se anuncia na obra de arte e que não pode ser compreendida como adequatio entre a obra e algo exterior a ela: é a verdade como desvelamento, produção do sentido, experiência do mundo da obra que se intromete e faz vacilar o mundo daquele que se envolve com ela."¹⁵

Por meio do espaço revelado pela casa, Drummond refuta qualquer presentificação e desafia a percepção linear do tempo. Para isso, utiliza-se do instrumental da poesia que o permite transpor o imediato do tempo e a realidade da matéria. Bosi (1996) lembra que, de dentro do invólucro imediato das palavras, o autor cria um mundo pessoal ao povoar o espaço de morar com o "seu" tempo, dissolve a barreira da distância espacial do que vê (ou cria). Em Drummond, a imagem da casa é uma imagem ao mesmo tempo sublime e inquietante, cenário e lugar familiar onde se desenvolve o humano. Por esse motivo, tanto o tempo quanto o espaço concorrem para representar o antagonismo paradoxal de toda a existência do sujeito. Elementos os quais também podem ser identificados na obra poética de Cecília Meireles (1901-1964).

Dentro do cenário de ruptura e de divisor de águas que o modernismo construía na literatura e nas artes no Brasil das primeiras décadas do século 20, Cecília Meireles se distinguiu de seus contemporâneos por recusar tanto uma identidade nacionalista quanto uma particularidade estética determinada por uma ruptura. Colocada em condição de "pós-simbolista" por Otto Maria Carpeaux e, ao lado de Drummond e Bandeira, entre os grandes poetas vivos daquele momento, Cecília se distingue por uma poética, simultaneamente, atual e inatual, conforme Sanches Neto.¹⁶

No panorama do modernismo no Brasil, a obra de Cecília, tanto em prosa quanto em verso, não revela nenhum momento de ruptura em termos profissionais, nenhum ano de conversão à modernidade, nenhuma guinada abrupta. Sua formação se deu de uma maneira peculiar, estando intimamente ligada ao seu percurso biográfico. Sanches Neto¹⁷ observa – será a orfandade, portanto, a circunstância caracterizadora de uma estética da ascensão, lugar geométrico que a poeta elege como morada. Cecília estaria filiada a uma temporalidade diversa de seus contemporâneos, desligada de fraturas estilísticas, arroubos nacionalistas ou afirmações ideológicas.

"Única sobrevivente de uma casa desabada",¹⁸ Cecília teria sempre uma relação especial com a arquitetura e seus elementos. Em junho de 1947, o jornal *A Manhã* publicou, na seção "Letras e Artes", uma crônica de Cecília Meireles intitulada "A casa"¹⁹, e não deixa dúvida à nossa análise:

*"Tenho amado casas. No meu cortejo vai um vagão só de pedaços de arquitetura. E quando passo em revista a minha vida encontro as minhas dispersões em paredes embebidas de vozes, em portas e corredores com invisíveis presenças, em jardins e escadas que estão sentados comigo há imensos anos, e até em lugares onde nunca estive, mas com os quais me corropondo, e sei que me conhecem desde sempre, e, ainda quando pertençam a outros, para mim é que foram feitos. Isto são crenças inabaláveis. Não adianta sacudirem a cabeça com pena, e dizerem que é sonho. O sonho é toda a minha verdade."*²⁰

Na obra poética de Cecília, o espaço de morar representaria, em vários poemas, um ponto de vista privilegiado, absolutamente íntimo, no qual os demais temas se entrecruzam e sobrepõem-se. Na casa da poeta, os retratos falam ("Retrato falante"²¹), as varandas são como a lua ("Distância"²²) ou povoadas por sombras, em paredes "densas, frias, e

vagamente monumentais” (“Nós e as sombras”²³). É o espaço da infância, espaço do tempo passado o qual só se resgata pelos mecanismos da reconstrução da memória. Como em “Infância”:

“Levaram as grades da varanda
Por onde a casa se avistava.
As grades de prata. [...]”
Levaram as pálpebras dos antigos sonhos,
Deixaram somente a memória
E as lágrimas de agora.”²⁴

Além da casa, a poeta decomporia seus elementos e suas partes, tomando-os como elementos estruturantes e desdobramentos metafóricos em sua poesia: a calçada, o jardim e seus personagens (“Renúncia”²⁵), as portas (“além das portas com seus caminhos” – “Além das paredes, dos móveis”²⁶), as janelas (“Pela madrugada/ desfez-se a janela/ partiram, com ela, as sombras do nada” – “Abriu-se a janela”²⁷), os muros e os arcos de pedra (“meu vulto anda em redor, abraçado a perguntas” – “Arco de pedra”²⁸). Metáfora do próprio fazer poético, a imagem da moradia representaria uma espécie de fardo. Além do cotidiano, surge uma casa “imponderável”, lugar privilegiado de onde se vê a cidade, a paisagem, a rua e o tempo:

“Eis a casa
Uma casa qualquer.
Cruz que se carrega.
Imponderavelmente, para sempre às costas.”²⁹

Sintonizado com Cecília Meireles, Manuel Bandeira (1886-1968) auto-definiria sua poesia como a do “gosto humilde da tristeza”. Notadamente uma das figuras mais importantes da poesia no Brasil, além de fazer-se presente nos primórdios do modernismo no Brasil, participando da Semana de Arte Moderna – indiretamente, quando Ronald de Carvalho declama o poema “Sapos” – a poesia de Bandeira se destaca pela consciência técnica com que manipulou o verso livre. Na Introdução de *Estrela da vida inteira*, Antônio Cândido coloca:

“Como os clássicos, possui a virtude de descrever diretamente os atos e os fatos sem os tornar prosaicos. O caráter acolhedor do seu verso importa em atrair o leitor para essa despojada comunhão lírica no cotidiano e, depois de adquirida a sua confiança, em arrasta-lo para o mundo das mensagens oníricas. Poucos poetas terão sabido, como ele, aproximar-se do leitor, fornecendo-lhe um acervo tão amplo de informes pessoais desataviados, que entretanto não parecem bisbilhotice, mas fatos poeticamente expressivos. O seu feitiço consiste, sob esse ponto de vista, em legitimar a sua matéria – que são as casas onde morou, o seu quarto, os seus pais, os seus avos, a sua ama, a conversa com os amigos, o café que prepara, os namorados na esquina, o infeliz que passa na rua, a convivência com a morte, o jogo ondulante do amor.”³⁰

Em Bandeira, vemos os espaços domésticos da descoberta da sexualidade, a visitação do súculo (“O súculo”³¹) no silêncio da casa adormecida, o contato das mãos lentas na “sombra cúmplice do quarto” (“O silêncio”³²). E é precisamente nessa adesão à sensorialidade que talvez se explique a naturalidade espontânea de seu texto. O amor explicado pela experiência do corpo, trazido ao nível da experiência diária e determinando uma familiaridade distante de qualquer existencialismo que transcende qualquer perfil autobiográfico. Identificamos, também, o lugar da casa como espaço da infância, situada

(23) Ibidem, p. 557.

(24) Ibidem. p. 634.

(25) Ibidem, p. 260.

(26) Ibidem, p. 1.809

(27) Ibidem, p. 1.077

(28) Ibidem, p. 1.267.

(29) Ibidem, p. 1.872.

(30) BANDEIRA. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 4-5.

(31) BANDEIRA.
“Carnaval”. *Estrela da vida inteira. Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: 1979, p. 34.

(32) BANDEIRA. “O ritmo dissoluto”, idem, p. 56.

em passado memorável (“Peregrinação”³³). A casa da chácara a qual pode ter sido destruída, reformada ou demolida, mas que sobrevive na poesia (“Velha chácara”). As lembranças em Pernambuco – e poderiam ser em qualquer lugar – e o percurso autobiográfico do espaço doméstico (“Infância”).³⁴ Se, para Meireles, o espaço da casa seria identificado como o “*espaço geral de sofrer, que as casas piedosamente cercam com seus sucessivos regaços*”³⁵, para Bandeira, a casa e seus ambientes seriam o núcleo da propria poesia: ela é um dos elementos que a constitui. Da casa e suas experiências, o poeta parte para o mundo e para temporalidade do espaço público representado pela rua:

“A casa da Rua da União.
O pátio – núcleo da poesia.
O banheiro – núcleo de poesia.
O cambrone – núcleo de poesia (*la fraicheur des latrines!*).
A alcova de música – núcleo de mistério. [...]]
Com dez anos vim para o Rio.
Conhecia a vida em suas verdades essenciais.
Estava maduro para o sofrimento
E para a poesia (“Infância”).”³⁶

Nordestino como Bandeira, e, como ele, também imigrante para o Rio de Janeiro, Ferreira Gullar (1930) se perfila ao perfil que tanto Drummond quanto Manuel Bandeira demonstram em ir diretamente ao leitor. Esse mérito de poder expressar o universal, seja de dentro de um banheiro, seja de um quintal ensolarado no Maranhão, não é gratuito. O poeta cumpre, como ele mesmo diz, sua “missão de contar”. Cede à imposição do verso. De acordo com Alfredo Bosi:

“Este adensamento – sinônimo hegeliano do processo que leva ao concreto – permitiu que o autor do Poema Sujo alcançasse uma dimensão coral sem por isso perder o calor daqueles afetos singularíssimos que só as imagens da sua cidade de São Luís seriam capazes de provocar. A superação do surrealismo juvenil atravessou um purgatório brechtiano programado [...] para conquistar uma nova poética na qual memória e crítica não se pejam de dar as mãos.”³⁷

O mundo real é o combustível de sua poesia. Mas esse real aparece mais como instrumento para mostrar seu modo de ver a vida e o mundo que o cerca do que degrau para patamares de construções subjetivas. Além do mundo real à sua volta podemos identificar, como elementos de sua imaginação poética, o mundo transmitido pela cultura, os mecanismos constituintes da memória e a clivagem da experiência estética sensível. Em Gullar, a subjetividade pode ser identificada como um instrumento do fazer poético, em que pesem todas as dificuldades de exprimir-se o inexprimível.³⁸ O poeta identifica os centros e as temporalidades diversas ao espaço real do espaço de morar:

“Onde a velocidade da cozinha
Não é igual à da sala (aparentemente imóvel)
Nos seus jarros e bibelôs de porcelana)
Nem à do quintal
Escancarado às ventanias da época. [...]]
Porque na verdade um dia
Tem inumeráveis centros
Como, por exemplo, o pote de água
Na sala de jantar

(33) BANDEIRA. “Lira dos cinquenta anos”, *ibidem*, p. 67.

(34) BANDEIRA. “Belo belo”, *ibidem*, p. 88.

(35) MEIRELES. “A casa”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 212.

(36) BANDEIRA. “Estrela da vida inteira”, op. cit., p. 209.

(37) BOSI. *Melhores poemas*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2004, p. 10.

(38) “O que o poeta quer dizer no discurso não cabe e se o diz é pra saber o que ainda não sabe [...] No entanto, o poeta desafia o impossível e tenta no poema dizer o indizível.”

(GULLAR. Ferreira. *Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 6, p. 77)

*Ou na cozinha
Em torno do qual
Desordenadamente giram os membros da família.*"³⁹

Pela *praxis* da poesia, Gullar relaciona espaços aparentemente díspares: o mar e o quintal, o oceano e o banheiro de cimento, o telhado e o verão, floresta e janela, silêncio e água. Da materialidade do espaço que o envolve, o poeta articula saberes, relaciona significâncias, tece temporalidades em uma operação eidética:

*"Que tem a ver o mar com este quintal?
Aqui, doa azul,
Apenas há um caco de leite de magnésia
(osso de anjo) [...]
Pouco tem a ver o mar
Com este banheiro de cimento
E zinco
Onde o silêncio é água [...]
Em tudo aqui há mais passado que futuro
Mais morte do que festa:
Neste banheiro de água salobra e sombra
Muito mais que de mar
Há de floresta "(Na vertigem do dia)."*⁴⁰

Como Gullar, Adélia Prado também estrutura seu fazer poético na materialidade do mundo real. Para ela, o mundo da vida é, indiscutivelmente, o cotidiano. De maneira diferente dos demais literatos e poetas de sua época os quais, de uma maneira ou outra, sempre estiveram às voltas com a literatura, Adélia Prado (1935) somente começou a escrever após a morte de sua mãe, Ana Clotilde Correa em 1950. Nascida em 1935, diplomou-se em filosofia em 1973, e, entediada com seu próprio estilo, passa a escrever torrencialmente, dando vazão às influências recebidas das obras de Drummond, Clarisse Lispector, Guimarães Rosa e Cecília Meireles. Para Drummond, "Adélia é lírica, bíblica, existencial, faz poesia como faz bom tempo: esta é a lei, não dos homens, mas de Deus. Adélia é fogo, fogo de Deus em Divinópolis"⁴¹.

Uma das características mais evidentes na obra de Adélia Prado é a religiosidade presente nas entrelinhas do texto. Para ela, o cotidiano é visto com perplexidade e pureza, transformando a realidade descrita em um fazer lúdico e possibilitando que os fatos mais corriqueiros e banais sejam vistos à luz de uma beleza poética ímpar. Para Adélia, o cotidiano é a própria condição da literatura. De acordo com Cecília Canalle:

*"Adélia Prado reconhece a ratio e a ordo no mundo descritas por Tomás de Aquino. Ou seja, a inteligência criadora nas coisas. Dessa forma, necessariamente, o corpus adeliano afirma um mundo que não é caos, mas ordem e sentido, um mundo cujas coisas estão 'marcadas por um caráter verbal, não sendo meras realidades ou significações privadas de sentido num espaço mudo' como atesta Romano Guardini. Ao fazer a experiência de reconhecimento do sentido no mundo, o eu-lírico não suportará a aridez de afeto ao observador que é o mundo caos e contingência."*⁴²

O cotidiano que a poesia de Adélia revela apresenta-se liberto de dramas existenciais ("as formigas passeiam pelas paredes, perto de um vidro de cola que perdeu a rolha"). Até mesmo as experiências da infância são recriadas com tintas claras, como em "Impressionista":

(39) GULLAR, Ferreira. *Poema sujo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

(40) GULLAR. *Melhores poemas*. São Paulo: Global, 2000, p. 134-139.

(41) Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/11/09.htm>>. Acesso: em 15 abr. 2009.

(42) CANALLE, Cecília. *Inscrição divina e inteligência humana na obra de Adélia Prado: Um estudo sobre sua obra recente*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com.br/videtur11/aprado.htm>>. Acesso: 15 abr. 2009.

(43) PRADO, Adélia.
Poesia reunida. São Paulo:
Siciliano, p. 36.

(44) Idem, p. 103.

(45) “*Não sou matrona,
mãe dos Gracos, Cornélia,
Sou é mulher do povo, mãe
de filhos, Adélia.
Faço comida e como
Aos domingos bato osso no
prato para chamar o
cachorro
E atiro os restos.
Quando dói, grito ai,
Quando é bom, fico bruta,
As sensibilidades sem
governo.*” (“*Grande
desejo*”, ibidem, p. 122.)

(46) MAFESSOLI. *A
conquista do presente*.
São Paulo: Argos, 2002.

(47) Disponível em:
<<http://www.textopoetico.org.>>. Acesso em: 15 abr.
2009.

“*Uma ocasião
Meu pai pintou a casa toda
De alaranjado brilhante.
Por muito tempo moramos numa casa,
Como ele mesmo dizia,
Constantemente amanhecendo.*”⁴³

A imagem da casa, em Adélia, possui janelas de folhas de madeira, de tramela, à tona pintada, janela seca, de azul. Da janela aberta para o mundo vê o casamento de Anita, que espera neném, a mãe do Pedro Cisterna urinando na chuva. O lugar de morar serve de antídoto à inexorável passagem do tempo, e é nesse sentido que o cotidiano expressado por ela é inteiramente centrado sobre o presente:

“*Ô janela com tramela, brincadeira de ladrão,
Clarabóia na minha alma,
Olho no meu coração (“Janela”).*”⁴⁴

O espaço da casa representa a conquista do presente. O futuro ainda não chegou, o passado já passou. Resta o agora. A casa é uma fortaleza sólida na luta permanente – a do afrontamento da artista com o destino, com a morte. Como consequência dessa história de vida desdobrada no presente, é impossível ver o cotidiano como idealizado ou perfeito.⁴⁵ Talvez resida nesse fato o apego emocional que une ao território, ao território do espaço construído em que se vive e de onde cria. É pelo emocional, mediado pela poesia, que a artista conquista o tempo no qual vive.

Podemos, entretanto, ver mais: em um poema como “A casa” (“*Qualquer coisa é a casa da poesia*”), Adélia Prado mostra a casa como um estado de espírito, um estado do ser, de calma e tranquilidade, desligada do burburinho e dos afazeres diários. E essa “outra” casa desdobra a personalidade da poeta em uma espécie de ausência. Ausência que não tem o sentido benjaminiano, vazio. Ao contrário. É pela duplicidade, mais ou menos consciente, que os indivíduos, aparentemente integrados à ordem social, guardam uma certa distância que lhes permite sobreviver às diversas imposições dessa ordem, sem a qual seria impossível compreender a perduração da humilde vida cotidiana, de acordo com Maffesoli.⁴⁶ A casa é uma imagem de “exílio e túnel”:

“*Não tem lugar pra esta casa em ruas que se conhecem.
Mas afirmo que tem janelas,
Claridade de lâmpada atravessando o vidro [...]
É uma casa de esquina, indestrutível.
Moro nela quando lembro,
Quando quero acender o fogo,
As torneiras jorram,
Eu fico esperando o noivo, na minha casa aquecida.
Não fica em bairro esta casa
Infensa à demolição.
Fica num modo tristonho de certos entardeceres,
Quando o que um corpo deseja é outro corpo pra escapar.
Uma idéia de exílio e túnel.*”⁴⁷

Cronologicamente mais velho que Adélia Prado e inserido na geração da poesia de 1945, Manoel de Barros (1916) é um dos principais poetas contemporâneos do Brasil. Pesquisador de significações verbais e reordenador do sentido das palavras, o poeta interpreta com magia as coisas banais do cotidiano que o rodeia. Pela linguagem reinventa a natureza do pantanal. Uma olhada nos títulos de seus livros antecipa seu conteúdo

poético e o pensar do autor, tais como: *Poemas concebidos sem pecados* (1937), *Compêndio para uso dos pássaros* (1961), *Gramática explosiva do chão* (1969), *Livro de pré-coisas* (1986), *O guardador de águas* (1989), *O livro das ignorâncias* (1993), *Livro sobre o nada* (1996), *Retrato do artista quando coisa* (1998). Falando sobre o “fazer” de sua poesia, o próprio autor explica:

“Exploro os mistérios irracionais dentro de uma toca que chamo ‘lugar de ser inútil’. Exploro há 60 anos esses mistérios. Descubro memórias fósseis. Osso de urubu, etc. Faço escavações. Entro às 7 horas, saio ao meio-dia. Anoto coisas em pequenos cadernos de rascunho. Arrumo versos, frases, desenho bonecos. Leio a Bíblia, dicionários, às vezes percorro séculos para descobrir o primeiro esgar de uma palavra. E gosto de ouvir e ler Vozes da origem. Gosto de coisas que começam assim: ‘Antigamente, o tatu era gente e namorou a mulher de outro homem’. Está no livro Vozes da origem, da antropóloga Betty Mindlin. Essas leituras me ajudam a explorar os mistérios irracionais. Não uso computador para escrever. Sou metido. Sempre acho que na ponta de meu lápis tem um nascimento.”⁴⁸

Como é facilmente verificável, a palavra é o fundamento da criação poética de Manoel de Barros. Enquanto morada do poético, é a raiz de sua poesia, ao estabelecer relações inéditas, impensados efeitos e sensações, de onde extrai o sentido que inventa. Talvez a palavra invenção (ou seria reinvenção?) mais se aproxime de seu trabalho: o poeta não busca estabelecer apenas relações semânticas ou sínamicas. Vai além delas rumo ao ritmo, às sensações, à sinestesia.

Na poesia de Manoel de Barros estamos sempre diante de um caminho desconhecido em que a surpresa da descoberta se revela no caminhar de cada verso.⁴⁹ Andamos por desvios, atalhos e, por isso mesmo, não é fácil categorizar uma temática específica como a que nos propomos. Ao se tentar colocar limites temáticos ou recortes à sua poesia, ela simplesmente escapa pelos dedos. Fluida, alheia à estanqueidade, e nisso podemos ver uma de suas maiores riquezas. O espaço de morar, a habitação, aparece em sua obra como uma temática extremamente fluída e dispersa. Intrinsecamente presente no cotidiano do poeta, mas que se entrecruza aos outros temas –, a natureza, a infância, os animais, as palavras. A arquitetura aparece como o fantástico: encontramos uma casa dispersa, volatilizada em contato com uma natureza original. Mesmo urbana, povoada por animais, insetos, plantas, pedras, rios, inexistindo quaisquer fronteiras entre o construído e o natural – *De natura rerum* – na arquitetura que evoca a infância:

“Parede que me seduz é de tijolo, adobe
preposto ao abdomen de uma casa.
Eu tenho um gosto rasteiro de
ir por reentrâncias
baixar em rachaduras de paredes
por frinchas, por gretas – com lascívia de hera.
Sobre o tijolo ser um lábio cego.
Tal um verme que iluminasse.” (“Seis ou treze coisas que aprendi sozinho”).⁵⁰

Ao diluir as fronteiras do construído, ao misturar o fantástico e o cotidiano, o poeta situa a casa no mundo do sensível. Colocando-a como objeto sensível, Manuel de Barros promove uma fusão imagética entre o real e o irreal, o natural e o construído, encontrando um significado, para ele, essencial. Nas diferenças de uma casa ou de outra, variadas

(48) Disponível em: <<http://www.releituras.com/manoeldebarros>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

(49) “Você não é de bugre? – ele continuou. Que sim, eu respondi. Veja que bugre só pega por desvios, não anda em estradas. Pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os artícuns maduros.” “Mundo Pequeno”. BARROS, Manuel de. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

(50) BARROS, Manuel de. *O guardador das águas*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

(51) BARROS, Manuel de. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

como produtos da cultura, sobrepõe-se a imagem da casa superlativa, sensível em sua plenitude; e nisso podemos identificar mais uma das características do poeta: a universalidade. A casa enquanto objeto racional, enquanto produto do ato racional de selecionar e construir, desaparece. Surge uma outra, substantiva, graças a uma profunda intenção de construir que inquieta, secretamente, o pensamento:

*Toda vez que encontro uma parede
ela me entrega às suas lesmas.
Não sei se isso é uma repetição de mim ou das
lesmas.
Não sei se isso é uma repetição das paredes ou
de mim.
Estarei incluído nas lesmas ou nas paredes?
Parece que lesma só é uma divulgação de mim.
Penso que dentro de minha casca
não tem um bicho.
Tem um silêncio feroz.
Estico a timidez da minha lesma até gozar na pedra.* ("Mundo pequeno").⁵¹

Rumo a uma conclusão, não posso deixar de reconhecer que não fiz uma análise completa da obra dos poetas selecionados, nem conto com fontes documentais que indiquem a "intenção" da poesia. Tampouco tenho algo a acrescentar acerca do estilo pessoal dos autores: em resumo, o conhecimento e os paradigmas vigentes da literatura entraram nesta análise apenas marginalmente. Claro, muito ainda pode ser dito. Esse olhar à arquitetura é apenas um, entre os vários possíveis. Concordamos com Starn (1992): nesse aspecto talvez seja o suficiente ter explorado a proposição de, no que diz respeito à história da cultura, aquilo que se vê ser aquilo que se capta.

O espaço de morar que a arquitetura revela pela leitura da obra desses diversos poetas surge da relação entre a memória pessoal e o estar no mundo. Nesse sentido, o imaginário da arquitetura é sempre uma biografia, uma história de vida. É, portanto, menos limitador que qualquer estética, mais amplo que os sentimentos pessoais e menor que a cultura na qual se insere. Estamos diante de uma memória afetiva somada a um capital que é cultural. Partindo dos dados materiais do espaço físico, o imaginário conserva sempre uma parcela de independência, mistério e irreduzibilidade: o espaço de morar representado pela casa reabre a possibilidade de, pela experiência estética e pela ferramenta do imaginário, seja possível articular saberes, construir identidades e reconfigurar a relação de distância entre o observador e o objeto da arte. Por intermédio da poesia deparamo-nos com uma dimensão, antes de tudo, emotiva e sensível, uma construção mental que se mantém perceptível, mas não quantificável. Aurática, como em Benjamin (1985), e plena de afeto: o espaço de habitar como terreno do poético e do sensível.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Drummond. *Obra completa: Estudo crítico de Emanuel de Moraes, fortuna crítica, cronologia e bibliografia*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1964.
- _____. *Reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- _____. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.
- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1955.

- ANDRADE, Oswald de. *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARROS, Manuel de. *Compêndio para uso dos pássaros*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- _____. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- _____. *Poemas concebidos sem pecado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *Tratado geral das grandezas do ínfimo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *O guardador das águas*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOSI, Alfredo. *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- _____. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
- BUENO, Alexei. *Uma história da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2007.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Espaços comunicantes*. São Paulo: Anablume, 2007.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1985.
- GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Melhores poemas*. São Paulo: Global, 2000.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Argos, 2002.
- MEIRELES, Cecília. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- PEIXOTO, Sérgio Alves. *A consciência criadora na poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Annablume, 1999.
- PRADO, Adélia. *Bagagem*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. *O coração disparado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- _____. *A faca no peito*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- _____. *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SECCHIN, Antonio Carlos (Org.). *Cecília Meireles: Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- STARN, Randolph. Vendo a cultura numa sala para um príncipe renascentista. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Nota do Editor

Data de submissão: maio 2008

Aprovação: janeiro 2009

Rafael Alves Pinto Junior

Arquiteto formado pela Universidade Católica de Goiás, professor do CEFET-GO, mestre em Cultura Visual na Universidade Federal de Goiás e doutorando em História – UFG. Caixa postal 186
75800-014 – Jataí, GO
(64) 3631-2541
rafaeljuniorcefet@gmail.com

a RQUITETURA e AMBIENTE: A NOÇÃO DE ADAPTABILIDADE AO MEIO NO DISCURSO MODERNISTA

RESUMO

De forma recorrente, desde meados do século 20, a arquitetura moderna brasileira tem surgido na voz de historiadores de arquitetura e de arquitetos, como tendo, entre suas qualidades e particularidades fundamentais, sua adaptabilidade ao meio.

No Brasil, a preocupação com a adaptação da arquitetura às condições locais já se fazia presente no século 19 e nas primeiras décadas do século 20, quando se torna, inclusive, um dos eixos de fundamentação da arquitetura neocolonial. Vinculado ao movimento neocolonial na década de 1920 e principal ideólogo do movimento moderno no Brasil, após 1930, o arquiteto Lucio Costa lançou as bases do discurso modernista sobre a compatibilidade dessa arquitetura com as demandas de adaptação ao meio. Este texto discute a gênese e a difusão da noção de adaptabilidade da arquitetura às condições locais no Brasil, bem como a forma como essa noção se reflete na produção de arquitetos nacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura, adaptabilidade, plasticidade, elasticidade.

ARQUITECTURA Y MEDIO AMBIENTE: LA NOCIÓN DE ADAPTABILIDAD AL MEDIO AMBIENTE EN EL DISCURSO MODERNISTA

RESUMEN

Desde mediados del siglo 20, la arquitectura moderna brasileña ha sido presentada con frecuencia, en la voz de historiadores de la arquitectura y de arquitectos, teniendo entre sus calidades y particularidades básicas la adaptabilidad al ambiente. En Brasil, la preocupación con la adaptación de la arquitectura a las condiciones locales ya aparecía en el siglo 19 y en las primeras décadas del siglo 20, cuando se convierte en un tema esencial de la arquitectura neocolonial. Vinculado al movimiento neocolonial en la década de 1920 e ideólogo principal del movimiento moderno en Brasil, después de 1930, el arquitecto Lucio Costa ha lanzado las bases del discurso modernista sobre la compatibilidad de esta arquitectura con las demandas de adaptación al ambiente. Este texto discute la génesis y la difusión de la noción de adaptabilidad de la arquitectura a las condiciones locales en Brasil, así como la forma como esta noción se refleja en la producción de arquitectos nacionales.

PALABRAS CLAVE

Arquitectura, adaptabilidad, plasticidad, elasticidad.

ARCHITECTURE AND THE ENVIRONMENT:
THE IDEA OF ADAPTABILITY TO THE
ENVIRONMENT IN MODERNISTIC SPEECH

ABSTRACT

Frequently since the mid-20th century, architects and historians of architecture have described Brazilian modern architecture as being adaptable to the environment. In Brazil, the concern with how well architecture fits local conditions began in the 19th and early 20th century, when this concern went as far as becoming of pivotal importance in supporting neocolonial architecture. A member of the neocolonial movement in the 1920s and the main ideologist of the modern movement in Brazil after 1930, Lucio Costa introduced the bases of the modernist ideas on the compatibility of this architecture with the demands of adapting to the environment. The current article discusses the origin and diffusion of the notion of adaptability of architecture to the local conditions in Brazil, as well as how this notion is reflected in the production of national architects.

KEY WORDS

Architecture, adaptability, plasticity, elasticity.

ARQUITETURA E CONDIÇÕES LOCAIS

Ao longo do século 20, a arquitetura moderna brasileira tem sido apresentada de forma recorrente por historiadores de arquitetura e arquitetos como tendo, entre suas qualidades e particularidades fundamentais, sua adaptabilidade ao meio. A repetição do argumento acaba por sugerir um monopólio modernista sobre essa qualidade. Entretanto, a idéia de adaptabilidade da arquitetura ao clima dos trópicos esteve longe de ser um tema do debate arquitetônico restrito ao século 20, muito menos uma preocupação específica de arquitetos modernistas.

A partir da década de 1930, sobretudo, a noção de adaptabilidade da arquitetura ao meio penetra, profundamente, no discurso dos arquitetos brasileiros e converte-se em um dos atributos arquitetônicos mais valorizados pela categoria e pela crítica de arquitetura. A força adquirida por essa noção pode ser constatada pela freqüência com que foi mobilizada na análise e avaliação de trajetórias profissionais de sucesso.

Este artigo discute a gênese e a difusão da noção de adaptabilidade da arquitetura às condições locais no Brasil, por meio de escritos de homens letRADOS vinculados a vários campos do conhecimento – sociologia, arquitetura, medicina, engenharia, etc. – que trataram da questão no século 19 e nas primeiras décadas do 20. Mostra como esse discurso foi absorvido e difundido entre arquitetos ligados ao estilo internacional de arquitetura moderna, bem como a forma como essa noção se reflete na produção e no discurso de alguns arquitetos nacionais.

A EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DE UMA QUESTÃO: O TEMA DA ADAPTABILIDADE DA ARQUITETURA BRASILEIRA AO MEIO (SÉCULO 19 – 1940)

Durante o século 19 e as quatro primeiras décadas do 20, a relação entre a arquitetura brasileira e as condições locais foi alvo de atenção de médicos, engenheiros, viajantes, professores e arquitetos. A adaptação da arquitetura ao clima tropical era assinalada como qualidade de algumas construções coloniais por observadores, ao mesmo tempo em que homens envolvidos com o ensino e a construção enfatizavam a promoção dessa adaptação como um tema central de nossa arquitetura. Segundo Gilberto Freyre,

“Foi talvez Debret quem primeiro fez justiça aos jesuítas portugueses que levantaram, num Brasil ainda rude e cheio de mato, edifícios urbanos nobres e até monumentais, importando para alguns, de Lisboa, materiais talhados e numerados mas, em geral, respeitando ‘judiciosamente as exigências do clima e dos materiais existentes no país’.” (FREYRE, 1997, p. 225)

Em meados do século 19, o tema da adaptabilidade da arquitetura ao meio também preocupava o diretor e professor da Academia Real de Belas Artes do Rio de Janeiro, Manuel de Araújo Porto Alegre. Entre as questões que julgava serem fundamentais para se pensar o ensino e a prática de arquitetura no país incluiu a questão sobre “*se as construções urbanas estão em harmonia com o nosso clima e vida doméstica*” (MOTTA, 1978, p. 23).

O clima quente e úmido do Recife provavelmente contribuiu para converter a questão da adequação da arquitetura ao meio em um tema constante no século 20. O engenheiro Alde Sampaio, no artigo “A casa tropical”, de 1927, sublinhava a necessidade de adaptação da habitação ao clima e definia como princípios básicos os quais, em seu entender, deveriam orientar as construções nesse sentido, a proteção contra o sol e a garantia de ventilação. A orientação do prédio, sua forma arquitetônica e os materiais empregados são aspectos os quais, para o autor, deveriam ser objeto de um tratamento específico. Condenava, nas moradias, as formas reentrantes e salientes – comuns nas casas chamadas, na época, no Brasil de “bangalôs” – por criarem uma grande superfície de exposição ao sol; postulava disporem-se, na face leste da moradia, os cômodos de maior permanência, como as salas; recomendava o uso de material mau condutor de calor nas paredes externas, bem como pé-direito alto no último andar da casa. A vegetação no entorno da moradia era recomendada como forma de proteger as paredes externas dos raios solares, porém sua disposição deveria garantir corredores de livre acesso de ar ao interior da residência. No interior da casa, a circulação do ar seria favorecida por uma disposição adequada de portas e janelas, assim como de elementos como bandeiras e óculos. Nesse esforço de adaptação da casa ao clima, recomendava que elementos da arquitetura colonial – como os terraços, balcões e cornijas salientes, por exemplo – deveriam ser recuperados pelos arquitetos (SAMPAIO, 1927, p. 31-43).

Em 1930, o médico pernambucano Aluízio Bezerra Coutinho publicou tese – apresentada ao final de curso de graduação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro –, intitulada *O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da arquitetura viva*. O ajuste da casa ao meio ambiente é a preocupação central do autor. Citando os casos do iglu e da “casa bretã”, mostra como a tradição popular foi capaz de gerar construções “standartizadas” coerentes com o meio. No caso dos países quentes, a criação de uma casa higiênica e confortável depende, sobretudo, segundo Coutinho, do emprego de mecanismos capazes de combater o calor e a umidade (COUTINHO, 1930). Entende que “*os indígenas de vários países de clima quente sabem realizar, com materiais geralmente os mais precários, habitações que constituem abrigos bem superiores, bem mais frescos e agradáveis que as casas do tipo europeu, construídas nos mesmos locais*” (COUTINHO, 1930).

A cabana do sertanejo do Nordeste – com paredes de taipa e cobertura de palha – é descrita e analisada por Aluízio Bezerra Coutinho como um exemplo de moradia adequada ao clima e propícia ao bem-estar do morador. Para o autor, o conhecimento das qualidades de casas como essas, seria o ponto de partida para se conceber uma casa adequada, pela articulação de seus atributos de conforto, com recursos e tecnologias não-acessíveis aos moradores usuais. Assim, o autor discute as propriedades de novos materiais na criação de uma parede isolante. Mostra como o aço e o cimento armado, possibilitando a criação de estruturas

independentes, liberam as fachadas, permitindo que as aberturas se solidarizem com as demandas de conforto. Entende que a casa adequada difere bastante da casa urbana padrão da época e, para obtê-la, estudos minuciosos de seus vários elementos deveriam ser realizados. Tais estudos permitiriam fixar modelos *standards*, possíveis de serem produzidos em série (COUTINHO, 1930).

A crítica à casa urbana usual da época também surge no livro *Clima e saúde*, publicado em 1938, de autoria do professor de Higiene da Universidade do Rio de Janeiro Afrânio Peixoto. Em capítulo dedicado à análise da relação entre habitação e clima, defende que a casa deve ser adaptada ao clima e ao meio social:

"A casa, destinada a abrigo, deve ser disposta segundo o regime meteorológico do meio e os costumes dos que a devem habitar. A arquitetura (...) de todas as artes é, ou deve ser, a mais nacional, compreendidos, neste qualificativo, os sentidos de étnico e regional."

(PEIXOTO, 1938, p. 237)

O autor entende que as diferentes raças e regiões tendem a definir uma arquitetura própria, exceto no caso de “países novos”, como o nosso, no qual a não-adequação da arquitetura ao clima e ao meio é creditada à tendência para a imitação, especialmente da arquitetura européia, e à ação de indivíduos pouco capacitados:

"(...) qualquer mestre de obras imita obra feita (...). As mulheres, que nunca têm iniciativa, e gostam entretanto de fazer a casa não segundo o clima e as necessidades, mas imitando o já feito, alhures e impróprio. Também os homens, e mestres de obra, e até engenheiros, sem tento nem gosto, que de livros europeus ou de suas viagens, transportam casas estranhas para o nosso clima (...). O mais difícil é meter na cabeça do brasileiro – seja quem for ... – a idéia simples e exata: o estrangeiro, de qualquer parte, é o que não nos convém."

(PEIXOTO, 1938, p. 237, 238, 240)

A inadequação ao clima e ao meio é identificada pelo autor nas diferentes vertentes de arquitetura correntes no país, na época: eclética, neocolonial e moderna. Peixoto considera que, como arquitetura, a produção eclética do período era inferior à colonial ao imitar “casas alemãs pesadonas, chalés suíços com tetos de escorrer neve, cúpulas cerâmicas, arrebiques mouriscos, sem fidelidade, nem aplicação ao conjunto” (PEIXOTO, 1938, p. 238). Embora considere que a casa neocolonial “era ao menos cômoda e não presumida”, entende que esse estilo não passou de uma imitação anacrônica de uma arquitetura colonial de qualidade:

"Entre nós a casa de fazenda, do tipo colonial, quadrada, maciça, de um só pavimento, de telhado saliente, avarandada, realiza uma adaptação ao clima e aos hábitos da gente do campo. Trouxemo-la para a cidade, agora, por imitação anacrônica e eis as novas casas de estilo colonial, feias, tristes, pesadas (...)" (PEIXOTO, 1938, p. 239)

O “estilo internacional” de arquitetura moderna também é entendido por Afrânio Peixoto como inadequado às nossas necessidades:

"Agora estão fazendo casas ‘modernas’, de Paris ou Nova York: o vidro, para a luz, aqui onde a luz sobra... os andares superpostos, aqui onde o terreno não mingua... A consequência é que precisamos usar óculos

negros dentro de casa (...) ou andar de capa, chapéu de sol, sempre cá fora na rua, porque a casa é só para dormir e comer, como nos minúsculos apartamentos de nossos furacéus (...)" (PEIXOTO, 1938, p. 239)

A inadequação de nossa arquitetura ao clima e ao meio também é associada a excessos, decorrentes de normas e práticas fundamentadas na higiene. O autor critica a má dosagem de luz interior decorrente do uso exagerado do vidro na arquitetura moderna ou do excesso de janelas em prédios ecléticos. O pé-direito alto – de até cinco metros ou mais – decorrente de normas baseadas em cálculos de cubagem de ar, o qual notabilizou os interiores ecléticos, também é criticado, como pouco econômico e desconfortável. Para equilibrar a luz e a ventilação nos interiores – garantindo higiene e corrigindo os excessos do clima – recomenda o uso de persianas, varandas, balcões com gelosias móveis e toldos, ao mesmo tempo em que colocava grande expectativa na difusão do uso do ar condicionado.

O tema da adaptação da casa ao meio esteve na pauta no Primeiro Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em maio de 1931, com a fala do médico pernambucano e ex-diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, José Marianno Filho. Em conferência intitulada *A arquitetura mesológica*, José Marianno defende uma arquitetura “expressão do meio” a harmonizar-se com hábitos e costumes, adequada aos materiais disponíveis e capaz de defender seu interior dos rigores do clima. No caso brasileiro, o autor entende que as bases dessa arquitetura estariam na praticada nos três primeiros séculos da colonização portuguesa, na qual a composição da planta e os problemas construtivos foram tratados de acordo com as “possibilidades geográfico-sociais” locais. Para o autor, tais construtores:

“Observaram sensatamente o meio físico; reconheceram os elementos que precisavam combater; puseram em linha de combate os meios rudimentares de que podiam dispor no momento, para lhes anular os desagradáveis efeitos. À mingua de uma tradição local, fizemos apelo à experiência caldeada ao contato das civilizações orientais. Contra a ação direta do sol, se fizeram paredes espessas de pedra canjicada, tijolo, taipa, ou adobe, de acordo com os recursos regionais. Calcularam os telhados com suave inclinação, para que sobre eles deslizassem as abundantes águas pluviais. Fizeram os longos beirais cobrir de sombra o espelho das paredes; protegeram o corpo da habitação com peças de anteparo à ação do sol, como alpendres, copiares, loggias, ou pórticos. Utilizaram-se por fim da árvore, como a sua mais preciosa aliada. Dispuseram balcões, janelas e miradores rendados em adufa, à moda do Islam. Procederam, assim nos grandes, como nos pequenos detalhes do sistema, como consumados arquitetos.” (MARIANNO, 1931, p. 317)

Esse elogio à arquitetura colonial, seria retomado – basicamente nos mesmos termos – em escritos dos anos 30, de Gilberto Freyre e Lúcio Costa. Desde então, com suas paredes grossas, pés-direitos altos, beirais, alpendres e muxarabis, nossas casas coloniais têm sido sistematicamente celebradas – especialmente por arquitetos – como adequadas em termos climáticos.

Em Gilberto Freyre o elogio às qualidades de nossa arquitetura colonial insere-se em uma leitura inovadora do empreendimento colonial português, cuja

essência e sucesso são vinculados à noção de plasticidade. *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933, define o Brasil colonial como a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência, enfatizando o sucesso dos portugueses em uma tarefa na qual outros europeus fracassaram. Para Freyre, isso significou superar uma infinidade de condições desfavoráveis ao estabelecimento de europeus em um meio totalmente estranho, com condições físicas adversas. Segundo o autor, o que permitiu vencer esses enormes obstáculos foi a “plasticidade” ou “elasticidade” que atribui ao português do século 16, o qual define como um indivíduo flutuante, de comportamento flexível, dotado de grande mobilidade e adaptabilidade tanto social como física (FREYRE, 1989).

Freyre indica como no Brasil defrontaram-se os colonizadores com um mundo desconhecido, estranho, reunindo circunstâncias imprevisíveis e inéditas, absolutamente diversas de seu país: clima quente, regime de águas irregular, oscilando entre enchentes e secas; larvas e insetos em profusão; grandes extensões de terras e uma imensa costa a serem ocupadas e defendidas; condições que não permitiam a prática de sua lavoura e culturas tradicionais. A grande qualidade dos portugueses enquanto colonizadores, para Freyre, residiu na capacidade que evidenciaram de adaptação a esse meio, amoldando-se às condições climáticas e ambientais locais. Tal capacidade se revelou em inúmeros aspectos: na mudança de hábitos alimentares e nas vestimentas; na tolerância de uniões irregulares, solidária com um aumento de nascimentos favorável ao povoamento e controle do território; na intensa miscigenação entre portugueses e nativos; na medicina, pelo aprendizado com os curandeiros indígenas; enfim, em toda uma absorção seletiva de influências das culturas indígenas e africanas, aliadas às práticas aprendidas com os árabes e no extremo Oriente (FREYRE, 1989).

A arquitetura doméstica colonial foi, para Gilberto Freyre, outra evidência dessa plasticidade. Em *Casas de residência no Brasil*, o autor aponta essa arquitetura como testemunho de um “(...) espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América (...)” (FREYRE, 1997, p. 225). Mostra como, na habitação, os portugueses usaram, em algumas situações, a coberta de palha dos índios, dos quais também absorveram a rede; dos árabes recuperaram o hábito de sentar em tapetes e esteiras, o azulejo e as gelosias; dos asiáticos a parede grossa, o alpendre e a telha recurvada em asas de pombo (FREYRE, 1989).

“A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata.” (FREYRE, 1989)

Quando ligado ao movimento neocolonial, na década de 1920, Lucio Costa pesquisou e identificou qualidades na arquitetura colonial, à qual se referia, em 1929, como robusta, forte, maciça e dotada de linhas calmas e tranqüilas (COSTA, 1962, 14-15).

A ADAPTAÇÃO DA ARQUITETURA AO MEIO NO DISCURSO MODERNISTA

Principal ideólogo do movimento moderno de arquitetura no Brasil, Lucio Costa lançou as bases do discurso da adaptação da arquitetura ao meio, como uma possibilidade que a arquitetura moderna, mais que qualquer outra, poderia realizar. Em textos teóricos e em projetos buscou evidenciar tal noção. Trata-se de um conceito que, provavelmente, chegou a Lucio Costa por intermédio de Gilberto Freyre e de seu mentor da fase colonial, José Mariano.

As referências elogiosas à nossa arquitetura residencial colonial na obra de Lúcio Costa remontam aos anos 20 e têm continuidades após sua conversão ao modernismo em 1930. Em 1931, no artigo “Uma escola viva de Belas-Artes”, tal arquitetura surge como pura, honesta e dotada de uma relação de integridade entre as técnicas construtivas empregadas e a expressão formal. Afirma ter se inspirado na Bahia, no Recife e em Minas, em sua opção por uma arquitetura contemporânea e coerente com nossos materiais, costumes e meios de realização (COSTA, 1987, p. 47-48).

Após 1933, ano da publicação de *Casa grande & senzala*, entretanto, esses elogios incorporariam novos argumentos inspirados em Freyre. Em *Documentação necessária*, escrito de 1937 – citando diretamente o sociólogo – à pureza e despretensão é acrescida outra qualidade à nossa arquitetura residencial colonial: ser adaptada ao meio (COSTA, 1962, p. 86-87). Simultaneamente, a palavra “elasticidade” – no sentido empregado por Freyre para “plasticidade” – é incorporada ao discurso de Costa (COSTA, 1936, p. 29 e 72).

As notórias influências do pensamento de Gilberto Freyre sobre Lúcio Costa expressam-se em diferentes aspectos, entre os quais na abordagem do arquiteto sobre a relação entre modernidade e tradição na arquitetura brasileira. Os vínculos intelectuais entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre evidenciam-se várias vezes nas obras de ambos. No prefácio da primeira edição de *Casa grande & senzala*, de 1933, Freyre cita trecho do artigo de Costa, “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, de 1929, no qual este descreve suas impressões dos casarões antigos de Sabará, Ouro Preto e Mariana em termos de um reencontro consigo mesmo. Freyre recorre a essa citação ao sugerir a história da casa como um ponto de partida importante para se entender a história de um povo, de sua vida doméstica, religiosa, social, etc. Lúcio Costa, por sua vez, cita Freyre no artigo “Documentação necessária”, de 1937, ao apontar, entre as qualidades de nossa arquitetura residencial colonial, sua adaptação ao meio (COSTA, 1962, p. 87). A leitura de nossa arquitetura colonial enquanto resultado do meio ocorreria depois, em obras de autores como Mindlin, Saia e Lemos, por exemplo; entretanto, sem a ênfase na noção de adaptabilidade presente em Lucio Costa.

Embora sem fazer qualquer referência direta a Gilberto Freyre, o anteprojeto de Monlevade – concebido em 1934 pouco depois da publicação de *Casa grande & senzala* – é talvez o momento da obra de Lúcio Costa em que se revela com mais força o impacto desse livro. Sua idéia de “delineamento elástico” aproxima-se da noção de “plasticidade”, central no pensamento de Freyre. A mistura de técnicas construtivas artesanais e modernas é outra expressão dessa busca para estabelecer elos entre o novo e o tradicional, entre o local e o internacional, central nas qualidades atribuídas por Freyre ao conceito de “plasticidade”.

No anteprojeto de Monlevade – concebido por Lúcio Costa para concurso promovido pela siderúrgica belgo-mineira – três requisitos básicos foram indicados como norteadores do plano: reduzir ao mínimo os movimentos de terra, prejudicar o menos possível a beleza natural do lugar e evitar “*delineamentos rígidos ou pouco maleáveis, procurando, pelo contrário, aquele delineamento que se apresentasse como mais elástico, tornando assim fácil a sua adaptação conveniente às particularidades topográficas locais*” (COSTA, 1936, p. 115).

No plano, o “delineamento elástico” postulado por Costa expressou-se em um projeto pouco detalhado, no qual um largo central concentrava os equipamentos coletivos, enquanto as casas, dispostas duas a duas, ocupavam encostas em ruas irregulares, dotadas, conforme o autor da “*feição despretenciosa peculiar às estradas*” (COSTA, 1936, p. 117). No projeto das moradias tal delineamento se expressou no uso de pilotis que permitia pousar a casa sobre um solo em declive, sem maiores obras de terraplenagem. Coerente com seu intuito de conciliar técnicas novas e tradicionais, esse também tributário da noção de plasticidade de Freyre, Lúcio Costa propõe reunir, nas casas, concreto armado e taipa e telhas de fibrocimento e forros de taquara. Sobre a laje apoiada nos pilotis, o arquiteto propõe paredes de taipa, referidas como adequadas pela leveza e economia e, estando isoladas do solo, por estarem livres de seu maior inconveniente, a umidade. Na escola e nas casas sugere o uso de forros de taquara, material artesanal e local, sob telhas “Eternit” – na época importadas da Bélgica – justificadas pela leveza, durabilidade e qualidades térmicas.

A noção de adaptabilidade ao meio inspiraria outros projetos modernistas desde então. Foi recuperada, em meados da década de 1950, pelos arquitetos Jacques Pilon e Gian Carlo Gasperini no projeto da indústria e de seu núcleo residencial elaborado para a fábrica Mecânica Pesada, no município de Taubaté. O projeto inclui casas para operários, técnicos, engenheiros e diretor, área para esportes, centro social e comercial, casa de hóspedes, igreja, escola, clube, residência do diretor, refeitório e ambulatório (*Habitat*, 1956, p. 6). As moradias e áreas verdes foram dispostas em torno da área de produção. Quatro tipos de moradias – todas terreas – foram projetados: uma casa para o diretor; 16 casas geminadas duas a duas para engenheiros; 32 casas dispostas em blocos de quatro para técnicos e 276 moradias dispostas em blocos de oito para operárias. As moradias dos operários – separadas das demais habitações por uma área ocupada por igreja, escola e centro comercial e social – são dispostas em blocos de oito e contam com jardim, quintal, varanda, sala, dois quartos, cozinha, sanitário e lavanderia. Em 1937, uma matéria na revista *Habitat* enfatiza a “elasticidade” e “adaptabilidade” que teriam norteado o projeto dessas moradias:

“A planta (...) possui uma elasticidade, longamente estudada a partir da célula-tipo, a qual poderá restringir-se a um só dormitório, ou desdobrar-se em habitações de três dormitórios, tudo dependendo das solicitações, das necessidades familiares que se fossem deparando. Esse aspecto de elasticidade da célula-tipo constitui um dos objetivos da organização adotada. Sua adaptabilidade fica demonstrada de uma forma inteiramente nova em conjuntos semelhantes, indo ao encontro das demandas diversas de habitação, numa constante possibilidade de atendimento às diferentes situações familiares do pessoal operário.” (*Habitat*, 1956, p. 7)

O SENTIDO ESTRATÉGICO DO CONCEITO DE ADAPTABILIDADE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

O clima cultural e político do Brasil nas três primeiras décadas do século 20, com seu forte componente nacionalista, não poderia deixar de atingir o debate arquitetônico do período. O nacionalismo, os interesses acerca do processo de constituição da nação e as investigações sobre sua identidade foram questões centrais no ambiente cultural das quatro primeiras décadas do século 20. Tal clima foi gestado lentamente nas lutas pela Independência e nos sentimentos antilusitanos dos dois séculos anteriores. Foi reforçado pelas preocupações acerca da identidade da jovem nação, dotada de grandes particularidades no cenário mundial: forte herança portuguesa, africana e indígena; intensa miscigenação; clima tropical; e país de grandes dimensões territoriais.

Em 1888, o escritor e crítico literário cearense Araripe Júnior, conciliando uma cultura filosófica determinista, na qual o conceito de meio era central, com um forte sentimento nacionalista, investigava as características do naturalismo brasileiro em termos da emergência de um estilo tropical. Sugeria a existência de um fenômeno que chama de “obnubilação”, o qual provocaria adaptações e transformações nos indivíduos diante do contato com a paisagem, o clima e os modos de vida tropicais:

“(...) a reação do meio físico, a influência catalinica da terra, as depressões e modificações do clima tropical, a solidariedade imposta pelas condições da vida crioula com a flora, com a fauna, com a meteorologia da nova região, são outras tantas influências que estão a invadir sorrateiramente estrangeiros e brasileiros (...)” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 124)

Para o autor, os efeitos desse meio sobre o homem e sua produção literária são profundos:

“Há horas do dia em que o brasileiro, ou o habitante de cidades como o Rio de Janeiro, é um homem envenenado pelo ambiente. A falta de tensão do oxigênio tortura-o desmesuradamente; sua respiração ofega, e a imaginação delira numa deliciosa insensatez equatorial. (...). O tropical não pode ser correto. A correção é fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente.” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 125-126).

Tais circunstâncias, para Araripe Júnior, aliadas ao “*pensamento de autonomia que ferve em todas as cabeças*” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 128), seriam promissoras. Permitiriam que em uma sociedade que nasce, cresce e aparelha-se – em oposição a uma suposta decadência, cansaço e exaustão que identifica na Europa – fosse desenvolvido um estilo literário salutar e frutificante. Para o autor, esse “estilo tropical” – o qual teria sua maior expressão em Aluisio Azevedo, em cujas páginas se encontram audácia e “*todo o luxuriante tropicalismo*” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 126) – seria resultado de uma junção da “obnubilação” com influências de Zola.

Essa tendência de valorização do nacional – em contraponto, sobretudo, ao europeu – teve prosseguimento no século 20, reforçada pelo contexto da Primeira Guerra. Conforme salienta Nicolau Sevcenko, na Europa desencadeou-se, no

primeiro pós-guerra, um movimento de valorização da natureza e de culturas primitivas, associado ao questionamento dos valores de uma civilização que tinha se conduzido aos horrores da guerra. No Brasil, esse sentimento reforçou atitudes nativistas, o interesse por nossas raízes e a valorização da cultura popular (SEVCENKO, 1992). Nesse contexto, a arquitetura colonial se torna objeto de grande interesse: pesquisas são empreendidas para melhor conhecê-la, enquanto suas qualidades são celebradas e tornam-se fonte de inspiração para a arquitetura neocolonial.

Embora associado ao clima nacionalista local e impulsionado pelo contexto do primeiro pós-guerra, o interesse pela arquitetura colonial também se vinculou a movimento mais amplo no campo da arquitetura a disseminar-se desde o século 19 em vários países do Ocidente. Na arquitetura a busca de raízes nacionais converteu-se, no século 19, em uma preocupação que, em países europeus, associou-se à difusão do neogótico e ao revival da arquitetura doméstica. Em países americanos associou-se à difusão do neocolonial. A partir da década de 1910 – sobretudo em países como Estados Unidos, Argentina, México e Peru – desenvolveu-se uma arquitetura que revaloriza o colonial, em contraposição à influência européia neoclássica e eclética.

No Brasil, o neocolonial começa a difundir-se durante a Primeira Guerra Mundial, no âmbito de um movimento nacionalista que procurava expurgar nossa arquitetura das influências externas e buscar expressões genuinamente nacionais. Empenha-se na busca por uma expressão arquitetônica da identidade brasileira. Lança mão de várias estratégias nesse sentido. No âmbito do movimento neocolonial, empreendeu-se uma campanha intelectual com artigos e conferências de intelectuais como o médico José Marianno, o arquiteto e engenheiro português Ricardo Severo e o professor da ENBA, Araújo Vianna, na qual se enfatizavam as qualidades de nossa arquitetura colonial e lamentava-se sua descaracterização. Em 1914, Ricardo Severo investia contra inovações arquitetônicas do século 19, que qualificava de idade da moda e dos pastiches. Um grande esforço de caráter documental, visando criar parâmetros do estilo neocolonial foi realizado. Nesse esforço, situa-se a iniciativa de José Marianno ao patrocinar, em 1924, viagens de pesquisa a Nereu de Sampaio, Nestor de Figueiredo e Lucio Costa para cidades históricas de Minas Gerais, com a finalidade de realizarem registros de elementos da arquitetura colonial. Em seu empenho de estimular a consolidação de uma arquitetura brasileira inspirada na tradicional, influenciando o poder público e atraiendo arquitetos, José Marianno promoveu, na década de 1920, concursos de projetos. Nesses concursos de casas, mobiliário e elementos arquitetônicos, interessava a tradução de formas e motivos do passado colonial para as necessidades contemporâneas.

O movimento neocolonial teve força no país, sobretudo na década de 1920, atraindo profissionais talentosos como Ângelo Bruhns, Lucio Costa e Victor Dubugras; contando com a simpatia de intelectuais influentes como José Marianno e Monteiro Lobato (que o difundia por meio da *Revista do Brasil*); recebendo apoio de administradores públicos importantes, como o prefeito e depois governador de São Paulo, Washington Luís e o prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio. Também esteve presente em dois dos mais importantes eventos culturais do país na década: a Exposição do Centenário da Independência, realizada em 1922 no Rio de Janeiro, a qual inspirou seis das 14 edificações oficiais do governo brasileiro e o

pavilhão de Portugal e, em sua versão hispânica, os pavilhões do México e dos EUA; e a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, na qual a seção de arquitetura apresentou o projeto de Georg Przyrembel para uma residência de veraneio com projeto de inspiração neocolonial, a “Taperinha da Praia Grande”.

Lúcio Costa foi um dos principais expoentes do neocolonial no Brasil: foi contemplado com viagem de pesquisa para Minas Gerais, foi vencedor de concurso promovido por José Marianno e do concurso público para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Filadélfia, e projetou várias casas neocoloniais até 1930.

Ao romper com o neocolonial, avaliava que o estilo teria sido positivo por despertar o interesse no passado, porém, prejudicial por se restringir ao aproveitamento ornamental da arquitetura colonial. Assim, situava o neocolonial como integrante de um ecletismo, o qual repudiava.

Como é comum ocorrer no campo da arquitetura, a nova opção projetual não se divorcia completamente do discurso já incorporado. Ao contrário, Lucio Costa recupera muito do discurso justificativo do neocolonial, como base de legitimação da arquitetura moderna brasileira. Desloca da neocolonial para a arquitetura moderna, a herança da boa tradição colonial. Argumenta que, ao voltar-se contra o ecletismo – no qual incluía o neocolonial – a arquitetura moderna retomava a funcionalidade que vinha da colônia e havia sido interrompida no século 19.

IMPACTOS DO CONCEITO DE ADAPTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

A noção de adaptabilidade da arquitetura ao meio no Brasil foi uma estratégia discursiva importante nos debates entre os adeptos do neocolonial e os da arquitetura moderna. A força da tese do resgate das qualidades amplamente propagandeadas da tradição colonial e, provavelmente, também uma crença genuína nessa tese, impossibilitaram descartá-la em nome de uma arquitetura que se pretendia estar acima de contingências locais, para refletir as demandas do mundo contemporâneo industrial e taylorizado.

Nesse contexto, enquanto alguns arquitetos simpatizantes do chamado estilo internacional – como Rino Levi e Warchavichik em seus artigos publicados em 1925 – adotam um discurso justificativo baseado nas idéias de eficiência, praticidade, economia e comodidade, Lucio Costa procura enfocar a arquitetura moderna sob um viés particular, situando-a como expressão de adaptação ao meio.

Tal discurso não só haveria de tornar-se hegemônico, como provavelmente teve influências na própria produção posterior de arquitetura. Seja como preocupação genuína, seja como forma de legitimar a ação projetual, julgamos que essa noção teve impactos profundos na prática de alguns dos mais eminentes arquitetos modernistas nacionais. Ao longo do século 20, o discurso da adaptação ao meio nunca perdeu sua força como norteador e legitimador de opções projetuais.

Deve-se ressaltar que esforços para produzir uma arquitetura moderna adequada às condições climáticas locais nem sempre estiveram articulados a essa estratégia discursiva. Há casos nos quais se anteciparam à difusão dos textos de Lucio Costa sobre o tema. Na década de 1930, por exemplo, os projetos de prédios

institucionais do arquiteto Luiz Nunes em Pernambuco fizeram amplo uso do combogó, compondo com o elemento extensas superfícies que funcionavam como *brises-soleil* e garantiam permanente ventilação dos interiores.

Paulatinamente, entretanto, o argumento da adaptabilidade da arquitetura ao meio foi recebendo ênfase no debate modernista. Entre nós, mais que a beleza das formas e o diálogo com a paisagem, a arquitetura se legitimou pela busca de soluções originais de expressão das condições locais, sejam elas climáticas, sejam socioeconômicas.

No Brasil, na segunda metade do século 20, dois caminhos básicos marcaram as posições da grande maioria dos arquitetos reconhecidos como relevantes na literatura especializada.

Um desses caminhos – o mais usual – seguia na busca de soluções inovadoras de adequação ao clima, como foi o caso da obra de Oswaldo Bratke no Amapá, de Armando Holanda em Pernambuco e de Severiano Porto no Amazonas, por exemplo.

Um segundo caminho – mais raro, mas igualmente valorizado – investe no uso de técnicas construtivas tradicionais de forma inovadora – como fez Lucio Costa em Monlevade e no hotel de Nova Friburgo e a equipe chefiada por Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco – ou de soluções construtivas inovadoras por meio de meios técnicos disponíveis – como foi o caso da obra de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre.

Um exemplo emblemático na busca de soluções inovadoras de adequação ao clima e às condições peculiares do local foram os projetos de Serra do Navio e Vila Amazonas, realizados a partir de 1955, pelo escritório do arquiteto Oswaldo Bratke. Vários autores – como Flávio e Marta Farah, José Fleury de Oliveira, Mônica Junqueira e Hugo Segawa – ao analisarem o plano urbanístico e os projetos arquitetônicos desses dois assentamentos para trabalhadores da Icomi, têm enfatizado as soluções empregadas visando favorecer ao conforto e adaptar-se à localização remota. Conforme Mônica Junqueira, trata-se de “uma arquitetura que soube responder com extrema criatividade às circunstâncias de seu tempo e lugar, e que ocupa lugar privilegiado na trajetória do arquiteto, que é personagem fundamental da produção moderna brasileira...” (CAMARGO, 2008, p. 3). Os dois núcleos residenciais foram dotados de moradias, alojamentos para solteiros, hotel, escola, igreja, cinema, clube, centro médico e local para comércio. As construções foram projetadas com paredes em blocos de concreto, telhas de fibrocimento e forros de madeira. Madeiras da região foram utilizadas em pisos, esquadrias e estruturas. A busca de adequação ao clima quente e úmido da região determinou uma série de soluções projetuais. Para proteger os usuários dos rigores do clima, galerias cobertas interligam os blocos de prédios de uso coletivo, nos quais elementos como combogós e amplos beirais foram fartamente empregados. O projeto das moradias – a chamada “casa ecológica” – obteve prêmios e sala especial na Oitava Bienal de São Paulo de 1965. Nelas promove-se ventilação cruzada e proteção dos interiores do calor e da umidade, pela orientação das construções e da localização das aberturas, do uso de amplos beirais, venezianas móveis ou fixas de madeira e elementos vazados, da criação de terraços e de paredes internas descoladas do teto e da abolição do uso de caixilhos de vidro.

Um exemplo de uso de forma inovadora de técnicas tradicionais foi a experiência conduzida pela equipe chefiada por Acácio Gil Borsoi em Cajueiro

Seco, no início da década de 1960, em Pernambuco. A partir de uma crítica à ação que vinha sendo realizada pela administração pública estadual, no campo da moradia popular, pelo “Serviço Social Contra o Mocambo”, no início do governo Arraes, foi decidido um redirecionamento dessa ação no chamado “Serviço Social do Mocambo”. Ao invés de persistir na prática de substituir mocambos por casas de alvenaria, cujos limites diante do número crescente de mocambos eram evidentes, optou-se pelo estímulo à autoconstrução em loteamentos urbanizados e dotados de equipamentos sociais. Cajueiro Seco foi uma experiência de aplicação dessa política, cuja continuidade foi interrompida pela deposição de Arraes, em 1964. Nessa experiência, uma população que havia invadido área tombada pelo Patrimônio Histórico foi deslocada para terreno próximo adquirido pelo estado. O plano de urbanização da área definiu superquadras e quadras, somando 763 lotes de 8 m x 16 m e local para comércio, equipamentos coletivos e unidades de produção. A equipe do Departamento de Construções do SSM elaborou o plano urbanístico, os projetos dos prédios de uso coletivo e normas e protótipos das casas a serem autoconstruídas, entre os quais um a utilizar estrutura pré-fabricada e taipa. A experiência de Cajueiro Seco converteu-se em um marco na ação pública no campo da moradia popular, ao abandonar os métodos tradicionais, ao se propor a tratar, simultaneamente, a questão da moradia e da geração de renda e ao buscar conciliar, na concepção e execução das casas, o saber especializado e o popular, a técnica tradicional da taipa e a estrutura pré-fabricada.

Na obra dos arquitetos do grupo chamado Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre – a adaptabilidade às condições locais foi conduzida pela busca de soluções que denunciassem, exibissem e contornassem as deficiências técnicas, as dificuldades econômicas e as contradições sociais vinculadas à construção habitacional. Trata-se de uma arquitetura baseada em uma poética da economia, a assumir a “precariedade” dos materiais simples, das técnicas baratas e populares e da mão-de-obra pouco qualificada (ARANTES, 2002, p. 68-71). Na ausência de uma produção industrial em larga escala de componentes da construção, projetos de casas burguesas funcionam como laboratórios, nos quais técnicas tradicionais são aperfeiçoadas em soluções econômicas e inovadoras. O desprezo por acabamentos requintados é solidário com a busca de economia, com a intenção de reduzir a construção ao essencial e com o empenho em assumir a “precariedade”. Nesse caso, a intenção de adaptação ocorreu conciliando o projeto arquitetônico com técnicas populares reelaboradas e destituídas de acabamentos dispensáveis, resultando em arquitetura sóbria, a refletir a industrialização tardia e as carências materiais da população do país.

As fórmulas da mistura de materiais novos e tradicionais – como a taipa e o concreto armado em Monlevade – ou do emprego de uma solução original para contornar uma dificuldade técnica, decorrente do estágio de desenvolvimento de nossa indústria, têm revelado grande poder de sedução. Parecem trazer, para o campo da arquitetura, a arte do improviso e o dom da criatividade, que alguns computam como parte da identidade nacional e, tantas vezes, são celebrados em nosso futebol. Enfim, parecem evidenciar a existência do tal “jeito brasileiro”, um modo de driblar impecilhos e superar adversidades técnicas, econômicas, sociais e ambientais. Um “jeito” que nos colocaria como herdeiros legítimos dos

portugueses dotados de rara plasticidade, os quais Freyre identificava como protagonistas do início da colonização. Enfim, um “jeito” de fazer e agir teria permitido ao país ter se constituído e teria deixado uma marca indelével, caracterizando o talento nacional em diversos campos de atividades.

É inegável o apelo que uma solução projetual original exerce sobre nós, quando é capaz de aparecer como expressão genuína de condições locais e, de uma forma peculiar, de driblar contingências desfavoráveis ambientais ou socioeconômicas. Entre nós, no campo da arquitetura, esse apelo parece ter sido sempre superior àquele derivado mais diretamente de características estéticas, decorrente das formas, do diálogo delas com a paisagem e com a técnica utilizada. A obra de Oscar Niemeyer – com sua ênfase plástica e suas soluções técnicas geralmente não-experimentais, pouco econômicas e pouco atentas às especificidades climáticas – foge a essa atitude e ao modelo de sucesso por ela consagrado. E isso talvez ajude a explicar um certo incômodo que provoca. Especialmente porque essa obra foi, durante a segunda metade do século 20, a face mais visível da arquitetura brasileira no exterior e para grande parte da população nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: Teoria, crítica e história literária* (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo/Edusp, 1978.
- BRATKE, Oswaldo Arthur. Núcleos habitacionais no Amapá. *Acrópole*, São Paulo, n. 326. p. 1-22, 1966.
- CAJUEIRO SECO, uma experiência em construção. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 8-13, 1963.
- CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Princípios de arquitetura moderna na obra de Oswaldo Arthur Bratke*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CORREIA, Telma de Barros. O modernismo e o núcleo fabril: O anteprojeto de Lúcio Costa para Monlevade. In: VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2000, Natal. *Anais...* Natal: UFRJ, 2000.
- COSTA, Lúcio. Ante-projeto para a Villa de Monlevade. Memorial Descriptivo. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1936.
- _____. Documentação necessária. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Razões da nova arquitetura. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Uma escola viva de Belas-Artes. *Arquitetura moderna brasileira: Depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- _____. Universidade do Brasil. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- COUTINHO, Aluizio Bezerra Coutinho. *O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da arquitetura viva*. Rio de Janeiro: Officinas Alba Graphicas, 1930.
- FARAH, Flavio; FARAH, Marta Ferreira Santos. *Vilas de mineração e de barragens no Brasil: Retrato de uma época*. São Paulo: IPT, 1993.

- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- _____. Casas de residência no Brasil. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 26, 1997.
- KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo/Edusp/Fapesp, 2003.
- MARIANNO FILHO, José. A architecture mesológica. In: PRIMEIRO CONGRESSO DE HABITAÇÃO, 1931, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1931.
- MECÂNICA PESADA S. A. *Habitat*, Taubaté, n. 36, p. 2-11, 1956.
- MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 1999.
- MOTTA, Flávio. Subsídios para o relatório sobre ensino de arquitetura UIA-Unesco. *Sobre o ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978.
- OLIVEIRA, J. L. Fleury de. *Amazônia: Proposta para uma ecoarquitetura*. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde. Introdução bio-geográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- POLÍTICA SOCIAL DO MOCAMBO. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, n 13, p 22-24, 1963.
- RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: Comunidade urbana na selva amazônica: Um projeto do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: Pini, 1992.
- SAMPAIO, Alde. A casa tropical. *Boletim do Club de Engenharia de Pernambuco*, Recife, ano V, n. 2, v. III, p. 31-43, 1927.
- SEGAWA, Hugo; WISSENBACH, Vicente. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Nota do Editor

Data de submissão: maio 2008

Aprovação: março 2009

Telma de Barros Correia

Arquiteta e urbanista, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1995) e livre-docente pela Universidade de São Paulo (2004). Professora e pesquisadora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, onde ministra disciplinas na área de teoria e história da arquitetura e do urbanismo e realiza pesquisas em história do urbanismo, da arquitetura, da habitação e da urbanização no Brasil, com ênfase na história das vilas operárias, núcleos fabris e conjuntos residenciais criados por empresas para seus empregados no Brasil, durante os séculos 19 e 20. Autora dos livros *Pedra: Plano e cotidiano operário na sertão* e *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*.

Avenida do Trabalhador Sãocarlense, 400
13566-590 – São Carlos, SP
(16) 3373-9311
tcorreia@sc.usp.br

crição das

*e S. São em suam d'zindendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bô 35 & braus 57 mea de des palmoz por braça. Temessa
mui poca gente. Di*

M V X D X V C

migo d' Sen. supremo

de Montanha, E

canalino de dentro

at coponto N. 2.

estonia, Sub pell de.

Tinco libras em mea a

o final de rocha viva

& for apraya.

Carlos Alberto dos Reis
Conde

Orientadora:
Profa. Dra. Laura Machado
de Mello Bueno



STRADA PARQUE, UMA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL

I52
pós-

RESUMO

Este artigo trata dos conflitos e das possibilidades de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o entorno de uma estrada de especial interesse paisagístico e ambiental. Localizada na serra da Cantareira, SP, essa região é de grande importância nas questões de preservação das águas de abastecimento da Grande São Paulo e encontra-se em localização periurbana de grande vulnerabilidade econômica, social e ambiental. Aprofunda-se na discussão valendo-se de casos existentes no Brasil e no exterior que exploram os diversos conceitos de estrada parque. Com o projeto da Estrada Parque Cantareira/Roseira em Mairiporã, idealizado por uma organização não-governamental voltada para a preservação ambiental, trabalha as questões de planejamento e gestão tanto local como metropolitana, assim como os diversos interesses públicos e privados. Com o intuito de contribuir-se para a construção de um melhor entendimento das dinâmicas locais e regionais, o estudo dos instrumentos de gestão compartilhada apresenta-se como referencial para regiões de biomas semelhantes.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão ambiental, sustentabilidade, legislação e planejamento.

ESTRADA PARQUE, UNA ESTRATEGIA SOSTENIBLE

RESUMEN

Este artículo trata de los conflictos y las posibilidades de una estrategia de desarrollo sostenible para el entorno de una carretera de especial interés paisajístico y ambiental. Está ubicada en la sierra de Cantareira, SP, una región que tiene gran importancia por cuestiones de preservación de las aguas de provisión de la gran São Paulo, y por su ubicación periurbana de gran vulnerabilidad económica, social y ambiental. El artículo también profundiza la discusión a partir de casos existentes en Brasil y en el exterior, que exploran los distintos conceptos de Carretera Parque. A través del proyecto de Carretera Parque Cantareira/Roseira en Mairiporã, idealizado por una organización no gubernamental dirigida a la preservación ambiental, trabaja las cuestiones de planificación y gestión tanto locales como metropolitanas, además de los distintos intereses públicos y privados. Con el objetivo de contribuir para la construcción de un mejor entendimiento de las dinámicas locales y regionales, el estudio de los instrumentos de gestión compartida se presenta como una referencia para regiones de biomas semejantes.

PALABRAS CLAVE

Gestión ambiental, sustentabilidad, legislación y planificación.

THE PARKWAY: A SUSTAINABLE STRATEGY

ABSTRACT

The current article discusses the conflicts and possibilities of a sustainable-development strategy for an area along a road with special scenic and environmental appeal. Located in the Cantareira mountain range in the state of São Paulo, the area along this road is of key importance for preserving the watersheds that supply part of the water for the São Paulo metropolitan region, amid a peri-urban area highly vulnerable from economic, social, and environmental perspectives. The article deepens the discussion regarding actual cases in Brazil and around the world that employ the parkway concept. Using the example of a parkway project for the Cantareira region suggested by a local non-governmental organization (NGO), the article discusses local and metropolitan planning and management, as well as the public and private interests involved. These investigations should yield a better understanding of local and regional processes as well as joint-management instruments, which should provide a meaningful reference to other regions with similar biomes.

KEY WORDS

Environmental management, sustainability, legislation, regional planning.

APRESENTAÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as estradas parque como um instrumento de gestão importante, especialmente para unidades de conservação cortadas por estradas e próximas a áreas com intensa dinâmica urbana, como é o caso da serra da Cantareira na região metropolitana de São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida por Carlos Conde no mestrado em urbanismo da PUC-Campinas entre 2006 e 2007, defendida em fevereiro de 2008¹, sob orientação de Laura Machado de Mello Bueno.

A pesquisa, desenvolvida no Grupo Água no Meio Urbano, envolveu um levantamento e análise de casos de estradas parque no Brasil e no mundo, seus diferentes conceitos e objetivos, formas de institucionalização e resultados. Apresenta uma revisão bibliográfica referente ao pensamento ambiental a partir do final do século 19 e a ampliação do modelo de desenvolvimento industrial em todo o mundo até o período recente, envolvendo o nascimento de um movimento político de caráter nitidamente ambientalista e as ações desenvolvidas no ambiente dos organismos mundiais e regionais, para fazer frente aos graves problemas ambientais e de saúde pública resultantes dos processos de poluição em todo o mundo.

Envolve o entendimento do processo de urbanização recente em uma fronteira entre o rural e o urbano dentro da Grande São Paulo e, ao mesmo tempo, uma ligação entre Mairiporã e São Paulo, passando pelo Parque da Serra da Cantareira. A relação entre a metrópole e seus mananciais é o pano de fundo da problemática abordada, procurando-se entender a contradição entre o planejamento territorial e privatização das esferas do interesse público, com a espoliação e consequentes impactos socioambientais.

Destaca-se a relação entre os interesses públicos municipais e estaduais – envolvidos pelo fato de a Estrada da Roseira passar pelo parque estadual, e de a área ser estratégica para o funcionamento do Sistema Cantareira de Abastecimento de Água Metropolitano. Assim, sobrepõe-se o papel da região e da estrada, de preservação da biodiversidade e características geotécnicas da serra e de sustentabilidade regional, por meio da gestão de bacias hidrográficas.

AS EXPERIÊNCIAS DE ESTRADAS PARQUE

A grande tônica de nosso tempo talvez seja a do desenvolvimento sustentável, garantir que o planeta, com suas estruturas econômicas e sociais, evolua de forma a poder manter sua capacidade de continuar gerando elementos para a própria manutenção e a existência da vida em suas mais diversas formas.

Nesse sentido, a busca por propostas e idéias que garantam esse tipo de desenvolvimento tem mobilizado muita pesquisa em diversos campos do conhecimento humano e, como não poderia deixar de ser, dentro da disciplina do

(1) Estrada parque: estratégia de desenvolvimento sustentável. O caso da estrada parque na serra da Cantareira.

(2) Paulo Nogueira Neto, primeiro secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente (1974-1986), foi membro da Comissão Brundtland para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Nações Unidas), ex-presidente e membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente, presidente do Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb) e é presidente emérito da WWF – Brasil.

(3) SOS Mata Atlântica, 2004, p. 52.

(4) Definição do Consemá do Rio Grande do Sul, no art. 12, inciso III do Decreto Estadual n. 38.814, de 26 de agosto de 1998.

urbanismo trabalhou-se o estudo sobre os conceitos e exemplos de uma forma de planejamento para alguns tipos de estradas e vias as quais contenham algum tipo de especial interesse e estejam na esfera de um contexto de preservação de paisagens naturais e, sobretudo, de recursos hídricos. Assim, a figura do que chamamos de estrada parque surge como uma possibilidade de fazer-se avançar o desenvolvimento dentro de bases a garantirem que essas regiões, nas quais essas estradas estão inseridas, sustentem-se tanto do ponto de vista econômico como cultural e ambiental.

A estrada parque é um conceito ainda não totalmente formatado. Há diversas experiências no Brasil e fora dele, nas quais se busca o aproveitamento das potencialidades das estradas enquanto ações antrópicas presentes em todas as partes do mundo (sobretudo no Brasil, de vocação rodoviária) e seccionam importantes áreas ambientalmente sensíveis e de grande interesse para preservação, muitas delas reconhecidas legalmente como unidades de conservação. Essas experiências buscam melhor estruturar políticas públicas que permitam uma gestão de estradas de especial interesse, seja ele ambiental, paisagístico, cultural ou com todas essas singularidades.

Apesar da pouca literatura existente, e do termo estrada parque ser usado para a definição de diversos tipos de estradas, seja pela autodenominação, seja por uma institucionalização contando com recursos de lei ou decreto, buscou-se, por meio da pesquisa, estradas que tivessem o denominador comum de preservação ambiental e de interfaces com os usos correlatos em seu entorno. Alguns conceitos foram encontrados na literatura. Para Nogueira-Neto²: “As Estradas Parque são áreas onde a natureza é especialmente protegida, tendo em vista assegurar a apreciação da paisagem pelas pessoas que por ali trafegam em veículos ou passam a pé.”

Em publicação sobre o assunto, a ONG SOS Mata Atlântica, que procurou implantá-las em alguns locais, assim apresenta as estradas parque:

“Estrada Parque é um museu permanente de percurso que atravessa Unidades de Conservação ou áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico, implantado com o objetivo de aliar a preservação ambiental ao desenvolvimento sustentável da região, através do fomento ao ecoturismo e às atividades de educação ambiental, de lazer e culturais. Trata-se de uma classificação especial para rodovias e estradas localizadas em áreas de exuberância cênica e de relevante interesse patrimonial, quer seja natural, ambiental, arqueológico, cultural ou paisagístico, que podem ser tombadas ou especialmente protegidas.”³

No Rio Grande do Sul o Consemá definiu em decreto:

“Estrada-Parque – Parques lineares, sob administração pública, de alto valor panorâmico, cultural, educativo e recreativo. As margens, em dimensões variáveis, são mantidas em estado natural ou seminatural, não sendo necessária a desapropriação mas, somente, o estabelecimento de normas quanto ao limite de velocidade, pavimentação, sinalização e faixa a ser protegida.”⁴

Apresentam-se breves informações sobre as principais experiências no Brasil.

A Estrada Parque do Pantanal, localizada no Mato Grosso do Sul, foi criada pelo decreto em 1993. Com cerca de 120 km, forma uma área de interesse



Figura 1: Portal da Estrada APA, rio Tietê
Foto: Autor, 2007

(5) DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.

(6) Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Artístico do Estado de São Paulo.

turístico inserida dentro do ecossistema do Pantanal e desenvolve implementação de ações de gestão participativa.

A Estrada Parque APA do rio Tietê, mais conhecida como Estrada Parque de Itu, foi criada em 1996 na Rodovia SP-312, entre Pirapora do Bom Jesus e a cidade de Itu, SP. Após um processo de mobilização da comunidade local, assim como da ONG SOS Mata Atlântica, surgiu a proposta de utilizar-se a Estrada dos Romeiros como elo para consolidação de esforços na conservação da região, transformando-a em uma estrada parque, com a idéia de museu permanente de percurso para o desenvolvimento sustentado do local. A região apresentava vulnerabilidade devido a usos predatórios, além da poluição do rio Tietê. Com o apoio do DER⁵ o qual, por uma portaria, elevou a SP-312 à categoria de estrada parque, consolidou-se a criação da estrada parque por meio de uma lei municipal e avançou-se na criação de um plano de manejo e na construção de dois portais de entrada que materializaram a figura da estrada parque (ver Figura 1).

Esse processo se desenvolveu, fundamentalmente, devido à participação da sociedade local e da parceria com a prefeitura e a Câmara Municipal de Itu.

Em região de bioma bastante delicado, tendo sua fragilidade ameaçada por grande conflito entre ocupações irregulares, especulação imobiliária e disposição irregular de lixo, a SOS Mata Atlântica, em parceria com a comunidade local, criou a proposta da Estrada Parque da Serra do Guararu, entre as cidades de Bertioga e Guarujá (SP), utilizando um trecho da Rodovia SP-61, apesar de ser área sob a guarda de diversas formas de proteção legal, entre elas, o tombamento pelo Condephaat⁶. A proposta foi criar um processo de integração para a preservação do patrimônio turístico e ambiental, aproveitando-se do fato de o DER já ter denominado a via de Estrada Cênica. Foi criado um plano de manejo e a construção de portais, sinalizações e programas de preservação, envolvendo a comunidade local. O projeto está em construção, pois ainda não foi institucionalizado.

A serra dos Pirineus, em Goiás, apresenta-se como uma estrada parque a qual, na verdade, liga dois municípios de interesse ambiental e histórico e corta

(7) APA – Área de Proteção Ambiental.

um parque e uma APA⁷. Encontra-se, atualmente, em processo de implementação.

A Estrada São Miguel Arcanjo-Sete Barras, no Parque Estadual Carlos Botelho, no estado de São Paulo, apesar de ser chamada de estrada parque, é uma estrada a cortar o parque estadual e tem recebido equipamentos de vigilância, mas não tem se caracterizado como avanço nos processos de gestão.

Alguns desses casos abarcam, na questão dos recursos hídricos, uma das características mais importantes, já que foram criadas em função da preservação dos ecossistemas em que estão inseridas, como a região do Pantanal, o vale do rio Tietê e o canal de Bertioga.

Entende-se que, apesar de essas áreas já estarem sob a guarda de algumas leis de proteção (unidades de conservação), a criação da estrada parque como figura jurídica, com gestão compartilhada entre o poder público e os diversos grupos de interesse da sociedade, passou a gerar um novo olhar sobre essas regiões a partir da figura da estrada. Ela pode passar a ser o fio condutor que alinhava as ações e os interesses nas regiões de entorno.

Nos Estados Unidos, as *scenic bayways* e as *all american roads* representam um prestígio anexado que as diferencia das demais estradas, focando a imagem de estradas especiais a carregarem a essência de paisagens únicas ou de contextos da cultura e da história americana. Até 2005 existiam 27 *all-american roads* e 99 *scenic byways* em 44 estados americanos. Esse prestígio garantiria, com o envolvimento das comunidades locais, a auto-estima, o sentimento de patriotismo e o de pertencer a essas localidades contribuindo para a preservação. Ao mesmo tempo, possibilita a sustentabilidade, na medida em que se formam roteiros turísticos a destacarem a produção do lugar, proporcionando a manutenção das economias locais.

O CASO DA ESTRADA PARQUE NA SERRA DA CANTAREIRA: O CONTEXTO REGIONAL

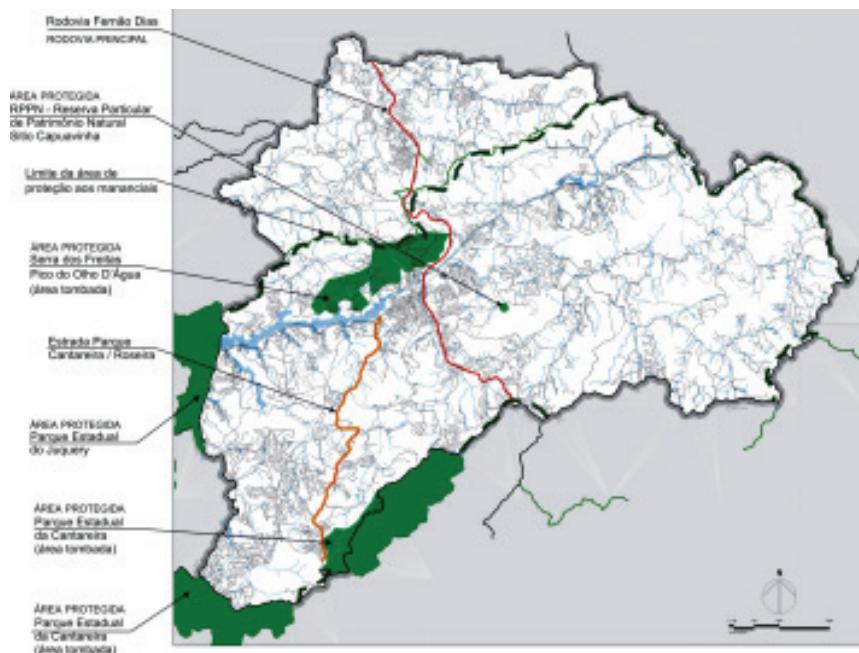
A área de estudo é a região da serra da Cantareira, considerada a maior floresta natural urbana do mundo dentro de um contexto metropolitano, localizada na porção norte da cidade de São Paulo, com o estudo de caso da estrada parque a qual, inserida nesse local, procura estabelecer uma estratégia a criar um paradigma de desenvolvimento sustentável para a região.

A pesquisa procurou estabelecer um paralelo entre a urbanização e a preservação dos recursos hídricos, por meio do projeto “Estrada Parque Serra da Cantareira”, chamado também de “Estrada Parque Cantareira/Roseira”. Em análise de processos urbanos e históricos da serra da Cantareira e da cidade de Mairiporã, localizada na bacia do rio Juquery, com diferentes realidades urbanas e proteção ambiental, assim como diferentes tipologias de urbanização que, em muitos casos, tem colocado em risco o sistema hídrico de abastecimento da metrópole de São Paulo, tanto da qualidade da água como da própria manutenção da vida dos rios, córregos e do Reservatório Paiva Castro. O sistema que abastece cerca de 58% da cidade de São Paulo (Figura 2), tem, assim, importância que extrapola o local, alcançando importância nacional, tamanha a população diretamente envolvida.

Figura 2: Localização do Sistema Cantareira
Fonte: Site mananciais
(<http://www.mananciais.org.br>)



Figura 3: Áreas protegidas no entorno da Estrada Parque Cantareira/Roseira
Fonte: PROTRAN – EiaRima do Rodoanel (adaptado pelo autor)



(8) Parque Estadual da Cantareira e morro do Iqueréy/serra dos Freitas, Pico do Olho d'Água.

A serra da Cantareira, na porção norte da cidade de São Paulo, apresenta-se com preocupante processo de ocupação descontrolada, devido à histórica falta de planejamento de seu território e fiscalização, o que tem colocado em grande risco esse patrimônio paisagístico e de abastecimento hídrico. Ainda que a região possua vários tipos de figuras de proteção, como a lei de proteção aos mananciais, o tombamento de duas áreas naturais⁸ e a existência de dois parques estaduais, além de estar localizada na área da reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (ver Figura 3), esses estratos de legislações não têm sido suficientes para garantir a preservação da região, nem despertam, na população residente e nos usuários do local, práticas de convivência sustentáveis.

O PROJETO DA ESTRADA PARQUE ROSEIRA CANTAREIRA

A organização não-governamental de defesa do meio ambiente – Associação Ecológica e Cultural Acorda Mairipa – buscou desenvolver uma estratégia de desenvolvimento, para uma região de grande interesse metropolitano, que pudesse fazer frente aos processos em cursos de degradação das faixas marginais à estrada e sensibilizar o poder público municipal, moradores, proprietários e usuários visando à garantia da permanência dos ecossistemas locais, a preservação dos mananciais e dos recursos hídricos que abastecem a metrópole paulista.

O Projeto de Mobilização pela Estrada Parque na serra da Cantareira veio, assim, ao encontro dessa necessidade, buscando a estruturação local para poder promover uma estratégia de sustentabilidade que garanta um desenvolvimento econômico e social, de forma a criar um olhar para a região da Cantareira. Não se trata de uma sacralização da paisagem e dos recursos naturais existentes, mas uso dos terrenos lindeiros já ocupados, o qual destaque os valores da paisagem cênica e da biodiversidade contígua à maior floresta urbana do mundo, inserida em contexto metropolitano, além de valorizar os recursos hídricos.

Com o financiamento do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos – Fehidro, a Associação Ecológica e Cultural Acorda Mairipa criou um projeto de estratégia para a transformação da Estrada da Roseira em estrada parque por meio de ações, obras e legislação municipal. Essa estrada é considerada coletora de primeira categoria dentro do sistema viário metropolitano. Nasce junto do centro da cidade de Mairiporã e da Represa Paiva Castro e segue pela encosta da serra da Cantareira em sua vertente norte até seu topo, já na divisa com o Parque Estadual da Cantareira sendo, a partir daí, uma avenida da cidade de São Paulo⁹ que corta o coração do parque.

A estrada, com características vicinais de escoamento da pequena produção agrícola local, tem se caracterizado, nas últimas décadas, por ser acesso a diversos bairros e loteamentos fechados que antes abrigavam casas de veraneio e, hoje, transformam-se em moradias dos que seguem a chamada fuga da metrópole por áreas periurbanas no entorno da cidade de São Paulo.

Mais recentemente, os usos como estrada cênica (Figura 4), para passeios ou atividades como o comércio, lazer e serviços, sobretudo os voltados para a gastronomia e eventos como festas de casamentos, têm caracterizado um novo tipo de fluxo e uma nova ocupação para a região.



Figura 4: Vista da Estrada Parque Cantareira/Roseira com vegetação exótica em meio à mata natural (paisagem cênica)
Foto: Autor, 2006

Diante dessa nova ocupação, também se formou uma nova ameaça à região no que tange à ocupação descontrolada, a qual não leva em conta o potencial da região como a paisagem de singular beleza, assim como a fundamental necessidade da preservação dos recursos hídricos existentes. Não considerando, desse modo, a sustentabilidade que se deve buscar para a região gravitando em torno da estrada poder ser desenvolvida, garantido as atividades econômicas para as populações do entorno, ao mesmo tempo em que se mantêm as características locais e permite-se a continuidade dos processos econômicos, sociais e ambientais para as gerações futuras, tanto sob o ponto de vista local quanto de impacto metropolitano.

O PROCESSO

O processo de elaboração do projeto ocorreu com a contratação de equipes multidisciplinares para a elaboração de uma pesquisa quali-quantitativa dos usuários e moradores do entorno da estrada, um inventário da flora mais característica, um levantamento fotográfico atual e imagens de arquivo de jornal, um advogado com especialização em direito ambiental para a elaboração de anteprojeto de lei da criação da estrada parque e uma equipe de profissionais de arquitetura e urbanismo para a elaboração de um diagnóstico dos problemas e potenciais locais.

A partir desses elementos, criaram-se oficinas de discussão com os agentes e atores locais, como as associações de bairros, ambientalistas, comerciantes e pessoas interessadas, em geral, que levaram a criação da construção de três perguntas as quais concederam o embasamento necessário ao projeto:

- A – Estrada parque – o que é?
- B – Estrada parque – para que serve?
- C – Estrada parque, qual sua importância para Mairiporã?

As respostas foram construídas apresentando-a como uma via de valores estéticos, ambientais e urbanísticos que devem ter uma regulamentação específica com um sistema de gestão próprio a colaborar na preservação. Como um instrumento auxiliar para o disciplinamento do uso do solo para a recuperação ambiental, aumentando o *status* da região. Finalmente, a importância se deve à garantia da sustentabilidade do local, diminuição de acidentes, atração de um turista de melhor nível, assim como o aumento da auto-estima dos municípios.

Dessas oficinas surge uma série de propostas de criação de cenários futuros possíveis e objetivos concretos para alcançá-los, com a divisão de tarefas entre a sociedade civil e o poder público, entre elas a criação de uma lei depois aprovada pela Câmara Municipal para a efetivação da figura jurídica da estrada parque, atrelada à formação de um conselho gestor e aquela deverá colaborar para se construir o desenho do futuro da estrada.

Com base nesse processo elaborou-se um projeto com a criação da estrada parque, com o estabelecimento de cenários pretendidos, como o de recuperação, conservação e desenvolvimento sustentável; cenário de valorização paisagística e cenário de circulação eficiente com diretrizes macros e planos de ação pontuais.

A revitalização da área central da cidade de Mairiporã, o perfil de valorização paisagística, a criação de normas para placas e anúncios, a pavimentação de estradas complementares para a pulverização do trânsito hoje concentra-se nessa via,

a criação de um trajeto de transporte que possa também ser usado para fins turísticos, a definição de uma lei de uso do solo, preservando-se uma faixa mínima de 15 m de cada lado da estrada para a manutenção dos estratos vegetais, e a revegetação como forma de manter a identidade do lugar, além de plano de recuperação do leito carroçável. De forma mais pontual, podemos destacar a construção de belvedere/mirante (Figura 5), a construção do memorial do oleiro em antiga olaria desativada como forma de resgate histórico e integração com os ecossistemas locais contíguos à construção de passarelas sobre a várzea existente para o trabalho de educação ambiental, a construção de rotatórias para a organização do trânsito, a urbanização e requalificação de trechos já ocupados, assim como a formação de túneis verdes com renques de árvores nas margens da estrada.

Um projeto de comunicação visual com uma família de tótens indicativos e sinalizadores poderão proporcionar a apropriação da estrada em um plano material em uma primeira etapa e, em seguida, a implantação de algumas obras pontuais efetivará o conceito de estrada especial, que deverá despertar nos usuários, diários ou eventuais, o real valor do local e a necessidade de sua preservação e desenvolvimento que garanta a sustentabilidade.

O projeto, porém, baseia-se na idéia da estratégia de promover o desenvolvimento de forma sustentada, tendo a participação da sociedade como elemento fundamental para os desdobramentos das políticas que devem ser criadas a partir da estruturação do conceito de estrada parque. Nesse sentido, a formação de um conselho gestor, com a participação de diferentes representantes da sociedade organizada em consonância com agentes do estado e a prefeitura deverão, a exemplo de outras iniciativas com a Estrada Parque APA do rio Tietê, promover as ações para a sustentabilidade da estrada, seu entorno e, por consequência, toda a região.



Figura 5: Proposta de intervenção em um dos trechos da Estrada Parque Cantareira/Roseira
Fonte: *Projeto Estrada Parque Cantareira/Roseira, 2004*

CONFLITOS

Apesar de a estratégia ter demonstrado ser bastante salutar em ações semelhantes em outras partes do Brasil e do mundo, o grande empecilho desse projeto tem sido o conflito entre o projeto e seu perfil ideológico e o concreto, no que tange aos processos de mobilização e à materialização por meio do papel do poder público. A iniciativa de incorporar o projeto como um avanço nas políticas do município, assim como uma possibilidade bastante concreta de, por meio dele, promover-se um desenvolvimento que traga recursos tanto às populações locais, na forma de postos de trabalho, como também pela geração e arrecadação de impostos diretos e indiretos, além do ganho político de um processo de alcance regional, se não nacional ou mesmo internacional, tamanha a visibilidade da região e sua importância em âmbito do planeta, parece não ter sido entendido ou/ e absorvido pela cultura política local.

Os projetos do Pantanal, de Itu e da serra do Guararu padeceram dos mesmos conflitos, mas estes parecem ter sido, em determinado patamar, agregadores dos movimentos não-governamentais que acabaram por fortalecer esses projetos e essas estratégias de planejamento.

Os processos culturais, portanto, também devem ser elementos que precisam ser trabalhados para se alcançar o desenvolvimento sustentável, seja pelo entendimento da importância dos recursos naturais, seja dos níveis da superficialidade retórica e a superação dos conceitos falsos de progresso, assim como da superação de ideologias locais conservadoras, de cunho assistencialista e não-abertas às potencialidades da sustentabilidade, principalmente pela exploração da paisagem local ou dos recursos naturais, pelo caminho do turismo e de novos olhares para esses potenciais os quais esses novos tempos apresentam, propõem e exigem.

Infelizmente, as experiências de outros projetos, notadamente os americanos das *american scenic bayways* e das *all american roads*, em que a união de interesses das comunidades com o interesse público promove a transformação, pelo resgate das paisagens e das culturas locais como forma de valorização das estradas, gerando elementos nas relações locais, sobretudo o de auto-estima e do orgulho de pertencer àqueles lugares e preservá-los – ainda não foram percebidos pela cultura política local, mostrando existir, ainda, um caminho a percorrer-se para essa nova percepção do desenvolvimento.

PERSPECTIVAS

As estradas, elementos construídos, permeando todo o planeta e, notadamente, no Brasil, onde desde a década de 1950 do século passado optou-se pelo modelo baseado no automóvel e, consequentemente, nas estradas, além da própria dimensão do território que prescinde desses elementos construídos para sua própria existência, precisam ser vistas sob uma nova perspectiva, pois estão presentes em todos os locais e na vida de todos e propõem, além de sua função básica de transporte, em muitos casos, grandes possibilidades de promoção de novas formas de desenvolvimento, sobretudo os pautados nas idéias e conceitos de sustentabilidade.

(10) SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.

Os casos apresentados, sobretudo o da Estrada Parque da Cantareira, pautam-se na necessidade de garantir-se a sustentabilidade das comunidades, no sentido de estabelecer-se um modelo que possa não ser destruído pelas forças de ocupação desenfreada da metrópole, no caso, São Paulo. Mas que possam se estruturar dentro do contexto da metrópole, garantindo suas características culturais e econômicas e proporcionando, apesar do crescimento populacional, vegetativo ou induzido por elementos diversos, uma nova forma de encarar-se o desenvolvimento e uma nova forma de olhar-se para os recursos naturais edificados. Dessa forma, a preservação dos recursos hídricos locais que compõem fundamental elemento vital da metrópole paulista passa a ter uma garantia a mais de permanência.

A condução desses processos, pela gestão dos espaços das estradas entre o poder público e a sociedade civil organizada e de grupos de interesse legítimos, apresenta também uma grande mudança na forma de promover-se o desenvolvimento, na medida em que um gestor, preferencialmente por um conselho, venha a construir as diversas teias de interesses os quais possam promover o desenvolvimento que possa levar à preservação do patrimônio local, ao mesmo tempo em que proporciona a melhora da qualidade de vida das populações locais pela fixação dos mesmos por meio da valorização das economias locais e da cultura, além de beneficiar também os visitantes e transeuntes.

A idéia, pois, da gestão compartilhada como forma de edificar-se uma política que atenda aos interesses de desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista das comunidades locais como dos usuários eventuais, acaba por produzir uma nova referência como unidade de conservação.

Assim, reforça a idéia da necessidade de consolidação dessas políticas por uma institucionalização que garanta a continuidade de um processo de construção dessas identidades, as quais seriam bastante salutares, se elas se consolidassem como uma unidade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação¹⁰.

A existência de uma legislação específica, aliada às peculiaridades de cada local, poderia, em muito, contribuir para a manutenção, preservação e desenvolvimento sustentável de inúmeras comunidades Brasil afora, que necessitam de uma condução segura de seus mecanismos e processo de desenvolvimento a abranger a idéia central de garantir-se uma saída econômica para as comunidades, promovendo o desenvolvimento regional sem agredir o patrimônio natural ou contribuindo com ele.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Geografia e planejamento. O Reservatório do Juqueri, na área de Mairiporã: Estudo básico para defesa ambiental e ordenação dos espaços envolventes*. São Paulo: Instituto de Geografia – Universidade de São Paulo, 1978.
- BREDARIOL, Celso; VIEIRA, Listzt. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BUENO, Laura Machado de Mello et al. *Moradia social em área de mananciais*. São Paulo: Annablume, 2004. (Coleção do Projeto Gepam – A Experiência de Santo André).

- CONDE, Carlos Alberto. *Estrada parque: Estratégia de desenvolvimento sustentável. O caso da estrada parque na serra da Cantareira*. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado) – CEATEC 0150 – Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2008.
- FERREIRA, José Bento; FILHO, J. J. B.; MARTINS, N. F. Estradas inseridas em corredores ecológicos. In: SEMINÁRIO CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1997, São Paulo. *Anais...* São Paulo: IE/Cepa/USP, 1997.
- FRANCO, Maria Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental – Uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1997.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Estrada parque, conceito, experiências e contribuições*. São Paulo: Estúdio Girassol/Esperança Sobral, 2004.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento sustentável: Da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- HOEFFEL, João Luiz; FADINI, Almerinda A. B.; MACHADO, Micheli K.; REIS, Jussara Christina. Percepção ambiental e conflitos de uso dos recursos naturais – Um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. In: III ENCONTRO DA ANPPAS, 2006, Brasília. *Anais...* Núcleo de Estudos Ambientais – Sociedades e Naturezas/Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP; Brasília, 2006.
- MACHADO, M. H. F. *O movimento ambientalista de Caucaia do Alto contra a construção do aeroporto metropolitano de São Paulo*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, M. A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, F. C.; ARROYO, Mônica (Orgs.). *O novo mapa do mundo: Natureza e sociedade de hoje: Uma leitura geográfica*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. In: STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SEABRA, Giovanni de Farias. *Ecos do turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: Do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.
- WHATELY, Marussia; CUNHA, Pilar. *Cantareira 2006: Um olhar sobre o maior manancial de água da região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.

Nota do Editor

Data de submissão: maio 2008

Aprovação: janeiro 2009

Carlos Alberto dos Reis Cunha

Arquiteto pela Universidade de Guarulhos – UNG – e mestre em Urbanismo pela PUC de Campinas
Caixa Postal 35
07600-000 – Mairiporã, SP
(11) 4484-4645/9919-8312
cacon@terra.com.br

S

SIGNIFICADOS DO URBANISMO

RESUMO

O que se apresenta neste artigo é uma busca, ainda não finalizada, dos significados possíveis de observar-se em relação ao urbanismo. Para tanto, discutem-se também suas relações com o planejamento urbano e o desenho urbano. Ressalta as similaridades e diferenças entre esses conceitos e o fato de serem, muitas vezes, usados indistintamente. O artigo é construído a partir de duas hipóteses: a de uma maior abrangência da atuação do urbanismo, o qual incorporaria o planejamento urbano, e a de a distinção conceitual dessas duas ciências (ou práticas?) poderem ser feitas a partir de uma maior ou menor aproximação da arte e da arquitetura. Quanto maior a aproximação, mais próximo da faceta de intervenção física do urbanismo estamos; quanto mais distantes, mais claro fica o conceito de planejamento urbano. O artigo tem caráter provocativo e está consciente da polêmica que pode gerar, sendo esse seu objetivo principal. A discussão aqui relatada tem como base uma pesquisa na literatura e em discussões com colegas pesquisadores e alunos. Estrutura-se com uma introdução que ressalta a dificuldade de uma discussão epistemológica e partes em que se estabelecem semelhanças e distinções dos conceitos tratados e uma conclusão que, sem se resguardar de um posicionamento, propõe a continuidade da discussão.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento urbano, gestão urbana, desenho urbano, urbanismo.

SIGNIFICADOS DEL URBANISMO

RESUMEN

Lo que se presenta en el artículo es una búsqueda todavía inacabada de los significados posibles de se encontrar para Urbanismo. Para eso, se discute también sus relaciones con la Planificación Urbana y el Diseño Urbano, las similitudes y diferencias entre estos conceptos y el hecho de que muchas veces son utilizados indistintamente. El artículo se construye a partir de dos hipótesis: una que supone una actuación más amplia del Urbanismo, el que incorporaría la Planificación Urbana; y la que afirma que la distinción conceptual de esas dos ciencias (¿o prácticas?) se puede hacer a partir del grado de acercamiento del Arte y de la Arquitectura. Cuanto más cercano, más nos aproximamos de la faceta de intervención física del Urbanismo; cuanto más lejano, más claro queda el concepto de Planificación Urbana. El artículo tiene carácter provocativo y conciencia de la controversia que puede generar, lo que es su objetivo principal. La discusión presentada aquí tiene como base una investigación en la literatura y debates con compañeros investigadores y alumnos. Él se estructura con una introducción que da énfasis a la dificultad de un debate epistemológico, partes donde se establecen semejanzas y distinciones de los conceptos discutidos, y una conclusión que, no obstante presente una posición, propone también la continuidad del debate.

PALABRAS CLAVE

Planificación urbana, gestión urbana, diseño urbano, urbanismo.

THE MEANING OF URBANISM

ABSTRACT

This article discusses an incomplete search on the different meanings understood from urbanism. It does so by discussing the relation of urbanism with urban planning and urban design. The similarities and differences between these concepts and the fact that they are often used indistinctly are pointed out. The current article is organized around two hypotheses, where the first involves a broader understanding of urbanism, which incorporates urban planning, and the second is based on the idea that the conceptual distinction between these two fields may be defined according to how close or how far urbanism is from art and architecture. The closer urbanism is to art and architecture, the more it moves away from urban planning. The ideas presented here are intended to be provocative, and the author is aware of reactions they may generate. This discussion is based on a technical literature as well as on debates with other researchers and students. The article starts with an introduction regarding the difficulties and complexities of an epistemological discussion while later sections point out similarities and distinctions between the two main concepts. The conclusion makes the author's position clear, but suggests that this issue needs further discussion.

KEY WORDS

Urban planning, urban management, urban design, urbanism.

O PROPÓSITO DESTE ARTIGO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre urbanismo e planejamento urbano em termos de áreas de conhecimento cujo objeto é a realidade urbana, e, também, por extensão natural, o da região que a contém. Para essa abordagem, além dos dois principais conceitos que se busca discutir, obrigatoriamente, são acrescentados os de desenho urbano e, de forma subentendida, o de gestão urbana. Na discussão aqui apresentada buscam-se similaridades e diferenças entre esses conceitos, como eles são entendidos e como abordam o fenômeno urbano. Estruturado de forma inegavelmente pretensiosa, como um ensaio epistemológico, este artigo busca reconhecer o trajeto conceitual e operacional do urbanismo e do planejamento urbano, algumas vezes, de fato, utilizados de modo indistinto, a partir do momento em que aparecem como possíveis ciências da cidade.

O objetivo do artigo é tão-somente o de responder a preocupações conceituais que surgem entre os que planejam, administram ou pesquisam a cidade. No cotidiano dessas tarefas, observa-se, pois, pouca clareza entre o significado de urbanismo, de planejamento urbano, de desenho urbano e de gestão urbana. Não se reproduz, aqui, estudos já anteriormente realizados os quais, em uma revisão histórica, resgatam as diferentes fases do urbanismo e mesmo do planejamento urbano. A despeito do fato de esses trabalhos contribuirem grandemente para o esclarecimento dos conceitos discutidos, optou-se por priorizar a discussão mais propriamente epistemológica.

A elaboração deste artigo iniciou com a certeza que urbanismo, seja como ciência, seja como área de conhecimento, estaria fortemente ligado à idéia de intervenção física no espaço das cidades, alterando-as ou construindo-as com propostas e obras de embelezamento, saneamento, sistema viário, espaços públicos e privados. Em alguns momentos da discussão, este autor se viu obrigado a reconhecer que existem outros entendimentos de urbanismo, avançando para uma direção que parece estar mais próxima do conceito de planejamento urbano, sobretudo quando sua preocupação é organizar a maneira como a própria sociedade constrói e consome a cidade. Tal dubiedade, evidentemente, é reduzida se observarmos os conceitos de forma isolada. Professor Bernardo Secchi (2005), por exemplo, ainda que com postura relativista, evidencia, em seu conceito de urbanismo, a existência ou a busca de transformações físicas:

"Portanto, por Urbanismo entendo não tanto um conjunto de obras, de projetos, de teorias ou normas associadas a um tema, a uma linguagem e a uma organização discursiva; muito menos o entendo como um determinado setor do ensino, mas ao contrário como um testemunho de um vasto conjunto de práticas, quais sejam as da contínua e consciente modificação do estado do território e da cidade."

Leme (1999) contribui para esclarecer essa questão ao resumir o percurso histórico do urbanismo no Brasil: primeiramente, um domínio de “pioneiros”, seguidos de engenheiros-arquitetos, arquitetos e, finalmente, equipes multidisciplinares. Essa mesma síntese é reiterada na identificação, pela autora, dos períodos do urbanismo brasileiro:

“É importante destacar que durante esse período, do final do século XIX aos anos 60, foram se configurando duas linhas de Urbanismo: uma que se iniciou nos planos de melhoramentos que, em seguida, se ampliaram para o conjunto da área urbana, para a aglomeração e receberam a denominação, já na década de 70, de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado.” (LEME, 1999)

A mudança de entendimentos que se vivenciou na elaboração deste artigo resulta, talvez, da lembrança de o urbanismo, quando se quis modernista, por exemplo, como sabemos, não ter se apresentado apenas como um projeto de intervenção física em uma cidade específica. Ao contrário, o movimento chamado urbanismo modernista se caracteriza como um corolário, um manual mesmo, de como proceder para se chegar à cidade ideal. Com isso o urbanismo, utopicamente, acreditava poder alterar a cidade enquanto espaço construído e também a sociedade que a constrói e usa-a. De fato, esse urbanismo – e essa é a palavra utilizada ao invés de planejamento urbano, não apenas desenha a cidade que se quer, mas também determina como essa deve ser obtida e usada, ou seja, acreditando na utopia de poder formatar a sociedade que aí habita. Todavia, ao se considerar o antagonismo entre o acreditar em mudanças societárias a partir do desenho do assentamento urbano proposto e o pensar essas mudanças por meio de novas relações entre seus componentes sociais, o artigo volta a diferenciar os conceitos aqui tratados tal qual em seu início.

A inserção, portanto, de questões relativas às relações da sociedade ao desenho proposta para a cidade parece aproximar o conceito de urbanismo ao de planejamento urbano.

“A busca da superação dos problemas sociais era procurada através da apresentação de novas formas urbanas. Tencionava-se criar uma cidade melhor a partir da fé na técnica e progresso. Porém, isso mostrou-se uma falácia que Brasília e suas cidades satélites exemplificam de maneira transparente. A exclusão social não pode ser resolvida através do incremento de técnicas modernas na construção, ou ser equalizada tão-somente via planejamento pelo Estado.” (DIAS, 2000)

Tão-somente a partir da exposição acima observa-se uma dificuldade em distinguir os três termos aqui discutidos. Desse modo, algumas perguntas estão na base dessa discussão sobre eles. Seriam esses termos: urbanismo, planejamento urbano e, a partir de uma relação imediata, desenho urbano – uma evolução histórica de uma mesma idéia ou convivem no mesmo tempo? São conceitos contraditórios ou complementares? Finalmente, tratam do mesmo objeto?

Para iniciar esse debate, diferencia-se o ato de fazer de seu ato anterior, o de planejar. Em um primeiro momento, tem-se o planejamento urbano como ato de planejar, o qual explicita a cidade que se quer em um plano, não necessariamente de forma gráfica. São exemplos o plano diretor municipal e mesmo uma lei de uso e ocupação do solo, os quais explicitam desejos e normas a serem implementados por outrem, ao longo de momentos futuros. Em um segundo

momento, o urbanismo, o ato de intervir fisicamente, de construir, de ampliar, de reciclar, ou de revitalizar, a partir de um projeto gráfico e intencionalmente claro. Paralelamente a essas duas ações tem-se a gestão ou administração urbana, capaz e responsável para optar pelo momento de planejar-se ou de intervir-se, ou seja, de fazer-se planejamento ou urbanismo. Cabe a essa gestão também a responsabilidade de executar o desejado no plano e de manter o que foi implantado.

Ao se adotar esse entendimento, ter-se-ia o planejamento urbano vinculado ao entendimento mais tradicional da cidade, ou seja, aquele que a planeja, que define como deverá ser seu futuro, quais os caminhos a seguir, as prioridades a adotar, os espaços a ocupar e a não ocupar, as obras a serem realizadas. Uma vez finalizado esse planejamento, cabe à gestão o papel de executá-lo e fiscalizá-lo. De outra forma, o urbanismo estaria mais vinculado à técnica da engenharia e da arquitetura para a implementação daquilo que é físico (a obra) e anteriormente determinado pelo planejamento (o plano). Se, no caso do planejamento urbano, a equipe de profissionais requerida é multidisciplinar, no caso do urbanismo valoriza-se a função do arquiteto urbanista por excelência, apoiado por profissionais das diversas engenharias.

Tal simplificação não deve, entretanto, justificar o encerramento da discussão sobre a forma mais correta de utilizar-se esses conceitos. Ao contrário, tal distinção linear deve instigar a dúvida. Contudo, considerando a carência de referências com as quais se conta para se discutir epistemologicamente esses conceitos, a contribuição deste artigo está em provocar a discussão. Com isso, ressalta-se a importância de uma revisão epistemológica do planejamento e do urbanismo entre nós, procedendo, inclusive, relações com os termos usados por academias estrangeiras que se servem de outras línguas na discussão da cidade.

Para a presente discussão, o texto é dividido, além dessa introdução, em cinco partes. A primeira apresenta uma abordagem de qual é, afinal, nosso objeto. Para isso é apresentada uma discussão sobre os termos *cidade* e *urbano*, com base em Henri Lefebvre. Tais termos, sempre presentes em discussões como a deste artigo, têm, de fato, significados científicos muito próximos, porém com diferenças sutis que podem facilitar a distinção conceitual aqui procurada.

A cidade como objeto e o urbano como fenômeno foi uma distinção conceitual proposta por Henri Lefebvre já nos anos 60. Para ele, o urbano é o conjunto de forças culturais, sociais e econômicas, cuja expressão física, responsável, inclusive, para a reprodução desse fenômeno, era a cidade. Essa distinção, puramente conceitual, é uma forma de tornar claros dois termos usados, por vezes, como sinônimos. A *cidade* seria, nesses termos, o lócus de fluxos financeiros, relações sociais, políticas, econômicas, e onde ocorre a concentração de bens de reprodução do capital e da mão-de-obra e o lócus ideal, pela convergência dessas forças, para sua reprodução e disseminação. Se assim entendidos, cidade e urbano seriam, nessa seqüência, os objetos de trabalho do planejamento urbano (por extensão, o regional também) e do urbanismo. Para uma sociedade que se urbaniza nos ecuménos do território e também nas complexas relações sociais, exige do planejamento urbano até mesmo sua revisão, pois amplia seus espaços de atuação de forma quase global. Tomando como exemplo o caso do plano diretor, para o caso específico brasileiro: a ciência que o elabora, o planejamento urbano agora não parece mais ser suficiente. Ao se ampliar,

constitucionalmente, a responsabilidade desses planos para além do traçado do perímetro urbano até os limites político-administrativos do município, distanciar-se-ia do detalhe do urbanismo e mesmo do tradicional planejamento urbano¹, mas avançar-se-ia para um desejo, mais uma vez, de consertar a sociedade.

DO URBANISMO AO PLANEJAMENTO URBANO?

A partir da consolidação de um processo histórico e mesmo civilizatório de urbanização ocorrida nos finais do século 19, com a assimilação pela sociedade da Revolução Industrial, seria obrigatória a busca de soluções para problemas criados por um novo uso sobre um espaço antigo e sobre espaços naturais de forma jamais vista. Esse fenômeno socioeconômico acontecendo sobre uma base física chamada cidade requereria, então, novos procedimentos de análise e de intervenção científica, oportunizando a formalização da ciência do urbanismo.

Pertencem a esse período experiências marcantes na história da cidade, algumas delas ainda desprovidas do necessário conhecimento do fenômeno urbano e, sobretudo, de suas características sociais, econômicas, políticas e ambientais. Na tentativa de encontrar-se a cidade ideal ou mesmo a cidade utópica, fazendo referência àquilo que quase 500 anos antes Thomas Morus havia idealizado, tornaram-se conhecidos os exemplos de Fourier, com o *Falanstério*; de Ebenezer Howard, com a *Cidade-jardim*; e de Tony Garnier com a *Teoria da cidade industrial*, dentre inúmeros outros.

Se tais propostas vivenciaram um desencanto em termos de implementação e de continuidade de suas propostas, permitiram gerar uma diversidade de conhecimentos na busca de soluções, principalmente referentes à relação moradia-trabalho, para os então chamados problemas urbanos. Segundo Françoise Choay, a elaboração dessas propostas ainda carece de um melhor entendimento de como se dava a emergente produção industrial e a recente organização de novos grupos sociais. Para o que mais nos interessa neste artigo, as iniciativas nesse período, ainda que preocupados em enfrentar novos problemas de uma nova sociedade, exemplificam um urbanismo sempre explicitado pelo desenho, pela forma da cidade desejada. O *Urbanisme*, conforme nomeado por Choay, poderia até ser confundido com planejamento urbano, ou mesmo com *Aménagement du territoire*², porém fica aqui evidente, nesses exemplos, o traço do arquiteto urbanista e a cidade ideal sintetizada em desenho.

Nesse momento, de gênese do urbanismo, a cidade ainda era vista como um objeto de interesse pontual e marginal em outras ciências, chamando a atenção de seus aspectos quantitativos – seu volume demográfico e o porquê de seu crescimento – para uma sociologia urbana que começava a consolidar-se. Do mesmo modo, a cidade se mostrava como objeto de estudo para as ciências mais preocupadas com os aspectos higienistas e sanitários, muito em resposta a um problema ostensivo que resultara de uma urbanização acelerada, pouco planejada e com índices de qualidade de vida bastante baixos.

A partir desse momento, a cidade é claramente o lócus central de relações econômicas, de fluxos, de interesses, riqueza e pobreza, de enriquecer, servir e trabalhar, abolindo, gradualmente, uma relação simplista de oposição do espaço construído e do espaço natural ou rural. Tal cenário, mais especificamente o da

(1) O plano diretor, tal qual concebido pela Constituição de 1988 se obriga, agora, a considerar todo o território do município e não mais os limites do perímetro urbano.

(2) Se traduzido por *Organização do território*, estaria mais próximo do conceito de planejamento urbano e regional. Preocupado com o desenvolvimento econômico e as desigualdades entre espaços, o *Aménagement du territoire*, tal qual o planejamento urbano e regional, fundamentam-se, prioritariamente, em leis e planos, ao contrário de desenhos ou projetos de intervenções físicas.

habitação das classes trabalhadoras em Londres, sugere à teoria marxista um entendimento evidentemente abrangente, abordando questões sobre a economia, a sociedade e os impactos dos interesses do capital na utilização do solo urbano. A partir desse período, o qual evidencia um novo processo de densificação dos assentamentos humanos, a predominância do fenômeno urbano sobre qualquer outra manifestação socioeconômica territorial é crescente. A consolidação desse processo justificaria a perspectiva de urbanização total adotada por Lefebvre, o que não significa uma *cidade* (objeto concreto) de extensão global, e sim um fenômeno *urbano* global.

A ciência do urbanismo, sugerida por um fenômeno novo, a cidade, assim se configura formalmente a partir de um problema: o de um espaço com fatos e transformações sentidas como negativas, até então desconhecidos e sucedendo-se a uma velocidade igualmente inédita. Desde esse cenário até o momento inédito, com sérias dificuldades, o urbanismo talvez herde um determinado pessimismo científico a buscar a solução não no conserto, mas sim na fuga, como foi o caso demonstrado pelos urbanistas utópicos: fugir da cidade, construindo novos espaços, pareceria ser a primeira ação concreta de uma ciência recém-nascida. Pessimismo, utopia e otimismo se substituem desde então, sendo a cidade ora passível de solução, ora constituindo o próprio problema da sociedade mundial, ora se constituindo como o mais adequado espaço para o desenvolvimento da história.

Mais recentemente, e essa é uma idéia absolutamente especulativa, o urbanismo, ao assumir a transformação física da cidade, resguarda-se em um longo período de otimismo, ressaltando a massa construída artificialmente pelo homem como o local de criatividade, de geração do conhecimento e de liberação³. Impregnado pela imagem da transformação pontual capaz de fazer o urbanismo contemporâneo vivenciar uma forte crença na transformação da cidade. Tal postura pode ser confirmada pela autoconfiança que parece estar presente em muitas intervenções as quais justificariam a imagem de uma atual renascença urbana. Sem dúvida, o cenário ora trazido pelas intervenções em cidades dos Estados Unidos, Europa, seguidas de outras nos demais continentes, opõe-se fortemente às cidades dos anos 60 até meados dos 80. Pessimismos como o revelado pela visão quase pastoral nas propostas urbanas de Frank Lloyd Wright (1932-1959) ou no desencanto de Lewis Mumford (1895-1990)⁴, por exemplo, podem sintetizar esses anos, nos quais cidades cresceram a taxas demográficas elevadas, a crise econômica generalizada exigiu novas fórmulas de gestão urbana e os centros tradicionais (símbolos de uma história local e agregadores de uma comunidade) conheceram a degradação.

Alimentadas pelo pessimismo ou pelo otimismo de uma época, as bases do urbanismo começavam a consolidar-se: não apenas aquelas a justificarem uma intervenção física segundo a concepção do arquiteto ou do engenheiro, mas aquelas que traduziriam a complexa síntese – se isso for possível – das diversas feições da sociedade, em tempo e em espaço determinados.

Mesmo com algumas reincidências (como as cidades ecológicas, auto-sustentáveis ou ambientalmente corretas dos anos 80 e 90), tal complexidade de fatores urbanos correlacionados em diferentes escalas sinalizava o fracasso de inúmeras tentativas – concretas ou teóricas – de formular-se uma cidade ideal. Como identificar esse ideal, para quem ele serve e em qual momento ele poderia ser visualizado seriam, pois, as perguntas não-formuladas explicitamente.

(3) Pode-se, talvez, localizar essa fase de enaltecimento da vida urbana no final do século 19, conforme sugerido nas descrições de Christophe Charle, em *Paris fin-de-siècle*, ou de Richard Sennet, em *O declínio do homem público*, os quais descrevem as transformações das obras de Barão de Haussmann, *Viena fin-de-sciècle: Política e cultura*, de E. Schorske (1988), o qual descreve com relevância as obras de reforma para a construção da Ringstrassen nesse período. Desnecessário dizer aqui que tal enaltecimento é também acompanhado de críticas e desconfianças.

(4) Para melhor compreensão dessas idéias, vide discussões sobre iniciativas urbanísticas de Frank Lloyd Wright o qual, no início do século 20, propôe sua Broadacre City, uma inverossímil mescla de cidade e de campo; e a obra de Lewis Mumford, *A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Nessa obra, ressalta-se o capítulo final, em que o autor critica a grande metrópole contemporânea.

(5) Cerdá foi responsável pelo projeto de ampliação da cidade de Barcelona na metade do século 19. Usou o termo *urbe* como sinônimo de assentamento humano e *urbanização* como o processo de agir sobre a *urbe*. Desses termos surge *urbanismo*. Em seus estudos sobre Barcelona e também Madri, Cerdá discutia temas que variavam desde infra-estruturas até questões de ordem mais territorial e sistema de cidades. Sua obra *Teoria geral da urbanização* compila seu conhecimento adquirido e relata sua prática.

Fica, assim, evidente que o urbanismo se apresenta como uma ciência voltada a um fenômeno que se complexifica na essência e no entendimento requerido; mas: a abrangência de tal fenômeno não se restringe, e, portanto, não pode ser assim restritamente enfrentado, quando de sua concretização em aglomerados edificados (as cidades). O urbanismo, ou uma *ciência do urbano*, avança de uma posição marginal em outras ciências, como a sociologia, e mesmo de uma compreensão limitada de seu objeto para, processualmente, constituir uma ciência própria; a um tempo independente e agregadora de diferentes conhecimentos. Nessa ampliação de preocupações, o conceito até então utilizado para o urbanismo, em seu sentido mais restrito, já não parece ser suficiente, ampliando-se para algo maior, algo a planejar não apenas uma ação concreta, mas pontual, para um planejamento maior, de totalidade, tal qual se quer o planejamento urbano e regional.

Finalizando este item, vale lembrar que as idéias apresentadas acima ainda são hipóteses a serem melhor debatidas com outros autores. De qualquer maneira, na ousadia de defender-se essa hipótese, reitera-se o caráter provocativo deste artigo.

A APROXIMAÇÃO DO URBANISMO COM A ARTE E A ARQUITETURA

É recorrente, na discussão epistemológica do urbanismo, localizar seu surgimento formal, tal qual lembrado por Françoise Choay (1965), em Ildefonso Ildefonso Cerdá⁵, quando de sua *Teoria geral da urbanização*, de 1867. De fato:

“Con Cerdà aparece el concepto de urbanismo como una visión científica integral de la construcción de las ciudades, sustentada en los métodos de análisis cuantitativos como medios para explicar los hechos sociales y garantizar una propuesta que sea fundamentalmente realizable, alejándose de esta manera de la línea de los utópicos.” (ALARCÓN, María Teresa, 2008)

Assim, já nesse momento, com Cerdá, o urbanismo apareceria como uma ciência capaz de elaborar críticas e soluções ao espaço urbano, porém sempre evidenciando uma preocupação com a cidade em termos de espaço construído a ser criado, corrigido ou refeito. Mais tarde, nos anos 30, um arquiteto francês, também conhecido no Brasil, Alfred Agache, apresentaria o urbanismo como:

“Uma ciência, e uma arte e, sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras.” (AGACHE, A., 1931, apud CARVALHO SANTOS, José Lazaro de)

Ao se analisar as obras de Ildefonso Cerdá e Alfred Agache, para nos limitarmos a dois nomes conhecidos, preocupados em definir a ciência do urbanismo, tem-se que suas atuações profissionais poderiam, também, ser

conceituadas como de planejamento urbano e não propriamente de urbanismo. Essa suposição se deve ao fato de, nas idéias desses autores representativos de uma época, ressaltar-se a preocupação com fatos os quais vão além do simples desejo de intervenção, mas avança para uma compreensão mais abrangente da cidade, ou melhor dito, da vida urbana. De fato, Cerdá, ao traçar a forma de ocupação de Barcelona, ressaltando a convivência comunitária, ou Agache ao definir, em alguns de seus trabalhos, uma especialização funcional estanque, preparavam essas cidades para um futuro de forma processual. Por um lado, tal fato aproximava suas realizações profissionais de um planejamento, ou seja, de uma organização futura da cidade. Em um e outro casos, ditavam-se as regras, planejava-se o futuro da cidade, para, ao longo do tempo, essa adquirir a feição desejada. Por outro, as soluções propostas por esses urbanistas ainda estavam distantes das propostas de caráter mais estrutural, as quais considerassem a complexidade de forças sociais e econômicas que, verdadeiramente, formatam as cidades. Todavia, em avaliação mais superficial do trabalho de Cerdá ou de Agache, estes parecem acreditar na construção de uma nova cidade tão-somente pelo desenho do espaço urbano, pelo desenho da manifestação do fenômeno desejado, e não pela lida da dinâmica urbana (embates sociais, políticos, econômicos e culturais em diferentes escalas).

Tal distinção nos lembra, também, a errônea separação do planejar e do agir, fazendo planejamento e urbanismo se apresentarem não apenas como distintos, mas igualmente como opostos. Sarah Feldman (2005) ilustra essa “discórdia” com a oposição do professor Anhaia Mello⁶ ao trabalho de Prestes Maia⁷ na prefeitura da cidade de São Paulo, na qual o primeiro reivindicava o “aparelhamento do setor de urbanismo” para criar planos, e não apenas operações de ordenamento viário.

“Não cremos que o urbanismo municipal tenha deixado de fazer ‘planos’ por incapacidade, ou má orientação, mas muito simplesmente porque este campo é vago e neles os técnicos estariam desprovidos de base opinativa credenciada democraticamente invocada ... Estariam eles laborando no ar e perdendo tempo, que aliás têm aproveitado bem, fazendo justamente projetos de voire...”
(PRESTES MAIA, 1954, apud FELDMAN, 2005)

Mais uma vez recorrendo-se a Feldman (2005), o domínio de arquitetos e de engenheiros no urbanismo pode ser observado nas palavras de Anhaia Mello a defender a formação especializada do urbanista, ou seja, não como a apropriação por outras formações profissionais. Mello ressalta o papel do arquiteto como “perito na obra de bem construir” e do engenheiro civil, como “entendido na construção de ruas, pontes, pavimentações, transportes”. Em ampliação do conceito, agregando ao urbanismo um perfil multidisciplinar, considerava ainda “necessária e imprescindível a colaboração e cooperação do jurista, do legislador, do economista, do sociólogo...” (ANHAIA MELLO, 1928, apud FELDMAN, 2005). “De fato, nos Estados Unidos dos anos de 1920, já havia uma clara distinção entre as atribuições de quem projeto (o arquiteto), quem constrói (o engenheiro), e quem planeja (arquitetos, paisagistas, advogados, engenheiros).” (FELDMAN, 2005)

Agache define urbanismo em um tempo anterior ao de sua própria atuação profissional, na realização de planos de ocupação urbana, a qual desenvolveria

6) Urbanista, opositor das idéias e intervenções de Prestes Maia, idealizador do Plano Regional de São Paulo. Tal oposição, todavia, não diminui a concordância entre ambos – de o zoneamento ser um instrumento fundamental para o planejamento, ordenador mesmo do “caos” (FELDMAN, 2005).

(7) Prefeito duas vezes da cidade de São Paulo, de 1938 a 1945, e de 1961 a 1965. Engenheiro, caracterizou seus mandatos pelas obras implementadas no município. Desses, vale citar o Plano de Avenidas, com inspiração haussiana.

(8) Exemplos dessa aproximação podem ser encontrados nos trabalhos dos arquitetos chamados internacionais, a emprestarem seus nomes a projetos urbanos de caráter estratégico. Vale ressaltar a figura de Frank Gehry, com seu Museu Guggenheim, integrante de projeto de renovação urbana em Bilbao, Espanha.

mais intensamente na década de 1940. Isso talvez explique a incongruência conceitual a respeito de sua ciência. Na realidade, Agache, em sua definição de urbanismo, reproduz a preocupação com a forma e a plástica, ou seja, com uma arquitetura de representação. Sem dúvida, se visto por sua gênese, o urbanismo estará sempre associado à arquitetura e à arte e sempre como uma ciência que observa seu objeto pelo viés desse par. Todavia, a despeito dessa conexão nas origens, e certamente isso qualificaria o futuro do urbanismo, observa-se um vaivém que mescla proximidade e distanciamento em sua relação com essas mesmas arquitetura e arte. A outra hipótese que se lança neste artigo é a de, ao distanciarmos o urbanismo da arte e da arquitetura, aproximamo-nos do planejamento urbano, este mais preocupado com um intrincado sistema de relações socioeconômicas.

Nos anos 70, pode-se falar em quase rompimento entre urbanismo e arquitetura, ao se buscar soluções tão-somente estruturais para as cidades, aguardando a grande revolução na sociedade para ser possível resolver os problemas urbanos. Para ilustrar esse distanciamento do urbanismo com suas raízes mais pragmáticas, vale lembrar R. Gutman, já em 1961: “*Um número crescente de urbanistas profissionais (planners, em inglês) ao invés de se concentrarem na transformação e no controle do meio físico, se preocupam atualmente a modelar as estruturas sociais e culturais da cidade.*” Do mesmo modo, Manuel Castells, referência obrigatória para se compreender a cidade nos anos 70 e 80, resume a “questão urbana” como um fenômeno que, obrigatoriamente, vai além “da deformação da realidade pelo positivismo” (1983; primeira edição em 1971). Com isso o autor rejeita as idéias de procurar-se entender o fenômeno urbano de forma positivista ou mesmo tecnicista, ignorando formas mais complexas de uma realidade social, econômica e política.

Já no final dos anos 80, ao contrário da década que a havia antecedido, com as iniciativas da renascença urbana em cidades da Europa e Estados Unidos, avançou-se para uma proximidade jamais vista entre urbanismo e arquitetura. Combinando um discurso de requalificação das áreas centrais das cidades, o urbanismo vai, mais uma vez, buscar a aproximação com a arquitetura e com as artes. Com a primeira, tal proximidade ocorre na implementação dos chamados grandes projetos urbanos⁸, quase sempre ícones assinados por arquitetos de renome e pretensamente habilitados para garantir competitividade à cidade que os contêm. Com a arte, o urbanismo se aproxima não apenas por suas expressões visuais concretizadas nos mesmos grandes projetos urbanos, mas também na função desses edifícios, abrigando e fomentando atividades artísticas, culturais e de entretenimento.

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

A despeito de ampliações no entendimento, pelo urbanismo, de seu próprio objeto, ele não deixa de guardar muitas de suas características originais; fato o qual tem gerado, inclusive, uma das principais críticas ao seu produto. Disso surgem dois receios. O primeiro diz respeito ao alcance do desejo da prancheta do arquiteto – ainda que traduzido em intervenção

concreta – sobre as relações da sociedade. O segundo é sobre o risco de, ao ampliar as bases de seu entendimento, agregando preocupações socioeconômicas às suas propostas, o urbanismo acreditar poder alterar a sociedade. Se focado na transformação física do espaço, como explicar o uso do conceito urbanismo – e não de planejamento urbano – para traduzir os interesses, por exemplo, do movimento moderno? Sem necessariamente criticar, Françoise Choay (1965) afirma que o urbanismo, tal qual reivindicado por Le Corbusier, é entendido como uma universalidade científica capaz de sintetizar o ponto de vista correto sobre o problema das cidades. De fato, é da fase do urbanismo modernista, desencadeado pelos congressos internacionais de arquitetura moderna/CIAMs e dos quais Le Corbusier é um dos mais proeminentes porta-vozes, que se agudiza o entendimento do urbanismo como uma extensão da atividade profissional do arquiteto e, assim, opõe-se a um entendimento multidisciplinar cada vez mais exigido. Domínio ainda reservado, em sua maior parte, a arquitetos, o urbanismo corre o risco de implementar-se por meio de atitudes concretas capazes de transformar a base física de um determinado espaço urbano, ou de um comportamento, porém desprovidas de visão política e social mais abrangente. Assim, se reservada sua atuação a determinados especialistas, como afirma Françoise Choay (1965), o urbanismo se apresenta “pesado de ambigüidade”. Persiste, pois, no urbanismo, sua crença de solução do problema urbano por meio de sua técnica e sua pretensão a propor um modelo de cidade ideal, a partir de cânones hegemônicos para cada uma das épocas que vivencia.

É nos anos 50, no período de reconstrução pós-guerra, na Europa e nos Estados Unidos, afirma Choay (1965), que o urbanismo se submete, mais uma vez, a grandes mudanças. Agora ele recebe a contribuição de diferentes outras perspectivas, garantindo a visão necessariamente mais analítica e mesmo crítica da cidade enquanto espaço de relação das diferentes classes sociais.

Definitivamente, o urbanismo não seria mais um campo de atuação solitária do arquiteto, rechaçando-se, categoricamente, afirmações como a de Le Corbusier, quase de caráter corporativista:

“... o urbanista nada mais é que o arquiteto. O primeiro organiza os espaços arquitetônicos, fixa o lugar e a destinação dos continentes construídos, liga todas as coisas no tempo e no espaço por meio de uma rede de circulações. E o outro, o arquiteto, ainda que interessado numa simples habitação e, nesta habitação numa mera cozinha, também constrói continentes, cria espaços, decide sobre circulações. No plano do ato criativo são um só o arquiteto e o urbanista...” (LE CORBUSIER, 1985, apud SOUZA, 2002)

Conclui-se, portanto, sobre a chamada ambigüidade do urbanismo, sua gênese que valoriza a intervenção física, a permanência dessa prioridade em sua prática e a recorrente mutação em ora se propor a construir uma nova cidade a partir de uma nova sociedade, ora a redefinir a sociedade a partir de suas intervenções. Assim, mesmo guardando as particularidades de sua gênese, sempre vinculado às suas ciências de origem, a arquitetura e a arte tanto se aproximam como se afastam daquilo que parece ser a preocupação multidisciplinar do planejamento urbano.

A pretensa exclusividade do urbanismo ao profissional da arquitetura, considerando todo o impacto que isso gera no desenvolvimento dessa ciência, explicita a distinção entre ele e o planejamento urbano.

Se urbanismo e planejamento urbano se preocupam com os fenômenos que moldam a cidade, ampliando-a, evidentemente, para espaços regionais e macrorregionais, eles diferem com mais evidência pela forma como atuam. Enquanto o urbanismo permanece menos multidisciplinar e historicamente preocupado com o desenho que a cidade pode assumir, pela ocupação e uso enganosamente homogêneo dos agentes urbanos, o planejamento urbano se preocupa com os conflitos os quais esse uso e essa ocupação, obrigatoriamente, geram sobre o espaço da cidade. Desnecessário dizer que, enquanto o primeiro sobrevive em seus objetivos e responsabilidades de modo mais monodisciplinar, o segundo, obrigatoriamente, busca o concerto difícil de inúmeras outras ciências. A diferença entre um e outro não significa que o urbanismo possa existir sem planejamento, sem contar com um momento anterior no qual se planeja e um momento no qual se executa o planejado. De fato, não parece plausível vislumbrar uma obra urbana, um projeto de intervenção, sem antes planejá-lo; do mesmo modo, não se planeja algo que não se acredita poder acontecer de fato.

Se o início do urbanismo poderia ser datado na metade do século 19, o planejamento urbano, por sua vez, parece surgir como um desejo mais explícito de regulação do estado no período pós-1945 e com maior vigor nos países socialistas e comunistas, justamente onde seria maior a importância do estado na sociedade e na economia. Todavia, na discussão sobre as diferenças entre um e outro, vale a lembrança de as cidades serem construídas, destruídas e atualizadas desde períodos tão remotos quanto o próprio fenômeno da urbanização. Do mesmo modo, o pensar anterior ao agir, ainda que não formulado com clareza científica, é, evidentemente, encontrado em tempos também pretéritos. Tal constatação coloca em dúvida, portanto, a separação entre uma e outra ciência e seu surgimento em determinado momento preciso da história. Isso permite, talvez, o uso indistinto desses dois termos e, o mais importante, implica na impossibilidade de sintetizá-los conceitualmente com clareza. Além da diferença entre os tempos de surgimento de um e de outro, acreditando que conjunturas diferentes criaram demandas diferentes, deve-se ressaltar a distinção de cada um em encarar o fenômeno urbano.

Outra maneira de ver a diferença entre urbanismo e planejamento urbano é considerar o segundo como um conceito ampliado, uma ciência mais ampla. Esse se ocuparia, pois, de atividades relacionadas à pesquisa, planos setoriais diversos, regulação e controle do uso do solo e atividades relacionadas, como a garantia do atendimento a serviços (educação, saúde e segurança) e infraestruturas básicas (redes de água, esgoto, pavimentação, transporte).

De tal atuação ampla, o planejamento urbano conviveria com outras ciências, confundindo-se mesmo, em alguns momentos, com a sociologia, geografia, economia e ciências políticas. Assim, confirma-se a idéia de o planejamento urbano mostrar-se como uma ciência de caráter eminentemente multidisciplinar e preocupada com a forma societária desenvolvida em seu espaço de interesse, a cidade. No outro extremo, o urbanismo estaria preocupado com partes de uma cidade ou, como é sempre lembrado, na

proposição de cidades novas, em uma postura utópica ao ver uma nova sociedade sendo criada a partir de um novo desenho do espaço a ser ocupado.

Exemplificando parcialmente essas idéias, pode-se tomar o caso do chamado *new urbanism* (movimento surgido no início dos anos 80, nos Estados Unidos), sempre entendido como um *urban design movement*, ou seja, demonstrando uma preocupação primordial com o elemento construído. Os princípios desse movimento⁹, aqui entendido como uma proposta para partes de uma cidade, de fato, alguns empreendimentos comerciais, constituem um desenho específico para uma determinada ocupação urbana do espaço. Com isso, distingue-se *urban design* (aqui entendido como urbanismo) de *urban planning* (mais próximo de nosso planejamento urbano).

PLAYING GOD

Vista segundo uma perspectiva racionalista e positivista, a cidade é um sistema passível de ser ordenado, corrigido e mantido da forma como fora idealizado. A partir dessa premissa dada ao urbanismo, seu profissional se propõe a formular projetos (idéias representadas graficamente e não apenas em palavras) que sintetizem um desejo de cidade ideal. *Façamos um projeto, respeitemos esse projeto e, assim, a cidade ideal se fará*: essa parece ser, pois, a máxima racionalista e outorgada ao profissional urbanista. O arquiteto, acostumado a uma outra máxima, a de ser possível *brincar de Deus*, pretensa e facilmente aceita a arriscada outorga.

Fundamentado, assim, em idéias capazes de transformarem-se em intervenções concretas, o urbanismo se submeteria a críticas por se propor, de forma simplista, a *corrigir o errado e evitar o mal*. Constituindo o que Françoise Choay (1965) chamaría de urbanismo progressista e sempre defendido por Le Corbusier, na idéia de um universalismo do urbanismo modernista¹⁰, este seria criticado por sua presunção em alterar aspectos sociais, econômicos e culturais.

Apesar das críticas e mesmo da quase hegemônica desconfiança da parte da academia em relação ao urbanismo modernista, ainda hoje persistem, entre nós, a prática da busca de uma cidade funcional, do modelo ideal de cidade, da intervenção física como fonte transformadora principal da cidade.

Se o conceito de urbanismo há muito se confirma como o de uma ciência crítica à sociedade sobre a qual atua (ora propondo novas cidades, ora reformulando partes das existentes), suas ferramentas se limitam tão-somente a alterar o concreto. Mais importante que seu criador, o urbanista é seu objeto criado, a nova cidade; esta sim capaz de *tudo mudar*. Ao se criar o objeto, delega-se ao mesmo a tarefa de mudar a sociedade. O fracasso de inúmeras tentativas urbanísticas, diferentes no desenho da cidade proposta, mas similares na indiferença em relação à permanência de antigas relações socioeconômicas, confirmam essa idéia.

De um lado, o urbanismo, adotado como instrumento da ação estratégica e de resultados visíveis em curto espaço de tempo; de outro, o planejamento urbano se prestando àqueles que acreditam na transformação estrutural da sociedade. Na eqüidistância dessas posturas profissionais, um fértil campo de

(9) Esses princípios podem ser assim sintetizados: caminhabilidade, conectividade, integração de funções urbanas, qualidade da arquitetura e do desenho urbano, integração comunitária, densidade adequada, transporte inteligente, sustentabilidade e qualidade de vida (www.newurbanism.org, 2007).

(10) Para conhecer a crítica ao discurso e à obra de Le Corbusier, aconselhamos a leitura da obra *Cidades do amanhã*, de Peter Hall.

atuação abandonado. Todavia, a conjuntura atual de opção neoliberal não contribui para essa conjunção. Se o papel do Estado é reduzido e se o interesse do capital é valorizado, o urbanismo, com seu perfil mais monodisciplinar, é valorizado por crer que, pragmaticamente, pode corrigir erros e construir uma cidade melhor e, idealmente, mais competitiva.

Sem aqui poder se servir de uma pesquisa sobre o assunto, o conhecimento empírico pode indicar que, nas universidades brasileiras de arquitetura e urbanismo, ainda influenciadas por um período de maior relevância do Estado, tem-se, sistematicamente, abandonado o estudo da obra, da infra-estrutura, do transporte e mesmo da habitação popular para priorizar o planejamento em seu sentido mais estrito, ou seja, o da lei e o do desejo expresso em palavras¹¹. Não se faz, aqui, nenhum juízo de valor. Arrisca-se dizer que, certo ou errado, valoriza-se o ensino da lei e do processo de planejamento em detrimento da prática da intervenção, seja ela feita pelo capital privado, seja pelo Estado, igualmente com capacidade empreendedora. Do mesmo modo, para o contexto norte-americano, Susan S. Fainstein (2005), ao detectar essa separação entre o pensar a cidade – neste artigo, uma ação mais vinculada ao conceito de planejamento urbano – e o intervir nesse espaço, atividade vinculada ao conceito de urbanismo, conclui pela separação entre o aprender a planejar, o de elaborar diagnósticos e o de intervir:

"Programs in city and regional planning typically have one set of courses devoted to the process of planning (planning theory, planning methods), while another group treats the context (structure of cities and regions, urban history) and the object of planning (e. g., redevelopment policy, environmental policy) with little reference to theories of the planning process."

O alerta trazido por Susan S. Fainstein (2005) em relação à baixa conectividade entre o estudar um fenômeno e o intervir sobre esse mesmo fenômeno permite-nos tomar a liberdade de concluir pelo distanciamento contemporâneo entre planejamento urbano e urbanismo.

"Why has planning theory ceased to be urban?" The impetus for the development of planning lay in a critique of the industrial city and a desire to re-create cities according to enlightened design principles. Whether the focus was on greenfield sites, as in Ebenezer Howard's garden city model, or on redeveloping the existing city, as in Haussmann's Paris and Burnham's City Beautiful, planning devoted itself to producing the desired object. It did so, however, without reflection on the process by which the ideal city was formulated."

Aquilo que antes era buscado como um avanço no entendimento do urbanismo, valorizando sua ampliação temática e profissional, hoje, segundo o entendimento deste autor, parece dar sinais de fragilidade novamente, mas no sentido contrário. Tal mudança de postura profissional, de compreensão científica e mesmo de posicionamento ideológico, a qual o presente artigo arrisca sobrepor a uma eventual transformação do urbanismo em planejamento urbano, pode ser rastreada na sintética afirmação de Jean Louis Saibib (apud FAINSTEIN, 2005). Saibib, de fato, localiza, na Escola de Chicago¹², as raízes de pensar-se a questão urbana "from a primarily design profession to a social science".

(11) Exemplifica-se esse comentário por meio da crença exacerbada, na década de 2000, no Brasil, de os planos diretores serem suficientes para se construir uma política urbana: discutem-se os problemas da cidade, dão-se oportunidades para o debate democrático sobre "a cidade que se deseja", mas se adia as transformações necessárias e há muito queridas.

(12) Refere-se, aqui, à escola que se propõe a discutir a cidade de um ponto de vista social e antropológico. Referência obrigatória nos estudos da cidade durante a primeira metade do século 20, teve como principais representantes Robert E. Park e Ernest Burgess.

A antiga e criticada concepção meramente reificada do urbanismo hoje arriscaria desaparecer, aproximando-o assim, mais uma vez, do planejamento urbano. Todavia, ao se observar as críticas de diversos autores contra um urbanismo de detalhes, pequenos consertos, do magníficente, dos pedaços da cidade, a ação monodisciplinar parece estar fortalecida: “*Now we are left with a world without urbanism, only architecture, ever more architecture.*” (KOOLHASS, 1995)

O DESENHO URBANO

Apesar de este artigo já caminhar para sua conclusão – tarefa que julgo a mais difícil –, vale ainda anunciar uma discussão sobre mais um termo que guarda forte relação conceitual e profissional com a arquitetura, o urbanismo e também com o planejamento urbano: o desenho urbano. Para tanto, é necessário servir-se da discussão trazida por Vicente del Rio (1990), para quem o desenho urbano pode ser entendido como área específica de atuação do urbanismo. Seria, então, o desenho urbano o detalhamento de um projeto maior de intervenção, tais quais os projetos complementares ao projeto de arquitetura. Estaríamos aqui, pois, na menor escala possível do planejamento urbano, indo além da intervenção propriamente dita, mas avançando para o detalhe. Tal detalhamento, em uma primeira análise, erroneamente nos aproxima da preocupação embelezadora já anteriormente praticada pelo urbanismo em suas origens mais remotas no século 19. Todavia, é importante notar que o desenho urbano, hoje, é fruto da técnica, da ergonometria, da tecnologia, da utilização por veículos e do complexo uso intenso em um espaço urbano, revelando uma preocupação muito mais com a função que com a forma.

Entretanto, a seqüência de planejamento urbano, urbanismo e desenho urbano, muitas vezes, parece corresponder a uma hierarquia de escalas. O planejamento seria a única escala capaz de preocupar-se com o contexto regional de uma cidade ou dos diferentes grupos componentes de sua sociedade; o urbanismo teria como escala aquela concretizada pelo espaço urbanizado e/ou a urbanizar, e o desenho urbano preocupado com o detalhe da intervenção.

Consciente da complexidade desse tema, este artigo não pode, porém, deixar de identificar uma outra hierarquia entre esses três conceitos. Mantém-se o desenho urbano como um detalhe projetual da intervenção; contudo, confunde-se a hierarquia entre urbanismo e planejamento urbano. Ermínia Maricato (2000), ao alertar para o fato de a subserviência de muitas intervenções no espaço urbano reforçarem o interesse de uma hegemonia política e econômica, afirma: “... o urbanismo brasileiro (*entendido como planejamento e regulação urbanística*) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas... .” A preocupação da autora aqui é a de reiterar a importância de pensar-se ações para o todo de uma cidade e não para suas partes consideradas legais. O aprofundamento dessa discussão poderia confirmar se essa citação apresenta um conceito diferente de urbanismo daquele aqui apresentado, entendido como planejamento e regulação e não, necessariamente, como uma ação pró-ativa de

intervenção no espaço da cidade. Tal citação pode também, simplesmente, confirmar o uso indistinto dos conceitos de urbanismo e de planejamento urbano.

Quando Villaça (1999) revê a história daquilo que ele chama de urbanismo, mais uma vez o conceito parece ser abrangente, seja pelas determinações históricas, seja pela própria síntese conceitual adotada. Para esse autor, o urbanismo do século 19 até os anos 30 caracteriza-se por planos de embelezamento, de melhoramentos, com objetivos higiênicos ou sanitários; desses anos 30 até os anos 90 do século 20, a cidade brasileira se planeja para o enfrentamento de problemas diversos, sobretudo aqueles decorrentes de um crescimento acelerado; dos anos 90 em diante a ação seria marcada por um período pós-reforma urbana. Se, em todos esses períodos, o autor citado não identifica uma proposta mais estrutural de mudança da cidade, o urbanismo do período por ele analisado corresponde ao conceito que se sugere adotar neste artigo.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Se, ao longo da história, o chamado urbanismo ou planejamento urbano contarem com diferentes formas de implementá-lo e nomeá-lo, a correta conceituação dos termos aqui discutidos só seria possível se concebida a partir de uma definição do momento histórico. Nessa discussão epistemológica, mudam os conceitos, confundindo-se com o de outras ciências, ao mesmo tempo em que mudam as formas de buscar-se um determinado modelo de cidade. Em algum momento, sobretudo no urbanismo moderno, buscou-se a cidade ideal por meio de regulações e separações de funções; em outro momento valorizou-se a simples regulação do uso do solo; em outro momento, ainda, o urbanismo buscou a cidade sustentável, valorizando o estudo, a proteção do ambiente natural; por último, pode ter também buscado a cidade democrática que atenda aos interesses de todos ou minimamente da maioria, valorizando a participação comunitária.

“A atividade prática do urbanista tem hoje características que não tinha no passado... Nas últimas décadas do século XX, o campo de práticas urbanísticas inesperadamente se dilatou e abriu... na maioria das vezes, o aspecto do grupo local ou de interesse, que apresenta as próprias demandas em forma de respostas fisicamente determinadas: alargar uma rua ao invés de eliminar o congestionamento de trânsito, criar estacionamentos subterrâneos naquela praça, em vez de garantir um acesso mais fácil às áreas comerciais... O urbanista, mais que quaisquer outros estudiosos e projetistas, para engendrar uma concreta modificação a cidade e do território, deve obter o consenso de uma multiplicidade de sujeitos individuais ou coletivos...”
(SECCHI, 2005)

Na mudança de paradigmas, mudaram-se as ferramentas com as quais o urbanismo trabalha, ora se aproximando da intervenção ou mesmo modelagem de um espaço físico, ora se aproximando da construção de uma cidade futura por meio, tão-somente, de uma explicitação visual de um desejo urbano em

desenho ou em lei. Nesse vaivém, urbanismo e planejamento urbano estariam às vezes mais próximos, às vezes mais distantes.

Este artigo buscou resgatar alguma discussão sobre o conceito de urbanismo e de planejamento urbano. Em nenhum momento considerou correto arriscar uma nova construção conceitual ou mesmo sintetizar o que já fora previamente desenvolvido por outros autores.

Em algum momento, urbanismo pareceu resultar de uma ciência maior – o planejamento urbano. Em outros, tem-se a certeza que o correto seria entendê-lo de forma reversa. Assim, o planejamento urbano estaria fazendo parte de uma ciência maior denominada urbanismo. Em alguns outros momentos, ainda, sugere-se a utilização indistinta entre urbanismo e planejamento urbano.

Fica claro, no entanto, tal qual explicitado por Bernardo Secchi (2005), quando este nos fala do “fim do autor”, que nos incrementa a complexidade profissional do urbanismo/planejamento urbano, dirigindo-se para um entendimento, obrigatoriamente, multidisciplinar e disposto a submeter-se ao acordado comunitariamente, conforme realidades socioeconômicas e políticas.

Poderíamos, exageradamente, assumir urbanismo como uma ciência cujo objetivo é ordenar os elementos naturais, construídos e societários, no espaço ocupado ou a ser ocupado por um determinado assentamento humano. Tal conceito poderia, ainda, ser ampliado para o tratamento desse conjunto de elementos com seu espaço regional, com a rede nacional e internacional de cidades. Na prática, esse mesmo urbanismo pode ser entendido como uma ciência que se utiliza, prioritariamente, do zoneamento e de intervenções físicas para sua concretização como prática. Ora o conceito é amplo e pretensioso, ora a prática é reducionista.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÓN, María Teresa. *El Plan Cerdá para Barcelona y el urbanismo argentino del siglo XIX*. Disponível em: <<http://www.arq.unne.edu.ar/institucional/publicaciones/areadigital/area2/alarconplancerda.htm>>. Acesso em: ago. 2008.
- AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento (Plano Agache)*. Rio de Janeiro: Foye Brésilien, 1930.
- CARVALHO SANTOS, José Lázaro de. *Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo*. Disponível em: <<http://www.sbsurbanismo.vilabol.uol.com.br>> Acesso em: nov. 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*. São Paulo, Perspectiva: 1965.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- DIAS, Edson dos. Resgatando o movimento modernista urbano: A expressão de uma conjuntura histórica que marcou as cidades do século XX. *Revista Geo Notas*, Maringá: Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, v. 4, n. 4, 2000.
- FAINSTEIN, Susan S. *Planning theory and the city*. Disponível em <<http://www.gsd.harvard.edu/people/fainstein/text/Planning%20Theory%20and%20the%20City%20final.pdf>>. Acesso em: jan. 2008.
- FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento*. São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.

- KOOLHAAS, Rem. What ever happened to urbanism? In: KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. *Small, medium, large, extra large*. Nova York: Monacelli Press, 1995.
- LE CORBUSIER. *Os três estabelecimentos humanos*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- _____. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/Fupam, 1999.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília et al. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1965.
- NEW URBANISM. Site oficial: <<http://www.newurbanism.org>>. Acesso em: dez. 2006.
- SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

Nota do Editor

Data de submissão: agosto 2008

Aprovação: janeiro 2009

Clóvis Ultramari

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Paraná e doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano pela mesma universidade. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e professor-pesquisador do mestrado em Gestão Urbana na mesma universidade. Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Rua Imaculada Conceição, s/n. Prado Velho
80215-901 – Curitiba, PR
(41) 3271-1447
ultramari@yahoo.com

crição das

*e S. São em suam d'zindendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bô 35 & braus 57 mea de des palmoz por braça. Temessa
mui poca gente. Di*

M V X D X V C

migo d' Sen. supremo

de Montanha, E

canalino de dentro

at coponto N. 2.

estonia, Sub pell de.

Tinco libras em mea a

o final de rocha viva

& for apraya.

Margarida Nobue Sakata
Orientador:
Prof. Dr. Eduardo Alberto Cusce
Nobre



OVOS INSTRUMENTOS DE
GESTÃO URBANA e REGIONAL:
SANTO ANDRÉ e O CASO DO
PROJETO EIXO TAMANDUATEÍ

RESUMO

A partir do final do século 20, a crise advinda com o término do estágio intensivo do sistema capitalista ocasionou uma série de transformações político-econômicas em escala mundial. O esgotamento da reconstrução do pós-guerra, as crises do petróleo, os avanços na informática e telecomunicações provocaram mudanças na estruturação regional de vários países. A transferência das atividades manufatureiras das antigas metrópoles industriais ocasionou a decadência e a ascensão de diferentes regiões urbanas. Como resposta a essas transformações, o paradigma das políticas urbanas de várias cidades modificou-se, com o desmantelamento do sistema de planejamento tradicional e adoção de novas formas de gestão e intervenção urbanas, tais como: o planejamento estratégico, os megaprojetos urbanos, flexibilização da legislação urbanística, *city marketing*, etc. Recentemente, vários autores têm feito uma revisão crítica desse novo modelo de gestão urbana. O presente trabalho analisa as transformações sofridas por Santo André, município da região metropolitana de São Paulo, e a implementação do Projeto Eixo Tamanduateí, procurando analisá-los dentro desse contexto e dessas novas formas de gestão urbana, avaliando seus impactos e resultados.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento urbano, projetos urbanos, reestruturação econômica, reabilitação urbana.

NUEVOS INSTRUMENTOS DE GESTIÓN URBANA Y REGIONAL: SANTO ANDRÉ Y EL CASO DEL PROJECTO EJE TAMANDUATEÍ

RESUMEN

A partir del final del siglo 19, a crisis venida con el fin del ejercicio intensivo del Sistema Capitalista ocasionó una serie de transformaciones político-económicas en escala mundial. El agotamiento de la reconstrucción después Guerra, las crisis del Petróleo, los avances en la informática y en la telecomunicación provocaron mudanzas en la estructuración regional de variados países del mundo. La transferencia de las actividades industriales de las anticuadas metrópolis industriales ocasionó la decadencia y la ascensión de las diferentes regiones urbanas. Como respuesta a esas transformaciones, el paradigma de las políticas urbanas de muchas ciudades se cambió, con el desmantelamiento del sistema de planificación tradicional y adopción de nuevas formas de gestión e intervención urbana, tal como: la planificación estratégica, los grandes-proyectos urbanos, flexibilización de la legislación urbanística, *city marketing*, etc. Recién varios autores tienen hecho una revisión crítica de nuevo modelo de gestión urbana. El actual trabajo analiza las transformaciones sufridas por Santo André, municipio de la región metropolitana de São Paulo y la implementación del Proyecto Eje Tamanduateí, buscando analizarlos dentro de un conjunto y deseas nuevas formas de gestión urbana, estimando sus impactos y resultados.

PALABRAS CLAVE

Planificación urbana, proyectos urbanos, reestructuración económica, rehabilitación urbana.

NEW URBAN AND REGIONAL
MANAGEMENT INSTRUMENTS:
SANTO ANDRÉ AND THE
TAMANDUATEÍ AXIS PROJECT CASE

ABSTRACT

From the end of twenty century, the crisis that came with to the end of the intensive capitalism system have been motivated much political and economical transformation at global scale. The post war breakdown reconstruction, oil crisis, the advances in informatics and telecommunication caused changes in the regional structure of many countries in the world. The movement of manufacturing activities of the old industrial metropolis occasioned the decadence and ascension of different urban regions. As an answer to these transformations, the paradigm of urban politics of many cities has been changed with the dismantling of the traditional planning system and accepting new management and urban intervention forms, as strategic planning, big urban projects, urban legislation flexibility, city marketing, etc. Recently many authors have done a critical review of this new urban management. This present work analyses the transformations suffered by Santo André, municipality of São Paulo metropolitan region and the implementation of Tamanduateí Axis Project, analyzing them in this context and these new urban management forms, evaluating its impacts and results.

KEY WORDS

Urban planning, urban projects, economic restructuring, urban rehabilitation.

POLÍTICAS URBANAS DO FINAL DE SÉCULO: CRISE ECONÔMICA E DESMANTELAMENTO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO URBANO TRADICIONAL

A partir do final do século 20 a crise advinda do esgotamento do estágio intensivo¹ do sistema capitalista ocasionou uma série de transformações político-econômicas em escala mundial (DEÁK, 2004). O esgotamento da reconstrução do pós-guerra, associado às crises do petróleo, levou a uma crise econômica em meados da década de 1970, que culminou com o rompimento do modelo de desenvolvimento baseado no estado do bem-estar-social e no modo de produção fordista (HARVEY, 1993).

As necessidades de garantir a acumulação do capital em tempo de superprodução ou subconsumo fizeram com que vários países de capitalismo avançado reduzissem os gastos públicos, abandonando as idéias keynesianas e adotando o monetarismo e o neoliberalismo como padrões político-econômicos. Já os países semiperiféricos e periféricos adotaram essas políticas em função das exigências dos organismos multilaterais, tais como o BIRD, o BID e o FMI².

As necessidades de redução de custos da produção ocasionaram a transferência das atividades produtivas das antigas metrópoles industriais em função das deseconomias de aglomeração para qualquer lugar onde mão-de-obra, instalações e infra-estrutura a preços competitivos fossem disponíveis, visto que a difusão da informática e das telecomunicações possibilitou essa expansão (NOBRE, 2000).

Como resposta a essa crise urbana, advinda de uma crise estrutural do sistema, várias cidades do mundo adotaram políticas urbanas com o intuito de competir por investimentos transnacionais, desmantelando o sistema de planejamento tradicional e adotando novas formas de gestão e intervenção urbanas: o planejamento estratégico, os megaprojetos urbanos, a flexibilização da legislação urbanística, o *marketing* urbano, etc.

Baseadas em conceitos advindos de outras áreas do conhecimento e, principalmente, do planejamento empresarial, essas novas formas de gestão urbana visam, essencialmente, ao crescimento econômico e têm ocasionado impactos sociais bastante negativos. O abandono das políticas sociais anteriores, baseadas em programas da erradicação da pobreza, em detrimento dos programas de fomento à expansão dos negócios e atração de investimentos, drenando capitais para o mercado imobiliário, levou os governos a abandonarem seu papel de Estado provedor do bem-estar social e transformarem-se em agentes fomentadores do crescimento econômico.

Robinson (1989) aponta para o fato de haver “vencedores” e “perdedores” nesse processo. Enquanto os principais beneficiários desse processo foram os proprietários de imóveis, empresários locais e os turistas, os principais prejudicados foram os moradores de baixa renda e qualificação, que não tiveram suas demandas por habitação, saúde e educação atendidas. Pior: os resultados dessas políticas

(1) Denomina-se intensivo o atual estágio do sistema capitalista, baseado na expansão da produção de mercadorias pelo aumento da produtividade do trabalho, diferentemente do estágio anterior, o extensivo, no qual a expansão se dava pela expansão física da produção e do mercado consumidor. Esse aumento se dá, basicamente, com desenvolvimento tecnológico da produção, principalmente automação, que ocasiona, em um segundo momento, uma crise de superprodução ou subconsumo (DEÁK, 2004).

(2) Respectivamente, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional.

foram, geralmente, “o desvio de recursos de políticas sociais para a promoção de negócios”³ (p. 39) e, mesmo o efeito metastático⁴ tão propalado, não ocorreu.

Ao contrário, o principal resultado físico-espacial desse processo foi a “expulsão” das camadas mais pobres, fenômeno esse conhecido pelo termo inglês “gentrification”. Por fim, Newman e Thornley (1994) afirmam que, após uma década de políticas urbanas baseadas no desenvolvimento imobiliário, os países europeus vêm apresentando uma maior preocupação com as questões sociais e ambientais, levando a uma revisão dos modelos adotados.

No caso do Brasil, Vainer (2000) afirma que a difusão desse modelo ocorreu pela ação das agências multilaterais como o BIRD e o HABITAT e pela ação da consultoria de arquitetos internacionais, sobretudo catalães, vendendo o modelo aplicado pela cidade de Barcelona quando da realização dos Jogos Olímpicos de 1992, tendo sido adotado por algumas cidades como Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Além de todos os problemas já apontados anteriormente, Vainer aponta também para o efeito alienante desse modelo, na medida em que “a crise urbana” legitima a idéia de competição entre cidades e a necessidade da formação de um consenso entre os grupos sociais urbanos para combater esse problema. Como resultado, há uma unificação autoritária do discurso, o mascaramento das disputas internas, a despolitização dos cidadãos e a instauração do patriotismo cívico.

Maricato (2000) chama a atenção para o desvio de recursos sociais a obras viárias a fim de valorizar intensamente regiões de interesse do mercado imobiliário, como no caso de São Paulo. Além disso, a adoção de instrumentos que viabilizam as parcerias público-privadas, geralmente, tende a financiar os lucros da iniciativa privada, na medida em que a arrecadação de recursos é inferior aos gastos do poder público (MARICATO; WHITAKER, 2002).

SANTO ANDRÉ NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO FINAL DE SÉCULO

De maneira análoga ao que ocorreu com as grandes metrópoles industriais, Santo André e os demais municípios da Grande São Paulo vêm passando por um processo de transformações econômicas no decorrer das últimas três décadas.

A partir da década de 1970, a concentração industrial que vinha ocorrendo desde o começo do século 20 na região metropolitana de São Paulo sofreu um processo de reversão, com a diminuição da produção industrial e dos empregos secundários em sua base econômica (NOBRE, 2000). Essa reversão foi resultado tanto de políticas de descentralização promovidas pelo governo federal, principalmente por meio das propostas do II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979), como pela alteração das vantagens comparativas dentro do próprio estado de São Paulo e da crise econômica da década de 1980.

Os principais motivos para a interiorização da produção no território paulista foram os mesmos que ocasionaram a fuga das indústrias nos países de capitalismo avançado: a perda das vantagens comparativas da produção em função de uma organização sindical forte, altos custos produtivos e salários elevados.

(3) Tradução de “... *the diversion of resources from social policy to business support*”.

(4) Idéia difundida pela Escola Catalã: os recursos obtidos dos grandes projetos poderiam ser espalhados pelas comunidades locais, ocasionando um processo de revitalização dessas áreas.

Houve, então, a interiorização dos fluxos de investimentos devido a uma homogeneização das vantagens de localização entre a região metropolitana de São Paulo e parte do interior do estado, pois a localização das indústrias começou a ocorrer com maior liberdade em função das inovações tecnológicas, já que as infraestruturas de telecomunicações permitem o transporte de idéias, rompendo a necessidade de proximidade física entre os processos decisório e produtivo da crise econômica da década de 1980 e pela alteração das vantagens comparativas dentro do próprio estado de São Paulo.

Essa desconcentração, porém, não foi uniforme em todo o estado, mas ocorreu de forma espalhada, em um raio de 150 km da capital, segundo os principais eixos rodoviários em direção às regiões de Campinas, vale do Paraíba, Sorocaba e Ribeirão Preto, constituindo uma “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1989).

De fato, entre 1975 e 1986, enquanto a região metropolitana de São Paulo diminuía sua participação no valor adicionado industrial do estado, de 70,5% para 59,7% – uma diferença de 10,8% –, as regiões de Campinas, vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Sorocaba aumentaram sua participação em 10,6%, passando de 22,1% para 32,7% (ver AZZONI).

Santo André, município localizado na sub-região sudeste da região metropolitana de São Paulo, conhecida como Grande ABC⁵, também sofreu com essas transformações, em função do processo de descentralização e de reestruturação produtiva, diminuindo os empregos por causa da desaceleração do crescimento industrial, agravada ainda mais pela recessão da economia brasileira na década de 1980 (SAKATA, 2006).

Essa sub-região iniciou seu processo de industrialização como a instalação da Ferrovia Santos-Jundiaí (São Paulo Railway Co.) a partir de 1867, ao longo do rio Tamanduateí, que havia sido projetada para escoar a produção cafeeira do oeste paulista para o porto de Santos. A construção das auto-estradas e o Plano de Metas na década de 1950 reforçaram o papel da região, pois o complexo automotivo multinacional lá se instalou.

Dessa forma, os municípios do Grande ABC se estruturaram como um grande subúrbio industrial e residencial da metrópole, sendo responsável por 19,2% dos empregos industriais da metrópole em 1970, perdendo apenas para a sub-região centro, formada pelos municípios de São Paulo e Osasco, com 72,9%, com a imensa maioria localizada em São Paulo (Emplasa, 1978).

Com as transformações econômicas, a sub-região perdeu considerável número de postos industriais. Entre 1980 e 1999, o município de Santo André viu seus empregos industriais caírem pela metade, passando de 64.529 para 32.612, enquanto os empregos no comércio e serviços quase triplicaram, passando de 30.145 para 84.815 (SAKATA, op. cit.).

A retração da atividade industrial teve reflexos sobre a estrutura social da cidade, com a disponibilização de mão-de-obra qualificada e a oferta de áreas e galpões subutilizados na área industrial de Santo André, na várzea do rio Tamanduateí, ocupada desde o início do século 20.

Como resposta a esse problema, Santo André se articulou com as cidades vizinhas e, desde a década de 1990, a região do Grande ABC vem desenvolvendo formas de organização entre os vários atores governamentais. Nesse âmbito, o Projeto Eixo Tamanduateí se apresentou como uma das respostas de desenvolvimento local ao processo de reestruturação econômica, tecnológica e social.

(5) Formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

(6) O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC foi implementado pelo prefeito Celso Daniel.

(7) A Câmara Regional é um fórum de discussão que congrega o Consórcio Intermunicipal, representantes do governo do estado, parlamentares da região e a sociedade civil. Já a Agência de Desenvolvimento é formada pela associação das prefeituras, associações comerciais, centros industriais, Sebrae, instituições de ensino, sindicatos, etc., com o objetivo de fomentar o crescimento econômico na região.

(8) Celso Augusto Daniel começou a carreira política em 1982. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e prefeito de Santo André por três vezes, diretor geral da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Engenheiro formado em 1973 pela Escola de Engenharia Mauá, Celso Daniel seguiu a carreira acadêmica, obtendo mestrado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e doutorado em Ciências Políticas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Atuou, também, como professor, em duas universidades – Fundação Getúlio Vargas e PUC.

(9) O primeiro mandato de Celso Daniel foi de 1989 a 1992 pelo Partido dos Trabalhadores.

(10) Jordi Borja, urbanista catalão, é um dos principais pensadores do planejamento urbano na Europa. Atuou nos projetos urbanísticos de Barcelona e prestou diversas consultorias em cidades na Europa (Itália, Espanha) e América Latina

Além do Projeto Eixo Tamanduateí, iniciou-se também, na década de 1990, a articulação regional do ABC por meio da instituição do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC⁶ (SAKATA, 2006). Esse consórcio é formado pelos prefeitos dos sete municípios da região, com o intuito de representar o interesse desses municípios perante outros órgãos de políticas públicas de âmbito regional e esferas de governo em matérias de interesse comum. Como resultado dessa articulação regional, surgiram a Câmara Regional do Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC⁷.

AS RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO: O PROJETO EIXO TAMANDUATEÍ

O Projeto Eixo Tamanduateí tem suas raízes na procura pela retomada do crescimento econômico, perdido em função das transformações ocorridas na economia andreense. Em novembro de 1997, o prefeito Celso Daniel⁸ lançou o Projeto Santo André Cidade Futuro, durante seu segundo mandato (1997/2000)⁹, para discutir os problemas da cidade em um fórum democrático, com a participação de delegados representativos das diversas entidades civis e públicas para o futuro de 2020.

Nessa ocasião foi convidado o sociólogo espanhol Jordi Borja¹⁰, expoente do urbanismo internacional, para ministrar uma palestra sobre a experiência espanhola em projetos congêneres.

Borja, após conhecer a realidade andreense, propôs a reversão do quadro de “negativismo” que a saída das indústrias deixou, afirmando: *“o lado positivo da debandada industrial é a existência de muitas áreas potencialmente aproveitáveis para a instalação de equipamentos públicos que melhorem a qualidade de vida da população como também para a formação de um conjunto de alternativas econômicas encontradas mais facilmente em São Paulo, como nas áreas de saúde, turismo, cultura e tecnologias de ponta como factíveis de sensibilização de investimentos.”* (SANTO ANDRÉ, 1999a, p. 7)

Borja fez um diagnóstico para recuperação de uma área estratégica para cidade, traçando o futuro do eixo do vale do rio Tamanduateí. Esse eixo, composto pelo trecho de várzea que corta a cidade de Santo André, entre São Caetano e Mauá, teve a maior evasão de indústrias e apresenta vazios urbanos, com possibilidade de repensar-se um projeto de reconversão urbana.

Em agosto de 1998, nascia o Projeto Eixo Tamanduateí na perspectiva de buscar uma saída para o quadro de decadência e falência financeira dos cofres públicos, como motor de reversão desse quadro, gerando crescimento.

Como ponto de partida para construção do projeto, definiu-se pela contratação de quatro equipes de projetistas, incluindo a participação de arquitetos internacionais que tivessem experiência de atuação em projetos urbanos no mundo. Esse projeto previa a requalificação urbana de uma área de 9,6 km², ao longo do rio Tamanduateí, da divisa com São Caetano do Sul até Mauá, visando a aspectos como sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Como experiência precursora ao Eixo, uma intervenção do Departamento de Desenvolvimento Urbano, em 1997, na implantação do ABC Plaza

(Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Venezuela, Uruguai e Paraguai). É autor, com Manuel Castells, do livro *Local e global* (1994) e prestou consultoria em projetos de recuperação de centros históricos no Brasil em Recife, Salvador, São Paulo e Brasília. Ele passou a ser consultor do Projeto Eixo Tamanduateí, com a arquiteta brasileira Raquel Rolnik.

(11) O ABC Plaza Shopping foi inaugurado na noite de 23 de setembro de 1997.

(12) Foram assim chamadas, pelos coordenadores do projeto, as parcerias entre a iniciativa privada e o poder público para a urbanização de áreas no entorno do perímetro dos empreendimentos, de forma pontual e diferente das operações urbanas consorciadas, praticadas pelo município de São Paulo, como a Operação Urbana Faria Lima e Operação Urbana Águas Espraiadas, com um perímetro de abrangência maior.

(13) Maurício Faria cumpriu dois mandatos como vereador em São Paulo pelo PT, de 1989 a 1996, participando de discussões de projetos de lei e proposições de políticas públicas nas áreas de cultura, educação e planejamento urbano.

(14) CD-ROM elaborado por ocasião da 4ª Bienal Internacional de Arquitetura em São Paulo em novembro de 1999.

(15) A equipe que trabalhou com Busquets no Brasil era constituída pelos seguintes arquitetos: Hector Vigliecca, Jorge Wilheim, José Francisco Xavier Magalhães, José Magalhães Jr., Luciana Machado e Maristela Faccioli.

Shopping¹¹, na avenida Industrial, gerou um processo de requalificação no local. Nessa época, estava prevista uma pequena intervenção na avenida, que consistia na implantação de um semáforo de acesso ao empreendimento e no reaproveitamento da avenida, diretrizes dadas pelo Departamento de Trânsito.

O Departamento de Desenvolvimento Urbano (DDU) intercedeu, propondo uma intervenção mais abrangente de reconversão da área onde a urbanização dos passeios, iluminação pública e equipamentos urbanos deveriam ser executados pelos empreendedores, criando a primeira ação de parceria do poder público com a iniciativa privada, originando uma operação urbana¹².

A Primeira fase do projeto

A primeira fase, na qual Maurício Faria¹³ atuou como coordenador do projeto, de 1998 até dezembro de 2000, compreende o período de criação do projeto e sua concepção. Foram pensadas as diretrizes que nortearam o projeto e o desenho de plano para a área. Nessa fase houve o lançamento do projeto, com repercussão além dos limites da cidade.

O prefeito Celso Daniel, liderança importante para a realização das operações, considerava o Projeto Eixo Tamanduateí um dos principais projetos estratégicos de seu governo. O Projeto foi ganhando força política e passou a ser especial, ligado ao gabinete do prefeito, denominado de Coordenadoria de Planejamento Estratégico de Cidade.

Para Celso Daniel, a importância do projeto pode ser observada no depoimento em vídeo, divulgado no CD-ROM do Eixo¹⁴:

"A criação de uma nova centralidade metropolitana no Eixo Tamanduatehy é um imenso desafio que nós do governo municipal estamos assumindo com todo vigor e temos a convicção de que a iniciativa privada, a comunidade de Santo André, da Região do Grande ABC e Metropolitana, em conjunto com o governo do estado e governo federal e nós teremos, todos juntos, condição de colocá-la realmente em prática. Não se trata apenas de uma reformulação urbana de grande porte. Trata-se de garantir espaço e oportunidade para a geração de emprego, num terciário avançado, o que significa, portanto, algo que tenha um sentido social da mais alta importância para Santo André e para região do Grande ABC." (CELSO DANIEL, apud SANTO ANDRÉ, 1999b)

Em 1998, foram contratadas equipes de arquitetos nacionais e internacionais para elaboração dos anteprojetos para a área. Participaram os urbanistas Joan Busquets (espanhol), Eduardo Leira (espanhol), Christian de Portzamparc (francês) e Cândido Malta Campos Filho (brasileiro) como coordenadores das equipes. Estas abordaram a mesma área, mas com enfoques diferentes e complementares.

O anteprojeto do catalão Joan Busquets¹⁵, o qual renovou Puerto Madero, em Buenos Aires, consistia na reabilitação do eixo da avenida dos Estados, transformando o vale do rio em parque linear dominado pelo verde dos espaços públicos, criando uma imagem marcante para Santo André. A formação de um tapete verde sobre o vale era o componente fundamental de todo o projeto. A mudança da paisagem seria o elemento de atração para a área, criando condições para a reconversão e a ocupação de novos usos.

(16) Eduardo Leira e Susana Jelen foram os arquitetos espanhóis que contaram com a colaboração de Nuno Portas e Manuel Herce e o apoio nacional formado por uma equipe de arquitetos de Santo André: Jorge Bomfim, Francisco José Prado Ribeiro, André Bomfim e, de São Paulo, o paisagista Luciano Fiaschi.

(17) Na equipe de Portzamparc estavam Bruno Padovano, Dora Cerruti, François Barberot, Jacques Suchodolski, João Pedro Backheuser, José Paulo de Bem, Mariana Fortes Figueiredo, Nicola Marchi, Otávio Leonídio Ribeiro, Roberto Righi e Suzana Jardim Neto.



Figura 1: Proposta de parque linear ao longo do rio
Fonte: SANTO ANDRÉ, 1999a

O arquiteto Eduardo Leira¹⁶, responsável pela revitalização de Madri, pensou na acessibilidade do Eixo, com a revitalização da ferrovia paralela ao rio Tamanduateí, e apresentou a questão sobre a macroacessibilidade à avenida dos Estados, com a proposta da criação de um tipo de anel metropolitano, a “Diagonal ABC”, ligando a região ao aeroporto de Cumbica. Essa diagonal possibilitaria a criação de uma porta de entrada da cidade e, junto, a dinamização da área. A facilidade de conexão com o aeroporto era uma questão estratégica para o projeto. A região onde está proposta a Cidade Pirelli seria o núcleo do projeto, capaz de funcionar como motor de transformação, desencadeador de nova centralidade metropolitana.

O francês Christian de Portzamparc¹⁷, autor da *Cidade da música*, em Paris, e vencedor do Prêmio Pritzker de arquitetura, realizou um estudo sobre volumetria (relação entre espaços vazios e construídos e das edificações entre si, incluindo acústica, circulação de ar, iluminação, etc.). Portzamparc se preocupava com as imagens captadas por quem passa pelas ruas ou vive e trabalha nos prédios da área em questão: a construção alta ou baixa, a insolação, o ar que circula e torna agradável o lugar, definindo como “quadra aberta”. Essa era a tônica de sua proposta, com um modelo para a paisagem e conforto ambiental da cidade, sem se ater às questões funcionais ou estratégicas.

Também propôs a remodelação do corredor viário, na avenida dos Estados, tornando-a mais próxima do modelo de *boulevard* urbano. Portzamparc criou uma pista local, separando o tráfego de passagem da dinâmica do lugar.

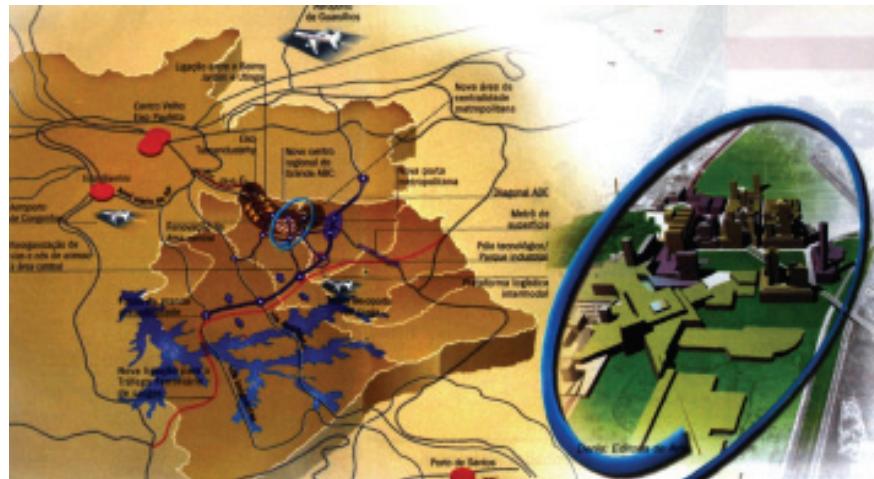


Figura 2: Proposta de Eduardo Leira
Fonte: SANTO ANDRÉ, 1999a

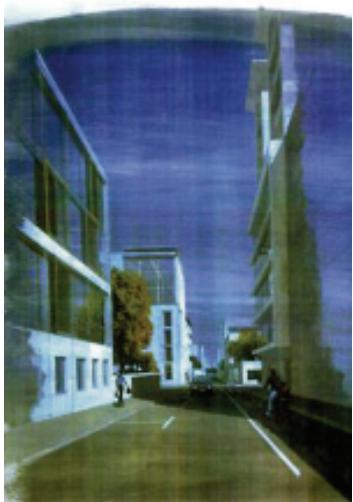


Figura 3: Quadras abertas



Figura 4: Torres de 100 andares, edifícios-pontes

As quadras abertas de Portzamparc geraram uma discussão quanto à implantação, pois, como controlar que os gabaritos variassem, se, no mesmo quarteirão, índices urbanísticos deveriam ser distintos e a propriedade privada seria rompida para a previsão de áreas comuns no interior do quarteirão? Mas sua proposta continha qualidades quanto ao conforto ambiental, à questão da insolação e previsão de áreas verdes no interior das quadras.

O brasileiro Cândido Malta Campos Filho¹⁸ entendia que a transformação do Eixo proporcionaria melhorias sociais e uma de suas sugestões era unificar os dois subdistritos de Santo André, separados pelo rio e pela ferrovia. Ele dividiu a área em quatro zonas com vocações específicas, os *clusters*. Idealizou propostas urbanísticas e arquitetônicas como prédios-pontes, torres de até 100 andares, sistema de quadras amplas, parques temáticos, centro de multimídia, praias artificiais e metrô de superfície. A proposta estudava a densidade da ocupação, com a criação de centros e subcentros. Alguns bairros com usos específicos e equipamentos como a “rua de Festas” apareceram no projeto. Era uma proposta bastante abrangente e detalhada da área.

As propostas das equipes contratadas para elaboração do anteprojeto continham visões distintas e complementares; onde Busquets se ateve às questões ambientais do projeto, Leira se preocupou com a questão estratégica, Portzamparc realizou uma abordagem sobre a volumetria e, Malta, a estrutural.

O Projeto Síntese

A partir desses projetos, a prefeitura buscou uma estratégia para mobilização entre os empresários e representantes da sociedade civil, de modo a encontrar formas de viabilizar o projeto e promover as ações para a implementação da proposta de revitalização urbana. Procurava-se abordar a questão da gestão do projeto e a articulação entre atores públicos e privados. Os coordenadores do projeto pensaram na criação de um grupo promotor, o qual trabalharia para haver uma continuidade do projeto, mesmo sem a continuidade política da administração pública. Procurava-se, também, o início do debate público do projeto.

A elaboração de um CD-ROM sobre o Projeto Eixo Tamanduateí, a participação na 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, no final de 1999, e a organização do seminário internacional Requalificação Urbana:

(18) Claudia Bitran, Luciane Shoyama, Luiz Carlos Costa, Priscila Izar, Vera Santana Luz e Viviane Lanfranchi Vaz constituíram a equipe de Cândido Malta.

Democratização de Espaços e Oportunidades, em dezembro de 2000, foram maneiras de manter o projeto em evidência, no final da 1ª fase do projeto.

Além das propostas das equipes internacionais contratadas, o grupo promotor trabalhou com um quinto projeto, preocupado com o espaço público qualificado, prevendo calçadas largas, praças e pequenos parques, jardins e muito verde nas ruas e avenidas.

O Projeto Síntese se constituiu em uma diretriz de projeto. A partir dessas diretrizes e oportunidades surgidas com os empreendimentos na área do Eixo, havia uma negociação para a concretização das idéias por meio das contrapartidas realizadas pela iniciativa privada. Havia todo um processo de negociação, caso a caso, mas a partir de diretrizes muito bem estabelecidas no Projeto Síntese.

Para os coordenadores do projeto, o enfrentamento dos problemas sociais estava atrelado a um aumento na arrecadação do município que possibilitaria uma receita para desenvolver projetos na área social, “mas não necessariamente na área da nova centralidade”.

O Projeto Síntese consistia em um sistema viário estrutural, com um novo traçado da avenida dos Estados, que receberia uma via local paralela a seu traçado original e, nos fundos dos lotes, junto da ferrovia, seria construída a avenida do Trem, a qual permitiria o parcelamento dos lotes com novas ruas, interligando a via local com a avenida do Trem.

Dessa forma reconstituir-se-ia o tecido urbano para os novos usos previstos e diminuir-se-ia a distância entre os dois lados da cidade (1º e o 2º subdistritos). Alguns bairros foram projetados no trecho da avenida Industrial, no bairro-jardim, com quarteirões regulares e ortogonais, em alusão às quadras de Cerdá e novas transposições da ferrovia (estava em negociação um viaduto a ser construído pela Funccef, em parceria com a Pirelli, interligando os dois empreendimentos).

Figura 5: Projeto Síntese
Fonte: SANTO ANDRÉ, 2000





Figura 6: Via do Trem

Fonte: SANTO ANDRÉ,
2000

O “motor da intervenção”, preconizado por Leira, poderia ser o projeto Cidade Pirelli ou a nova Operação Urbana Shopping Global/Funcef, em que, além de um *shopping center*, estava previsto um *city hall* com teatro, um centro de convenções, um hotel e torres de escritórios e residências.

Pensava-se em um equipamento emblemático para área da Garagem Municipal, na avenida dos Estados, uma área pública de 70.000 m². Era um Museu da Ciência Viva, nos moldes do *La Villette*, em Paris. Hoje está em obras o campus da Universidade Federal do ABC nessa área.

RESULTADOS DO PROJETO EIXO TAMANDUATEÍ

Nesses oito anos de existência, o Projeto Eixo Tamanduateí arrecadou R\$ 30 milhões por meio de parcerias e das contrapartidas pagas pelos empreendedores em obras de melhorias na infra-estrutura urbana (SAKATA, op. cit.). Já o município financiou as obras de contenção das margens do rio Tamanduateí, em 1997 (obra anterior à criação do projeto) e a duplicação da avenida Industrial no trecho atrás do Parque Celso Daniel (cerca de 200 metros de extensão), com custo total de R\$ 10.099.901,00 (SAKATA).

Apesar da importância dessas obras, elas foram financiadas com verbas de outras secretarias, pois nunca houve verbas no projeto Eixo Tamanduateí para obras no perímetro da intervenção, sendo esse um fator crucial para o sucesso do projeto e a viabilização de suas propostas.

Como resultado, também, ocorreu a antecipação de alguns instrumentos urbanísticos a serem implementados pelo Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – entrou em vigor em 10 de outubro de 2001 e regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição), como, por exemplo, o Consórcio Imobiliário (no projeto do Land Pooling, embora não tenha sido efetivado), a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Alteração de Uso, depois promulgadas pelo Estatuto da Cidade e, posteriormente, em 2004, esses instrumentos foram institucionalizados no Plano Diretor Participativo de Santo André.

Após oito anos de seu lançamento, verificam-se algumas transformações na cidade, as quais podem ser atribuídas ao projeto, com a consolidação de Santo André como um centro de comércio e serviços do ABC e da zona leste de São Paulo. A implantação de *shoppings*, centros atacadistas, hipermercados, porto seco,

terminal logístico e a construção de conjuntos habitacionais em área antes essencialmente industrial está criando condições para a transformação dessa região em um novo centro urbano.

Alguns objetivos originais do projeto não foram alcançados, como a transformação de Santo André em pólo metropolitano, atraindo o terciário avançado. Mas a busca por soluções de seus problemas por meio desse projeto resultou em algumas mudanças nos índices econômicos da cidade.

CONCLUSÕES

Conforme pôde ser constatado neste trabalho, o Projeto Eixo Tamanduateí se constituiu de uma nova forma de gestão urbana, tão característica desse período de crise de acumulação do estágio intensivo do sistema capitalista. A tentativa de reversão do quadro de decadência industrial, a consultoria catalã, a instituição das parcerias público-privadas, as flexibilizações da legislação urbanística previstas nas “operações urbanas”, o enfoque em um megaprojeto urbano como eixo de desenvolvimento do município, e a presença de um líder, o prefeito Celso Daniel, o qual capitaneava as discussões, são elementos típicos daquilo que se convencionou chamar de planejamento estratégico urbano.

Contudo, as críticas ao projeto devem ser relativizadas quando comparadas às experiências estrangeiras do planejamento estratégico. Primeiro, não se pode dizer que houve desvio de recursos sociais para o fomento ao desenvolvimento econômico, visto o montante público gasto ter sido pequeno e bastante inferior ao arrecadado pela contrapartida dos investidores, ao contrário da experiência paulistana nas operações urbanas como Faria Lima e Água Espaiada, nas quais há a arrecadação com venda de Certificado de Potencial Adicional de Construção – CEPAC – como alternativa de captação de recursos para o financiamento do desenvolvimento urbano. Segundo, visto a área ser relativamente abandonada e não haver ocupação residencial, o projeto não provocou uma gentrificação. Pelo contrário, a inclusão recente de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS – na área tende a assegurar que a população de baixa renda seja incluída no processo.

Apesar das críticas quanto à indefinição do que se pretendia trazer para a cidade, o Projeto Eixo Tamanduateí serviu como monitoramento do desenvolvimento da área, fornecendo diretrizes urbanísticas para a implantação de novos empreendimentos e atraindo novos investidores. Contudo, o objetivo do Projeto Eixo – criar uma nova centralidade metropolitana – não foi alcançado.

A gestão urbana do Projeto Eixo Tamanduateí tornou-se uma experiência paradigmática. Outros municípios como São Caetano e São Bernardo estão empreendendo projetos semelhantes. Em São Paulo, na Operação Urbana Águas Espaiadas, diversos princípios do projeto foram adotados, como, por exemplo, a doação de área para ampliação de passeio público como diretriz urbanística, independentemente da participação na operação consorciada.

Dessa forma, pode-se concluir que o Projeto Eixo Tamanduateí constituiu uma nova forma de intervenção urbana, diferente de qualquer experiência anterior em Santo André. Contudo, os resultados desse processo não apresentaram os mesmos impactos negativos daquelas experiências que se convencionou chamar de planejamento estratégico urbano.

BIBLIOGRAFIA

- AZZONI, C. O novo endereço da indústria paulista. In: III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1989, Águas de São Pedro. *Anais... Águas de São Pedro*: ANPUR, 1989.
- DEÁK, C. Globalização ou crise global? In: SCHIFFER, S. (Org.) *Globalização e estrutura urbana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.
- EMPLASA. *Sumário de dados da Grande São Paulo*. São Paulo: Emplasa, 1978.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: Desmantelando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, E.; WHITAKER, J. Operação urbana consorciada: Diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?. In: OSÓRIO, L. (Org.) *Estatuto da cidade e reforma urbana: Novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.
- NEWMAN, P.; THORNLEY, A. *Urban planning in Europe: International competition, national systems & planning projects*. Londres: Routledge, 1994.
- NOBRE, E. *Reestruturação econômica e território: Expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ROBINSON, F. *Urban regeneration policies in Britain in the late 1980s: Who benefits?* New Castle upon Tyne: University of New Castle upon Tyne/Centre for Urban and Regional Development Studies, 1989.
- SANTO ANDRÉ (cidade). *Eixo Tamanduateí: O futuro já chegou*. Santo André: PMSA, 1999a.
- _____. *Eixo Tamanduateí*. Santo André: PMSA, 1999b. CD-ROM.
- _____. *Diretrizes do Eixo Tamanduateí*. Santo André: PMSA, 2000. Folder de evento.
- SAKATA, M. *Projeto Eixo Tamanduateí: Uma nova forma de intervenção urbana em Santo André?* 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: Desmantelando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Obs.:

O artigo é resultante da dissertação de mestrado *Projeto Eixo Tamanduateí: Uma nova forma de intervenção urbana em Santo André?*

Nota do Editor

Data de submissão: outubro 2007

Aprovação: dezembro 2008

Margarida Nobue Sakata

Arquiteta e urbanista formada pela FAUUSP, foi bolsista na Kyoto University, Japão, pelo Shiga Prefecture Overseas Study Program, 1984-1985, e é mestre em Planejamento Urbano e Regional pela FAUUSP.

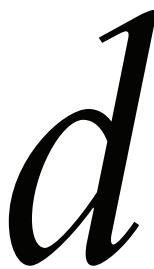
Rua Tenente Manoel Tinoco Miraldo, 25. Jardim da Saúde
04152-030 – São Paulo, SP

(011) 4433-0188

nobue@webcable.com.br

Regina Célia Corrêa
Landim

Orientadora:
Profa. Dra. Maristela Chicharo



DIREITO DE SUPERFÍCIE

RESUMO

Diante da desigualdade social nas cidades brasileiras, na qual violência, pobreza e desemprego convivem com luxuosos condomínios e carros blindados, o Movimento Nacional da Reforma Urbana exerceu pressão popular visando inserir a função social da propriedade e o direito à cidade na *Carta Magna* de 1988.

O direito de superfície surge como um dos instrumentos urbanísticos do *Estatuto da Cidade* que melhor se ajusta aos princípios constitucionais e às políticas urbanas.

Apresenta-se um comparativo entre as duas normas infraconstitucionais que regem esse instrumento, bem como um breve histórico sobre a evolução do Estado a partir do ideário iluminista e a consequente mudança de paradigma por que passaram os direitos individuais, a propriedade, o direito civil e sua interpretação, conforme a Constituição.

Em considerações finais, visando contribuir para o desenvolvimento nacional, apresenta-se uma proposta de utilização do direito de superfície em operação consorciada, adequando a propriedade aos planos de política urbana e interesses sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Direito, superfície, cidade, propriedade.

DERECHO DE SUPERFICIE

RESUMEN

Ante la desigualdad social de las ciudades brasileñas, en las que violencia, pobreza y desempleo conviven con lujosos condominios y carros blindados, el Movimiento Nacional de la Reforma Urbana ha ejercido presión popular con el objetivo de insertar la función social de la propiedad y el derecho a la ciudad en la *Carta Magna* de 1988. El derecho de superficie surge como uno de los instrumentos urbanísticos del Estatuto de la Ciudad que mejor se adapta a los principios constitucionales y a las políticas urbanas.

Se presenta un paralelo entre las dos normas infraconstitucionales que rigen ese instrumento, así como un breve histórico sobre la evolución del Estado a partir del ideario del iluminismo y el consecuente cambio en el paradigma de los derechos singulares, la propiedad, el derecho civil e su interpretación según la Constitución. En las consideraciones finales, con el objetivo de hacer un aporte para el desarrollo nacional, se presenta una propuesta de utilización del derecho de superficie en operación asociada, de manera a adecuar la propiedad a los planes de política urbana y a los intereses sociales.

PALABRAS CLAVE

Derecho, superficie, ciudad, propiedad.

SURFACE RIGHTS

ABSTRACT

In many cities of Brazil, social inequality is illustrated by violence, poverty, and unemployment located next to luxurious residential towers and armored passenger cars. In the face of this situation, the National Movement of Urban Reform encouraged the inclusion of the social function of property in Brazil's new constitution of 1988.

Surface rights represent an urbanistic instrument in the city statute that is best aligned to the constitutional principles and urban policies.

The current article compares two laws that govern the principle of surface rights and provides a brief history of the evolution of the state based on illuminism and the consequent change in paradigm affecting individual rights, including property and civil rights, and their interpretation under the Constitution. The article concludes by suggesting the use of land surface rights in a joint operation, matching the ownership of the property with urban planning policies and social interest.

KEY WORDS

Law, land surface, city, property.

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento industrial adotado no Brasil incentivou a migração de trabalhadores da área rural para a urbana, acelerando o crescimento desordenado das cidades, com a conseqüente formação de favelas e loteamentos irregulares, sem a necessária aplicação de investimentos em infra-estrutura, habitação, fornecimento de água, saneamento, transporte, escolas, creches e lazer.

Pressionados por movimentos populares, em 1988 os membros da Constituinte inseriram a função social da propriedade na Constituição Federal, que, em seu art. 5º, garante a inviolabilidade do direito à propriedade aos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Porém, o preceito que a propriedade atenderá à sua função social limitou a interpretação desse direito o qual, antes, era considerado uma instituição de direito privado, estritamente individual.

O direito de superfície é uma boa alternativa para as políticas habitacionais, pois reduz a aplicação de recursos financeiros em desapropriações, incentiva a construção em terrenos ociosos, fomenta a urbanização e atenua a crise habitacional, a miséria e a violência, além de favorecer a criação de empregos na construção civil. Dessa forma, os proprietários que não possuam condições econômicas para edificar em seu terreno nem pretendam vendê-lo, poderão conceder o direito de superfície, mantendo o domínio do solo, livrando-se das sanções impostas pelos municípios, tais como o IPTU progressivo.

O direito de superfície se encontra disciplinado no *Estatuto da Cidade* e no *Código Civil* de 2002 e pode assumir a natureza de direito de propriedade ou de direito real sobre coisa alheia, conforme seja o enfoque dado ao sujeito da relação superficiária.

PANORAMA HISTÓRICO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS

Na atual Constituição, os valores protegidos são hierarquizados, priorizando-se o direito à vida, o que explica a existência dos demais. A instituição da propriedade como uma garantia fundamental e inviolável do indivíduo não deve ser interpretada como um direito estritamente individual, pois a propriedade atenderá à sua função social. Mas nem sempre houve essa garantia do direito de propriedade, idealizado como direito absoluto natural e imprescritível na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, em 1789 (FRANÇA, 1999, p. 1).

A noção de respeito mútuo às liberdades individuais provém das idéias iluministas preconizadas por filósofos dos séculos 17 e 18, como John Locke, Kant e Rousseau. Esses e outros pensadores idealizaram um Estado jurídico capaz de preservar a liberdade ilimitada desfrutada pelo indivíduo, titular de direitos inatos, como se aquele fosse um mero servo desse. O Estado de Direito foi concebido como uma armadura de defesa da liberdade individual e do direito

contra o despotismo europeu, que detinha a soberania e o monopólio do poder e da coação.

A Revolução Francesa se caracterizou como a revolução da burguesia, que, aproveitando-se dos ideais de direitos do homem, intentou, com êxito, reduzir os “... poderes da Coroa e destruir o mundo de privilégios da feudalidade decadente”. (BONAVIDES, 1996, p. 41-42). Dessa forma, instaurou-se o Estado de Direito, o regime representativo, as liberdades públicas, os direitos individuais, bem como o despertar da consciência da “majestade da pessoa humana”, opondo-se à idéia de submissão do povo, sem direitos, liberdades ou participação, ao despotismo de reis e rainhas do século 18 (BONAVIDES, 1996, p. 210-211).

Sob a ótica dos princípios liberais dos iluministas, diz o jurista Paulo Luiz Netto Lobo, “a plenitude da pessoa dava-se com o domínio sobre as coisas. Livre é quem pode deter, gozar e dispor de sua propriedade, sem impedimentos, salvo os ditados pela ordem pública e os bons costumes, sem interferência do Estado”. (LÔBO, 2003, p. 202). Essa noção de liberdade, associada ao poder de domínio sobre as coisas demonstra a grande importância dada ao direito de propriedade, tanto sob o ponto de vista político quanto econômico.

Entre o final do século 19 e as primeiras décadas do século 20, a Constituição era considerada mera estruturação do Estado, com caráter programático e natureza declaratória da direção política, sem a força jurídica que caracteriza as leis. As relações privadas eram reguladas no plano infraconstitucional, no qual se estabelecia as liberdades de sujeitos formalmente iguais, desconsiderando as reais desigualdades, o que favoreceu a exploração das classes menos favorecidas por aqueles que detinham o poder econômico. Crises e desigualdades sociais despertaram ressentimentos contra o sistema capitalista e culminaram com as duas grandes guerras mundiais.

O Estado liberal, impotente para vencer as crises econômicas da classe proletária, sofreu pressões sociais e ideológicas do marxismo, desencadeando sua transformação em Estado social, cuja característica é regular as matérias de ordem econômica e social no próprio texto constitucional, como forma de a burguesia capitalista conceder alguns direitos ao proletariado. O interesse de proteção da sociedade pelo Estado sobrepuja-se à autonomia da vontade e à igualdade formal.

Enquanto, no século 19, os poderes atribuídos ao proprietário eram amplamente reconhecidos pelo Estado liberal e a intervenção estatal na propriedade só cabia em alguns casos, com a respectiva indenização prévia, atualmente, no regime político democrático, o direito de propriedade adapta-se às contingências e procura atender à função social da propriedade, equilibrando os interesses coletivos e individuais.

A tutela da dignidade da pessoa humana e os valores consagrados na Constituição passam a inspirar o legislador a extrapolar os limites tradicionais de ordem exclusivamente patrimonial, impondo o cumprimento de deveres não-patrimoniais. Assim, introduzem dispositivos processuais, tipos penais e princípios interpretativos nas leis especiais e estatutos intitulados *Código de Defesa do Consumidor*, *Estatuto da Criança e do Adolescente*, *Lei de Locações*, *Estatuto da Cidade*, os quais passaram a disciplinar as relações jurídicas, antes reguladas apenas pelo *Código Civil*.

DIREITO DE SUPERFÍCIE VERSUS ENFITEUSE

De origem romana, a superfície é um instituto temporário, um direito real sobre coisa alheia, que permite o desdobramento dos poderes inerentes à propriedade. Por esse instituto, o proprietário concede ao superficiário a prerrogativa de construir ou plantar em seu terreno, mediante contrato por prazo determinado e escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Durante esse prazo, o superficiário terá a propriedade útil do imóvel, exercendo “os poderes de uso e fruição no que tange à edificação ou plantação em terreno alheio e ainda a propriedade plena sobre a coisa incorporada em solo de outrem que se chama fundieiro ou concedente” (MELO, 2002, p. 213). Por constituir-se em um direito real, o superficiário tem acesso às ações possessórias ou reivindicatórias de proteção.

Para Sílvio Rodrigues, a superfície é um direito real com prerrogativa de seqüela e oponível *erga omnes*. Representa uma exceção à regra de direito civil, em que o acessório segue o principal, pois “as coisas construídas ou plantadas pelo superficiário no terreno do concedente a ele pertencem” (RODRIGUES, 2002, p. 275).

Já a enfiteuse, oriunda da Grécia, fundiu-se com o arrendamento público, do direito romano. Naquela época, os arrendamentos perpétuos dos *agri vectigales* foram utilizados para seduzir o lavrador a cultivar terras que pertenciam a um tipo de pessoas, incapaz de explorá-las diretamente, tais como municípios, colégios sacerdotais, corporações, entre outros, os quais possuíam imóveis em países longínquos. O direito enfítéutico surgiu com as invasões bárbaras, pois dizimaram populações rurais e fizeram com que os grandes proprietários, igreja e imperadores, sentissem-se obrigados a atrair lavradores para cultivar suas terras. Para isso, os arrendantes eram forçados a oferecer o arrendamento por prazos bem longos e por menores taxas. Tais arrendamentos se perpetuariam desde que o arrendatário continuasse a pagar a renda convencionada. Esse caráter de perpetuidade da enfiteuse desfavorece a circulação de riquezas e mantém a propriedade do imóvel nas mãos de quem não trabalhava efetivamente na terra, não se coadunando com o princípio constitucional da função social da propriedade.

ESTATUTO DA CIDADE X CÓDIGO CIVIL DE 2002

O objetivo do *Estatuto da Cidade*, Lei n. 10.257/2001, foi regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, dispendo sobre direito urbano e concessão de superfícies urbanas. Em virtude de ter entrado em vigor antes do *Código Civil* de 2002, surge a questão em torno da hipótese de o novo código, como lei posterior, derrogar os princípios do *Estatuto*, em caso de conflito de normas que disciplinam o direito de superfície. Apesar de esse conflito representar um obstáculo à aplicação desse importante instrumento de política habitacional, concordamos com a opinião de Sílvio de Salvo Venosa: o *Estatuto da Cidade* “institui um microssistema, [...] vigorará sobranceiro sobre as demais leis, [...] dirige-se aos imóveis urbanos. O novo *Código Civil* se aplicará aos imóveis rurais” (VENOSA, 2003, p. 393-394).

Havendo conflito entre normas de mesma hierarquia, o entendimento doutrinário majoritário é no sentido de configurar o *Estatuto da Cidade* como microssistema que regula a propriedade urbana e o *Código Civil* de 2002, como norma geral aplicável à propriedade rural ou agrícola e, subsidiariamente, ao *Estatuto da Cidade*.

Todavia, doutrinadores do porte de Washington de Barros Monteiro (2003, p. 254) entendem que o direito de superfície seria totalmente regulado pelos artigos 1.369 a 1.377 do *Código Civil* de 2002 e o *Estatuto da Cidade* estaria derrogado. Convém discordar desse entendimento, o qual não é a melhor interpretação sistemática do direito.

Estatuto da Cidade prevê quanto ao instituto da superfície:

"Art. 21. O proprietário poderá conceder a outrem o direito de superfície de seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º. O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º. A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

O Estatuto dispõe que o prazo do direito de superfície pode ser determinado ou indeterminado e o Código Civil de 2002 só admite o prazo determinado.“

"A admissão do prazo indeterminado é inconveniente, mormente porque o Estatuto não disciplina o prazo razoável de resilição. Assim, nesse aspecto, temos dois tratamentos diversos para o mesmo instituto em nosso ordenamento. De qualquer forma, quando o direito de superfície for concedido por prazo indeterminado, devem as partes se acautelar prevendo um prazo razoável para a denúncia vazia. Se não o fizerem, haverá querela a ser dirimida pelo Judiciário, que deverá levar em conta o art. 473, parágrafo único do novo Código. [...] Conveniente será, portanto, que no instrumento negocial as partes já acordem sobre o destino das benfeitorias e construções." (VENOSA, 2003, p. 393-394)

"Art. 473. A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte."

"Parágrafo único. Se, porém, dada a natureza do contrato, uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos." (VILLAÇA; VENOSA, 2004, p. 268)

Marco Aurélio B. Melo explica: “*a aparente contradição não deve espantar o intérprete, pois o que se tem de importante é que não se admite superfície em caráter perpétuo, para que não se confunda o instituto com a superada enfituse.*” (MELO, 2002, p. 214). A solução apontada por esse autor, para o caso de contrato de superfície com prazo indeterminado, indica a aplicação do parágrafo único do artigo 397 do *Código Civil*: “*não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.*” (MELO, 2002, p. 214)

Assim, coordenando os artigos 397 e 473, parágrafo único do *Código Civil*, tem-se: havendo interpelação ou denúncia unilateral para resilição do contrato, em

prazo incompatível com a natureza e vulto dos investimentos, esta não produzirá efeito. Seria conveniente que o *Estatuto da Cidade* retirasse a possibilidade de prazo indeterminado, adequando-se ao *Código Civil*.

Segundo Diana Coelho Barbosa, ambas as legislações não admitem a propriedade da superfície separada da propriedade do solo, pois a lei determina que o objeto da concessão é o direito de superfície do terreno. A autora percebe que, embora não esteja expresso, “... a superfície contemplada pelo Estatuto também não abrange acessões preexistentes, restringindo-se àquelas resultantes do exercício da concessão”. (BARBOSA, 2002, p. 147). A proposta de modificação do *Código Civil* inclui o direito de executar benfeitorias em sua edificação, concluindo-se que a superfície poderá compreender as acessões preexistentes.

O *Estatuto* prevê que o direito de superfície abrange o direito de usar o solo, o subsolo e o espaço aéreo. Já o artigo 1.369, parágrafo único do *Código Civil*, restringe o uso de obra no subsolo, “salvo se for inerente ao objeto da concessão”, como explica Venosa:

“Em qualquer situação, deve ser analisado se a utilização do subsolo é essencial ao direito de superfície que foi constituído, mesmo porque, pela própria denominação do instituto, a utilização deve ser da superfície do solo. É claro que as fundações para a edificação devem ser consideradas necessárias para o exercício do direito. Da mesma forma, se foi contratada a construção de garagens ou pavimentos no subsolo, essa utilização deve ser admitida.” (VENOSA, 2003, p. 394-395)

Para sanar essa divergência, há projeto de lei do deputado Ricardo Fiúza propondo a expansão do direito de superfície, incluindo o subsolo e o espaço aéreo.

Enquanto o artigo 1.371 do *Código Civil* de 2002 dispõe que sobre o superficiário recai a responsabilidade pelos encargos e tributos incidentes sobre o imóvel, o § 3º do artigo 21 do *Estatuto da Cidade* responsabiliza o superficiário pelos encargos e tributos incidentes sobre a propriedade superficiária, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva do imóvel:

“[...] O Estatuto da Cidade vai mais além, pois além de estipular essa responsabilidade tributária no art. 21, acrescenta:

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo. Essa mesma disposição foi sugerida pelo Projeto nº 6.960/2002.” (VENOSA, 2003, p. 394-395)

Entretanto, a *Constituição Federal*, em seu artigo 146, estipula: somente lei complementar poderá estabelecer normas tributárias sobre impostos e contribuintes, que é o caso do IPTU:

“Art. 146. Cabe à lei complementar:

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;”

Assim, não gozando de *status* de lei complementar, infere-se que o *Estatuto da Cidade* não poderá determinar ao fisco fazer dois lançamentos distintos de IPTU – um sobre a propriedade territorial urbana em nome do fundieiro e outro sobre a propriedade predial urbana em nome do superficiário.

Ainda em relação aos reflexos tributários, de acordo com o artigo 123 do CTN, não poderão ser opostas à Fazenda Pública as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos. Havendo contrato de concessão de superfície, conforme o parágrafo 3º do artigo 21 do *Estatuto da Cidade*, o responsável pelo imposto deverá pagar ao Fisco e, posteriormente, cobrar o valor do outro contratante.

"O artigo 1.371 do Código Civil de 2002 e o artigo 21, §§ 4º e 5º do Estatuto da Cidade dispõem que o direito de superfície pode transferir-se a terceiros e, em caso de morte do superficiário, aos seus herdeiros. Com o intuito de se evitar abusos na sucessão entre vivos, não pode o proprietário estipular nos contratos qualquer pagamento pela transferência (artigo 1.372, parágrafo único). Entretanto, essa proibição não é mencionada no Estatuto da Cidade. Neste caso, Venosa orienta que deverá ser aplicado, supletivamente, o Código Civil no que for omissa a lei especial." (VENOSA, 2003, p. 394-395)

Visando consolidar a propriedade em um único titular, há previsão do direito de preferência, tanto no caso de alienação do imóvel, cuja preferência se dará ao superficiário, como no de alienação do direito de superfície, caso em que a preferência será do fundieiro, em igualdade de condições com terceiros (artigo 1.373 do *Código Civil* de 2002 e artigo 22 do *Estatuto da Cidade*). O artigo 1.374 do *Código Civil* dispõe que a concessão da superfície resolver-se-á pela destinação diversa dada ao terreno objeto do contratado. O projeto prevê a adequação do artigo 23 do *Estatuto da Cidade*, o qual prevê outras hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais pelo superficiário.

Mesmo sendo um direito real, a concessão do direito de superfície será sempre regida por contrato. Entre as causas de extinção da superfície encontram-se: o desaparecimento da coisa; a ocorrência do termo final, caso o contrato seja por prazo determinado; o abandono e deterioração do imóvel pelo superficiário.

Se estiver estabelecido no contrato, a falta de pagamento do cânon é motivo de rescisão, mas mesmo ausente tal previsão, a falta de pagamento do cânon já caracteriza o inadimplemento de obrigação e impõe a rescisão. Resta verificar se é permitido ao superficiário purgar a mora e até quando.

A forma na qual dará tal preferência não está disciplinada no ordenamento privado. Concordamos com a explicação de Venosa sobre a preempção (ou preferência) regulada pelo artigo 513 do *Código Civil* e seguintes. O artigo 516 estipula o prazo de 60 dias após a notificação para o exercício desse direito, no caso de bens imóveis. A desobediência ao preceito de preempção acarretará responsabilidade por perdas e danos àquele que deixou de concedê-la, respondendo, solidariamente, o adquirente que tiver agido de má-fé (art. 518).
"Não existe a possibilidade de o preterido na preempção depositar o preço e haver para si a coisa, como autoriza a lei do inquilinato." (VENOSA, 2003, p. 396)

Outra questão é saber se o instituto se prorroga por prazo indeterminado quando findar o contrato por prazo determinado, sem a manifestação das partes e alteração da situação de superfície. Na opinião de Venosa:

“A melhor solução é entender que no silêncio das partes o contrato passa a vigorar por prazo indeterminado. Enquanto não cancelado o registro imobiliário, o instituto prossegue gerando efeitos erga omnes, O art. 24, § 2º, do Estatuto da Cidade, dispõe que a extinção do direito de superfície será averbada no cartório de registro de imóveis. Essa extinção também pode decorrer de sentença em processo no qual a matéria é discutida.” (VENOSA, 2003, p. 396)

Após a extinção da concessão, o proprietário readquire a propriedade plena sobre o terreno, construção ou plantação, independentemente de indenização, salvo se houver cláusula em contrário (art. 1.375 do *Código Civil* e art. 24 do *Estatuto da Cidade*).

“Caso o superficiário, seus prepostos ou familiares permaneçam no imóvel, caracteriza-se a posse injusta, o que enseja a ação de reintegração de posse. Caso haja desapropriação do imóvel concedido em superfície, caberá indenização ao proprietário e ao superficiário, no valor correspondente ao direito real de cada um, conforme art. 1.376 do Código Civil.” (VENOSA, 2003, p. 397)

Segundo Marco Aurélio Bezerra de Mello, é importante ter em vista o tempo que falta para o término de vigência do direito real quando da desapropriação, pois isso determinará diretamente o cálculo dos valores da superfície e da propriedade do solo. Tal valor deve ser apurado mediante avaliação por profissional habilitado, considerando o direito real que cada um possua na época da avaliação. Dessa forma, apura-se o valor do terreno e das benfeitorias e determina-se a proporcionalidade do valor das edificações cabidas ao superficiário e ao fundiário, de acordo com o tempo restante para o termo do contrato de superfície. No caso de as obras e benfeitorias pertencerem integralmente ao superficiário, a ele caberá seu respectivo valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito de superfície é um dos instrumentos colocados à disposição do governo, para a imediata aplicação de uma política de planejamento urbano eficaz para as áreas mais carentes, independentemente de recursos financeiros para promover as desapropriações, além de fomentar a criação de empregos na área de construção civil.

O *Estatuto da Cidade*, em seu artigo 32, § 1º, sugere modalidades de operações consorciadas, coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar melhorias sociais e a valorização ambiental. Há a possibilidade de formação de consórcios imobiliários em que o proprietário transfere ao poder público municipal seu imóvel e recebe como pagamento unidades imobiliárias edificadas. A utilização do direito real de superfície, em consonância com os preceitos legais, poderá significar um importante avanço social, transformando o uso da propriedade e adequando-a aos planos de política urbana a serem elaborados pelos administradores públicos.

Rony Dreger sugeriu o direito de superfície em operação consorciada entre proprietários de áreas, a União, os municípios, as instituições financeiras e os

empresários, visando ao desenvolvimento urbano com melhorias sociais para a população carente e a valorização ambiental de uma região. Assim, o proprietário da referida área cederia o direito de construção sobre seu terreno à determinada associação de moradores em troca de um valor, cânon, a ser pago por um empresário. A União criaria incentivo tributário para as empresas participantes dos projetos de desenvolvimento da região, tais como a execução de infra-estrutura, pavimentação de vias, saneamento, etc. Os municípios poderiam levantar a demanda por moradias com um cadastro de pessoas interessadas, discutindo problemas e potencialidades comuns com os municípios vizinhos. As instituições financeiras, com garantia de um direito real representado pela hipoteca da propriedade superficiária, emprestariam os recursos necessários para a edificação das moradias populares.

A população poderia contribuir com mão-de-obra em regime de mutirão para a construção das moradias, beneficiando-se com o recebimento das mesmas, além da infra-estrutura.

Dessa forma, percebe-se que o instituto de direito real de superfície atende aos interesses de todos os atores envolvidos.

O proprietário da área, principalmente se essa estiver invadida, receberia um valor pela superfície de seu imóvel, sem abrir mão de uma eventual valorização futura de seu bem.

Os municípios de determinada região poderiam articular-se para a gestão das aglomerações urbanas e metropolitanas, elaborando e integrando seus respectivos planos diretores urbanos.

Os empresários seriam beneficiados pela divulgação da boa imagem de suas empresas e por incentivos tributários concedidos pelo governo.

Entendemos o direito de superfície como um importante instrumento para atender à função social da propriedade, pois, em consonância com as exigências constitucionais, atenua a crise habitacional instalada nos centros urbanos do país, favorecendo uma política urbana eficaz, sem a necessidade da utilização de recursos financeiros diretos por parte do poder público.

Outros benefícios serão alcançados por via indireta: fomento de novos empregos na área de construção civil e no comércio e serviços, além da benéfica influência no ordenamento do crescimento das cidades com redução da miséria e das desigualdades sociais.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BARBOSA, Diana Coelho. *Direito de superfície à luz do Estatuto da Cidade*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- BARROSO FILHO, José. *Propriedade: A quem serve?* Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2453>>. Acesso em: 07 jun. 2004.
- BRASIL. *Constituição Federal – Código Civil – Código de Processo Civil*. In: CAHALI, Yussef Said (Org.). 6. ed. atualizada e ampliada. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 2004.
- _____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. In: CAHALI, Yussef Said (Org.). *Constituição Federal – Código Civil – Código de Processo Civil*. 6. ed. atualizada e ampliada. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 2004.

- BRASIL. *Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.* Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, estados e municípios. Denominado Código Tributário Nacional pelo art. 7º do Ato Complementar n. 36, de 13.3.1967. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 nov. 2004.
- BONAVIDES, Paulo. *Do estado liberal ao estado social.* 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.
- CARNEIRO, Ruy de Jesus Marçal Carneiro. *Organização da cidade – Planejamento municipal, plano diretor, urbanificação.* São Paulo: Max Limonad, 1998.
- DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico.* 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito de superfície. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coord.). *Estatuto da Cidade: Comentários à Lei n. 10.257/2001.* São Paulo: Malheiros, 2003.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: Direito das coisas.* 18 ed. São Paulo: Saraiva, v. 4, 2002.
- DREGER, Rony. *O direito real de superfície como instrumento de transformação da propriedade.* Jus Navigandi, Teresina, a. 8, n. 410, 21 ago. 2004. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5601>>. Acesso em: 06 set. 2004.
- FIUZA, César. Crise e interpretação no direito civil da escola da exegese às teorias da argumentação. In: NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; FIUZA, César; SÁ, Maria de Fátima Freira de (Coord.). *Direito civil: Atualidades.* Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- FRANÇA, Vladimir da Rocha. *Perfil constitucional da função social da propriedade.* Jus Navigandi, Teresina, a. 3, n. 35, out. 1999. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=676>>. Acesso em: 21 ago. 2004.
- GARCIA, José Carlos Cal. *Linhas mestras da constituição de 1988.* São Paulo: Saraiva, 1989.
- GONDINHO, André Osório. Função social da propriedade. In TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *Problemas de direito civil – Constitucional.* Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GRAU, Eros Roberto. Os princípios e as regras jurídicas. *A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica).* 2. ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1990.
- HORBACH, Carlos Bastide et al. In: MEDAUAR, Odete; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de (Coord.). *Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10.07.2001.* Revista dos Tribunais, São Paulo, 2002.
- HORVATH JÚNIOR, Miguel. Uma análise da autonomia privada e o fenômeno da globalização e seus efeitos no direito constitucional e no direito internacional privado. In: LOTUFO, Renan (Coord.). *Direito civil constitucional.* São Paulo: Max limonad, 1999. Caderno 1.
- LEITE, Carlos Kennedy da Costa. *Direito real de superfície: A ressurreição.* Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 61, jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3616>>. Acesso em: 06 set. 2004.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. In: NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; FIUZA, César; SÁ, Maria de Fátima Freira de (Coord.). *Direito civil: Atualidades.* Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- LOTUFO, Renan. *Direito civil constitucional.* São Paulo: Max Limonad, 1999. Caderno 1.
- MACEDO, Magda Helena Soares. *Manual de metodologia da pesquisa jurídica.* 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro.* 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- MATTOS, Liana Portilho. Limitações urbanísticas à propriedade. In: FERNANDES, Edésio (Org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil.* Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- MELO, Marco Aurélio Bezerra de. *Novo código civil anotado: Direito das coisas.* Rio de Janeiro: Lumen Júris, v. V, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro.* 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil direito das coisas.* 37. ed. (ver. atualizada, por Carlos Alberto Dabus Maluf). São Paulo: Saraiva, 2003.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da Cidade: Para compreender (...).* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. Disponível em: <http://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/caixacidade/links_menu_lat_esq.asp#item1>. Acesso em: 08. mar. 2004.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil – Direitos reais*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. IV, 2004.

PEDRA, Anderson Sant'Ana. *Interpretação e aplicabilidade da Constituição: Em busca de um direito civil constitucional*. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 99, 10 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4266>>. Acesso em: 21 ago. 2004.

PETRUCCI, Jivago. *A função social da propriedade como princípio jurídico*. Jus Navigandi, Teresina, a. 8, n. 229, 22 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4868>>. Acesso em: 06 set. 2004.

REALE, Miguel. *O Estado democrático de direito e o conflito das ideologias*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RODRIGUES, Ruben Tedeschi. *Comentários ao Estatuto da Cidade*. Campinas: Millennium, 2002.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil – Direito das coisas*. v. 5. (27. ed. revista e atualizada). São Paulo: Saraiva, 2002.

TEPEDINO, Gustavo. Premissas metodológicas para a constitucionalização do direito civil. *Temas de direito civil*. 2. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: Direitos reais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VILLAÇA, Álvaro Azevedo; VENOSA, Sílvio de Salvo. *Código Civil anotado e legislação complementar*. São Paulo: Atlas, 2004.

Obs.:

Projeto de pesquisa apresentado como exigência final do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil e Direito Civil, Turma 127.

Nota do Editor

Data de submissão: outubro 2007

Aprovação: dezembro 2008

Regina Célia Corrêa Landim

Engenharia civil, mestre em Engenharia Civil (UFF), com especialização em Engenheira de Segurança do Trabalho e Engenharia de Meio Ambiente, e advogada OAB/ES 11.653.

Avenida Saturnino de Brito, 1.175, ap 302. Praia do Canto
29055-180 – Vitória, ES
(027) 3345-8948 / 9973-8865
rc2l@hotmail.com
rc2ladv@yahoo.com.br

crição das

*e S. São em suam d'zindendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bô 35 & braus 57 mea de des palmoz por braça. Temessa
mui poca gente. Di*

M V X D X V C

migo d' Sen. supremo

de Montanha, E

canalino de dentro

at coponto N. 2.

estonia, Sub pell de.

Tinco libras em mea a

o final de rocha viva

& for apraya.

Eduardo Alberto Cusce
Nobre

P

OLÍTICAS URBANAS PARA O
CENTRO DE SÃO PAULO:
RENOVAÇÃO OU REABILITAÇÃO?
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO DE 1970 A 2004

214

pós-

RESUMO

O debate sobre intervenções urbanas em áreas centrais é, provavelmente, um dos temas mais polêmicos entre arquitetos e urbanistas. Sendo as cidades um artefato socialmente construído, dependendo de como o Estado e o mercado atuam na produção de seu espaço, determinadas áreas se “desenvolvem” ou se “degradam”. Em resposta a um processo de “degradação”, o poder público de várias cidades do mundo vem desenvolvendo políticas urbanas de intervenção em áreas centrais, alternando-se, principalmente, entre duas tendências: a erradicação e a reabilitação. Este trabalho procura analisar as intervenções propostas pela prefeitura para o centro de São Paulo nos últimos 30 anos, levando em consideração essas tendências. Inicialmente, traça uma evolução das políticas urbanas para áreas centrais no contexto internacional, para, depois, analisar o processo de “decadência” da área central de São Paulo e a resposta do poder público, com ênfase nas ações recentes e seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento urbano, políticas públicas urbanas, áreas centrais, reabilitação urbana.

POLÍTICAS URBANAS PARA EL
CENTRO DE SÃO PAULO:
¿RENOVACIÓN O REHABILITACIÓN?
AVALUACIÓN DE LAS PROPUESTAS
DE LA PREFECTURA DEL MUNICIPIO
DE SÃO PAULO, DE 1970 A 2004

RESUMEN

El debate sobre intervenciones urbanas en áreas centrales es posiblemente uno de los temas más polémicos entre arquitectos y urbanistas. Las ciudades son artefactos construidos socialmente, y en dependencia de como actúan el Estado y el mercado en la producción de su espacio, determinadas áreas se “desarrollan” o se “degradan”. Como respuesta a un proceso de “degradación”, el Poder Público de diversas ciudades del mundo vienen desarrollando políticas urbanas de intervención en áreas centrales, que presentan una alternancia entre duas tendencias principales: la erradicación y la rehabilitación.

Este trabajo busca analizar las intervenciones propuestas por la prefectura para el centro de São Paulo en los últimos treinta años, teniendo en cuenta esas tendencias. De inicio, presenta una evolución de las políticas urbanas para áreas centrales en el marco internacional, y después analiza el proceso de “decadencia” del área central de São paulo y la respuesta del poder público, con énfasis en las acciones recientes y sus resultados.

PALABRAS CLAVE

Planificación urbana, políticas públicas urbanas, áreas centrales, rehabilitación urbana.

URBAN POLICIES FOR
DOWNTOWN SÃO PAULO: RENEWAL
OR REHABILITATION? AN
ASSESSMENT OF SÃO PAULO CITY'S
PROPOSALS FROM 1970 TO 2004

ABSTRACT

The debate over urban interventions in central areas is probably one of the most controversial subjects between architects and city planners. Since the cities are built on social grounds, depending on the roles that government and the market play in the production of space, some urban areas "develop" while other "degrade." In response to a "degradation" process, governments around the world have developed urban policies for intervention in central areas of cities. These interventions have changed over time, alternating mainly between two types: eradication and rehabilitation. The current paper analyzes the interventions proposed by the city of São Paulo for its downtown area over the past thirty years, taking into consideration these types of intervention. The article starts out by discussing the evolution of urban policies for central areas in the international arena and then analyzes the process of São Paulo downtown decay and the response of local government, with an emphasis on recent initiatives and their outcomes.

KEY WORDS

Urban planning, urban policies, central areas, urban rehabilitation.

A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS PARA AS ÁREAS CENTRAIS

O debate sobre intervenções urbanas em áreas centrais é, provavelmente, um dos temas mais polêmicos entre arquitetos e urbanistas. Visto que as cidades são um artefato socialmente construído, estão em constante transformação, crescendo ou decaindo em resposta às mudanças das sociedades nas quais estão inseridas. Dependendo de como Estado e mercado atuam sobre a produção do espaço, ocorre o desenvolvimento de determinadas áreas urbanas, com o aparecimento de novas atividades econômicas e classes sociais, ou sua decadência, com o término dessas atividades, o declínio econômico e a migração (COUCH, 1990).

Em resposta a esse processo, o poder público de várias cidades do mundo vêm desenvolvendo políticas urbanas de intervenção nessas áreas centrais ditas “degradadas”, basicamente de duas maneiras (NOBRE, 1994): a primeira seria sua erradicação, provocada pela renovação do ambiente construído; a segunda seria sua reabilitação, com projetos de melhorias.

Historicamente, essas tendências têm se alternado no tempo (NOBRE).

Logicamente, pode-se traçar essas políticas desde os tempos remotos; porém, para o intuito deste texto, será analisado o contexto recente das intervenções dos últimos 50 anos, a partir da reconstrução das cidades européias no pós-guerra.

Nesse período, a consolidação do urbanismo e da arquitetura modernos, seguindo os preceitos modernistas dos CIAMs e da *Carta de Atenas*, ocasionou a adoção de políticas de reconstrução baseadas na renovação do tecido urbano (HARVEY, 1989; OECD, 1983). As necessidades de afirmação do nascimento de um período e de rompimento com o doloroso passado recente, o desenvolvimento tecnológico e o afluxo de capitais proveniente do Plano Marshall permitiram a reconstrução de várias cidades européias, muito influenciada pelas idéias de Le Corbusier.

Os Estados Unidos, apesar de não terem sofrido com a destruição da guerra, também adotaram o processo de renovação urbana, a fim de combater o processo de “degradação” das áreas centrais (RAPKIN, 1980). Baseado em uma política elitista, o governo federal instituiu a Lei de Habitação de 1949 (Federal Housing Act) que previa recursos federais para a desapropriação e remodelação dessas áreas e construção de conjuntos habitacionais periféricos, visando erradicar os cortiços dos cinturões envoltórios dessas áreas, residência da população pobre e afro-descendente.

Em função dos efeitos nefastos dessa política sobre os centros urbanos, ela acabou sendo conhecida por *federal bulldozer*, algo como “o trator federal”, com todos seus impactos físicos e sociais, sobre esses grupos excluídos (ANDERSON, 1964).

Caro (1975) demonstra como Robert Moses¹, o “corretor do poder”, utilizou-se dessa legislação e influenciou direta e indiretamente a política urbana

(1) Robert Moses foi engenheiro americano, coordenador do Departamento de Obras, presidente da Comissão de Remoção de Cortiços e do Conselho de Parques de Nova York, consultor de engenharia de tráfego de várias cidades, tais como Baltimore, Caracas, Chicago, Nova Orleans, Oregon, Pittsburgh e São Paulo. Sua influência pode ser vista em vários projetos “rodoviários” na década de 1950, em todas essas cidades.

(2) O Plano de Habitação de Interesse Social – Piano de Edilizia Economica e Popolare era parte integrante do Plano do Centro Histórico – Piano per il Centro Storico e previa linhas de financiamento para recuperação dos imóveis históricos pelos proprietários, mediante compromisso de manutenção da locação social (CERVELATTI, op. cit.).

(3) *Gentrification*, s. (GB). O processo pelo qual a população de classe média ocupa residências em área tradicionalmente operária, mudando seu caráter – *gentrify*, v.t. De *gentry*, s. 1. (GB). Pessoas bem abaixo da nobreza na ordem social (século 16): do fr. antigo *genterie*, de *genti*. Fonte: *Collins concise dictionary plus*. Glasgow: The Bath Press, 1989 (tradução do autor).

americana no período. Entre 1949 e 1960, sob seu comando, a cidade e o estado de Nova York gastaram US\$ 267 milhões em um vasto projeto de reformulação de sua região metropolitana, em programas de erradicação de cortiços, renovação urbana, construção de vias expressas e parques, abrindo frente para a especulação imobiliária e expulsando a população mais pobre.

Contudo, já na década de 1960 começou a haver um questionamento desse processo. A destruição da forma urbana preexistente e a remoção das comunidades instaladas, geralmente de baixa renda, acabaram por ocasionar fortes reações populares, ocasionando insurreições urbanas em várias cidades do mundo (SUSSKIND; ELLIOTT, 1983).

Estudos urbanos e de sociologia começaram a ser realizados, criticando os efeitos e consequências desse processo, em função dos problemas decorrentes do rompimento de vínculos sociais e da expulsão de áreas com concentração de empregos e serviços (JONES, 1979; BATLEY, 1982; KNOX, 1982). Concomitantemente, somaram-se a esses fatos o início da conscientização dos problemas ambientais relacionados com a destruição de um ambiente construído, por vezes em bom estado, e a importância das construções e dos tecidos urbanos históricos (COUCH, op. cit.).

A partir da década de 1970, novos estudos urbanísticos começam a trabalhar com o conceito de reabilitação do ambiente construído com a articulação de grupos comunitários em várias cidades europeias, tais como Amsterdã, Bolonha, Madri, Roterdã e Veneza (APPLEYARD, 1979). Nos Estados Unidos, o governo federal, pressionado pelo movimento civil em ebulição, lançou o programa das “Cidades Modelo”, que previa auxílio às cidades e a grupos comunitários para reabilitar as áreas deterioradas ocupadas por populações de baixa renda (RAPKIN, op. cit.).

De todos os exemplos desse período, talvez o mais emblemático seja o de Bolonha, cuja prefeitura comunista da década de 1970 elaborou um programa de preservação do centro histórico com a manutenção da população de baixa renda, com um programa de habitação de interesse social nos edifícios históricos² (CERVELATTI, 1977).

Na década de 1980, as sucessivas crises econômicas decorrentes da crise do petróleo, o fim dos “anos de ouro” do capitalismo e a ascensão do neoliberalismo ocasionaram uma nova revisão da política urbana. Várias cidades adotaram uma postura de concorrência pela atração de capitais e investimentos, flexibilizando suas legislações urbanísticas, ou adotando “novas formas” de políticas urbanas, tais como o planejamento estratégico e o marketing urbano, fato que Harvey (2005) denomina como a passagem do “administrativismo” para o “empreendedorismo” urbano.

As políticas urbanas para as áreas centrais desse período passam a ter um cunho elitista, por vezes provocando a renovação do tecido urbano, por vezes reabilitando áreas históricas, ambos, porém, expulsando a população de menor renda, em um processo que ficou conhecido em inglês pelo termo *gentrification*³ (COUCH, op. cit.). Exemplos desse processo podem ser vistos nos grandes projetos urbanos do fim do século passado, na construção de novos centros administrativos, de negócios, comerciais e de turismo nas antigas áreas industriais, degradadas e/ou portuárias de cidades como Amsterdã, Baltimore, Barcelona, Berlim, Londres e Nova York (NOBRE, 2000).



Figura 1: Renovação urbana das docas de Santa Catarina em Londres
Foto: Autor, 1994

O CENTRO DE SÃO PAULO: ASCENSÃO E “DECLÍNIO”

(4) A ferrovia Santos-Jundiaí foi implantada a partir de 1865 pela São Paulo Railway Company Limited, organizada em São Paulo e Londres com o intuito de dar vazão à produção cafeeira do oeste paulista.

Conforme visto na seção anterior, o processo de ascensão ou declínio das áreas urbanas se modifica de acordo como o estado e o mercado atuam nelas. No caso da cidade de São Paulo, o processo de ascensão e declínio do centro ocorreu ao longo do último século.

Durante os três primeiros séculos de sua fundação, a cidade se conteve nas adjacências do triângulo histórico. Foi somente a partir de meados do século 19 que a cidade e, consequentemente, o centro, começaram a desenvolver-se. Nessa época, a cidade de São Paulo se encontrava em um ciclo de grande desenvolvimento econômico propiciado pela exportação do café e alto crescimento populacional decorrente da imigração europeia, iniciado em meados de século 19.

O capital acumulado da exportação do café, aliado ao grande crescimento demográfico decorrente da imigração, começou a ser investido no desenvolvimento imobiliário, resultando no loteamento das chácaras adjacentes ao centro histórico. Ocorreu um processo de grande expansão urbana, usando a ferrovia como elemento indutor desse crescimento.

É importante notar que, com o desenvolvimento econômico, uma maior divisão do trabalho e a decorrente estratificação social, a segregação espacial começa a ganhar força no processo de produção da cidade (VILLAÇA, 1997). A cidade se expandiu em todas as direções, porém seletivamente. Para oeste, os terrenos de topografia levemente ondulada e de altitude crescente foram apropriados pela elite da época. Já as terras baixas, a leste, sem nenhum atrativo natural, segregadas pela barreira Tamanduateí – várzea inundável – ferrovia, foram desprezadas por essas camadas e deixadas às classes populares.

A implantação da ferrovia Santos-Jundiaí⁴ ocasionou a valorização do setor noroeste da cidade, pois a localização da Estação da Luz tornou a região a principal porta de entrada da cidade em detrimento da entrada anterior, que fazia a ligação com o Rio de Janeiro, situada a leste do centro, na encosta do Tamanduateí (SIMÕES JR., 2004). Esse fato vai ocasionar o loteamento de

Campos Elíseos, a oeste do Anhangabaú, primeiro empreendimento imobiliário capitalista voltado à aristocracia cafeeira.

Durante esse primeiro período, o planejamento urbano e o urbanismo no Brasil, influenciados pelas experiências européias, ativeram-se aos planos de melhoramentos das áreas centrais das principais cidades do país (LEME, 1999). Segundo esses conceitos, as principais obras públicas da época valorizaram a área central, com a reestruturação viária, na criação de ruas e alargamento das existentes, construção de parques, jardins, praças e prédios públicos, como a remodelação do vale do Anhangabaú, que resultou na desapropriação dos fundos dos lotes no vale e remoção de cortiços para a criação do Parque do Anhangabaú, a construção da praça do Patriarca e do Teatro Municipal (SIMÕES JR., op. cit.).

A legislação urbanística desse período reforçou a valorização da área central. O Código de Posturas, principal legislação existente, proibia a instalação de práticas e usos ditos “incômodos”, como os cortiços e os matadouros municipais, no “perímetro da cidade”, em uma tentativa de manter essa área como exclusiva da elite paulistana.

Rolnik (1997) chama a atenção para o fato de a legislação dessa época ter sido a principal responsável pela constituição de um mercado imobiliário dual, pois, além da valorização da área central, promoveu a alocação das classes baixas nas periferias pelo incentivo legal aos loteamentos populares, iniciando, assim, o processo de urbanização típico da cidade de São Paulo, mantida até os dias de hoje.

No final do século 19, a expansão das classes altas defletiu para a esquerda e sobe os contrafortes do espião da Paulista, desenvolvendo os bairros de Vila Buarque e Higienópolis, e alcançando a avenida Paulista. Segundo Villaça (op. cit.), isso ocorreu porque a expansão da elite não poderia continuar indefinidamente em direção a oeste, pois, do contrário, alcançaria o bairro da Barra Funda, com suas fábricas e população operária.

A partir dos primórdios do século 20, essa expansão desceu os contrafortes da Paulista em direção à várzea do Pinheiros, onde a City of São Paulo Improvements & Freehold Land Co., companhia de desenvolvimento imobiliário anglo-brasileira, comprou um milhão de metros quadrados no setor sudoeste da cidade e começou a implantar os loteamentos dos “bairros-jardins” (OTTONI; SZMRECSÁNYI, 1997).

Na década de 1920, São Paulo se consolida como cidade industrial e o centro começou a verticalizar-se e a especializar-se nas atividades comerciais, iniciando a perda da função residencial. A opção pelo “rodoviário”, a partir da década de 1930, resultou na construção de uma série de vias radiais, reforçando a valorização e verticalização da área central e promovendo a expansão periférica.

Nas décadas de 1950 e 1960, a região da Paulista se consolidou como o novo centro das elites, enquanto a área central começou a configurar-se, como o centro popular, sendo, progressivamente, abandonado como local de compras, diversões e escritórios da alta burguesia. A partir daí, inicia-se um processo ideológico de abandono do centro, na medida em que ele não interessava mais à elite, ou, nas palavras de Villaça: “progressivamente abandonado pelas camadas de alta renda desde a década de 1960, os centros tradicionais foram deixados deteriorar.” (op. cit., p. 282)

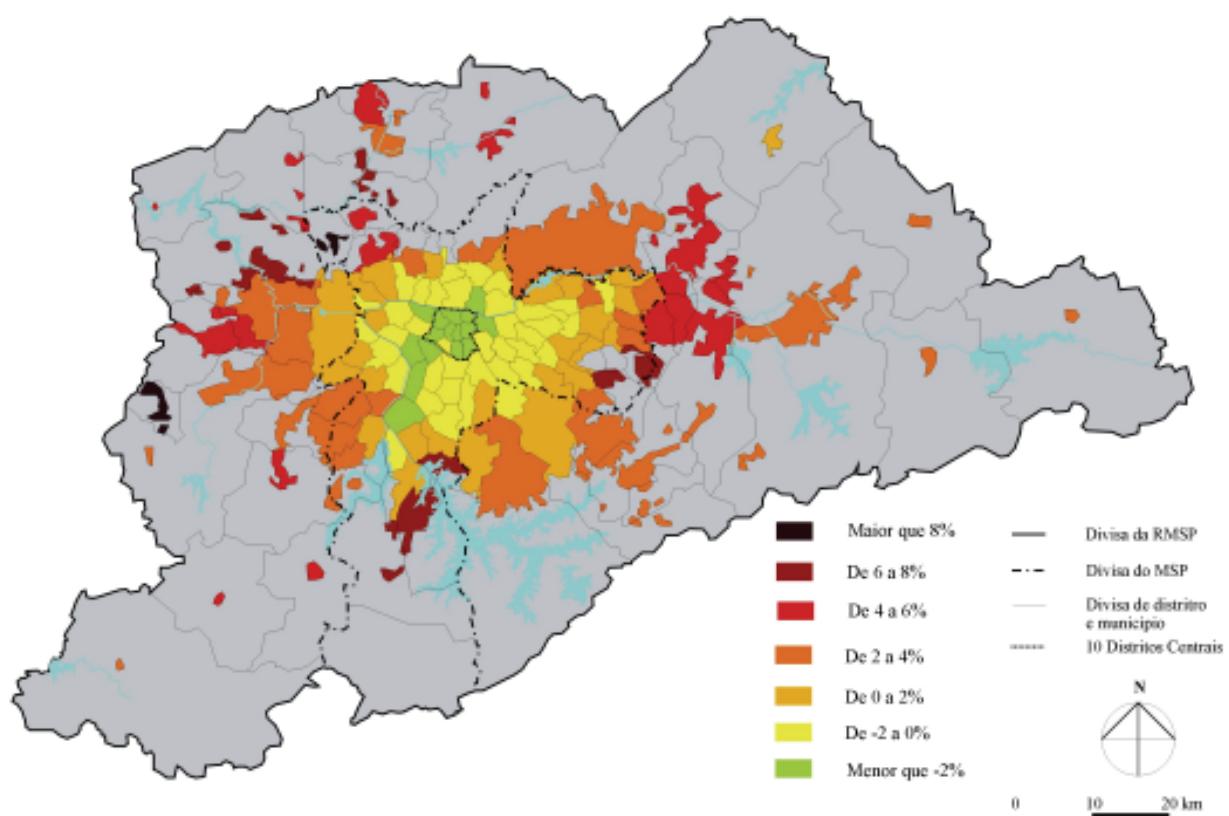
Entre as décadas de 1980 e 2000, o esvaziamento da área central foi intensificado pelos grandes investimentos públicos e privados no desenvolvimento de um “novo centro” metropolitano na zona sudoeste da cidade, próximo às

margens do rio Pinheiros (NOBRE, 2000). Esses investimentos resultaram em um grande aumento do estoque de edifícios comerciais (escritórios), vago na área central, que, em função da idade do mesmo, mais de 40 anos, não conseguiu competir com os novos empreendimentos nessas regiões da cidade.

Entre 1990 e 1998, enquanto o estoque comercial vago da cidade cresceu 32%, o estoque comercial vago do centro aumentou em 55%, chegando a quase 600 mil m², cerca de 60% do estoque dos edifícios comerciais vagos da cidade, embora o centro concentre apenas por volta de 40% do estoque construído (NOBRE).

Somese a esse fator o processo de produção da cidade, que continua a expulsar a população de baixa renda para as áreas mais periféricas. Na última década (1991-2000), os distritos e municípios periféricos, localizados em áreas ambientalmente sensíveis nas proximidades da serra da Cantareira, Represa de Guarapiranga e APA do Carmo, ganharam 360 mil habitantes, com taxa de crescimento de 6,3% ao ano, muito superior à média da metrópole (1,6%) (NOBRE, 2004).

Isso caracteriza um crescimento centrífugo, com a periferia crescendo a taxas de 6% aa, enquanto o centro expandido tem perdido população à taxa de - 4% aa, conforme pode ser visto no Mapa 1.



Mapa 1: Taxa geométrica de crescimento anual dos municípios e distritos da região metropolitana de São Paulo entre 1991 e 2000
Fonte: Base de Dados: IBGE, 1991 e 2000. Base Cartográfica: Adaptado de Cesad – FAUUSP, 2003; Dersa, 1997

	População residente		TGCA 80/00	Domicílios recenseados em 2000	Imóveis vagos em 2000	Vacância em 2000
	1980	2000				
Metropolitana de São Paulo	12.588.725	17.878.703	1,8%	6.531.119	728.171	13,1%
São Paulo	8.493.226	10.434.252	1,0%	3.554.820	420.327	14,5%
Bela Vista	85.416	63.143	-1,5%	33.848	5.479	21,9%
Bom Retiro	47.588	26.569	-2,9%	10.807	1.821	21,8%
Brás	38.630	24.505	-2,3%	11.622	2.789	26,8%
Cambuci	44.851	28.620	-2,2%	11.370	1.910	19,5%
Consolação	77.338	54.301	-1,8%	29.577	3.694	18,1%
Liberdade	82.472	61.850	-1,4%	29.392	5.283	20,9%
Pari	26.968	14.521	-3,0%	5.817	1.223	23,3%
República	60.999	47.459	-1,2%	30.849	7.007	25,5%
Santa Cecília	94.542	71.111	-1,4%	36.171	6.343	21,5%
Sé	32.965	20.106	-2,4%	11.410	3.055	29,4%
Total dos distritos centrais	591.769	412.185	-1,8%	210.863	38.604	18,4%
Perda dos distritos centrais 1980/2000		-179.584				

Tabela 1: Dados demográficos e domiciliares da RMSP, MSP e dos dez distritos centrais
Fonte: IBGE, 1980 e 2000; SÃO PAULO, 2001c

(5) Construído em estilo neoclássico no final da década de 1920 por Giuseppe Martinelli, imigrante italiano pobre que ascendeu socialmente; o edifício foi, durante muito tempo, o principal destaque do centro, sediando confeitearias, cafés e cinemas nos pavimentos inferiores; hotéis, escritórios, sedes de partidos políticos e apartamentos residenciais nos andares superiores, além do palacete do *comendador* Martinelli na cobertura. Na década de 1970, o Martinelli se transformou em um grande cortiço vertical, com sérios problemas de conservação e segurança. Em 1975 a prefeitura desapropriou o imóvel e a Empresa Municipal de Urbanização – Emurb procedeu à reforma e ao restauro (HOMEM, 1984). Ainda hoje o edifício é a sede dessa autarquia.

Paradoxalmente, a maioria dos distritos com maior crescimento negativo são os centrais, a apresentarem infra-estrutura consolidada e aqueles do centro expandido que apresentaram maior dinâmica imobiliária (SÃO PAULO, 2006).

Esse fato ocasionou o aumento dos imóveis residenciais vagos na cidade, que cresceram em 55,6%, passando de 270.000 para 420.000, aumentando a taxa de vacância residencial de 10,6 para 14,5%, e por volta de 40.000 (9,2%) encontram-se nos dez distritos os quais conformam a Coroa Central, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Segundo dados do IBGE (2000), os dez distritos centrais estão entre os 22 do município de São Paulo, de um total de 96, com a maior taxa de vacância residencial, apresentando uma média de 18,4% de imóveis vagos. A área central perde na vacância para os distritos de: Morumbi (35,7%); Itaim Bibi (29,4%); Moema (27,7%); Santo Amaro (24,2%); Vila Sônia (24,1%); Pinheiros (22,4%); Santana (22,0%) e Tatuapé (21,4%), os quais, paradoxalmente, conforme já dito, são as regiões de maior dinâmica imobiliária.

AS RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO: PLANOS E PROJETOS PARA O CENTRO

Conforme já visto, as experiências de intervenção urbana na área central de São Paulo remontam aos períodos dos planos de embelezamento do final do século 19. Contudo, as primeiras respostas do poder público municipal ao processo de esvaziamento do centro, que começou a ocorrer na década de 1960,

(6) Especificamente, as propostas do II Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI , de 1982, e do Plano Diretor para Município de São Paulo 1985/2000 (SÃO PAULO, 1982 e 1985 apud DIOGO, 2004).

(7) O vale do Anhangabaú separa o centro velho, local de fundação da cidade, do centro novo, área urbanizada a partir do século 18. No inicio do século 20, o vale sofreu uma grande intervenção urbanística, transformando-se em parque, projeto do arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard. Com a implementação do Plano de Avenidas de 1930, o parque deu lugar à avenida Prestes Maia.

(8) A criação do Bulevar São João revia a proposta vencedora do concurso do vale do Anhangabaú, que previa, nessa avenida, a saída de um braço de um dos túneis propostos. O bulevar acabou por tornar essa saída impossível, pois ocasionou o fechamento dessa avenida desde o vale até o largo do Paissandu.

(9) Especificamente, os concursos para preservação e renovação urbana do Bexiga e de habitação no Brás, dois bairros tradicionais da área central de São Paulo.

(10) Operação Urbana é um instrumento legal previsto no Plano Diretor de 1988 e na Lei Orgânica do Município, que cria mecanismos de incentivos à participação da iniciativa privada em áreas previstas por lei, onde se quer implementar um programa de intervenções urbanas (SÃO PAULO, 1988 e 1996). A partir de 2001, o conceito passou a ser definido pela Lei Federal n. 10.257/01 – o *Estatuto da Cidade*, na definição da Operação Urbana Consorciada.

datam da década posterior. Desde então, houve vários planos, projetos e leis, e alguns chegaram a ser implementados parcialmente; outros sequer saíram do papel (DIOGO, 2004).

Entre 1975 e 1979, os planos da prefeitura para o centro tiveram grande ênfase nas questões do patrimônio histórico e do tráfego de veículos, assuntos muito em voga na época, baseados na idéia de reabilitação do ambiente urbano (EMURB, 1979). Eses planos resultaram na desapropriação e restauro do Edifício Martinelli, um dos principais marcos simbólicos paulistanos, pois, com seus 30 andares, foi o primeiro e, durante muito tempo, o maior arranha-céu da cidade e da América Latina⁵ (HOMEM, 1984). Desde então, o edifício é sede de várias secretarias e autarquias municipais.

A segunda grande iniciativa do poder público nessa época foi a criação de um sistema de circulação para pedestres na área central, com a construção de, aproximadamente, 7 km de calçadões em várias de suas ruas e 4 km de vias em tráfego seletivo, ocupando por volta de 1/3 do sistema viário da região (EMURB, op. cit.).

De 1979 a 1988, apesar dos vários documentos e propostas contidas nos estudos para planos diretores da cidade, nada foi implementado (DIOGO, op. cit.). Os diagnósticos elaborados por tais estudos já identificavam o crescimento centrífugo e a expansão periférica e proponham o adensamento das áreas centrais com infra-estrutura, por meio da revisão de seu zoneamento⁶.

Nessa época, as únicas ações implementadas foram: o restauro do Teatro Municipal e a construção dos túneis no vale do Anhangabaú, baseada em projeto ganhador de concurso público, o qual proponha o rebaixamento da avenida Prestes Maia, principal artéria norte-sul, retomando o conceito de um parque no vale⁷.

A gestão Erundina (1989/1992) retomou a problemática e propôs a “Volta ao Centro” (DIOGO, op. cit.). Além de finalizar as obras de reurbanização do vale do Anhangabaú iniciadas na gestão anterior, criou o Bulevar São João⁸, promoveu vários concursos públicos em bairros no entorno do centro histórico⁹, implementou programa de recuperação de cortiços e trouxe a sede da prefeitura paulistana do Parque do Ibirapuera, na zona sudoeste da cidade, para o Palácio das Indústrias no Parque Dom Pedro II, procurando deslocar o eixo do poder municipal para a cidade popular.

Data dessa gestão a primeira Operação Urbana¹⁰ para a área e também para a cidade, instrumento que, apesar de já ser previsto no Plano Diretor de 1988 (Lei n. 10.676/88) e na Lei Orgânica do Município, nunca havia sido colocado em prática (SÃO PAULO, 1996). A Operação Urbana Anhangabaú objetivava a melhoria da paisagem urbana e ambiental do centro, melhor aproveitamento dos imóveis vagos e subutilizados, incentivo à preservação do patrimônio histórico e ao uso residencial na área.

Como mecanismos, previa exceções à legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e do código de edificações mediante outorga onerosa, regularização de construções e reformas em desacordo com a legislação, transferência do potencial construtivo de edifícios históricos e cessão onerosa de espaços públicos aéreos e subterrâneos para criação de passagens e galerias.

Apesar de prever a outorga onerosa de 150 mil m² de área construída adicional, o interesse do mercado imobiliário foi pequeno, pois, até o término de

(11) Especificamente, a construção dos túneis sobre o rio Pinheiros, as extensões da avenida Brigadeiro Faria Lima e a implantação da avenida Água Espraiada (atual Jornalista Roberto Marinho).

(12) A Associação Viva o Centro foi criada em 1991, reunindo representantes dos empresários e executivos das empresas sediadas na área central. O seu principal patrocinador durante muitos anos foi o Banco de Boston, e o senhor Henrique Meirelles, seu ex-presidente e atual presidente do Banco Central, durante esse período, foi presidente dessa associação. Em 2000, o Banco de Boston deixou sua sede no centro e migrou para a região do rio Pinheiros. As principais propostas da associação procuram trazer de volta as elites, propondo, entre outras coisas, a flexibilização dos calçadões para facilitar o acesso de automóveis ao centro, aliada à retirada do comércio informal de suas ruas.

(13) O Coeficiente de Aproveitamento indica o máximo de área construída computável para cada lote, consistindo de um índice a ser multiplicado pela área do terreno.

vigência da lei, em 1994, tinham ocorrido apenas sete propostas, consumindo apenas 13% do estoque adicional previsto (*Ibid.*). Dessa forma, a aplicação do coeficiente, além do permitido pela lei, não constituiu estímulo suficiente para atrair investidores no centro.

As duas gestões seguintes, Paulo Maluf (1993/1996) e Celso Pitta (1997/2000), apesar de continuarem com as discussões sobre a área central, mudaram de foco, privilegiando o desenvolvimento de grandes projetos imobiliários na zona sudoeste da cidade, área habitada pela população de mais alta renda do município, com a criação da Operação Urbana Faria Lima, concentrando investimentos pesados do poder público em várias obras viárias¹¹ e na remoção de favelas, valorizando ainda mais os empreendimentos da iniciativa privada na área (NOBRE, 2000; NOBRE; BOMFIM, 2002).

Apesar disso, nesse período foi criado o *Programa de Requalificação Urbana Funcional do Centro de São Paulo – Procentro*. O diagnóstico presente no documento de sua criação apontava para a deterioração funcional, ambiental e paisagística da área central, dificuldade de acesso, circulação e de estacionamento, obsolescência e insuficiência do estoque imobiliário e deficiência de segurança pessoal e patrimonial (SÃO PAULO, 1993).

O mesmo documento propunha como estratégias para a reversão do problema apresentado:

1. A recuperação do espaço público da área central, com a recuperação do calçamento de ruas, praças e largos, do aumento da arborização e da melhoria do mobiliário urbano implantado, da iluminação, dos sistemas de comunicação visual, de coleta de lixo e limpeza pública.
2. A melhoria da acessibilidade veicular, de pedestres, de transporte coletivo e de carga na área central pela flexibilização dos calçadões, da readequação dos terminais de ônibus e implantação de estacionamentos subterrâneos.
3. O incentivo à instalação de atividades residenciais, culturais, de lazer e de turismo na região; a recuperação do ambiente construído, com a recuperação das fachadas e transferência do potencial construtivo não-utilizado dos edifícios históricos.

Essas propostas foram fruto das discussões do poder público com representantes da sociedade civil, mais especificamente os representantes do empresariado da área central, concentrados em volta da Associação Viva o Centro¹², os quais pretendiam reverter o processo de abandono do centro, trazendo de volta as elites.

O Decreto n. 33.390/93 (SÃO PAULO, 1993) que criou a Comissão Procentro, responsável pela implementação desse programa, definiu sua composição, colocando como representantes da sociedade civil apenas a Associação Viva o Centro e o representante das empresas de publicidade exterior, procurando garantir uma reabilitação de caráter elitista.

Os principais resultados do Procentro foram a criação da Operação Urbana Centro (instituída na Lei n. 12.349/97) e a Lei de Fachadas (Lei n. 12.350/97). A Operação Urbana Centro prevê, como incentivo para promover a renovação urbana da região, a alteração do Coeficiente de Aproveitamento¹³ mediante outorga onerosa, de 4,0 para 6,0 para usos residenciais, hotéis, mistos e garagens, podendo chegar a 12,0 na sobreposição de usos. Já a Lei de Fachadas

prevê a isenção de dez anos de impostos municipais (IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano) para os imóveis tombados que restaurem suas fachadas.

Apesar do incentivo à renovação urbana, contido na Operação Urbana, ela suscitou pouco interesse dos promotores imobiliários, pois das 101 propostas apresentadas entre 1992 e 2003 apenas um terço (33) eram de compra de potencial construtivo¹⁴, e, dessas, apenas 18 foram aprovadas (EMURB, 2004a). Já na Lei de Fachadas, das 56 propostas apresentadas apenas nove foram aprovadas (*Ibid.*). Em compensação, entre 1995 e 2000, a Operação Urbana Faria Lima resultou em 140 propostas, e 85 foram aprovadas, resultando em um valor de contrapartida de quase R\$ 170 milhões (SÃO PAULO, 2000).

Em 2000, o encontro “Movimentos populares e Universidade”, composto por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), pela Central dos Movimentos Populares (CMP) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) resultou na formação do Fórum Centro Vivo, associação que luta pela reforma urbana e pelo cumprimento da função social da propriedade, questionando a grande vacância imobiliária na área central e a legitimidade das ações do poder público.

I. O PROGRAMA AÇÃO CENTRO

As propostas existentes na prefeitura para a recuperação do centro mudaram de abordagem na gestão seguinte (MARTA SUPLICY, 2001, 2004). Essa administração, ao invés de apenas incentivar o mercado imobiliário via operação urbana, resolveu assumir a gestão do espaço urbano, enfatizando as políticas públicas, além de apresentar uma visão mais abrangente e diversificada do problema.

Iniciou-se um amplo debate sobre a questão do centro, conduzido pela Administração Regional da Sé¹⁵. Em 2001, essa regional, com o Procentro, elaborou o Plano Reconstruir o Centro, com o intuito de revitalizar os distritos que compreendem o centro histórico de São Paulo¹⁶ (SÃO PAULO, 2001b).

Considerando a acessibilidade da área central da cidade, seu abandono e subutilização, esse plano se baseou na diversidade funcional e social, procurando enfatizar as atividades de moradia, emprego, cultura, lazer, educação e representação nessa região, propondo oito programas básicos:

1. Andar no Centro
2. Morar no Centro
3. Trabalhar no Centro
4. Descobrir o Centro
5. Preservar o Centro
6. Investir no Centro
7. Cuidar do Centro
8. Governar o Centro

No mesmo ano, o Decreto n. 40.753 alterou a composição do Procentro, criando uma Coordenadoria na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – Sehab – com uma representação mais diversificada que a anterior, composta por representantes de 12 secretarias municipais, quatro autarquias, quatro órgãos de classe de advogados, arquitetos e engenheiros, quatro representantes de empresários, promotores imobiliários e comerciantes, quatro

(14) Esses dados foram obtidos adicionando, também, as propostas da Operação Urbana Anhangabaú. Das propostas restantes, 34 foram de exceções à Lei de Zoneamento e as demais 34 de transferência de potencial construtivo de imóveis tombados da região para fora dela.

(15) Antiga subdivisão administrativa do município, responsável pelos serviços públicos municipais locais. Em 2002 foram extintas e substituídas pelas atuais 31 subprefeituras.

(16) Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé.

(17) Secretaria de Implementação das Subprefeituras – SIS; Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – Sehab; Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Sempla; Secretaria Municipal de Cultura – SMC; Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS; Secretaria Municipal de Transportes – SMT; Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA; Secretaria de Infra-Estrutura Urbana – Siurb; Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF; Secretaria dos Negócios Jurídicos – SNJ; Secretaria Municipal de Abastecimento – Semab; Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – Seme; Empresa Municipal de Urbanização – Emurb; Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab; Companhia de Engenharia de Trânsito – CET; Anhembi – Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S/A; Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat; Caixa Econômica Federal – CEF; Associação Viva o Centro – AVC; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB; Instituto de Engenharia de São Paulo – IE; Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – Sasap; Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – Sinduscon-SP; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – Secovi-SP; Sindicato das Empresas de Propaganda Exterior do Estado de São Paulo – Sepex-SP; Associação Comercial de São Paulo; União dos Movimentos de Moradia – UMM; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Fundação Projeto Travessia; Associação União das Mulheres.

representantes de grupos sociais excluídos, como moradores de cortiços e sem teto, além da Associação Viva o Centro, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – o Condephaat, do Estado de São Paulo, e a Caixa Econômica Federal¹⁷.

Ao mesmo tempo a prefeitura continuou com as tratativas iniciadas em 1996 junto do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para conseguir empréstimo a fim de implementar as propostas para a área.

Em 2003, a revitalização do centro passou a ser coordenada pela Empresa Municipal de Urbanização – Emurb, autarquia responsável pelas grandes obras da prefeitura, que lançou o Programa de Reabilitação da Área Central – Ação Centro (EMURB, 2004b). Apesar de baseado nas propostas do Reconstruir o Centro, o perfil foi bastante modificado em função das exigências do BID, visto a prefeitura haver conseguido empréstimo de US\$ 150 milhões nesse banco para desenvolver o programa.

O Programa Ação Centro continha cinco linhas de ação:

- a) Reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial;
- b) transformação do perfil econômico e social;
- c) recuperação do ambiente urbano;
- d) transporte e circulação;
- e) fortalecimento institucional do município.

A reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial seria obtida com a revisão da legislação da operação urbana, além da implementação das ZEIs-3¹⁸ no Plano Regional da Sé, dentro da previsão do Plano Diretor de 2002. Além disso, foram previstas intervenções urbanísticas e a implementação do Programa Morar no Centro, que incentivava a moradia social na área central.

Para diminuir a questão da vacância imobiliária, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, promulgado em 2002 (SÃO PAULO, 2002), definiu que seria considerado solo urbano não-utilizado todo tipo de edificação que tivesse, no mínimo, 80% de sua área construída desocupada há mais de cinco anos, sendo passíveis da utilização dos instrumentos de indução da função social da propriedade, definidos no *Estatuto da Cidade*¹⁹, a saber: parcelamento, edificação e utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamentos em título da dívida pública.

A linha de transformação do perfil econômico e social propunha a articulação com o empresariado; a divulgação do programa; a regularização do comércio informal e o atendimento a grupos vulneráveis. A Linha 3 previa a recuperação do ambiente urbano pela requalificação do espaço público e edifícios públicos; controle a inundações e da disposição de resíduos sólidos. A Linha 4 – melhoria de circulação e dos transportes – ocorreria com a revisão do sistema de circulação e calçadões, retirada dos terminais de ônibus do centro, construção de garagens subterrâneas, além da implementação do sistema de corredores de ônibus na cidade toda. E, por fim, o fortalecimento institucional do município se daria com a criação das subprefeituras, aparelhamento dos órgãos municipais e a concentração de toda a administração municipal, dividida em diversos prédios por toda a cidade, na área central, com exceção das subprefeituras.

(18) As ZEIs-3 – Zonas Especiais de Interesse Social 3 – são áreas com predominância de terrenos ou edificações subutilizados, situadas em áreas dotadas de infra-estrutura, serviços urbanos, oferta de empregos, destinadas, prioritariamente, à promoção ou ampliação de Habitação de Interesse Social – HIS, ou do Mercado Popular – HMP, e melhoria das condições habitacionais da população moradora.

(19) Lei Federal n. 10.257 de julho de 2001, que regulamentou o capítulo da Política Urbana da Constituição Federal.

(20) O Programa de Arrendamento Residencial – PAR prevê a reforma ou construção de unidades residenciais de baixa renda (três a seis salários mínimos) nos grandes centros urbanos, contando com financiamento da Caixa Econômica Federal – CEF.

De todas as ações propostas, tinham sido parcialmente concluídas até 2004: a recuperação do espaço público, pela implementação do Corredor Cultural (reforma das praças do Patriarca e Dom José Gaspar) e nova iluminação da praça da Sé; a requalificação de edifícios simbólicos, com a reforma da Galeria Olido e do Mercado Municipal; a recuperação da função residencial, com a criação dos conjuntos habitacionais Baronesa de Porto Carrero e Riskalah Jorge, financiados pelo Programa de Arrendamento Residencial²⁰ da Caixa Econômica Federal, e a transformação da Favela do Gato em conjunto habitacional em regime de locação social; atendimento a grupos vulneráveis, com a criação do Projeto Oficina Boracéia, local de atendimento a carrinheiros e catadores de lixo; controle e fiscalização do comércio de rua, com a coibição de comercialização de produtos ilegais, início da implementação do Programa de Requalificação de Ruas Comerciais na rua 25 de Março; retirada do terminal de ônibus da praça do Patriarca e implementação dos corredores da avenida 9 de Julho e rua da Consolação (EMURB, 2004b).

Complementando essas ações, foi implementada a Lei de Incentivos Seletivos, que procurava atrair novas empresas com o incentivo fiscal, tendo resultado, até 2004, na instalação de uma grande universidade privada no edifício anteriormente ocupado pelo Banco de Boston, resultando na animação do espaço urbano daquela região no período noturno. Por fim, foram trazidos 11,5 mil funcionários públicos de diversas secretarias e autarquias municipais e estaduais, visto que o município responde por 8,5 mil, ocasionando a recuperação do comércio local, especificamente bares, restaurantes e pequenos serviços.

Outra inovação do programa foi a forma de gestão partilhada proposta, que previa a criação do Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro e da Agência de Desenvolvimento do Centro. A idéia presente nessa forma de gestão remetia à sociedade civil a responsabilidade pelo programa, na medida em que tanto o Fórum, com representação diversificada dos agentes sociais da área central, como a agência teriam bastante autonomia com relação ao poder público municipal; o primeiro seria a instância decisiva; e, o segundo, a instância executiva.



Figura 2: Requalificação da praça do Patriarca,
Programa Ação Centro
Foto: Autor, 2008

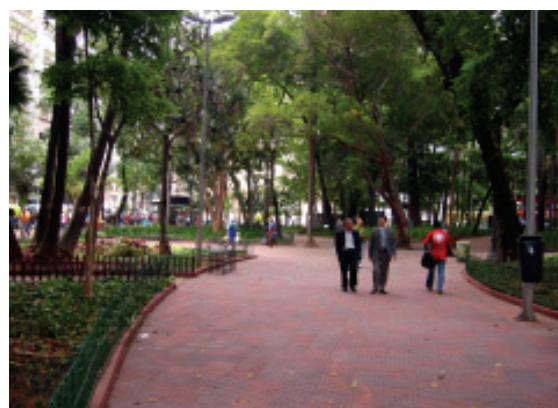


Figura 3: Requalificação da praça Dom José Gaspar,
Programa Ação Centro
Foto: Autor, 2008

Em função da diversidade do programa, ele acabou recebendo críticas justamente por apresentar propostas antagônicas, pois a atração de novas empresas e investimentos poderia ocasionar a valorização imobiliária e, consequentemente, a expulsão da população de baixa renda, em um processo “gentrificação”. Da mesma forma, a retirada dos terminais de ônibus do centro foi também considerada uma ação elitizante, na medida em que diminuiu o fluxo de pedestres na região e, assim, a concentração do comércio informal.

A atual administração, Serra/Kassab (2005-2008), acabou por rever o programa, ocasionando uma reversão no processo em andamento. O programa foi redirecionado para a região da Luz, sob o pretexto de não dispersar os recursos em diversas ações e em uma área muito abrangente. A proposta foi a desapropriação de várias quadras próximas à Estação da Luz, conhecidas como “Cracolândia”, para promover uma renovação urbana, baseada na instalação de um polo tecnológico de informática e órgãos públicos; as ações do subprefeito da Sé, removendo famílias que ocupavam prédios vazios há vários anos; o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, que perdoa as dívidas milionárias de IPTU de vários edifícios vagos, e a paralisação dos projetos e obras as quais estavam em andamento demonstraram ter, essa administração, tomado um rumo em direção oposta à administração anterior, voltando com as propostas elitistas e segregadoras para o centro da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto internacional, as formas de intervenção nas áreas centrais vêm se alternando no tempo entre propostas de renovação e reabilitação, com impactos socioespaciais diferenciados. Logo no pós-guerra, as políticas de renovação urbana ocasionaram a destruição de tecidos urbanos e sociais históricos. As décadas de 1960 e 1970 viram aflorar o conceito da reabilitação, com o desenvolvimento comunitário. A partir da década de 1980, a ascensão do neoliberalismo trouxe novamente as políticas urbanas de cunho elitista, a privilegiarem as atividades econômicas e as classes sociais mais elevadas.

No caso de São Paulo, as propostas de intervenção no centro intensificaram-se a partir da década de 1970, como resposta ao processo de “decadência” iniciado em décadas anteriores. Esse processo é caracterizado pelo abandono dessa área pela elite paulistana, sua apropriação pelas camadas populares, evasão populacional e do grande capital, e aumento da vacância imobiliária de toda a região.

Na década de 1970, as intervenções procuraram adequar o centro para o uso comercial, com a criação dos calçadões, além do restauro de edifícios históricos. Dessa década em diante, as propostas foram de cunho elitista, procurando atrair a elite e o capital novamente para o centro, sem, de fato, terem sido implementadas ou com um impacto insignificante. O incentivo ao retorno do grande capital, seja via mudança dos índices urbanísticos, seja via isenção fiscal, não resultou, até esse momento, em alteração significativa daquele quadro.

A partir de 2002, o Programa Ação Centro propôs uma reabilitação integrada da área central com uma visão plural. Baseado na recuperação do espaço urbano e de edifícios públicos, no incentivo à instalação de novas atividades comerciais, na estratégia de ocupar o estoque imobiliário vago com habitação de interesse social,

nas políticas voltadas aos grupos vulneráveis, o programa pretendia promover tanto a diversidade funcional como a social da área. Em função disso recebeu críticas de ser, por vezes, antagônico em seus objetivos e propostas.

A administração municipal seguinte (2005-2008) acabou modificando, consideravelmente, o programa, concentrando-se na renovação urbana da região da Luz. A expectativa original de a implementação de uma gestão mais democrática, com a criação do Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico e da Agência de Desenvolvimento do Centro, fosse suficiente para garantir a continuidade do programa, acabou não se realizando, pois o primeiro ato dessa administração foi revogar os decretos de criação desses entes.

Por outro lado, a tentativa de fixar a população de baixa renda como residente nessa região acabou encontrando resistência dos proprietários, que não queriam perder a expectativa de valorização da área. Apesar de o atual plano diretor definir que seria considerado solo urbano não-utilizado todo tipo de edificação que tivesse, no mínimo, 80% de sua área construída desocupada há mais de cinco anos, o Plano Regional da Sé²¹ apresentou apenas 160 imóveis na listagem dos imóveis que não cumprem com a função social da propriedade, visto nenhum deles ser grande edifício, apesar de existirem por volta de 40 mil imóveis vagos nessa área.

Apesar de o poder executivo municipal ter encaminhado, na época, uma lista completa à Câmara Municipal, ela foi reduzida quando da aprovação do Plano Regional.

A parte do programa que foi implementada conseguiu, ao menos, diminuir o processo de decadência física e de vacância imobiliária em que se encontrava a área central. A vinda de milhares de funcionários públicos e a recuperação do espaço urbano e de edifícios públicos, apesar de não ter revertido a dinâmica de produção da metrópole, conseguiu atrair investimentos privados na ocupação e recuperação de vários imóveis, sem ocasionar grande expulsão da população de baixa renda. A conjuntura de forças encaminhou as políticas da municipalidade à área central para um processo de renovação de seu tecido urbano e social no período 2005-2008.

Dessa forma, apesar dos 30 anos de planos e projetos para a área central, as poucas ações efetivas do poder público e do mercado não foram suficientes para alterar significativamente as características da região – nem para a erradicação das áreas ditas “deterioradas”, nem para sua reabilitação e, muito menos, para reverter o processo de produção do espaço metropolitano.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, M. *The Federal Bulldozer: A critical analysis of urban renewal, 1949-1962*. Cambridge: MIT Press, 1964.
- APPLEYARD, D. (E.) *The conservation of european cities*. Cambridge: MIT Press, 1979.
- BATLEY, R. Urban renewal and expulsion in São Paulo. In: GILBERT, A.; HARDOY, J. (E.) *Urbanization in contemporary Latin America*. Chichester: John Wiley and Sons, 1982.
- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, v. 1, 11, p. 1, jul. 2001.
- CARO, R. *The power broker: Robert Moses and the fall of New York*. Nova York: Vintage, 1975.

- CERVELLATI, P. L. *La nuova cultura delle città: La salvaguardia dei centri storici, la riappropriazione sociale degli organismi urbani e l'analisi dello sviluppo territoriale nell'esperienza di Bologna*. Milão: Mondadori, 1977.
- CESAD – FAUUSP. Seção de Produção de Bases Digitais para Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. *Grande São Paulo*. São Paulo: Cesad – FAUUSP, 2003.
- COUCH, C. *Urban renewal*. Londres: McMillan, 1990.
- DERSA. Desenvolvimento Rodoviário S. A. *Mapa rodoviário*. São Paulo: DERSA, 1997.
- DIOGO, E. *Habitação Social no contexto da reabilitação urbana da área Central de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- EMURB. Empresa Municipal de Urbanização. *Relatório da diretoria: maio 1975 a junho 1979*. São Paulo: Emurb, 1979.
- _____. *Imóveis com isenção fiscal: Lei n. 12.349/97 (Operação Urbana Centro) e Lei n. 12.350/97 (Lei de Fachadas)*. São Paulo: Emurb, 2004a.
- _____. *Programa Ação Centro: Requalificação urbana dos distritos Sé e República*. São Paulo: Emurb, 2004b. CD-ROM.
- HARVEY, D. *The condition of post modernity: An inquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.
- _____. *Do administrativismo ao empreendedorismo: A transformação da governança urbana no capitalismo tardio*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOMEM, M. C. *O Prédio Martinelli: A ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-2000.
- JONES, C. *Urban deprivation and the inner city*. Londres: Croom Helm, 1979.
- KNOX, P. *Urban social geography*. Londres: Longman Education, 1982.
- LEME, M. C. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/Fupam, 1999.
- NOBRE, E. A. C. *Towards a better approach to urban regeneration: Defining strategies for intervention in the central area of São Paulo*. 1994. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) – Joint Centre for Urban Design, Oxford Brookes University, Oxford, 1994.
- _____. *Reestruturação econômica e território: Expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros*. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. Desenvolvimento urbano e sustentabilidade: Uma reflexão sobre a Grande São Paulo no começo do século XXI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO NUTAU, 2004, São Paulo. *Anais do Seminário Internacional NUTAU 2004*. São Paulo: NUTAU/FAUUSP, 2004. CD-ROM.
- NOBRE, E. A. C.; BOMFIM, V. C. A produção do espaço urbano da cidade de São Paulo na década de 1990: Políticas públicas de exclusão e inclusão social. *Revista Pós*, São Paulo: FAUUSP, n. 11, p. 60-73, 2002.
- OECD. Organization for Economic Co-operation and Development. *Managing urban change*. Paris: OECD, 1983.
- OTTONI, D.; SZMRECSANYI, M. *Cidades jardins: A busca do equilíbrio social e ambiental 1898-1998*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1997.
- RAPKIN, C. An evaluation of the urban renewal experience in the USA. In: KOENIGSBERGER, O. et al. *The work of Charles Abrams*. Oxford: Pergamon Press, 1980.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SÃO PAULO (Cidade). *II Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo: Objetivos e diretrizes gerais*. São Paulo: Sempla, 1982.
- _____. *Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000*. São Paulo: Sempla, 1985.
- _____. Lei n. 10.676 de 7 de novembro de 1988. Aprova o Plano Diretor, institui o Sistema de Planejamento do Município de São Paulo e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 8 nov. 1988.

- SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 33.390 de 14 de julho de 1993. Cria a Comissão Procentro para atuar no Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 15 jul. 1993.
- _____. *Dossiê São Paulo*. São Paulo: Sempla, 1996.
- _____. Lei n. 12.349 de 6 de junho de 1997. Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 7 jun. 1997.
- _____. Lei n. 12.350 de 6 de junho de 1997. Concede incentivo fiscal aos proprietários de imóveis ou aos patrocinadores das obras de recuperação externa e conservação de imóveis localizados na Área Especial de Intervenção e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 7 jun. 1997.
- _____. *Operação Urbana Faria Lima*. São Paulo: Sempla, 2000.
- _____. Decreto n. 40.753 de 19 de junho de 2001. Cria a Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central – Procentro. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 20 jun. 2001a.
- _____. *Reconstruir o centro: Reconstruir a cidade e a cidadania*. São Paulo: Administração Regional da Sé/Procentro, 2001b.
- _____. *Relatório final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2001c.
- _____. Lei n. 13.430 de 13 de setembro de 2002. Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 14 set. 2002.
- _____. Lei n. 13.885 de 25 de agosto de 2004. Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os planos regionais estratégicos das subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o uso e ocupação do solo do município de São Paulo. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, p. 1, 6 set. 2004.
- _____. *Município em mapas*. São Paulo: Sempla, 2006 (Série Temática: Dinâmica Urbana). Disponível em: <<http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempa/mm4/>>. Acesso em: 18 abr. 2007.
- SIMÕES JR., J. G. *Anhangabaú: História do urbanismo*. São Paulo: Senac/Imprensa Oficial, 2004.
- SUSSKIND, L.; ELLIOTT, M. E. *Paternalism, conflict and co-production*. Nova York: Plenum Press, 1983.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

Nota do Editor

Data de submissão: janeiro 2008
Aprovação: abril 2008

Eduardo Alberto Cusce Nobre

Graduado e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mestre em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University, Reino Unido, professor da área de Planejamento Urbano e Regional dos cursos de graduação e pós-graduação; pesquisador dos laboratórios de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) e de Gestão e Projeto do Espaço (LabEspaço) da FAUUSP; chefe da Seção de Programas de Revitalização do Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, no período entre 2003 e 2006.

FAUUSP – Departamento de Projeto, rua do Lago, 876
05508-080 – São Paulo, SP
(11) 3091-4548
eacnobre@usp.br

O

“CAMELÓDROMO”, A CIDADE E OS FLUXOS GLOBAIS SUBALTERNOS

RESUMO

No Brasil, um novo tipo de edifício comercial que se destaca por suas grandes dimensões, paralelo à “simplicidade” arquitetônica, chamado “camelódromo”, tem se inserido de modo sistemático nas paisagens urbanas. Mas a significação de sua presença não se resume a isso. Destinado a reunir os camelôs que ocupavam, em geral, as ruas e praças centrais das cidades, o edifício, por vezes denominado *shopping* popular ou “paraguaiódromo”, apresenta-se como uma espécie de solução adotada pelas administrações municipais para o longo e infundável conflito entre os donos dos estabelecimentos comerciais (mas não somente eles) das áreas ocupadas pelos camelôs e o próprio grupo, cada vez maior, dos juridicamente classificados como comerciantes “informais”. O camelódromo, mesmo quando deslocado para regiões menos valorizadas da cidade, equivalente, em outros termos, aos *shopping centers* legais, produz-se como espaço costumeiro de venda de mercadorias, mas, principalmente, como lugar de contato com uma multiplicidade de fluxos (econômicos e culturais, sobretudo) os quais extrapolam a cidade, a região e o país, ao alcance das populações mais pobres, chamados aqui de fluxos globais subalternos. Este texto pretende refletir (e avaliar) sobre a categoria da informalidade no espaço urbano, a partir do fenômeno dos camelódromos, dos fluxos que eles abrigam e do lugar o qual ocupam na produção das cidades.

PALAVRAS-CHAVE

Camelódromo, cidade, informalidade, fluxos globais subalternos.

EL “AMBULANTÓDROMO”, LA CIUDAD Y LOS FLUIDOS GLOBALES SUBALTERNOS

RESUMEN

En Brasil, un nuevo tipo de edificio comercial se destaca por sus grandes dimensiones, paralelo con la simplicidad arquitectónica y llamado de *ambulantódromo*, ha quedado inserto de modo sistemático en los paisajes urbanos. Pero su significado no se reduce a eso. Destinado a reunir los vendedores ambulantes, que de modo general, ocupaban las calles principales y plazas céntricas de las ciudades, el edificio a veces llamado de *shopping popular* o *paraguayódromo*, se presenta como una especie de solución adoptada por las administraciones municipales frente al largo e interminable conflicto entre los dueños de establecimientos comerciales (y no exclusivamente con ellos), en las áreas ocupadas por los vendedores ambulantes y el mismo grupo cada vez mayor de los jurídicamente clasificados como comerciantes informales. El *camellódromo*, hasta cuando instalado en regiones menos conceptualizadas de las ciudades, que adquiere la equivalencia, en otras dimensiones, de los *shopping centers* legales, se reproduce como un espacio habitual de comercio de mercaderías y, sobre todo, como un espacio con múltiples flujos, aquí denominados globales subalternos (económicos y culturales en su esencia) que ultrapanan la ciudad, la región y al país en las limitaciones de las poblaciones más pobres. Este texto pretende una reflexión y evaluación sobre la categoría informal en los espacios urbanos a partir del fenómeno de los *ambulantódromos*, de los flujos que allí circulan y del lugar que ocupan en la construcción socio cultural de la ciudad.

PALABRAS CLAVE

Ambulantódromo, ciudad, informalidad, fluidos globales subalternos.

THE STREET VENDORS' LOCATION, THE CITY AND THE SUBALTERN GLOBAL FLUXES

ABSTRACT

In Brazil, a new type of commercial building, that stands out by its big dimensions together with its architectural simplicity, called the street vendors' market has systematically been inserted in the urban scenarios. But what is most important about its strong presence is that what was once destined to be a place for all the street vendors that occupied the streets and central squares of the cities, now presents itself as a sort of solution adopted by the municipal administrations to a long and endless conflict between the owners of the commercial stores (but not only them) of the sites occupied by the vendors and the increasing group legally classified as informal trades. The street vendors' public market building, even when located in the less valued regions of the city, is not only a regular space of goods sale, but mainly as a place of contact with a multiplicity of fluxes (especially economic and cultural) that extrapolate the city, the region, and the country reaching the most poor population called here subaltern global fluxes. This text attempt to reflect on and assess the category of informality in the urban space departing from the phenomenon of public markets, the fluxes that they comprise, and the place they occupy in the production of cities.

KEY WORDS

Street vendors, public market, city, informality, the subaltern global fluxes.

A CIRCULAÇÃO INTENSIFICADA

Marc Abélès, no prefácio ao livro *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*, de Arjun Appadurai, destaca, entre outras virtudes da obra, o fato de o pensador indiano colocar no centro das discussões a noção de fluxo, consagrando a “circulação” (de homens, mercadorias e informação), mais do que as estruturas e os organismos estáveis, o fenômeno que define o mundo contemporâneo (ABÉLÈS, 2001, p. 8). A idéia poderia, talvez, perder um pouco de seu impacto ao considerarmos que hoje, de um modo geral, admite-se que a circulação – entre povos, países, continentes – não é exatamente uma novidade – sempre existiu em qualquer situação espaço-temporal.

Poder-se-ia dizer, em seu prejuízo, que ela é mais fruto da capacidade de percepção da ciência atual – cujo “olhar” sofreu uma espécie de deslocamento geral, tanto em relação ao ponto de vista usualmente adotado como em relação ao foco de seus interesses – do que de uma efetiva mudança na mobilidade social. A ciência, ao voltar sua atenção para o movimento em lugar da fixidez, ao preferir o objeto móvel ao objeto fixo, ao substituir o próprio olhar imobilizado pela experimentação de múltiplas posições do observador, finalmente, teria se permitido “ver” a dinâmica efetiva dos grupos sociais e, particularmente, de sua dimensão cultural. Desse modo, a circulação – que sempre esteve lá – apenas teria ganhado visibilidade, saindo da zona de sombra que a ciência construiu para si. Essa compreensão permite que historiadores, como Serge Gruzinski, defendam a tese de a mundialização¹ ter começado muito antes de percebermos esta conceitualmente, mais precisamente no século 16 com as grandes navegações (GRUZINSKI, 2001). O que restaria, então, da afirmação de Appadurai?

Parece-nos que duas considerações podem devolver densidade à idéia:

a) A existência de circulação por si só não atribui ao fenômeno um lugar decisivo entre as práticas sociais, a ponto de ser ela – a circulação – aquilo que venha a distinguir, em termos globais, uma determinada sociedade, no tempo e/ou no espaço. Isso significa dizer que, apesar de ser encontrada em todos os contextos sociais, no presente e no passado, em se tratando do Ocidente, somente agora o papel que desempenha passou a ser crucial. Provavelmente, os obstáculos à circulação de qualquer natureza nunca foram tão criticados e combatidos quanto agora;

b) a circulação parece estar entre aqueles fenômenos cuja alteração significativa de velocidade e de intensidade, se não chegam a transformar a natureza própria do fenômeno, modificam-no substancialmente, ou, no mínimo, dão ensejo a desdobramentos das mais variadas naturezas. Como o líquido submetido à variação de temperatura que opera uma mudança de natureza (do sólido ao gasoso), a circulação submetida à alteração da velocidade e da freqüência tem produzido situações sequer de longe imaginadas nos séculos precedentes².

Um primeiro exemplo, que atende à alteração da velocidade, é a transformação ocorrida nos meios de transporte. Entre 15 km/h (marcha média do cavalo) e 800 km/h (avião a jato a 30.000 pés) não há apenas uma mudança

(1) Apesar de a língua francesa adotar o termo *mondialisation* como equivalente de globalização, Gruzinski distingue o fenômeno que começa a processar-se no século 16, tratado por ele como mundialização da globalização contemporânea. Sem entrar no mérito de sua distinção, interessa aqui, ressaltar o reconhecimento da circulação de homens, mercadorias e informação desde muito antes de ter-se cunhado uma palavra para designá-la.

(2) Ainda que se trilhe aqui outro percurso teórico, é importante mencionar a obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman e sua tese sobre a passagem de uma modernidade sólida para uma modernidade líquida (contemporaneidade) que se caracterizaria, entre outras coisas, por uma dramática mudança nos padrões espaço-temporais (BAUMAN, 2001).

(3) Experimentos musicais baseados em misturas de gêneros locais e “globais”, comuns no Brasil contemporâneo, são exemplos emblemáticos.

(4) Por razões de espaço e adequação aos objetivos deste texto, as figuras de excesso das quais trata a tese de Augé no livro *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade* não serão aqui detalhadas.

numérica com consequências exclusivas para o tempo gasto no deslocamento. Mundos muito diferentes e subjetividades inconcebíveis se desdobraram a partir da alteração radical das velocidades praticadas.

Mantenhamos, agora, as velocidades e apenas intensifiquemos os fluxos, ainda que uma coisa esteja ligada à outra. Lembrando que a principal consequência do fenômeno da circulação é promover o contato com algum Outro e todo o espectro das diferenças possíveis (físicas, simbólicas, funcionais, estéticas, etc.), pode-se deduzir que as mudanças provocadas por esses contatos se intensificarão igualmente, serão mais freqüentes por um lado e terão, por outro, um tempo de “digestão” menor dessa diferença, dando origem a um processo de transformação reativa sem precedentes daquilo que era concebido, até então, como o Mesmo. Essa reconfiguração de si no contato com o Outro se dá segundo inúmeras modalidades ou interpretações, cujos conceitos (mestiçagem, hibridismo, fusão, creolização, sincretismo, etc.) vêm sendo exaustivamente experimentados. Mas isso não foi sempre assim: antes da mudança radical do olhar da ciência, culturas “fortes” eram aquelas a resistirem às mudanças pelo contato e o Ocidente, de certo modo, orgulhava-se dessa indiferença ao Outro – que só fortalecia a fé em seus próprios valores (religiosos, políticos, estéticos, éticos, cognitivos, etc.). Somente hoje, e ainda de modo restrito, a impermeabilidade não é mais tida como uma virtude das sociedades e tampouco uma característica das culturas “fortes”. Isso significa que mudanças oriundas de contatos com diferenças, além de inevitáveis, passaram a ser, às vezes, desejadas³, ainda que jamais se possa prever o sentido e a densidade da transformação.

Um dos resultados mais importantes dessa intensificação da circulação (que promove o contato com diferenças e, por sua vez, transformações de si) é algo como uma crise identitária generalizada, instalada tanto no âmbito das práticas socioculturais quanto das ciências, no trato com a dimensão cultural e suas dinâmicas. Em lugar das permanências, das práticas que acumulam anos, dos códigos cristalizados, é preciso lidar com sucessões de novidades, de regimes de transformação, de experimentações das quais não se prevêem consequências. Um fenômeno televisivo global são os programas “antes e depois” os quais, submetidos à fórmula do *reality show*, promovem mutações quase “instantâneas” de corpos (moda, cirurgia plástica, emagrecimento), casas (arquitetura e decoração), subjetividades (o psicólogo é o gestor: desde as velhas questões conjugais à intervenção de uma superbabá no cotidiano doméstico)!

Talvez o sistema da moda seja, aqui, um dos melhores exemplos da intensificação de determinados processos de transformação. A moda funciona, no Ocidente, não apenas como o propositor de modos de vestir, mas como propositor legitimado de corpos e modos de ver e viver o mundo (cultura e comportamento), editados a cada nova estação, sempre a partir do contato com algum Outro (o exótico, o distante, o esquisito, o antigo) que inspirará as “tendências” consagradas. Adaptar-se a essas tendências é quase um imperativo para os *fashion victims*.

É oportuno lembrar a tese da *supermodernidade* de Marc Augé para o mundo contemporâneo que a concebe como resultado do aparecimento de três figuras de excesso: excesso de tempo, excesso de espaço, excesso de ego (AUGÉ, 1994)⁴. Em que pese o acerto das observações do antropólogo, parece-nos, todavia, que o fenômeno da circulação, apontado por Arjun Appadurai, acaba por abranger as três figuras de excesso de Augé, para poderem ser mais bem pensadas,

não como causas da supermodernidade, mas como desdobramentos de diferentes naturezas da *intensificação da circulação* que aqui se defende. Vale dizer que “intensificar” significa o aumento dos fluxos, mas também a diversificação dos objetos postos em circulação e dos pontos de conexão da rede global.

Ficamos assim, então: se a circulação sempre existiu, sua intensificação nos moldes atuais, associada às novas velocidades possíveis, é, sem dúvida, um fenômeno inédito, que mais rigorosamente definiria o mundo contemporâneo⁵. Os padrões de espaço, de tempo, de senso de si (pensando nas categorias de Augé) sofrem profundas e irreversíveis alterações, com consequências, inclusive, patológicas (o excesso de ego, por exemplo).

Nossa tarefa, caso pretendamos conhecer esse mundo, passa a ser auscultar essa circulação intensificada, ou seja, observar e analisar os fluxos existentes, os objetos (pessoas, idéias e valores, inclusive) em trânsito e o modo como circulam e, sobretudo, na medida do que nos é possível fazer, sondar as linhas que se desenham, ou para aonde elas nos levam, se quisermos arriscar alguma crítica.

(5) Outro autor não-visitado no âmbito deste texto, mas que deve ser lembrado por sua tese na qual a velocidade é foco de observação e critério para a análise das transformações contemporâneas, é o arquiteto francês Paul Virilio. De sua obra, destaca-se, a propósito, o livro *Velocidade e política* (1996), cuja primeira edição em francês trazia o subtítulo “Ensaio sobre dromologia”.

A GLOBALIZAÇÃO E OS SENTIDOS DOS FLUXOS

Toda circulação, seja ela de pessoas, seja de objetos ou informações, que, por alguma razão, faz-se sistemática, passa a configurar-se como fluxo. Quando os fluxos atravessam países e continentes, quando se multiplicam e transformam o *mapa mundi* em imensa, complexa e incapturável rede de deslocamentos sistemáticos, temos, grosso modo, o fenômeno da globalização nos termos atuais. Uma questão, no âmbito da abordagem dos fluxos, divide os pesquisadores. Ela diz respeito ao sentido (origem → destino) dos fluxos. Ulf Hannerz diz que para aqueles a traduzirem a globalização por americanização, visto continuarem a abordar as relações globais em termos de centro e periferia, a origem é uma só: uma espécie de combinação entre Nova York, Hollywood e a sede do Banco Mundial. Nessa perspectiva, a consequência final é a uniformidade global, com a americanização do mundo (HANNERZ, 1997). No outro extremo, há os que rejeitam a perspectiva centro-periferia, mesmo se considerada a possibilidade de “muitos” centros em lugar de apenas “um”. Esse é o caso de Arjun Appadurai, para quem o fato de o “centro” poder estar em qualquer lugar torna obsoleto o próprio conceito. Em uma posição intermediária pode-se localizar Ulf Hannerz, acima citado, o qual, apesar de admitir a visibilidade cada vez maior dos contrafluxos, considera inegável o fato persistente das assimetrias, cujo exemplo pode ser visto na “*disseminação de algumas habilidades fundamentais e formas institucionais centrais que denominamos como modernidade.*” (HANNERZ, 1997, p. 14). Para Hannerz, a história acumula correntes de fluxo cultural em padrões cambiantes, e o complexo de assimetrias, que tomou forma na Europa há muito tempo, e acelerou-se neste século, acabou criando condições para contrafluxos e fluxos cruzados admiráveis. Mas duvida que tenhamos chegado ao ponto no qual seja impossível distinguir os centros das periferias.

A perspectiva de Hannerz de que existiriam, de um lado, fluxos (Ocidente/EUA → resto do mundo) e, de outro, contrafluxos (resto do mundo → EUA/Ocidente), leva-nos a pensar em termos de uma oposição entre fluxos hegemônicos e fluxos subalternos, segundo inspiração gramsciana. Os fluxos globais hegemônicos, das

(6) A imagem atribuída ao Ocidente, aqui, é muito mais uma configuração sociocultural do que físico-geográfica. Daí, fenômenos no interior do Ocidente físico podem ser considerados “não-occidentais” do ponto de vista sociocultural.

mais diversas naturezas (econômicas, artísticas, sociais, políticas), além de atuarem no sentido Ocidente/EUA → resto do mundo, são aqueles imediatamente visíveis, invocados como fluxos a operarem o funcionamento verdadeiramente global do mundo. Ao contrário desses, os fluxos globais subalternos, também das mais diversas naturezas, atuam em sentidos distintos dos hegemônicos, não apenas no sentido inverso definido como contrafluxo por Hannerz, mas em quaisquer outros que coloquem em contato pontos do “resto do mundo”, sem passar pelos EUA ou pelo “Ocidente”⁶. Além disso, esses fluxos não são reconhecidos como significativos para o mundo, para o funcionamento da ordem global. Seriam, a bem dizer, ignorados e, em certo sentido, excluídos, independentemente do que arregimentam em termos de volume, abrangência e consistência.

A trabalhar-se, exclusivamente, com o conceito de subalternidade como pensamento da negatividade, ou seja, como “*o pensamento do que quer que seja deixado de fora, isto é, negado (...) por uma relação hegemônica em qualquer momento*” (MOREIRAS, 2001, p. 337), deixa-se escapar sua potência positivadora ou, nos termos de Alberto Moreiras, sua *positividade tática*, sua capacidade de introduzir mudanças na relação de hegemonia. Ainda que a política hegemônica sempre atue no sentido de abolir subalternidades, Moreiras afirma que ela nunca poderá abolir todas: elas – as subalternidades – “*são necessárias por serem aquilo sobre o qual a política hegemônica se constitui*” (MOREIRAS, 2001, p. 337).

Os fluxos globais subalternos aqui identificados podem, então, ser pensados nessa dupla articulação daquilo que é, de imediato, deixado de fora dos circuitos hegemônicos, mas produzem uma reação, direta ou indireta, a eles, operando diferentes graus de fratura, de interferência no sistema.

Nesse sentido, podemos identificar, pelo menos, quatro diferentes tipos de fluxos subalternos:

- a) *Contrafluxos* – são a exata inversão dos fluxos hegemônicos. Exemplos: os fluxos de latinização dos EUA; de circulação de produtos “orgânicos”, fornecendo suporte aos modos de vida “alternativos”; os diferentes fluxos constituídos no interior dos movimentos antiglobalização, etc;
- b) *fluxos minoritários* – não são necessariamente (ou explicitamente) contestadores de um determinado fenômeno ou estado de coisas, existem em circuitos menores, muitas vezes invisíveis. Certas redes de solidariedade podem ser aqui identificadas, bem como as produções independentes no campo da arte e a propagação (de maior ou menor alcance) de práticas culturais singulares, minoritárias;
- c) *fluxos clandestinos* – compreendem os fluxos os quais, por serem ilegais ou condenados do ponto de vista moral, só podem funcionar clandestinamente: as redes de pornografia, o contrabando, as comunidades anônimas de preferências inconfessas (redes de pedofilia, comunidades a cultivarem a anorexia/bulimia, etc.);
- d) *fluxos marginais* – não são, necessariamente, ilegais, nem exatamente minoritários (do ponto de vista político), mas colocam em movimento objetos, pessoas e valores “menores”, secundários, se comparados aos objetos, pessoas e valores que se deslocam nos fluxos de primeira linha. São, fundamentalmente, subalternos.

Nossa pesquisa, iniciada em 2004, aborda os fluxos globais subalternos (marginais e, em parte, clandestinos) que partem da China e Taiwan e distribuem, pelo mundo inteiro, objetos de baixíssimo valor, baixa qualidade e utilidade

reduzida, sem nenhuma marca, muitos deles cópias baratas de equivalentes de primeira linha, chamados aqui genericamente de *made in China*, a comporem uma espécie de universo *kitsch* contemporâneo globalizado. É claro que à circulação desses objetos associam-se a circulação de pessoas (os portadores dos objetos) e de valores (estéticos, econômicos, culturais, afetivos) implicados.

Esse mesmo fenômeno ativa, ao mesmo tempo, vários campos de discussão: sobre o consumo, a prática da cópia, as transferências culturais, a economia informal, etc. Neste artigo abordamos o modo como esses fluxos globais adentram uma cidade, alimentam-na de novos objetos (e os valores, imagens e imaginários a eles associados) e suas implicações urbanísticas. A cidade em questão é Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, Brasil, mas, pode-se afirmar, sem nenhum receio, que esse modo e suas implicações são observáveis na maioria das cidades brasileiras e, provavelmente, da América Latina.

Se, para os fluxos globais, conta-se com o sistema formal de difusão e venda dos produtos globais hegemônicos (rede de comércio, de divertimento, serviços de informação, etc.), para os bens postos em circulação pelos fluxos subalternos tem-se uma espécie de equivalentes desse sistema formal/legal que colocam, igualmente, à disposição de seu mercado, toda sorte de produtos e serviços. Há cerca de 15 anos, um novo tipo de edifício, misto de mercado e *shopping center* começou a ser construído no Brasil como solução para aquilo que se constituiu como um dos maiores problemas das cidades brasileiras: o crescimento espetacular do chamado comércio “informal”, exatamente o comércio a fazer a ponte entre os fluxos globais subalternos e o cotidiano de algum indivíduo ou grupo familiar, a operar a inserção em seu espaço doméstico, a fazer chegar um objeto *made in China* ao seu destino final: uma prateleira, um móvel qualquer de casa popular. Os vendedores desses objetos *made in China*, ocupantes, na maioria, ilegais, de praças e ruas centrais da cidade, com suas barracas portáteis, são conhecidos no Brasil como camelôs, e a “solução” oficial representada por esse novo edifício, sobre o qual trataremos agora, é chamada de “camelódromo”.

DO CENTRO AO CAMELÓDROMO

Sábado, 10 horas da manhã. O estacionamento nos fundos do camelódromo está lotado. Carros de todos os tamanhos e marcas. Deles descem compradores em trajes de fim de semana – bermudas, camisetas, roupas de manhãs de domingo ou de quem vai passear na feira, diferentes dos trajes mais compostos dos que vão ao *shopping center*. Mães e filhas adolescentes, pais e garotos ávidos por novos *games*, um e outro solitário em busca de um objeto qualquer.

Especialmente aos sábados, ou em véspera de feriado, o grande galpão lota de gente. O serviço de som, entre um e outro anúncio de promoção, um e outro aviso aos proprietários das barracas, toca músicas conhecidas do repertório popular. Tudo é excessivo: muita gente, muito calor, muitas cores dos objetos que entopem as prateleiras, som alto, cheiro forte de pastel frito, risos e vozes atravessadas.

A imensa estrutura retangular do camelódromo, vazada lateralmente com teto abobadado de folhas de alumínio, abriga cerca de 400 barracas metálicas fixas, numeradas, pintadas de verde, exatamente iguais e distribuídas ao longo de quatro corredores.



Figura 1: Shopping Popular de Cuiabá
Foto: Autora, 2005

Apesar da queixa dos “tempos difíceis”, seja pela dificuldade de repor as mercadorias nas viagens clandestinas ao Paraguai, seja pela queda natural nas vendas do período pós-natal e pós-carnaval, ao serem indagados sobre a vida antes do camelódromo, todos são unânimes em afirmar que a mudança de área foi compensadora. Ainda assim, diz-nos um camelô: *“Os primeiros dias aqui foram terríveis. Não havia nenhum conforto e não havia freguês.”* Hoje, além de sanitários, água, luz, lanchonetes, serviço de som, guarda, etc., afirmam ter tranqüilidade para trabalhar, ainda que ameaçados, de tempos em tempos, por visita da polícia, interessada em mercadorias que seguem sendo vendidas, apesar da recomendação da Associação, como eletrônicos, CDs e DVDs piratas e até remédios como Viagra, entre outros.

Até 1995, a maioria desses camelôs exercia sua atividade comercial nas praças e ruas do centro da cidade. Por decisão da prefeitura, foram obrigados a deixar seus “pontos” de venda e instalarem-se nessa área mais periférica, no então desprestigiado bairro do Porto da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá. A medida pôs fim, ao menos para esse grupo de camelôs, a uma longa e tensa batalha entre eles e diversos outros grupos sociais e associações civis, de certa forma mediada pela prefeitura, visando ao controle de espaços públicos da capital, habitualmente ocupados por suas centenas de barracas.

A área vizinha a essa para aonde foram levados os camelôs, diga-se de passagem, também acolheu, antes mesmo deles, outros comerciantes “informais” que, durante muitos anos, ocuparam a principal praça da cidade revendendo automóveis usados. Trata-se, agora, da Feira de Automóveis da cidade nos finais de semana. Lá, qualquer pessoa, em pouco tempo, vende seu próprio automóvel recebendo pagamento à vista – *“em cash”*, diz o vendedor que aproveita a ocasião para fazer oferta em meu carro –, ou escolhe e compra um carro usado abaixo do preço de mercado, desde que “confiando” nas condições aparentes do automóvel e na documentação, que afirmam ser limpa, ou seja, confiando (ou ignorando propositalmente) em que esse carro não é roubado e suas marcas originais não foram adulteradas.

Para os camelôs do centro da cidade, na época em que lá estavam instalados, a maior tensão se dava com os proprietários dos estabelecimentos comerciais da região. Os lojistas, em sua reivindicação de retirada dos ambulantes, alegavam a interdição da visibilidade de suas lojas e o atravancamento das portas de entrada, além da concorrência “desleal”, considerando-se o fato de os “informais” não pagarem impostos. Não foram poucas as vezes em que se verificou confronto verbal, ou mesmo físico, entre lojistas e camelôs. Em meio ao conflito que ganhava as páginas dos jornais locais, outro discurso contrário à instalação dos ambulantes na área central constituiu-se, com argumentos totalmente distintos daqueles dos lojistas. Nesse caso, mais do que condenar a atividade dos camelôs, o que os emissários desse discurso pretendiam era a defesa da integridade do patrimônio histórico e arquitetônico do centro antigo de Cuiabá tombado, em 1992⁷, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁸ – Sphan. Para os defensores do patrimônio, não havia possibilidade de conciliação entre a preservação dos bens tombados e a atividade informal dos camelôs. Note-se que esse discurso, mais do que o das razões comerciais dos lojistas do centro, contava com a simpatia dos intelectuais e artistas locais. No Brasil, de modo geral, esse foi o argumento mais eficiente, ou seja, aquele que contou (e ainda conta) com o apoio das elites, no sentido de justificar a remoção de ambulantes de áreas consideradas de interesse para a preservação, em geral, nos centros抗igos das cidades, exatamente onde os camelôs costumam instalar-se, em face do grande fluxo de pessoas.

Jérôme Monnet, no artigo intitulado “O álibi do patrimônio”, auxilia-nos a compreender a eficiência desse discurso, segundo o qual alguma história passada é considerada mais relevante na gestão atual das cidades do que as táticas de sobrevivência em curso de todo um grupo social. Monnet nos diz:

“as políticas de proteção do patrimônio urbano são verdadeiros instrumentos de gestão das cidades. Entretanto, essas políticas têm a imensa vantagem de parecerem... apolíticas! Longe de aparecerem como projetos políticos enquanto tais, com consequências sobre a sociabilidade urbana, emprego ou habitat, correspondendo a articulações precisas e a interesses claramente identificáveis, essas medidas ocultam sua dimensão propriamente urbanística, apresentando como fachada a ‘proteção’, a ‘salvaguarda’, a ‘conservação’ de um patrimônio (por definição comum a todos) ou de monumentos (em essência, acima das disputas). O fundamento das políticas de proteção do patrimônio seria o consenso, que transcende as clivagens ideológicas e as distâncias culturais.” (MONNET, 1996, p. 226)

Não conheço, no Brasil, grupo de camelôs que tenha conseguido fazer valer seus interesses contra o argumento da defesa do patrimônio.

Em Cuiabá, antes da remoção definitiva dos camelôs do centro histórico, diversas outras iniciativas foram experimentadas pela prefeitura, com o fim de organizar a atividade e minimizar o conflito entre os distintos interesses. Em várias ocasiões (nos períodos mais críticos, principalmente) a prefeitura organizou comissões com participação de arquitetos e engenheiros, entre outros técnicos, para discutir e propor soluções para o “problema” dos camelôs no centro da cidade. Recadastramentos foram realizados visando restringir a autorização de funcionamento apenas para aqueles que dependiam, exclusivamente, dessa

(7) O próprio tombamento do Centro Histórico de Cuiabá constituiu-se um longo processo permeado por conflitos entre diversos segmentos da sociedade, ao longo de quase oito anos, desde sua abertura formal, em setembro de 1985, até a homologação pelo Ministro da Cultura em 1992. Esse foi o objeto de minha dissertação de mestrado, publicada sob o título *A catedral e a cidade* (EdUFMT, 1997).

(8) Hoje Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 2: Shopping Popular de Cuiabá
Foto: Autora, 2005

atividade para viver. Planos de redistribuição das barracas foram igualmente implementados, deslocando vários grupos de camelôs para ruas secundárias, desafogando áreas nobres excessivamente ocupadas. Foram criadas garagens para recolhimento diário das barracas, que passou a ser obrigatório, uma vez que, nessa época, elas já haviam sido irregularmente soldadas ao chão e, finalmente, a prefeitura impôs sua padronização, garantindo, aos ambulantes, formas de financiamento para a aquisição obrigatória das novas barracas. Note-se, aqui, que a padronização pretendia “organizar” visualmente o conjunto, minimizar os efeitos de poluição visual gerados pela profusão de soluções plástico/funcionais de cada ambulante e, certamente, assinalar a presença do poder público, com a *logo* da administração municipal inscrita nos equipamentos, como marca de domesticação da atividade informal, agora, supostamente, sob controle. A construção do camelódromo, hoje chamado de *shopping popular*, foi a espécie de solução final – mais ambiciosa, mais arriscada e envolvendo maiores custos –, entre as tantas medidas experimentadas visando à conciliação entre os diversos interesses na gestão dos espaços públicos centrais da cidade.

É fato que a prefeitura, em suas várias administrações ao longo das décadas de 1980 e 1990, tentou, de diversas formas, articular soluções para o problema. Apesar da posição reivindicada de “mediadora”, por diversas vezes, foram verificados confrontos entre camelôs e fiscais da prefeitura e, a cada novo prefeito, novas investidas eram feitas no sentido de livrar o centro da cidade de seus indesejáveis ocupantes. O primeiro dia da administração Dante de Oliveira, nos anos 80, expressa a dimensão e o sentido do problema: mal saiu o sol, antes da chegada dos camelôs e outros usuários habituais, a praça Alencastro, em frente da prefeitura, foi tomada por dezenas de funcionários da Secretaria de Obras Públicas que se colocaram a lavá-la com água, sabão e desinfetante. O gesto administrativo, mas fortemente político, teve imenso impacto e a cena foi, inúmeras vezes, veiculada pela mídia local e até nacional. Muito provavelmente esse gesto visava mais atacar a administração anterior – indicando o abandono dos espaços públicos – que os camelôs. Ainda assim, eram eles a ocuparem a

praça e comporem o tal estado de “abandono e sujeira” que a nova administração pretendia denunciar, proporcionando visibilidade, e propunha-se a erradicar.

Evidente que, a certa altura, os camelôs já haviam se organizado em associação de classe, constituíram representantes, apoiaram candidatos a vereadores os quais se comprometiam com seus interesses, e seu número, cada vez mais crescente, já lhes conferia razável poder de barganha junto da classe política. Ainda assim, cerca de 400 camelôs foram removidos, apesar de todas as negociações, a contragosto, para o *Shopping Popular*, em 1995. Nem todos foram retirados da área central, e os que ficaram foram obrigados a adequarem-se às novas regras de ocupação do centro que iam da instalação restrita a ruas secundárias à natureza das mercadorias aí comercializadas, permitindo-se apenas itens do artesanato local e regional. Considerou-se, para isso, que esse tipo de mercadoria, de viés cultural, não agride a característica histórica da área tombada.

A CIDADE “INFORMAL”

É importante lembrar que o personagem urbano conhecido como camelô, conforme sabemos, remete aos velhos mascates e outros vendedores ambulantes que circulavam de cidade em cidade comercializando coisas diversas, desde remédios milagrosos a tecidos importados. No século 20, no âmbito das transformações sociais, econômicas, culturais e urbanas, a figura do mascate foi, paulatinamente, escasseando e cedendo lugar à figura do camelô que, diferentemente de seu predecessor, ganha localização fixa em algum ponto da cidade com grande circulação de pedestres. Enquanto o mascate visitava a conhecida freguesia, de porta em porta e com certa regularidade, o camelô fica, sistematicamente, à espera de seus fregueses, agora anônimos, nos pontos cotidianos de passagem.

Raquel Rolnik, a propósito da cidade de São Paulo, diz que, em final do século 19, já se podem verificar tentativas de banir a atividade dos vendedores ambulantes, alegando-se o congestionamento das estreitas ruas da capital:

“Retirar quem atrapalhava o trânsito para finalmente regularizar o trâfego, por meio de reformas e alargamentos iniciados na virada do século, foi uma das estratégias adotadas para a captura do espaço da rua – antes destinado a uma multiplicidade de usos – ao uso exclusivo dos meios de circulação.” (ROLNIK, 1997, p. 32)

Na impossibilidade de banir a prática, as municipalidades, em geral, buscaram controlá-la, concedendo a permissão para a exploração dessa atividade, em pontos centrais da cidade, a idosos e deficientes físicos, desde que carregassem consigo a pequena banca, no final de tarde, deixando livre o espaço público urbano.

Nos anos 90, ainda que o processo tenha se iniciado muito antes, o Brasil assistirá à explosão das chamadas práticas econômicas urbanas “informais” em que se constituem todos aqueles modos não-regulamentados e controlados de produção econômica, a exemplo das empresas familiares de “fundo de quintal” e do comércio praticado pelos camelôs, entre outras tantas atividades.

(9) Tradução livre de:
“Cuáles son las condiciones sociales en las que se produce la desconstrucción o degradación de las ciudades en América Latina? Podemos sintetizarlas en una palabra: informalidad. Quienes habitamos Buenos Aires, Caracas, Lima, México y São Paulo experimentamos en las últimas décadas acelerados procesos de despedazamiento del tejido social, asociados al predominio de tácticas informales de sobrevivencia sobre la regulación estratégica de las ciudades. En estas urbes, y en muchas otras, el enorme peso de lo informal o sea lo que no está contenido en el orden histórico, lo que desborda y desafía las reglas hegemónicas, está generando nuevas representaciones de lo urbano, distintas de las que nutrieron sus fundaciones y su desarrollo.”

(10) Gabriel Kraychete, em *Economia dos setores populares: Entre a realidade e a utopia* (2000), diz que nos anos 90 todas as regiões brasileiras, no mínimo, tiveram duplicadas suas taxas de desemprego em relação ao final da década anterior, chegando a números em torno de 20% da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas.

Em *Megalópolis desconstruidas y reinventadas*, Nestor García Canclini fala desse fenômeno e de suas consequências para as cidades que, segundo ele, existem em toda a América Latina:

“Quais são as condições sociais nas quais se produz a desconstrução ou degradação das cidades na América Latina? Podemos sintetizá-las em uma palavra: informalidade. Aqueles que moram em Buenos Aires, Caracas, Lima, México e São Paulo vivenciam, nas últimas décadas, acelerados processos de despedaçamento do tecido social, associados ao predomínio de táticas informais de sobrevivência sobre o controle estratégico das cidades. Nestas cidades, e em muitas outras, o enorme peso do informal, ou seja, do que não está contido na ordem histórica, do que transborda e desafia as regras hegemônicas, está gerando novas representações do urbano, distintas das que nutriram suas fundações e seu desenvolvimento.” (GARCÍA CANCLINI, 2003)⁹

A atividade dos camelôs, desde então, não é mais uma concessão oficial restrita a idosos e portadores de deficiências. Diante do aumento do desemprego¹⁰ e dos baixos salários, por um lado e, por outro, das vantagens apresentadas pela atividade informal – maiores possibilidades de ganho mensal, ausência de patrão e de trâmites burocráticos, flexibilidade de tempo, participação familiar, etc., uma considerável parcela da população economicamente ativa se transforma em camelô, seja em tempo parcial, nos interstícios de outra atividade oficial, seja integralmente.

Mas essa explicação para a explosão da atividade é apenas uma parte da história. A face local de uma conjuntura que extrapola as fronteiras nacionais. O fenômeno conhecido como globalização, que se acentua nas últimas décadas, fortalecido pelos novos meios de comunicação instantânea, é certamente o responsável pelo impulso extraordinário dado a fluxos transnacionais das mais diversas naturezas. O capital sem pátria se reproduzirá em todos os tipos de atividade econômica e financeira, desenhando circuitos cada vez mais globais, não importando a natureza do bem em circulação.

Se, de um lado, temos o caso, por exemplo, da indústria automobilística cujas peças são produzidas segmentadamente em fábricas dispostas em diferentes pontos do globo, reunidas em montadoras que finalizam os últimos modelos lançados nas diversas feiras mundiais que serão, então, distribuídos de modo igualmente global, de outro lado, objetos insignificantes, de valor irrisório, estrelinhas de plástico fosforescente, presilhas de cabelo, cópias baratas de *Barbies*, a infinidade de subprodutos *Hello Kitty* e outros personagens do universo infantil globalizado, entre outras tantas categorias de objetos baratos, passaram a ser concebidos e fabricados – muitas vezes em uma conexão Ocidente/Ásia – em países como China e Taiwan e distribuídos por todo o mundo, segundo modos legais, mas, sobretudo, pela via do contrabando (comércio “informal” criminalizado), exatamente para garantir sua qualidade essencial: o baixíssimo preço. Os fluxos subalternos, como vimos, dizem respeito e implicam, em seu movimento, principalmente, nos pobres do mundo contemporâneo.

Não temos, então, apenas a pressão do desemprego para a prática do comércio informal. Há uma demanda mundial de fluxos subalternos. Eles estão aí. Por isso, muitos dos camelôs não se restringirão a revender mercadorias adquiridas das grandes distribuidoras, muitos se transformarão em “sacoleiros”, como são



Figura 3: Barraca no interior do Shopping Popular de Cuiabá
Foto: Autora, 2005

(11) Ou por meio da categoria dos “laranjas”: aqueles que viajam ao Paraguai e fazem compras, sob encomenda, para os camelôs.

(12) Tradução livre de: “qui vont de la cartouche de Marlboro à la mousse à raser Old Spice, en passant par des cassettes de Madonna.”

(13) Tradução livre de: “qui entrent et sortent du pays régulièrement, assurent l’approvisionnement des marchés gris de Bombay, Madras et Calcutta en produits venus non seulement de l’Ouest, mais aussi du Moyen-Orient, de Hong Kong et de Singapour.”

chamados aqueles que viajam para comprar, pessoalmente¹¹, nos centros de venda nacionais, como as cidades de São Paulo e Goiânia, mas, principalmente, nas cidades paraguaias de Pedro Juan Cabralero e Ciudad del Est, na fronteira com o Brasil, por onde chegam os objetos *made in China* e Taiwan a serem revendidos em seus pontos de camelô. Assumem, desse modo, uma dupla condição segundo a atividade que estejam desenvolvendo: quando estão em viagem, são sacoleiros; quando estão na cidade, camelôs.

Enquanto a atividade do camelô, apesar dos inúmeros conflitos, é, em certa medida, absorvida pela ordem administrativa da cidade (que até lhe constrói um espaço específico) e pelas estatísticas econômicas (que já lhe conferem o estatuto de economia informal), esse mesmo camelô, ao ganhar a estrada, ao cruzar a fronteira, ao pôr-se em trânsito na condição de sacoleiro – exatamente para sustentar a tolerada atividade de camelô –, vê sua atividade deslizar-se da informalidade para a clandestinidade. Ela se transforma em contrabando e ele, o sacoleiro, em contraventor.

Arjun Appadurai utiliza o curioso termo “mercado cinza” para caracterizar o comércio de rua de cidades indianas, nas quais membros das classes médias e subalternas podem adquirir mercadorias “que vão do cigarro Marlboro ao creme de barbear Old Spice, passando pelos cassetes de Madonna¹²”. Igualmente “cinzas” são os fluxos alimentados por marinheiros, diplomatas e aeromoças/comissários de bordo “que entram e saem do país regularmente, assegurando o aprovisionamento dos mercados cinzas de Bombaim, Madras e Calcutá com produtos não apenas vindos do Oeste, mas também do Oriente Médio, de Hong Kong e de Singapura”¹³. (APPADURAI, 2001, p. 91). O “cinza”, diferentemente do “negro” utilizado para a designação do comércio ilegal, combina situações de interdição, de tolerância e de legalidade. Enquanto na Índia, pela descrição de Appadurai, seus “sacoleiros” – marinheiros, diplomatas e aeromoças/comissários de bordo – estão, provavelmente, ao abrigo da lei (usufruindo de cotas permitidas) e o comércio de rua colocado sob suspeita, aqui a situação se inverte: enquanto o comércio na cidade é tolerado ou legalizado (a depender da situação junto das esferas municipais e estaduais), é o

(14) Tradução livre de:
 “que nació como designación residual para lo que se caía de la sociedad formalmente organizada, se amplió hasta abarcar sectores tan heterogéneos como las pequeñas empresas y los comercios hogareños ilegales, los vendedores callejeros, los niños y adolescentes que ofrecen servicios o mercancías en las esquinas, músicos en el metro, cartoneros y recicladores de desechos, artesanos no agremiados (o sea la mayoría), taxis sin licencia, productores y vendedores de discos y videos piratas, revendedores de entradas para espectáculos y cuidadores espontáneos o amafíados de coches en concentraciones deportivas, y muchos otros sectores que actúan en grupos familiares o en redes que ‘organizan’ los circuitos ‘legítimos’ de la vida social.”

trânsito das mercadorias a atividade ilegal. Em ambos os casos, todavia, os mais pobres é que estão na informalidade e sua prática, quando muito, apenas tolerada.

A consolidação a contrapelo da ordem jurídica e administrativa dessas “táticas informais de sobrevivência”, conforme denomina Canclini, ocasiona diversos problemas para os governos dos países, dos estados e das cidades. A “informalidade”, além de assombrar as estatísticas nacionais (inflando as taxas de desemprego ou da categoria de difícil controle do “trabalho por conta própria”), incomoda também pelos valores que deixa de recolher aos cofres públicos, mas, sobretudo, aos privados, em se tratando de pirataria. Na informalidade, ninguém paga impostos, muito menos *royalties* e assemelhados. Quando se trata de contrabando, o problema ganha novas e mais preocupantes dimensões. Mas, no âmbito deste texto, interessa-nos abordar o problema do ponto de vista das cidades, as quais vão sendo construídas com sistemática informalidade, nas quais, diz Canclini, citando Latouche, o provisório tende a tornar-se definitivo.

A categoria do informal, diz Canclini,

“que nasceu como designação residual para o que escapava da sociedade formalmente organizada, ampliou-se até abranger setores tão heterogêneos como as pequenas empresas e os comércios locais ilegais, os vendedores ambulantes, as crianças e adolescentes que oferecem serviços ou mercadorias nas esquinas, músicos no metrô, catadores de papel e recicladores de lixo, artesãos não sindicalizados (ou seja, a maioria), táxis sem licença, produtores e vendedores de discos e vídeos piratas, revendedores de entradas para espetáculos e guardadores espontâneos ou mancomunados de carros em concentrações desportivas, e muitos outros setores que atuam em grupos familiares ou em redes que ‘organizam’ os circuitos ‘legítimos’ da vida social”
 (GARCIA CANLINI, 2003)¹⁴.

O que significa, para a cidade, pergunta Canclini, a sobrevivência ser produzida em alto grau de informalidade? Duas são as tentações que nos cercam ao abordar esse problema no âmbito das ciências sociais, do jornalismo ou das artes, para o autor de *Megalópolis desconstruidas y reinventadas*: a) ou julgamos a informalidade como contraditória com a modernidade exigida das cidades, propondo-nos a eliminá-la, ou ao menos a diminuir seu peso econômico e seus efeitos sociais desintegradores, ou b) celebramos a criatividade social e a imaginação cotidiana reveladas nessas atividades e destacamos sua utilidade para a sobrevivência dos setores populares e excluídos. À primeira perspectiva ele chama de *modernizadora*; à segunda, *populista*.

Para sair dessa disjuntiva, ele propõe que é preciso considerar, lado a lado, os aspectos desintegradores dos processos informais e aqueles que revelam uma capacidade de recomposição, ainda que precária, de uma ordem social.

Canclini tem razão em sua abordagem geral do problema e da percepção da cidade que ora se esgarça, ora se reinventa, em meio a processos que escapam ao controle de qualquer instância. Todavia, parece-me que um problema anterior a esse cenário de consequências boas e ruins para a cidade, a exigir mais de nossa reflexão do que apenas evitar ser modernizador ou populista, deve ser considerado. É preciso interrogar a própria produção da “informalidade” ou do conjunto de idéias e práticas que definem o que pode vir a ser “formal” e o que estará condenado à vala das práticas desprezadas.

Abordando praticamente o mesmo problema, sob o ponto de vista, todavia, do binômio “legal-ilegal”, Heloísa Soares de Moura Costa (2006) diz que hoje se reconhece, no Brasil, que a ilegalidade constitui mais a regra do que a exceção e se, de um lado, verificam-se esforços significativos no sentido de prover de condições mínimas de urbanidade as áreas de habitação de baixa renda (colocando-as no campo da legalidade), de outro lado, encontra-se em curso uma mudança significativa nas concepções tradicionais de regulação urbanística, logo, das próprias noções de legalidade e ilegalidade. Afirma, então, ser preciso “desnaturalizar as relações de poder respaldadas na propriedade privada e na terra urbana enquanto reserva de valor, que cristalizaram a desigualdade e a segregação socioespacial” (COSTA, 2006, p. 152).

ESTADO VERSUS CIDADE

A cidade submetida à lei, aqui compreendida como instrumento de efetivação de interesses hegemônicos, raramente voltada para o bem comum, ao contrário do que promete e quer fazer crer a noção transcendente de lei, não existiu desde sempre. Localizar sua emergência no quadro da modernidade torna possível desnaturalizar a idéia de cidade *necessariamente regulada, necessariamente moderna*, a condenar as que assim não funcionam à categoria de cidades degradadas.

Fernand Braudel, em sua fundamental obra *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, dedica um capítulo especial às cidades, auxiliando-nos, aqui, principalmente, na compreensão da relação estabelecida entre o Estado e a cidade, ou seja, no modo como se constitui um espaço urbano governado pela lei.

Ainda que as cidades no Ocidente tenham conhecido períodos nos quais se desenvolveram como *universos autônomos e segundo suas próprias tendências*, sob o signo de uma liberdade sem igual – “vantagem” que seria responsável pela originalidade das cidades do Ocidente, conforme Braudel –, isso não permaneceu assim. Efetivamente, existiram, no Ocidente, três tipos de cidades: 1) as *cidades abertas* (A) que não se distinguem do território de implantação, abertas ao campo e equiparada a esse, como a cidade antiga, grega ou romana; 2) as *cidades encerradas em si próprias* (B), rigorosamente fechadas, circundadas por muralhas – as cidades medievais; 3) as *cidades sob tutela* (C), surgidas com o princípio da modernidade, quando o Estado, sólida e definitivamente instalado, passa a discipliná-la, “violentemente ou não, com um empenho intuitivo onde quer que pousemos os olhos, em toda a Europa” (BRAUDEL, 2005, p. 476). “Em geral, A precede B e B precede ‘C’” (BRAUDEL, 2005, p. 474).

É claro estarmos tratando, aqui, das últimas das cidades tuteladas, reguladas conforme um modelo concebido por alguns, atendendo aos interesses destes, naquilo que se consolidou como o centro difusor do projeto moderno: a Europa. É importante lembrar o documento conhecido como *Carta de Atenas*, de 1933, elaborado por ocasião do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e enronizado como a referência obrigatória na gestão das cidades no Ocidente pelos governos municipais, que a tomarão como fundamento para a proposição de suas leis urbanísticas. Somente na década de 1960, em meio às

críticas à modernidade, à ciência moderna, etc., conhiceremos críticas mais contundentes à *Carta*, principalmente ao seu caráter excessivamente prescritivo, ambicionando regular desde a cidade como um todo até a dimensão das aberturas no interior de uma residência. Graças a ela, toda a chamada periferia das cidades latino-americanas, os subúrbios, ou os bairros onde habitam os pobres do mundo, ficaram estigmatizados como “erros” urbanísticos. Sessenta e cinco anos depois, em 1998, a Comunidade Européia (a Europa, novamente) lança a *Nova Carta de Atenas* a qual, também, pretende-se paradigma espacial; nesse caso, um “novo” paradigma, incorporando outros objetivos, como o da sustentabilidade urbana e da “cidade para todos” (KANASHIRO, 2004).

Essa cidade subordinada pelo Estado, indicada por Braudel, reaparece em Gilles Deleuze e Félix Guattari na obra *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*, sob a forma da oposição radical cidade versus Estado, compreendendo a primeira como máquina de guerra e o segundo como aparelho de captura. Enquanto as cidades, em sua potência de universos autônomos, são regidas por um desejo de expansão, de movimento para fora de si, o Estado é motivado para a captura, para a subordinação e controle de tudo aquilo que se movimenta e que não é o Estado. Se as cidades se definem pelo movimento, pelos fluxos, o Estado se define pela interdição ou, no mínimo, pelo esforço de contenção e disciplinamento dos fluxos em um movimento, igualmente perpétuo, de captura a trazer para seu interior, domesticando-o, tudo o que lhe escapa.

Fernand Braudel, Gilles Deleuze e Félix Guattari, nessas passagens, permitem-nos identificar, em diversas abordagens sobre a cidade, duas tendências que nos parecem equivocadas: 1) a de interrogar a cidade no âmbito de um enquadramento individual, a cidade em seus limites político-administrativos e 2) a de tomá-la por aquilo que lhe é exterior e imposto: uma imagem prototípica de cidade modernamente disciplinada.

A cidade pensada em seus “supostos” limites ignora o quanto ela é resultado de uma rede de fluxos que incluem, necessariamente, outras cidades, próximas e distantes. Se interrompéssemos essas ligações, ao cabo de algum tempo, as cidades definhariam. Para Deleuze e Guattari, a cidade é o correlato da estrada.

“Ela só existe em função de uma circulação e de circuitos; ela é um ponto assinalável sobre os circuitos que a criam ou que ela cria. Ela se define por entradas e saídas, é preciso que alguma coisa aí entre e daí saia (...) É um fenômeno de trans-consistência, é uma rede, porque ela está fundamentalmente em relação com outras cidades.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 122)

O Estado, ao contrário, é um fenômeno de *intra-consistência*. *“Ele opera por estratificação (...) é uma zona de recorrência que se isola assim do resto da rede, pronto a controlar ainda mais estritamente as relações com o resto.”* (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 123). Enquanto cada estado, verticalizado, existe separado dos outros, a cidade é inseparável da rede horizontal das cidades.

Por outro lado, o hábito de tomar a cidade por aquilo que lhe é exterior, ou seja, por um modelo de cidade, ao invés de abordar aquela sob seus pés, é resultante de sua colocação sob a tutela do Estado que, para melhor capturar, controlar e atender aos interesses dos grupos no controle do mesmo, elege um modelo físico e jurídico, com o qual, sistematicamente, compara o que existe (fiscalização urbana) e, deste, cobra a semelhança com o modelo.

Tomar a cidade pelo modelo lança, à exceção de meia dúzia de casos modelares, todos os demais na categoria de espaços urbanos “degradados” pelo volume de ocupação ilegal e de atividade informal neles verificados, muitas vezes maior que o legal e o formal, incapazes de serem conforme o modelo ou, mais realisticamente falando, conforme as exceções!

Mas, ao contrário de tentar explicar por que não são conforme o modelo¹⁵, é preciso interrogar-se sobre o modo como o modelo foi concebido, flagrando aí a genealogia das “informalidades”, duramente responsabilizadas pela esgarçadura da vida social, pela degradação da vida urbana. É preciso desconfiar da “naturalidade” do estatuto legal/urbano que vigora na América Latina, de um modo geral, e quem sabe, a partir daí, ver e pensar a cidade com outros olhos.

A lógica moderna do funcionamento conforme um modelo, para qualquer sistema em questão, produz inúmeros equívocos: do ponto de vista ótico, o modelo cega porque precede, antecipa e impõe-se ao real. Do ponto de vista operativo, imobiliza, porque impede qualquer ação que não seja preconcebida. Do ponto de vista legal, é o oposto da jurisprudência que parte da situação para pensar alternativas, funcionando conforme o regime da lei a qual pretende domesticar o real presente e futuro, ignorando o novo que possa aí surpreender.

Nesse aspecto, é também oportuno lembrar o comentário de Gilles Deleuze sobre a perspicaz substituição, feita por Foucault, da usual *oposição* “lei-ilegalismo” por uma *correlação* “ilegalismo-lei” (DELEUZE, 1998). Longe de conceber a lei como o instrumento pelo qual se exprimira o poder de Estado em oposição ao ilegal, a lei é tão-somente a gestão dos ilegalismos. A lei é extraída dos ilegalismos, é nada mais que aquele ilegalismo transformado em privilégio. Assim fazendo, Foucault desnuda a guerra dissimulada em que se constituem os processos mediados ou finalizados, supostamente tendo em vista o bem comum, pelas leis. A lei, longe de ser *ferramenta* de pacificação e compatibilização de interesses, é *arma*, e a cidade moderna, submetida à lei, ignorada em seus processos reais, imanentes, um campo de guerra.

CIDADES REAIS (COM FLUXOS SUBALTERNOS E CAMELÓDROMOS)

Apesar das sucessivas derrotas da cidade para o estado, que alçou as idéias modernas a estatuto de modelo, levando ao paroxismo seu disciplinamento, as histórias das cidades reais nos mostram o quanto elas não fazem outra coisa a não ser escapar, fugir, contrariar ordens, surpreender, reinventar.

Os camelôs e sacoleiros de Cuiabá e seus fluxos clandestinos insistentes, erradicados daqui para reaparecerem lá, a funcionarem como esquilos esburacando, por baixo, a cidade a qual alguns pretendem que seja moderna, são um exemplo do funcionamento imanente da cidade, à revelia das leis e da vigilância do Estado. É importante também dizer que o camelódromo de Cuiabá, construído, conforme vimos, em 1995, não solucionou o “problema” do comércio informal da cidade. Inúmeros outros pontos de concentração de camelôs, ao ar livre ou em pequenas galerias, vêm sendo criados desde então, seja no centro, seja nos demais bairros, nas praças, pontos de ônibus e feiras livres. O fato é que essa atividade,

(15) Essa discussão é semelhante à da não-realização da modernidade na América Latina, ou pelo menos segundo o modo que se esperava, exatamente por estar implicada na idéia de um modelo. Nasce aí a noção das modernidades alternativas. Desse modo, parece que já se discutiu, à exaustão, por que as cidades latino-americanas não conseguem ser modernas.

implicando em uma dada ocupação do espaço urbano, continua em expansão, obviamente em função da intensificação dos fluxos globais subalternos. Estes compõem a cidade real. Portanto, os camelôs e os fluxos que eles viabilizam no espaço urbano não são um “problema” urbano, são um fenômeno do mundo e das cidades reais contemporâneas. O problema é o urbanismo o qual insiste em ignorá-los ou acredita ser possível suprimi-los, como em geral se fez até então, levando a cidade para lugar nenhum, além de espaço de conflitos seguidos de conflitos.

Outra passagem de Braudel inspira a conclusão deste texto: ainda tratando da originalidade das cidades européias, dessas sobre as quais, crescidas sob o signo de uma liberdade sem igual, Braudel diz: elas “*dominaram os campos e através das constelações e das cadeias nervosas das redes urbanas, desenvolveram uma política econômica própria, tantas vezes capazes de derrubar obstáculos e sempre de criar ou recriar privilégios...*” “Diz ainda que se, em *imaginação, suprimíssemos os Estados atuais, assim que as câmaras de comércio das grandes cidades ficassem livres para jogar à sua vontade, veríamos coisas inusitadas!*” (BRAUDEL, 2006, p. 467) (grifo nosso)

A questão, finalmente, conforme nos parece depois dessas incursões, não é a de ser simplesmente antimoderno, louvando a criatividade do que vive nos interstícios do permitido, do que viceja em meio à informalidade – que poderia lançar essa abordagem no rol das consideradas por Canclini como *populistas* –, mas, em um exercício semelhante ao proposto por Braudel, de pensar que *cidade seria possível*, se recusássemos o modelo, se substituíssemos esse modo de pensá-la e de nela intervir por outro modo, a acompanhar os fluxos, em toda diversidade, que nela se desenham, que a atualiza (seus devires), pela sondagem das linhas imanentes de produção do urbano, como o sábio e discreto urbanista a aceitar (porque respeita) o caminho feito no gramado – recusando o do calçamento existente – pela rotina dos transeuntes.

Um urbanismo-escuta, um urbanismo jurisprudente, um urbanismo sem leis. Seria possível? No mínimo, *veríamos coisas inusitadas!*

BIBLIOGRAFIA

- ABÉLÈS, Marc. Préface. In: APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Tradução de François Bouillot. Paris: Payot, 2001.
- APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Tradução de Françoise Bouillot. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt Bauman. *Modernity líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A catedral e a cidade*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. As estruturas do cotidiano: O possível e o impossível. As cidades. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Glória Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. A cidade ilegal. Notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 5, 1997.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Megalópolis desestruturadas y reinventadas. In: SIMPÓSIO A INVENÇÃO DAS CIDADES NA AMÉRICA LATINA, 2003, Brasília. *Anais...* Brasília, 2003. Cópia em Word.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 7-39, 1997.
- KRAYCHETE, Gabriel; COSTA, Ricardo. *Economia dos setores populares: Entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KANASHIRO, Milena. Da antiga à nova *Carta de Atenas* – busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Curitiba: UFPR, n. 9, p. 33-37, 2004.
- MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, n. 24, 1996.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença. A política dos estudos culturais latino-americanos*. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Obs.:

Texto produzido no âmbito da pesquisa intitulada *Circuitos subalternos contemporâneos: Pessoas, objetos e valores em trânsito*, cujo primeiro ano (2004-2005) contou com bolsa Capes de estágio pós-doc. realizado na Chaire de Recherche du Canada en Transferts Littéraires et Culturels, na Universidade de Ottawa, Canadá.

Nota do Editor

Data de submissão: novembro 2007

Aprovação: dezembro 2008

Ludmila Brandão

Arquiteta e historiadora, doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, com pós-doutorado em Crítica da Cultura pela Université d'Ottawa-Canada, com bolsa Capes. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO-UFMT) e do Núcleo de Estudos do Contemporâneo (UFMT-CNPq). É professora do Departamento de Artes e também atua como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Publicou *A catedral e a cidade* (Cuiabá, EdUFMT, 1995) e *A casa subjetiva: Matérias, afetos e espaços domésticos* (São Paulo, Perspectiva, 2002). Rua 12, quadra 16, casa 05. Jardim Universitário
78075-545 – Cuiabá, MT
(65) 3663-1330
ludbran@terra.com.br

Artur Rozestraten



PRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA: UMA BREVE REVISÃO CRÍTICA

252

pós-

RESUMO

Este artigo discute o entendimento do conceito de representação e suas repercussões na compreensão do processo de projeto arquitetônico. A intenção geral deste breve estudo é contribuir criticamente com as reflexões indispensáveis à constante reformulação dos parâmetros de formação de arquitetos, com especial atenção ao caráter artístico do projeto de arquitetura, ao papel criador do desenho e da modelagem na concepção do projeto e ao caráter construtivo inerente à arquitetura e próprio de toda atividade artística, na medida em que transforma, materialmente, o mundo. Este texto se estrutura em cinco partes. As quatro primeiras apresentam e analisam idéias de Paul Valéry, Henri Focillon, Luigi Pareyson e Susan Sontag sobre o assunto. A quinta parte apresenta considerações finais do autor.

PALAVRAS-CHAVE

Representação do projeto de arquitetura, representação da arquitetura, processo de projeto arquitetônico.

REPRESENTACIÓN DEL PROYECTO DE ARQUITECTURA: UNA BREVE REVISIÓN CRÍTICA

pós- | 253

RESUMEN

Este artículo discute el entendimiento del concepto de representación y sus repercusiones en la comprensión del proceso del proyecto arquitectónico. La intención general de este breve ensayo es contribuir críticamente para las reflexiones imprescindibles a la constante reformulación de los parámetros para la formación de arquitectos, con especial atención al carácter artístico del proyecto de arquitectura, al rol creativo del diseño y del molde en la concepción del proyecto, y al carácter constructivo inherente a la arquitectura y propio de toda actividad artística, en la medida que transforma materialmente el mundo. El texto se estructura en cinco partes. Las cuatro primeras presentan y analizan ideas de Paul Valéry, Henri Focillon, Luigi Pareyson y de Susan Sontag sobre el tema. La quinta parte presenta las consideraciones finales del autor.

PALABRAS CLAVE

Representación del proyecto arquitectónico, representación de la arquitectura, proceso del proyecto arquitectónico.

REPRESENTATION OF THE ARCHITECTURAL DESIGN: A SHORT CRITICAL REVIEW

ABSTRACT

The current article discusses the representation concept and its effects on the understanding of the architectural design process. This brief study is intended mainly to provide the necessary reflections for ongoing changes in the requirements for the study of architecture, particularly in regards to the artistic nature of the architectural design, the creative role of drawing and modeling in the creation of the design, and the constructive nature that is inherent to architecture and intrinsic to all artistic work, inasmuch as it materially changes the world. The article is divided into five parts. The first four sections discuss the ideas of Paul Valéry, Henri Focillon, Luigi Pareyson, and Susan Sontag, while the last part presents the author's concluding remarks.

KEY WORDS

Architectural design representation, architecture representation, architectural design process.

*“Os aspectos para nós
mais importantes das coisas
estão escondidos por sua familiaridade
(somos incapazes de perceber
algo que sempre esteve
frente aos nossos olhos).”¹*

Ludwig Wittgenstein (1889-1951)²

(1) “The aspects of things that are most important to us are hidden because of their familiarity (one is unable to notice something because it is always before one's eyes).”

(2) Tradução do autor a partir das traduções de Anscombe (2003) para o inglês e Lourenço (2002) para o português.

(3) Charles Peirce (1839-1914) diria que a representação *stands for* se coloca no lugar da coisa representada. Peirce reitera, assim, dissociação kantiana entre “a coisa em si” e as representações dos fenômenos para a teoria do conhecimento contemporânea. Essa dissociação fundamentará também a noção de forma simbólica, de Ernst Cassirer (1874-1945).

(4) Em sua livre-docência, Luiz Munari (2008) comenta a discussão de Edmund Husserl (1859-1938) sobre os “equívocos” – não como erros, mas como diferentes interpretações – das representações sob o enfoque da fenomenologia: Investigações lógicas, v. 2, quinta investigação).

Há uma acepção, bastante comum, de representação como o substituto de algo ausente³. Um exemplo dessa substituição seria a linguagem, que torna presente ao pensamento “coisas” ausentes no momento em que se lê ou se ouve um discurso.

Há também a noção de toda imagem ser representação. Um croqui de arquitetura, por exemplo, desenhado durante o processo de projeto, substituiria algo que lhe é distinto e, para alguns, preexistente: a idéia dessa arquitetura. Ou então substituiria o edifício, ainda inexistente, que o projeto propõe. Nesse mesmo sentido, uma fotografia de arquitetura poderia substituir um edifício existente, colocando-se como sua representante, por exemplo.

Por fim, há a idéia de todo pensamento ser representação, pois tornaria presente à mente algo que lhe é distinto, e pode estar ausente.

No universo da arquitetura e do urbanismo convencionou-se designar como representações as imagens (desenhos e fotografias) e os modelos tridimensionais, que se colocariam como instâncias intermediárias – físicas (gráficas ou tridimensionais) – entre o mundo mental e a materialidade dos objetos construídos.

Se na filosofia o termo representação faz aflorar diversos questionamentos sobre as possibilidades e as formas de conhecimento do mundo⁴, no campo da arquitetura, e mais especificamente no entendimento do processo de projeto, geralmente, aceita-se o termo como uma convenção inócuia.

Entretanto, o aceite passivo dessa convenção de nomenclatura e a inércia de uso conduzem, justamente, ao excesso de familiaridade que dificulta sua apreensão, entendimento e crítica (WITTGENSTEIN, 1965).

Para haver um reconhecimento dos sentidos do termo e de suas relações com o processo de projeto arquitetônico, é necessário romper com essa familiaridade excessiva, reposicionar-se e questionar suas significações.

Seria a representação da arquitetura no processo de projeto uma reapresentação aos sentidos de um pensamento que lhe antecede e define, como se a representação fosse uma materialização sensível de uma idéia preexistente de arquitetura?

Seria, portanto, o processo de projeto – como desenvolvimento e aproximação à viabilidade construtiva – *cosa mentale*?

Em qual medida o termo “representação da arquitetura” não expressa um entendimento de a concepção da arquitetura pertencer ao mundo mental, e o

desenho e a modelagem seriam, então, meros meios expressivos dessas concepções mentais, como traduções materiais de algo concebido no pensamento?

Haveria sempre uma idéia a anteceder a construção da forma sensível? Ou haveria certas formas as quais são as próprias idéias, e não podem ser melhor expressas se não por si mesmas, como as obras de arte?

Haveria sempre uma diferenciação – como hierarquia ou sequência – entre pensar e fazer? E o pensar sempre antecederia o fazer, tornando este, assim isoladamente, quase uma ação acéfala, não-reflexiva? Existiria essa dissociação?

Na origem da atividade artística não residiria o desejo – como motor da alma, diria Aristóteles (2007) – mais do que exatamente uma idéia? Ou seria o desejo também uma idéia?

Existiria essa precedência do pensar quando se esboça um projeto de arquitetura ou quando se modela uma solução em uma maquete de estudo? Ou haveria uma simultaneidade e uma sobreposição entre pensar e fazer na concepção da arquitetura?

Seriam as imagens e objetos do projeto simples representações (imperfeitas ou perfeitas) da obra? Mesmo quando não se materializa em construção aquilo que foi projetado? E quando a obra está pronta ela também é representação? Representação do quê? Do pensamento, do projeto?

O objetivo deste texto é repensar as relações entre o conceito vigente de representação, suas interferências na compreensão do processo criativo que caracteriza o projeto arquitetônico, e também suas repercussões na compreensão dos vínculos entre projeto e obra. Essa revisão possui um caráter epistemológico, interessa-se pelos fundamentos, as raízes que estruturam as acepções do termo, suas possibilidades e limitações, no processo de conhecimento sobre a concepção do projeto e sua materialização.

Isso posto, está feito o convite para adentrar os meandros da representação da arquitetura, resistir à inércia de sua familiaridade e rever suas bases.

IMAGINÁRIO

Habitualmente, imaginário designa aquilo que é criado pela imaginação e só tem existência nela e, portanto, opõe-se ao real (HOUAISS, 2001).

No entanto, no campo da história da arte e da cultura, o termo imaginário tem um escopo mais abrangente e envolve também aquilo que é criado pela imaginação, mas tem existência material no mundo real: a atividade artística e as obras de arte. O imaginário seria a reunião de imagens mentais, imagens visuais, objetos visíveis e suas interações com a cultura humana.

Essa acepção mais ampla de imaginário acrescenta, ao mundo mental da imaginação, o conjunto de todas as suas expressões materiais, bidimensionais e tridimensionais. No caso da arquitetura, cidades, edifícios e objetos, inclusive. Nesse sentido, o termo imaginário se coloca como síntese que dissolve os limites convencionais entre mundo mental e mundo real, entre idéias e formas sensíveis.

O entendimento da representação, como imaginário, pode fundamentar novos enfoques sobre a compreensão da concepção da arquitetura e do

processo de projeto. Revista como imaginário, a representação se confundiria com a capacidade criativa de imaginar, especular, fantasiar e também elaborar, materializar. E, como tal, desobrigaria-se da função de representar, ou seja, não necessariamente se referiria a algo ausente. Afinal, a imaginação também engendra, origina, torna presente algo até então inexistente.

Ao renomear provocativamente o conjunto de imagens e modelos físicos da arquitetura e do urbanismo como imaginário, constrói-se uma síntese que entrelaça pensamento e formas materiais. E, ao mesmo tempo, conforma-se um território próprio da imaginação criadora, que não fragmenta, de maneira analítica, pensar e fazer, e que se enraíza no fazer e na convivência com objetos, edifícios e cidades, embora permaneça autônomo.

E, já que se trata de arquitetura, cabe adentrar suas especificidades e refletir exatamente sobre os compromissos do imaginário com a transformação material de objetos e ambientes e o caráter coletivo das obras de arquitetura e urbanismo.

Como a qualidade construtiva da arquitetura interage com as concepções vigentes de representação? E como essa qualidade interage com a noção de imaginário como síntese entre mundo mental e mundo real, entre idéias e formas sensíveis?

Ao formular essas indagações, este artigo se propõe a discutir o entendimento do conceito de representação e suas repercussões na compreensão do processo de projeto arquitetônico e seus desdobramentos na conformação material da arquitetura.

SERIA MESMO A PINTURA “COSA MENTALE”?

Em seu estudo de 1894, Paul Valéry (1871-1945) propõe uma *Introdução ao método de Leonardo da Vinci*.

Logo de início Valéry busca uma relação sincrônica com o homem Leonardo, ciente de ser esse caráter relacional e imaginativo que sustentará a composição de sua interpretação do artista: “... nós nos representamos um homem comum... Eu me proponho a imaginar um homem...”⁵(p. 9-11). Está claro, então, não se tratar do Leonardo real (que está ausente, irreparavelmente), mas de um Leonardo inventado pelo autor. Interessa a Valéry recuperar o pensamento, as idéias de Leonardo, o que só poderá ser feito “à imagem” de suas próprias idéias. Ou seja, os limites de sua imaginação definirão os limites da imaginação desse Leonardo imaginário. E o autor parece ciente dos riscos.

“Eu vou segui-lo se movendo na unidade bruta e na espessura do mundo, onde ele se fará tão familiar à natureza que a imitará para tocá-la, e terminará na dificuldade de conceber um objeto que ela já não contenha.” (VALÉRY, 1957, p. 12) (Tradução do autor)

Valery prospecta o território da intersecção entre representação e imaginação, assim como fez o próprio Leonardo, representando a natureza preexistente e imaginando, concebendo, objetos originais.

Mas seria possível a pura representação da natureza? Ou todo desenho seria, necessariamente, imaginação (Figura 1)?

(5) “... nous nous représentons un homme ordinaire... Je me propose d’imaginer un homme...”



Figura 1. Flores. Estudo de Leonardo da Vinci

Fonte: Disponível em: http://www.fineartprintsondemand.com/artists/da_vinci/study_of_flowers-400.jpg. Acesso em: 17.08.2008

(6) "... les ombres de leurs œuvres futures, les fantômes qui précèdent."

(7) "reconstruct tous les édifices; tous les modes de s'ajouter des matériaux les plus différents le tentent."

(8) "Le fait est que, par une insensible exigence, le tableau doit reproduire les conditions physiques et naturelles de notre milieu... La Joconde n'eût jamais été faite."

Em qual medida aquilo que o artista deseja, vê e desenha, torna-se parte do desenho?

Nos cadernos de Leonardo, em seus desenhos é que estão os registros materiais de seu método, "as sombras de suas obras futuras, os fantasmas que as precedem"⁶ (p. 15). Ali conjugam, em imagens, os resultados particulares de suas equalizações entre o desejado, o que vê e o que desenha.

Valéry imagina um Leonardo distante de qualquer memória, tão concentrado no olhar, que se iguala àquilo que olha. Funde-se com a coisa desenhada e, a partir dessa relação, reconfigura sua existência no mundo. Há um mundo antes e outro enquanto e após o desenho. Um mundo, antes alheio, o qual, à medida que se faz desenho, conforma-se pessoal, resignificado, próximo, integrado. Há, portanto, uma alteração no estado de existência, uma reconstrução do ser com o mundo – , de fato, uma construção primordial – pela constatação da materialidade e da visualidade das coisas por meio do traço que as conforma no risco do desenho. Constatão que não antecede, mas é simultânea ao ato de observar atentamente e desenhar. E pode ir além das coisas visíveis, quando a imaginação se vale do desenho para inventar.

"Ele reconstrói todos os edifícios; todos os modos de se juntar materiais diferentes o tentam"⁷ (p. 36). Olhar os edifícios é reconstruí-los, pois o percurso dos olhos e o pensamento imaginativo, entrelaçados, entretêm-se em reconstituir os procedimentos, a fatura, as ações e transformações que conformaram essa ou aquela arquitetura.

O que move esse Leonardo imaginário é o desejo de saber como as coisas são feitas, o que torna possível sua existência material, o que reside nos desvãos entre materiais distintos, o que os une, o que os mantém unidos – estáticos ou dinâmicos –, o que resiste ao tempo e garante a perenidade da forma. Juntar

(9) A caracterização da pintura por Leonardo como *cosa mentale* ocorreu em seu *Tratado da pintura* (1482-1518) (Primeira parte, p. 27 e 36), escrito em um contexto de afirmação e defesa da atividade artística como atividade intelectual, e não apenas como um fazer mecânico, mais ou menos hábil, dissociado do pensamento reflexivo.

(10) “Le mot de construction que j’ai employé à desssein – pour plus fortement désigner le problème de l’intervention humaine parmi les choses du monde, et dans le but de donner à l’esprit du lecteur une direction vers la logique du sujet, une suggestion matérielle – ce mot prend maintenant sa signification restreinte. L’architecture devient notre exemple.”

materiais é compor e é a possibilidade de reconstituição – ao menos parcial – do processo de composição a encantar o artista. Pois há, nas coisas realizadas pelos homens, o registro de seu processo construtivo, uma seqüência de ações e transformações as quais deixam marcas na forma plástica. Já na natureza, nas coisas vivas, esses registros se diluem até conformarem enigmas insondáveis pelos sentidos.

Ao construir a imagem, Leonardo reconstrói o mundo como coisas desenhadas. Para não dizer que as inventa, como se não existissem, propriamente, tais coisas antes de ele as desenhar.

“O fato é que, por uma exigência insensível, o quadro deve reproduzir as condições físicas e naturais de nosso ambiente... A *Monalisa* nunca havia sido feita antes.”⁸(p. 47). Nas artes plásticas, a cultura da *mímesis* tem raízes profundas, e ainda pauta tanto a produção de imagens quanto a crítica e a estética. O que se depreende do texto de Valéry, no entanto, é uma revisão do entendimento da figuração não mais como imitação, mas como invenção. Essa interpretação legitima o artista como construtor de um mundo de formas autônomas, no qual pouco importa se houve ou não uma relação com o mundo existente como ponto de partida, pois é sempre a imaginação que comanda. Valéry afirma, assim, a autonomia da forma artística e a compreensão do universo da arte como essencialmente imaginário e construtivo.

E é justamente assim que o autor caracteriza o processo de trabalho de Leonardo: imaginário e construtivo. Afinal, a oficina de Leonardo não é *cosa mentale*⁹, mas sim o mundo físico das folhas de seus cadernos e de seu

laboratório de experimentações com modelos. As idéias de Leonardo não se formaram apenas como pensamento, mas, principalmente, como imagens, desenhos em sanguínea sobre papel e maquetes de estudo. Se os cadernos de Villard de Honnecourt (séc. 13) são inventários, os cadernos de Leonardo são canteiros de obras (Figura 2).

“O termo construção que empreguei para o desenho – para designar com mais força o problema da intervenção humana entre as coisas do mundo, e com a intenção de conduzir o espírito do leitor em direção à lógica do sujeito, uma sugestão material – este termo assume agora uma significação restrita. A arquitetura torna-se nosso exemplo.”¹⁰ (VALÉRY, 1957, p. 48 – Tradução do autor)

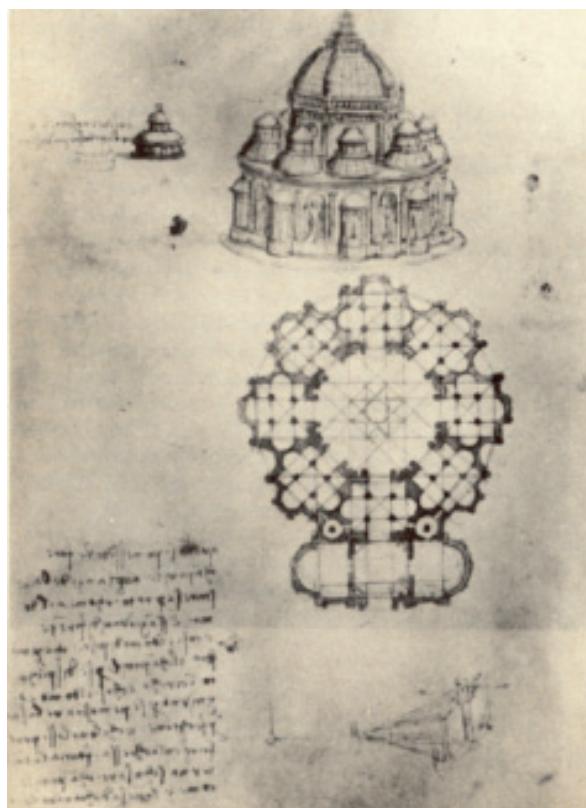


Figura 2: Estudo para igreja de planta central, por Leonardo da Vinci

Fonte: Disponível em: <http://www.wga.hu/art/l/leonardo/14archit/1plan2.jpg>. Acesso em: 17 ago. 2008

A escolha da arquitetura como exemplo parece pautada, por um lado, por seu caráter material, construtivo, óbvio, que se estenderia às artes plásticas e, por outro lado, por sua história de dissociação da natureza, por sua ruptura com uma condição natural pré-humana e, portanto, por uma cosmogonia da cultura humana.

A interpretação de Valéry do caráter construtivo da atividade artística e da originalidade da forma, assim gerada, tem como foco o processo de trabalho de Leonardo da Vinci, mas não se restringe a ele. Essa interpretação propõe novos parâmetros para o entendimento do fenômeno artístico como um todo e acrescenta referências importantes para a aproximação com a arte moderna, a abstração e o processo de projeto arquitetônico.

UM UNIVERSO QUE SE ACRESCENTA AO UNIVERSO

Para Henri Focillon (1881-1943), a obra de arte, a forma artística, estaria tensionada entre pólos como o mundo material e o mundo mental, constituindo-se como uma síntese singular, criadora de um mundo próprio, um universo que se acrescenta ao universo, com uma ordem irredutível, apreensível apenas em sua própria materialidade.

A obra de arte instalaria uma instância inédita no mundo, uma realidade sensível completamente original.

A distinção, proposta por Focillon, entre imagem e forma visa retirar a forma artística do campo do signo (PEIRCE, 1972). Diferente de um significante que se refere a um significado – como continente e conteúdo –, para o autor a forma não significa nada além de si mesma.

"O signo significa, enquanto a forma se significa... Uma massa arquitetônica, certos tons, uma pinelada, um traço gravado existem e valem antes de mais nada por si mesmos, eles possuem uma qualidade fisionômica que pode apresentar semelhanças vivas com aquela da natureza, mas que não se confunde com ela. Assimilar forma e signo, é admitir implicitamente a distinção convencional entre forma e fundo,



Figura 3: O escultor inglês Henry Moore (1898-1986) sentado entre maquetes em seu estúdio em Much Hadham, Hertfordshire, 1953
Fonte: Chris Ware/Keystone Features/Getty Images

que pode nos dispersar, se esquecermos que o conteúdo fundamental da forma é um conteúdo formal.”¹¹ (FOCILLON, 1939, p. 10-11 – Tradução do autor)

Para Focillon, a forma artística não é signo, símbolo ou representação. É forma. E, se há um conteúdo fundamental nessa forma, é um conteúdo formal, nada mais. O conteúdo da forma artística não é algo a esconder-se em seu interior, mas algo que vem à sua superfície e dá-se aos sentidos.

Toda a sua conceituação se concentra, pois, na materialidade, no aspecto plástico, na forma sensível. E essa é una, íntegra, sintética. Não é bipartida em significado e significante, não é separada em continente e conteúdo. A ambigüidade da forma, se existe, não é um fenômeno sensorial, mas mental e, portanto, é pura *phantasia*.

As principais contribuições do pensamento de Focillon às reflexões que aqui se colocam são a afirmação da autonomia do universo artístico e o caráter reflexivo (auto-referenciado) da forma plástica, aplicados ao entendimento do processo de projeto arquitetônico¹².

A autonomia da forma advém de sua constituição como coisa construída a partir da natureza, mas em uma nova instância: artificial. O caráter reflexivo (auto-referenciado) é consequência dessa autonomia construída pelo artifício que confere à obra de arte uma totalidade formal autosuficiente, inaugadora de uma ordem própria e imagem de si mesma, antes de mais nada (Figura 3).

Como proposito de um novo universo artificialmente acrescido à natureza (*naturans* ou *naturata*), o projeto de arquitetura afirma-se também como atividade artística, materializando uma obra de arte em desenhos e modelos, independente da execução futura das obras ali planejadas.

Conclui-se, então, que no universo da arquitetura existem duas obras de arte relacionadas: o projeto e a construção (objeto, edifício ou cidade). A construção depende do projeto. Já o projeto é autônomo, independente e pode sobreviver sem a obra.

FORMATIVIDADE

No prefácio escrito em 1988 para sua *Teoria da formatividade*, Luigi Pareyson (1918-1991) salienta o caráter operativo de sua formulação. Não se trata, como diz o autor, de uma metafísica da arte, mas de uma análise da experiência estética com ênfase no fazer mais do que no contemplar.

Em uma espécie de revisão crítica do texto original, escrito entre 1950 e 1954, Pareyson comenta, nesse prefácio, a sobrevida de suas proposições diante de outras teorias surgidas no século 20 (marxistas, psicanalíticas, sociológicas e estruturalistas) e atribui-a ao caráter eminentemente artístico (construtivo) de suas especulações, e, também, à coexistência da liberdade individual dos artistas e das condicionantes culturais da arte em sua teoria.

Resumindo sua proposição, Pareyson a reapresenta assim:

“... a união inseparável de produção e invenção. ‘Formar’ significa ‘fazer’ inventando ao mesmo tempo ‘o modo de fazer’, ou seja, ‘realizar’ só procedendo por ensaio em direção ao resultado e produzindo deste modo obras que são ‘formas.’” (PAREYSON, 1993, p. 12-13)

(11) “Le signe signifie, alors que la forme se signifie... Une masse architecturale, un rapport de tons, une touche de peinture, un trait gravé existent et valent d'abord en eux-mêmes, ils ont une qualité physionomique qui peut présenter de vives ressemblances avec celle de la nature, mais qui ne se confond pas avec elle. Assimiler forme et signe, c'est admettre implicitement la distinction conventionnelle entre la forme et le fond, qui risque de nous égarer, si nous oublions que le contenu fondamental de la forme est un contenu formel.”

(12) Vale ressaltar que o uso do termo “forma” aqui se refere, especificamente, à característica material e artística da arquitetura e não a qualquer idéia de formalismo, como supervvalorização da forma em detrimento de outros aspectos arquitetônicos. A noção de forma artística, aqui, não é contrária aos compromissos ambientais, tecnológicos, sociais e culturais da arquitetura. Mas sim convergente, consonante; afinal, a forma arquitetônica é justamente aquela capaz de equalizar todos esses fatores inerentes à arquitetura. Portanto, o uso da noção de autonomia da forma artística não quer dizer a ausência de relações do projeto arquitetônico com as condições ambientais particulares com as quais interage.



Figura 4: Álvaro Siza desenhando
Fonte: <http://www.bp2.blogger.com>
Acesso em: 17 ago. 2008

Em seguida, o autor aborda três aspectos fundamentais para suas reflexões estéticas. O primeiro é a questão do conteúdo, indissociável da vida do artista, de sua individualidade, de seu modo singular de formar. O segundo diz respeito à relação entre intenção formativa e a transformação da matéria, que o autor entende como uma integridade, uma coisa só. Essa perspectiva agregadora e sintética evita a fragmentação tradicional entre pensar e fazer. E o terceiro aspecto se refere à lei que rege a atividade artística:

"O artista não tem outra lei a não ser a regra individual da obra que vai fazendo, nem outro guia a não ser o presságio do que vai obter, de tal sorte que a obra é, ao mesmo tempo, lei e resultado de um processo de formação. Só assim é que se pode compreender como na arte a tentativa e a organização não só se harmonizam, mas até mesmo se reclamam mutuamente e se aliam, pois a obra atua como formante antes ainda de existir como formada."

(PAREYSON, 1993, p. 13)

Como tal, a arte não constituiria um processo objetivo de ação construtiva, mas um processo aproximativo de aperfeiçoamento formal, que envolveria tanto a reflexão quanto a ação.

Como "modo de fazer que enquanto faz, vai inventando o modo de fazer: produção que é, ao mesmo tempo e indissoluvelmente, invenção" (PAREYSON, 1993, p. 20) a formatividade caracterizaria diversas atividades artísticas, do improviso do jazz ao processo de projeto arquitetônico.

Com relação ao conceito de representação, que está no foco nesse texto, a teoria de Pareyson se desenvolve praticamente à sua margem.

Quando se refere ao pensamento, Pareyson usa a noção de "intenção formativa", de juízo crítico e não de idéia. Assim fazendo, enfatiza o desejo, a vontade e também as tentativas, as possibilidades, as imprecisões, os critérios e as revisões. Na formatividade não haveria uma dissociação entre pensamento e ação, mas sim uma associação convergente para um único propósito formativo.

Ao mencionar o termo representação, comentando conteúdo e estilo (Cap. I, p. 30), o autor o associa à figuração, transfiguração e expressão. Dessa forma, aproxima seu sentido a uma tradução ou transposição, e nega que esse seja o caráter de conteúdo da obra de arte. Como visto, o conteúdo da obra de arte, para Pareyson, seria o próprio artista, em toda a sua complexidade humana.

Ainda com relação à representação, Pareyson (Cap. II, p. 59) comenta que a formatividade só se dá plenamente quando o fazer “não se limita a executar algo idealizado”. Não haveria concepção prévia¹³, nem mesmo método prévio, pois haveria simultaneidade entre invenção e execução. O *modus operandi* da formatividade só se configuraria na ação formativa, e não antes.

Essa proposição de Pareyson é provocativa porque, aplicada à arquitetura, nega a tradição do método¹⁴. E, em contraposição, propõe um procedimento projetual tateante, incerto, aproximativo, que se apóia nas tentativas do fazer – figurar e testar – guiados por uma “intenção” e uma “expectativa da descoberta”¹⁵.

No projeto, a atividade artística do arquiteto, envolveria, portanto, uma dupla criação: a invenção dos procedimentos de projeto que possibilitarão a segunda invenção: o projeto propriamente dito.

Como não se trata de método, cada novo projeto exigiria, portanto, uma reinvenção dos procedimentos anteriores, e, assim, sucessivamente.

Mas, como o projeto prevê a obra, nesta haveria uma nova formatividade, um fazer o qual, inevitavelmente, reinventaria o projeto no canteiro de obras, sendo esse o laboratório final de testes do projeto.

Quem quer que se aproxime da produção de objetos, ou da construção civil, percebe, em pouco tempo, que, muito raramente, o projeto executivo “consegue absorver em si a sua própria exequibilidade a ponto de eximir o executor de todo o esforço de invenção e abandoná-lo a uma extrínseca e mecânica ‘execução’” (PAREYSON, 1993, p. 64).

Quase sempre há, na oficina ou no canteiro, reinvenções do projeto. E se o arquiteto ou *designer* está ausente, as reinvenções são realizadas à sua revelia. A invenção permanece enquanto houver o fazer e, finalizada a forma, nela reside o potencial de incitar o desejo, como nova paixão, naqueles que a produziram e vivenciaram-na.

A teoria de Pareyson é a expressão de seu desejo de síntese que pretende equilibrar, no cerne da atividade artística, a “*theia moira*” (destino divino) e o “*travailler tous les jours*” (trabalhar todos os dias, p. 87), o “*furor poeticus*” (furor poético) e a “*longue patience*” (longa paciência, p. 91), o impulso criativo e o exercício sistemático, as tentativas e a organização.

Para a formatividade o termo “representação” é inadequado. Traz consigo a sugestão da existência de instâncias distintas de elaboração da atividade artística – a idéia e suas representações físicas – e caracteriza as tentativas (imagens e modelos) como intermediários, e não como a própria materialidade da obra em processo.

UMA ERÓTICA DA ARTE (E DA ARQUITETURA)

Para Susan Sontag (1933-2004), precisamos, no lugar de uma hermenêutica da arte, de uma erótica da arte, ao invés de interpretação, um retorno à relação sensual, sensorial, com a obra de arte. É com essa conclusão que Sontag encerra seu ensaio *Against interpretation*, de meados dos anos 60.

O ponto inicial de sua reflexão é o questionamento da idéia de conteúdo da obra de arte como algo distinto de sua forma.

(13) “Não que o artista tenha imaginado completamente sua obra e depois a executou e realizou, mas, sim, ele a esboça justamente enquanto a vai fazendo.” (PAREYSON, 1993, p. 69)

(14) Por definição, o método propõe um caminho ideal a ser seguido para se atingir determinados objetivos.

(15) Dos tópicos 9 ao 20 do Cap. II – “Formação da obra de arte, tentativa e êxito”, Pareyson usa diferentes termos como “presságio”, “pressentimento”, “adivinhação”, “intuição”, “inspiração” e “insight” (paradoxalmente, o preferido do autor, e talvez o menos adequado, por sugerir uma antevisão que o próprio autor nega ao longo do texto) para denominar os impulsos e os critérios de escolha que agem na ação formativa. Se a alternância de termos revela as tentativas de aproximação do autor ao fenômeno da concepção artística, a eleição do termo “insight” revela um aspecto frágil de sua teoria: a referência à iluminação interior. O próprio autor comenta esse aspecto com relação ao termo “inspiração” (p. 87 e 88).

(16) "Even in modern times, when most artists and critics have discarded the theory of art as representation of an outer reality in favor of the theory of art as subjective expression, the main feature of the mimetic theory persists. Whether we conceive of the work of art on the model of a picture (art as a picture of reality) or on the model of a statement (art as the statement of the artist), content still comes first. The content may have changed. It may now be less figurative, less lucidly realistic. But it is still assumed that a work of art is its content. Or, as it's usually put today, that a work of art by definition says something ('What X is saying is...', 'What X is trying to say is...', 'What X said is...', etc., etc.)"

(17) "What is needed, first, is more attention to form in art. If excessive stress on content provokes the arrogance of interpretation, more extended and more thorough descriptions of form would silence. What is needed is a vocabulary – a descriptive, rather than prescriptive, vocabulary – for forms. The best criticism, and it is uncommon, is of this sort that dissolves considerations of content into those of form."

Essa revisão desenvolvida pela autora parte da concepção platônica da arte como imitação das coisas do mundo que, por sua vez, também são imitações. A imagem representaria, de forma imperfeita, as coisas do mundo, as quais, por sua vez, representariam, também de forma imperfeita, as idéias perfeitas. Essa concepção constitui uma das mais resistentes bases da noção de representação na cultura ocidental: a forma sempre ocultaria uma idéia que lhe é distinta, e superior.

"Mesmo no mundo moderno, quando muitos artistas e críticos já descartaram a teoria da arte como representação de uma certa realidade em favor da teoria da arte como expressão subjetiva, persistem as principais características da teoria mimética. Tanto faz se concebemos o trabalho artístico tomando a pintura como modelo (a arte como retrato da realidade), ou a opinião/impressão como modelo (a arte como arbitrariedade do artista), o conteúdo sempre vem em primeiro lugar. O conteúdo pode ter mudado. Pode ser menos figurativo agora, menos lucidamente realístico. Mas ainda se assume que uma obra de arte é o seu conteúdo. Ou, como se costuma dizer hoje em dia, que uma obra de arte, por definição, diz alguma coisa. ('O que X está dizendo é...', 'O que X está tentando dizer é...', 'O que X disse é...', etc., etc.)."¹⁶

(SONTAG, 1966, Primeira Parte, 6, p. 4).

A noção de conteúdo reabilitaria a teoria da obra de arte como representação e dispararia o desejo de interpretação do fenômeno artístico para além de sua materialidade. O argumento de Sontag é de o costume contemporâneo de interpretar o que está por trás da obra – seja em leitura marxista, freudiana ou qualquer outra –, dificultar a apreensão sensível da própria obra, pois a reduziria a um contêiner de significados, em detrimento da forma. Esse costume seria a principal resistência ao retorno a uma relação sensorial integral, coesa e plena da obra: uma erótica da arte, uma relação movida pelo desejo intenso, pela *pathós*, que perturba a alma, toma-a de assalto e exige toda sua atenção, seja pelo prazer, seja pela dor. A ânsia pela intelectualização e compreensão do fenômeno freia a fruição erótica, estanca a *pathós* e contém a vibração emocional na postura *blasé*.

O enigma que seduz e faz sofrer apaixonadamente emerge com a obra, em sua materialidade artística e nas relações que com ela se estabelecem, e não para além. E se a interpretação, supostamente, parece resolver tal enigma é porque dele se distancia, afastando-se da obra em direção a uma construção mental, uma interpretação, que substitui a obra (como representação) e soluciona-a, definitivamente, colocando em seu lugar determinados significados, menos incômodos e perturbadores do que a obra em questão.

"O que precisamos, em primeiro lugar, é prestar mais atenção à forma na arte. Se a ênfase excessiva no conteúdo provoca a arrogância da interpretação, descrições mais extensivas e profundas da forma silenciarião. O que precisamos é de um vocabulário – descriptivo, mais do que prescritivo – para formas. A melhor crítica, que é rara, é aquela que dissolve as considerações de conteúdo naquelas de forma."¹⁷ (SONTAG, 1966, Oitava Parte, 29, p. 13)

A atenção à forma conduziria à revalorização da superfície, àquilo que se dá a perceber pelos sentidos na epiderme da obra, seu caráter tátil, visual, auditivo, olfativo, físico da obra de arte. Essa seria a relação artística a ser expressa, e, para tanto, ainda carecemos de vocabulário descriptivo.

“O importante agora é recuperamos nossos sentidos. Devemos aprender a ver mais, a ouvir mais, a sentir mais.”¹⁸ (SONTAG, 1966, Nona Parte, 35, p. 14)

Como crítica ao aprofundamento intelectual que se desprende da obra no desejo de construir outra forma – uma representação que a substitua –, Sontag propõe a superficialidade sensorial como fundamento da atividade e da relação artística. Se há algo que pode ultrapassar a obra, e dela se desprender, é o que brota em nós quando com ela nos relacionamos de modo profundamente superficial.

Por analogia, uma erótica da arquitetura, centrada no processo de projeto, poderia trazer, em primeiro plano, a *pathós* que brota no imaginário: a paixão a instaurar o engenho-motor integral e indissociável entre pensamento, desenho e modelagem. Coloca-se em foco, então, o desejo o qual move os arquitetos a construírem e ele só se satisfaz na carnalidade da arquitetura, isto é, à medida que aquilo que “adoece a alma” se materializa em riscos, imagens digitais ou montagens tridimensionais, e vislumbra a obra futura.

A relação sensorial que sustenta a erótica da arquitetura depende das formas materiais: dos croquis, dos modelos de estudo, das anotações, dos esquemas, etc. Com essas formas arquitetos alimentarão e saciarão – ao menos parcialmente – seu desejo construtivo, até que se faça o canteiro, até a obra ter início.

A apreensão, a compreensão, a crítica e o desenvolvimento do projeto também dependem da relação com essa superfície apreensível da obra em gestação. O aprofundamento do processo projetual depende, paradoxalmente, da capacidade de manter-se nessa superfície, percebendo o próprio processo e sua palpabilidade.

No processo de projeto, em plena *gestaltung*, tudo o que há materialmente sobre a obra está ali nos desenhos e modelos. O que há para além é o fluxo do pensamento, o qual também aí se enreda e cria suas verdades.

Nas formas bidimensionais e tridimensionais a constituírem a materialidade do processo de projeto arquitetônico não se distingue conteúdo e continente, significado e significante.

Há um certo momento inicial no qual um croqui não é uma forma que “representa” o edifício a ser construído, pois ele é o próprio edifício, visto não haver nada mais próximo da existência do edifício do que esse croqui. O edifício ainda não existe, como forma sensível, para além daquele croqui. E talvez não venha a existir, e essa hipótese não inviabiliza seu projeto, nem reduz o compromisso construtivo com o qual foi gerado.

Nesse mesmo estágio preliminar, um modelo de estudo, tridimensional, também não “representa” o edifício, mas é o próprio edifício em sua máxima materialidade até então.

No outro extremo desse processo projetual, o projeto executivo com todas as suas peças, enquanto ainda não se inicia a obra, é também a expressão mais palpável da arquitetura em questão. O projeto é a obra.

E quando a obra, eventualmente, não se realiza, resiste o projeto, não só como representação de algo outro – idéia, objeto, edifício ou cidade –, mas com seu próprio valor como imaginário: imagens, croquis, anotações, modelos, etc.

A história da arquitetura é repleta de exemplos que podem ser mencionados aqui.

(18) “What is important now is to recover our senses. We must learn to see more, to hear more, to feel more.”

Figura 5: Constant em seu ateliê
Fonte: ANDREOTTI, Libero; COSTA, Xavier. *Situacionistas, arte política e urbanismo*. Barcelona: Museu D'art Contemporani de Barcelona – Actar, 1996



Para ficar apenas na produção do século 20, valeria lembrar, no urbanismo: a *Cidade industrial*, de Tony Garnier (1869-1948), a *Cidade nova*, de Sant'Elia (1888-1916), a *Broadacre city*, de Frank Lloyd Wright (1867-1959), e a proposta de Rino Levi (1901-1965) para Brasília. Na arquitetura: os projetos de Flávio de Carvalho (1899-1973) para o palácio do governo e para o farol de Colombo, a *Nova Babilônia*, de Constant Nieuwenhuys (1920-2005) (Figura 5), as proposições dos grupos Archigram e Superstudio, etc.

Quando, no entanto, o projeto tem seqüência como obra, um tempo distinto se inicia e a erótica da arquitetura se reapresentará. Uma obra de arte na qual se vive se fará orientada por outra obra de arte que a planejou.

Agora há um coexistência e uma tensão de dependências e independências entre o projeto e a obra. Há a existência material dos desenhos e das maquetes e também a materialidade dos elementos em construção: fundações, estruturas, vedos, vãos, etc.

Em algum momento – difícil de precisar – a obra em construção assumirá o primeiro plano, por sua intensidade material e sensível, e então o projeto será sua gênese e a obra será a arquitetura em conformação.

A relação sensorial do projeto como base será transferida, gradativamente, para a arquitetura em formação. Ali, no canteiro de obras, a existência material dos inúmeros enigmas da arquitetura intensificarão a relação sensorial e a reequalizarão em uma relação direta. Não mais desenhos ou modelos reduzidos, mas a própria arquitetura, logo concluída. E ali, como na FAU de Artigas, residirá a possibilidade de infinitas eróticas futuras.

ENTRE SEGREDOS, ENIGMAS E PRIVILÉGIOS

“Ser arquiteto, meus jovens, é um privilégio que a sociedade nos dá, e que eu desempenho como se fosse um segredo, no cantinho do meu escritório, fechado, com meus pensamentos, e o meu desenho.”
(VILANOVA ARTIGAS, 2003)

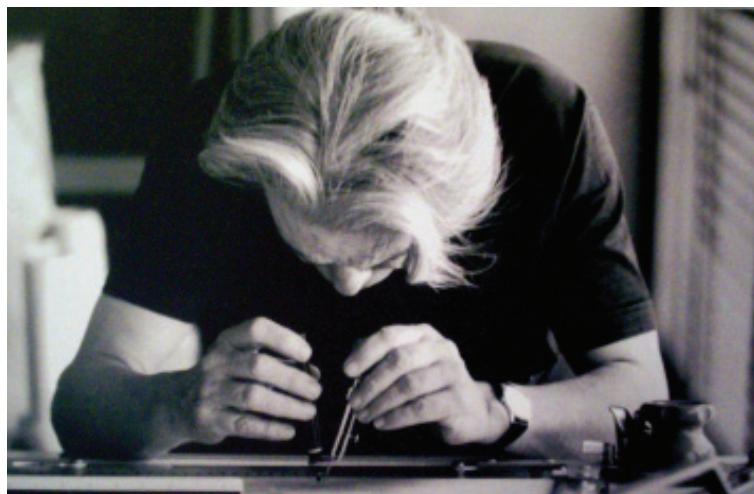


Figura 6: Vilanova Artigas com seu pensamento e seu desenho
Fonte: <http://www.semnomemascomcarinho.blogspot.com/>. Acesso em: 17 ago. 2008

(19) Dizem que Brunelleschi se ausentava propositalmente do canteiro da cúpula de S. Maria del Fiore para que as dúvidas sobre o processo construtivo aflorassesem demandando sua presença. Guardava consigo o segredo do projeto: suas soluções construtivas.

O comentário informal de João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), dito em 1984 por ocasião de seu concurso para professor titular na FAUUSP, tornou pública sua compreensão, naquele momento, da interação entre pensamento e desenho como fundamentos do processo de projeto e, ao mesmo tempo, lançou uma provocação curiosa ao comentar seu trabalho “como se fosse um segredo”.

Em seu escritório Vilanova Artigas está concentrado, introspectivo, reflexivo. E diz-se acompanhado por seus interlocutores: o pensamento e o desenho. Mas estes não são alteridades, não existem em separado, isolados de quem projeta. São indissociáveis e constituem a própria integridade do arquiteto que direciona todo seu desejo, sua força, seus embates e dissonâncias para o projeto.

Mas por que a menção ao segredo? Como se coloca essa sugestão de algo oculto, misterioso, mágico, talvez?

Como se fosse um segredo, porque é algo feito às escondidas, em lugar isolado, em solidão, e Artigas imerso em seu imaginário particular?

Como se fosse um segredo, porque, durante anos, foram essas as condições de projeto, de um arquiteto cassado por suas convicções políticas?

Como se fosse um segredo, porque é algo a guardar-se com zelo, que se preza e reserva-se ao universo privado e não se expõe publicamente?

Mas ainda há algo de secreto no projetar em pleno mundo moderno? Ou será possível não haver nada mais de secreto ou enigmático no projetar, tornando-o um processo completamente desvendado?

“Como se fosse” um segredo, porque não é exatamente um segredo, mas podemos fazer de conta que é? E interessaria a Artigas, justamente, a provocação lúdica de projetar ainda ser algo secreto?¹⁹

Um segredo é algo precioso, que convive em permanente tensão com o risco de ser revelado. Pode ser uma chave, uma senha, proporcionando acesso a um conhecimento ou a um lugar especial.

Secretas eram as cerimônias de *bauopfer*, nas quais eram ofertados pequenos modelos arquitetônicos cerâmicos para a consagração de terrenos e obras de templos neolíticos, no sudeste da Europa, cerca de 5.000 a.C. Secretos eram os ritos dos arquitetos egípcios.

(20) A referência aqui se faz a Franz Brentano (1838-1917) e seu aluno Edmund Husserl (1859-1938) (apud MUNARI, 2008).

(21) Mas também será universal e eficientemente operativa. Características que tiveram expressão plena em vertentes da arquitetura moderna do pós-Segunda Guerra Mundial e conduziram a projetos desenraizados, como o do conjunto habitacional de Pruitt Igoe (1951-1972), de Minoru Yamasaki, e tantos exemplos de conjuntos habitacionais brasileiros que poderiam ser citados.

Misteriosos também eram os meandros da iluminação divina que revelava – a papas, bispos, reis e príncipes – os projetos arquitetônicos a serem materializados na Idade Média. Segredos eram aqueles zelosamente guardados pelas corporações de ofício medievais. Secretos também eram os meios pelos quais a divindade se manifestava no gênio de artistas como Brunelleschi e Michelangelo.

Depois houve um tempo no qual se acreditou que a razão e as luzes do mundo moderno, sistematizadas como filosofia e ciência pudessem desmistificar tudo e revelar a verdade última. Construiu-se, então, a crença na possibilidade do desvelamento de todos os mistérios. Atingir o conhecimento total, absoluto e verdadeiro seria uma questão de tempo. Acreditou-se que havia por trás de tudo um segredo final a ser revelado, e seu nome poderia ser Deus ou Natureza. Imaginou-se que chegaria um tempo no qual não restariam mais mistérios, nem segredos, nem enigmas para a humanidade.

No entanto, o próprio desenvolvimento científico, ao longo do século 20, e as consequentes reflexões críticas da filosofia, especialmente as da Fenomenologia²⁰, indicaram tanto uma ampliação constante do universo de fenômenos a serem conhecidos, à medida do avanço do conhecimento humano, quanto uma revisão profunda das bases do processo de conhecimento.

A Fenomenologia questiona o método racionalista, cuja postura analítica fragmenta a complexidade do mundo, e pretende substituir as próprias coisas por “representações” das coisas. A crítica fenomenológica diverge do procedimento intelectual que se propõe a corrigir e validar a percepção, não confiando a essa percepção outra participação no processo de conhecimento, senão a de ponto de partida impreciso para o “sobrevô” do mundo e a formulação de conceitos e idéias.

Ao criticar o método racionalista – analítico, dedutivo e explicativo – como instrumento de distanciamento, e não de aproximação do mundo, a percepção é retomada como fundamento do processo de conhecimento. “*Trata-se de descrever, não de explicar nem de analisar.*” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 3). E essa descrição se funda no ser e em sua experiência perceptiva no mundo. É necessário retornar “às coisas mesmas”, questionar a “fé perceptiva” que prega: “as coisas são como são” e instituir a percepção como fundadora do real.

“O real deve ser descrito, não construído ou constituído. Isso quer dizer que não posso assimilar a percepção às sínteses que são da ordem do juízo, dos atos ou da predicação... O real é um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para anexar a si os fenômenos mais aberrantes, nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis. A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles.” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 5 e 6)

A reflexão não deve ser como fechar os olhos ao mundo e reapresentá-lo íntegro ao pensamento. Em sentido contrário ao método racionalista, o qual pressupõe a possibilidade da redução da percepção às “representações”, a Fenomenologia caracteriza a percepção como inesgotável, tornando impossível

uma redução a “dar conta” do fenômeno. Toda reflexão, sendo, necessariamente, uma redução da percepção de um fenômeno no fluxo do tempo, é incompleta e parcial. Nesse sentido, quanto mais racionalista e apoiada em “representações” for a reflexão, mais descolada do real ela será²¹.

A proposição que surge dessa crítica não pretende configurar um método, mas sim um princípio de apreensão “pré-reflexiva”, o mais próximo possível da percepção direta dos fenômenos, pois, se há uma experiência do real e da verdade, essa é a evidência do mundo dada à percepção. E é nesse mundo que a existência “pré-reflexiva” funda a experiência do “real” e do ‘imaginário’.

“O mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o posso, ele é inesgotável.” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 14)

Se, como já foi dito aqui, o procedimento fenomenológico é descritivo e pretende firmar-se nos limites do “pré-reflexivo”, então, necessariamente, é também construtivo, não existe *a priori*, pois sua existência depende de uma relação que o constitua. No texto *A dúvida de Cézanne* (1975) Merleau-Ponty faz um consideração que torna mais acessível esse aspecto relacional:

“... O sentido do que vai dizer o artista não está em nenhum lugar, nem nas coisas, que ainda não são sentido, nem nele mesmo, em sua vida informulada.” (p. 311)... “Ele (Cézanne) ‘germinava’ com a paisagem.” (p. 309)

No caso de Cézanne a relação é com a paisagem; no caso de Artigas, em particular, e dos arquitetos, de maneira universal, a relação é com o imaginário e a invenção, com a elaboração criadora de algo até então inexistente.

A montanha de Saint-Victoire está lá e Cézanne se aproxima dela e pinta-a. O projeto não está em lugar nenhum, e só é possível aproximar-se dele à medida que se começa a trabalhar para formá-lo.

“A expressão não pode ser então tradução de um pensamento já claro, pois que os pensamentos claros são os que já foram ditos em nós ou pelos outros. A ‘concepção’ não pode preceder a ‘execução’. Antes da expressão, existe apenas uma febre vaga e só a obra feita e compreendida poderá provar que se deveria ter detectado ali antes alguma coisa do que nada.” (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 310 e 311)

Assim, o segredo mencionado por Artigas – supostamente esgotado pelo racionalismo científico – tem seu caráter enigmático reabilitado como a qualidade de opacidade dos fenômenos. Opacidade que é metáfora da impossibilidade de uma apreensão absoluta dos processos materiais com existência física. Todas as apreensões possíveis serão sempre parciais, tanto do ponto de vista da percepção quanto do ponto de vista de uma situação temporal e histórica a qual, paradoxalmente, limita-a, e torna-a possível. Os diversos enfoques sobre o mesmo fenômeno – no caso, o processo de projeto – sempre apresentarão partes, fragmentos, trechos, recortes, mas nunca o próprio fenômeno em sua totalidade.

Esse talvez nunca possa ser apreendido por inteiro: é privilégio dos arquitetos que o vivem enquanto projetam. E sobre o que costumamos calar, deveríamos tentar falar.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *De anima*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- FOCILLON, Henri. *La vie des formes*. Paris: Alcan, 1939.
- HOUAIS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A dúvida de Cézanne*. São Paulo: Abril S. A., 1975. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MUNARI, Luiz Américo de Souza. *Reflexões e exercícios sobre história da arte*. 2008. Livre-docência em História da Arquitetura e Estética do Projeto – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PAREYSON, Luigi. *Teoria da formatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SONTAG, Susan. *Against interpretation and other essays*. Nova York: Farrar, Strauss & Giroux, 1966.
- VALÉRY, Paul. *Introduction à la méthode de Léonard de Vinci*. Paris: Gallimard, 1957.
- VILANOVA ARTIGAS. *Documenta Vídeo Brasil*. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2003. DVD.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Tradução por G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2003.
- _____. *Tratado lógico-filosófico e investigações filosóficas*. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbekian, 2002.

270

pós-

Nota do Editor

Data de submissão: outubro 2008
Aprovação: fevereiro 2009

Artur Rozestraten

Arquiteto e urbanista (FAUUSP, 1995), mestre e doutor em Estruturas Ambientais Urbanas no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (FAUUSP, 2003 e 2007). Professor junto do Departamento de Tecnologia da FAUUSP, no grupo de disciplinas de Metodologia, e pesquisador na linha Processo de Produção da Arquitetura e do Urbanismo.

Rua do Lago, 876. Cidade Universitária
05508-080 – São Paulo , SP
(11) 3091-4571
artur.rozestraten@usp.br

crição das

*e S. São em suam d'zindendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bô 35 & braus 57 mea de des palmoz por braça. Temessa
mui poca gente. Di*

M V X D X V C

migo d' Sen. supremo

de Montanha, E

canalino de dentro

at coponto N. 2.

estonia, Sub pell de.

Tinco libras em mea a

o final de rocha viva

& for apraya.

Luciana Alves de Oliveira
Silvio Burrattino Melhado

PROJETO DE FACHADAS LEVES: ESPECIFICAÇÕES DE DESEMPENHO

272
pós-

RESUMO

O desenvolvimento adequado de um projeto de fachadas leves implica, entre outros, em estabelecer indicadores de desempenho, visando minimizar prejuízos com relação à qualidade e custo de execução e manutenção do empreendimento. O objetivo deste artigo é discutir e propor os requisitos e critérios de desempenho a serem especificados em um projeto de fachadas leves para edifícios comerciais de múltiplos pavimentos. Serão discutidos e propostos aqueles requisitos e critérios que expressam os níveis de segurança e sustentabilidade da fachada. O desenvolvimento do presente artigo, parte da pesquisa de uma tese de doutorado em desenvolvimento, baseou-se no estudo e na análise comparativa entre normas e bibliografias nacionais e internacionais que discutem questões de desempenho. Conclui-se que os requisitos e critérios de desempenho devem ser discutidos e definidos no início do processo de projeto e os autores deste artigo propõem que as questões de desempenho sejam tratadas em três níveis: definição dos requisitos prioritários para a fachada; adoção dos critérios de desempenho para os respectivos requisitos; e especificação de como realizar a avaliação de desempenho da fachada e de seus componentes, para, posteriormente, projetar a tecnologia a ser empregada.

PALAVRAS-CHAVE

Desempenho, projeto, fachadas leves, segurança e sustentabilidade.

PROYECTO DE FACHADAS LIGERAS: ESPECIFICACIONES DE DESEMPEÑO

pós- 273

RESUMEN

El desarrollo adecuado de un proyecto de fachadas ligeras implica, entre otros, establecer indicadores de desempeño, buscando minimizar perjuicios relacionados con la calidad y el costo durante las fases de ejecución y manutención del edificio. El objetivo de este artículo es el de discutir y presentar requisitos y criterios de desempeño que deben ser especificados en un proyecto de fachadas ligeras para edificios comerciales de varios pisos. específicamente, serán discutidos y propuestos aquellos requisitos y criterios relacionados a los niveles de seguridad y sostenibilidad de la fachada. este artículo está basado en el estudio y el análisis comparativo entre normas y bibliografías tanto brasileñas como internacionales relacionadas con el tema de desempeño, y forma parte de una investigación de doctorado actualmente en desarrollo. finalmente, se concluye que los requisitos y criterios de desempeño deben ser discutidos y definidos al inicio del proyecto. los autores proponen que las cuestiones relativas al desempeño sean tratadas en tres niveles: definición de los requisitos prioritarios para la fachada; atribución de criterios de desempeño para cada requisito seleccionado; y especificación de cómo realizar la evaluación del desempeño de la fachada y sus componentes para, posteriormente, proyectar la tecnología que será empleada.

PALABRAS CLAVE

Palabras clave: Desempeño, proyecto, fachadas ligeras, seguridad, sostenibilidad.

LIGHTWEIGHT FAÇADE DESIGN: PERFORMANCE DEFINITIONS

ABSTRACT

The proper design of lightweight façades implies, among other aspects, establishing performance requirements to minimize losses in building quality and cost, as well as maintenance. This article discusses and suggests performance, safety, and sustainability requirements and criteria that should be specified in a lightweight façades design for commercial multi-story buildings.

The current article is part of a doctoral research project in progress. It is based on studies and comparative analyses of different building standards, as well as Brazilian and international literature on the subject of performance. The results show that performance requirements and criteria should be discussed and defined early in the design phase, and performance issues should be dealt with at three levels: defining key façade requirements; identifying performance criteria for these requirements; and specifying the performance review of the façade and its components. Only later should the technology to be employed and defined.

KEY WORDS

Performance, design process, lightweight façades, safety and sustainability.

I. INTRODUÇÃO

A fachada, incluindo esquadrias e revestimentos, é um dos mais relevantes subsistemas do edifício, sendo responsável pelas condições de habitabilidade e podendo apresentar um papel importante com relação à sustentabilidade, especialmente quando projetada para contribuir na eficiência energética do edifício. Além disso, os custos de execução e de manutenção das fachadas são expressivos com relação aos dos outros subsistemas.

Várias bibliografias e estudos apontam que parte dos problemas patológicos dos edifícios, os quais comprometem seu desempenho, podem ser provenientes de falhas no subsistema “fachada”. Essas falhas podem ter origens diversas: falhas provenientes de especificações de projeto, problemas com relação à durabilidade e qualidade dos materiais, falta ou insuficiência de operações de manutenção, entre outros. Parte dessas falhas pode ser minimizada com o incremento da qualidade do projeto, uma vez que este pode conter informações as quais auxiliam a tomada de decisões nas fases de execução e de uso de um edifício. Por isso, o desenvolvimento adequado de um projeto de fachadas é importante, especialmente quando se empregam tecnologias “inovadoras”, como as fachadas em elementos pré-fabricados leves (tecnologias carentes de normalização técnica nacional).

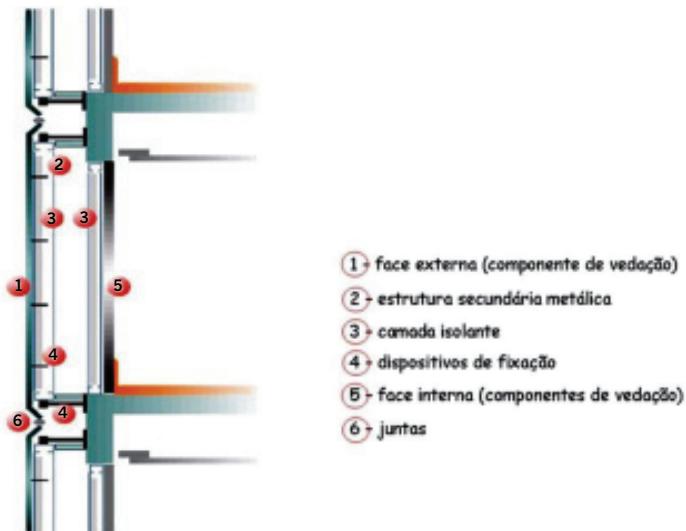
Entretanto, um desenvolvimento adequado de projetos, implica, entre outros, em estabelecimento de definições de qualidade e controle. Tais definições, independente de sua origem, objetivam que a execução do projeto atenda às expectativas para a produção e uso de um edifício, com desempenho e qualidade esperados. Por isso, parte das informações que um projeto deve conter diz respeito ao desempenho do edifício ou de suas partes.

A adoção do conceito de desempenho, especialmente desde a fase de concepção de projetos, implica definir quais condições devem ser satisfeitas pelo produto, tanto em nível qualitativo (requisito) quanto quantitativo (critério), quando submetido a condições normais de uso (ABNT NBR 15.575-1, 2008). Tais condições expressam os níveis de segurança, habitabilidade e sustentabilidade do produto edifício ou de suas partes.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir e propor os requisitos e critérios de desempenho a serem priorizados e especificados no desenvolvimento de um projeto de fachadas leves para edifícios comerciais de múltiplos pavimentos. Serão discutidos e propostos os requisitos e critérios que expressam os níveis de segurança e sustentabilidade da fachada. O desenvolvimento do presente artigo baseou-se no estudo e na análise de normas e bibliografias internacionais, a abordarem aspectos de desempenho, comparados às normas e bibliografias nacionais.

Este artigo é parte da pesquisa de uma tese de doutorado em desenvolvimento, intitulada *Metodologia para desenvolvimento e implementação de projetos de fachadas leves: Aplicação à construção e renovação de edifícios*.

Figura 1: Esquema em corte do elemento de fachada leve
Ilustração: Autores



2. CARACTERIZAÇÃO DAS FACHADAS LEVES

O subsistema fachada pode ser constituído de elementos pesados ou leves, moldados no local ou pré-fabricados. São considerados como elementos leves aqueles cujo peso específico é menor de 100kgf/m² (AFNOR NF P 28 001, 1990). O objeto de estudo deste artigo limita-se às fachadas constituídas de elementos leves. O elemento de fachada leve, segundo a AFNOR NF P 28 001 (1990) e o SCI-P247 (1998), é constituído dos seguintes componentes (Figura 1):

- Componentes de fechamento ou revestimento: placas de vidro, placas cimentícias, placas metálicas, placas de rocha, painéis de material sintético, etc. Os componentes de fechamento são fixos à estrutura auxiliar por fixação mecânica (aparafusamento ou encaixe), por colagem, ou mista (parte colada parte fixa);
- isolantes térmicos: placas de poliestireno, painéis em lã mineral, etc.;
- estrutura secundária metálica: compostas de perfis metálicos e seus acessórios (parafusos, porcas, presilhas, arremate, luva, etc.);
- dispositivos de fixação: componentes de fixação (parafusos, ancoragens, etc.);
- componentes de preenchimento das juntas: selantes e gaxetas em perfis termoplásticos.

A AFNOR NF P 28 001 (1990) classifica as fachadas leves segundo seu posicionamento com relação à estrutura principal do edifício em:

– Fachada-cortina: fachada leve, constituída de uma ou mais camadas, posicionada totalmente externa à estrutura do edifício, formando uma pele sobre o mesmo (Figura 2). Em francês essa classificação é conhecida pela expressão *façade rideaux* e, em inglês, *curtain-wall*.

– Fachada semicortina: fachada leve, constituída de uma ou mais camadas, cuja camada exterior é posicionada externa à estrutura do edifício e à camada interior interna e entre pavimentos (Figuras 1 e 3). Essa norma considera que a camada interior, não obrigatoriamente, deve ser leve; existem casos em que a camada interior é uma parede em alvenaria, ou em concreto, e a camada exterior um revestimento não-adherido. Em francês, essa classificação é conhecida como *façade semi-rideaux*. Algumas bibliografias americanas e inglesas tratam essa classificação como *cladding wall*.



Figura 2: Fachada-cortina constituída de quadros estruturantes em perfis de alumínio, placas de vidro insulado (parte superior) e placas de alumínio (parte inferior) intercaladas por isolante
Foto: Autores, Paris, 2007



Figura 3: Fachada semicortina (após renovação), cujos componentes de fechamento são placas cimentícias com acabamento incorporado
Foto: Autores, Paris, 2007

Nas operações de renovação de fachadas, a tendência é empregar tecnologias de fachadas leves, classificadas como fachadas semicortina, por serem mais convenientes para aqueles casos nos quais se pretende aproveitar a parede existente que, em função de diversos problemas, já não atende, integralmente, à sua função como vedação vertical externa. Assim, sobre a parede existente adiciona-se outras camadas (isolantes, componentes de revestimento, etc.), cujo conjunto (camadas adicionadas e parede existente) deve atender aos requisitos de desempenho estabelecidos para uma fachada.

Quando fachadas leves são empregadas, as funções de vedação e estrutura tornam-se desvinculadas: o elemento de fachada não é estrutural nem pode assumir papel de contraventamento da estrutura, devido às folgas necessárias para sua própria movimentação e montagem. O componente de fechamento não conta com as vantagens de isolamento térmico e acústico atreladas à massa, e o desempenho das juntas é fundamental para garantir o desempenho do conjunto.

Existem várias tecnologias que podem ser consideradas como fachadas leves, além de existirem várias alternativas e combinações possíveis entre os componentes. Por isso, objetiva-se, neste artigo, tratar dos pontos em comum entre essas tecnologias, especialmente no que diz respeito aos requisitos e critérios de desempenho que devem ser levados em conta no desenvolvimento de projetos.

3. DESEMPENHOS DO SUBSISTEMA FACHADA

A fachada para desempenhar suas funções deve atender a determinados requisitos, os quais são agrupados, neste artigo, em três grupos: segurança, sustentabilidade e habitabilidade (sendo objeto de discussão somente os dois primeiros). Os requisitos de desempenho da fachada, seja ela leve, seja pesada, são especificados em função de legislações e normas técnicas específicas ou de objetivos do empreendedor (programa de necessidades do empreendimento).

Requisitos	
Segurança	<p>1 – Segurança estrutural Resistência mecânica e estabilidade das estruturas secundárias e dos componentes de fechamento, eficiência dos dispositivos de fixação e capacidade de deformação das juntas</p> <p>Resistência do elemento a impactos externos e internos</p> <p>2 – Segurança ao fogo Reação ao fogo dos componentes de fechamento Resistência ao fogo dos elementos de fachada, no caso de serem elementos de compartimentação horizontal¹ Resistência ao fogo dos dispositivos de fixação Garantia da compartimentação vertical² do pavimento</p>
Sustentabilidade	<p>Minimização de impactos ambientais (este artigo somente tratará do requisito referente à eficiência energética da fachada, a qual será analisada com o requisito de desempenho térmico, por serem assuntos interligados)</p> <p>3 – Desempenho térmico e eficiência energética Respeito às características térmicas mínimas dos elementos de fachada Respeito às taxas mínimas de ventilação Minimização de entrada de calor em função da orientação do edifício Minimização de entrada de calor em função da seleção de componentes envidraçados com fator solar adequado Diminuição da entrada de calor em função do respeito à relação entre área transparente e área opaca</p> <p>4 – Durabilidade e Manutenibilidade Definição da VUP (vida útil de projeto) da fachada e de seus componentes Seleção de materiais e componentes em função da VUP, bem como estabelecimento de prazos para inspeção e troca de materiais Facilidade de manutenção e conservação (racionalização dos custos associados às operações de manutenção e limpeza)</p>

(1) Compartimentação horizontal: medida de proteção, constituída de elementos construtivos resistentes ao fogo, separando ambientes, de tal modo, que o incêndio fique contido no local de origem e evite sua propagação no plano horizontal (CB-IT 03, 2001).

(2) Compartimentação vertical: medida de proteção que dificulta a propagação do fogo no plano vertical (CB-IT 03, 2001).

Tabela 1: Requisitos de desempenho de fachadas leves

Fonte: Adaptado da AFNOR XP 28-004, 1995; ISO 6241, 1984; ISO 7361, 1986

Observando que os requisitos de segurança são sempre essenciais e as exigências de sustentabilidade variam com as características de exposição do edifício, fixas a partir do equilíbrio entre circunstâncias econômicas e ambientais. Os requisitos de desempenho, a serem discutidos neste artigo, são apresentados na Tabela 1.

3.1 Segurança estrutural

3.1.1 Resistência mecânica e estabilidade

A norma francesa (AFNOR XP 28-004, 1995) recomenda que o elemento construtivo o qual forma a fachada leve seja projetado de forma à sua resistência mecânica assegurar sua estabilidade, e as deformações, devidas às cargas atuantes, não comprometerem a estabilidade dos componentes. Para tanto, ainda segundo essa norma, o projeto deve:

- Determinar as solicitações sobre o elemento fachada (determinar as cargas estáticas e dinâmicas atuantes), sejam elas permanentes, sejam accidentais: peso próprio, cargas horizontais devidas ao vento; variações de temperatura e de higrotermia, solicitações provenientes da estrutura principal, as quais devem ser absorvidas pelas fixações e juntas e outras cargas devidas ao uso e manutenção do edifício;

- verificar os valores admissíveis de deformação de cada componente (dispositivos de fixação, estrutura secundária e componentes de fechamento) ao considerar os efeitos de cada solicitação ou da combinação das solicitações.

Os dispositivos de fixação devem apresentar:

- Resistência mecânica para transmitir as cargas de vento e peso próprio dos componentes da fachada para a estrutura principal;

– capacidade de absorver deformação: as fixações precisam apresentar um ajuste dimensional mínimo que acomode deformações (variações volumétricas dos componentes somadas ao ajuste às suas tolerâncias de fabricação e montagem).

A estrutura secundária tem a função de suportar as cargas dos componentes de fechamento e transmiti-las à estrutura principal. O *Cahier du CSTB 2383* (1990) recomenda que os perfis das estruturas secundárias, sob solicitação de cargas de pressão e depressão de vento, sejam projetados para apresentarem deslocamentos máximos de $L/300$ do vão (L = comprimento livre do perfil).

A ABNT NBR 10821 (2000) define que os deslocamentos máximos para os perfis de fachadas-cortina envidraçadas, sob pressão de vento, não devem ser maiores de $L/175$ do vão; entretanto, em nenhum caso esse deslocamento pode ser superior a 2 cm.

Já os componentes de fechamento ou revestimento devem ser capazes de transmitir aos seus pontos de apoio (estrutura secundária) todo o carregamento proveniente de seu peso próprio, da ação do vento e outras solicitações, sem romper ou deformar-se excessivamente, observando que, em painéis com espessura reduzida, o efeito dos ciclos de aquecimento e/ou molhagem pode ser mais significativo que a ação do vento (ISO 7361, 1986; *Cahier du CSTB 2383*, 1990). A BS 8200 (1985) recomenda que os deslocamentos dos componentes de fechamento respeitem as condições da Tabela 2.

Portanto, existe uma norma brasileira (ABNT NBR 10821, 2000) que trata dos critérios da resistência mecânica e estabilidade das fachadas, porém esses critérios dizem respeito aos deslocamentos máximos dos perfis da estrutura secundária. Os critérios da norma brasileira, com relação a esses deslocamentos, apesar de menos rigorosos do que os especificados na norma francesa, têm um limite máximo de 2 cm; por isso, podem ser adotados sem prejuízo da segurança, independente de a fachada ser envidraçada ou em material opaco.

Com relação à resistência e estabilidade dos componentes de fechamento, não existem normas ou manuais brasileiros que especifiquem seus deslocamentos máximos; por isso, os autores deste artigo propõem a adoção dos critérios especificados pela BS 8200 (1985), uma vez que esses foram dimensionados em função da estética da fachada (desvios de alinhamento admissíveis) e da capacidade de o material deformar-se sem ocorrência de fissuras.

3.1.2 Resistência a impactos

Os elementos da fachada devem apresentar resistência contra ação de choques para assegurar segurança, tanto aos ocupantes do edifício quanto às pessoas que, eventualmente, estão na proximidade do edifício. Dessa forma, o elemento de fachada não pode ser atravessado nem empurrado para fora de sua posição e não deve haver quedas de objetos para fora do edifício, os quais

Tabela 2: Máximos deslocamentos permitidos

Componente/painel de revestimento	Deslocamento máximo entre dois pontos de apoio
Painéis não-translúcidos (opacos)	1/90 a 1/500 (função do material) adotando-se 1/350
Painéis em vidro simples	1/125
Painéis em vidro duplo	1/175

Fonte: BS 8200, 1985

possam causar lesões corporais às pessoas encontradas no exterior do edifício (AFNOR XP 28-004, 1995; DTU 39, 1993; NBR 10821, 2000).

A resistência aos choques é expressa pela resistência aos impactos de corpo mole, e o elemento de fachada deve ser avaliado para uma altura de segurança de 1m do piso (altura mínima de um guarda-corpo ou peitoril), internamente ao pavimento (NBR 10821, 2000; DTU 39, 1993), exceção feita ao pavimento térreo, no qual a resistência do elemento deve ser avaliada tanto interna quanto externamente.

O DTU 39 (1993) especifica que os elementos de fachada até a altura de 1m, especialmente quando os componentes de fechamento são painéis de vidro, devem resistir a impactos de 600 joules, sem ruptura ou perda de estabilidade do elemento.

A norma brasileira de guarda-corpo (ABNT NBR 14.718, 2008) especifica que os elementos de fachada, na altura de guarda-corpo, não devem romper sob impacto de 700 joules (impacto interno). A norma de desempenho brasileira (ABNT NBR 15.575-4, 2008) recomenda que o elemento de fachada leve, com função de guarda-corpo, deve resistir a uma energia de até 480 joules para impacto interno. Apesar de essa norma ser destinada para edifícios habitacionais, ela pode ser considerada como referência para outros tipos de edifícios, pois, independente do tipo e altura do edifício, a preocupação com a segurança contra queda de um usuário, ou de um objeto, deve ser igual.

3.2 Segurança ao fogo

Os elementos de fachada, considerados como elementos de compartimentação, devem apresentar resistência ao fogo por um período de tempo suficiente para possibilitar a saída dos ocupantes da edificação em condições de segurança e evitar danos a edificações adjacentes.

Na França, os requisitos de segurança contra incêndio de fachadas leves são expressos por: reação ao fogo dos componentes da fachada, resistência ao fogo do elemento da fachada, resistência ao fogo dos dispositivos de fixação, garantia da compartimentação vertical e isolamento com relação aos edifícios vizinhos (aspecto não-abordado neste artigo). No Brasil, esses requisitos também são abordados por normas técnicas e legislações do Corpo de Bombeiros, conforme comparação feita na Tabela 3.

Conforme descrito na Tabela 3, as Figuras 4 e 5 ilustram as dimensões de peitoris, ou abas (prolongamento de lajes), exigidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, visando dificultar a propagação do fogo para pavimentos superiores, ou edificações vizinhas, quando são empregadas tecnologias de fachada-cortina.

Conclui-se que as exigências da legislação brasileira possuem vários pontos convergentes com as legislações francesas, especialmente no que diz respeito à necessidade de proteção dos dispositivos de fixação, a selagem das juntas e a introdução de detalhes construtivos (peitoris e/ou projeção da laje) para dificultar a propagação do fogo por entre pavimentos.

Porém, a legislação francesa especifica exigências de resistência ao fogo para elementos de fachada de qualquer edifício, independente de sua área construída, ou altura. Já a legislação e a normalização brasileira apresentam exigências

Requisitos	Critérios de desempenho	
	França (<i>Cahier du CSTB 2383, 1990; Cabinet Casso et Cia, C3280, 2004</i>)	Brasil (CB – Decreto Estadual-SP, 46076/2001 - IT08/01; CB – IT 10, 2001; CB IT 09, 2001)
Reação ao fogo dos componentes (incombustibilidade ou baixa propagação de chama, gases e fumaça)	As camadas externas das fachadas devem ser projetadas com componentes de revestimento classe M2, para edifícios com $h < 28$ m e classe MO para edifícios com $h \geq 28$ m, sendo os materiais classificados em: MO (incombustíveis), M1, M2, M3, M4 (grau crescente de combustibilidade)	O material de revestimento e isolamento das faces externas da fachada devem ser classificados como Classe I (incombustível) a Classe II-B (combustível com índice de propagação de chamas menor de 25). Os materiais transparentes das esquadrias devem ser incombustíveis, exceção feita aos vidros laminados
Resistência ao fogo do elemento de fachada (integridade, estanqueidade, isolamento)	Os elementos de fachada, quando considerados elementos de compartimentação, devem ser classificados como corta-fogo 1 hora para edifícios cuja $h \leq 28$ m; e 2 horas para edifícios com $h > 28$ m	Os elementos de compartimentação devem apresentar tempo de resistência ao fogo (TRRF), no mínimo, igual ao da estrutura principal. Essa é uma exigência para edifícios com área construída maior de 750m^2 , ou altura maior de 12 m. O TRRF é determinado em função do tipo de ocupação e da altura da edificação, como exemplifica a Erro! Fonte de referência não encontrada.
Resistência ao fogo dos dispositivos de fixação	A fixação deve apresentar um tempo mínimo de resistência ao fogo, que é função da resistência ao fogo especificada para o elemento de fachada, devendo ser, no mínimo, de 1 hora	As fachadas pré-fabricadas devem ter seus dispositivos de fixação devidamente protegidos contra a ação do incêndio
Garantia da compartimentação vertical (as fachadas não devem constituir um meio de propagação do fogo para os pavimentos superiores nem para as edificações vizinhas)	Deve existir separação na fachada entre aberturas de pavimentos consecutivos, por meio de vigas e peitoris (C), ou prolongamento de lajes, além do alinhamento da fachada (D): a soma das dimensões desses componentes deve ser ≥ 1 m (para edifícios com $h \leq 28$ m) e $> 1,20$ m (para edifícios com $h > 28$ m). Os componentes incluídos na avaliação do "C" devem ser, pelo menos, pára-chamas $\frac{1}{2}$ hora	Os peitoris, ou prolongamento de vigas, devem ter altura $\geq 1,2$ m (Erro! Fonte de referência não encontrada.), ou as abas medirem 0,9 m de comprimento (Erro! Fonte de referência não encontrada.). Além disso, as frestas entre elementos de fachada e elementos da estrutura devem ser devidamente seladas, de forma a evitar a propagação de fogo por entre as juntas entre pavimentos

Tabela 3: Comparação entre critérios franceses e brasileiros de segurança ao fogo
Crédito: Autores

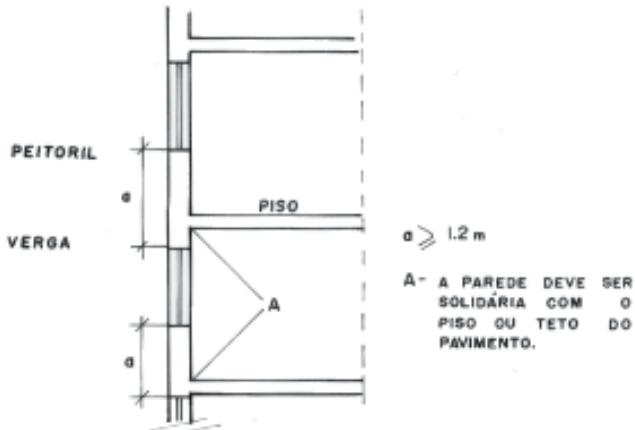


Figura 4: Compartimentação vertical – verga e peitoril – Esquema em corte da fachada
Fonte: Corpo de Bombeiros (CB – IT 09, 2001)

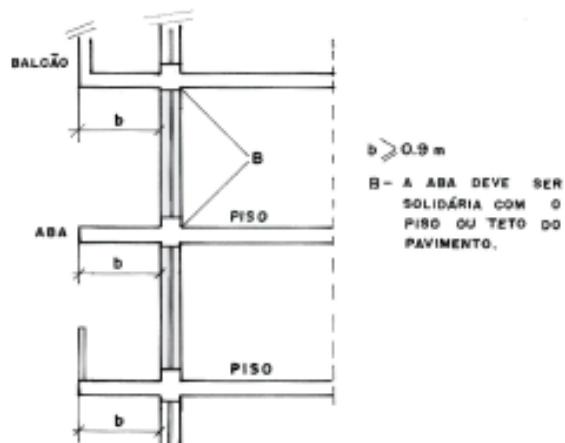


Figura 5: Compartimentação vertical – projeção da laje – Esquema em corte da fachada
Fonte: CB – IT 09, 2001

Tabela 4: Tempo requerido de resistência ao fogo (TRRF) para elementos estruturais e de compartimentação
Fonte: Adaptado de CB – Anexo A IT08/2001

Grupo	Ocupação/Uso	Altura da edificação (m)			
		Classe P3 $12 \leq h \leq 23$	Classe P4 $23 \leq h \leq 30$	Classe P5 $30 \leq h \leq 80$	$h > 80$
B	Serviços de hospedagem	60 min.	90 min.	120 min.	*
C	Comercial varejista	60 min.	90 min.	120 min.	*

(*) Análise deve ser feita individualmente para cada projeto

somente para edifícios com área construída maior de 750 m², ou altura maior de 12 m. Assim, os autores deste artigo propõem a adoção de resistência ao fogo de, no mínimo, 30 minutos também para edificações, com altura menor de 12 m, independente de sua área construída.

3.3 Desempenho térmico e eficiência energética

A Regulamentação Procel (2008) especifica que para avaliar a eficiência energética de um edifício faz-se necessário a análise das características da envoltória, do sistema de iluminação e do sistema de ar-condicionado, sendo a participação relativa de cada um desses aspectos de 30%, 30% e 40%. Neste trabalho se discute somente a questão da envoltória, particularmente das vedações de fachada.

As fachadas, tanto nos países europeus quanto no Brasil, devem ser projetadas para contribuírem seja no conforto térmico, seja na eficiência energética do edifício, não esquecendo, entretanto, que, na região Sudeste do Brasil, a média de temperatura é de 18°C³ e, nos países europeus, por exemplo, na França, é de 9°C⁴. Essa diferença entre as médias de temperatura mostra que os critérios para uma fachada contribuir no conforto e na eficiência energética de um edifício brasileiro são diferentes daqueles de um edifício europeu.

A legislação francesa de desempenho térmico (RT 2005 – Arrêté du 24 mai 2006) considera que o desempenho térmico do edifício deve ser avaliado de forma sistêmica, considerando, basicamente, três fatores: a) cálculo do consumo de energia de referência; b) respeito às características térmicas mínimas, como o isolamento do invólucro do edifício; e c) conforto no verão (requisito válido para edificações sem climatização, o qual não será tratado neste trabalho).

O cálculo do consumo de energia de referência leva em conta:

- O nível de isolamento do edifício (coeficiente de transmitância térmica do edifício – U_{bat}): soma dos coeficientes de transmitância térmica dos elementos de fachada, de cobertura, de pisos em contato com solo e do coeficiente de transmissão térmica linear;
- a orientação das fachadas;
- o fator solar das partes transparentes ou translúcidas da fachada;
- a permeabilidade ao ar (taxas mínimas de ventilação natural); e
- a eficiência dos equipamentos (item que não será abordado por este trabalho).

Assim, o consumo de energia projetado para o edifício deve ser menor do de referência, o qual, por sua vez deve ser menor que um valor de consumo máximo, estabelecido pela RT 2005.

Os coeficientes máximos de transmitância térmica para elementos de fachada estabelecidos pela RT 2005 a edifícios climatizados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Coeficiente de transmissão térmica máximo – U (RT 2005)

Tipos de fachada	U máximo (W/m².K)
Elementos opacos em contato com o exterior	0,45
Esquadrias em contato com o exterior	2,60
Elemento de fachada-cortina envidraçada	2,60

Fonte: RT 2005

Os valores de transmitância térmica estabelecidos pela RT 2005 não podem ser recomendados para o Brasil, em razão das diferenças climáticas desses países. Além disso, conforme Eicker (2007), um alto índice de isolamento térmico em países quentes não é aconselhável, porque o calor interno, gerado por cargas térmicas, não poderá ser dissipado pelas envoltórias, quando a temperatura interior for maior que a exterior. Observa-se que, no caso de edifícios totalmente condicionados artificialmente, o isolamento térmico é importante para reduzir ao máximo as trocas térmicas – isso ocorre, principalmente, em edifícios do tipo comercial, de serviços e públicos.

Ainda segundo Eicker (2007), elementos considerados médios isolantes são mais aconselháveis em países quentes, pois podem controlar a entrada de calor durante o dia; e, à noite, o ar quente deve ser removido mais por ventilação do que por transmissão. Observando que a ventilação noturna somente é possível em climas com amplitude térmica, no verão, maior que 6 °C.

Para climas nos quais a amplitude térmica diária é alta ($\pm 10^{\circ}\text{C}$), caso da região metropolitana de São Paulo, a massa da envoltória (capacidade térmica) é um requisito importante para promover um amortecimento térmico entre as temperaturas externas e internas (YILMAZ, 2007). Além das aberturas que precisam ser cuidadosamente estudadas para garantir o resfriamento das estruturas do edifício.

A norma brasileira de desempenho (NBR 15575-4, 2008) especifica critérios mínimos de desempenho térmico para elementos de fachada de edifícios habitacionais não-climatizados. Os critérios especificados por essa norma referem-se à transmitância e capacidade térmica de paredes externas (Tabelas 6 e 7), em função das zonas bioclimáticas brasileiras (O Brasil é dividido em oito zonas bioclimáticas, conforme ABNT NBR 15220-3, 2005; a região metropolitana de São Paulo pertence à zona 3).

A regulamentação nacional do Procel (2008) também especifica critérios mínimos de transmitância térmica para os elementos de fachada, para edifício comercial, de serviços e público, com área total útil mínima de 500 m^2 , independente de serem climatizados ou não (Tabela 8).

Tabela 6: Transmitância térmica de paredes externas
Fonte: ABNT NBR 15575-4, 2008

Nível de desempenho	Transmitância térmica ⁽¹⁾ (U, em $\text{W}/(\text{m}^2\cdot\text{K})$)	
	Zonas 1 e 2	Zonas 3, 4, 5, 6, 7 e 8
	$\alpha^{(2)} < 0,6$	$\alpha^{(2)} \geq 0,6$
Mínimo	$U \leq 2,5$	$U \leq 3,7$

⁽¹⁾ valores de transmitância térmica (U); considerando-se a resistência superficial interna com valor de 0,13 $\text{m}^2\cdot\text{K}/\text{W}$ e a resistência superficial externa com valor de 0,04 $\text{m}^2\cdot\text{K}/\text{W}$

⁽²⁾ α é absorvância à radiação solar da superfície externa da parede

Tabela 7: Capacidade térmica de paredes externas
Fonte: Idem Tabela 6

Nível de desempenho	Capacidade térmica (C_T , em $\text{kJ}/(\text{m}^2\cdot\text{K})$)	
	Zona 8	Zonas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7
M	≥ 45	≥ 130

Tabela 8: Transmitância térmica para paredes de fachadas, edifícios comerciais, de serviços e públicos
Fonte: Procel, 2008

Nível de desempenho	Transmitância térmica (U, em $\text{W}/(\text{m}^2\cdot\text{K})$)	
	Zonas 1, 2, 3, 4, 5 e 6	Zonas 7 e 8
A (mais exigente)	$U \leq 3,7$	$U \leq 3,7$
	$C_T \geq 80 \text{ kJ}/(\text{m}^2\cdot\text{K})$	$C_T 80 \leq \text{ kJ}/(\text{m}^2\cdot\text{K})$

Tabela 9 – Valores recomendados de transmitância térmica de paredes

Característica do elemento do edifício	U (W/m ² °C)
Parede de cor média	0,71
Parede de cor leve	1,66

Fonte: Adaptado de Givoni, 1998

Givoni (1998) propõe alguns valores de transmitância térmica para edifícios climatizados (Tabela 9), partindo da existência de ventilação natural (estudos realizados para a Califórnia). Os valores de transmitância, propostos por esse autor, podem ser analisados para o Brasil, em especial para São Paulo, pois o clima, em algumas regiões da Califórnia, por exemplo, nas cidades de San Diego e Los Angeles, comporta temperaturas médias anuais⁵ similares à temperatura de São Paulo.

Assim, no Brasil, especialmente para a região metropolitana de São Paulo, o projeto de fachadas deve considerar: a orientação das fachadas; as características térmicas dos elementos de fachada (transmitância e capacidade térmica, cores e absorvância solar), as taxas mínimas de ventilação e o fator solar das partes transparentes, além dos protetores solares. Os autores deste artigo propõem a adoção de indicadores de transmitância térmica, ao menos iguais aos estabelecidos pela NBR 15.575-4 e pelo Procel (valores menores de 3,7 W/ m²°C) e maiores de 0,70 W/ m²°C (valor recomendado por GIVONI, 1998), isso para os elementos de fachada, da zona bioclimática 3, serem, ao menos, médios isolantes.

3.3.1 Taxas mínimas de ventilação

A taxa mínima de ventilação é a permeabilidade ao ar que ocorre voluntariamente, segundo especificações de projeto: posicionamento, dimensão e tipo de abertura de janelas, efeito chaminé, no caso de fachadas ventiladas, etc.

Duas são as formas em que a ventilação natural é realizada. A mais efetiva ocorre pela pressão do vento sobre o edifício: o ar penetra pelas aberturas na fachada de pressão positiva e sai pelas de pressão negativa (ventilação cruzada). A outra forma de renovação de ar se dá por meio de forças de convecção ou efeito chaminé: a penetração do ar ocorre pelas aberturas inferiores do edifício e, a saída, pelas superiores, podendo haver combinações entre efeito de pressão de vento e de convecção (PRADO, 2003).

Para a manutenção da qualidade do ar interno, conforme Givoni (1998), a taxa de ventilação depende do número de pessoas/m³ do ambiente, do estilo de vida e sensibilidade. Garde et al (1999) sugere, para dissipação de ganhos internos e resfriamento de elementos construtivos externos, 40 trocas de ar por hora (tah). Esse mesmo autor conclui que, para alcançar 40 tah no ambiente, com temperaturas externas raramente acima de 32°C, a permeabilidade externa da fachada deve ser em torno de 25% (razão entre a soma das áreas abertas em janelas e a área total da fachada).

Resfriar um edifício durante a noite consiste em manter as condições de conforto com o mínimo de dispêndio de energia; entretanto, para edifícios condicionados, cuja fachada não apresenta massa térmica, como é o caso da maioria das fachadas leves, essa condição nem sempre é viável. Por isso, alguns autores, como Andrade (2005) e Benedetto (2006), propõem o modo misto, ou seja, um sistema de condicionamento ambiental que une as vantagens do uso do

ar-condicionado às vantagens da ventilação natural. Dessa forma, esses autores propõem aliar os sistemas ativos (ar-condicionado) aos passivos (características térmicas da fachada), sugerindo que o ar-condicionado seja desligado no período noturno e a ventilação natural seja responsável pelas trocas de ar e pelo resfriamento do edifício.

Cabe considerar, entretanto, que janelas ou aberturas projetadas, especificamente, com o propósito de promover ventilação, podem constituir pontos frágeis de penetração de ruído no interior do edifício. Portanto, no projeto de fachada é necessário ponderar as áreas de ventilação com os níveis de ruídos a que o edifício será submetido.

No caso de fachada semicortina, se a câmara de ar (camada entre parede e revestimento não-aderido) for contínua em toda a altura do edifício, tendo aberturas nas extremidades (primeiro e último pavimentos), ela será ventilada, ocorrendo o fenômeno conhecido como “efeito chaminé”, o que, dependendo das condições climáticas, pode, ou não, ser benéfico para o conforto térmico do edifício. Entretanto, em razão de exigências do Corpo de Bombeiros (compartimentação entre pavimentos), nem sempre essa câmara de ar pode ser ventilada.

3.3.2 Orientação das fachadas

Um dos princípios que influencia na eficiência energética do edifício é sua orientação, pois uma localização adequada do edifício com relação ao Norte pode evitar ganhos de calor em função do deslocamento do sol (ROULET, 2001). As fachadas que recebem incidência solar de forma mais perpendicular, e, portanto, de difícil controle, são as fachadas leste-oeste. Dessa forma, grande parte das janelas de edificações comerciais e públicas de países tropicais deve estar localizada nas fachadas norte-sul, evitando entrada de calor por radiação solar através das janelas.

3.3.3 Fator solar

Um dos parâmetros a serem considerados para a seleção de elementos transparentes de fachada é o fator solar, definido como a soma da porcentagem da transmissão solar direta que ocorre através do vidro, mais a parcela da energia absorvida pelo vidro e reirradiada para o interior, cuja fórmula simplificada é dada a seguir (CARAM, 2002):

$$F.S. = \tau + (1/3)\alpha$$

onde: $F.S.$ = Fator Solar; τ = coeficiente de transmissão; α = coeficiente de absorção

Quanto maior o fator solar, mais o vidro permite a passagem de energia. A RT 2005 estabelece como referência fatores solares da ordem de 40%. O IECC (2006) é mais conservador e recomenda, para as regiões mais quentes dos EUA, fator solar da ordem de 35%.

No Brasil, em razão da maior incidência de radiação solar comparada aos países europeus e aos EUA, seria interessante que os elementos envidraçados tivessem fator solar menor que os estabelecidos nesses países. Entretanto, como não existe critério estabelecido por norma técnica específica, os autores deste artigo propõem que projetistas adotem vidros, ao menos, com fator solar igual, ou menor, de 40%, conforme recomendado pela RT 2005.

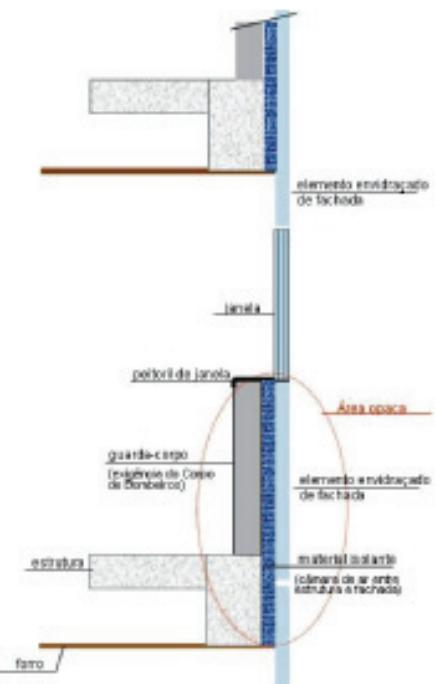


Figura 6: Esquema em corte da fachada – área a ser considerada como elemento opaco
Ilustração: Autores

3.3.4 Relação entre área transparente e área opaca em fachadas

A ASHRAE 90, 2004, recomenda que a área envidraçada na fachada (Window Wall Ratio – WWR) do edifício seja menor de 50% da área de fachada total. O IECC (2006) é mais conservador e recomenda que essa razão deve ser menor de 40%.

No Brasil, os autores deste artigo sugerem que as fachadas atendam, ao menos, à recomendação da ASHRAE 90, 2004, ou seja, tenham ao menos 50% de sua área de fachada constituída de elementos opacos. Observa-se que a parte da fachada envidraçada posicionada na frente de guarda-corpos (elementos internos ao edifício) é considerada como elemento opaco, se a câmara de ar entre guarda-corpo e elemento de fachada estiver contida entre peitoril de janela e forro, e preenchida com material isolante, como mostra esquema da Figura 6, minimizando troca de calor com o ambiente, tanto por condução quanto por convecção.

3.4 Durabilidade e Manutenibilidade

Os requisitos e critérios de durabilidade que devem ser levados em conta com relação às fachadas são:

- Vida útil do elemento de fachada e de seus componentes: os elementos da fachada, submetidos a intervenções periódicas de manutenção e conservação, segundo instruções específicas de projeto, devem manter sua capacidade funcional durante a vida útil prevista em projeto (VUP). A NBR 15.575-1 (2008) (destinada para habitações) recomenda que as fachadas tenham uma vida útil mínima de 40 anos. Entretanto, em edifícios comerciais a vida útil deve ser definida no programa de necessidades do empreendimento;

- durabilidade dos materiais e componentes: os materiais e componentes utilizados nas fachadas devem ter vida útil compatível com a prevista em projeto. No projeto devem constar prazos para inspeção e troca de materiais. Em razão do objeto de estudo deste artigo, atenta-se para: durabilidade de componentes metálicos, proteção contra corrosão bimetálica dos perfis da estrutura secundária e dos dispositivos de fixação, durabilidade dos componentes de fechamento e durabilidade dos materiais de preenchimento de juntas;

- manutenibilidade das fachadas: o projeto deve considerar a segurança para manuseio, conservação e limpeza das fachadas. Assim, por exemplo, a acessibilidade para inspeção dos elementos de fachada deve ser prevista em projeto. Considerar também a questão da segurança no uso e na manutenção, prevendo-se e verificando-se, em projeto, a resistência dos elementos de fachada para cargas provenientes de equipamentos de limpeza. Além disso, em projeto, deve-se prever materiais e processos de limpeza possíveis para a tecnologia empregada, bem como planejar as operações de manutenção preventiva.

Assim, no projeto deve ser especificada a vida útil do elemento de fachada, que pode ser função de acordo entre cliente e projetistas, ou de normas e

legislações vigentes. Posteriormente, faz-se a seleção das tecnologias as quais, potencialmente, atendem à exigência de vida útil estabelecida e prevê-se manutenções preventivas que ajudarão a garantir essa vida útil. A racionalização dos custos, associados às operações de manutenção e limpeza, pode ser um condicionante para a seleção da tecnologia a ser adotada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tabela 10 – Requisitos e critérios de desempenho propostos para serem discutidos e definidos no início do processo de projeto
Crédito: Autores

As questões de desempenho precisam ser encaradas como parte das decisões estratégicas do processo de projeto do empreendimento. A seleção da tecnologia a ser empregada na fachada depende da definição das exigências de desempenho estabelecidas para o empreendimento. A Tabela 10 resume os requisitos e critérios de desempenho propostos pelos autores deste artigo para serem considerados no projeto de fachadas, bem como os métodos para avaliar o atendimento a essas exigências.

Item	Requisito	Critério	Método de avaliação	
A	Segurança			
A.1	Segurança estrutural			
A.1.1	Resistência mecânica e estabilidade	<p>Elementos de fixação: resistência mecânica para transmitir as cargas de vento e peso próprio dos componentes da fachada à estrutura e capacidade de absorver deformação</p> <p>Estruturas secundárias: resistência a cargas de vento e às cargas dos componentes de fechamento</p> <p>Componentes de fechamento: resistência ao peso próprio, à ação do vento e a outras solicitações, sem romper ou deformar-se em excesso</p>	<p>Projetar as fixações com furos oblongos, permitindo ajuste dimensional mínimo que acomode as deformações</p> <p>Considerar deslocamento máximo de L/175 do vão, mas inferior a 2 cm (critérios adotados da NBR 10821, 2000)</p> <p>Deslocamentos máximos: painéis não-translúcidos (opacos) – 1/350; painéis em vidro simples – 1/125; painéis em vidro duplo – 1/175 (critérios adotados da BS 8200, 1985)</p>	Análise de projeto e conferência na fase de execução
A.1.2	Resistência a impactos	O elemento fachada, com função de guarda-corpo, deve resistir a uma energia de até 480 joules para impacto interno (critério adotado da NBR 15.575-4, 2008)	Realização de ensaios em protótipo ou análise comparativa de elementos de fachadas já ensaiados (dados fornecidos pelos fabricantes)	
A.2	Segurança ao fogo			
A.2.1	Reação ao fogo dos componentes: os materiais e componentes empregados nas fachadas não devem favorecer o desenvolvimento nem a propagação do fogo, ou produzir gases tóxicos	Classe I – para edifícios h≥30,0 m e Classe II – A ou Classe II-B para edifícios h<30,0 m (critério adotado da CB – IT 10, 2001)	Análise de projeto e verificação das características dos componentes de fechamento a serem empregados na fachada	
A.2.2	Resistência ao fogo do elemento de fachada, quando esse é considerado como elemento de compartimentação horizontal	Os elementos de fachada de um edifício c/ h ≤12 m, devem ter um TRRF ≥30 min; c/ 12>h> 23,0 m TRRF ≥1 hora; c/ 23≥h> 30,0 m TRRF ≥1,5 hora; e h > 30,0 m TRRF ≥ 2,0 horas (critério adaptado da legislação francesa e brasileira)	Realização de ensaios em protótipo ou análise comparativa de elementos de fachadas já ensaiados (dados fornecidos pelos fabricantes)	
A.2.3	Resistência ao fogo dos dispositivos de fixação	Os dispositivos de fixação devem apresentar um TRRF, no mínimo, de 1 hora (critério adotado do Cahier du CSTB 2383, 1990)	Análise de projeto (verificar espessura de proteção da fixação – pintura intumescente, ou material isolante)	
A.2.4	Dificuldade de propagação de chamas e fumaça (garantia de compartimentação vertical)	Prever altura de peitoril mínima de 1,2 m, conforme Figura 4. As juntas situadas entre o elemento de fachada e a estrutura devem ser seladas com material isolante (critério adotado da CB – IT 09, 2001)	Análise de projeto e conferência na fase de execução	
		Considerar acessibilidade para inspeção dos elementos de fachada	Análise de projeto	
		Considerar a segurança no uso e na manutenção, prevendo-se e verificando-se, em projeto, a resistência dos elementos de fachada para cargas provenientes de equipamentos de limpeza, que, eventualmente, serão fixos à fachada		

Item	Requisito	Critério	Método de avaliação
B	Sustentabilidade		
B.1	Desempenho térmico e eficiência energética (*)		
B.1.1	Características térmicas dos elementos das fachadas	Considerar transmitância térmica, ao menos igual ao estabelecido pela NBR 15.575-4 e pelo Procel (valores menores de 3,7 W/m ² °C) e maiores que 0,70 W/m ² °C (valor recomendado por Givoni, 1998), isso para elementos de fachada localizados na zona bioclimática 3	Análise de projetos; realização de ensaios e/ou análise comparativa de elementos de fachadas já ensaiados (dados fornecidos pelos fabricantes)
B.1.2	Taxas mínimas de ventilação Propõe-se aliar os sistemas ativos (ar-condicionado) aos passivos (características da fachada), sugerindo que o ar-condicionado seja desligado no período noturno e a ventilação natural seja responsável pelas trocas de ar e pelo resfriamento do edifício	Permeabilidade externa da fachada de, no mínimo, 25% (razão entre a soma das áreas ventiladas e a área total da fachada) (critério adaptado de Garde et al, 1999)	Avaliação de projetos, especialmente das características térmicas dos elementos das fachadas, das áreas de janelas e dos tipos de ventilação possíveis
B.1.3	Orientação da fachada: minimizar a entrada de calor pelas fachadas	Posicionar grande parte das janelas das edificações comerciais, de serviço e públicos de países tropicais nas fachadas norte-sul	Análise de projeto arquitetônico
B.1.4	Fator solar	Considerar elementos envidraçados com fator solar menor de 40%, (critério baseado na RT 2005)	Análise de projeto e avaliação das características dos painéis de vidros a serem adotados
B.1.5	Relação entre área transparente e área opaca	A área envidraçada na fachada do edifício deve ser menor de 50% da área de fachada total (critério adotado da ASHRAE 90, 2004)	Análise de projeto e das características dos elementos de fachada
B.2	Durabilidade e manutenibilidade		
B.2.1	Vida útil de projeto (VUP) do elemento de fachada e de seus componentes	Definir VUP, baseado em acordos feitos entre clientes e projetistas, sugerindo-se, no mínimo, VUP de 40 anos (critério adotado da NBR 15.575, 2008). O período de tempo a partir do qual se iniciam os prazos de vida útil deve pautar-se pela data da expedição do Auto de Conclusão de Edificação	Análise de projeto
B.2.2	Durabilidade dos materiais e componentes	Os materiais e componentes projetados para serem empregados nas fachadas devem ter vida útil, compatível com a prevista em projeto	Análise de projetos e memoriais, incluindo avaliação da garantia dos componentes (item que deve ser fornecido pelo fabricante do componente)
B.2.3	Manutenibilidade das fachadas	Prever, em projeto, materiais e processos de limpeza possíveis para a tecnologia empregada, bem como planejar e projetar "como" realizar as operações de manutenção preventiva Considerar acessibilidade para inspeção dos elementos de fachada Considerar a segurança no uso e na manutenção, prevendo-se e verificando-se, em projeto, a resistência dos elementos de fachada para cargas provenientes de equipamentos de limpeza, que, eventualmente, serão fixos à fachada	Análise de projeto e do manual do usuário Análise de projeto

(*) Para se conhecer qual será o real comportamento térmico de um edifício, em razão das diversas variáveis presentes, fazem-se necessárias análises por meio de simulações matemáticas

Tabela 10 – Requisitos e critérios de desempenho propostos para serem discutidos e definidos no início do processo de projeto
Crédito: Autores

Os autores deste artigo propõem, também, que as questões de desempenho sejam tratadas em três níveis: definição dos requisitos prioritários para a fachada; adoção dos critérios de desempenho para os respectivos requisitos, baseados em normas técnicas ou pesquisas existentes; e adoção de métodos para avaliar o atendimento a essas exigências de desempenho para, posteriormente, projetar a tecnologia a ser empregada.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, C. M. *Avaliação de desempenho em edifícios de escritório: O ambiente de trabalho como meio para o bem-estar produtivo*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Caixilhos para edificação – janelas – NBR 10 821*. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Desempenho de edifícios habitacionais até 05 pavimentos – Desempenho – Requisitos gerais*. Parte 1 – NBR 15.575-1. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- _____. *Desempenho de edifícios habitacionais até 05 pavimentos – Sistemas de vedações verticais internas e externas*. Parte 4 – NBR 15.575-4. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- _____. *Guarda-corpo para edificações*. NBR 14718. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- _____. *Desempenho térmico de edificações: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social*. Parte 3 – NBR 15220-3. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- ASSOCIATION FRANCAISE DE NORMALISATION – AFNOR – NF P 28 001 – *Façade légère – définitions – classification – terminologie*. Paris: AFNOR, 1990.
- _____. *Façades légères. Façades rideaux, façades semi-rideaux, façade panneaux. Performances de l'ouvrage fini*. XP P 28-004. Paris: AFNOR, 1995.
- AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE & AMERICAN SOCIETY OF HEATING, REFRIGERATING AND AIR-CONDITIONING ENGINEERS. *Energy standard for buildings except low-rise residential buildings*. Atlanta: ANSI – ASHRAE 90, 2004.
- BENEDETTO, G. S. *Avaliação da aplicação do modo misto na redução da carga térmica em edifícios de escritórios nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BRITISH STANDARDS INSTITUTION. *Code of practice for design of non-loadbearing external vertical enclosures of buildings*. BS 8200. Londres: BSI, 1985.
- CABINET CASSO ET CIA. *Securité contre l'incendie dans le ERP. Technique de l'ingénierie, revue en ligne*, code C3280, França, 2004.
- CARAM, R. M. A. *Estudo e caracterização de fachadas transparentes para uso na arquitetura; ênfase na eficiência energética*. 2000. Tese (Livre-Docência) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.
- CENTRE SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE DU BÂTIMENT – CSTB - Documents Technique. *Travaux de bâtiment. Travaux de miroiterie-vitrerie*. DTU 39.1. Paris: CSTB, 1993.
- _____. CAHIER TECHNIQUE DU CSTB 2383. *Exigences applicables aux façades légères à ossature en bois ou en métal comportant en revêtement extérieur une peau de bardage*. Paris: Livraison 437, 1990.
- CORPO DE BOMBEIROS – CB – Decreto Estadual SP, n. 46076/2001. *Instrução técnica n. 08/01. Segurança estrutural nas edificações – Resistência ao fogo dos elementos de construção*. São Paulo, 2001. Disponível em: < <http://www.polmil.sp.gov.br/ccb> > Acesso em: 05 fev. 2001.
- _____. INSTRUÇÃO TÉCNICA – IT, n. 03. *Terminologia de proteção contra incêndio*. São Paulo, 2001.
- _____. INSTRUÇÃO TÉCNICA – IT, n. 09. *Compartimentação horizontal e compartimentação vertical*. São Paulo, 2001.
- _____. INSTRUÇÃO TÉCNICA – IT, n. 10. *Controle de materiais de acabamento e revestimento*. São Paulo, 2001.
- EICKER, U. et al. Facades and summer performance of buildings. *Energy and buildings*. Londres, v. 40, n. 4, p. 611, 2008.
- GARDE, F. et al. Elaboration of global quality standards for natural and low energy cooling in French tropical island buildings. *Building and environment*, Nova York, v. 5, n. 34, p. 71-83, 1999.
- GIVONI, B. *Climate considerations in building and urban design*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1998.
- INTERNATIONAL ENERGY CONSERVATION CODE – IECC. *Commercial Envelope Requirements of the 2006 International Energy Conservation Code*. Nova York: Department of Energy Building Energy Codes Program, 2006.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. *Performance standards in buildings – Principles for their preparation and factors to be considered*. ISO 6241. Genebra: ISO, 1984.
- _____. *Performance standards in building – Presentation of performance of facades made of components*. Genebra: ISO 7361, 1986.

PRADO, R. T. A. *Contribuição ao estudo do papel da engenharia nas interações entre o homem, o edifício e o ambiente*. 2003. Tese (Livre-Docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – PROCEL. *Regulamentação para etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos*. 2008. Disponível em: <http://www.labeee.ufsc.br/eletrobras/Regulamentacao_Versao10_2008.pdf>.

ROULET, C. A. Indoor environment quality in buildings and its impact on outdoor environment. *Energy and Buildings*, Londres, n 33, p. 183-191, 2001.

RT 2005 (Arrêté du 29 novembre 2000). *Texto geral do Ministère de l'emploi, de la cohésion sociale et du logement français*. Disponível em: <http://www.legifrance.gouv.fr>. Acesso em: ago. 2007.

STEEL CONSTRUCTION INSTITUTE – SCI. *Overcladding of existing building using light steel*. Berkshire: SCI, 1998.

YILMAZ, Z. Evaluation of energy efficient design strategies for different climatic zones: Comparison of thermal performance of buildings in temperate-humid and hot-dry Climate. *Energy and Buildings*, Londres, n. 39, p. 306–316. 2007.

Nota do Editor

Data de submissão: setembro 2008

Aprovação: fevereiro 2009

Luciana Alves de Oliveira

Doutoranda da Escola Politécnica da USP – Departamento de Engenharia de Construção Civil – EPUSP/PCC

Avenida Professor Almeida Prado, 53. Cidade Universitária
05508-901 – São Paulo, SP

luciana.alves@poli.usp.br / luciana@ipt.br

Silvio Burrattino Melhado

Prof. Dr. da Escola Politécnica da USP – Departamento de Construção Civil – PCC

Avenida Professor Almeida Prado, 532. Cidade Universitária
05508-901 – São Paulo, SP

silvio.melhado@poli.usp.br

crição das

*e S. São em suam di fündendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bue 35 & braus 57 mea de des palmoz por braça. Temessa
mui poca gente. Di*

M V X D X V C

migo de São sebastião

na Montanha, E

canalino de dentro

at coponto N. 2.

estonia, Sub pell de.

Tinco libras em meia a

o final de rocha viva

& for apraya.

Andrea de Aguiar Kasper
Vera Lúcia Duarte do Valle
Pereira
Márcia do Valle Pereira
Loch

a

CESSIBILIDADE ESPACIAL ESCOLAR
EM PÁTIOS PARA ALUNOS COM
RESTRIÇÕES VISUAIS: A
CONSTRUÇÃO DE UM
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

292

pós-

RESUMO

Para alunos com deficiência visual poderem freqüentar escolas regulares, além de um acompanhamento adequado, é necessário participarem de todas as atividades escolares, sem dificuldades. Para isso, é indispensável neutralizar e, se possível, eliminar as inúmeras barreiras existentes que podem dificultar o processo de inclusão. Além das barreiras relacionadas às práticas e aos procedimentos pedagógicos, existem barreiras sociais e também as relacionadas no espaço físico. O estudo da acessibilidade espacial escolar em pátios escolares, foco do artigo, mostra que, quando os ambientes não consideram as características dos alunos, como as físico-cognitivas, podem vir a impedir ou dificultar o acesso, restringindo a atuação dos indivíduos no espaço físico. É necessário, dessa forma, identificar as barreiras físicas nos ambientes para planejar ações futuras em prol da acessibilidade espacial. A partir dessa argumentação, o artigo pretende expor os procedimentos utilizados na construção de um Instrumento de Avaliação da Acessibilidade Espacial Escolar em Escolas Públicas de Ensino Fundamental para Alunos com Restrições Visuais. O instrumento completo construído é composto por dez planilhas que fazem referência a determinados ambientes e situações de escolas públicas de ensino fundamental do estado de Santa Catarina. Enfoca-se tal demonstração explorando e apresentando os passos utilizados durante a elaboração e aprimoramento da planilha desenvolvida para os pátios escolares, assim como as configurações das planilhas como um todo em suas etapas iniciais. Com o aperfeiçoamento da planilha dos pátios, pretendeu-se demonstrar a possibilidade de desenvolvimento das demais planilhas constituintes do instrumento, conforme o processo de aprimoramento adotado.

PALAVRAS-CHAVE

Acessibilidade espacial escolar, pátios, alunos com deficiências visuais, instrumento de avaliação, inclusão escolar.

ACCESIBILIDAD ESPACIAL ESCOLAR EN PATIOS PARA ALUMNOS CON RESTRICCIONES VISUALES: LA CONSTRUCCIÓN DE UN INSTRUMENTO DE EVALUACIÓN

RESUMEN

Para que los alumnos con deficiencia visual puedan frecuentar escuelas comunes, además de un acompañamiento adecuado, es necesario que puedan participar de todas las actividades escolares sin dificultad. Para esto es indispensable neutralizar y, si es posible, eliminar las innumerables barreras que puedan dificultar el proceso de inclusión. Además de las barreras relacionadas a las prácticas y a los procedimientos pedagógicos, existen barreras sociales y del espacio físico. El estudio de la accesibilidad espacial en patios escolares, foco de este artículo, demuestra que, siempre que los ambientes no tienen en cuenta las características de los alumnos, las físico-cognitivas por ejemplo, esto puede impedir o dificultar el acceso, restringiendo la actuación de los individuos en el espacio físico. Por lo tanto, se hace necesario identificar las barreras físicas en los ambientes, para planear acciones futuras en pro de la accesibilidad espacial. A partir de estos planteamientos, el artículo pretende exponer los procedimientos utilizados para la construcción de un Instrumento de Evaluación de Accesibilidad Espacial Escolar en las Escuelas Públicas Primarias para Alumnos con Restricciones Visuales. El instrumento completo construido se compone de diez planillas que hacen referencia a determinados ambientes y situaciones de escuelas públicas primarias del estado de Santa Catarina, Brasil. La demostración se enfoca en la exploración y presentación de los pasos utilizados durante la elaboración y mejoría de la planilla desarrollada para los patios escolares, así como las configuraciones de todas las planillas en sus etapas iniciales. Con la mejoría de la planilla de los patios, se pretende demostrar la posibilidad de desarrollo de las demás planillas que constituyen el Instrumento, según el proceso de mejoría adoptado.

PALABRAS CLAVE

Accesibilidad espacial escolar, patios, alumnos con restricciones visuales, instrumento de evaluación, inclusión escolar.

SPATIAL ACCESSIBILITY IN SCHOOLYARDS FOR STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENT: THE CONSTRUCTION OF AN ASSESSMENT TOOL

ABSTRACT

To enable visually impaired students to attend regular schools, these students must not only have suitable monitoring, but must also be able to take part in all school activities without any major impediments. This means that the many existing barriers to this inclusion must neutralized or even eliminated. In addition to teaching barriers, there are also barriers concerning social aspects and the physical space. This articles focuses on spatial accessibility in schoolyards and shows that, when these environments disregard the needs of students – such as in terms of physical and cognitive needs – access can be made difficult or even impossible, limiting these individuals' performance in the physical space. Accordingly, it is necessary to identify the physical barriers in these environments before planning any spatial accessibility initiatives. Based on this assumption, the current article suggests procedures for building an assessment tool for spatial accessibility in primary level public schools in regards to visually impaired students. The full instrument consists of 10 tables that refer to given environments and situations in primary public schools in the state of Santa Catarina, Brazil. The article presents the steps used to prepare and improve the tables in the schoolyards, as well as the setup of the tables. With improved schoolyard tables, the possibility of creating other tables under this instrument in order to improve other areas is demonstrated in the current article.

KEY WORDS

School spatial accessibility, schoolyard, students with visual impairment, assessment tool, school inclusion.

INTRODUÇÃO

Acessibilidade espacial significa poder chegar a um determinado lugar com conforto e independência, entendendo a organização e as relações espaciais que o ambiente estabelece, facilitando a participação das pessoas nas atividades que ali acontecem (DISCHINGER et al, 2004). O entendimento desse conceito é fundamental para promover a acessibilidade dos indivíduos aos diversos tipos de edificações.

As barreiras físicas interferem na realização das atividades cotidianas das pessoas, restringindo a mobilidade, prejudicando o uso seguro e confortável de espaços, de equipamentos ou de seus componentes, além de não possibilitarem ou interferirem na orientação dos indivíduos (PREISER; OSTROFF; 2001, DISCHINGER, 2000), como no caso das pessoas com deficiência visual. Isso acontece, porque, a estrutura e o desenho do ambiente físico podem influenciar, em termos de quantidade e qualidade, considerando a interação do indivíduo com o meio e as diferentes situações encontradas (KETTERLIN-GELLER, 2005).

Segundo Kasper, Loch e Pereira (2008), a freqüência do ensino fundamental é assegurada para todas as crianças e adolescentes, incluindo aqueles que necessitam de apoio pedagógico especializado durante a permanência na escola, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, 1996). As edificações escolares, muitas vezes, não possuem as instalações necessárias para promover a inclusão de uma forma mais abrangente, inclusive, considerando as barreiras físicas existentes que dificultam esse processo. A falta de requisitos de acessibilidade espacial em edifícios escolares torna os ambientes restritivos, uma vez que a acessibilidade espacial atua como um facilitador da inclusão escolar (DISCHINGER, 2004; AUDI, 2004; KASPER, 2007; LOCH, 2007).

O constante progresso relacionado aos estudos de projetos inclusivos nos últimos anos fez emergir o conceito de desenho universal, o qual possui forte embasamento no conceito de inclusão social. A utilização desse conceito por profissionais de arquitetura permite a criação de ambientes com possibilidade de utilização por um número maior de pessoas, com diferentes habilidades e necessidades. Essa concepção evita que ambientes formulados sem considerar os princípios do desenho universal sofram adaptações, implicando, de certa forma, em soluções exclusivas para as pessoas com deficiência, e, consequentemente, em soluções estigmatizantes e segregativas (STORY et al, 1998; KETTERLIN-GELLER, 2005; COHEN; DUARTE, 2006).

Para tornar o ambiente realmente efetivo à utilização de alunos com restrições visuais alguns aspectos devem ser considerados. Entre eles encontram-se questões referentes a ferramentas e procedimentos pedagógicos, acesso físico, percepção espacial, estratégias organizacionais, infra-estrutura escolar, equiparação de oportunidades, dentre outros (DISCHINGER et al, 2004; KASPER, 2007; LOCH, 2007). Além disso, existe a necessidade de considerar primeiro o aluno com suas características, aspirações e necessidades, e não somente a

deficiência que ele possui, visto a limitação, muitas vezes, ser causada pelo despreparo dos ambientes e não pelas restrições as quais, porventura, possua (KASPER, 2007).

Hank (2006) cita que o ambiente escolar deve organizar-se de forma a atender à faixa etária proposta, além de possibilitar o desenvolvimento dos alunos por meio de desafios cognitivos e motores que promoverão o desenvolvimento de suas potencialidades, retratando sua cultura e o meio social nos quais estão inseridos. Hall (2005) defende que a experiência espacial é multissensorial, não sendo, somente, proporcionada pelo sistema visual. Desse modo, para se conhecer o impacto dos diferentes espaços sobre as pessoas é necessário procurar conhecer os diferentes sentidos humanos e como os estímulos sensoriais recebidos são processados (DISCHINGER, 2000; HALL, 2005; STERNBERG, 2008).

Dischinger (2000) descreve que a percepção de elementos constituintes do espaço físico por um indivíduo é afetada por questões relacionadas ao grau de atenção, ao seu interesse e às suas capacidades físicas e psicológicas. Informações como a forma, o tamanho, as texturas, as cores, os sons, os cheiros e os movimentos são atributos dos elementos que compõem o espaço físico, constituindo-se em potenciais informações para sua percepção (DISCHINGER, 2000; HALL, 2005; STERNBERG, 2008). Sendo assim, verifica-se que a percepção das pessoas é influenciada pelos ambientes físicos e, assim, pelos elementos os quais os compõem (DISCHINGER, 2000; HALL, 2005; STERNBERG, 2008).

Diante desse amplo contexto o presente artigo pretende apresentar, em um primeiro momento, a metodologia de construção utilizada na elaboração de um conjunto de dez planilhas que se configuram como um Instrumento de Avaliação da Acessibilidade Espacial Escolar de Escolas Públicas de Ensino Fundamental para Alunos com Restrições Visuais. A seguir, enfocou-se a elaboração e o aprimoramento da planilha desenvolvida para os pátios escolares, apresentando-se, na continuidade, a configuração da planilha aprimorada em cada uma das etapas do processo de sua construção.

Ressalta-se que o instrumento elaborado e a planilha aperfeiçoada foram desenvolvidos durante a realização do curso de mestrado de uma das autoras, concluído no ano de 2007. A planilha aperfeiçoada, integrante de um instrumento constituído de dez planilhas, foi aplicada nos pátios interno e externo de uma escola pública de ensino fundamental pertencente ao município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, em novembro de 2006.

A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL ESCOLAR

Basicamente, o instrumento completo elaborado tem, como objetivo principal, avaliar a acessibilidade espacial de escolas públicas de ensino fundamental para estudantes com restrições visuais. O mesmo busca a verificação do estado atual do objeto em análise e das diferentes situações que o envolve, sendo elaborado para o conhecimento de uma situação específica, o que poderá facilitar o planejamento das ações futuras em prol da inclusão escolar.

(1) A ABNT NBR 9050 (2004) é a norma brasileira de acessibilidade que prevê soluções para edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

(2) "... um bloco administrativo, com uma entrada, que fica aberta durante o expediente, para funcionários e público, onde o fluxo de alunos é menor; dois, às vezes três, blocos de salas de aula, onde o fluxo de alunos é intenso; um bloco de sanitários feminino/masculino para o uso por alunos; um pátio coberto que, muitas vezes, funciona como elo entre vários ambientes com intensa circulação de alunos; quadra esportiva descoberta; e um segundo acesso, que fica aberto somente nas horas de entrada e saída de alunos." (AUDI, 2004, p. 32)

(3) OM – Nesse componente devem ser salientadas as medidas que favorecem a percepção do espaço pelos alunos com restrições visuais por meio dos sentidos remanescentes (incluindo os resíduos visuais, quando existirem); SI – dizem respeito às informações oferecidas na forma visual (gráfica), sonora e tátil, para a informação poder ser compreendida pelo aluno; MS – envolvem situações com potencial para gerar acidentes acerca das condições de deslocamento nos percursos utilizados, aspectos referentes ao ambiente interno, bem como o controle de situações que podem prejudicar a apreensão das pistas por meio dos sentidos remanescentes; U – refere-se à utilização dos diferentes espaços físicos e equipamentos, possibilitando a participação nas atividades propostas, assim como utilização dos elementos constituintes do espaço físico (NA).

O documento utilizado como base principal para a elaboração das questões as quais compõem as dez planilhas foi a NBR 9050 (2004)¹. Outras referências buscaram complementar as informações contidas na norma brasileira de acessibilidade, como: o *Guía técnica de accesibilidad en la edificación* (ESPAÑHA, 2001); a publicação *Desenho universal nas escolas: Acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis* (DISCHINGER et al, 2004); os instrumentos elaborados por Audi (2004) e por Oliveira (2006) e o *Checklist for readily achievable barrier removal* (ADA, 1995). Além das informações constantes nas referências citadas, outras questões foram elaboradas a partir das informações obtidas por meio de entrevistas, visitas exploratórias e observações realizadas em escolas e instituições, além de levantamento bibliográfico.

As etapas de elaboração do instrumento completo

Em um primeiro momento procurou-se listar os principais espaços físicos constituintes de uma escola pública de ensino fundamental e suas características mais relevantes. A partir dessa lista e das informações provenientes das referências já citadas, que serviram de base para a elaboração do instrumento completo, foram selecionados espaços escolares (incluindo situações e questões relevantes, como a configuração espacial). Os espaços relacionados são aqueles presentes na maioria das escolas públicas de ensino fundamental. No caso da cidade de Florianópolis, o projeto padrão elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) para as escolas da Rede Municipal de Ensino, de certo modo, relaciona os ambientes citados por Audi (2004)², diferindo apenas em alguns aspectos.

Após a escolha dos contextos e espaços físicos focados por cada planilha construída, além da pré-elaboração das perguntas (relacionando, por exemplo, ambientes e equipamentos específicos), procurou-se levantar as principais características que deveriam ser verificadas nos ambientes para favorecer a acessibilidade espacial nas escolas, considerando alunos com deficiência visual. Depois do levantamento dessas características, estas foram levadas a alguns especialistas e pesquisadores (pertencentes a instituições voltadas para a área de deficiência visual, afora as áreas de educação, engenharia de produção, arquitetura e acessibilidade), e também de indivíduos com deficiência visual. Essas características foram agrupadas em quatro componentes: Orientação e Mobilidade (OM); Sinalização, Comunicação e Informação (SI); Mobilidade e Segurança (MS); e Usabilidade (U)³. Esses componentes foram considerados por Kasper (2007) a partir da investigação nas fontes já descritas, como aqueles mais relevantes para prover acessibilidade espacial aos alunos com restrições visuais em escolas públicas de ensino fundamental.

É necessário perceber que existe uma interdependência entre os componentes, na qual cada um é responsável por determinadas ações e elementos os quais devem estar disponibilizados no espaço físico. Esse fato implica na conclusão de funcionarem de maneira integrada, tendo como finalidade a promoção da acessibilidade espacial para estudantes com restrições visuais de forma globalizada, ressaltando-se que, na ausência de um deles, a acessibilidade não acontece de maneira completa, comprometendo os demais componentes (KASPER, 2007).

Nesse mesmo raciocínio, Loch (2007) afirma que a acessibilidade espacial possui critérios utilizados para sua avaliação, considerando-se questões relacionadas à percepção, à compreensão e à atuação das pessoas nos ambientes e devem atuar em conjunto, pois, se um deles não for cumprido, pode comprometer os demais. Esses critérios estão relacionados ao uso do espaço, às questões de segurança, às condições de conforto no ambiente, à orientação espacial, às condições de deslocamento e aos elementos de comunicação (LOCH, 2007).

Após essa pré-construção, visualizada na Figura 1, a elaboração das dez planilhas prosseguiu, e assim foram organizadas as questões pertinentes a cada espaço físico ou às questões relevantes já salientadas. O processo descrito na Figura 2 representa as fases gerais de elaboração do instrumento como um todo (Fases 1 e 2), explorando, em seguida, as fases de aprimoramento da planilha de avaliação dos pátios (a partir da Fase 3).

As fases gerais de elaboração do instrumento acompanham a seqüência da Figura 2 e o esquema a seguir:

Fase 1 – Escolha das referências que ofereceram suporte à construção do instrumento; determinação dos ambientes abordados por cada planilha; pré-desenvolvimento das planilhas (questões); levantamento dos componentes a avaliar com ajuda dos especialistas (etapa descrita na Figura 1).

Fase 2 – Desenvolvimento e estruturação das questões elaboradas, conformando a primeira configuração do instrumento completo (dez planilhas); realização da primeira revisão, com a análise das planilhas desenvolvidas, considerando critérios como: configuração, clareza de conteúdo e facilidade de compreensão das questões, aplicabilidade e conhecimento sobre se o instrumento avalia o que é proposto.

Fase 3 – Início do desenvolvimento da planilha que faz referência aos pátios com o apoio de especialistas; realização da segunda revisão, avaliando os mesmos parâmetros anteriores já citados nas Fases 1 e 2.

Figura 1. Etapa inicial de construção do instrumento completo.
Fonte: Adaptado de KASPER (2007)

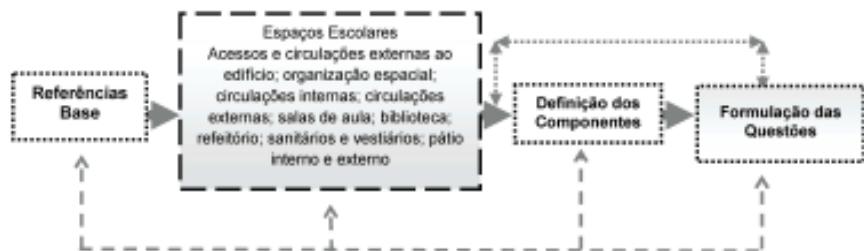


Figura 2: Fases de elaboração do instrumento de avaliação
Ilustração: Autoras (2009)

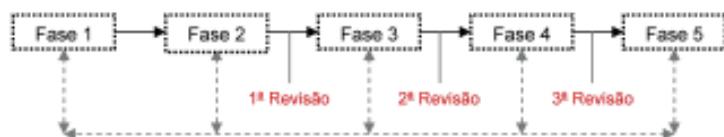
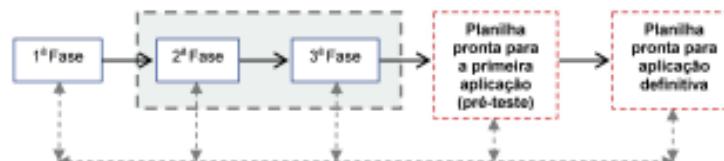


Figura 3: Fases de desenvolvimento: planilha dos pátios
Ilustração: Autoras (2009)



Fase 4 – Configuração definitiva da planilha que faz referência aos pátios; primeira aplicação (pré-teste) da planilha na escola selecionada, onde se avaliou elementos como: tempo de aplicação, facilidade de leitura e de compreensão das perguntas, além da pertinência e abrangência das perguntas com a situação encontrada; realização da última revisão da planilha.

Fase 5 – Planilha pronta para aplicação definitiva, visando posterior realização do diagnóstico de uma das escolas da rede municipal de Florianópolis.

Processo de aprimoramento da planilha dos pátios

Esse item irá abordar o processo de elaboração do instrumento desenvolvido, principalmente, a partir da segunda fase visualizada na Figura 2, com o foco voltado para o aperfeiçoamento da planilha dos pátios. Para o melhor entendimento do processo de aprimoramento da planilha dos pátios, as Fases 2 e 3, destacadas na Figura 3, serão exploradas com maior detalhamento, principalmente, no que diz respeito à sua configuração.

Primeira fase de desenvolvimento da planilha dos pátios

Nessa fase elaborou-se a primeira configuração da planilha com as demais planilhas constituintes do instrumento, correspondendo aos procedimentos descritos nas Fases 1 e 2, apresentadas nas Figuras 2 e 3. Como pode ser percebido na Figura 4, a planilha apresentada possuía configuração similar aos instrumentos que serviram de base para sua construção. Nessa fase, as questões elaboradas nas 10 planilhas constituintes do instrumento completo procuravam seguir uma seqüência que facilitasse a análise, iniciando com os Acessos, prosseguindo com questões gerais sobre o Ambiente do Pátio; Sinalização Visual e Tátil; Comunicação Visual, Tátil e Sonora; Mobiliário e Elementos; e a Sinalização de Segurança. Essa seqüência foi preservada na configuração final do instrumento.

Nesse momento, os componentes Orientação e Mobilidade (OM), Sinalização, Comunicação e Informação (SI), Mobilidade e Segurança (MS) e Usabilidade (U) estavam identificados por suas letras iniciais, localizando-se anteriormente à coluna de questões, bem como antes da coluna para a tomada de medidas (Figura 4).

Figura 4: Primeira configuração da planilha dos pátios
Fonte: KASPER, 2007,
p. 146

nº	Status	Medidas	Itens a conferir	Conferência		Observações/ Considerações sobre o item
				sim	não	
Acessos						
01	OM/SI		O acesso ao pátio é realizado por meio de rota acessível devidamente sinalizada?			
02	SI/U		Existe suporte informativo visual e tátil que permita a identificação das diferentes atividades propostas no local?			
03	OM		Nos ambientes complexos nos quais existe a realização de mais de uma atividade, os diferentes setores estão devidamente identificados?			
Ambiente do pátio						
04	SI		O piso existente possui superfície regular (sem degraus, buracos e saliências, reentrâncias) é firme e, antiderrapante sob qualquer condição climática?			
05	OM		O piso possui cor uniforme para que sejam distinguidos facilmente os objetos disponibilizados no espaço destinado ao pátio?			

Havia, também, uma coluna de conferência, na qual o analista verificaria a questão e analisaria a pertinência da pergunta com a situação apresentada, respondendo “sim” ou “não”. A coluna de “Observações/Considerações sobre o item” possuía um espaço que não era considerado suficiente para as anotações do analista, necessitando, desse modo, ser revista.

A partir dessa fase procurou-se identificar as características positivas presentes nos instrumentos (ADA, 1995; AUDI, 2004; OLIVEIRA, 2006) que serviram como referência para o desenvolvimento das planilhas como, por exemplo: configuração geral, componentes adotados e relação com as questões, abrangência de cada questão, disponibilização de local para tomada de medidas e de espaço para anotações, entre outros. Foram identificadas, da mesma forma, as características insatisfatórias como: inexistência ou insuficiência de espaço para anotações, questões muito abertas ou muito restritas não permitem a resposta negativa ou positiva, ausência de perguntas sobre segurança, questões as quais não ofereciam uma visão do objeto de análise como um todo, ausência de ilustrações, além de configuração confusa que não possibilitava uma seqüência lógica ou flexibilidade na aplicação.

Segunda fase de desenvolvimento da planilha dos pátios

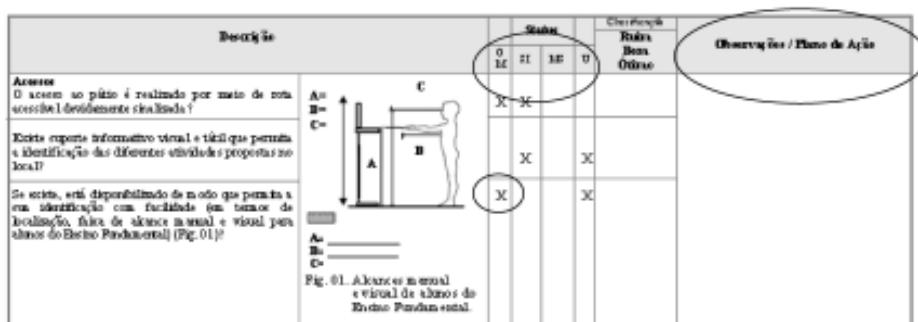
Na segunda fase de construção do instrumento as questões foram revisadas com o objetivo de eliminar aquelas que, de certo modo, poderiam estar contempladas nas outras planilhas (constituintes do instrumento completo), otimizando a aplicação do instrumento de modo geral. A intenção inicial era aperfeiçoar, da melhor forma, o espaço interno da planilha dos pátios, sendo retirada a coluna de numeração do item, liberando espaço para a coluna “Observações/Plano de ação” (Figura 5). Nessa fase estavam disponibilizadas, na planilha, ilustrações para auxiliar na avaliação, bem como local para tomada das medidas nas próprias figuras.

O conteúdo das colunas “Descrição”, “Status”, “Classificação”, “Observações/Plano de ação” nessa fase, estava definida da seguinte forma:

Descrição – Essa coluna faz referência às questões elaboradas (38 questões nessa fase), relacionando locais e equipamentos específicos, disponibilizados para o avaliador perceber uma seqüência lógica durante o processo de análise, de acordo com a necessidade de verificação dos elementos.

Status – Está relacionada aos quatro componentes analisados na planilha (Orientação e Mobilidade – OM; Sinalização, Comunicação, Informação – SI; Mobilidade e Segurança – MS; Usabilidade – U). Nessa fase era utilizado um “X”

Figura 5: Estruturação da planilha na 2^a Fase
Fonte: KASPER, 2007,
p. 149



para indicar a relação do componente com a questão formulada, visto ainda não terem sido elaboradas as figuras relacionadas aos quatro componentes (construídas na fase posterior).

Classificação – Nesse momento o analista só poderia classificar o elemento ou situação encontrada como “ruim”, “bom” ou “ótimo”, não havendo outras possibilidades de resposta como “sim” ou “não”, por exemplo. Nesse caso constatou-se não ser possível responder a todas as questões elaboradas com as respostas disponíveis na planilha, existindo a necessidade de uma nova verificação quanto a essa questão.

Observações/Plano de Ação – Nessa fase era oferecida, (nessa coluna), ao analista, maior liberdade de utilização do instrumento, pois este não se limitaria, somente, às questões previamente formuladas. Com a eliminação da coluna “Item”, nesse momento, pretendeu-se ampliar a disponibilização de espaço no local, possibilitando anexar croquis e anotações. Embora a ampliação do espaço dessa coluna fosse considerada uma necessidade, a coluna de numeração das questões retirada deixou de organizar as (colunas), não possibilitando relacionar perguntas já realizadas anteriormente e algumas ilustrações contidas em outras páginas por meio da numeração das perguntas.

Após a proposta dessa (última) configuração das planilhas, analisando diversos critérios e a revisão anteriormente realizada na 1^a Fase, uma rápida avaliação foi feita com a ajuda de um especialista (da área de arquitetura e acessibilidade). Tal procedimento gerou uma série de questões solucionadas na próxima etapa de construção (3^a Fase visualizada na Figura 3), resultando na configuração final da planilha.

Terceira fase de desenvolvimento da planilha dos pátios

Na última revisão da planilha dos pátios, realizada antes da primeira aplicação (pré-teste), foi efetuada uma nova verificação das questões, considerando a sequência e a compreensão dessas, além de serem acrescentadas outras perguntas que completariam a avaliação. Foi elaborada uma última análise e revisão das ilustrações, como verificado na Figura 6.

Figura 6: Página do instrumento com a sua configuração definitiva
Fonte: KASPER, 2007, p. 151

Descrição	Máster	Classificação		Observações / Plano de Ação (Cognitivas, físicas, locais)
		Pior	melhor	
25 Comunicação visual, tótil e sonora Elementos de comunicação visual, tótil e sonora disponibilizam espaço para escuta e circulação entre usuários com piso tótil, cerca, fio e porta dentre (Fig. 10)?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
26 As estruturas, a comunicação visual (caracteres ou figura com contraste e amplitude) e tótil (fio/tela, cercas em figura ou em teto) está disposta em proporção adequada para facilitar a identificação, informando sobre localização de elementos de comunicação visual (Fig. 11)?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
27 Os elementos de comunicação entre locais dentro em espaço com rotulagem que permita ao aluno com visão visual se posicionar com conforto em relação à distância que o mesmo necessita para percepção da comunicação tótil e visual?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
28 A informação está disposta respeitando as regras de alcance dos olhos dos alunos (Figura 12)?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Parâmetros	COMUNICAÇÃO VISUAL	ALCANCE MANUAL E VISUAL		
Diagrama de comunicação visual e tótil no ambiente	Diagrama de comunicação visual e tótil no ambiente	Diagrama de alcance manual e visual		
Figura 10 - Localização dos elementos de comunicação visual e tótil no ambiente	Figura 11 - Tipos de classificações	Figura 12 - Alcance manual e visual para locais tótil e visual no planejamento urbano		
		Medidas das disposições de comunicação encontradas (Figura 12):		
		A = Alcance manual B = Alcance manual C = Alcance visual D = Alcance visual (a depender do aluno)	B = Alcance manual C = Alcance visual	
		C = _____ D = _____	C = _____ D = _____	

Nessa fase, as ilustrações foram dispostas abaixo das questões, facilitando a leitura da planilha e sua relação com as perguntas. Foram elaboradas as figuras as quais representam os quatro componentes analisados na planilha (OM, SI, MS e U), dispostas na coluna “Status”. O esquema de colunas organizadas na configuração da planilha permaneceu praticamente como descrito na fase anterior, conforme pode ser visto na Figura 6. Nesse caso, o conteúdo das colunas nessa fase (Descrição, Status, Classificação, Observações, Plano de Ação, Croquis) sofreu as seguintes modificações:

Item – corresponde à numeração seqüencial das questões, possibilitando o relacionamento entre essas, inclusive, com as figuras construídas.

Descrição – Composta por 44 questões. A elaboração das questões considerou a presença de aspectos negativos que podem prejudicar a acessibilidade; entretanto, a verificação dos aspectos positivos pode ser registrada na coluna de observações.

Status – Para facilitar a visualização dos componentes na planilha, optou-se por elaborar figuras que pudessem ser facilmente identificadas durante o preenchimento da mesma, além de propiciar uma compreensão rápida do componente a analisar com a figura disponibilizada.

Classificação – Após a leitura da questão e a verificação *in loco* da situação encontrada, optou-se por utilizar três respostas para definir a classificação do item em avaliação: “sim”, “não” ou “não se aplica”. A coluna de classificação engloba, nesse momento, a análise do pátio interno e do pátio externo separadamente.

Observações, Plano de Ação, Croquis – Nessa coluna será possível ao avaliador fazer anotações complementares. No local o analista poderá classificar sua resposta afirmativa “sim” (classificação) em relação à questão formulada em “ótimo” (existe solução de acessibilidade disponibilizada, de modo a possibilitar o uso com segurança, conforto e facilidade); “bom” (existe solução de acessibilidade disponibilizada, embora seja necessário algum tipo de intervenção para possibilitar o uso, contemplando as condições necessárias); “ruim” (existe solução de acessibilidade que não possibilita o uso com segurança, conforto e facilidade).

A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO NOS PÁTIOS DA ESCOLA

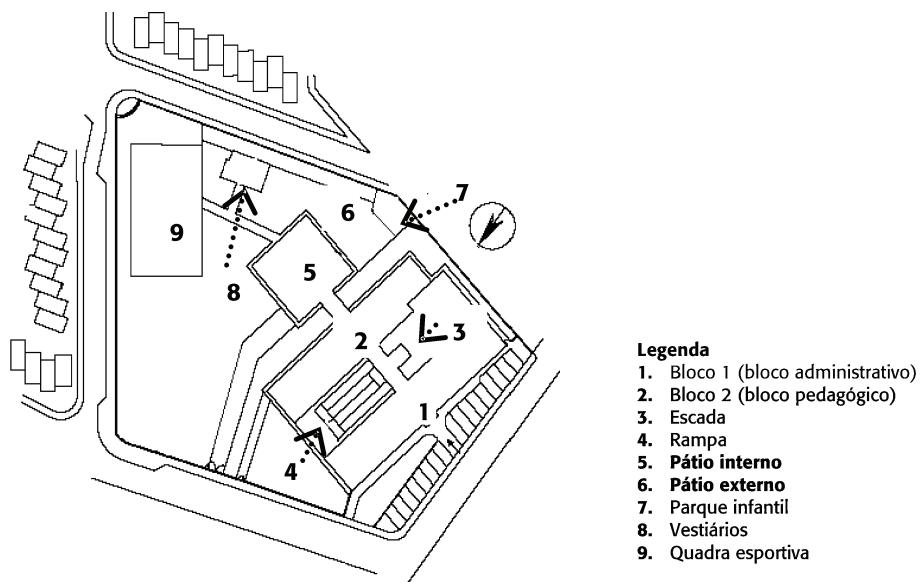
A escola selecionada para aplicação do instrumento foi Escola Básica Donícia Maria da Costa (Figura 7), situada em um bairro predominantemente residencial no município de Florianópolis (Santa Catarina), sendo considerada uma escola modelo (DISCHINGER et al, 2004), iniciando suas atividades no ano de 2002. O projeto da escola foi executado segundo o projeto padrão da SMHSA para as escolas do município, embora sem a previsão dos elementos de acessibilidade incorporados nos últimos projetos (elaborados a partir de 2005).

Após as últimas modificações, a planilha referente aos pátios interno e externo (Figura 8) foi aplicada pela primeira vez (pré-teste) nos locais pertinentes na escola, para o instrumento poder ser avaliado, assim como verificados os aspectos negativos e positivos durante esse processo. A aplicação foi realizada no

Figura 7: Fachada principal da Escola Básica Donícia Maria da Costa
Fonte: KASPER, 2007, p. 161



Figura 8: Croqui da planta baixa da Escola Básica Donícia Maria da Costa
Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA, 2007) de Florianópolis, adaptado pelas autoras



mês de novembro, ano de 2006, durante o período vespertino, por uma das autoras, tendo, como roteiro para a aplicação, a seqüência de questões disponibilizadas no instrumento e anteriormente planejada para facilitar a análise dos espaços. Desse modo, iniciou-se com a avaliação dos Acessos, e, em seguida, as questões voltadas para o Ambiente do Pátio; de Sinalização Visual e Tátil; da Comunicação Visual, Tátil e Sonora; do Mobiliário e Elementos; e da Sinalização de Segurança.

Durante o pré-teste foram analisadas questões como o tempo de aplicação, a facilidade de leitura e de compreensão das perguntas, além da pertinência e da abrangência dessas com a situação apresentada. Algumas dificuldades encontradas durante a aplicação do instrumento foram constatadas devido à grande utilização do local (pátios) como espaço pedagógico, a exemplo das aulas de educação física e, posteriormente, a ocupação do mesmo durante a hora do

recreio (nesse caso, período vespertino). Desse modo, foi necessário disponibilizar mais tempo para a tomada de medidas, bem como para a elaboração do material fotográfico, pois foi preciso esperar pelo término das aulas ministradas no pátio e o final da hora do recreio em seguida. O tempo necessário para a primeira aplicação foi de duas horas.

Após a primeira aplicação, foi realizada a última revisão da planilha que sofreu pequenas modificações relacionadas à seqüência das questões, além de sua configuração geral. Desse modo, tornou-se necessário reorganizar a disponibilização de determinadas ilustrações, proporcionando maior espaço para a tomada de medidas. Essas modificações foram geradas a partir de dificuldades encontradas na aplicação do instrumento e objetivaram maior facilidade de aplicação e análise mais eficiente do local.

Alguns aspectos positivos constatados na aplicação do instrumento dizem respeito à previsão de local para tomada de medidas, facilitando a verificação da pertinência dessas com as normas existentes. Além disso, procurou-se proporcionar maior flexibilidade ao instrumento na disponibilização de um local para anotações e croquis (Observações, Plano de Ação, Croquis), evitando que tais anotações fossem realizadas em outros locais onde poderiam ser extraviadas. Um dos aspectos negativos da planilha está relacionada a não-possibilidade de verificação das medidas antropométricas, considerando a faixa etária dos alunos do ensino fundamental. Para a verificação de medidas de alcance corretas à leitura de mapas táticos, por exemplo, seria necessário o levantamento das medidas em uma amostra significativa da população de alunos.

Após a realização das devidas modificações na planilha, conforme já descrito, foi planejada a aplicação definitiva nos pátios da escola. Para a última aplicação optou-se por agendar um dia no qual os alunos não se encontravam em aula, pois era imprescindível elaborar o material fotográfico e realizar as medições necessárias. A partir da última revisão, a planilha foi aplicada definitivamente nos ambientes pertinentes a essa, sendo, em seguida, elaborado o relatório referente ao diagnóstico do contexto encontrado (organizado conforme os componentes já citados). Para essa última aplicação foram necessários aproximadamente 45 (quarenta e cinco) minutos para sua conclusão.

Com a aplicação definitiva do instrumento na escola (pátios interno e externo), pôde-se realizar o diagnóstico da situação encontrada. Embora não seja o foco deste artigo apresentar as conclusões e resultados proporcionados pela aplicação do instrumento, mas os passos necessários para sua elaboração e aperfeiçoamento, relata-se que o diagnóstico foi realizado de acordo com os componentes considerados essenciais para prover a acessibilidade no espaço físico para estudantes com restrições visuais (OM, SI, MS e U).

O instrumento foi aplicado conforme a seqüência de questões configuradas nesse, bem como o relatório referente ao diagnóstico apresentado conforme essa seqüência (Acessos; Ambiente do Pátio; Sinalização, Visual e Tátil; Comunicação Visual, Tátil e Sonora; Mobiliário e Elementos; Sinalização de Segurança). É necessário salientar que algumas questões fazem referência a um ou mais componentes investigados nessa análise (OM, SI, MS e U), sendo, desse modo, abordadas em mais de um componente, também, no relatório referente ao diagnóstico.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

O processo de construção do instrumento, tratado neste artigo, possibilitou importante conhecimento e reflexão acerca das reais necessidades de alunos com deficiências visuais a serem consideradas, em termos espaciais, nos edifícios escolares destinados ao atendimento do ensino fundamental. A necessidade de estudos voltados para a acessibilidade espacial, com o foco no atendimento dessas necessidades, é de grande importância para possibilitar, não somente a freqüência desses alunos em escolas de ensino regular, mas sua permanência com qualidade nessas, inclusive porque esse é um direito assegurado.

No processo descrito por este artigo constataram-se algumas questões de importância fundamental para estudantes com restrições visuais. Essas questões estão relacionadas, por exemplo, à autonomia e segurança no uso e acesso ao espaço físico, bem como à disponibilização de elementos de acessibilidade a favorecerem a apreensão das informações do ambiente por meio dos sentidos remanescentes. Não houve a pretensão de elaborar um instrumento com uma abordagem exaustiva, mas que contemplasse os requisitos mais importantes no atual contexto das escolas, considerando as particularidades da rede de ensino municipal de Florianópolis e das necessidades da deficiência visual, em termos espaciais.

Na construção do instrumento como um todo, procurou-se abordar aspectos gerais e relevantes envolvendo as principais situações relacionadas ao espaço físico de escolas públicas de ensino fundamental, em termos de acessibilidade espacial para estudantes com restrições visuais. Pretendeu-se verificar, por meio do processo de aprimoramento de uma planilha, sua aplicabilidade no contexto da escola, demonstrando, então, sua viabilidade. Para sua elaboração foi necessário eleger algumas questões principais a serem abordadas, devido à complexidade das condicionantes relacionadas às especificidades da deficiência visual, inclusive, considerando o grande número de questões formuladas nas primeiras fases de elaboração do instrumento.

Além de todas as considerações anteriores, houve a necessidade de ajustar todos esses condicionantes aos quatro componentes eleitos para prover acessibilidade espacial de alunos com restrições visuais: orientação e mobilidade; sinalização, informação e comunicação; mobilidade e segurança; usabilidade. As constatações apresentadas neste trabalho não devem servir como parâmetro único e definitivo para aplicação em outras escolas, mas podem subsidiar outras avaliações, considerando e respeitando as especificidades e a realidade de cada contexto (considerando cada escola e os alunos matriculados).

No processo de conclusão do instrumento, avaliou-se alguns aspectos positivos e negativos, como a ausência das medidas antropométricas para alunos do ensino fundamental. Em relação a essa questão, procurou-se levantar as medidas necessárias durante a elaboração do instrumento, considerando uma amostra de alunos, mas se constatou ser necessário um levantamento mais amplo para possibilitar um resultado satisfatório.

Verificou-se, também, a necessidade da elaboração de planilhas referentes a ambientes específicos, como sala de odontologia, laboratórios, auditório, salas multimeios (servem de apoio aos alunos com deficiências, inclusive, visuais) e quadras de esporte, pois possuem características específicas que devem ser consideradas. Outra questão verificada e tratada de maneira menos detalhada,

nesta pesquisa, está relacionada à necessidade de elaboração de um plano de evacuação do edifício no caso de emergência, bem como o treinamento adequado dos alunos em caso de necessidade, considerando os alunos com deficiência, e, mais particularmente, os portadores de deficiência visual nas ações necessárias.

A ausência, insuficiência ou desatualização de documentos legais para propor soluções de acessibilidade espacial constitui-se um entrave para providenciar escolas espacialmente inclusivas, dotadas de ambientes e equipamentos acessíveis que considerem as especificidades desses usuários. A elaboração de um instrumento o qual buscou agregar conhecimento adquirido, por meio da pesquisa realizada nas etapas iniciais de sua construção, extrapolando o determinado na legislação, procurando acrescentar novas informações às já existentes, possui extrema importância para providenciar espaços acessíveis que atendam às atuais necessidades dos estudantes com restrições visuais.

A importância de planejar-se escolas espacialmente acessíveis visando à percepção do espaço por alunos com diferentes habilidades, possibilitando a orientação e mobilidade com autonomia, pressupõe a existência de ambientes saudáveis e seguros, devendo-se privilegiar a funcionalidade e o uso dos espaços de modo facilitado. A informação deve ser clara e, a distribuição espacial, coerente e funcional, evitando situações que provoquem desorientação e confusão; deve ter como premissa o respeito à diversidade de seus estudantes, devendo, estes, sentirem-se incluídos, motivados e parte integrante da escola.

BIBLIOGRAFIA

- ADA. *The americans with disabilities act. Checklist for Readily Achievable Barrier Removal*, 1995. Disponível em:< <http://www.usdoj.gov/crt/ada/checkweb.htm>>. Acesso em: jul. 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050, 2004. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- AUDI, Eloísa Manzzini Miranda. *Protocolo para avaliação da acessibilidade física em escolas de ensino Fundamental*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). *Diário Oficial da União*, Brasília: MEC, n. 248, 23 dez. 1996.
- COHEN, R.; DUARTE, C. R. *Guia turístico de acessibilidade: uma proposta metodológica*. 2006. Disponível em: <http://www.unirio.br/museologia/leitura/GUIA_TUR%C3%8DSTICO_DE_ACESSIBILIDADE.pdf>. Acesso em: 14 set. 2006.
- DISCHINGER, Marta. *Designing for all senses: Accessible spaces for visually impaired citizens*. 2000. 260f. Thesis (for the degree of Doctor of Philosophy) – Department of Space and Process School of Architecture, Chalmers University of Technology, Göteborg, Suécia, 2000.
- DISCHINGER, Marta. et al. *Desenho universal nas escolas: Acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis*. Florianópolis, prelo, 2004.
- ESPAÑHA. Ministerio de Vivenda. *Guía técnica de accesibilidad en la edificación*. 2001. Disponível em: <http://www.mviv.es/es/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=60>. Acesso em: nov. de 2005.
- HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HANK, Vera Lúcia Costa. *O espaço físico e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança*. Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilescola.com/educacao/o-espaco-fisico-sua-relacao-no-desenvolvimento-aprendizagem-.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2006.

- KASPER, Andrea de Aguiar. *Modelo para avaliação de acessibilidade espacial de escolas públicas de ensino fundamental para alunos com restrições visuais*. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- KASPER, Andrea de Aguiar; LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: Algumas considerações. *Educar em Revista*, Paraná, v. 31, p. 231-243, 2008.
- KETTERLIN-GELLER, Leanne R. Knowing what all students know: Procedures for developing universal design for assessment. *The Journal of Technology, Learning and Assessment (JTLA)*. Boston, v. 4, n. 2, 2005.
- LOCH, Márcia do Valle Pereira. *Convergência entre acessibilidade espacial escolar, pedagogia construtivista e escola inclusiva*. 2007. 269 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. *Acessibilidade espacial em centro cultural: Estudo de casos*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- PREISER, Wolfgang F. E.; OSTROFF, Elaine. *Universal design handbook*. Nova York: MacGraw Hill, 2001.
- STERNBERG, Robert J. *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2008.
- STORY, M. F. et al. *The universal design file – Designing for peoples of all ages and abilities*. Carolina do Norte: NC State University, The Center of Universal Design, 1998.

Nota do Editor

Data de submissão: setembro 2008

Aprovação: fevereiro 2009

Andrea de Aguiar Kasper

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, área de concentração Ergonomia, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Engenharia de Produção pela mesma universidade (2007), aperfeiçoou-se em Saúde do Trabalhador pela FIOCRUZ (2005) e é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995).

akasper@deps.ufsc.br

Vera Lúcia Duarte do Valle Pereira

É graduada em Engenharia Industrial pela Universidade Federal de Santa Catarina (1966), com especialização em Administração Universitária pela mesma universidade (1981) e Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969). Cursou mestrado em Industrial Engineering pela University of Houston System (1972) e doutorado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995). Atualmente é professora adjunta IV dessa universidade.

vpereira@deps.ufsc.br

Márcia do Valle Pereira Loch

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (1996), bacharel em Artes Plásticas (2007), possui especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (1998), mestrado em Engenharia de Produção (2000) e doutorado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Santa Catarina (2007).

marloch@matrix.com.br

EPS – Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas – Centro Técnológico
Universidade Federal de Santa Catarina
Caixa Postal 476 – Campus Universitário – Trindade
88040-900 – Florianópolis, SC
(48) 3721-7001

criação das

^{re} S. João em op. feria d. fundendo a barra da onça lha banda por onde se podem encher
em forma de bala 3.5 58 braças 15 meia de dedo palmo por braça. Têm fuso
mij paus para o D. J. C. 20

M V X I D N I V C
ar 50
monarca ex alij
canalio denubrato
corpono N. 2.
et hinc, sua p[ro]p[ri]e tate.
Tres libras et viva a
confine de nostra via
far aperta.

4 | CONFERÊNCIAS
NA FAUUSP

Alessandro Ventura



MA TRAJETÓRIA NO CAMPO DO
DESENHO INDUSTRIAL

AULA INAUGURAL DO
CURSO DE DESIGN DA FAUUSP

Os temas de desenho industrial, abordados ao longo de minha vida profissional contêm, a meu ver, linhas de desenvolvimento claramente identificáveis que permitem a divisão dessa trajetória em etapas distintas. As pequenas superposições ocorridas são decorrência da simultaneidade ocasional das atividades profissionais, acadêmicas e industriais. Nesse sentido, ordeno minha apresentação expondo essa seqüência, partindo do período de minha formação profissional até o presente. São elas:

1. Anos 1958-1967
Período de formação profissional
2. Anos 1967-1968
Desenho Industrial e Considerações I –
Mecanização e arquitetura: a dissertação de mestrado
3. Anos 1969-1978
Desenho Industrial e Considerações II –
As experiências diversificadas em desenho industrial
4. Anos 1970-1980
Desenho Industrial e Considerações III –
A primeira experiência acadêmica
5. Anos 1978-1997
Desenho Industrial e Considerações IV –
A linha Ventura: produção industrial própria
6. Anos 1998-2008
Desenho Industrial e Considerações V –
Arquitetura e indústria: início da segunda experiência acadêmica – o doutorado; a livre-docência; as atividades de pesquisa atuais

PRIMEIRA ETAPA — ANOS 1958-1967

Os anos de formação profissional

Minha formação se inicia em fevereiro de 1958, ao ingressar na FAU, na rua Maranhão. Tive a felicidade de cursar a faculdade em um período de grande prestígio para a arquitetura, principalmente a brasileira, e conviver com os melhores professores arquitetos paulistas da época, entre os quais Vilanova Artigas, Helio Queiroz Duarte, Nestor Goulart Reis Filho, Abelardo de Souza, Roberto Cerqueira César, Ernst Mange, Joaquim Guedes, Jon Maitrejean e muitos outros. Ao lado desses estavam Flávio Motta, Lourival Gomes Machado, Cândido Silva Dias, Renina Katz, Élide Monzeglio e tantos outros, não-arquitetos, mas grandes intelectuais e formadores de minha geração.

Foi um período de intenso aprendizado e integração com os futuros colegas de profissão, favorecido pelo pequeno número de alunos, cerca de 150 em toda a escola, fato a permitir um grande intercâmbio de experiências. Uma vez por ano tínhamos a exposição Artistas de domingo, para a qual levávamos nossos trabalhos extracurriculares, desenhos, pinturas, esculturas e similares.

Foi, sem dúvida, um grande período!

Maitrejean foi um grande mestre. Era professor do terceiro ano de projeto e representou para mim um momento de inflexão na compreensão do que era arquitetura. Aquele terceiro ano significou um primeiro salto qualitativo em meu amadurecimento “profissional”. A distância dos anos impede que me recorde detalhes desse período, mas sua influência foi marcante e permanece.

Nesses anos de graduação, além dos muitos encontros e atividades ligados à arquitetura, éramos iniciados nas atividades políticas.

A grande efervescência política que resultou no movimento de 1964 faziamos participar ativamente das discussões e ações em muitos setores sociais. Não fiquei imune a esses acontecimentos, vindo a ser, em 1962, presidente do GFAU e, simultaneamente, presidente do DCE da USP. Isso significava, na época, uma considerável força política, levando-me a participar da política estudantil nacional, junto das UEE e UNE e de deputados de vários estados.

Nesse período, liderei em São Paulo, com outros colegas, o movimento grevista dos alunos pela participação de 1/3 nos órgãos colegiados da Universidade. Isso nos levou, a certa altura, a ocupar, por vários dias, nossa escola, para desespero de nosso diretor, professor Cândido Lima da Silva Dias, pai de minha namorada na época.

Mas não houve apenas dissabores e desencantos políticos.

Pelo fato de ser presidente do DCE da USP, era o único representante dos alunos da USP no Conselho Universitário, fato que me permitiu conviver, estreitamente, com personalidades as quais teriam, nos anos seguintes, significativa participação na vida política e universitária.

Além do reitor, professor Ulhoa Cintra, convivi com vários professores, entre os quais Fernando Henrique Cardoso, Zeferino Vaz e Gama e Silva, autor do

malfadado AI-5, sem falar do todo poderoso professor Camargo, da Escola Politécnica, ou, como o chamávamos, Camargão.

É desse período minha primeira viagem aos Estados Unidos, a convite da Associação Universitária Interamericana, com 30 líderes estudantis de todos os estados brasileiros, para uma visita que se estendeu a Nova York, Washington e terminou em Harvard, com um ciclo de palestras o qual durou de duas semanas.

Esse período de graduação foi, assim, extremamente instrutivo e permitiu um amadurecimento não apenas na arquitetura, mas, principalmente, na compreensão preliminar da vida social.

Ao me graduar, tive o privilégio de trabalhar nos escritórios de Vilanova Artigas e de Carlos Cascaldi, nos quais aprendi a dar os primeiros passos na profissão. Ao participar como arquiteto estagiário, trabalhei em vários projetos, entre os quais os vestiários das piscinas do São Paulo Futebol Clube, o ginásio da Portuguesa de Desportos e a Colônia de Férias do Sindicato dos Metalúrgicos.

Enquanto a escola me dera a oportunidade de desenvolver uma formação intelectual, o escritório de Vilanova Artigas forneceu-me o primeiro instrumental profissional.

Aí aprendi como se elabora um projeto – o que é importante e o que é secundário.

Foi minha segunda escola profissional.
E que escola!

Trabalhei com Artigas até que o 31 de março de 1964 obrigou a separar-nos. Meu envolvimento político anterior forçou-me a um afastamento temporário de São Paulo. Foram meses de angústia porque não se sabia o que nos reservava o futuro. Certamente, os meses seguintes foram suaves para mim, em comparação com o de outros colegas e companheiros. As circunstâncias me obrigaram a um refúgio de seis meses na fazenda de meu tio em Ibiúna.

Ao retornar à vida normal em São Paulo, a falta de oportunidades de trabalho levou-me a executar alguns projetos de menor importância. Diante do pessimismo reinante, resolvi habilitar-me para uma bolsa de estudos de pós-graduação na França. Fui classificado, mas naquele momento houve um acontecimento que alterou, substancialmente, meus planos futuros. Conheci minha atual e única esposa, Dora Selma Fix.

A alteração de planos foi causada pelo fato de Dora estar terminando seu doutoramento em psicologia experimental na Universidade de Colúmbia. Deveria retornar para Nova York em pouco tempo e eu tinha uma bolsa para a França, o que fazer?

A decisão foi cirúrgica. Casamo-nos em tempo recorde. Abri mão de minha bolsa. Mas o que podia fazer em Nova York? Nunca fora muito entusiasta pela arquitetura americana. A única qualidade que podia me interessar nos EUA era sua indústria. Ora, então vamos estudar a produção industrial americana!

A forma encontrada para viabilizar essa hipótese foi conseguir um novo estágio por intermédio do arquiteto Henrique Mindlin, tio de Dora, e amigo do arquiteto americano George Nelson.

Não foi difícil articular o estágio. E assim iniciei meu terceiro período de formação.

O escritório George Nelson, na parte baixa de Nova York, contava com dimensões maiores do que os escritórios brasileiros, mas pequeno para os padrões americanos.

Estava instalado em um edifício de quatro andares e um subsolo. Cada andar abrigava uma especialidade. O primeiro andar reunia os especialistas em programação visual. O segundo os desenhistas industriais, e, o terceiro, os arquitetos e decoradores. O último andar era a residência de George Nelson. O subsolo abrigava a oficina de modelos.

Em minha estada em Nova York participei, no escritório de George Nelson, de vários projetos, principalmente em arquitetura, aprendendo as técnicas de projeto americanas muito mais precisas do que as no Brasil. Entre as curiosidades desse período, saliento o aprendizado em fazer desenhos finais totalmente a lápis, enquanto, no Brasil, somente usávamos a tinta nanquim e escrevíamos com normógrafo.

O contato com o tipo de detalhamento americano ensinou-me a usar novos materiais e técnicas construtivas, com detalhes mais precisos, decorrentes da grande variação climática ao longo do ano. A convivência no escritório com desenhistas industriais e comunicadores visuais introduziu-me, lentamente, nesse novo universo até então completamente desconhecido por mim. Lentamente, esse contato com os desenhistas industriais do

escritório levou-me a decidir por uma dedicação integral ao estudo das técnicas de projeto industriais. A forma que encontrei foi me matricular no curso de pós-graduação em desenho industrial da Pratt Institute, a melhor escola em Nova York e uma das melhores nos Estados Unidos.

Minha falta de dinheiro obrigou-me a solicitar uma bolsa de estudos para o curso, e, para minha surpresa, fui agraciado com uma bolsa da própria escola como reconhecimento por meu currículo.

Essa bolsa pagava os custos da escola, e completei meu orçamento com uma bolsa da União dos Estados Americanos – OEA. O curso foi altamente instrutivo, com disciplinas completamente novas para minha formação. Completei-o em 1968 com a aprovação de minha dissertação de mestrado: *Mechanization and architecture*. A obtenção do título de master of arts, na Pratt, encerrou o ciclo que considero correspondente ao de minha formação profissional, o qual passo a descrever na próxima etapa.

SEGUNDA ETAPA – ANOS 1967-1968

Desenho Industrial e Considerações I Mecanização e arquitetura: a dissertação de mestrado

No período que cobre os anos de 1967-1968 dediquei-me, exclusivamente, ao curso de pós-graduação da Pratt Institute, em Nova York, onde apresentei minha dissertação de mestrado, e é considerado por mim como a última etapa de minha formação profissional.

Minha experiência anterior era na área da arquitetura, com instrumental voltado para os grandes volumes e técnicas relativamente artesanais. Ao ingressar em um curso de desenho industrial, foi necessária uma adaptação às novas técnicas, à menor escala, aos novos materiais e a uma série de procedimentos de projeto desconhecidos na arquitetura.

Entre outras, foi necessária a ampliação de conhecimento sobre: os processos de produção mecânica; linhas de produção e montagem; rotinas industriais; as grandes variedades de resinas e plásticos, e de outros materiais; texturas, cores e

volumes; técnicas para especificação de materiais, etc. Além desses aspectos tecnológicos, foi necessário aprofundar conhecimentos sobre os vários aspectos da ergonomia e dos complexos componentes culturais que envolvem os objetos de uso.

Pela primeira vez, fui introduzido às técnicas da escultura e a compreender as complexas formas de composição dessas construções. Esse tipo de ensinamento não foi lúdico, mas necessário e imposto pelas dimensões dos objetos tratados. Esse treinamento foi, particularmente, útil ao longo de toda minha vida profissional.

Aos olhos de hoje, verifico que esse curto período significou o primeiro ingresso em um universo instigante e totalmente novo: o mundo industrial, visto pelo criador de produtos. Foi tão importante, que me conquistou pelo resto de minha vida profissional. Evidentemente, os ensinamentos adquiridos naquele momento eram ainda precários e incompletos, mas foram sendo, ao longo dos anos, desenvolvidos e ampliados.

Ao desenvolver minha dissertação de mestrado nesse meio, não foi possível desvincular-me da formação anterior em arquitetura. Procurava uma forma de aliar os vários conhecimentos acumulados até então aos recém-adquiridos. Por essa razão optei por uma temática a qual pudesse aliar as duas experiências. Assim, surgiu o tema: Mecanização e Arquitetura.

Em minha relativa inexperiência, considerei, na base do estudo, dois aspectos os quais, hoje, parecem-me extremamente limitados e incompletos, mas, na época, representavam a maior amplitude que poderia alcançar: a intercambialidade de peça e a linha de montagem. A pretensão era conceber os edifícios da mesma forma como eram projetados os automóveis. A facilidade com que era possível substituir componentes nos automóveis deveria ser possível, também, com as partes do edifício. Considerava, perfeitamente viável a intercambialidade de escadas, pisos, paredes, banheiros, portas, janelas, etc.

Defini, como tema, uma construção simples, ao menos em termos construtivos: a habitação. Desmembrei o edifício em componentes, segundo um critério básico: possuírem estrutura resistente própria. De acordo com minha visão, desde que corretamente dimensionados, esses componentes poderiam ser acoplados de diversas maneiras,

gerando diferentes configurações para a habitação. Esse conceito permitiria grande flexibilidade para a produção e também variedade de opções de composição.

O segundo aspecto considerado era a linha de montagem, utilizada com a função de elemento integrador e finalizador da produção das unidades habitacionais. Nessa linha de montagem, acoplavam-se, em uma única estrutura, as várias unidades primárias fabricadas em outro local. A necessidade de uma estrutura de suporte para o deslocamento do conjunto em construção, ao longo da linha de montagem, sugeriu a concepção de um chassi metálico, a exemplo da indústria automobilística. Esse chassi teria uma dupla função: suportar as unidades primárias durante a montagem e constituir-se o sistema estrutural, principal e definitivo, da unidade finalizada.

Um aspecto interessante, nessa proposta, era a idéia de permitir a substituição das unidades primárias por outras, mais atualizadas, como seria feito hoje nos conceitos da produção modular com o *upgrade* de um produto. Evidentemente, esse conceito não existia, na época, sob essa forma, mas é interessante ressaltar a semelhança das intenções.

A idéia de renovação das unidades primárias estava ligada a uma atualização permanente das unidades habitacionais, permitindo, inclusive, o reaproveitamento de unidades antigas dentro de um mercado secundário. Mais uma vez, à semelhança com o modelo original da produção automobilística.

De certa forma, a idéia de atualização e reutilização dos edifícios pela substituição de componentes também pode ser vista como a fonte do princípio que considero básico nos trabalhos mais recentes, inclusive no presente: a mobilidade da construção. Essa mobilidade, que considero hoje, não é mais no sentido gerador de um mercado de segunda mão, mas como renovador dos entornos urbanos.

Na época, tinha uma visão ingênua desse princípio de mobilidade, pois o limitava a poucos elementos de análise. O princípio era adotado, embora com outro nome, mas não considerava, por exemplo, a forma e os meios de transporte a serem empregados. O edifício era montado em fábrica e instalado no sítio por um passe de mágica, de onde a estrutura principal não mais se movia. Apenas os

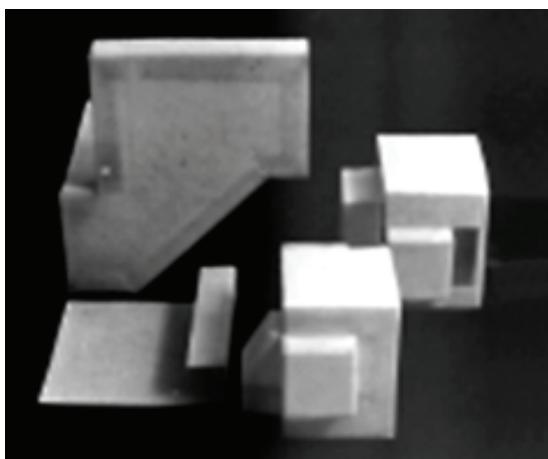


Figura 1: As unidades primárias: escada, banheiro, cozinha, etc.

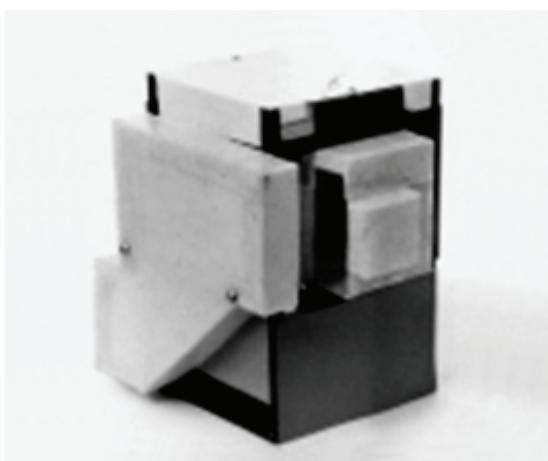


Figura 2: O conjunto montado



Figura 3: Rádio Semp – 1968-1969

componentes tinham mobilidade. Hoje, a longa experiência, e diria mesmo a maturidade, mostra essa ingenuidade.

Mas é preciso registrar a permanência da idéia.

Outro aspecto interessante é a preocupação que já tinha pela necessidade dimensional, ou modular, a qual, naturalmente, era em polegadas. Essa definição dimensional, vista com a complexidade com a qual a estudei nos anos seguintes e, particularmente, no trabalho de doutorado e no presente, é de uma ingenuidade muito grande – um dimensionamento que levava em consideração apenas o espaço necessário ao desempenho de determinada função, como, por exemplo, o de um chuveiro. A partir da simples coincidência de algumas dessas dimensões, estabeleci uma série dimensional de 10", 18", 28" (10+18) e 46" (18+28).

Apesar de sua ingenuidade, ela representou o embrião de uma preocupação permanente, presente em todos os trabalhos desenvolvidos ao longo de minha vida profissional. A complexidade desses estudos pode ser verificada no capítulo 4 e em seu anexo 1 de minha tese de livre-docência (VENTURA, 2002).

Essa era, sem dúvida, uma visão de produção fordista que hoje substituí, adotando um conceito de produção modular, mais condizente com os dias atuais. Outros aspectos do trabalho de formação dessa época também poderiam ser apontados, mas o que deve ser gravado é: foi o início de minha formação e familiaridade na área industrial e o estabelecimento de idéias básicas as quais se mantiveram permanentemente em minha obra futura.

Em síntese, nesse período tomei contato com novos vetores de projeto, como as técnicas industriais, a linha de montagem, a intercambialidade de componentes, a ergonomia, as técnicas de escultura e as várias componentes culturais a refletirem-se nos objetos. Também analisei alguns conceitos como as estruturas-suporte, a mobilidade dos edifícios e sua reutilização, a necessidade dimensional ou modular e a forma de produção linear fordista. Esses conceitos, com o acréscimo da forma de produção modular, estão incorporados em meus trabalhos atuais que os sofisticaram e aprimoraram, dando-lhes crescente viabilidade e pertinência. Ao terminar o mestrado, retornei ao Brasil, iniciando a etapa propriamente profissional.

TERCEIRA ETAPA – ANOS 1969-1978

Desenho Industrial e Considerações II

As experiências diversificadas em desenho industrial: tema recorrente na atividade profissional

Os anos de atividade profissional e acadêmica

Ao retornar ao Brasil, decidi abrir um escritório voltado, prioritariamente, para projetos de desenho industrial. Foi uma decisão arriscada para a época, pois não havia qualquer tradição no Brasil para essa atividade. Sem dúvida, os primeiros tempos de qualquer escritório são difíceis, mas os meus foram agravados pela escolha da especialidade.

A busca dos primeiros clientes e seu convencimento em investir em novos produtos marcou um período difícil. Não posso deixar de mencionar o apoio que recebi, nesse período, por parte de meu sogro, Henrique Fix, diretor e fundador (com Olavo Egydio Setubal e Renato Refinetti) da Deca, sempre pronto a recomendar-me a seus amigos industriais.

Aproveito para registrar que Henrique Fix foi meu primeiro e importante mentor no entendimento prático do que era uma indústria. Até então, possuía um conhecimento limitado e intuitivo sobre isso, mas estava muito longe de conhecer seus métodos e prática. Foi, sem dúvida, por meio desse contato familiar que construí minha base inicial, coerente, de conhecimento sobre o que é e como opera uma indústria. Esse conhecimento seria ampliado nos anos seguintes pelas várias experiências e opções escolhidas, mas, ao longo de todo esse processo, Henrique foi sempre uma referência com quem trocava opiniões e recebia conselhos.

Posso dizer que os primeiros trabalhos, em desenho industrial, de meu escritório, não foram importantes ou significativos. Enquanto não conseguia meus primeiros clientes na indústria, executei alguns projetos de arquitetura, entre os quais o projeto de um edifício de escritórios para a Deca.

O primeiro trabalho de desenho industrial desse período, no qual reconheço alguma contribuição, foi um rádio portátil feito para a Semp, em 1969, que tentava inovar, lançando seu primeiro produto fabricado em plástico. As relações com o cliente não foram fáceis porque ainda não tinha conhecimento suficiente para assimilar a complexidade dos

problemas empresariais. Mas, no caso Semp, chegamos a bom termo e conseguimos um projeto interessante.

As dificuldades no relacionamento com os clientes foram diminuindo à medida que aumentava meu conhecimento sobre as rotinas empresariais industriais. Posso dizer que essas dificuldades continuaram até o momento em que assimilei o fato de elas serem simples decorrência de abordagens e métodos de trabalho diferentes.

No período que vai de fins de 1968 até 1969 executei projetos de embalagens, caixas plásticas para transporte de leite, expositores, uma pia para cozinha em *fiberglass* e um conjunto de ventiladores para a Eletromar, sediada no Rio de Janeiro. Entre esses projetos de menor expressão, saliento apenas o projeto de um ventilador com 16 polegadas de diâmetro concebido com a colaboração do escultor Yutaka Toyota. A experiência foi bem-sucedida, mas não tive outra oportunidade, ou melhor, não tive nenhum outro projeto que me permitisse convidar o escultor para colaborar.

Os anos 70 foram marcados por projetos de maior expressão. Pela primeira vez executei um projeto de alta complexidade em desenho industrial – uma motocicleta de 150cc para a Pasco, depois Brumana-Pugliesi, que era a representante da Lambretta no Brasil. Pela primeira vez desenvolvi um projeto executado, basicamente, na oficina da fábrica, com a construção simultânea do protótipo. A dificuldade no projeto era gerada pela manipulação simultânea de componentes muito diversificados e em grande número.

Outro cliente importante desse período foi a Baumer, fabricante de equipamentos hospitalares, para quem executei vários trabalhos durante os anos seguintes. Saliento a característica desse tipo de fabricante, que produz grande quantidade de produtos, mas em pequena escala, típico dos fornecedores de equipamentos hospitalares. Essa forma de operação faz sua fábrica mais parecer-se com uma grande oficina e não com uma fábrica convencional. Devo apontar que a Baumer me consultou há cerca de cinco anos para o desenvolvimento de mais um projeto, o que mostra o bom desempenho e relacionamento mantidos entre nós durante todos esses anos.

O cliente mais importante e duradouro dessa época foi a Frata, fabricante de acessórios para



Figura 4: Ventilador Eletromar – 1969

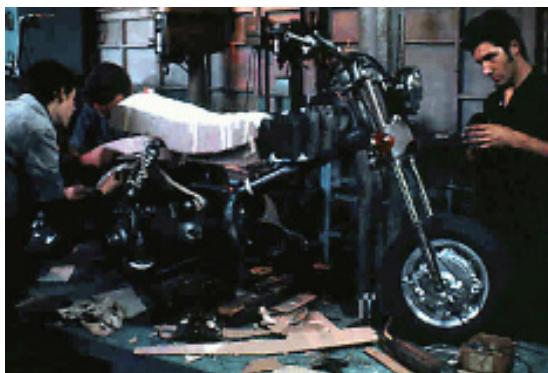


Figura 5: Motocicleta – 1970



Figura 6: Lavadora Industrial Baumer – 1971



Figura 7: Louça sanitária Deca – 1972



Figura 8: Torneira Deca – 1975



Figura 9: Equipamentos fotográficos Frata 1970 – 1995

fotografia, especializada, e a única fabricante de *flashes* no Brasil. Seu proprietário, empresário Manuel Thaleemberg, tornou-se grande amigo e o é até hoje. Acreditava na criação de um desenho industrial brasileiro, para minha grande surpresa na época. Acreditava tanto em minha colaboração que muitas vezes antecipava pagamentos, quando meu escritório estava sem dinheiro para o dia a dia. Aprendi muito com seus projetos, os quais se estenderam até o ano de 1995.

No ano de 1970 fui convidado pelo professor doutor Lúcio Grinover para ingressar no grupo de desenho industrial da FAU, e tive a oportunidade de trazer para a escola minha experiência adquirida nos anos americanos e no início de minha prática profissional. Nesses primeiros anos dediquei-me com entusiasmo ao ensino, não tendo oportunidade para desenvolver pesquisas que não fossem aquelas realizadas em meu escritório.

Nos anos de 1971 e 1972 desenvolvi meus primeiros projetos de desenho industrial para a Deca e novos projetos para a Baumer e Frata. É também desse período o projeto de uma extensa linha de fogões domésticos para a Wallig, empresa sediada no Rio Grande do Sul e especializada em fogões industriais. Nessa época também iniciei trabalhos com a Sunbeam do Brasil, multinacional que, após alguns anos, encerrou suas atividades no Brasil. No ano de 1972 elaborei meu primeiro *kit* de ensino de física, para o Fename, por solicitação do Instituto de Física da USP.

No ano de 1972, por insistência de Alexandre Wollner, participei de minha primeira exposição coletiva de projetos de desenho industrial. Digo que foi por sua insistência, porque minha timidez sempre me fez avesso a esse tipo de participação. Mas foi uma iniciativa importante pois, pela primeira vez, introduziu-me no meio profissional dos desenhistas industriais e, a partir desse momento, comecei a receber vários convites para palestras, congressos e outras atividades de caráter comunitário e de política industrial. Entre esses, saliento o convite para ser membro do júri do Prêmio Roberto Simonsen, como coordenador do Prêmio Lúcio Meira, participação no Seminário Internacional de Desenho Industrial para Exportação, organizado pela Sudene. Também participei da exposição do setor de Desenho Industrial da Bienal de Arquitetura de 1972.

Do período final de 1972 até 1974 inicia-se uma expansão das atividades do escritório e, entre outros

projetos para os mesmos clientes, destaco dois, cujos resultados me agradaram muito. O primeiro foi o circulador de ar da Sunbeam, por sua forma e princípio de controle na orientação do ar, copiado e modificado, posteriormente, pelos concorrentes. O segundo não foi propriamente um projeto, mas a elaboração de um estudo crítico da evolução de torneiras domésticas, feito para a Deca. Infelizmente, a única cópia desse estudo, em meu poder, foi extraviada. No estudo analisei todos os modelos de torneiras que a empresa possuía em seus arquivos e organizei-os, mostrando sua evolução segundo critérios de concepção de projeto. Conseguí, assim, uma catalogação tendo como base seis arquétipos claramente identificados que, com sua ordenação, indicavam qual seria a próxima etapa de sua evolução. Os anos seguintes confirmaram as previsões indicadas.

Nesses anos, participei novamente da Bienal de Arquitetura (1973), sou membro do júri dos concursos Prêmio Lúcio Meira (1974) e da exposição *O design brasileiro*, e participei de seminário em Belo Horizonte, organizado pelo Centro Tecnológico de Minas – Cetec.

Destaco, ainda, duas atividades importantes no ano de 1973. A primeira foi a participação no Conselho Estadual de Tecnologia como representante da Associação Brasileira de Desenho Industrial – ABDI. A segunda foi a visita ao Japão em caráter oficial, como enviado da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio. O objetivo dessa missão era visitar os laboratórios de desenho industrial japoneses, tentando identificar a forma usada por eles, com vistas a criar sua estrutura para o desenvolvimento de projetos de produto. O segundo foi participar do congresso do International Council of the Societies of Industrial Design – ICSID, em Tóquio, como representante oficial brasileiro.

Nos anos de 1975 e 1976 houve uma modificação nos tipos de produtos desenvolvidos no escritório. Chegaram as primeiras solicitações de projetos para computador. Foi criado um projeto para a Scopus, um para o Serviço de Processamento de Dados – Serpro, da Receita Federal, outro para a VASP, usado em todos os aeroportos do país, e o Concentrador de Dados Periféricos para o Instituto de Física da USP. Foi também desenvolvida a primeira máquina eletrônica para a loteria esportiva da Caixa Econômica Federal. Para esse projeto convidei, como colaborador, Gui Bonsiepe, que, na época, residia em Buenos Aires. Foi construído um protótipo completo e



Figura 10: Fogões Wallig – 1972



Figura 11: Ventilador Sunbeam – 1974



Figura 12: Computador Scopus – 1976



Figura 13:
Computador
Ifusp – 1975



Figura 14:
Computador
Vasp – 1975

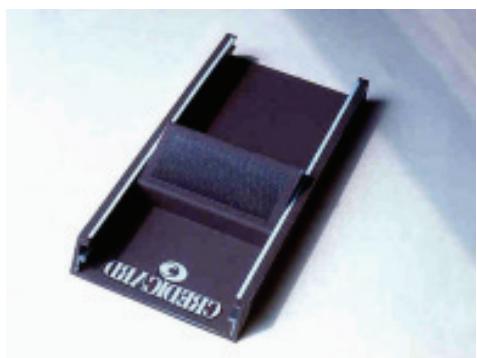


Figura 15:
Credicard – 1977



Figura 16:
Máquina Caixa
Bancária
Itautec – 1982

funcional nas oficinas de meu escritório. Infelizmente, problemas de ordem política alteraram os planos do cliente e o projeto não foi implementado. Também nesse período são desenvolvidos cerca de 26 kits para ensino de física, biologia e química para a Funbec. No ano de 1976, desenvolvi o mobiliário para o Laboratório de Imunologia da USP, e nele contei com a colaboração do arquiteto Silvio Grichener, atualmente professor titular na Faculdade de Arquitetura de Buenos Aires.

Nesses anos participo como coordenador de dois seminários sobre desenho industrial, sendo um deles como coordenador da representação brasileira, realizado em Buenos Aires e patrocinado pelo ICSID, e outro organizado pelo Centro de Treinamento da Pequena e Média Empresa do Nordeste – Cetren. Também proferi conferências no Idort e na FAAP.

No ano de 1977 desenvolvi mais uma série de projetos, entre os quais vários computadores, fechadura, calculadoras eletrônicas e a máquina para transação de vendas do Credicard.

Nessa época, os reflexos da crise do petróleo, iniciada em meados de 1974, criavam abalo no meio industrial e começavam a preocupar-me em relação ao futuro do escritório, totalmente voltado para o desenvolvimento de produtos. Esse fato, aliado à rotina criada pela repetição das temáticas de projeto, impulsionou-me na busca de uma nova atividade ligada à indústria. Começa a germinar a idéia que constitui a quinta fase de minha carreira profissional: a criação da Ventura Produtos Industriais Ltda.

Outras experiências do período

Essa terceira etapa de atividades iniciou-se após meu retorno de Nova York e estendeu até meados de 1978. Não posso definir com precisão seu término porque, apesar de iniciar meu próximo período de atividades industriais, em 1978, o sucesso profissional obtido nos anos anteriores resultou em que fosse ainda procurado por antigos e novos clientes para a execução de projetos de produtos.

Esse foi, entre outros, o caso da Itautec no início dos anos 80.

Essa empresa, que, ao encontrar dificuldades na montagem de uma equipe própria para desenvolver seus projetos de desenho industrial, devido à pouca experiência de seus funcionários, chamou-me por indicação do banqueiro Olavo Setúbal, para orientar seus trabalhos iniciais. O sucesso dessa iniciativa

provocou minha permanência como consultor dessa equipe durante cerca de cinco anos, apesar de já não estar entre minhas prioridades esse tipo de atividade. Durante esse período orientei diversos projetos de desenho industrial da empresa nas áreas bancária e de informática. De todos os projetos, sem dúvida, o mais complexo e interessante foi o que se denominava, na época, equipamento bancário do futuro. E o futuro confirmou seu nome. Foi o embrião dos tão populares equipamentos hoje conhecidos como caixas eletrônicos.

Esse foi um projeto complexo, composto por três torres, com aproximadamente 1,60 m de altura, e uma secção quadrada, com aproximadamente 0,30 cm de lado. Cada uma dessas pequenas torres embutia um conjunto de funções, as quais, nos aparelhos mais recentes, ficam centralizadas em um único aparelho. A complexidade do projeto exigia um estudo modular apurado, pois era necessário acomodar equipamentos hoje denominados módulos, com diferentes dimensões e requisitos funcionais, em três estruturas de dimensões iguais. Os vários tipos de vedação dos equipamentos e fechamento das superfícies das torres também exigiam uma unificação dimensional.

Sem dúvida, esses estudos, entre outros, foram fundamentais para minha preparação técnica, com o objetivo de abordar problemas dimensionais complexos, como aqueles apresentados em meus mais recentes trabalhos.

Não foi diferente no caso da Frata, antigo cliente e, na época, único fabricante nacional de *flashes* fotográficos, o qual, em 1995, solicitou-me um projeto de *flash* profissional. Esse trabalho, o último de uma longa série direcionada a essa empresa, preparou-me tecnicamente para os estudos de pequenos, minuciosos e precisos detalhes construtivos. Apesar de, no caso presente, tratar de elementos construtivos de grande porte, o treinamento baseado nas peças diminutas e com necessidade absoluta de precisão está sempre na base de todo e qualquer estudo.

Nesse período, também participei de entidades ligadas à organização e à promoção do desenho industrial, como a antiga Associação Brasileira de Desenho Industrial – ABDI; elaborei o primeiro estatuto do Núcleo de Desenho Industrial – NDI, da Fiesp, de órgãos colegiados, como o grupo de desenho industrial da Secretaria de Cultura do

Estado de São Paulo, de congressos, júris e outras inúmeras atividades.

O escritório foi, por outro lado, um laboratório experimental de importância não apenas pessoal, mas também na formação de muitos profissionais, os quais, depois, atuaram no mesmo setor, e alguns também se tornaram, posteriormente, professores da FAU.

A oficina de modelos, mantida no escritório, além de ser fonte de muitos ensinamentos e experiências, também formou profissionais sob minha orientação, os quais depois se tornaram modeladores especializados na indústria. O desenvolvimento de projetos, ao lado da oficina, foi também uma escola no sentido de criação da rotina de aliar o desenho ao modelo tridimensional, técnica usada até hoje.

A técnica de modelagem é um dos elementos fundamentais para o projeto de produtos industriais. A possibilidade de construção dos modelos em escala natural torna essa técnica uma ferramenta de verificação, e, principalmente, de projeto, essencial no desenvolvimento dos produtos. A necessidade de verificação e ajuste dos detalhes em suas minúcias obriga a uma construção e reconstrução contínuas dos modelos e seu permanente ajuste. A experiência adquirida em termos de processos de produção e a familiaridade com o comportamento dos materiais permitem ao projetista trabalhar diretamente nos modelos reais, reduzindo os desenhos a meros croquis orientadores. Somente após a finalização dos modelos procede-se à execução de desenhos executivos e finais.

O que deve ser retido como resultado desse profícuo período profissional é a ampliação e aplicação do conhecimento adquirido nos anos de formação básica, a possibilidade das experiências na prática, e o sentimento de ter, de alguma forma, contribuído para o avanço da indústria brasileira.

Finalmente, devo mencionar que esse período me mostrou, com clareza, a pertinência de um conceito metodológico da arte do projeto – a impossibilidade de manutenção de raciocínios lineares do pensamento. O processo criativo não pode ser aditivo, pois é preciso manejar vários parâmetros, simultaneamente, de forma randômica, ou aleatória. Esse tipo de raciocínio vai contra o aprendizado normal dos fatos culturais e exige um longo treinamento o qual apenas o tempo e o amadurecimento podem proporcionar. A meu ver, esse

é um ponto essencial quando se pensa no ensino e no preparo dos futuros profissionais de projeto.

Em síntese, ao longo dessa experiência profissional, trabalhei com várias idéias, entre as quais a modulação de objetos complexos, e aprendi a afastar-me dos elementos óbvios dos produtos e a conceituá-los de forma abstrata e global. Aprendi, também, a trabalhar com detalhes minuciosos e precisos e com recursos mínimos. Também desenvolvi e aprimorei as técnicas de modelagem para a verificação dos modelos e protótipos.

QUARTA ETAPA — ANOS 1970-1980

Desenho Industrial e Considerações III A primeira experiência acadêmica

O período que cobre minha primeira passagem pela FAU coincide com a época de meu escritório de desenho industrial. Foi um período em que tive todas as condições para desenvolver e aprimorar os conceitos e as técnicas aprendidas ao longo de minha formação.

Os trabalhos realizados continham o entusiasmo típico da descoberta e da constatação de ser possível contribuir para a construção de uma nova atividade profissional.

Foi com esse espírito entusiasmado que, convidado pelo professor doutor Lúcio Grinover, ingressei no grupo de desenho industrial do Departamento de Projeto da FAU.

Ao longo dos anos de minha experiência acadêmica, procurei colaborar com os colegas professores de desenho industrial da época, introduzindo boa parte dos ensinamentos obtidos na Pratt Institute em minha prática profissional. Conceitos sobre produção industrial, materiais, especificações, ergonomia e outros, foram sistematizados e transmitidos nos cursos. Acima de tudo, procurava transmitir os fundamentos mais importantes para conceituar um tema escolhido e estabelecer, com clareza, as técnicas para o desenvolvimento de seu projeto.

Dentre essas técnicas, sempre concedi grande ênfase para o uso das oficinas e suas máquinas, visando construir, sempre, os modelos correspondentes ao que estava sendo desenhado e

projetado. Como já observei em outra parte do presente texto, essa técnica é central e vital para o projetista porque lhe permite verificar, ou mesmo testar, imediatamente, aquilo que acabou de desenhar. O conceito de uso dessa técnica não é apenas minha, mas é extensivamente empregada pelos profissionais da área. Não é por acaso que, no escritório do arquiteto George Nelson, em Nova York, onde trabalhei em 1966, dos quatro andares do edifício, um era integralmente ocupado pela oficina de modelos. A importância que lhe dou neste relato decorre do fato de não haver essa tradição de modelagem na FAU, e, certamente, fui um dos primeiros a tentar consolidar sua necessidade.

A falta dessa técnica na escola se justificava porque os arquitetos, trabalhando com grandes volumes e massas, não podiam reproduzir em modelos seus projetos. O máximo que podiam almejar era uma simulação visual dos mesmos, para uma verificação de volumes e proporções. No caso dos produtos industriais, suas dimensões menores permitem ir além dessas verificações e examinar também outros aspectos, como, por exemplo, o comportamento funcional do conjunto e de suas partes, eventuais movimentos dos componentes, detalhes construtivos, etc.

Era preciso acrescentar esse tipo de treinamento para os alunos, sem deixar de lado as outras formas de representação, das informações de ordem técnica e, acima de tudo, dos conceitos básicos a orientarem a concepção de um projeto.

Os conceitos dos complexos componentes culturais que envolvem os produtos eram também transmitidos, fosse de forma informal, fosse por meio de aulas formais. Em particular, procurei sempre especular, com os alunos, tópicos de uma esfera a qual sempre me atraiu, embora não fosse um especialista na matéria – a antropologia cultural e material. Esse interesse vinha de minha permanente curiosidade sobre a forma como os objetos eram usados e qual o significado para aqueles que os usavam. Esse conhecimento é fundamental para um criador de objetos.

Além desses enfoques, trazia para os alunos a discussão sobre as pesquisas e descobertas surgidas a partir das atividades profissionais em meu escritório. Muitos desses alunos tornaram-se estagiários ali, onde o treinamento foi aprofundado. Alguns se tornaram, posteriormente, professores da

FAU, e outros se tornaram profissionais de sucesso em projeto de produtos.

Devo dizer que sempre tive respostas muito gratificantes a esse tipo de ensinamento. Foi um período muito rico, com intercâmbio de idéias entre alunos e professores da FAU, extremamente estimulante, correspondendo à alegria da descoberta e da contribuição à indústria brasileira desenvolvidas em minha atividade profissional.

Durante esse período acadêmico tive a honra de ter sido designado pela antiga Comissão Interdepartamental da FAU como coordenador dos Trabalhos de Graduação Interdisciplinar – TGI, função desempenhada durante três anos, com proveitoso intercâmbio de idéias com os vários orientadores dos alunos. Esse período, à frente da coordenação do TGI, levou-me a ampliar o campo específico do projeto de produtos e abrindo temas mais amplos ligados à arquitetura. Essa longa experiência foi extremamente gratificante em termos de participação maior na vida acadêmica da FAU.

Encerrei esse primeiro período acadêmico em 1980, não porque o julgasse menos importante, mas porque a essa altura já iniciara meu novo ciclo profissional na atividade industrial, e esta exigia um tempo maior do que dispunha.

Como conclusão, devo dizer que o período acadêmico se superpõe de forma altamente positiva à minha atividade profissional, enriquecendo-a, e creio que, ao mesmo tempo, foi possível contribuir para a consolidação dos conhecimentos sobre desenho industrial em nossa escola.

QUINTA ETAPA – ANOS 1978-1997

Desenho Industrial e Considerações IV A linha Ventura de desenho industrial: produção industrial própria

A empresa industrial Ventura

O período da Ventura Produtos Industriais – VPI é germinado em 1977 e 1978, sendo concretizado nesse último ano.

O setor industrial escolhido foi o da transformação da matéria plástica usando a técnica de injeção. A razão para essa escolha foi a preexistência de uma empresa familiar no setor.

A passagem de uma atividade, do escritório, para outra, industrial, foi gradativa e sem solução de continuidade. Vários projetos e atividades – participação em congressos, exposições, conferências, júris de concursos – continuaram em função da atividade e do reconhecimento que tivera na etapa anterior.

Vários clientes ainda buscavam meus préstimos profissionais, e, entre esses, destaco dois casos.

O primeiro foi o convite da Itautec para organizar e orientar sua primeira equipe de desenho industrial. Foram cinco anos de consultoria em vários projetos dos quais destaco a primeira versão do conceito o qual, na época, designava-se por banco do futuro. Foi a criação do ancestral das atuais máquinas conhecidas como Banco 24 horas.

O segundo foi um convite recebido da TECNASA, fabricante de equipamentos aeronáuticos, sediada em São José dos Campos, para atualizar seus especialistas nas técnicas de desenvolvimento de produtos. Foram proferidas seis conferências e orientada a execução de um projeto piloto para aplicação dos conceitos expostos, um rádio comunicador para aeronaves, posteriormente fabricado em vários países da Europa e da Ásia.

O início da VPI foi marcado por uma longa busca de produtos em vários setores do mercado, finalizando com a opção por fabricar produtos para uso doméstico, naturalmente, em plástico injetado. O sistema de busca foi extremamente interessante e instrutivo, levando-me a incorporar uma série de novos conhecimentos a respeito da forma operacional da indústria.

Uma vez escolhida a linha de atuação, era natural que usasse meu conhecimento anterior em desenvolvimento de produtos para a criação de minha própria linha. Mas logo verifiquei não serem os mesmos procedimentos os quais usava em meu escritório, pois, agora, a situação não era mais a de um cliente que fornecia todos os parâmetros de projeto, os quais me limitava a ordenar. Agora, a tarefa era mais complexa porque eu também devia criar os parâmetros. Assim mesmo, iniciei os trabalhos de projeto de alguns tipos de produto que a busca inicial havia determinado.

Com o passar dos meses, verifiquei a existência de outro diferencial crucial entre a nova e a antiga atividade. Em poucas palavras, quando um cliente solicitava um projeto e concedia-me determinado



Figura 17: Lixeira de pia



Figura 18: Balde de gelo

tempo para seu desenvolvimento, sua empresa continuava a operar e gerar a receita necessária para sua operação, independentemente do andamento do projeto em estudo. Em meu caso, a empresa não operava ainda e, portanto, consumia recursos sem geração de receita. Os prazos para finalização dos projetos passavam a ser críticos.

A adaptação a essas novas exigências foi trabalhosa, mas não difícil, e, em pouco tempo, consegui superá-la.

Iniciadas as operações industriais da VPI, a tarefa seguinte foi dedicar-me à organização da distribuição dessa produção. Essa é uma parte fundamental da operação porque uma má distribuição resulta em pequeno giro de estoques e de capital. Analisei todos os canais formais de distribuição – as redes varejistas, as atacadistas, as cooperativas, pequenos revendedores, entre outros – e também as opções informais, como a venda direta aos consumidores por meio de técnicas engenhosas. Sobre essa análise vale a pena ressaltar a conclusão de ser impossível a composição entre redes formais e informais, pela concorrência gerada entre ambas.

Outro aspecto foi a constatação de ser necessário dispor de uma ampla linha de produtos para ingressar em uma rede de distribuição formal e passar a ser seu fornecedor constante. Esse aspecto é decorrência, por um lado, da grande e variada oferta de produtos pelos produtores, e, por outro lado, do gigantismo e organização dos canais de distribuição.

Durante um período, enquanto organizava a linha de produtos e o sistema de distribuição, mantive as atividades produtivas e de gestão administrativa na empresa familiar na qual se originou a VPI. Após organizar os produtos e as vendas de forma satisfatória, passei, paulatinamente, a assumir as tarefas seguintes.

A primeira nova tarefa incluída em minhas funções foi o conjunto das operações de fabricação. Comprei máquinas de injeção CNC de última geração e realizei todos os estudos de fluxos de materiais, alimentação de matéria-prima, produção, controle de qualidade e estoques. Organizei a rede de fornecedores e os sistemas de manutenção dos equipamentos. Foi um período de grande aprendizado e poderia mesmo dizer que, apesar de muito trabalhoso, foi divertido.

As tarefas seguintes, mais gerenciais, envolveram a organização administrativa, com o departamento de pessoal e as gerências administrativa e financeira.

Nos 20 anos que cobrem essa etapa, desenvolvi uma linha de pouco mais de 30 produtos em plástico injetado e alguns em plástico soprado. Não dispunha de máquinas de sopro em minha fábrica, e, assim, essas foram produzidas por fornecedores externos.

Além dessa linha de produtos em plástico, com a motivação de ampliá-la com produtos de maior complexidade construtiva, decidi desenvolver o projeto de uma escada doméstica em madeira. A razão determinante dessa escolha foi a possibilidade de usar a mesma rede de distribuição para os plásticos, porém com um produto de maior volume e valor.

O projeto dessa escada demandou dois anos de trabalho, com uma equipe composta por quatro pessoas, incluindo um engenheiro mecânico. Após o término do projeto, arrendei uma pequena marcenaria, onde, durante seis meses, produzi uma linha piloto, na intenção de corrigir os eventuais erros de projeto.

Finalizada essa etapa experimental, comprei as máquinas para iniciar a produção. Esse projeto resultou em duas patentes com números PI 8703204 e PI 6700429.

A impossibilidade de acomodar tecnologias diferentes em um mesmo ambiente, causada pela contaminação ambiental dos trabalhos em madeira, fez com que instalasse essa nova operação industrial em outro prédio, a cerca de 2 km de distância.

Poucos meses após o início da nova produção, considerei prudente interrompê-la por duas razões. A primeira era o fato de ser o único diretor da empresa, o que me obrigava a cuidar de duas fábricas distantes entre si. Por incrível que possa parecer, o excesso de vendas da escada foi a segunda razão. O volume de vendas superior à capacidade de produção, aliada ao fato de seus compradores institucionais serem os mesmos dos produtos de plástico, colocava-me na posição de precisar atender às suas vendas sem limitação, sob pena de represálias por parte das grandes redes revendedoras em relação aos produtos em plástico.

O incremento da capacidade de produção exigia minha permanente presença na segunda fábrica, e com isso era obrigado a abandonar a outros funcionários a gestão da produção de plástico. Isso se mostrou inviável em pouco tempo. Diante desse impasse, fui obrigado a sacrificar uma das operações e decidi que seria a mais recente.



Figura 19: Garrafa de água



Figura 20: Secador de pratos



Figura 21: Balde



Figura 22: Família de produtos



Figura 23: Escada e sua dobradiça

Além dessas linhas de produtos, executei novos projetos no setor de controle de tráfego, como cavaletes, balizas, etc. Para não incorrer no erro anterior, deleguei sua produção a fornecedores externos.

A experiência empresarial se prolongou por aproximadamente 20 anos, ao longo dos quais adquiri uma série de novos conhecimentos sobre o processo industrial e familiarizei-me com seus problemas, características e formas de operação. Esses conhecimentos se refletiram em meu modo de pensar os projetos de produtos, concedendo-lhes uma característica mais atualizada e pertinente a uma organização industrial. Conceitos os quais elaborara na segunda etapa profissional foram revistos e aprimorados.

Encerrei essa terceira etapa de minha atividade profissional ao constatar que a experiência já adquirida na área industrial era suficiente e as operações na fábrica começavam a tornar-se rotineiras. Isso me incomodava. Outro fator que desencadeou minha vontade de abandonar essa atividade foi a implantação do processo de globalização, o qual alterou substancialmente as relações entre fabricantes e revendedores. Acreditei que, com a nova política, deveria haver também uma renovação gerencial.

Resolvi, então, vender minha fábrica e retornar à Universidade, onde poderia sintetizar e transmitir toda a experiência acumulada durante esses anos.

As experiências do período

Dois motivos contribuíram para a ampliação de minhas atividades no universo industrial: a crise do petróleo em meados de 1974 e a vontade de conhecer mais a fundo as operações industriais.

A crise do petróleo fazia prever um forte abalo na área industrial brasileira e internacional. Apesar de possuir um escritório conhecido nacionalmente, e clientes importantes, minha intuição indicava que essa grave situação, a qual despontava, não teria curta duração, e, consequentemente, meu mercado de trabalho seria afetado. Se a previsão estivesse correta, os próximos anos seriam de profunda crise. E, infelizmente, a previsão se concretizou.

O segundo fator a impulsionar-me para uma nova atividade na área industrial foi constatar que meu trabalho começava a ser rotineiro, e isso me

incomodava. Havia executado projetos em vários setores da produção, como na indústria eletroeletrônica, metais e louças sanitárias, indústria mecânica, equipamentos para ensino, equipamentos hospitalares, fogões, embalagens, etc.

Somente na área da informática e computação participei da maior parte dos projetos nacionais da primeira geração, e, em boa parte dos projetos da segunda. Confesso que, a certa altura, tinha calafrios quando um cliente me solicitava o projeto de mais um computador. Acreditava que minha experiência no desenvolvimento de projetos alcançara um grau de maturidade a qual necessitava, urgentemente, de novos desafios. A associação dessa constatação ao prenúncio da crise empurrou-me na busca de novos caminhos. Claro, sempre na área industrial.

O primeiro impulso que logo se mostrou insensato foi tentar usar a estrutura disponível, organização, experiência, colaboradores treinados e uma oficina de protótipos, para produzir projetos independentes e oferecer à indústria. A insensatez dessa opção, que a experiência dos anos seguintes confirmou, era a dificuldade em definir, independentemente do fabricante, um produto que pudesse ser adequado à sua organização produtiva, em termos de *timing*, de sua política produtiva e de investimentos. A partir dessa constatação, abandonei essa opção.

O segundo caminho surgido, e pelo qual acabei optando, foi a oportunidade de associar-me ao trabalho de uma indústria de minha família, no setor de plásticos injetados. Aqui, começou, de fato, a ampliação de minha experiência além do simples projeto de produtos. Reduzi as operações de meu escritório e levei comigo a maior parte de minha equipe para a nova atividade.

A empresa dispunha de, aproximadamente, 50 máquinas injetoras automáticas e uma ferramentaria bem montada, preparada para a fabricação de moldes sofisticados. Porém, tratava-se de uma indústria prestadora de serviços; portanto, não tinha produtos próprios. Fabricava produtos gerados por outras empresas. Minha incorporação à empresa visava, usando minha experiência em projeto, criar sua linha de produtos independentes.

Acredito que a busca foi meu primeiro aprendizado em problemas de gerenciamento industrial.

Em primeiro lugar, contrariamente ao que o senso comum pode imaginar, a elaboração de uma listagem de produtos coerentes entre si e sintonizada com os objetivos da empresa é tarefa extremamente complexa. Sua dificuldade reside em harmonizar, entre outros aspectos, as demandas de mercado, a capacidade produtiva, os investimentos e a imagem pretendida para a empresa.

Em segundo lugar, e essa foi talvez a maior lição, a forma de verificação da viabilidade para determinado produto, por meio da qual se definem todos os seus parâmetros antes de qualquer tipo de projeto. Ora, minha experiência anterior desconhecia essas dificuldades e imaginava ser o projeto como o momento inicial de todo o processo.

Aprendi muito com esses trabalhos preliminares. Admitindo que o produto desejado já estivesse definido, era necessário analisar os meios para sua distribuição, a existência de fornecedores externos para seus componentes; analisar, em detalhes, as ferramentas e equipamentos necessários para sua fabricação, os investimentos necessários, a comparação de qualidade e preço com os produtos concorrentes e, finalmente, verificar o retorno financeiro que poderia proporcionar. Esse trabalho de busca desenvolveu-se durante, aproximadamente, dois anos. Devo dizer que esse período, embora repleto de escolhas abortadas após longo tempo de trabalho, foi uma grande escola, e introduziu-me em um universo que antecede qualquer projeto de produto, não conhecido em minha formação anterior.

Após dois anos de trabalho, verificamos não ter progredido muito na busca de produtos adequados para a empresa, o que mostra as dificuldades mencionadas anteriormente.

Não sendo possível prolongar esse trabalho, decidimos optar pela produção de produtos semelhantes aos feitos por empresas com perfil similar. Surge, nesse momento, a opção pelos produtos em plástico injetado para uso doméstico.

É criada uma empresa coligada com o nome Ventura Produtos Industriais Ltda. Em 1974 comecei a pensar em diversificar as atividades de meu escritório; porém, precisei aguardar quatro anos até sua concretização. Apenas em 1978 deu-se a criação da empresa.

Uma vez criado o setor de atuação e a empresa, era preciso buscar os parâmetros dos novos

produtos. Nesse momento surgia uma segunda etapa em meu aprendizado.

Havia várias tipologias de fabricantes no mercado. Qual seria nosso exemplo?

Uma parte dos diretores defendia a tipologia representada pela Kartell italiana, com produtos domésticos sofisticados, ou a antiga Hevea, nacional. Outra parcela preferia optar pelo modelo de fabricantes de altíssima produção, com produtos de baixo custo e populares.

A análise dessas opções é crítica, pois dela decorre a forma de organização produtiva e do fluxo financeiro. Os dois modelos exigem tipos de fábrica diferentes. Essa definição foi muito instrutiva e exigiu vários tipos de estudos, inclusive pesquisas de mercado qualitativas junto de várias camadas de usuários. Sem dúvida, foi uma segunda lição de como funciona a operação industrial.

A opção pendeu para o primeiro caso, isto é, a fabricação de produtos domésticos de alta qualidade. Devo reconhecer que, após alguns anos, constatei ser essa escolha equivocada. Apesar do grande sucesso alcançado com nossos produtos, creio que a outra opção teria sido mais generosa sob o ponto de vista financeiro. E, na organização industrial, esse fator tem grande peso.

A essa altura foi possível empregar minha experiência de projetista de produtos, e foi criada uma linha pequena, mas coerente. Não pretendo elaborar, neste texto, uma análise de toda a linha de produtos desenvolvida durante esses anos, mas vale a pena comentar, a título de exemplo, algumas características desse trabalho.

O projeto do produto reproduzido na fotografia, uma pequena lixeira para uso sobre a pia da cozinha, comporta uma característica incomum nesse tipo de produto – a ausência de tampa. A eliminação da tampa era uma proposta de projeto, pois verificamos, em pesquisa de campo, que sua existência era sempre um elemento de estorvo nas operações de cozinha. Muitas vezes, a tampa era, inclusive, extraviada. Porém, os usuários a consideravam útil, principalmente se fosse móvel e incorporada ao conjunto, porque evitava a visualização do conteúdo e servia para afastar a presença de moscas. Havia, portanto, certa relutância por parte dos futuros usuários em aceitar uma proposta sem tampa.

Uma primeira decisão foi utilizar uma base cilíndrica para o corpo da lixeira. O estudo apresentava dificuldades, no sentido de a eventual inclusão de uma tampa móvel sobre uma peça cilíndrica constituir problema de difícil solução. Portanto, insistimos na linha de raciocínio de eliminar completamente a tampa. A busca dessa solução demandou meses de estudo. A solução encontrada foi a de ter uma tampa apenas removível para a retirada do saco de lixo plástico e para a limpeza do conjunto.

Em uso, não era necessário retirar a tampa, pois esta era provida com um furo central pelo qual eram despejados os detritos. Esse furo central se projetava para o interior da peça, sob a forma de um cilindro oco, com profundidade suficiente para eliminar a visualização do conteúdo. Restava resolver o problema da presença das moscas. Foram executados vários testes, os quais mostraram que a forma como fora projetado o furo central de acesso evitava a presença de moscas. O produto foi lançado e foi sucesso de vendas.

Resta comentar os motivos para a manutenção da base cilíndrica para esse produto. Já dispúnhamos dos moldes para a produção dessa base cilíndrica, pois ela era parte constituinte de dois produtos já em produção: um balde para gelo e uma série de potes. Para a lixeira empregamos o cilindro externo do balde de gelo. Para a série de potes, usamos o mesmo cilindro externo e um cilindro menor, peça interna do balde de gelo. Portanto, uma ideia modular, no sentido de aproveitarmos o mesmo componente em vários produtos. Outros produtos de nossa linha partilhavam do mesmo conceito.

Outro produto que vale comentar é a garrafa de água para geladeira. Foi nosso primeiro produto fabricado com a técnica de plástico soprado. Embora não contenha idéias modulares, é interessante citar para mostrar as dificuldades a acompanharem o projeto em direção à fabricação. O projeto era relativamente simples, sem grandes inovações. A única característica marcante, e que servia para uma clara identificação visual, eram os dois rebaixos inclinados executados nas duas laterais da garrafa. Esses rebaixos não tinham, inicialmente, uma intenção visual ou de aparência, mas foram projetados porque sua forma permitia uma adaptação perfeita aos vários tamanhos de mão, desde a criança

até os adultos. Era adequado nos aspectos ergonômicos. Sua incorporação visual foi uma decorrência. O projeto era simples, e foi realizado no espaço de uma semana.

Após a construção dos moldes, foi necessário desenvolver uma série de testes de fabricação, no sentido de determinar o correto dimensionamento do parison (tubo extrudado pela máquina), de modo que, ao ser produzida, a peça final apresentasse a espessura adequada em cada ponto. Isso era essencial, porque, por exemplo, no setor dos rebaixos a espessura da parede deveria ser maior, para proporcionar a rigidez necessária à correta empunhadura. Mas a manutenção dessa mesma espessura, ao longo de toda a peça, significaria maior peso, maior custo e seria injustificada.

Esse trabalho, pós-projeto, foi extremamente longo quando comparado à fase de simples projeto.

Esse tipo de experiência, normalmente, foge ao projetista, o qual se limita a apenas conceber o objeto. É nesse sentido que consideramos de extrema importância, para nossa formação, o acompanhamento das fases de produção.

Durante os primeiros anos, a VPI funcionou como coligada, utilizando toda a estrutura produtiva e organizacional da empresa-mãe. Após adquirir a estrutura necessária, ela se torna independente e cria sua própria estrutura produtiva e administrativa.

Nos primeiros tempos de atividade, a preocupação principal era estruturar o sistema de distribuição dos produtos. Havia suficiente cobertura nos aspectos produtivos, administrativos e financeiros, e, assim, estes não representavam preocupação maior.

A organização dos sistemas de distribuição foi, para mim, uma terceira lição. O estudo dos vários canais de distribuição possíveis, locais e estaduais e sua forma operacional exigiu muito trabalho, conhecimento e análise. A montagem do sistema de vendas, a organização dos funcionários de vários níveis e várias especialidades e os sistemas de controle dessa máquina de vendas foram muito trabalhosos e instrutivos. Não creio ser oportuno, neste texto, entrar em maiores detalhes sobre esse tipo de operação, mas posso assegurar tratar-se de tarefa trabalhosa, importante e vital para a empresa.

Como mencionei acima, após adquirir uma estrutura suficiente, a VPI é transferida para outro

prédio industrial, no qual organiza suas máquinas de produção, automatizadas, e seu sistema administrativo. A essa altura, assumo integralmente o controle de operação da empresa e passo a ocupar-me, além da organização da distribuição, também com as operações de produção, administrativas e financeiras.

Naturalmente, entre minhas atividades, permanece a tarefa de elaborar e ampliar a linha de produtos da empresa.

Finalmente, posso dizer que os 20 anos dedicados à operação industrial tiveram sucesso, pois os produtos se tornaram muito conhecidos e divulgados, alguns deles chegando à marca de mais de 3.000.000 de unidades vendidas. Para mim, o resultado desse longo período foi a incorporação de extenso conhecimento sobre a forma operacional de uma indústria, o qual não pode ser traduzido em poucas páginas. Certamente, esse conhecimento é revelado pela forma como abordo um problema de projeto de desenho industrial, o qual, embora não esteja sistematizado neste texto, está presente em meu doutorado e em livre-docência.

De forma sintética, posso dizer que o incremento de conhecimento adquirido nesse período da vida industrial foi conhecer, em detalhes, o processo completo da tradução de uma idéia em um produto acabado. E, em seguida, como esse produto é encaminhado, recebido e usado pelo usuário.

Esse conhecimento, complexo pelos inúmeros passos e contrapassos que devem ser dados e pela cadeia de etapas a serem percorridas, permitiu-me, nos anos recentes, auxiliar colegas arquitetos a transformarem seus desenhos em produtos industriais finais.

Essa etapa foi encerrada, quase, pelos mesmos motivos que a originaram. Após tantos anos de atividade industrial, o trabalho, mais uma vez, tornava-se rotineiro. E, para não fugir aos motivos iniciais, a chegada do processo de globalização, criando grandes oscilações na indústria brasileira e exigindo um grande esforço por parte dos empresários, ajudou-me a reformular minha vida profissional. Creio que, com a tempestade criada, exigia-se um trabalho para os mais jovens. Meu conhecimento poderia ser usado de outra forma. Por que não a universidade?

SEXTA ETAPA — ANOS 1998-2000

Desenho Industrial e Considerações V
Arquitetura e indústria: início da
segunda experiência acadêmica – o
doutorado

O retorno à vida acadêmica

A sexta e última etapa começa no segundo semestre de 1997, quando inicio as gestões para a venda de minha fábrica, concretizada em janeiro de 1998, e presto concurso de seleção no Departamento de Projeto da FAU. No princípio de 1998 inicio meu segundo período acadêmico.

Minha intenção, ao retornar à Universidade, era sistematizar o conhecimento adquirido nos anos anteriores e transmiti-lo por meio do ensino e da realização de pesquisas, ligando o desenho industrial à arquitetura.

Com o título de mestrado em 1968, matriculei-me no curso de pós-graduação da FAU, obtendo, em junho de 2000, o título de doutor, com a apresentação de minha tese sobre industrialização da arquitetura: *Produção seriada e projeto arquitetônico: A experiência da escola secundária*.

Após a obtenção do título de doutor, recebi do CNPq, em fevereiro de 2001, uma bolsa de produtividade em pesquisa, inicialmente qualificando-me como pesquisador 2 C, para, logo em seguida, ser requalificado como pesquisador 2 A. Essa concessão pelo CNPq faz parte de auxílio integrado de pesquisa, composto por mais cinco bolsas, sendo três de iniciação científica e duas de apoio técnico. Conseguir, em agosto de 2001, outro auxílio à pesquisa, agora outorgado pela Fapesp, para o desenvolvimento da primeira parte da pesquisa sobre construção modular escolar.

O estudo sobre produção modular, parte de meu trabalho visando à livre-docência, é fruto desses auxílios. Nessa etapa, nove alunos compuseram minha equipe e trabalhamos juntos durante mais de dois anos. Nesse período conduzi várias orientações, participando de várias bancas de mestrado e de trabalhos finais de graduação.

Dois anos após meu retorno à academia, considero que, nesse tempo, realizei plenamente meu desejo de aqui desenvolver uma linha de pesquisa sobre estudos de aplicação industrial à

arquitetura, consolidando o conhecimento acumulado ao longo dos últimos 40 anos.

As experiências do período

Meu retorno à FAU em 1998 é mais uma etapa de minha carreira profissional, talvez a última, mas certamente a mais importante, por possibilitar a transmissão do conhecimento acumulado ao longo desse período profissional, de forma pública, na atividade de ensino, e por aplicá-lo no desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Além de participar com grande interesse da vida comunitária da escola e do ensino, coloquei, como prioridade, criar as condições necessárias para ampla exposição dos conceitos adquiridos na empresa privada e nas várias instâncias político-profissionais das quais participei.

Ao retornar à escola, tinha apenas o título de mestre obtido no longínquo ano de 1968. Dei-me conta, imediatamente, que a organização pública conta com uma organização, hierarquia e ordem de comando muito claras, as quais não diferem em muitos graus daquelas encontradas na indústria.

Mas a sutil diferença está na liturgia e na formalidade.

Na indústria, as qualidades são imediatamente reconhecidas, ou rejeitadas, de forma direta e informal, porque, por um lado, o fator tempo é crucial, e, por outro lado, as decisões e responsabilidades são claramente definidas. Na universidade, as qualidades também são percebidas imediatamente, mas seu reconhecimento efetivo requer tempo e verificação acurada, porque a responsabilidade tem caráter público.

Diante desse quadro, ficou claro que para criar as condições para meu projeto principal era necessário, de acordo com as normas existentes, percorrer a carreira acadêmica como todos o fizeram antes de mim.

O primeiro passo para poder iniciar a carreira seria a obtenção do título de doutor. Dediquei-me imediatamente aos trabalhos, ingressando no curso de pós-graduação da FAU, obtendo os créditos necessários, fazendo meu exame de qualificação e obtendo o grau de doutor em julho de 2000.

Em minha tese de doutorado, estabeleci as bases para a continuidade da linha de pesquisa que pretendia empreender durante os próximos anos. Em linhas gerais, o objetivo de minha linha de pesquisa

era reequacionar a posição do desenho industrial perante a arquitetura. Minha intenção era retornar aos problemas arquitetônicos, a eles incorporando o conhecimento adquirido ao longo dos anos na esfera industrial.

A idéia básica do trabalho de doutorado, que ainda permanece nos trabalhos recentes, é a de discutir e avaliar a viabilidade de incorporação de técnicas de manufatura pela arquitetura.

Em outras palavras, estabelecer uma ligação entre as técnicas de projeto do desenho industrial e da arquitetura, focalizando esta dentro de uma forma de pensamento produtivo, típico da indústria. A pretensão era abandonar o critério de projeto como obra única desmembrada em componentes. Isso é característico da pré-fabricação, na qual se adota o princípio de projetar elementos genéricos comuns a diferentes tipos de edifício e conceber o conjunto a partir destes. Pretendia, pois, empreender um estudo de real industrialização da construção e não de pré-fabricação.

O princípio adotado foi o de construções de unidades modulares com diferentes dimensões, totalmente produzidas em fábrica, transportadas prontas e montadas por acoplamento no sítio final. Tratar-se-ia de uma forma produtiva industrial aplicada a um produto considerado em sua globalidade, ao contrário das técnicas correntemente difundidas de composição por meio de elementos individualmente industrializados. A título de exemplo, foi estudado um anteprojeto para uma escola secundária urbana. O estudo foi dividido em quatro partes principais:

– A primeira, concentrando-se em uma reflexão sobre as grandes cidades e analisando alguns parâmetros, como a influência dos veículos em seu desenho, a necessidade de criar mobilidade na construção e a oportunidade em utilizar, de forma nova, um material, a nosso ver, estratégico: a madeira;

– a segunda parte, mais extensa, foi composta por uma série de estudos preliminares, preparatórios para o desenvolvimento do anteprojeto na etapa seguinte.

Esses estudos abordaram os seguintes temas: o uso convencional e não-convencional da madeira na construção, a análise dos partidos arquitetônicos escolares paulistas nos últimos 100 anos, a análise modular e formas de acomodação de grandes volumes construídos no terreno;

– a terceira parte se destinou à apresentação dos desenhos e detalhes do anteprojeto da escola secundária proposta. Sua finalidade foi exemplificar as hipóteses aventadas e os estudos realizados, sem pretender exaurir todos os desdobramentos possíveis do tema ou dos princípios defendidos;

– a última parte compreendia uma explanação das principais linhas do pensamento que orientaram a concepção do anteprojeto proposto e as conclusões finais.

O estudo apontou caminhos novos e possíveis na integração entre as técnicas do desenho industrial e da arquitetura, ao mesmo tempo em que forneceu subsídios para uma atividade didática nas escolas de arquitetura, ao descrever, em cada capítulo, os procedimentos usados em sua confecção. Esse trabalho foi finalizado e aprovado em minha defesa de tese de doutorado, em julho de 2000.

Anos 2000-2002 – A livre-docênciа

No período entre 2000 e 2002 elaborei os trabalhos preparatórios para a defesa do título de livre-docênciа. O trabalho apresentado foi resultado de uma longa reflexão sobre minha formação, a vida profissional e a acadêmica. Reproduzi minha trajetória profissional com a ilustração, comentários e conceituações dos trabalhos mais significativos que realizei ao longo de minha carreira. O título dessa revisão foi: *Arquitetura, indústria e produção modular: Sistematização crítica de parte de minha obra*, que me permitiu obter a livre-docênciа em dezembro de 2002.

Anos 2000-2008 – As atividades de pesquisa

As atividades do período são totalmente dedicadas à Universidade e correspondem à fase que sucede à obtenção da livre-docênciа. É um período dedicado à docência, à pesquisa, à participação da organização de outros cursos de graduação da Universidade e às atividades externas de cooperação universitária. As atividades docentes na graduação foram, como nos anos anteriores, dedicadas à visão dos problemas de projeto sob a ótica da indústria. Abordei temáticas do design em produtos industriais e temáticas industriais do projeto de edifícios. Na pós-graduação, desenvolvi discussões sobre a

temática da produção modular aplicada à arquitetura, tema central de minhas pesquisas recentes.

Nas atividades de pesquisa dei andamento às idéias desenvolvidas em minha tese de doutorado, ampliadas na livre-docêncie, com suas raízes, como dito anteriormente, em minha dissertação de mestrado, no longínquo ano de 1968: *Mecanização e arquitetura*.

Nesse período fui contemplado com novo Auxílio à Pesquisa da Fapesp (Projeto n. 03/06276-6), Projeto Integrado de Pesquisa do CNPq (Projeto n. 551963/2002/6) e pelo Edital Universal do CNPq (Projeto n. 476032/04-0). Além desses auxílios, obtive a concessão de três bolsas de iniciação científica do CNPq, duas bolsas de iniciação científica e três bolsas de Treinamento Técnico da Fapesp, permitindo dar consistência e continuidade ao meu grupo de trabalho.

Os trabalhos do laboratório geraram, desde o início da presente pesquisa, em 2001, três solicitações de registro de patentes, havendo, ao menos, mais duas em gestação. Também produzi vários artigos, existindo ainda muitas informações e conhecimento adquirido, mas ainda não transformado em artigos de divulgação.

Outro desdobramento desses trabalhos foi o estabelecimento de estreita colaboração com o Laboratório de Estruturas e Materiais Estruturais – LEM, da Escola Politécnica, o que representa uma exteriorização da pesquisa a outras unidades da USP. O professor doutor Pedro A. O. Almeida, diretor do LEM, proporcionou a participação nos trabalhos de seu orientando de doutorado, engenheiro Alexandre de Macedo Wahrhaftig, o qual adotou o tema do sistema estrutural proposto em minha pesquisa para sua tese de doutorado na Epusp.

Construímos, com precisão, no Laboratório de Modelos e Ensaios da FAU – LAME – vários corpos de prova dos componentes estruturais submetidos a testes e ensaios pelo grupo orientado pelo professor doutor Pedro A. O. Almeida. Os testes iniciais demonstraram grande resistência desses componentes, mostrando o acerto das idéias básicas de nosso projeto.

Houve, também, outra expansão dos trabalhos da pesquisa para fora da FAU, com a participação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo – IPT – com seus pesquisadores doutores Fulvio

Vitorino e Maria Akustsu, realizando estudo conjunto de iluminação e conforto térmico das salas de aula previstas na pesquisa.

Em 2003, participei de uma atividade institucional significativa dentro da Universidade: a elaboração do programa para o novo curso de design a ser sediado em nossa Escola. Para esse trabalho foi organizada uma equipe multidisciplinar, composta por professores da FAU, Escola Politécnica, ECA e FEA, e dela fui coordenador, até a finalização da primeira versão do programa para o curso e sua aprovação pelo Conselho Universitário.

O curso foi organizado a partir de sugestão da Fiesp, encaminhada à Reitoria da USP, com a intenção de constituir-se em referência no país e formar quadros para a indústria, com sólida base cultural e técnica.

Posteriormente, houve uma grande e importante ampliação e aprimoramento desse trabalho inicial com a colaboração de vários colegas das várias unidades participantes, mas não tive nenhuma participação direta nesses desdobramentos.

Outra atividade externa à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo desenvolvida nesse período, da qual participei, foi consequência de minha nomeação, pelo magnífico reitor Adolpho José Melfi, como coordenador-suplente do curso de Tecnologia Têxtil e da Indumentária da USP-Leste.

Colaborei desde o início para a organização e implantação desse curso, trabalhando em perfeita sintonia com seu coordenador, professor doutor Moacyr Martucci, da Escola Politécnica, e com os outros professores que coordenaram a implantação da USP-Leste.

Esse curso aborda uma especialidade produtiva importante que complementa e alinha-se com a proposta do curso de design que será sediado no campus de São Paulo. Ressalto, ainda, que conseguimos o apoio fundamental da área produtiva para o curso, por meio da Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT –, fato que nos ajudou a equacioná-lo de modo realista para as condições brasileiras.

Inicialmente, o curso se denominava Arte e Tecnologia Têxtil, mas, com o correr do tempo e o melhor conhecimento das demandas do setor empresarial, transformou-se, abandonando o caráter artístico e adquirindo, com maior densidade, a tecnologia e o projeto da indumentária. O

detalhamento dessa característica de projeto exigiu uma grande participação de minha parte e acredito que seu formato final, em conjunto com o trabalho na área tecnológica do professor doutor Moacyr Martucci, levará aos fins pretendidos.

Em novembro de 2004, organizei uma das mesas-redondas do Seminário Internacional “Ciencia Tecnología y Sociedad: Política Científica, Tecnológica y de Innovación en el Mercosur”, em encontro entre a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – e a sua correspondente argentina, Asociación Argentina para el Progreso de las Ciencias, na qual discutimos o tema “Globalização, produção modular e desenho industrial”.

EPÍLOGO

Ao longo deste texto, expus uma série de experiências, as quais me exigiram reflexão sobre a atividade de projeto em desenho industrial.

Na época mais recente, procurei retornar aos problemas da arquitetura sob uma ótica de quem vem da indústria e examina um velho e conhecido problema.

No retorno, após um intervalo, sempre observamos as coisas de forma diferente de quando aconteceram.

A exposição dessa visão diferente conduziu meus últimos trabalhos, já na Universidade.

O caminho que percorri é, em grande parte, trilhado em uma experiência industrial de caráter

fordista, mas sempre procurando a atualização possível e adequada.

Não é, pois, uma surpresa para mim o fato de, em certo momento, essa experiência começar a trilhar o caminho da produção modular. Mesmo na indústria, sempre estive atento às modificações de ordem gerencial e produtiva.

No trabalho apresentado visando à livre-docência, refleti sobre os conceitos de produção modular e suas possíveis aplicações na arquitetura. Não posso afirmar que tenho absoluta certeza sobre a correção dos caminhos apontados, talvez até mais incertezas, mas as idéias expostas, certamente, deverão suscitar reflexão entre meus colegas.

É um caminho possível, e está aberto para os arquitetos.

Ao concluir essa revisão de minha trajetória profissional, industrial e acadêmica, posso afirmar: foi um longo processo de assimilação e amadurecimento de conceitos, experiências, acertos e erros, mas, acima de tudo, tive o prazer de conviver com as mais variadas e interessantes pessoas, seja no campo universitário, seja no empresarial e político.

Muitos amigos e colegas me companharam nesses 50 anos de profissão. Não tenho dúvidas nem remorsos quanto ao caminho percorrido.

Sempre tive absoluta certeza sobre a trajetória que escolhi. Se ela foi útil à Universidade e à sociedade, só o tempo dirá.

Alessandro Ventura

Professor livre-docente do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Rua do Lago, 876. Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo, SP
(11) 3091-1550
aventura@usp.br

5 | IN MEMORIAM

JORGE HAJIME OSEKI

334
pós-



Diego Bis

PRESENÇA NA AUSÊNCIA

Difícil expressar qualquer opinião sobre o Jorge enquanto ainda não compreendemos sua ausência.

Esse grupo que, entre outros, participou, por vários anos, das leituras de *O capital* e de *A produção do espaço*, passou os últimos tempos muito próximo a ele; encontrávamo-nos com freqüência. Éramos uma unidade em torno de sua figura. Portanto, a ausência desse querido professor e amigo ainda está por ser sentida completamente, será vivida por cada um de nós nos rumos que tomarmos, nos novos caminhos e descaminhos, agora sem suas pertinências e impertinências.

“Gregários”, “promíscuos”, eram palavras constantes para definir os grupos dos quais Jorge fazia parte. Porque sob sua batuta, amizade, desavenças, provocações, reflexões, pensamentos e estudos eram atividades emaranhadas, fazíamos tudo ao mesmo tempo, sem perder a qualidade de nada.

A presença de Jorge não era qualquer coisa; pessoa de gestos, invadia todos os poros. A princípio indecifrável, com um modo ligeiro de falar, pensar e movimentar-se, Jorge atraía por sua criatividade, alegria, humor, somados a uma inteligência e generosidade impressionantes. Com o tempo, conviver com ele significava estarmos a todo momento sendo provocados, e, nessa relação, tudo se tornava descoberta, algo novo, instigante e incômodo, que fazia pensar – ainda que o assunto fosse deveras conhecido ou aparentemente banal.

Ele nos fazia olhar para outros pontos de vista, para além daqueles a que já estávamos predispostos. No grupo de estudos, mostrava-nos que o método de Lefebvre poderia ser uma lente para enxergar o mundo, fazendo-nos refletir sobre a produção do espaço, realizando a crítica radical, sem deixar escapar o “possível”.

Em Marx, importava-se, sobretudo, com a dialética, as contradições, que ampliavam as possibilidades e as dificuldades na compreensão da realidade. Era a partir da realidade vivida que propunha repensar a prática do arquiteto na produção do espaço, no capitalismo. O convite à reflexão vinha por inteiro, instigando a superação de idéias preconcebidas, interpretações endurecidas ou práticas prescritas.

Nas discussões sobre as experiências práticas e objetos empíricos de seus alunos, apontava a necessidade de identificar contradições, recuperar potências críticas, criativas e transformadoras, e fazer com que estivessem presentes e visíveis nas produções futuras – acadêmicas, profissionais ou militantes. Teoria e prática eram mutuamente valorizadas.

(1) Entrevista com Jorge Hajime Oseki, publicada na revista *Caramelo 10*, produzida por estudantes da FAUUSP em 1998, p. 176 a 183.

Era o melhor dos críticos sem assumir a função de crítico. Porque Jorge, antes de mais nada, ajudava a caminhar. Promovia espaços onde nossas dúvidas e inquietações encontravam eco. Implacável, nada lhe escapava ao apontar as deficiências dos trabalhos, nem mesmo as virtudes, às vezes não-percebidas pelos próprios autores. O primeiro a dizer como éramos pretensiosos: “*Esses alunos até que são inteligentes, mas são tão ingênuos.*”, “*Foi, voltou, subiu, desceu, acha que pode muito.*” Mas nem por isso nos descartava como interlocutores de fato. Estava lá, firme, participando de orientações, bancas, fazendo-nos conversar com outros que poderiam suprir nossas lacunas de conhecimento (inclusive as dele), orientando grupos de leitura da pós-graduação, da graduação e de “desgarrados”.

Desrido de preconceitos, despreocupado em garantir títulos ou acumular pontuações, Jorge se dedicava intensamente ao diálogo com estudantes, colegas e funcionários. Procurava lançar uma provocação criativa que agregasse, estabelecesse vínculos, pontes: na sala de aula, nas assembleias, debates, praças, parques, canteiros de obra, cafés e festas. Sem deixar de lado o rigor que a teoria exige, sua presença tornava os debates estimulantes e prazerosos.

Jorge dirigiu sua vida a formar-se e atuar, da melhor forma possível, como professor da FAU.

Como professor-pesquisador, via a possibilidade de unir atuação profissional e política. Preocupava-se com a tendência em enquadrar a arquitetura apenas como parte das ciências aplicadas, fazendo a crítica da primazia da prática em detrimento da teoria entre os arquitetos. Argumentava que uma poderia “iluminar” a outra, reciprocamente. Ao mesmo tempo, apontava a necessidade de superar “(...) um referencial teórico restrito e obsoleto, que não dá conta das novas contradições em perspectiva: estado e autogestão, cidadania e cotidianidade, globalização e centralidades periféricas, paisagem e alienação ambiental, entre outras”¹. Assim, mostrava como, historicamente, obras fundantes de arquitetura vinham acompanhadas de reflexão, sendo desejável uma aproximação “politzante” da arquitetura com as ciências humanas na universidade, tendo como centro os problemas sociais do país. Partindo daí, seu empenho na defesa da universidade pública permeava sua atuação, no Sindicato dos Professores da



Francisco Barros



Táis Tsukumo

USP, com sua presença constante em mobilizações, greves, em sala de aula ou atividades organizadas por diferentes coletivos de estudantes.

Sua intenção era encontrar e trabalhar um referencial teórico que pudesse orientar seus alunos. Podemos ver isso em seus trabalhos, entre outros, sua dissertação de mestrado *Arquitetura em construção*, na qual elabora um quadro teórico para interpretar a prática da produção de arquitetura. Todo o seu percurso adquiria maior sentido na sala de aula, em seu empenho junto dos estudantes. Coisa rara, dedicava-se muito aos alunos da graduação.

Jorge deixa uma obra diferenciada. Pouco visível, dificilmente quantificável, repleta de qualidade, é inovadora e ainda um começo. A que nos referimos? Ao fato de teorizar sobre a prática da arquitetura e do urbanismo ser uma questão complexa: a cidade, lugar preferencial dessas práticas, é, nada mais nada menos que uma projeção da sociedade no espaço. Pensar esse objeto, o espaço, requer juntar o mundo físico, o social e a relação desses com o conhecimento e a produção de um espaço possível. E, pior, o físico, o social, o mental vêm sendo sistematicamente separados pelas ciências parcelares, pelo saber, e, o possível, submetido à objetividade da política. Reinventar a filosofia, uni-los, é o que nos propõe Lefebvre. A proposta de Jorge é destrinchar essas questões no âmbito da formação do arquiteto, ligadas ao conhecimento crítico das atuações profissionais e ao campo das idéias da arquitetura e do urbanismo. Não é nada pouco, nem é, sequer, tarefa para uma pessoa, ou mesmo um grupo. A grande obra do Jorge foi abrir enormes, importantes caminhos.

O que permanece como ensinamento para a vida transcende qualquer esfera institucional, qualquer forma de expressão, mas se fará presente na produção individual e coletiva, acadêmica e profissional de muitos que o tiveram como professor, amigo, colega.

Obs.:

Este texto pretende expressar o grupo de estudos, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Oseki e pela Profa. Dra. Ângela Rocha, composto por diversos estudantes que se reuniram para prestar esta homenagem.



(2) Entrevista de 1998 à revista *Caramelo*, n. 10.

(3) Em *Pedagogia da autonomia*, 1996.

(4) Em revista *Caramelo*, n. 10, p. 182.

JORGE, PROFESSOR DE TODOS NÓS

"As condições de superação do momento atual já estão dadas, é preciso apenas treinar os olhos para vê-las." Jorge Oseki²

Para falar de si mesmo e de seu lugar no mundo, Jorge, freqüentemente, definia-se como um “professor profissional”. Não um profissionalismo que se justifica apenas pelo compromisso com o rendimento de seu trabalho, mas entendido como uma forma de *engajamento*, tal como descreveu Paulo Freire: “Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, sou professor contra a ordem capitalista vigente, sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo, sou professor contra o desengano, sou professor a favor da boniteza de minha própria prática.”³

Na realização de sua “profissão”, nunca sucumbiu às tentações do carreirismo acadêmico, primou pela ética, discrição e seriedade intelectual. A política permeava tudo o que fazia: de seus métodos pedagógicos e conteúdos radicais à militância pela universidade pública e na organização sindical dos professores da Universidade de São Paulo. Jorge era, ao mesmo tempo, um defensor convicto da universidade e seu crítico atento. Com a percepção aguçada pelo olhar desconfiado com tudo o que parecia estar “no lugar”, via nela tanto a potência emancipadora do conhecimento coletivo quanto um espaço privilegiado para a reprodução ideológica das classes dominantes.

Para Jorge, a superação dessa contradição só se realizaria, justamente, com a efetiva restituição da política na universidade, ou seja, na prevalência de seu sentido público e social em oposição aos negócios privados do saber e suas especialidades. Isso significava formar não “para o mercado”, mas para subjugar este aos interesses da coletividade; não para espoliar e acumular, mas para saber enfrentar as enormes desigualdades e deficiências estruturais do país. No caso do arquiteto e urbanista, um profissional, como defendeu certa vez, que entenda de “mosquito, de rato, de contenção de encostas, de reagenciamento de espaços, de enchentes e também de identidade visual para uma população favelada”⁴. Assim, a universidade deveria ensinar um “saber atuar” que integraria os vários saberes fragmentados – saberes parcelares, como preferia precisar –, único meio para transformar o cotidiano vivido pelas maiorias. E não se tratava de formar unicamente um prático ou voluntarista, mas de formar um profissional segundo a melhor tradição crítica, para ser capaz de atuar não apenas como agente reparador, mas como sujeito mobilizador e transformador. Para isso, só uma teoria radical permitiria conceber a ação prática no sentido forte de *praxis*. Nesses termos, Jorge se dedicou a ensinar às novas gerações de forma crítica, bem-humorada e propositiva, a fazer-nos “ver” e “fazer”.

Olhando para o Brasil e para o mundo contemporâneo, o marxismo de Jorge sempre admitiu temperos de antiestatismo e antieconomicismo, sobretudo por influência de Henri Lefebvre e dos sentimentos de autonomia e liberdade que soube preservar dos anos 60 e 70. Isso lhe permitiu procurar, de forma não-dogmática, respostas a algumas lacunas da teoria marxista tradicional, em temas como o espaço, o Estado, a ecologia, a autogestão e o corpo, sempre em perspectiva socialista, seja no estudo da construção civil, das grandes infra-estruturas, dos rios urbanos, dos canteiros de obras dos movimentos populares, seja, mais recentemente, na pesquisa iniciada sobre os ritmos do corpo, no que teriam de

irreduutíveis à lógica do capital. Embora sensível a outras áreas de conhecimento e a uma gama variada de objetos, Jorge insistia, com veemência, que a arquitetura e a cidade possuem questões específicas que devem ser tratadas a partir de uma teoria crítica própria – inclusive para questionar o caráter ideológico das abordagens convencionais, em geral, descriptivas, normativas e apologéticas.

Jorge viu, nas assessorias técnicas aos movimentos populares, um exemplo do que poderia ser esse “saber atuar” militante e transdisciplinar. Provavelmente, viu nelas mais do que, de fato, eram e, sabendo disso, transformou-se em importante incentivador e interlocutor desses grupos e suas práticas. Para nós, da Usina, ele foi o professor com quem mantivemos um diálogo permanente, em pesquisas, debates, orientações, visitas a canteiros, aulas, festas. Interpretou, questionou e defendeu nossa prática, sem nunca recuar o risco de giz do rigor crítico. Como aliado de primeira hora e sabedor do que estava em jogo, Jorge foi sempre um grande mentor e guia. Vislumbrou, nos canteiros dos movimentos populares dos quais participávamos, um tipo de felicidade que, como chegou a dizer, nunca vira noutra unidade de produção. *“Pois o canteiro é o contrário, é tipicamente o lugar de exploração na forma mais vil, é força bruta”*; por isso, *“esses momentos virtuosos são pequenos, mas são fundantes. E eles se opõem diretamente às empreiteiras (...). De repente surge o que Henri Lefebvre chama, afinal de contas, de nichos de contrapoder, que são interessantes de serem vistos.”*⁵

(5) Em “O vício da virtude”, revista *Novos Estudos Cebrap*, n. 74, p. 80-81.

(6) João Marcos Lopes é arquiteto e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP e fundador e coordenador da Usina entre 1990 e 2006, da qual ainda é associado. Wagner Germano é arquiteto, também fundador da Usina e seu associado entre 1990 e 2001. Pedro Arantes é integrante da Usina desde 1999 e coordena a entidade desde 2006, foi orientando de TGI e doutorado de Jorge Oseki.

O estímulo recebido do Jorge para esse tipo de experiência não ia, obviamente, no sentido de fazer-nos cegar para os paradoxos e dificuldades que enfrentávamos e enfrentarmos. Ao contrário, impulsionava-nos ainda mais para testarmos até que ponto, de fato, estamos próximos – ou distantes – dessa (ante)visão. Ele sabia que exagerava no que estava dizendo, mas porque queria sempre mais de nós (mais teoria, mais prática, mais ousadia) enquanto indicava o horizonte político que não deveríamos perder de vista. Instigava-nos para não sucumbirmos ao conformismo e à acomodação. Não sossegou enquanto não demos conta de um mínimo de reflexão para o redemoinho em que estávamos – e ainda estamos – metidos até o pescoço: em seus termos, só assim exerceríamos uma verdadeira *praxis* transformadora.

Jorge foi um revolucionário que nunca perdeu a ternura. Bem-humorado, bom anfitrião, cozinheiro de mão cheia, pianista, nadador, sempre elegante, carinhoso e provocativo. Ensinou a viver, ensinou a estudar, ensinou a lutar. Esperamos ser fiéis aos seus ensinamentos e ter sua coragem de não desistir nunca. Salve (professor) Jorge!

João Marcos Lopes, Wagner Germano e Pedro Arantes⁶



Tais Tsukumo



Roberta Rodrigues

RECORDANDO JORGE HAJIME OSEKI

Razões existem, e até de sobra, para homenagear e recordar nosso amigo e irmão. Seus atributos e traços mais salientes ficarão para sempre em cada um de nós. Mas, como não há ciência do individual, porque a singularidade não se deixa sistematizar livremente, é necessário recolher da pessoa política, social e, sobretudo, humana que ele foi, concepções e práticas que o fizeram tal como era. Seus largos gestos e rápidos passos seguiam o movimento rítmico de uma inteligência brilhante, que sabia cultivar os ditames da razão sem deixar-se sucumbir às emoções. Por isso, tão afeito era à solidariedade, hoje declinante, e manifestamente amoroso.

Mas era também lento. Era lento nos almoços regados a boa conversa; momentos que se tornavam necessários para o desfrute da presença e do prazer de estar juntos.

Jorge possuía um senso estético despojado, cultivado desde sempre, já por influência da mãe, dona Celina. Assim, sua preocupação com o belo se manifestava nas mínimas coisas: desde o cuidado na elaboração dos jantares oferecidos aos amigos, e na delicadeza com a qual escolhia os presentes ofertados a eles, até o modo como abordava, em suas aulas e publicações, as questões sociais, intelectuais e teóricas que o inquietavam. Seu refinamento emoldurava a presença vistosa e marcante, a anunciar a densidade de seu caráter e sua inteligência.

Com elegância e discrição, ironia fina, sabia chegar ao âmago das coisas, atributo de quem percebe o outro com muita sensibilidade e cuidado, o que não lhe retirava a característica de mordaz.

Jorge era a expressão de um modo de ser prenhe de liberdade, em todos os momentos de sua vivência, dos relacionamentos pessoais ao trato profissional. O sentido íntimo de sua prática, nessa medida, era sua potente crítica social. Não era um homem atado aos limites sociais formais de sua época e, desse modo, expunha-os radicalmente.

Não havia uma fronteira rígida entre o vivido pessoal e sua prática intelectual. Como homem inteiro, fazia da arquitetura e do urbanismo um acesso ao possível, praticamente obcecado e seduzido pela virtualidade da produção de um espaço diferencial, negação do espaço abstrato, irrisoriamente real e solo, intermediário e propulsor da reprodução e das crises da sociedade mercantil contemporânea. O acento propositivo da arquitetura e do urbanismo jamais foi por ele exercido sem o fundamento de uma teoria social crítica.

Com tantos parceiros, colegas e alunos, comprometidos com os mutirões populares, com a produção social do espaço, atuando em frentes negadoras das formas de sujeição mercantis do tratamento do habitat, em mais de uma escala de conscientização da alienação espacial, Jorge pôde elevar tais práticas ao nível da teoria e do conceito e, nesse sentido, o encontro com a obra de Henri Lefebvre foi fundamental, inclusive a parceria com os lefebrevianos de *La somme et le reste*.

Amigos do grupo de estudos do Lefebvre

DONQUIVIM, ONCOTÔ, ONCOVÔ

A pilha de livros já estava preparada ao lado da escrivaninha para acompanhá-lo por veredas pouco exploradas: o Jorge gostava de ser, de estar livre e à frente. A pressão, tanto externa como interna para realizar a livre-docência, aumentava, e seu novo objeto de trabalho surpreendeu a todos: *o corpo* – a adaptação do corpo ao espaço urbano, e à sua regulação. Da *construção ao corpo* foi um longo trajeto.

Jorge, como ele mesmo dizia, professor pesquisador, em seu mestrado *Arquitetura em construção*, começou a esboçar uma linha de trabalho que, de fato, jamais abandonaria: a construção civil, contextualizada como um setor da economia e da política de desenvolvimento de um país, e a arquitetura, ambas vistas como produtos de um processo de trabalho e investigadas em suas formas de produção e apropriação, de forma cada vez mais elaborada. Na mesma linha passa a trabalhar com as “redes” de serviços urbanos, e seguindo os “times” nos canteiros que as construíam, viria a realizar sua tese de doutorado – *Pensar e viver a construção das cidades: Canteiros e desenhos de pavimentação, drenagem de águas pluviais e redes de esgoto em São Paulo*.

O contato com as novas formas de tratamento e processos de renaturalização de rios no Japão, propiciado por uma bolsa no Ministério da Construção japonês, revolucionou sua percepção sobre a relação rio/cidade. Os anos de seminário sobre Lefebvre na História e Geografia ocasionaram, por sua vez, uma revolução em sua jornada intelectual, uma e outra refletidas em sua última proposta de pesquisa envolvendo arquitetura e urbanismo, paisagismo, biologia, antropologia, engenharia, entre outras áreas, no estudo da bacia do Alto Tietê.

Jorge sempre acreditou na potencialização dos resultados do trabalho coletivo, nas representações democráticas; não foi por acaso que formou e participou de muitos grupos de estudo e pesquisa. Professor militante – fazia do ensino uma missão – desenvolveu uma atividade intensa e instigante com seus alunos em cursos, grupos de estudo, como orientador, e em bancas examinadoras. O desenvolvimento de seu trabalho teve sempre muitos interlocutores e muitas interfaces, passando, obrigatoriamente, pelo coletivo e pela busca da superação do parcelar; e foi assim que todos nós o conhecemos. Representou a FAU em congressos e na ADUSP, atuou em todos os órgãos colegiados, em assembleias, assim como em articulações que criaram diferentes associações, como a Anpur e a Antac, tendo sido também um dos fundadores do Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído, criado na FAU no início da década de 1990 e coordenador a partir de 2002.

O traço muito singular do Jorge, de misturar as instâncias que, normalmente, são separadas, permitia que a cumplicidade da linguagem cifrada dos diferentes grupos os quais frequentava forjassem, em sua mente criativa e solta, uma língua associativa, tanto em significado como em sons, cômica, perto do incompreensível, um *cockney caipira* praticado cotidianamente, que, misturando conceitos, banalidades e intuições, era uma receita certeira de humor.

Vou sentir muita falta desse amigo querido, com quem tanto troquei e tanto me fez rir.

Yvonne Mautner



Amélia Damiani



Amélia Damiani



Taís Tsukumo



Yvonne Mautner



Csaba Deák

CONVERSANDO COM JORGE, UM DEPOIMENTO

Parece ter sido uma única longa conversa com muitos intervalos, interminável, mas continuava como se nunca houvesse sido interrompida.

Conheci o Jorge no que chamávamos de “seminário das quintas”, reunião realizada nas noites de quinta-feira no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP, um grupo heterogêneo de arquitetos, engenheiros, sociólogos... tínhamos muito para conversar!

Nessa época, Jorge e eu iniciávamos o mestrado. Essa condição e o interesse em conhecer o desenvolvimento da indústria da construção aproximou-nos. Se a conversa girava em termos do “atraso” da construção, era mais no sentido de conhecer as forças dessa atividade, as quais, liberadas, caminhassem para um outro futuro, era como buscar o elo mais fraco de uma cadeia que constrangia o urbano e, particularmente, a construção das cidades, e, rompido, revelaria suas potencialidades.

Nesse grupo, nem todos estavam inseridos na universidade, alguns eram do planejamento ou administração pública; enfim, formações e profissões diversas que enriqueciam essa experiência marcada pelo interesse de compreender o urbano, o Estado, os movimentos sociais.

Nele foi cunhada a idéia de *espoliação* como algo diferente da exploração. A *espoliação* seria *urbana*, quando relacionada ao consumo do espaço, mas seria adjetivada de *imobiliária* se relacionada à sua produção. Essa idéia parece ter sido uma resposta às preocupações típicas dos meados dos anos 70, buscando entender o que acontecia na cidade de São Paulo em relação aos movimentos sociais, ao crescimento urbano e problemas os quais não podiam continuar sendo reduzidos à noção de exploração do trabalho industrial. Estava claro: a indústria produzia a riqueza e também a pobreza na cidade de São Paulo, mas isso por diferentes formas que precisavam ser compreendidas em suas especificidades na reprodução social e não como apenas manifestações típicas do subdesenvolvimento. A construção não era indústria atrasada, se considerada em suas particularidades (características não-fabris, imobiliárias, etc.), e era um equívoco avaliar o desenvolvimento dessa atividade como típica condição de atraso econômico ou resultado de um específico bloqueio setorial. Jorge era sensível a essas nuances.

Líamos Lojkine, Topalov... a sociologia urbana francesa. O objetivo era avaliar essa contribuição para o conhecimento da cidade e, a partir dela, avançar o conhecimento sobre o urbano e a industrialização na cidade de São Paulo. Mas, vale lembrar o esquecido Riboulet e o antigo Ascher que animaram muitas conversas.

Havia uma preocupação com a cidade, a habitação e seus problemas, mas também com a arquitetura. E Jorge estava entre os que mantinham viva essa preocupação; lembro-me de seu seminário, creio que pioneiro, sobre como eram construídos os *shoppings*. Apesar do interesse comum sobre a produção do espaço no grupo, foram forjadas diferentes cunhas para o conhecimento da construção da cidade em São Paulo. Esse leque de perspectivas pode ser evidenciado pela polaridade que vai dos empreendimentos de edifícios em áreas centrais (a verticalidade) às construções realizadas pelo próprio morador-trabalhador, correspondendo a uma diversidade imanente da própria construção do urbano.

Esse diapasão envolve método, e Jorge soube, atentamente, trilhar caminhos que não fragmentassem o conhecimento sobre a cidade, buscando não cultivar uma crítica parcial e redutora, dedicando seu vivo pensamento ao estudo da tensão entre arquitetura e construção. Revelou como a desigual produção da cidade produz diferenças e desigualdades que estilhaçam a arquitetura, envilecendo as construções. Dissertou com brilhantismo, mostrando que essa maneira desigual de construir, embora diversificasse a cidade, não poderia fragmentar o pensamento sobre ela ou negar a arquitetura. Discutiu a “invisibilidade” do trabalho, da construção e nomeou seu mestrado com o significativo título *Arquitetura em construção*. Li e surpreendi-me porque era uma demonstração de o Jorge ter considerado como superada a maioria das questões da época; caberia, então, constituir-las em sua forma nova. Por isso, lamento que até hoje não tenha sido publicado e sua leitura não tenha conquistado os que amam a cidade e querem, juntos, realizar sua construção. Imagino que, para ele, a habitação e o urbano já não eram as verdadeiras questões que enervavam a arquitetura.

A “invisibilidade” do trabalho e da construção era o busílis! Não havia um extremo, um pólo a afirmar ou a assegurar, mas se tratava de uma relação a ser construída. A construção, em sua relação com a arquitetura, emergia como uma questão ausente, mas sempre presente. O novo era refletir sobre essa tensão como feixe de relações e não de coisas. Assim, Jorge encaminhou sua busca por seus trabalhos realizados e no que estava planejando realizar.

Depois de sua vinda de Portugal, queria entregar, como tese, o que, disse-me, seria uma contribuição à crítica da produção da arquitetura. Disse mais: arquitetura não existe sem construção (seria metafísica), mas a construção não se confunde com arquitetura (seria puro positivismo). Penso que conseguiria consolidar essa travessia, porque sempre evitava se colocar na redução por polaridades simplistas, e soube avançar construindo um caminho próprio, tencionando dialeticamente arquitetura e construção.

Vinha com novas leituras e tinha estudado com profundidade Henri Lefebvre. Manteve e renovou seu interesse pela arquitetura, tornando sua crítica cada vez mais clara e reforçando, ainda mais, a necessidade de compreender-se sua produção, a da cidade e a do urbano, a partir de uma visão dialética da natureza. Comprendia o espaço social constituído em sua materialidade, em sua dimensão histórica da consciência sobre ela e do que essa historicidade da natureza significa para a vida social. A produção da cidade e o pensamento sobre a cidade se entrevêem.

E Jorge, pensando a vida e como era por ele vivida, natureza construída socialmente, dedicou-se ao ensino e estimulou estudantes a desenvolverem a crítica e as possibilidades da arquitetura. Eu conversava e aprendia, acompanhando sua experiência em que viver o ensino da arquitetura não poderia ser um embate redutor, desalentador do aprendizado e da própria pesquisa sobre arquitetura; porque é necessário desenvolver os conflitos e refletir sobre o que eles, dialeticamente, revelam de proximidades, distâncias e nuances. Perceber não para impugnar, menos ainda para permanecer ambíguo, mas combater o bom combate para encontrar a superação. Assim, Jorge, com seus caminhos e sonhos, surpreendeu-me sempre! Inclusive, por sua repentina ascensão.

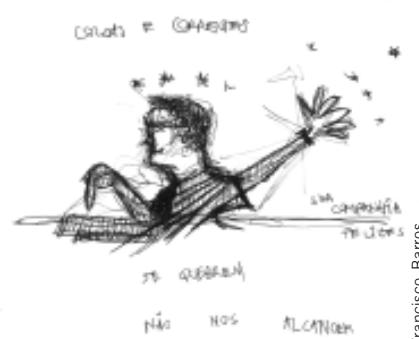
Paulo César Xavier Pereira



José Paulo Gouvêa



Francisco Barros



Francisco Barros



Isabel Raposo

JORGE OSEKI, SAUDADES

Todos os que conviveram com Jorge Oseki sabem do que falo quando digo que os momentos com ele eram de muito prazer, um verdadeiro privilégio. Talvez devido ao seu humor irreverente e sua aguda inteligência. Nada passava sem seu comentário cortante e divertido. O que para muitos poderia ser motivo de sofrimento ou lamentação, especialmente as injustiças sociais ou as pequenas e grandes tragédias decorrentes da condição humana – “insustentável leveza do ser” – para Jorge era motivo de reflexão irônica. Dessa forma, ele trazia a filosofia para o cotidiano e para as coisas aparentemente simples. Detalhes ganhavam uma importância incrível.

Jorge tinha, talvez mais do que o normal, uma necessidade de ser querido e elogiado. Mas como toda pessoa complexa, não se subordinava para conseguir isso. Ao contrário. Escolhia com quem queria dividir um clima de rara cumplicidade que, somente ele, com seu poder de sedução e charme, conseguia construir.

Fizemos poucas coisas juntos na FAU, mas todas inesquecíveis (assim como foram inesquecíveis os diversos períodos de férias passadas em Paraty). A que mais fortemente me vem à memória foi o curso de EPB – Estudos de Problemas Brasileiros. Essa disciplina foi criada pela ditadura militar brasileira para inculcar valores cívicos nos estudantes universitários, outrora tão rebeldes. Ela era obrigatória no curso de graduação. Tivemos um prazer incrível em usar a mesma disciplina por seu avesso, isto é, discutimos os problemas brasileiros – a reforma agrária, a reforma urbana, a questão racial, a desigualdade social e territorial, a teologia da libertação, entre outros temas – de forma que poderia ser considerada “subversiva”. O curso fez um grande sucesso entre os alunos, estendia-se durante a hora do almoço e começou a atrapalhar os cursos do período da tarde, o que chamou a atenção e trouxe-nos alguns problemas.

Em outra ocasião (1985) formamos um time de primeira para apresentar ao BNH uma pesquisa sobre a produção do espaço habitacional. Havíamos feito, a pedido da ANPUR, um levantamento sobre o estado da arte da pesquisa sobre tecnologia da construção de habitação, e surgiu a idéia de ampliar essa pesquisa. Do projeto apresentado ao BNH faziam parte: eu, como coordenadora, o Jorge Oseki, o Paulo César Xavier Pereira, a Yvonne Mautner, o Nilton Santos e a Suzana Pasternak. Partíamos da concepção que não havia rupturas entre as formas de provisão formais – mercado imobiliário e promoção pública – e as informais. Tratava-se de construir uma matriz holística com as diversas formas de provisão, desde o grande capital imobiliário até o barraco construído com descartes, identificando promoção, financiamento, construção, processo de trabalho no canteiro, etc. Infelizmente o BNH foi fechado quando discutímos com o órgão o financiamento à pesquisa.

Jorge se foi em um momento muito especial: tinha todo o carinho, respeito e admiração de um grande número de alunos que compunham seu grupo de estudos. Isso deixaria qualquer professor feliz, mas, especialmente ele, estava esbanjando felicidade. Nós é que ficamos tristes.

Ermínia Maricato

UM ENCONTRO ADIADO

Laços de amizade entre famílias, anteriores à FAU, ligavam-me a Jorge Oseki. Não nos freqüentávamos, então. Só nos víamos em eventos relativos à cultura dos japoneses e de seus descendentes no Brasil. Nessas ocasiões comecei a conhecer seu jeito de enxergar o mundo, de comentar os fatos, dos mais graves aos mais banais; a apreciar seus conhecimentos, seus sentimentos e valores humanos; a deliciar-me com suas tiradas ao mesmo tempo cortantes e amorosas, embebidas em humor que não buscava ser engraçado, mas que não podia deixar de sê-lo.

Todas essas características me faziam admirá-lo e deixavam-me à vontade diante dele (quem não ficava?): acolhia sem ser protetor; era forte sem exibir força; sensível sem ser frágil; denso, mas não pesado; leve, mas não frívolo.

Quando entrei na FAU, como docente, recebeu-me sem cerimônias e sem reservas; orientou-me no dia-a-dia e no quem-é-quem da “máquina”. Logo me encaminhou para substituí-lo (tarefa impossível) como representante da FAU na Associação dos Docentes da USP, o que, mal e mal, cumpri durante um ou dois anos. Como estar à altura de seu jeito, de seu conhecimento, de seu envolvimento?

Jorge era “engajado” por inteiro – politicamente, intelectualmente, no modo de viver – sem ser chato ou pernóstico. Tinha convicções firmes, mas era crítico ao extremo, jamais dogmático, ou paroquial. O seu crivo, inteligente, mordaz e divertido, era usado tanto para os “companheiros” (parece que o ouço pronunciar essa palavra) como para os demais.

Graças à sua sábia opção por não ter automóvel, fui contemplado, muitas vezes, com a oportunidade de dar-lhe carona até a casa da rua dos Heliotropos. As resenhas que ele então fazia, sobre tudo e sobre todos, encurtavam o tempo e a distância da viagem.

Ao ser criada a Área de Concentração Paisagem e Ambiente, na pós-graduação, não hesitou em emprestar seu prestígio intelectual e dar sua contribuição efetiva à área recém-formada e ainda carente (creio expressar a avaliação de todos os colegas paisagistas da FAU).

Estes parágrafos, que se sucedem sem qualquer ordem e que poderiam se estender ao limite da memória, são apenas uma tentativa de registrar alguns dos vários modos e motivos pelos quais Jorge é querido e lembrado, desde seus feitos como intelectual, como professor, como cidadão, até os afetos que despertou.

Nosso último contato resumiu-se a um aceno, atrás das vidraças das salas dos laboratórios, e àquele gesto protelatório das mãos dizendo que nos falaríamos mais tarde... Ficamos todos na espera.

Vladimir Bartalini



Yvonne Mauthner



Guilherme Petrella

RÉQUIEM PARA JORGE HAJIME OSEKI

Poucos circularam tão elegantemente como Jorge, entre a científicidade de Karl e o humor dos irmãos da família Marx.

Como são os olhos? Como são os ouvidos, as narinas, os lábios, o tato e o sexo?
Como é a “vida”, nessa “simetria” em que você agora se encontra, Jorge?

O Jó dos familiares, o Jorge dos alunos e amigos,
o Oseki das referências, não cabe todo aqui com seu espírito infinito
impregnado por nós, e impregnado em nós, indelével e suavemente.

Jorge opinava sobre tudo, tinha cultura, autoridade e intimidade suficientes para isso, e um bom teste de qualidade das coisas que fazíamos era mostrá-las a ele, que as demolia delicadamente... mas ao começar a discussão, ele vestia a roupa de operário e começava, calmo, a ajudar-nos na reconstrução...

Carregava uma timidez aparente debaixo de um olhar planetário
de coruja atenta e nada ao Jorge escapava desapercebido,
coisa que ficava clara quando nos falava do que pensava.

Ele gostava de ser tio e de ser sobrinho, e, com essa intimidade familiar, Jorge tratava também seus ambientes de trabalho, levando para eles uma poderosa informalidade familiar de construções sólidas.

Toda casa é um museu pessoal, cuja riqueza caótica pode estar sobre as mesas, exposta desavergonhadamente, ou prudentemente escondida dentro dos armários.
Eu gostava da casa de Jorge, o misto desses dois arranjos que era ele...

Jorge se envolvia em tudo, com um pouco de pudor, mas se envolvia. Manifestava sua opinião, quase sempre precisa, sobre tudo o que passava à sua volta, fossem paisagens, arquiteturas, livros, objetos, idéias, gentes, e, sobretudo, se fossem preconceitos e falta de compromisso com a liberdade e a verdade.

Uma vez Jorge me disse que gostaria de ter uma piscina no quintal de sua casa. E a casa de convívio familiar, que já era estúdio acadêmico, seria também um lugar de lazer, uma casa completa.

Ele circulava com naturalidade no meio da ambigüidade da vida que, agora, Jorge conhece de ponta a ponta. Ele sabia da arte de viver no meio das contradições. Sabia fazer a paz na guerra e vice-versa.

Jorge era inteligente, divertido, curioso e atrevido. Não fosse a seriedade com a qual foi educado, teríamos encontrado, no meio de suas teses acadêmicas, seus manuais de etiqueta, humor, moda, arte, erotismo e gastronomia.

Todos os átomos que compõem nossa matéria viva têm a mesma idade bilionária do cosmo, para aonde eles voltam, e assim foi com Jorge.

A existência de Jorge agora flutua em trilhões de partículas e grudando nas paredes dos edifícios, nos objetos do cotidiano, na paisagem da cidade de São Paulo, e, em especial, em sua FAU, aprendida e ensinada por ele.

Quem passear por Paris, Lisboa, Aix-en-Provence, Rio, São Paulo e Uberaba, encontrará a memória de Jorge pelas ruas, praças, cinemas, teatros, lojas, livrarias, bares, bibliotecas, restaurantes, parques e museus, e, com um pouco mais de atenção, crítica, gentileza, precisão e originalidade, fará isso com o olhar de Jorge.

A vida, em seus tempos, foi retirando, de Jorge, primeiro o pai e, depois, a mãe. A mesma vida que agora, em um só tempo, reúne-os sob o manto dos jardins sem nos desvendar sua beleza e mistério.

Creio que Jorge não chegou a confessar, mas ele sabia do segredo da “fonte da juventude”, na qual é possível nunca envelhecer, pois o cenário é sempre da juventude jorrando dessa fonte inesgotável que é a sala de aula.

Aprendemos isso juntos, todos nós e o Jorge: toda aula é uma criação, e, mesmo repetida, nunca seria igual à anterior. Aqui foi o nosso palco de ação social da docência iniciada no meio dos anos 70, embalados pelos alegres anos 60.

Não vou apagar o nome do Jorge do material didático das disciplinas montadas e tocadas juntos durante 30 anos. O nome dele ficará *in memoriam*, reafirmando que o Jorge continua aqui sólida, permanente e silenciosamente.

Toda autoridade não-solidária é desumana. Muitos de nós, e o Jorge também, aprendemos isso com nossos melhores professores, que agora seguimos religiosamente em nossas salas de aula.

Tenha bons amigos, seja um bom amigo,
os amigos são uma escolha.

Khaled Ghoubar

MEU AMIGO JORGE

Como escrever sobre um amigo o qual não queríamos que tivesse ido? Como descrever a intensidade da relação pessoal em uma impessoal folha de papel, mesmo para uma tão justa homenagem?

Não há palavras para dizer da grandeza e da sensibilidade do coração do Jorge. Um coração que não cansava de emocionar-se, a cada instante, com o mais simples e pequeno detalhe da vida, com um sorriso recebido, com uma palavra bem falada, com uma lembrança bem lembrada.

Um coração em permanente observação, das coisas, das pessoas, para entender seu sentido. Jorge era provocador, incisivo às vezes, mas sempre alegre, carinhoso, atento e crítico. Jorge via, nas relações humanas, a razão da vida e, não à toa, estava entusiasmado em trilhar, na livre-docência, a compreensão do corpo, como a essência explicativa da natureza ou do que fazemos dela.

Mas seu coração também sofria, por coisas tão simples, desimportantes para a maioria cujo dia-a-dia impessoal subestima as relações humanas. É por isso que Jorge era intenso, com tudo e com todos. Mais do que tudo, vivia a FAU intensamente, mesmo às vezes ela não merecendo. Fez dela sua vida, pois era um intelectual, um pesquisador, um professor.

Por isso mesmo era tão forte sua relação com seus alunos. Uma relação de respeito, de permanente atenção, de grande carinho. Foi como o conheci, como seu aluno. Deixou-nos todos órfãos. Paulo Freire dizia ser falsa a necessidade de uma separação radical entre seriedade docente e afetividade. Dizia que ensinar exige querer bem aos educandos. Jorge era um educador, um grande educador.

E, antes que me esqueça, o mais importante: Jorge, sem nenhum antagonismo, era católico, marxista, lefebvriano e ambientalista e, em tempos em que isso pode parecer ter perdido o sentido, um pensador de esquerda. Que falta, Jorge, meu amigo, você nos fará!

João Sette Whitaker Ferreira



Roberta Rodrigues

6 | Resenhas



A FAU PESQUISA NOS SEUS 60 ANOS

MARICATO, ERMÍNIA (ORG.). SÃO PAULO: FAUUSP, 2008.
ISBN: 978-85-88126-72-2

Eduardo A. C. Nobre

350
pós-

FORMAÇÃO E PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A FAU pesquisa nos seus 60 anos é uma publicação da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, organizada pela professora titular Ermínia Maricato, que dispensa apresentações. Fruto de um imenso trabalho da professora e sua equipe, o livro apresenta, em suas 278 páginas, um retrato bem fiel das atividades desenvolvidas na FAUUSP nos anos de 2007 e 2008. Além das pesquisas em âmbito de mestrado, doutorado e pós-doutorado, apresenta: os projetos de pesquisa do corpo docente, com auxílio financeiro nacional e internacional ou não; os periódicos editados pela Faculdade; os núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa, incluindo também a infra-estrutura de apoio (biblioteca e seções técnicas). O livro conta com um texto instigante e provocador de apresentação da organizadora, no qual traça um histórico da Faculdade. Relembrando os momentos de sua fundação, em 1948, Ermínia destaca o Projeto de Reforma de 1962, que consolidou as bases do curso da FAUUSP. Chama a atenção para o fato de ter havido, nesse projeto, uma visão engajada do papel do profissional, coerente com o momento histórico da época em que se discutia as “reformas de base” e acreditava-se no futuro do país. Contudo, esse projeto foi duramente interrompido pelo Golpe Militar de 1964 e fragmentado pelas sucessivas reformas universitárias, que puseram em cheque o papel da universidade

pública; problema esse agravado, recentemente, pelo neoliberalismo dos tempos de globalização. Assim, destaca como fruto dessa fragmentação a falta de um projeto coletivo que abarque toda a complexidade e diversidade das pesquisas desenvolvidas na Faculdade. Contudo, é a partir do conhecimento do livro que podemos refletir e propor a visão do que dever ser a formação e a pesquisa em arquitetura e urbanismo de uma universidade pública brasileira.

Eduardo A. C. Nobre

Graduado e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP, mestre em Desenho Urbano pela Oxford Brookes University, Inglaterra, atualmente é professor doutor dos cursos de graduação e de pós-graduação da FAUUSP e pesquisador do LabHab – Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos.

Rua do Lago, 876. Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo, SP
(11) 3091-4548
eacnobre@usp.br



ESPAÇOS COLATERAIS COLLATERAL SPACES

CAMPOS, ALEXANDRE; TEIXEIRA, CARLOS;
MARQUEZ, RENATA; CANÇADO, WELLINGTON
(ORG.). EDIÇÃO PORTUGUÊS/INGLÊS. BELO
HORIZONTE: INSTITUTO CIDADES CRIATIVAS – ICC,
2008, 312 P., BROCHURA, 14 X 18 CM, ILUSTRADO

Roberto Andrés

352

pós-

OUTRAS ARQUITETURAS POSSÍVEIS

1º Ato

Espaços colaterais reúne práticas “arquitetônicas” realizadas em Minas Gerais na última década, todas à margem da correnteza dominante da produção formal de edifícios. O livro é parte de um projeto que envolveu a organização de seminário público, a realização de exposição em locais populares de Belo Horizonte e a edição e distribuição de jornais e postais informativos. Se, nesses eventos, voltou-se para o público local, enfaticamente buscando uma aproximação com as camadas populares, o lançamento do livro vem ampliar o campo de discussão do projeto, permitindo aos arquitetos, professores e estudantes de todo o país conhecerem um pouco das experiências (algumas bastante significativas) que o livro traz.

Essas experiências, “arquitetônicas” entre aspas, já que apontam para uma ampliação de seu senso comum, vão além do ensinado nas escolas e do realizado na vasta maioria dos escritórios de arquitetura. Ações artísticas e proposições de uso para espaços residuais, como lotes vagos, palafitas abandonadas, estacionamentos e baixios de viadutos; interferências arquitetônicas em favelas; design de mobiliário sem desenho e a partir de objetos existentes; desenvolvimento de metodologias de projetos participativos; proposições de operações de qualificação urbana, são, todos eles, experimentos arquitetônicos, no sentido de alterarem o espaço da vida humana na cultura.

Ao conhecer cada uma das práticas, ao leitor se evidencia o quão restrita é a profissão oficial de arquiteto. Esse leitor, perplexo com a obviedade dos trabalhos, pergunta-se: se há lotes vagos, estacionamentos vazios à noite e baixios de viadutos ermos, por que não ocupá-los? Se há palafitas abandonadas, por que não fazer delas teatros (e também residências, galerias, restaurantes)? Se há tantas pessoas que querem construir seus lugares no mundo, por que

atuar somente para um grupo restrito? Se habitamos cidades repletas de contradições e potencialidades, não é fundamental abordá-las teórica e praticamente? Por que a atuação do arquiteto ficou restrita ao desenho de edifícios para um grupo pequeno, se a construção do “ambiente cultural” que habitamos é determinado por várias outras ações?

Esse leitor questionador enxergará os *Espaços colaterais* como atuações ao mesmo tempo óbvias e inusitadas. Óbvias por sua simplicidade e efetividade e inusitadas pela ampliação radical do campo de ação do arquiteto. Pois há muito tempo a profissão oficial do arquiteto elimina diversas atuações possíveis para se focar no desenho de edifícios. No melhor dos casos (residências e edifícios institucionais), os arquitetos são “resolvedores de problemas autorais, respondendo passivamente a programas políticos econômicos e domésticos alheios”. Já na construção *mainstream*, resta aos arquitetos a escolha de tamanhos e cores das cerâmicas, o desenho de varandas curvas, retas ou diagonais, e, principalmente, a produção da documentação necessária para os procedimentos legais. Esse arquiteto-despachante, assim nomeado por Frederico Mourão, possui pouquíssima influência no processo de transformação do ambiente humano. As cidades se fazem e desfazem-se pela ação de diversos atores (construtoras, políticos, empreendedores, tecnocratas) e aqueles que poderiam estar mais aptos para atuar nessa transformação assumem o papel passivo de “resolvedores de problemas”/despachantes.

Para interferir na construção do ambiente em que vivemos, para alterar sua “arquitetura”, é preciso ir muito além do lugar pouco imaginativo ao qual se limitou a profissão. As práticas presentes em *Espaços colaterais* apontam, de maneiras variadas, para esse horizonte de possibilidades.

2º Ato

Não seria difícil, entretanto, criticar cada um dos trabalhos apresentados e expor seus limites: as ações artísticas, embora potentes, não conseguem se estender em ocupações que alterem a cidade por um tempo maior; as proposições urbanas raramente saem do papel; as interferências arquitetônicas são pontuais e ínfimas em relação ao enorme contingente de trabalho a ser feito nas periferias brasileiras; as metodologias pesquisadas carecem de mais aplicação para desenvolvimento, etc. Fácil seria explorar essas limitações e utilizá-las em discursos reacionários pela manutenção do *status quo* construtivo, alegando ineeficácia das ações alternativas.

Tal postura seria, sem dúvida, capciosa. Pois os limites se devem muito mais ao caráter incipiente e original das práticas do que à impossibilidade de ações alternativas ou à falta de competência dos autores. Fato é: mais do que cair no pêndulo fácil da polarização extremada entre tradicional e alternativo, eficiente e ineficiente, devemos olhar estes espaços colaterais como experimentos radicais, e procurar, em suas falhas, os mecanismos sutis de produção do ambiente. Pois, se cada um deles propõe a construção de “outras arquiteturas possíveis”, o entendimento de suas limitações revela as especificidades desse processo. Se lermos esses espaços colaterais buscando, com lente ampliada, os acertos e erros, poderemos vislumbrar mais claramente os campos de ação possíveis, as margens de êxito e as dificuldades operacionais para atuações efetivas na produção do espaço.

Por isso, o livro é leitura obrigatória para aqueles que almejam interferir concretamente nas cidades. Pois há muito trabalho a ser feito de ampliação e fortalecimento de ações pontuais propositivas e de entendimento por parte dos arquitetos dos processos de produção de espaços. Os *Espaços colaterais* oferecem um substrato experimental riquíssimo para esse entendimento.

ReAto

Na introdução do livro, Wellington Cançado afirma: “*A arquitetura se tornou uma prática essencialmente reativa e o arquiteto um reacionário profissional*”, denunciando aquela postura passiva da qual também tratamos aqui. No entanto, sugerir que as práticas presentes no livro sejam menos reativas que aquelas, por não operarem pela demanda de terceiros, pode ser um entendimento reduzido da questão: todas elas são reações a uma dada situação concreta. A ocupação dos lotes é uma reação aos lotes vagos, e assim por diante. Nesse momento, percebemos que contrapor ação e reação só nos levaria a uma filosofia do tipo *ovo x galinha (acionista x reacionário)*, a qual, certamente, carece de interesse.

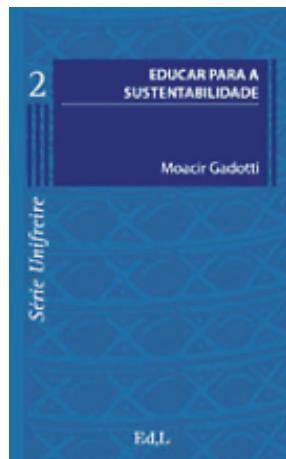
No entanto, tal discussão nos sugere que, indiferente de serem ativos ou reativos, os espaços colaterais podem ser vistos como reatos: reatam a atuação imaginativa dos arquitetos e a produção concreta dos espaços que habitamos. Estabelecem, entre as pessoas interessadas na transformação do ambiente humano e seus processos de produção, uma conexão ativa. De maneira mais ampla, a grande maioria das práticas colaterais reatam arquitetos e a própria realidade concreta, superando a posição politicamente passiva e cientificamente objetiva dos herdeiros do modernismo. Vislumbra-se, aqui, a inserção, na prática, de uma postura filosófica tão debatida no século passado: não mais o arquiteto distanciado do mundo pela representação visual, interessado no universo das formas como idéias aplicadas, mas o arquiteto imerso na realidade concreta e interessado em transformá-la a partir do entendimento de seus mecanismos intrínsecos.

Não mais a objetividade do espírito transcendental, mas a intersubjetividade do ser imerso na realidade concreta, para falarmos com Flusser. Esse reato entre arquitetos e mundo concreto daria a esta resenha um desfecho inesperadamente otimista, não fosse a impressão de esses espaços estarem se tornando cada vez mais colaterais.

Roberto Andrés

Arquiteto e mestre pela UFMG, tem publicado artigos sobre arte e arquitetura em periódicos como as revistas *A-desk* e *Musiques et Cultures Digitales*, o portal *Vitruvius* e o jornal *Hoje em Dia*.

Rua Contria, 731
30430-460 – Belo Horizonte, MG
andres@superficie.org



EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO À DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GADOTTI, MOACIR. 1. ED. SÃO PAULO: EDITORA
INSTITUTO PAULO FREIRE, 2008, 127P
ISBN: 978-85-61910-03-7

Rosaria Ono

pós-
| 355

QUAL O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Educar para a sustentabilidade é a segunda publicação da série Unifreire, publicada pela Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (EDL), e tem como autor o Prof. Dr. Moacir Gadotti, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e também atual diretor geral do Instituto Paulo Freire.

O livro possui um subtítulo: *Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento Sustentável*. O autor aproveita a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (2005-2014), lançado pelas Nações Unidas em 2002, para discutir o que é “educar para a sustentabilidade”, pois, apesar de sua relevância, a *Década* é de pouco conhecimento entre os educadores ambientais brasileiros, segundo dados apresentados pelo próprio autor. O professor Moacir Gadotti discute a educação para o desenvolvimento sustentável ao longo de quatro pequenos capítulos que compõem esse livro de fácil e rápida leitura, dedicado, principalmente, aos educadores, mas também palatável a qualquer cidadão que esteja preocupado com o tema. Além disso, essa publicação apresenta uma rica referência bibliográfica, a qual pode ser útil aos leitores que queiram se aprofundar no assunto.

Na Apresentação, o autor discute a contribuição que a educação pode trazer para criar um mundo mais sustentável, introduzindo o leitor ao tema e enfatizando, principalmente, a importância de dois documentos lançados, nesse sentido, nos últimos anos, a saber: a *Carta da Terra* e o *Tratado da educação para as sociedades sustentáveis e a responsabilidade global*.

No capítulo 1, intitulado “Aliança mundial para a sustentabilidade”, o autor faz um breve histórico sobre a institucionalização da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) e apresenta as tendências desse movimento em vários países e regiões. Nesse capítulo também se aborda as diferenças de

entendimento do que se define como “educação para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental”, além de discutir-se a noção de “cidadania planetária”. Ao final, o autor ressalta a importância da DEDS para promoverem mudanças nos sistemas de ensino, possibilitando diferentes abordagens para o “desenvolvimento sustentável”.

Por sua vez, o capítulo 2, intitulado “Sustentabilidade e bem viver”, inicialmente realiza um resgate histórico sobre os estudos ambientais globais, destacando o Relatório Brundtland (1987), em que é citado, pela primeira vez, o termo “desenvolvimento sustentável”. Nesse capítulo, o autor volta a ressaltar a necessidade de incluir-se, na discussão sobre sustentabilidade, não só as questões ambientais, mas também as de cunho social, político e econômico. O capítulo aborda, finalmente, a economia solidária (*versus* capitalismo).

No capítulo 3, “Educar para uma vida sustentável”, faz-se uma reflexão sobre os valores hoje predominantes na sociedade capitalista/consumista e discute-se o conceito de ecopedagogia ou pedagogia da Terra e sua importância para a promoção da aprendizagem.

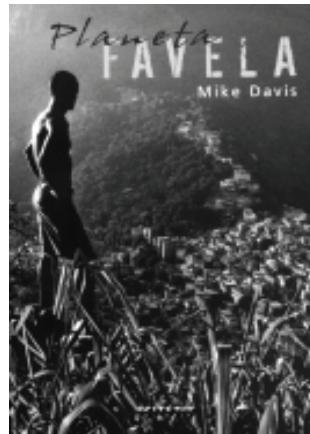
No capítulo 4 intitulado “Sustentabilidade e modelo econômico”, o autor ressalta que a degradação ambiental é consequência do modelo econômico dos países dominantes deste planeta e que o sistema educacional reproduz os princípios e valores desse modelo. Assim, o autor apresenta os desafios da DEDS na introdução de mudanças no sistema educacional em seus vários níveis, assim como a reorientação de ações em programas educacionais existentes, ressaltando que a DEDS é, “*sobretudo, um chamado para a ação transformadora*” (p. 104).

Como não poderia deixar de ser, este livro é um instrumento do Instituto Paulo Freire no cumprimento de sua missão e seus objetivos. O livro apresenta “A educação para um desenvolvimento sustentável” como um tema que deve ser discutido e abordado não só do ponto de vista ambiental, uma vez que o caminho para a sustentabilidade está fortemente vinculado a mudanças no âmbito social, político e econômico do planeta. O livro aponta a importância do amadurecimento do conceito de cidadania planetária e de consumo responsável (no âmbito pessoal/local/regional), porém enfatiza a necessidade de mudanças globais no atual sistema político-econômico (economia solidária) e, por consequência, no sistema educacional (ecopedagogia), para garantir a qualidade de vida das gerações futuras.

Rosaria Ono

Docente do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP desde 2003, mestre pela Universidade de Nagoya, Japão (1991) e doutora pela Universidade de São Paulo (1997). Foi pesquisadora da Divisão de Engenharia Civil do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, onde atuou na área de segurança contra incêndio em edificações e sistema da qualidade (1991-2003). Atualmente, realiza pesquisas na área da segurança em edificações, contemplando os temas de proteção contra incêndios, segurança ao uso, segurança patrimonial e acessibilidade, além de atuar na área de avaliação pós-ocupação do ambiente construído.

FAUUSP – Rua do Lago, 876. Cidade Universitária
05508-080 – São Paulo, SP
rosaria@usp.br



PLANETA FAVELA

DAVIS, MIKE

TRADUÇÃO DE BEATRIZ MEDINA. POSFÁCIO DE
ERMÍNIA MARICATO. SÃO PAULO: BOITEMPO,
2006, 272 P.

ISBN: 85-7559-087-1

Tom Angotti

NOVAS TEORIAS ANTI-URBANAS PARA AS METRÓPOLES: “PLANETA DE FAVELAS” E REGIONALISMO APOCALÍPTICO¹

“Uma pessoa de fora poderia passar pela rua Miguel e dizer: ‘Favelas!’ porque não conseguiria ver nada mais do que isso. Mas nós, que lá vivíamos, víamos nossa rua como um mundo, onde todos nós éramos indivíduos, bem diferentes uns dos outros.”

N. S. Naipaul, *Rua Miguel*

(1) Paper apresentado na Conferência da Associação do Colegiado das Escolas de Planejamento, 27 de outubro de 2005, em Kansas City, Missouri, EUA. Revisado em 12 de dezembro de 2005.

O livro *Planeta favela*, de Mike Davis (2004), descreve um mundo que se urbaniza cada vez mais, com gigantescas regiões metropolitanas, com mais pobreza, cada vez mais envolvido com o evangelismo de extrema direita, e com pouca esperança em qualquer outra alternativa progressista. Embora Davis tenha, muitas vezes, ajudado na exposição dos efeitos catastróficos provocados pelo capitalismo global no mundo urbanizado, essa sua última mensagem está coalhada de retórica antiurbanística, remanescente da era vitoriana, refletindo um olhar sobre o mundo das cidades, ingenuamente centrado nos EUA, e que conduz os ativistas urbanos ao desespero ou à ênfase renovada na filantropia como o remédio para os males urbanos.

Davis utiliza metáforas que comparam as cidades a processos incontroláveis, como os vitorianos os quais associavam epidemias devastadoras ao crescimento da classe operária urbana. Para Davis, a cidade do México é uma “gigantesca ameba”, e Lagos está crescendo como uma “supernova”. Estamos testemunhando uma “enorme crise moral em nossa história”, ao mesmo tempo em que nossas cidades estão consumindo o planeta. Essa “superurbanização” e “urbanização sem industrialização” estão produzindo “megacidades” e “hipercidades”. Sua crítica inclui seções que nos levam “De volta a Dickens” e ao “Big-Bang da pobreza urbana”. Ele vê “um mundo favelado à volta de enclaves fortificados onde moram os ricos urbanos”, mas vazio de trabalho socializado, que ele considera a única esperança para o urbanismo progressista. Qualquer um disposto a dedicar um momento para explorar a

diversidade das cidades e dos movimentos urbanos fora dos EUA olhará essas hipérboles como retórica barata e não como ciência séria.

A análise de Davis segue e é baseada em um dos últimos relatórios do Habitat/ONU sobre urbanização (NAÇÕES UNIDAS, 2003). Enquanto Davis e o Habitat trazem à tona uma lembrança deveras necessária sobre o fato de a maior parte do mundo estar muito longe das minorias que, bem vestidas e ligadas na internet, vivem na abundância do consumismo, essa abordagem em relação às regiões metropolitanas, em uma escala global, faz renascer o medo das cidades e de seus moradores da época vitoriana, não leva em conta os aspectos progressistas da era metropolitana, e substitui estratégias progressistas por uma retórica apocalíptica. Embora não tenha sido, claramente, essa a intenção de Davis e da ONU, é para isso que seus trabalhos conduzem. Claramente o Habitat/ONU passa a maior parte de seu tempo tentando chocar os países doadores para que façam algo para a população urbana pobre, mas é difícil imaginar o porquê da abordagem de Davis. Para um pensador que se orgulha de suas raízes marxistas, essa abordagem está mais próxima da postura moralizante a qual Friedrich Engels denunciou em seus clássicos *A questão da moradia* e *Socialismo utópico e científico* (1969, 1975). A visão de Davis se parece mais com a visão de outro pensador progressista, Lewis Mumford (1961), de quem as apresentações apocalípticas sobre as crises das cidades gigantes foram o acompanhamento filosófico das políticas elitistas de austeridade social e filantropia (ANGOTTI, 1993, p. 7-9).

E, para os urbanistas progressistas, o termo “favela”, tem sido refutado há muito tempo, pois desvaloriza as comunidades e ajuda a racionalizar os gigantescos planos de recuperação urbana que resultam no deslocamento forçado das populações pobres. Assim que os locais onde essas comunidades moram são qualificados como disfuncionais, perigosos, geradores de crimes, eles se tornam objeto de planos de remoção, muitas vezes de forma violenta. O ativista Mel King fala: “Quando eu estava na universidade, aprendi que eu vivia em uma ‘favela’... alguém havia definido a minha comunidade de tal forma que lhe permitia justificar sua destruição.” (KING, 1991)

A busca de um novo regionalismo progressista precisa ir além de simples modelos dualistas e de condenações moralistas abrangentes, e deve incorporar a compreensão de uma dinâmica social e política complexa nas diversas regiões metropolitanas do mundo. Análises apocalípticas de regiões metropolitanas podem, facilmente, conduzir à resignação desesperançosa diante do crescimento do capitalismo e da expansão urbana. A mensagem a acadêmicos e aos urbanistas progressistas é sempre: não há alternativas (em inglês: *there is no alternative* – TINA) (ANGOTTI, 1996). É importante examinar cuidadosamente o conteúdo político dos movimentos sociais urbanos pelo mundo e evitar a tendência de considerá-los meramente produtos da informalidade urbana ou paroquialismo (LATIN AMERICAN PERSPECTIVES, 1994). A tentativa do Fórum Social Mundial, de reunir os movimentos locais para a busca conjunta de alternativas progressistas globais não poderia sobreviver, se o panorama fosse tão desesperador como Davis o faz parecer.

O nascimento da metrópole

O ponto inicial para o regionalismo progressista é o entendimento de como as regiões metropolitanas diferem qualitativamente de prévios assentamentos urbanos. Elas aconteceram não por uma “explosão”, mas como resultado de uma evolução longa e complexa iniciada há pelo menos um século, trazendo, certamente, uma diferença qualitativa. Essa compreensão deverá ajudar a proposta de novas estratégias

de planejamento e mudanças políticas que levem em consideração essas diferenças qualitativas. Estratégias anteriores, progressistas e quaisquer outras, dirigiram-se ao que é visto como problemas das cidades antes da era metropolitana. Como Peter Hall observou, “o planejamento urbano do século vinte, como um movimento político e intelectual, representa essencialmente uma reação aos males da cidade do século dezenove” (HALL, p. 7). O planejamento urbano parece ser sempre reativo ao invés de pró-ativo e esperançoso, consistente com as políticas sob as quais os planejadores estão trabalhando. As ideologias futuristas e utopistas que entram nas discussões de planejamento são, normalmente, marginalizadas ou utilizadas seletivamente para justificar objetivos pragmáticos e específicos.

A metrópole é uma forma de assentamento humano qualitativamente distinta que emergiu em todas as regiões mais importantes do mundo durante o século 20. É muito maior, mais complexa em termos de sua economia, sua cultura, sua política, e possui um papel central muito mais forte dentro do crescimento global do sistema capitalista (ANGOTTI, 1993). Ela não é mais a cidade industrializada ou manufatureira, mas sim um complexo de distritos urbanos e suburbanos, incorporando elementos da cidade e do campo. Ela pode ser fragmentada internamente e/ou espalhada, dependendo do regime econômico sob o qual ela se desenvolveu. Se utilizarmos o critério de tamanho e olharmos para as cidades com mais de 750.000 habitantes², em 2000 havia, aproximadamente, 340 metrópoles nas quais mais de um bilhão de pessoas habitavam, uma em cada seis pessoas no mundo. De acordo com Davis, hoje há 400 cidades com mais de um milhão de habitantes. Mas, com um truque de prestidigitador, Davis prossegue, falando que quase a metade do mundo, 3,2 bilhões de pessoas, agora vivem em cidades. Não diz qual a definição de “urbano” está usando para contar esses 3,2 bilhões de pessoas. Talvez seja a definição comumente utilizada pelas análises demográficas da ONU, a qual depende da definição específica de cada país sobre o que é “urbano”. Essa definição varia muito e, em alguns países, inclui assentamentos com apenas 2.000 pessoas. O resultado desse truque é que reforça o urbanismo apocalíptico. De fato, em 2.000 não mais de 16% da população mundial vivia em regiões metropolitanas, e, para ser generoso, poderíamos dizer que, hoje, esse porcentual não deve ser muito maior do que 20%.

Não há dúvida que o mundo está se urbanizando rapidamente, mas as cidades que mais crescem não são as maiores regiões metropolitanas. Nas pequenas e médias cidades o maior crescimento está ocorrendo. Muitas das cidades de pequeno e médio portes no mundo estão inseridas em economias que ainda estão fortemente ligadas à produção agrícola. De acordo com o Programa de Desenvolvimento da ONU, 800 milhões de pessoas trabalham em agricultura urbana (HABITAT, 2001, 2004).

Mas o ponto crítico aqui é: mesmo que a afirmação de Davis de a metade do mundo estar urbanizada fosse verdade, por que ele vê isso como um problema? Mesmo sendo pobres, os moradores das cidades tendem a ter um padrão de vida mais alto do que as populações rurais, e maior acesso a bens de consumo, informação, tecnologia e vida cultural.

A metrópole global

As 350-400 maiores cidades do mundo constituem, em sua maior parte, um conjunto de regiões metropolitanas com papel funcional econômico transnacional e global, e têm sido chamadas de “cidades globais” por Saskia Sassen (SASSEN, 1991). Elas são os centros dominadores do capital financeiro global. Muitas delas são pólos de atração de trabalho para imigrantes, também com periferias internas e setores informais a representarem um “Terceiro Mundo interno”.

(2) Mesmo sendo arbitrário, esse número ajuda a separar assentamentos suficientemente grandes para dispor de serviços urbanos que não existiriam em cidades menores, tais como sistemas de trens urbanos, centros culturais regionais e centros financeiros.

Mas isso não é simplesmente um caso de “hiperurbanismo” ou de gigantismo urbano cruzando fronteiras. A verdade é que pelo menos três quartos da população do mundo vive fora dessas 400 cidades-gigante, estando à mercê da força de atração do capitalismo global, exceto em sua periferia. As 400 regiões metropolitanas estão distribuídas de forma relativamente igual no mundo, mais ou menos de acordo com as proporções da população mundial, com uma possível exceção representada pela África (com um menor número de grandes cidades) e pela Oceania (com um maior número delas, a maioria na Austrália). As Américas tendem a possuir mais e maiores grandes metrópoles, a Europa tende a abrigar menores. Sassen (1998) fala sobre a “nova geografia da centralidade e da marginalidade”, não mais somente da centralidade. De fato, a urbanização da população mundial é dificilmente um fenômeno linear e está repleta de contradições enormes, ambigüidades e complexidades. Para os progressistas, compreender essas contradições e complexidades é essencial para desenvolver estratégias políticas, especialmente em âmbito local, enquanto leve em conta as similaridades que possam ajudar a criar coalizões e estratégias em âmbito global. Como Andy Merrifield denota, o uso da dialética é crítico para a compreensão da *“ambigüidade do urbanismo contemporâneo e da urbanização”* (MERRIFIELD, 2002, p. 15).

A metrópole dos EUA

De fato, há muitas variedades diferentes de regiões metropolitanas no mundo. O processo de urbanização é mediado em todos os lugares por fatores políticos, geográficos, culturais e econômicos. Talvez o modelo que apresente a maior influência seja aquele da metrópole dos EUA, mas, em uma escala global, somente uma pequena porcentagem da população do mundo vive dentro das fronteiras das regiões metropolitanas norte-americanas.

A metrópole dos EUA é fragmentada, extremamente espalhada e dividida em enclaves públicos e privados. Entretanto, esse símbolo urbano do capitalismo do mercado livre é o produto do mais ambicioso plano de infra-estrutura subsidiado pelo poder público no mundo – as 50.000 milhas do sistema de rodovias e o sistema nacional de financiamento de moradias. Ainda assim, esse processo nacional homogêneo de urbanização produziu diferenças significativas. Como David Rusk (1993) tem mostrado, há múltiplas variedades de regiões metropolitanas nos EUA, e ele acredita que regiões “elásticas”, nas quais as fronteiras políticas são flexíveis e expandem-se de acordo com a população, são, potencialmente, as mais inclusivas e viáveis para um planejamento abrangente. Compreender essas diferenças é critico para o desenvolvimento de estratégias progressistas.

Não é o tamanho das metrópoles norte-americanas que têm provocado a preocupação e desagrado dos urbanistas progressistas, nem suas “favelas”. Primeiramente, e mais crucialmente, tem sido a permanente desigualdade racial; pela história dos EUA temos de reconhecer o papel único e superpoderoso da discriminação racial nas políticas urbanas (POWELL, 2000). Em segundo lugar, os urbanistas progressistas estão preocupados com a dispersão urbana – mas isso é uma preocupação de quase todos os urbanistas, não dependente de sua visão política. O Crescimento Inteligente (Smart Growth), o novo urbanismo, e o desenvolvimento determinado pelo tráfego são todos receitas aceitas pela maioria para a dispersão e baixa densidade, mas os progressistas têm também enfatizado a necessidade de abordagens a afetarem, diretamente, as desigualdades sociais e econômicas, independentemente de suas características espaciais. Progressistas como Jon Powell chamam a atenção para as raízes raciais da dispersão, sem diminuir o significado de suas consequências a longo prazo para o meio ambiente e para a saúde pública.

A falácia metropolitana

E aqui chegamos à armadilha teórica central na qual Davis caiu – a clássica falácia urbana. Na era das metrópoles, podemos chamá-la de falácia metropolitana, falácia da megacidade ou a falácia da megalópole. Manuel Castells já havia identificado isso em sua clássica crítica ao urbanismo centralizado (*mainstream*), *A questão urbana* (1977). A Escola de Sociologia Urbana de Chicago criou a falácia que o problema dominante era a forma física do assentamento humano –isto é, a cidade. Louis Wirth (1964) alegou que as cidades eram muito grandes, populosas e socialmente heterogêneas, a premissa das teorias da Escola de Chicago que aliam essas características com o que eles consideraram o problema das cidades. Essas visões contrabalançaram as tentativas de concentrar a atenção sobre o papel da desigualdade econômica e do desenvolvimento do sistema capitalista que a reproduzia.

A cidade industrial não era o problema, e a metrópole “pós-industrial” não é a questão. Mas, certamente, há sérios problemas relacionados ao tamanho das metrópoles? Sim, há deseconomias de escala, sérios problemas ambientais associados com o uso intenso de energia e automóveis, e os consequentes problemas de saúde pública. Mas enquanto esses são desafios a serem enfrentados pelos urbanistas, não são simplesmente relacionados ao tamanho da cidade, e o potencial para resolvê-los é muito maior nas grandes regiões metropolitanas do que nas cidades menores. Certamente, hoje já está dentro das possibilidades existentes a criação de regiões compactas com alto nível de transporte público, nas quais as políticas favoreçam o uso de energia renovável e projetos sustentáveis. Assentamentos compactos podem oferecer excelentes condições para o desenvolvimento de formas de consumo coletivo e com menor desperdício, que encorajem a expansão da interação entre as pessoas. Com a criação de infra-estruturas físicas e sociais, o potencial de redução e eliminação das desigualdades sociais é muito grande. Acreditar que isso vá acontecer automaticamente é, obviamente, tão enganador quanto acreditar que todos os males sociais são determinados pela forma do assentamento humano. Essas crenças são, na verdade, os dois lados da mesma moeda do determinismo físico.

Se alijarmos inteiramente qualquer papel determinístico para a cidade, eliminaremos também uma importante oportunidade para uma mudança progressista. A chance de as áreas rurais do mundo se desenvolverem e seguirem políticas ambientais sólidas ao mesmo tempo é muito baixa. De fato, a urbanização dos EUA está baseada nesse tipo de modelo de dispersão urbana com baixa densidade, a qual está entre os mais excludentes modelos, do ponto de vista social e em relação à devastação do meio ambiente no mundo. O modelo europeu de cidades compactas é talvez um pouco melhor, mas, se for dominante, estaremos enfrentando um futuro contraditório, no qual as cidades mais ricas do Norte estarão relativamente livres da poluição, enquanto as cidades mais poluídas do mundo estão hoje no Sul. Então, não é a cidade nem a metrópole o verdadeiro problema, mas sim os modelos econômicos em torno dos quais elas se desenvolveram, isto é, as formas específicas do desenvolvimento capitalista.

A teoria da Escola de Chicago forma cientistas sociais que repetem o mito de a pobreza urbana ser, necessariamente, um componente da cidade grande, ao mesmo tempo ignorando a realidade. As grandes cidades, com todos os seus sérios problemas, representam um passo à frente, da mesma forma que o capitalismo representou quando substituiu o feudalismo. A razão pela qual muitas pessoas continuam a migrar para as cidades é a qualidade de vida nas áreas rurais ser muito pior. Nas áreas rurais, o acesso ao trabalho, a moradias melhores e a uma vida cultural são muito mais difíceis, a despeito dos atuais avanços na tecnologia de comunicações (mesmo porque a maioria do mundo não tem telefone e a maior parte

dos telefones celulares, internet, cafés, e cabos de alta velocidade estão localizados em grandes cidades).

Marx compreendeu como a urbanização capitalista exacerbou agudamente a divisão entre rural e urbano, mas ele também entendeu ser isso parte integral do desenvolvimento do capitalismo que, em si mesmo, era um avanço histórico. Ele considerou que a volta à vida rural pré-capitalista não seria historicamente progressista. Enquanto Engels registrava as condições miseráveis de vida nas cidades industriais inglesas (1973), também criticava os esquemas utópicos socialistas da época, os quais tentavam recriar assentamentos pré-capitalistas como se fossem a solução dos problemas urbanos (1969). Engels criticou outros progressistas da época por tentarem remediar os males do capitalismo, tais como moradia urbana insalubre e precária, sem buscar transformar o capitalismo em si (ENGELS, 1975). Engels criticou os argumentos moralistas que culpavam os pobres (e suas moradias e bairros) pela pobreza em si, e os reformistas que promoviam filantropia e austeridade social como soluções. Os moralistas de hoje em dia, inclusive a burocracia da ONU, fixam-se em extrair mais “ajuda” dos países desenvolvidos – que podemos chamar de filantropia globalizada – e educar os pobres a serem empreendedores com o uso de microcrédito e poupança – que podemos chamar austeridade local – sem realmente discutir as desigualdades estruturais.

Comunidades, não favelas

O que tantos chamam de “favelas” são, de fato, comunidades nas quais a maioria dos trabalhadores do mundo e suas famílias vivem. Castells (1983, 177-178) catalogou “favelas e invasões” nos países em desenvolvimento, mas ele seguiu uma metodologia que, hoje, não seria mais aceitável aos progressistas (e é duvidoso que, em qualquer tempo, tenha sido aceitável). “Favela” é um termo tão abrangente, que requer uma definição precisa.

A pesquisa urbana nas últimas três décadas tem sido na direção da descrição e análise de uma maior articulação dentro das “favelas”, expondo a existência de populações e áreas com grande variação de níveis de renda, níveis de emprego, qualidade de vida, etc. O que pode parecer para alguém de fora uma vasta e homogênea “favela” é, de fato, uma comunidade muito diversa para uma pessoa que lá vive. Organizações de base em áreas ocupadas necessitam lidar com uma classe média emergente e relativamente estável, novos e antigos imigrantes, um mercado de propriedade em evolução e a institucionalização de relações políticas formais. Esses fenômenos estão no cerne de pesquisas recentes a irem além da simples análise dualista de “favelas”. Um bom exemplo de estudo articulado e profundo é o de Keith Pezzolli (1998) sobre uma área da Cidade do México.

Urbanização com industrialização

Outro jargão que Davis levanta e precisa ser deixado de lado é a noção de “urbanização sem industrialização” ser o problema. Na era da produção flexível e das sweatshops, é muito difícil encontrar uma grande região metropolitana que não tenha algum nível de produção industrial. Mas mesmo antes da última onda de globalização, o mesmo fenômeno já existia. As diferenças entre a industrialização dos países menos desenvolvidos e dos países capitalistas desenvolvidos têm sido sempre significativa – os países menos desenvolvidos sempre dispõem de menos investimento de capital *per capita*, salários menores (incluindo salários sociais), crescimento sustentado por exportação e economias menos diversificadas, ao que se adiciona a reprodução das dependências a remontarem aos tempos coloniais. Como resultado, as

cidades cresceram sem as melhorias na qualidade de vida que caracterizam as cidades dos países desenvolvidos. Então o desenvolvimento industrial foi e é central à urbanização em todo o mundo em desenvolvimento.

Algumas poucas indústrias de exportação em nações pobres e rurais podem estimular uma grande massa de imigrantes para áreas urbanas, mas isso não é muito diferente do efeito causado pelas fábricas de Birmingham, Inglaterra, há mais de um século. Entretanto, hoje em dia há um problema maior. Com a expansão das infraestruturas globais de comunicações e de transporte, as cidades em países menos desenvolvidos são cada vez mais uma reserva latente de mão-de-obra para os países desenvolvidos, onde imigrantes sem suas famílias trabalham e mandam dinheiro para seus países de origem. Em nações menos desenvolvidas, a unidade familiar pode ser reproduzida a custos muito mais baixos, dessa forma diminuindo salários nos países desenvolvidos. Adicionalmente, indústrias e agricultura em países em desenvolvimento estão sendo destruídas devido à competição com produtos importados a oferecerem custos cada vez mais baixos. Anunciar um produto, agressivamente, cria mercados para produtos importados ou produtos produzidos localmente por corporações transnacionais, subvertendo as indústrias locais. Reprodução é tão importante quanto produção, tanto para o capital quanto para o trabalho. De qualquer maneira, então, temos a urbanização, sem que o capital tenha de pagar a quantia justa para a reprodução da classe operária. Chamar isso de urbanização sem industrialização é simplificar, de forma grosseira, o processo.

Davis termina sua análise com uma extensa lamentação sobre o crescimento do evangelismo nas cidades dos países pobres que nos empurra, cada vez mais, para um canto de desesperançada resignação às forças do capitalismo e do crescimento urbano. Davis ignora a influência muito maior do evangelismo nas áreas rurais (de fato, onde ele primeiro se firmou). Ele ignora o papel da teologia da libertação, mesmo minoritário. Mas mais do que tudo, ele ignora os grandes movimentos urbanos na América Latina, Ásia e África, a irem do extremo conservadorismo ao radicalismo, mas de forma prevalente no lado progressista. De fato, Davis repete a ficção de haver algo naturalmente radical sobre organizações do proletariado industrial e algo naturalmente conservador sobre as lutas urbanas, ou do “consumo”, outra manifestação do dualismo simplista (como promovido por CASTELLS, 1977; SAUNDERS, 1986). Esse mito deveria ter desaparecido nas rebeliões de 1968, mas continua surgindo mesmo quando movimentos dos pobres urbanos no Brasil, Índia e México mantêm sua resiliência, e outras forças marginais como o Exército Separatista Zapatista, o Movimento dos Sem-Terra brasileiro e os movimentos das *townships*, na África do Sul, aparecem liderando a luta global contra o neoliberalismo estrutural. Uma visita a algumas reuniões do Fórum Social Mundial poderia, rapidamente, informar aos acadêmicos sobre quaisquer noções trabalhistas ainda sobreviventes da era do capitalismo industrial. O trabalho organizado claramente faz parte dos movimentos contra o capitalismo global, mas o trabalho, por si só, permanece fragmentado e politicamente dividido. Parte do trabalho organizado tem sido um constante aliado do reacionarismo global. Por exemplo, a “nova” AFL – CIO ainda está recebendo dinheiro do governo dos EUA para subverter o unionismo militante no mundo todo (BACON, 2003), sua participação nas ações “antiglobais”, tais como em Seattle tem sido bem limitada, na melhor das interpretações.

A visão apocalíptica do mundo de Davis estende-se aos movimentos da esquerda e progressistas, nos quais ele parece considerar apenas como legítimas as organizações de classes industriais tradicionais. Davis aponta, com algum pesar, na direção da reemergência do populismo, como Chavez na Venezuela, como um produto

da “informalidade” urbana, como se dissesse – uma vez mais – que a cidade está produzindo um desastre a mais. Em primeiro lugar, Chavez, como um fenômeno político, é muito mais complexo (ELINER; HELLINGER, 2003). Somando-se ao apoio que recebe dos *barrios* das grandes cidades da Venezuela, ele tem uma grande base de apoio das elites militares, e subiu ao poder na esteira de um extenso protesto da classe trabalhadora contra a reestruturação neoliberal. Ele está sendo antagonizado pela *lumpen bourgeoisie* (usando o termo definido por Andre Gunther Frank), uma classe média não-satisfeita com o rápido declínio da renda do petróleo e do ganho real, e uma federação sindicalista industrial corrupta que teve um papel central no complô dos EUA para deposição de Chavez. Embora ele seja, em parte, uma nova versão do velho *caudilho*, um elemento familiar na política latino-americana, e suas ambições revolucionárias estejam ainda por serem colocadas em prática, os argumentos que simplesmente colocam líderes e suas bases sociais em certas categorias não devem ser levados em consideração pelos progressistas, e sim deixados por conta da Casa Branca de George Bush, onde são muito apreciados.

Para aonde vai o novo regionalismo?

Há um regionalismo progressista emergente, uma abordagem inclusiva para a metrópole que esteja promovendo mudanças sociais significativas? Certamente, há tendências ao regionalismo progressista, como sugeriram Kipfer & Wirsig (2004). Talvez não seja um “movimento emergente”, como Sites (2004) sugere. Mas os sinais não são ainda suficientemente claros, e não me parece estejamos testemunhando algo longe de um movimento em âmbito local e também global. Como alguns dos autores citados acima têm dito, muito do que se escreve sobre o regionalismo progressista parece ser teórico e normativo e ainda está por aparecer, para avançar essa causa, um poderoso movimento político ou social, seja de base, seja de cima para baixo.

Mas há, ainda, uma nota de cautela. Muito do que está escrito sobre o regionalismo progressista é dirigido para a experiência das metrópoles dos EUA e da Europa. Os problemas de dispersão e fragmentação da metrópole estão enraizados nos problemas relacionados ao regime dos EUA. O *smart growth*, o novo urbanismo e o desenvolvimento orientado pelo tráfego estão entre as respostas principais, mas enquanto eles se enraizaram entre a camada profissional e gerencial, ainda não entusiasmam as massas, e estão longe de tornarem-se uma força significativa na remodelação da metrópole como um todo. Diferentemente dos EUA, a Europa, historicamente, tem tido diversas tendências de planejamento regional diferentes entre si, inclusive o planejamento de múltipla escala em países como a Holanda e a Suécia, por exemplo, *l'amangement du territoire* na França, e as novas cidades britânicas. Entretanto, os EUA não estão caminhando na direção de um modelo próprio ao continuar a planejar para e pela construção de rodovias, pela mobilidade de empregos e moradia, e diante da redução dos benefícios sociais do Estado. Nos últimos anos, os planejadores europeus têm falado sobre planejamento de cidades compactas – uma versão continental do *smart growth*. Ainda assim, a consciência em âmbito metropolitano na Europa continua a ser um fenômeno mais do círculo de profissionais do que na realidade dos movimentos políticos e sociais. Um verdadeiro regionalismo progressista ainda está à espera do amadurecimento de movimentos políticos locais e nacionais os quais propiciem a formação de uma forma viável de coalizões metropolitanas e internacionais.

Se houver um movimento para o regionalismo progressista, ele terá de acontecer de baixo para cima porque as elites governantes têm todas as razões institucionais para evitá-lo, e os profissionais são, simplesmente, incapazes quando não estão

ligados às forças políticas dinâmicas. O potencial existe na base, mas há um tempo para seu amadurecimento. Em Nova York, por exemplo, uma coalizão de bairros no Brooklyn se formou para protestar contra a reconstrução de uma secção de 2,6 milhas de uma rodovia elevada, mas pôde somente ganhar a luta quando levou em consideração o problema do sistema regional de rodovias, do qual essa secção era uma parte crítica. Fazendo isso, eles ajudaram a fortalecer uma coalizão por toda a região na luta pelo planejamento sustentável do transporte. Também em Nova York, organizações de bairro ligadas à justiça ambiental se juntaram para combater a proliferação das estações de transferência de lixo em suas vizinhanças e lançaram uma campanha de sucesso para mudar as políticas de manejo do lixo de toda a cidade, porque essa era a única maneira que lhes permitiu ganhar a luta. Essa cidade de 8 milhões de pessoas é maior do que a maioria das metrópoles dos EUA, e embora essa luta não tenha envolvido toda a região, ficou bem perto disso.

Entretanto, a essa altura os movimentos urbanos progressistas não têm poder suficiente para formar coalizões estáveis no âmbito metropolitano que possam desafiar, com sucesso, os interesses entrincheirados dos empreiteiros, proprietários e beneficiários das práticas fiscais e de zoneamento excludentes. Nos EUA, raça continua sendo um divisor histórico e, até haver um sério esforço nacional para enfrentar esse divisor racial, de baixo para cima e de cima para baixo, não haverá progresso na direção do regionalismo progressista. Mas há outro fator crítico que limita a emergência das forças progressistas. Há um constante esforço das organizações de base para consolidar o controle sobre suas áreas, constantemente ameaçado pelos interesses conservadores, pelas burocracias do planejamento e gerenciadores, que assumem as noções do século 20, do planejamento racional abrangente. Algumas dessas organizações de base são progressistas e algumas nem tanto; de fato, elas abrangem todo o mapa político.

A situação é contraditória e está em fluxo, em todas as partes no mundo. Por exemplo, Roma (Itália), uma metrópole com quase 3 milhões de pessoas, tem tido, tradicionalmente, um forte governo municipal cobrindo toda a região urbanizada. Com a recente descentralização na Itália, foram criadas municipalidades separadas, dentro de Roma, e um novo governo regional foi estabelecido, englobando uma grande área do interior, mas o governo municipal permaneceu intacto. Organizações progressistas de base, inclusive locatários, invasores, novos imigrantes e todos aqueles que se opõem à desocupação, estão vendo essa nova estrutura como uma oportunidade para uma renovação democrática, mas também as organizações conservadoras de proprietários de imóveis e grupos abertamente contra novos imigrantes. O governo municipal, de tendência esquerdista, provavelmente será um elemento importante em uma coalizão progressista que envolva toda a área metropolitana, porém ele não poderá nunca construir sozinho uma base política sólida o suficiente para uma coalizão progressista. Tudo o que faz é mediado por uma miríade de partidos políticos que definem a agenda nos saguões das agências locais executivas e legislativas, não por tomadas de decisão democráticas, mas por incessantes negociações, conversas e acertos de fundo de escritório. A herança de um regime político e de planejamento altamente centralizado, de inspiração napoleônica, pesa muito, e a participação das organizações de base ainda tem uma legitimidade limitada, e suas raízes institucionais são relativamente fracas.

Distanciando-se dos EUA e da Europa, na direção do “planeta de comunidades”, onde a maioria da população metropolitana vive, há sinais tanto de esperança quanto de desespero. O aparato de planejamento centralizado da China tem abandonado o planejamento regional em favor do desenvolvimento imobiliário e o

Vietnã parece estar seguindo os mesmos passos. A herança que o planejamento britânico deixou para a Índia não tem qualquer significado regional, democrático ou não, e a burocracia de planejamento continua a ser um obstáculo para a emergência de um novo regionalismo democrático. Antigas colônias, por meio da Ásia, África e América Latina continuam a ser infestadas com a herança do planejamento extremamente dividido entre planejamento formal, para os bairros ricos da elite, e planejamento informal, para a maioria sem ajuda do Estado, ou em oposição a este. As estruturas de governança regional e de planejamento extremamente centralizadas, herdadas da era pré-capitalista e colonial, têm sido quebradas em parte como resultado da reestruturação neoliberal, mas não há, ainda, nada que esteja emergindo como uma forte alternativa de base metropolitana. Há sinais promissores em diversos países. Por exemplo, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores conseguiu o poder como uma coalizão abrangente entre grupos comunitários e de operários. Começaram reformas progressistas municipais, como o orçamento participativo, e estão tomando providências em relação às condições de vida nas favelas das maiores áreas metropolitanas do país. Entretanto, as divisões intrapartidárias refletem a tensão entre grupos comunitários de base, lutando por uma maior igualdade, e a camada da elite ligada à expansão do capitalismo e às reformas neoliberais. As tensões também refletem a crescente diversidade social dentro das favelas.

Há muitos exemplos, em número muito grande para ser mencionado aqui; meu objetivo não é ser exaustivo, mas colocar uma questão aos acadêmicos para se dedicarem a estudar mais a fundo, particularmente nos EUA e na Europa. Vamos examinar as experiências dos movimentos urbanos de base, a governança local, e as ONGs progressistas pelo mundo, procurando por reformas que estejam dirigidas às desigualdades estruturais, e não somente ao vago objetivo do Banco Mundial, de “reduzir a pobreza”. Vamos deixar para a ONU a tarefa de contar o número de pessoas que moram em cidades e em favelas, e focalizarmo-nos nas metrópoles, nas desigualdades dentro e entre áreas metropolitanas, e aos movimentos sociais e políticos engajados na luta contra elas.

Tom Angotti

Professor de Assuntos Urbanos e Planejamento no Hunter College, City University, Nova York. É editor, para as Américas, da revista *Planning Practice & Research*, co-editor da revista *Progressive Planning Magazine*, editor participante da *Latin American Perspectives* e escreve uma coluna mensal sobre uso do solo no www.gothamgazette.com. Ele é o autor do livro *Metropolis 2000: Planning poverty & politics* (Routledge, 1993).

tangotti@hunter.cuny.edu

7 | COMUNICADOS

TESES E DISSERTAÇÕES

2º semestre 2008

Teses

ADIVAL APARECIDO MAGRI JÚNIOR

Impactos do sistema *check-in* de auto-atendimento em terminais de passageiros de aeroportos

Data: 07.08.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Geraldo Gomes Serra, Ualfrido Del Carlo, Sheila Walbe Ornstein, Alexandre Gomes de Barros e Anderson Ribeiro Correia

LEONARDO MARQUES MONTEIRO

Modelos preditivos de conforto térmico: Quantificação de relações entre variáveis microclimáticas e de sensação térmica para avaliação e projeto de espaços abertos

Data: 22.08.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Márcia Peinado Alucci, Anésia Barros Frota, Denise Helena Silva Duarte, Lucila Chebel Labaki e Arlindo Tribess

ANA CECÍLIA MATTEI DE ARRUDA CAMPOS

Alphaville? Tamboré e Barra da Tijuca: As ações programadas e a estruturação do sistema de espaços livres

Data: 19.09.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Silvio Soares Macedo, Eugênio Fernandes Queiroga, João Sette Whitaker Ferreira, Gerônimo Emílio Almeida Leitão e Vera Regina Tângari

CAMILA FUJITA

Dilema urbano ambiental na formação do território brasileiro: Desafios ao planejamento urbano no Brasil

Data: 29.09.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Maria Angela Faggini Pereira Leite, Vladimir Bartalini, Maria de Lourdes Zuquim, Maria Helena Ferreira Machado e Francisco Antonio dos Anjos

MARIA BEATRIZ DE CAMARGO ARANHA

A obra de Rino Levi e a trajetória da arquitetura moderna no Brasil

Data: 29.09.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Lucio Gomes Machado, Paulo Julio Valentino Bruna, Fernanda Fernandes da Silva, Paulo Yassuhide Fujioka e Silvana Barbosa Rubino

CRISTINA GARCIA ORTEGA BERTELLA

Lina Bo Bardi: Móveis e interiores (1947-1968) – Interlocuções entre moderno e local

Data: 30.09.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Maria Cecilia Loschiavo dos Santos, Francisco Spadoni, Monica Junqueira de Camargo, Maria Cristina Nascentes Cabral e Ana Paula Cavalcanti Simioni

ALEXANDRE LUIZ ROCHA

Fazenda Santa Gertrudes: Modelo de produção cafeeira no oeste paulista – 1895-1930: Contribuição de Eduardo Prates à definição de novos parâmetros produtivos

Data: 17.10.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Benedito Lima de Toledo, Maria Lucia Bressan Pinheiro, Fernanda Fernandes da Silva, Francisco Borges Filho e Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

LUCIANO TORRES TRICÁRICO

Rapto do direito à cidade como categoria de análise do plano urbano na modernidade

Data: 18.12.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Lucrécia D'Alessio Ferrara, Maria Angela Faggini Pereira Leite, Maria Lucia Caira Gitahy, Fábio Duarte de Araújo Silva e Ana Fani Alessandri Carlos

Dissertações

RÔMULO ANDRADE DE OLIVEIRA

Brasília e o paradigma modernista: Planejamento urbano do moderno atraso

07.07.2008

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): João Sette Whitaker Ferreira, Nabil Georges Bonduki e Benny Schvarsberg

MARCOS HIDEKI YAMANAKA

Luxlogger – Sistema autônomo de mediação de iluminação natural de baixo custo

Data: 07.07.2008

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Paulo Sérgio Scarazzato, Márcia Peinado Alucci e Adriana Pedrosa Biscaia Tufaile

SANDRA REGINA PINTO

Análise das condições de iluminação das bibliotecas públicas municipais na cidade de São Paulo: Diretrizes para um melhor aproveitamento da luz natural e redução do uso da iluminação artificial

Data: 22.07.2008

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Marcelo de Andrade Roméro, Paulo Sérgio Scarazzato e Marco Antonio Saidel

MILENA TERESA MAKRAY

Instrumento de concessão de uso especial para fins de moradia – aplicações e aplicabilidade: O caso de Mauá

Data: 25.07.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): João Sette Whitaker Ferreira, Eduardo Alberto Cusce Nobre e Denise Antonucci

MARINA TONELI SIQUEIRA

Entre a prática e discurso: A formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea

Data: 06.08.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Maria Irene Szmrecsanyi, Eduardo Alberto Cusce Nobre e Ana Fani Alessandri Carlos

ANGELA INÉS MICHELETTI DA SILVA QUINTINO ARMELLINI

A preservação do patrimônio em Santo André: Uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados

Data: 28.08.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): José Eduardo de Assis Lefèvre, Carlos Eduardo Zahn e Heloisa Maria Silveira Barbuy

RENATA MARIA PINTO MOREIRA

Distribuição de água na região metropolitana de São Paulo: Tecnologias da universalização e produção do espaço

Data: 02.09.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Ricardo Toledo Silva, Jorge Hajime Oseki e Nelson Luiz Rodrigues Nucci

MARIA DE LOURDES YUMI UEDA

Cidade e hidrelétrica: Itaipu, a barragem e as vilas residenciais

Data: 05.09.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): José Tavares Correia de Lira, Celso Monteiro Lamparelli e Telma de Barros Correia

SILVIA LENYRA MEIRELLES CAMPOS TITOTTO

A poética d(a)atração: Quando luz e fio se casam no espaço

Data: 18.09.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Clice de Toledo Sanjar Mazzilli, Silvio Melcer Dworecki e Artur Matuck

NATHÁLIA MARIA MONTENEGRO DINIZ

Velhas fazendas da Ribeira do Seridó

Data: 24.11.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo César Garcez Marins e Marly Rodrigues

ÉRICA MITIE UMAKOSHI

Uma visão crítica do Edifício Alto sob a ótica da sustentabilidade

Data: 15.12.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Joana Carla Soares Gonçalves, Roberta Consentino Kronka Mülfarth e Pedro Manuel Rivaben de Sales

SONIA MARIA MILANI GOUVEIA

O homem, o edifício e a cidade por Peter Scheier

Data: 16.12.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Mônica Junqueira de Camargo, Fernanda Fernandes da Silva e Boris Kossoy

SIMONE BERIGO BÜTTNER

Avaliação de desempenho térmico e energético de coberturas em clima tropical continental

Data: 16.12.08

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador (a): Denise Helena Silva Duarte, Anésia Barros Frota e Alberto Hernandez Neto

Revista Pós

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Revista PÓS, criada em 1990, é um periódico científico, semestral (junho e dezembro), do curso de Pós-Graduação da FAUUSP, atualmente estruturado em 8 (oito) áreas: Tecnologia da Arquitetura; História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo; Design e Arquitetura;

Paisagem e Ambiente; Projeto, Espaço e Cultura; Habitat; Projeto de Arquitetura; e Planejamento Urbano e Regional, igualmente contempladas no projeto editorial. O corpo editorial é composto pelo Conselho Editorial, integrado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com reconhecida contribuição ao pensamento das diversas áreas; pela Comissão Editorial constituída de 11 (onze) membros, com mandato de 3 (três) anos: um editor-chefe (indicado pela Comissão de Pós-Graduação entre os seus docentes); um representante de cada área do curso de PÓS, e os 2(dois) últimos editores-chefes.

A revista publica artigos, depoimentos, projetos comentados, desenhos ou fotos artísticas, e resenhas, tendo como critério de seleção a consistência teórica e a adequação à linha e às normas editoriais da revista, outorgando, aos autores inteira responsabilidade pelas idéias por eles apresentadas. Todo o material recebido é submetido à Comissão Editorial, que indica especialistas internos e externos para a emissão de pareceres, contemplando as oito áreas de concentração. Todo parecer tem caráter sigiloso e imparcial, não sendo revelados os nomes dos autores e dos pareceristas, que são instruídos a manifestar eventual conflito de interesse que os impeça de agir imparcialmente. Cada trabalho é analisado por 2 (dois) pareceristas, necessariamente um externo à instituição, e em caso de disparidade será enviado a um terceiro. Caso seja feita a sugestão de alterações nos conteúdos originais, os autores serão comunicados e terão um prazo para inserir os ajustes e encaminhar a versão final à Redação. Os autores dos trabalhos não recomendados também serão informados e receberão cópia (anônima) das avaliações.

A revista conta ainda com as seções *eventos* e *comunicados*, voltadas à produção interna, que divulgam as suas atividades científicas, bem como as dissertações e teses defendidas no período.

FINALIDADE

A revista PÓS foi criada como um canal de comunicação mais ampla desta comunidade científica, tanto em âmbito nacional quanto internacional, assim como para os pesquisadores das diversas áreas acadêmicas que se relacionam com o universo da arquitetura e da cidade, com o intuito de registrar a memória do pensamento arquitetônico, de fazer circular de maneira ágil os resultados das pesquisas e de manter o debate o mais atualizado possível.

NORMAS EDITORIAIS

1. O artigo deverá ser inédito em português, devendo o autor, ao submeter um trabalho, enviar uma declaração assinada atestando essa condição. Caso o mesmo artigo for republicado em outro periódico ou livro, deverá constar nota indicando que foi originariamente publicado em Revista PÓS, nº x, ISSN 1518-9594.

2. Os procedimentos para avaliação e publicação são os mesmos para originais e republicações.

3. Os artigos deverão ser encaminhados em disquete e/ou CD-ROM, além de duas cópias impressas.

4. Todos os artigos deverão ter título e resumo no idioma de origem, e em inglês e espanhol. Se o texto for em língua estrangeira, deverá obrigatoriamente também conter estas informações em português.

5. Os artigos já encaminhados para obtenção de pareceres ou em fase de produção gráfica NÃO poderão ser alterados ou substituídos.
6. Todos os artigos passarão por revisão gramatical, ortográfica e padronização editorial. A padronização poderá ser alterada com autorização do(a) editor(a)-chefe, porém as normas gramaticais/editoriais serão respeitadas.
7. Todas as imagens (tons de cinza) deverão ter legendas e créditos/fonte. As reproduções de imagens de outros autores, revistas e/ou livros são de inteira responsabilidade do autor.
8. O autor deverá enviar seu nome e sobrenome na forma como deseja publicar, sua formação profissional, incluindo graduação e Pós-graduação (título e instituição). Se o artigo for resultante de dissertação ou tese, mencionar a relação com o texto e o nome do orientador. O contato do autor deve incluir endereço postal, endereço eletrônico e telefone. A autoria deverá ficar oculta no corpo do texto. Todas as informações referentes à autoria e contato devem ser enviadas em folha separada do texto.
9. Os editores se reservam o direito de não publicar artigos que, mesmo selecionados, não estejam rigorosamente de acordo com estas instruções.
10. Os autores dos artigos científicos terão direito a 3 (três) exemplares da publicação, e os autores das demais colunas, 2 (dois) exemplares. As colaborações com autoria em equipe seguem regra de autoria individual com acréscimo de um exemplar.

FORMATO

DEPOIMENTOS: de 25 a 50 mil caracteres, incluindo imagens (tons de cinza).

ARTIGOS: Times New Roman = 12, word 6.0 ou superior, sem formatação, entrelinhas = 1,5 - margens = 2,5.

Número de Páginas: entre 10 e 20 (21 a 42 mil caracteres), incluindo tabelas, gráficos, referências bibliográficas, etc.

Resumo e Abstract: 1.500 a 2.000 caracteres.

Palavras-chave: de 6 a 8.

Bibliografia: No final do texto, contendo todas as obras citadas e rigorosamente de acordo com normas da ABNT em vigor, com citações em itálico e entre aspas, com referência completa, incluindo número da página.

Ilustrações (tons de cinza): 3 a 5, legendadas, com fonte e autoria, de alta qualidade reproduutiva; se escaneadas, usar 300 dpi em formato tiff.

OBS 1: Para o uso de imagens extraídas de outras publicações, o autor deve anexar autorização para republicação.

OBS 2: As imagens poderão vir em folhas separadas, mas devidamente indicadas ao longo do texto.

CONFERÊNCIA, EVENTOS, NÚCLEOS, LABORATÓRIOS E SERVIÇOS: de 10 a 20 mil caracteres, livre uso de imagens (tons de cinza).

RESENHAS: de 4 a 6 mil caracteres, ilustração de capa (tons de cinza), autor, editora, n. de páginas, minicurrículo do(a) resenhista, endereço postal e eletrônico.

OS TEXTOS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS PARA:

Redação da PÓS-FAUUSP

Rua Maranhão, 88, Higienópolis – 01240-000 – São Paulo – (11) 3257-7688 ramal 30
rvposfau@usp.br

Editora-chefe: Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo

Revista Pós
NORMAS PARA PRESENTACIÓN DE TRABAJOS

INSTRUCCIONES A LOS AUTORES

La Revista PÓS, creada en 1990, es un periódico científico, semestral (junio y diciembre), del curso de Postgrado de FAUUSP, actualmente estructurado en 8 (ocho) áreas: Tecnología de Arquitectura; Historia y Fundamentos de Arquitectura y de Urbanismo; Design y Arquitectura; Paisaje y Ambiente; Proyecto, Espacio y Cultura; Hábitat; Proyecto de Arquitectura; y Planeamiento Urbano y Regional, igualmente contempladas en el proyecto editorial. El cuerpo editorial es compuesto por el Consejo Editorial, integrado por investigadores brasileños y extranjeros, con reconocida contribución al pensamiento de las diversas áreas; por la Comisión Editorial constituida de 11 (once) miembros, con mandato de 3 (tres) años: un editor jefe (indicado por la Comisión de Postgrado entre sus docentes); un representante de cada área del curso de Postgrado, y los 2 (dos) últimos editores jefes.

La revista publica artículos, deposiciones, proyectos comentados, diseños o fotos artísticas, y reseñas, usando como criterio de selección la consistencia teórica y la adecuación a la línea y a las normas editoriales de la revista, otorgando, a los autores entera responsabilidad por las ideas presentadas por los mismos. Todo el material que se recibe es sometido a la Comisión Editorial, que indica especialistas internos y externos para la emisión de pareceres, contemplando a las ocho áreas de concentración. Todo parecer es de carácter sigiloso e imparcial, y no serán revelados los nombres de los autores y de los opinantes, los cuales son instruidos a manifestar eventual conflicto de interés que los impida de actuar imparcialmente. Cada trabajo es analizado por 2 (dos) opinantes, necesariamente uno externo a la institución, y en caso de disparidad será enviado a un tercero. Caso sea hecha la sugerión de alteraciones en los contenidos originales, los autores serán comunicados y tendrán un plazo para inserir los ajustes y encaminar la versión final a la Redacción. Los autores de los trabajos no recomendados también serán informados y recibirán copia (anónima) das evaluaciones.

La revista cuenta también con las secciones *eventos* y *comunicados*, volcadas a la producción interna, que divultan sus actividades científicas, así como las disertaciones y tesis defendidas en el período.

FINALIDAD

La revista PÓS fue creada como un canal de comunicación más amplia de esta comunidad científica, tanto en el ámbito nacional cuanto internacional, así como para los investigadores de las diversas áreas académicas que se relacionan con el universo de la arquitectura y de la ciudad, con la intención de registrar la memoria del pensamiento arquitectónico, de hacer circular de manera ágil los resultados de las encuestas y de mantener el debate lo más actualizado posible.

NORMAS PARA PRESENTACIÓN DE TRABAJOS

1. En la presentación de un trabajo, el autor debe enviar una declaración firmada de que el artículo es inédito en portugués. Caso el mismo artículo sea republicado en otro periódico o libro, deberá constar nota indicando que se ha publicado originariamente en Revista PÓS, nº x, ISSN 1518-9594.
2. Los procedimientos para evaluación e publicación son los mismos para originales y republicaciones.
3. Los artículos deben ser encaminados en disquete y/o CD-ROM, acompañados de dos copias impresas.
4. Todos los artículos deben tener título y resumen en el idioma de origen, y en inglés y español. Caso el texto sea en lengua extranjera, debe obligatoriamente contener también esas informaciones en portugués.

5. Los artículos ya encaminados para la valoración de los especialistas o en fase de producción gráfica NO podrán ser modificados o sustituidos.
6. Todos los artículos pasarán por revisión gramatical, ortográfica y la padronización editorial. La padronización podrá ser alterada con autorización de la editora-jefe, pero las normas gramaticales y editoriales serán respetadas.
7. Todas las imágenes (tonalidades de gris) deberán tener subtítulos y créditos/fuente. Las reproducciones de imágenes de otros autores, revistas y/o libros son de total responsabilidad del autor.
8. El autor deberá enviar su nombre y apellidos en la forma como desea publicar, su formación profesional, incluyendo graduación y post-graduación (título e institución). Si el artículo es resultado de dissertación o tesis, mencionar la relación con el texto y el nombre del tutor. El contacto del autor debe incluir dirección de correo, dirección postal y teléfono. La autoría deberá permanecer oculta en el cuerpo del texto. Todas las informaciones relativas a autoría y contacto deben ser enviadas en hoja separada del texto.
9. Los editores se reservan el derecho de no publicar artículos que, aunque seleccionados, no estén rigurosamente de acuerdo con estas instrucciones.
10. Los autores de los artículos científicos tienen derecho a 3 (tres) ejemplares de la publicación, y los autores de las otras columnas, 2 (dos) ejemplares. Las colaboraciones con autoría colectiva siguen la norma de autoría individual con incremento de un ejemplar.

FORMATO

TESTIMONIOS: de 25 a 50 mil caracteres, incluyendo imágenes (tonalidades de gris).

ARTICULOS: Times New Roman = 12, word 6.0 o superior, sin formatear, entrelíneas = 1,5 - márgenes = 2,5.

Número de Páginas: entre 10 y 20 (21 a 42 mil caracteres), incluyendo tablas, gráficos, referencias bibliográficas, etc.

Resumen y Abstract: 1.500 a 2.000 caracteres.

Palabras clave: de 6 a 8.

Bibliografía: Al final del texto, con todas las obras citadas y rigurosamente de acuerdo con las normas de la ABNT en vigor, con citas en itálico y entre comillas, con referencia completa, inclusive número de la página.

Ilustraciones (tonalidades de gris): 3 a 5, subtituladas, con fuente y autoría, de alta calidad para reproducción; si escaneadas, usar 300 dpi en formato tiff.

OBS 1: Para el uso de imágenes extraídas de otras publicaciones, el autor debe anexar autorización para republicación.

OBS 2: Las imágenes se pueden presentar en hojas separadas, siempre que estén debidamente indicadas a lo largo del texto.

CONFERENCIAS, EVENTOS, NUCLEOS, LABORATORIOS Y SERVICIOS: de 10 a 20 mil caracteres, libre uso de imágenes (tonalidades de gris).

RESEÑAS: de 4 a 6 mil caracteres, ilustración de capa, autor, editora, n. de páginas, minicurrículo del autor, dirección postal y eletrônica.

LOS TEXTOS DEBEN SER ENVIADOS A:

Redação da PÓS- FAUUSP

Rua Maranhão, 88, Higienópolis – 01240-000 – São Paulo – (11)3257-7688 ramal 30

rvposfau@edu.usp.br

Editora-chefe: Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo

Revista Pós **RULES FOR SUBMITTING PAPERS**

INSTRUCTIONS TO THE AUTHORS

Revista PÓS (PÓS Journal), created in 1990 and published twice a year (June and December) is a scientific periodical of the Graduate Program of the – School of Architecture of the University of São Paulo – FAUUSP, presently structured in 08 (eight) areas of knowledge: Technology of Architecture, History and Foundations of Architecture and Urbanism, Design and Architecture; Landscape and Environment; Project, Space and Culture; Habitat; Architectural Design; Urban and Regional Planning, with equal weight in the review.

The Editorial Group is composed of the Editorial Board, formed by Brazilian and international researchers, who have made recognized contributions to those several areas; by the Editorial Commission composed of eleven members, with a three-year term; an editor in chief (appointed by the Graduate Program Commission from among its professors); a representative of each area of the Graduate Program, and the two most recent former editors-in-chief.

The journal publishes articles, testimonials, commented projects, drawings of artistic photographs, and reviews, using as selection criteria their theoretical consistency and suitability to the editorial orientation and norms of the magazine. All material received is submitted to the Editorial Board, which indicates internal and external consulting editors for peer review in all eight areas of concentration.

Every review is both secret and unbiased and neither the names of the authors nor the reviewers are disclosed. The reviewers are instructed to reveal any occasional conflict of interest that might keep them from acting in an unbiased way. Each manuscript is analyzed by two reviewers, one of them necessarily from outside the institution, and in case of difference, articles will be sent to a third reviewer.

If changes to the original contents are suggested, the authors will be formally notified with a deadline to insert adjustments and to submit the final version to the Editorial Group. The author of the non-selected papers will also be notified and will receive a copy (anonymous) of the reviews. The magazine/journal also publishes an events and notes section on internal production which publicizes its scientific activities, as well as dissertations and theses completed in the period.

PURPOSE

Revista PÓS was created as a broader communication channel for this scientific community at both the national and international level, as well as for those researchers in several academic fields regarding the universe of architecture and the city, to record the memory of architectural thought, to quickly disseminate the results of research and to keep debate as updated as possible.

EDITORIAL STANDARDS:

1. The manuscript must be original. When submitting a paper, the author must attach a signed statement that the article has not already been published in Portuguese. If the same article is later republished in another periodical or book, it must include a note stating that the text was originally published in *Revista PÓS*, no. xx, ISSN 1518-9594.
2. Republishing manuscripts will be submitted to same original's editorial rules.
3. The articles must be submitted on a floppy disk and/or CD-ROM, together with two printed copies.
4. All articles must have their title and abstract in the original language as well as in English and Spanish. If the text is submitted in a foreign language, it must include the above information in Portuguese.

5. Articles already assigned to reviewers or in the graphical production phase may NOT be altered or substituted.

6. All articles will undergo editing for grammar, spelling and editorial consistency. Editorial decisions may be changed with the consent of the editor-in-chief, but grammar and editorial standards will always apply.

7. All images (tones of gray) must have captions and credits or sources. The authors will be fully responsible for any reproduction of images by other authors or from other magazines or books.

8. The author must send his/her given name and last name in the format intended to appear in the publication, and his/her professional background, including undergraduate and graduate studies (degree and institution). If the article results from a master's or a doctoral thesis, the author must specify the relation with the text and the name of the academic adviser. The author's contact information must include postal address, e-mail address and telephone number. The name of the author must be removed from the body of the text. All author and contact information must be submitted on a separate page.

9. The editors reserve the right to refuse publication of any articles that, in spite of having been selected, are not strictly in line with these rules.

10. The authors of scientific articles will be entitled to three (3) copies of the publication, and the authors of other articles to two (2) copies. Articles written by more than one author follow the rule of individual authors, plus an additional copy.

FORMAT

TESTIMONIALS: 25,000 to 50,000 characters, including images (tones of gray).

ARTICLES: Typeface: Times New Roman; size: 12; MS-Word 6.0 or above, without formatting; line spacing: 1.5; margins: 2.5 cm.

Number of pages: between 10 and 20 (21,000 to 42,000 characters), including tables, charts, bibliographical references, endnotes, etc.

Abstract: 1,000 to 1,500 characters

Key words: 4 to 6

Bibliography: It must be at the end of the text, include all sources quoted and follow strictly applicable ABNT standards, with quotes in italic and in quotation marks, with full bibliographic citation, including page number.

Illustrations (tones of gray): 3 to 5, with captions, source and author, of excellent reproductive quality; if scanned, must be in 300dpi and TIFF format.

Note 1: If the images originate from other publications, the author must attach authorization for their republication.

Note 2: The images may be submitted on separate pages, but duly identified in the body of the text.

CONFERENCES, EVENTS, NUCLEI, LABS AND SERVICES: 10,000 to 20,000 characters, free use of images (tones of gray).

REVIEWS: 4,000 to 6,000 characters, cover reproduction, author, publisher, number of pages, brief biographical information about the reviewer, postal address and e-mail.

THE MANUSCRIPT SHOULD BE FORWARDED TO:

Redação da PÓS- FAUUSP

Rua Maranhão, 88, Higienópolis – 01240-000 – São Paulo – (11)3257-7688 ramal 30

rvpofau@edu.usp.br

Editora-chefe: Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo

Secretaria de Pós-Graduação FAUUSP

Cilda Gonçalves de Oliveira
Cristina Maria Arguejo Lafasse
Diná Vasconcellos Leone
Elias da Silva Fontes
Isaide Francolino dos Reis
Ivani Sokoloff
Leonardo D. Duarte
Robson Alves de Amorim
Sara Meleras Araújo

Jornalista Responsável
Izolina Rosa (MTb 16199)
Cronograma de Teses e Dissertações
Diná Vasconcellos Leone
Tradutores – Artigos
Márcia Regina Choueri – Espanhol
Rainer Hartmann (Kilter) – Inglês
Tradutores – Normas
Estela Bagnis – Espanhol
Anita R. Di Marco – Inglês

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto
Supervisão Geral
José Tadeu de Azevedo Maia
Supervisão de Projeto Gráfico
André Luis Ferreira
Supervisão de Produção Gráfica
Divino Barbosa
Preparação e Revisão
Margareth Artur
Diagramação
José Tadeu de Azevedo Maia
Tratamento de Imagem
Sidney Lanzarotto
Emendas – Arte-Final
Eliane Aparecida Pontes
Montagem de Chapas
Adauto Lino Duarte de Farias
Cópia de Chapas
Narciso Antonio dos Santos Oliveira
Impressão
Arnaldo Machado de Lima Junior
José Gomes Pereira
Dobra
Ercio Antonio Soares
Acabamento
Ercio Antonio Soares
José Tadeu Ferreira
Narciso Antonio dos Santos Oliveira
Roseli Aparecida Alves Duarte
Secretária
Eliane de Fátima Fermoselle Previde
Composição, fotolito e impressão offset
Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo
Pré-matriz
Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set
Papel
Pólen rustic areia 120 g/m²
Printmax 90 g/m²
Papelcartão Supremo Duo Design 250 g/m² (capa)
Montagem
47 cadernos de 8 páginas
Tiragem
1.000 exemplares
Data
junho 2009